



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM LETRAS**

ANTONIA PEREIRA DE SOUZA

A PROSA DE FICÇÃO NOS JORNAIS DO MARANHÃO OITOCENTISTA

**JOÃO PESSOA-PB
2017**

ANTONIA PEREIRA DE SOUZA

A PROSA DE FICÇÃO NOS JORNAIS DO MARANHÃO OITOCENTISTA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento às exigências para conclusão do Doutorado em Letras.

Área de concentração: Literatura e Cultura

Linha de pesquisa: Memória e Produção Cultural

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Socorro de Fátima Pacífico Barbosa.

JOÃO PESSOA-PB
2017

S729p Souza, Antonia Pereira de.
A prosa de ficção nos jornais do Maranhão Oitocentista /
Antonia Pereira de Souza. - João Pessoa, 2017.
329 f.: il. -

Orientadora: Socorro de Fátima Pacífico Barbosa.
Tese (Doutorado) - UFPB/ CCHL

1. Ficção em prosa. 2. Prosa de Ficção no Maranhão.
3. Jornais Maranhenses do Século XIX. 4. História da
Literatura. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 82-3(043)

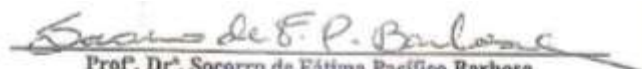
ANTONIA PEREIRA DE SOUZA

A PROSA DE FICÇÃO NOS JORNAIS DO MARANHÃO OITOCENTISTA

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na área de concentração “Literatura e Cultura”, na linha de pesquisa “Memória e Produção Cultural”, em cumprimento às exigências para sessão de defesa, requisito institucional para obtenção do título de Doutora em Letras.

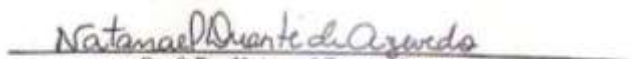
Aprovada em: 10 de março de 2017.

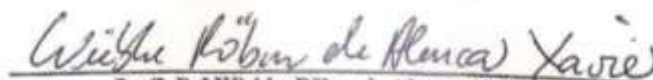
BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Socorro de Fátima Pacifico Barbosa
(Orientadora – UFPB)


Prof. Dr. João Luis da Costa Campos Vieira Lisboa
(Examinador Externo – UNL)


Prof. Dr. Geremina Maria de Araújo Sales
(Examinadora Externa – UFPA)


Prof. Dr. Natanael Duarte de Azevedo
(Examinador Externo – UFRPE)


Prof. Dr. Wiebke Röben de Alencar Xavier
(Examinadora Interna – UFPB)

Para meu esposo José Batista, pelo carinho e
dedicação.
A minha filha Gabriela, pela compreensão e
torcida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela realização do sonho de cursar o Doutorado em Letras.

À Profa^a. Dr^a Socorro, pela orientação e generosidade com que me recebeu em sua área de pesquisa.

Ao Prof. Dr. João Luís Lisboa, pela criteriosa leitura e sugestões na qualificação e na defesa desta tese.

À Prof^a. Dr.^a Germana Sales, pelas importantes contribuições na qualificação e na defesa de minha tese.

À Prof^a. Dr.^a Wiebke Röben, pelas expressivas recomendações na defesa de minha tese.

Ao Prof. Dr. Natanael Duarte de Azevedo, pela participação na banca de defesa de minha tese, com relevantes colaborações.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB, de João Pessoa.

Às funcionárias da Coordenação do PPGL, Rose e Mônica, pela competência com que sempre me atenderam.

À Universidade Federal da Paraíba, pela oportunidade que me ofereceu de adquirir mais conhecimentos e com qualidade.

À memória de meus pais, João e Maria.

A minhas tias Almerita e Joana, pelo encorajamento.

A meus irmãos: Francisca, João Raimundo, Antonio Carlos, Antonio dos Reis, Antonio Marcos, Marinete, Márcia, Cleide, Gildecir, Dulce e Olívia, pelo incentivo.

Ao Berg, a Raing e ao Edmilson, meus companheiros nas leituras de microfilmes que realizei no Instituto Histórico e Geográfico de Caxias.

Ao Cleitor, por deixar minha tese bonita.

Ao Jakson, pelas mensagens que me animavam para estudar e pelos livros de História.

Ao Fernando, pelos livros de História.

À comadre Mariza, pela amizade e incentivo.

Aos demais amigos e parentes, pela torcida.

Ao Governo do Estado do Maranhão, por conceder-me licença para estudos, enquanto cursava o Doutorado.

Ao Centro de Ensino Thales Ribeiro e ao Colégio Militar Tiradentes IV, pelo apoio.

À Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca Pública Benedito Leite, Instituto Histórico e Geográfico de Caxias e ao Projeto *Jornais e Folhetins Paraibanos* do século XIX, por disponibilizarem seus arquivos para pesquisa.

Obrigada!

RESUMO

O jornal era o principal suporte de circulação do escrito e de divulgação do trabalho literário no Brasil do século XIX, em vista dessa constatação, foi desenvolvida esta pesquisa, com o objetivo de investigar a circulação e a divulgação da prosa de ficção, nos jornais de São Luís e de Caxias, no Primeiro Ciclo da Literatura no Maranhão (1832-1868), considerando o contexto político-social maranhense e a possibilidade da formação de um Sistema Literário do Maranhão, nessa forma textual, a fim de que se conheça melhor a História de Leitura e da Literatura, nesse estado, no século XIX. Trata-se de um estudo em fonte primária, visto que foram utilizados jornais; bem como bibliográfico, uma vez que foram também pesquisados livros, revistas, teses, dissertações e artigos, envolvendo os procedimentos qualitativos e crítico-analítico. A fundamentação teórica é pautada na História Cultural, História da Literatura Brasileira, História da Literatura Maranhense, História da Leitura e História dos Jornais. Quanto à História Cultural, foram seguidas as noções de prática, apropriação e representação, estudadas por Roger Chartier (2001; 2002; 2004, 2005; 2011), segundo as quais os objetos literários são estudados como resultado das práticas culturais de uma época. Para a História da Literatura Brasileira, tomamos como referencial os textos de Antonio Candido (2012), a respeito do contexto literário brasileiro, no século XIX. Em relação à História da Literatura Maranhense, a principal base foi o ensaio de Antônio dos Reis Carvalho (1912), que apresenta essa literatura pelo viés canônico; seguido pelo estudo de Ricardo André Ferreira Martins (2009), a respeito dos jornais como fontes dessa literatura, mas também valorizando o cânone. Sobre a História da Leitura e dos Jornais serviram de apoio as ideias de Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (2007, 2005, 2013), Márcia Abreu (2007), Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1996) e Marlyse Meyer (2005). Especificamente, a respeito dos jornais maranhenses, as principais referências foram os estudos de Joaquim Serra (2001) e de Quincas Vilaneto (2008).

Palavras-chave: Prosa de Ficção no Maranhão. Jornais Maranhenses do Século XIX. História da Literatura.

ABSTRACT

The newspaper was the main support for the circulation of writing and dissemination of literary work in nineteenth - century Brasil. In view of this finding, this research was developed with the objective of investigating the circulation and dissemination of prose fiction in the newspapers of São Luís and de Caxias, in the First Cycle of Literature in Maranhão (1832-1868), considering the Maranhão political-social context and the possibility of the formation of a Literary System of Maranhão, in this textual form, in order to know better the History of Reading and Literature, in this state, in the nineteenth century. It is a study in primary source, since newspapers were used; As well as bibliographical, since books, journals, theses, dissertations and articles were also searched, involving qualitative and critical-analytical procedures. The theoretical foundation is based on Cultural History, History of Brazilian Literature, History of Maranhão Literature, History of Reading and History of Newspapers. As for Cultural History, the notions of practice, appropriation and representation, studied by Roger Chartier (2001; 2002; 2004, 2005; 2011), were followed, according to which literary objects are studied as a result of the cultural practices of an era. For the History of Brazilian Literature, we take as reference the texts of Antonio Candido (2012), regarding the Brazilian literary context, in the nineteenth century. In relation to the History of Maranhão Literature, the main basis was the essay by Antônio dos Reis Carvalho (1912), who presents this literature by canonical bias; Followed by the study of Ricardo André Ferreira Martins (2009), about newspapers as sources of this literature, but also valuing the canon. On the History of Reading and the Newspapers, the ideas of Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (2007, 2005, 2013), Márcia Abreu (2007), Marisa Lajolo and Regina Zilberman (1996) and Marlyse Meyer (2005) were used. Specifically, regarding the Maranhão newspapers, the main references were the studies of Joaquim Serra (2001) and Quincas Vilaneto (2008).

Keywords: Prose Fiction in Maranhão. Maranhenses Newspapers of the 19th century. History of Literature.

RESUMÉ

Le journal a été le pilier de la circulation de l'écriture et la diffusion des œuvres littéraires au Brésil au XIX^e siècle, compte tenu de cette conclusion, cette étude a été menée afin d'étudier la circulation et la diffusion de la fiction en prose dans les journaux Saint-Louis et Caxias dans la littérature en premier cycle Maranhão (1832-1868), compte tenu du contexte politique et social Maranhão et la possibilité de formation d'un système littéraire Maranhão, cette forme textuelle afin qu'ils connaissent mieux histoire de la lecture et de la littérature, dans cet état, au XIX^e siècle. Ceci est une étude dans la source primaire, étant donné que les journaux ont été utilisés; ainsi que la littérature, une fois qu'ils ont été fouillés livres, revues, thèses, documents et articles, portant sur les procédures critiques-qualitatives et analytiques. Le fondement théorique est guidé par l'histoire culturelle, Histoire de la littérature brésilienne, Histoire de Maranhense Littérature, Histoire et Histoire de la lecture des journaux. Quant à l'histoire culturelle, ils ont suivi la pratique des notions de propriété et de représentation, étudiés par Roger Chartier (2001; 2002; 2004, 2005; 2011), selon laquelle les objets littéraires sont étudiés en raison des pratiques culturelles d'une époque. Pour l'histoire de la littérature brésilienne, nous prenons comme référence les écrits de Antonio Candido (2012) concernant le contexte littéraire brésilien, au XIX^e siècle. En ce qui concerne l'histoire la littérature Maranhense, la base principale était Antônio dos Reis Carvalho (1912), cette littérature montre que le biais canonique; suivi de l'étude de Ricardo André Ferreira Martins (2009), sur les journaux en tant que sources de cette littérature, mais aussi la valorisation du canon. A propos de l'histoire de la lecture et des journaux servi à soutenir les idées de secours de Fatima Barbosa Pacífico (2007, 2005, 2013), Márcia Abreu (2007), Marisa Lajolo et Regina Zilberman (1996) et Marlyse Meyer (2005). Plus précisément, en ce qui concerne les journaux Maranhão, les principales références ont été les études de Joaquim Serra (2001) et Quincas Vilaneto (2008).

Mots-clés: Prose Fiction en Maranhão. Journaux Maranhenses du XIX^e siècle. Histoire de la Littérature.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Primeira página do exemplar n. 35 do jornal <i>O Conciliador do Maranhão</i> (10 nov. de 1821).....	19
Figura 2 - “Um voto” (<i>Crônica Maranhense</i> , 30 maio 1839, n. 163, p. 256).....	36
Figura 3 - <i>O rei de ouros</i> no <i>Jornal Maranhense</i> (24 jun. 1842, n. 98).....	41
Figura 4 - <i>O rei de ouros</i> no <i>Publicador Maranhense</i> (14 jul. 1842, n. 2)	42
Figura 5 - O <i>Publicador Maranhense</i> ganhou um subtítulo (12 jan. 1847, n. 451, p. 1).....	45
Figura 6 - O romance <i>Viagens na minha terra</i> no <i>Publicador Maranhense</i> (10 jul. 1847, n. 527).....	46
Figura 7 - Romance <i>Os ovos da Páscoa</i> no <i>Publicador Maranhense</i> (20 abr. 1857, n. 88)....	48
Figura 8 - Romance <i>A filha do Dr. Negro</i> , de Camillo Castello Branco (<i>Publicador Maranhense</i> , 9 jan. 1865, n. 6).....	53
Figura 9 - <i>Amália</i> , de J. Mármol, no <i>Publicador Maranhense</i> (29 fev. 1860).....	54
Figura 10 - “Um roubo” no <i>Publicador Maranhense</i> (25 abr. 1856, n. 94).....	55
Figura 11 - “A filha do médico” (conto fantástico) (<i>Publicador Maranhense</i> , 6 mar. 1861, n. 54, p. 1).....	56
Figura 12 - <i>Episódio da Guerra da Catalunha</i> (<i>Publicador Maranhense</i> , 2 jan. 1856).....	59
Figura 13 - <i>A filha do mercador</i> início da última circulação (<i>Publicador Maranhense</i> , 29 dez. 1862, n. 295).....	61
Figura 14 - Início do romance <i>O prato de arroz doce</i> (<i>Publicador Maranhense</i> , 2 jan. 1863, n. 1).....	62
Figura 15 - Resumo do romance <i>O Judeu Errante</i> (<i>Publicador Maranhense</i> , 29 nov.1845, n. 339, p. 1-2)	63
Figura 16 - Início do romance <i>Fortini</i> no <i>Museu Maranhense</i> (1º jul. 1842, n. 1, p. 6)	66
Figura 17 - O nascimento da sessão <i>Romances</i> no <i>Museu Maranhense</i> (15, jul.1842, n. 2, p. 15).....	67
Figura 18 - <i>Recordações de um filho do povo</i> (<i>Um extravagante convertido</i>) no <i>Museu Maranhense</i> (15 ago. 1842, n. 4, p. 42)	68
Figura 19 - Início do romance <i>As mulheres célebres</i> , no estilo jornal-livro (<i>A Revista</i> , 29 jan. 1850, n. 531).....	71
Figura 20 - Anúncio do livro <i>Poesias Seletas</i> , oferecido às mulheres (<i>Jornal de Instrução e Recreio</i> , n. 10, de 1º jul. 1845, p. 80)	79
Figura 21 - Páginas 1 e 5 do <i>Jornal de Instrução e Recreio</i> (15 fev. 1845, n. 1).....	82
Figura 22 - Início do romance <i>Jacopo Marini</i> (<i>Jornal de Instrução e Recreio</i> , n. 7 e 8)	87
Figura 23 - “John Poker” - final (com as iniciais do tradutor) (<i>Jornal de Instrução e Recreio</i> n. 4 e 5)	90
Figura 24 - Índice do jornal <i>O Arquivo</i> , n. 1 que consta as sessões <i>Literatura</i> e <i>Ciências</i> (v. 1, 28 fev. 1846).....	92

Figura 25 - Índice do jornal <i>O Arquivo</i> n. 2 com a supressão das sessões <i>Literatura e Ciências</i> e a permanência de <i>Variedades</i> (v. 1, 1º mar. 1846)	93
Figura 26 - Primeira página da 1ª edição do jornal <i>O Arquivo</i> e índice da 9ª (<i>O Arquivo</i> , 28 fev. e dez. 1846)	95
Figura 27 - <i>A Torre de Verdum</i> – início e final (<i>O Arquivo</i> , 31 maio 1846, n. 3, p. 61 e 30 jun. 1846, n. 4, p. 85).....	97
Figura 28 - <i>Nísida</i> no jornal <i>O Arquivo</i> – início e final (31 ago. 1846, n. 6, p. 121 e dez. 1846, n. 9, p. 176).....	98
Figura 29 - Início de <i>O irmão e a irmã</i> (<i>O Arquivo</i> , 31 maio 1846, v. 1, n. 3, p. 50)	99
Figura 30 - Final do segundo capítulo de <i>O irmão e a irmã</i> com as iniciais de R. A. C. (<i>O Arquivo</i> , 30 jun. 1846, v. 1, n. 4, p. 75).....	99
Figura 31 - Rodapé em que se identifica o romance <i>Quitança à meia noite</i> (<i>O Progresso</i> , 13 jan. 1847, n. 9, p. 1).....	105
Figura 32 - <i>Os Mistérios da Inquisição</i> no jornal <i>O Progresso</i> (9 ago. 1847, n. 155, p.1)....	107
Figura 33 - Início de <i>Saturnino Fichet ou A Conspiração de la Rouaire</i> (<i>O Porto-Franco</i> , 25 jun. 1849, n. 1, p. 1).....	109
Figura 34 - <i>A Verdadeira Marmota</i> – anúncio (<i>Ordem e Progresso</i> , 16 fev. 1861, n. 9, p. 4).....	112
Figura 35 - <i>O Bravo</i> na <i>Revista Universal Maranhense</i> (1º maio, 1849, n. 1, p. 10)	113
Figura 36 - <i>Piquillo Alliaga</i> no <i>Correio de Anúncios</i> (28 jun. 1851, n. 44, p. 1).....	117
Figura 37 - <i>O Comendador de Malta</i> (<i>O Constitucional</i> , 8 jul. 1854, n. 48).....	119
Figura 38 - Início do romance <i>Maria de Kebouare</i> , no modo jornal-livro (<i>O Constitucional</i> , 26 abr. 1854).....	120
Figura 39 - Início do romance <i>O Cavaleiro do cruzado novo e o cavaleiro do botão de rosa</i> (<i>O globo</i> , 12 ago. 1854, n. 276, p. 1).....	123
Figura 40 - “Hípólito e Camilla” (<i>A Sentinela</i> , 7 jul. 1855, n. 26, p. 1).....	124
Figura 41 - Última veiculação do romance <i>A Condessa de Charny</i> no <i>Diário do Maranhão</i> (11 dez. 1856, n. 368).....	125
Figura 42 - O romance <i>Kenilwort</i> no <i>Diário do Maranhão</i> (7 abr. 1857, n. 31, p.1)	126
Figura 43 - <i>O médico das mulheres</i> (<i>O Apreciável</i> , 21 set. 1867, n. 64, p. 1)	128
Figura 44 - Romance <i>Julieta e Claudina</i> (<i>O Jardim das Maranhenses</i> , 6 jun. 1860, n. 13, p. 50).....	129
Figura 45 - O romance <i>Carlos de Sá</i> (<i>Porto Livre</i> , 7 maio 1872, n. 9, p. 1).....	131
Figura 46 - Início do romance <i>A roda de fiar</i> (<i>A Situação</i> , 5 jan. 186, n. 79, p. 1).....	132
Figura 47 - Começo do romance <i>Um enterro no Rio de Janeiro</i> (<i>A Marmota Maranhense</i> , 11 jan. 1851, n. 36, p.1).....	137
Figura 48 - Início da circulação de <i>Hervé</i> (<i>Jornal Caxiense</i> , 4 ago. 1849, n. 61, p. 1).....	157
Figura 49 - Página do jornal <i>O Farol</i> com o início de “Os sapatos encarnados” (26 abr. 1851, n. 52, p. 2).....	167

Figura 50 - Início de “Consequências de um casamento por cálculo” (<i>O Farol</i> , 28 jun.1851, p. 3).....	169
Figura 51 - Aviso sobre a venda de <i>Telêmaco</i> no jornal <i>Eco do Norte</i> (28 out. 1834, nº 33, p. 4).....	175
Figura 52 - Anúncio do romance <i>O Diabo Coxo</i> (<i>Crônica Maranhense</i> , 13 maio 1838, nº 34, p. 36).....	178
Figura 53 - Anúncio dos livros de José Francisco Arteiro (<i>O Globo</i> ,16 mar. 1823, n. 126, p. 4).....	179
Figura 54 - Anúncios do romance <i>A Bruxa de Madrid</i> no jornal <i>Porto Livre</i> (10 jul. 1862, n. 47 e 16 jan. 1863, n. 66)	180
Figura 55 - Anúncio do primeiro volume do romance <i>Os Mistérios da Inquisição</i> no suporte livro (<i>O Progresso</i> , 10 nov. 1847, n. 221, p. 4).....	181
Figura 56 - Anúncio dos folhetos do romance <i>Os Mistérios da Inquisição</i> (<i>Publicador Maranhense</i> , 2 nov. 1847, nº 576, p. 4).....	182
Figura 57 - Anúncio de <i>Lucíola</i> com o autor trocado (<i>Publicador Maranhense</i> , 4 dez. 1863, n. 275, p. 4).....	189
Figura 58 - Anúncio de <i>Lucíola</i> com o autor correto <i>Publicador Maranhense</i> (10 nov. 1865, n. 255, p. 3).....	189
Figura 59 - Anúncio do romance <i>Iracema</i> no <i>Publicador Maranhense</i> (6 maio 1868, n. 55, p. 4).....	191
Figura 60 - Anúncio da Livraria Frutuoso no <i>Publicador Maranhense</i> (24 out. 1854, n. 1894)	194
Figura 61 - Anúncio do romance <i>A Cabana do Pai Tomaz</i> no (<i>Publicador Maranhense</i> , 2 ago.1853, p. 4, n. 1427)	195
Figura 62 - Anúncio do romance <i>A Cabana do Pai Tomaz</i> no jornal <i>O Globo</i> (15 mar. 1854, n. 231, p. 4).....	196
Figura 63 - Os livros de Alexandre Dumas, pai, no anúncio da Livraria Monteiro & Irmão (<i>Publicador Maranhense</i> , 18 abr. 1857).....	198
Figura 64 - Anúncio de romance de Paul de Kock (<i>Publicador Maranhense</i> , 2 set. 1851, p. 4)	199
Figura 65 - Anúncio do romance <i>A casa branca</i> , de Paul de Kock (<i>Correio de Anúncios</i> , 15 set. 1855, n. 67, p. 4)	200
Figura 66 - Anúncio do romance <i>Úrsula</i> , de Maria Firmina dos Reis (<i>Publicador Maranhense</i> , 9 de agosto de 1860, n. 180).....	203
Figura 67 - Anúncio do romance <i>João sem medo</i> (<i>O Progresso</i> , 9 jan. 1847, n. 6, p. 4).	204
Figura 68 - Anúncio do romance <i>Vicentina</i> (<i>Publicador Maranhense</i> , 19 abr. 1862, 88).....	205
Figura 69 - Devolva o romance <i>Os Mistérios de Paris</i> (<i>O Globo</i> , 26 jun. 1852, n. 50, p. 4)	206
Figura 70 - Perdeu-se o romance <i>Paulina</i> (<i>A Imprensa</i> , 23 fev. 1850, n. 16, p. 4).....	206
Figura 71 - Anúncio de livros que foram levados por um escravo fugido (<i>O Pica-Pau</i> , 3 ago. 1842 n. 7, p. 8).....	207

Figura 72 - Anúncio dos livros que chegariam à Livraria Frutuoso (<i>O Globo</i> , 15 maio 1852, n. 38).....	209
Figura 73 - Anúncios do Gabinete Português de Leitura e da Livraria do Largo do Palácio (<i>A Colição</i> 1863; 1861).....	210
Figura 74 - Anúncio de <i>Telêmaco</i> no jornal <i>O Telégrafo</i> (22 mar. 1848, n. 38, p. 4).....	212
Figura 75 - Anúncio do romance <i>Telêmaco</i> no jornal <i>A Época</i> , de São Luís (26 jun. 1849, p. 6).....	213
Figura 76 - Anúncio de <i>Lances da Ventura</i> (<i>O Telégrafo</i> , 1º jul. 1848, n. 66-67, p. 10).....	216
Figura 77 - Anúncio de <i>Lances da Ventura</i> no <i>Jornal Caxiense</i> (1º jul. 1848, n. 4, p. 4)	216
Figura 78 - Anúncio-ameaça circulado no jornal <i>O Correio Caxiense</i> (24 nov. 1854, n. 14, p. 4).....	218
Figura 79 - Anúncio do Projeto de Leitura <i>O Romancista</i> no jornal <i>A Imprensa</i> (19 ago. 1857, n. 23, p. 4).....	221
Figura 80 - Anúncio do Projeto de Leitura <i>Museu Literário</i> (<i>Publicador Maranhense</i> , 10 jan. 1863, n. 7, p. 3).....	223
Figura 81 - Anúncio do Projeto de Leitura <i>Biblioteca Literária</i> (<i>O País</i> , 21 jul. 1863, n. 20, p. 4).....	224
Figura 82 - Anúncio de venda de livros na Livraria do Frutuoso (<i>Publicador Maranhense</i> , 18 dez. 1851, n. 1200, p. 4)	229
Figura 83 - Aviso de assinaturas para os livros da Biblioteca Econômica Jardim do Povo, de Portugal (<i>Publicador Maranhense</i> , 185 – 14 ago. 1868, n. 185, p. 4)	231
Figura 84 - Anúncio do romance <i>Úrsula</i> no jornal <i>A Coalição</i> (1 maio 1862, n. 25, p. 4)....	233
Figura 85 - Anúncio para subscrições para a reimpressão do romance <i>O Conde de Monte Cristo</i> (<i>O Farol</i> , 27 mar. 1851, n. 46-47, p. 6)	234
Figura 86 - Notícia-reclame do lançamento do romance <i>O Judeu Errante</i> em São Luís (<i>Publicador Maranhense</i> , 7 maio 1845, n. 281, p. 4).....	237
Figura 87 - Início do Artigo sobre o romance <i>O Judeu Errante</i> (<i>Publicador Maranhense</i> , 15 out. 1845, n. 326, p. 1).....	238
Figura 88 - Anúncios de <i>Os Miseráveis</i> , da Tipografia de Frias (<i>A Coalição</i> , 11 jun. 1863, p. 3).....	241
Figura 89 - Anúncio do romance <i>Coisas Estranhas</i> (<i>Publicador Maranhense</i> , 17 out. 1863, n. 235, p. 4).....	244
Figura 90 - Notícia de reimpressão do livro <i>Abusos de trazer o peito à vela</i> (<i>A Imprensa</i> , 28 jul. 1860, p. 2).....	245
Figura 91 - Início de “Lembranças de uma tarde” no <i>Jornal de Instrução e Recreio</i> (15 ago. 1845, n. 13, p. 98).....	250
Figura 92 - Início da publicação de “Uma página do meu álbum” (<i>Jornal de Instrução e Recreio</i> , 20 jan. 1846, n. 24, p. 185).....	252
Figura 93 - Início do escrito “A amizade” e final de “Uma página do meu álbum” (<i>Jornal de Instrução e Recreio</i> , 20 jan. 1846, n. 24, p. 186-188)	254

Figura 94 - Início do escrito “Uma carta de uma amante” (fragmento), de Antônio Rego (<i>O Arquivo</i> , 28 fev. 1846, v. 1, n. 1, p. 2).....	259
Figura 95 - “Uma visita ao primeiro andar” (<i>Publicador Maranhense</i> , 17 jun. 1861, n. 137)	262
Figura 96 - Sessão <i>Crônica</i> no periódico <i>O Jardim das Maranhenses</i> (6 ago. 1861, n. 21, p. 83).....	263
Figura 97 - Conto “A vela de cera” (<i>O Constitucional</i> , 15 mar. 1856, n. 92, p. 1).....	265
Figura 98 - Início do romance <i>Eponina</i> (<i>Jornal de Instrução e Recreio</i> , 4 nov. 1845, n. 21, p. 164).....	272
Figura 99 - Início do capítulo XI de <i>Agápito</i> , com as ressalvas do autor no rodapé do jornal (<i>O Arquivo</i> , 28 fev. 1846, v. 1, n. 1, p. 3).....	274
Figura 100 - Início do capítulo XII de <i>Agápito</i> (<i>O Arquivo</i> , 1º mar. 1846, p. 38)	275
Figura 101 - Início do capítulo XX de <i>Agápito</i> (<i>O Arquivo</i> , 31 out. 1846, p. 151)	277
Figura 102 - Início do romance <i>Maneca e seus amores</i> no <i>Publicador Maranhense</i> (9 nov. 1861, n. 257).....	286
Figura 103 - Início do romance <i>Gupeva</i> no <i>Jardim das Maranhenses</i> (13 out. 1861, n. 25, p. 1).....	296
Figura 104 - Terceiro dia de veiculação do romance <i>Gupeva</i> no <i>Jardim das Maranhenses</i> (25 nov. 1861, n. 27, p. 1).....	297
Figura 105 - Começo do romance <i>O Diabo</i> (<i>O Constitucional</i> , 22 jan. 1856, n. 82)	299
Figura 106 - <i>Os Mistérios da Vila de São Bento</i> no jornal (<i>Porto Livre</i> , 5 ago. 1862, n. 50, p. 1).....	300
Figura 107 - Romance <i>O cego D’Ipujuga</i> no jornal <i>A Estrela da tarde</i> (7 set. 1857, n. 14) .	301
Figura 108 - Início do romance <i>Jacy</i> (<i>Semanário Maranhense</i> , 1º set. 1867, n. 1, p. 3)	309

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Algumas traduções de obras francesas em prosa de ficção que circularam no Folhetim do <i>Publicador Maranhense</i>	50
Quadro 2 - Algumas obras portuguesas em prosa de ficção que circularam no <i>Folhetim do Publicador Maranhense</i>	52
Quadro 3 - Folhetins do <i>Publicador Maranhense</i> não recuperados.....	57
Quadro 4 - Prosa de ficção que circulou no <i>Museu Maranhense</i> (1842)	69
Quadro 5 - Preços das assinaturas do <i>Jornal de Instrução e Recreio</i>	81
Quadro 6 - A prosa de ficção traduzida publicada no <i>Jornal de Instrução e Recreio</i>	91
Quadro 7 - Valores das assinaturas do jornal <i>O Arquivo</i>	94
Quadro 8 - Prosa de ficção traduzida publicada no jornal <i>O Arquivo</i>	101
Quadro 9 - Contos estrangeiros no <i>Semanário Maranhense</i> (1868)	133
Quadro 10 - Jornais que apresentaram prosa de ficção estrangeira em São Luís entre 1832 e 1868	134
Quadro 11 - Partidos políticos do Império, entre 1822 a 1868.....	144
Quadro 12 - Tipografias Caxienses	145
Quadro 13 - Jornais de Caxias, entre 1833 e 1868, dos quais ainda existem cópias.....	146
Quadro 14 - Algumas obras de prosa de ficção anunciadas no <i>Publicador Maranhense</i> (1842 a 1868).....	183
Quadro 15 - Romances originais maranhenses publicados nos jornais.....	312

LISTA DE ABREVIATURAS

UFPB	- Universidade Federal da Paraíba
CCHLA	- Centro Ciências Humanas, Letras e Artes
UFRPE	- Universidade Federal Rural de Pernambuco
USP	- Universidade de São Paulo
UNICAMP	- Universidade de Campinas
UFPA	- Universidade Federal do Pará
UFPI	- Universidade Federal do Piauí
UNL	- Universidade Nova de Lisboa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A CIRCULAÇÃO DA PROSA DE FICÇÃO ESTRANGEIRA NOS JORNAIS DE SÃO LUÍS.....	27
1.1 São Luís entre escritos estrangeiros	27
1.1.1 A chegada da prosa de ficção estrangeira aos jornais de São Luís.....	27
1.1.2 A prosa de ficção estrangeira nos jornais da Associação Literária Maranhense.....	72
1.1.3 Do jornal <i>O Progresso</i> ao <i>Semanário Maranhense</i> : tempos diferentes, permanência do interesse pela ficção estrangeira.....	102
2 A PRESENÇA DA PROSA DE FICÇÃO NOS JORNAIS CAXIENSES OITOCENTISTAS	139
2.1 Os jornais de Caxias e suas condições de produção e circulação.....	139
2.2 <i>Brado de Caxias</i> e <i>Jornal Caxiense</i> : pioneiros na circulação de folhetins em Caxias.....	149
2.3 Rastros da prosa de ficção nos jornais <i>O Farol</i> e <i>O Telégrafo</i>	164
3 OS MODOS DE DIVULGAÇÃO DA PROSA DE FICÇÃO NOS JORNAIS DO MARANHÃO OITOCENTISTA	173
3.1 Reclames de livros.....	173
3.1.1 Os reclames nos jornais de São Luís	173
3.1.2 Os reclames nos jornais de Caxias	210
3.2 Projetos de Leitura e Assinaturas	219
3.2.1 <i>O Romancista</i> , <i>Museu Literário</i> , <i>Biblioteca Literária</i> e <i>Horas de Leitura</i> : divulgação e incentivo à leitura no Oitocentos maranhense	219
3.2.2 Assinaturas ou subscrições: práticas recorrentes de divulgação e venda de livros no século XIX	227
3.3 Notícias, biografias e artigos	237
4 O NASCIMENTO DO SISTEMA LITERÁRIO MARANHENSE PELA ÓTICA DOS JORNAIS.....	249
4.1 Contos, crônicas e escritos sem identificação de gênero.....	249
4.2 Romances do Maranhão	266
4.2.1 <i>Eponina</i> : o primeiro romance maranhense	266
4.2.2 <i>Agápito</i> : um romance descartado?.....	272
4.2.3 <i>Os mistérios de uma tarde</i> , <i>Maneca e seus amores</i> e <i>Gupeva</i>	284
4.2.4 Os romances de João Clímaco Lobato	297
4.2.5 Alguns romances de Sabbas da Costa	303
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	314
REFERÊNCIAS	319

INTRODUÇÃO

A Literatura no século XIX era predominantemente veiculada em jornais e periódicos. Esse acervo, atualmente, é estudado em diversos estados brasileiros, como fonte para pesquisas literárias divulgadas em forma de livros, teses, projetos, dissertações e artigos, que são relevantes iniciativas norteadoras para os pesquisadores na área.

Entre os livros encontramos: *Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX* (2007), de Socorro de Fátima Pacífico Barbosa; *Rodapé das miscelâneas: o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX)* (2002), de Yasmin Jamil Nadaf; e *Deus escreve direito por linhas tortas: o romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900* (2003), de Antonio Hohlfeldt.

Quanto às teses, destacamos: *Narrativas itinerantes: aspectos franco-britânicos da ficção brasileira, em periódicos do século XIX*, de Maria Eulália Ramiccelli, defendida na USP, em 2004; *Trajetórias de consagração: discursos da crítica sobre o Romance no Brasil Oitocentista*, de Valéria Augusti, na UNICAMP, em 2006; *Primeiras impressões: romances publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*, de Simone Cristina Mendonça de Souza, na UNICAMP, em 2007; *Machado de Assis na Imprensa do século XIX: práticas, leitores e leituras*, de Virna Lúcia Cunha de Farias, na UFPB, em 2013; e *Trajetórias Pornográficas: O Riso pronto para o ataque, uma história dos jornais eróticos brasileiros*, de Natanael Duarte de Azevedo, na UFPB, em 2015.

A respeito das dissertações, ressaltamos: *Romances-folhetins dos jornais de Belém do Pará entre 1858 e 1870*, de Rosana Assef Faciôla, defendida em 2005, na UFPA; *Leituras a vapor: a cultura letrada na Belém Oitocentista*, de Izenete Garcia Nobre, na UFPA, em 2009; *Dumas, Montépin e Du Terrail: a circulação dos romances-folhetins franceses no Pará nos anos de 1871 a 1880*, de Edimara Ferreira Santos, também na UFPA, em 2011; *Transferências Culturais via Tradução nas Revistas O Archivo (1846) e Revista Americana (1847-1848)*, de Camyle de Araújo Silva, na UFPB, em 2016.

Com essa temática, encontramos três projetos acessíveis, em vista de disponibilizarem seus resultados online: *Caminhos do Romance*, da UNICAMP, que divulga dissertações, teses, livros, artigos e jornais digitalizados; *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*, da Prof^a. Dr^a. Socorro de Fátima Pacífico Barbosa e da Prof^a. Dr^a. Fabiana Sena, ambas da UFPB, no qual temos acesso a jornais digitalizados e microfilmados, livros, dicionários e documentos também digitalizados, referências bibliográficas, além de artigos que versam sobre a pesquisa nessa área, bem como sobre a História da Literatura na Paraíba.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, deparamo-nos com o projeto *Imprensa Literária no Rio Grande do Sul no século XIX – Textos e Contextos*, sob a responsabilidade da Prof^a. Dr^a. Aline do Amaral Garcia Strelow, que disponibiliza jornais digitalizados da segunda metade do século XIX, no Rio Grande do Sul, referências e um artigo a respeito da pesquisa em jornais.

No Maranhão, os jornais do século XIX foram estudados geralmente por pesquisadores da área de História, como os integrantes do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista, de São Luís, a tese *A Atenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro*, de José Henrique de Paula Borralho, em 2009, na Universidade Federal Fluminense; o livro de Jordânia Maria Pessoa *Entre a tradição e a modernidade: a belle époque caxiense: práticas fabris, reordenamento urbano e padrões culturais no final do século XIX* (2009). Na área de Letras, existe a tese de Ricardo André Ferreira Martins, um estudo sobre o cânone no Rio de Janeiro e no Maranhão denominado *Atenienses e fluminenses: a invenção do Cânone*, defendida em 2009, na UNICAMP.

No século XIX, o Brasil vivia sob o regime de Monarquia, enquanto a outra parte da América era republicana. Nesse contexto, nasceu a imprensa brasileira, tardiamente em relação à Europa, onde já existiam tipografias desde o século XV; e parte da América que iniciou a atividade impressora no século XVI. A imprensa brasileira iniciou-se oficialmente, em 1808, quando a Corte Portuguesa aqui chegou e instalou a Impressão Régia. Entretanto, na primeira metade do século XVII, existiu no Rio de Janeiro a Tipografia de Antônio Isidoro Fonseca, que publicou quatro livros, antes de ser fechada pelas autoridades (COSTA, 1999; MARTINS & LUCA, 2011).

Voltando ao século XIX, o primeiro jornal brasileiro foi impresso em Londres: *Correio Brasiliense*, em 1º de junho de 1808, mas só chegou ao Rio de Janeiro em outubro. Era um periódico oposicionista, que discutia os problemas da Colônia, portanto não agradava aos poderosos, consequentemente foi apreendido. Esse jornal pertencia a Hipólito da Costa. O primeiro jornal impresso no Brasil, com licença para circular foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10 de setembro de 1808. Em seguida, a imprensa começou a se desenvolver nas províncias, iniciando pela Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará; seguidas pelo Ceará, Minas Gerais, Paraíba, São Paulo e Rio Grande do Sul (MARTINS & LUCA, 2011).

É importante ressaltar que a imprensa brasileira floresceu em um espaço cultural preparado para desenvolvê-la, em vista, sobretudo, da presença de jornais portugueses, além disso, os primeiros redatores tiveram contato com os impressos de outras nações, por exemplo, da França, dos Estados Unidos, da Inglaterra (MARTINS; LUCA, 2011). Esse

contato acontecia porque muitos desses profissionais estudaram em outros países, principalmente Portugal; ou tinham acesso aos jornais estrangeiros que chegavam aqui. Inclusive colhendo assinaturas para essas publicações, bem como veiculando os próprios escritos nesses periódicos, como Gonçalves Dias, que foi redator dos jornais *Brado de Caxias*, *Jornal de Instrução e Recreio*, *O Arquivo: Jornal Científico e Literário*, mas colaborava com a *Revista Acadêmica*, de Portugal; e Alexandre de Carvalho Leal, também redator do jornal *O Arquivo*, fazia subscrições para a mesma revista, como será visto no primeiro capítulo desta tese.

Segundo Quincas Vilaneto (2008, p. 38), a imprensa maranhense, no século XIX, foi bastante rica. Começou a funcionar em São Luís, em 1821, com a publicação do jornal *O Conciliador do Maranhão*¹, de forma manuscrita; e Caxias foi a segunda cidade da província onde a imprensa desenvolveu-se, com início, em 1833, como observamos neste trecho: “A *Crônica – Jornal Político, Noticioso*, o primeiro a circular em Caxias Impresso [na] Tipografia Independente”. Em seguida, foram lançados *O Justiceiro*, em 1835; *O Telégrafo*, em 1839; *Brado de Caxias*, em 1845; e o quinto jornal da cidade foi o *Jornal Caxiense*.

Após uma busca em arquivos portugueses e brasileiros, constatamos que não existem mais cópias do jornal *O Conciliador* manuscrito. Circularam 34 edições nessa forma; e com a chegada da primeira tipografia², foram todas reimpressas com alguns acréscimos. Este jornal chamou a atenção da crítica pela forma como iniciou a circulação, pelo contingente de pessoas que envolvia em sua produção, bem como pela tiragem que era grande, pois de acordo com Joaquim Serra (2001, p. 23): “Saíam centenas de exemplares, que eram lidos com avidez”. Foi a pressa dos maranhenses em manifestarem suas ideias que não os deixou esperar pela forma convencional de divulgação, conforme José Maria Correia de Frias (2001, p. 15): “Os maranhenses, sôfregos de publicar os seus pensamentos, de transmitir a todos as suas ideias, criaram uma tipografia sem que Gutenberg tivesse parte no seu invento”.

¹ De acordo com informações da BN, esse jornal foi publicado inicialmente de forma manuscrita: “Sua publicação manuscrita começou a 15 abril de 1821, e impressa em 1822, encerrou 12 junho 1823. A partir do n.77, passou a chamar: *O Conciliador*”. Informações disponíveis em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/conciliador/conciliador_1821/o_conciliador_1821_047.pdf>. Acesso em: 08 set. 2014. Em nossa pesquisa, no entanto, verificamos que *O Conciliador* foi impresso ainda em 1821, a partir de 10 de novembro, como podemos ver na figura 1 desta tese.

² Conforme Serra (2001, p. 21), “A primeira tipografia que funcionou no Maranhão foi mantida pelo Erário Real em 1821. Chegou de Lisboa a 31 de outubro desse ano e começou logo a funcionar. Tinha uma administração composta de três membros, sendo o principal um desembargador. Até 1830 foi essa a única imprensa que existia na província. Depois da Independência, passou a denominar-se Tipografia Nacional Imperial. Em 1830, fundou Clementino José Lisboa a Tipografia Constitucional. Muitas outras se estabeleceram, até que, em 1843, Francisco de Sales Nunes Cascais, regressando da Europa, trouxe prelos franceses e introduziu nas oficinas existentes alguns melhoramentos tipográficos”.

Existem indícios de que *O Conciliador do Maranhão*, de fato existiu manuscrito, na primeira página da edição 35 (a primeira impressa). Trata-se de algumas anotações feitas pelo leitor, não identificado, do jornal cuja cópia hoje está disponível para pesquisa. Na parte superior esquerda, ele anotou: “Já na Tipografia”; na parte inferior, consta: “Principiou publicação impressa — até o n. 34 era manuscrita”, consoante podemos observar nesta imagem:

Figura 1 - Primeira página do exemplar n. 35 do jornal *O Conciliador do Maranhão* (10 nov. de 1821)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>

Nosso interesse pela pesquisa em jornais do século XIX começou, quando cursávamos a disciplina Literatura Brasileira – séculos XIX e XX, em 2008, no Mestrado Acadêmico em Letras, da UFPI, e a professora da disciplina, às vezes, quando sugeria a leitura de algumas obras de autores famosos, como Machado de Assis e José de Alencar, reforçava que algumas

delas foram primeiramente veiculadas em jornais, só depois no suporte livro. Somando-se a isso, na mesma disciplina, houve a leitura de alguns capítulos do livro *Os leitores de Machado de Assis*, de Hélio de Seixas Guimarães. A inquietação estava instalada. Sem dúvida os jornais do século XIX, de Caxias, no Maranhão, seriam o *corpus* da pesquisa para o Doutorado. Mas onde encontrá-los nessa cidade?

A resposta estava no Instituto Histórico e Geográfico de Caxias, onde existem alguns desses suportes microfilmados. Começamos a leitura dos periódicos em 2010, naquela instituição. Além disso, adquirimos, por meio da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, alguns exemplares em CD's ou microfilmes³ porque ainda não disponibilizavam online os jornais desse município.

Depois que fomos aprovada na seleção para o Doutorado em Letras, na Área de Concentração Memória e Produção Cultural, a pesquisa foi ampliada para São Luís, além de Caxias, e como alguns dos jornais da capital maranhense também não estavam disponíveis online, mas em papel e microfilmes, na Biblioteca Pública Benedito Leite, fomos pesquisar naquela instituição. Mesmo assim, não encontramos todos os periódicos que buscávamos, foi então através do Projeto *Jornais e Folhetins Paraibanos do século 19* que conseguimos completar o *corpus* da pesquisa, visto que este adquiriu, em microfilmes, os jornais que faltavam, converteu-os em pdf e disponibilizou-os no próprio site, viabilizando a continuação desta pesquisa. Hoje (2017) já estão disponíveis online, não só os periódicos de Caxias, como também os de São Luís, nos sites da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís; e no Projeto *Jornais e Folhetins Paraibanos do século 19*, em João Pessoa, na Paraíba.

No início da pesquisa, denominamos o projeto de *A poesia em jornais caxienses do século XIX*, cujo objetivo geral era analisar e apreender poesias divulgadas em jornais caxienses do século XIX, a fim de que se conheça melhor a história de leitura poética desta cidade, considerando as temáticas recorrentes no Romantismo. Seus objetivos específicos eram: a) Levantar dados referentes à poesia em jornais caxienses do século XIX, entre os anos de 1836 a 1880; b) Investigar as temáticas românticas recorrentes nas poesias veiculadas nos jornais caxienses do século XIX; c) Compreender as funções das poesias do século XIX divulgadas em jornais caxienses, a fim de que se conheçam melhor seus autores e leitores.

Como destaque de poeta, desse período, que publicava nos jornais de Caxias, encontramos Frederico José Correia, um dos redatores do jornal *Brado de Caxias: Trono e*

³ Após nossa aprovação para o Doutorado em Letras, esses microfilmes foram convertidos em pdf pelo Projeto *Jornais e Folhetins Paraibanos do século 19* e disponibilizados online.

Liberdade, de 1845-1846, cujas poesias tinham temas diversificados, como: natureza, animais, mulheres, crianças, personalidades históricas. Contudo, junto com o *glamour* da poesia, observamos que, nos jornais caxienses, veiculava também a prosa de ficção traduzida, curta ou longa, no corpo do jornal ou nas sessões *Variedades* e *Folhetim*. O espaço *Folhetim* dos jornais de Caxias vinha com uma particularidade: exibia apenas prosa de ficção e repetia, em todos os exemplares, os nomes das obras ali veiculadas; ao contrário de muitos jornais das outras cidades que, nessa sessão, publicavam de tudo.

Optamos então, em comum acordo com a orientadora da pesquisa, Prof^a. Dr^a. Socorro de Fátima Pacífico Barbosa, por investigar a circulação e a divulgação da prosa de ficção nos jornais, não só de Caxias, mas também se São Luís, em um período menor, entre 1832 e 1868, em vista de ser considerado o Primeiro Ciclo da Literatura Maranhense. Tentaríamos recuperar a prosa de ficção que foi ofuscada pela grande quantidade de poesias que preenchiam as páginas dos jornais e talvez por isso continuem ali esquecidas, ou apenas mencionadas, sem mais detalhes.

No Maranhão desse período, apenas a poesia ganhou visibilidade pelo cânone, sobretudo por causa da existência do Grupo Maranhense⁴, uma expressão alusiva, principalmente, aos que se destacavam no período como Odorico Mendes, autor da poesia que iniciou o ciclo “Hino à tarde” e primeiro tradutor de obras longas do Brasil, como os livros de Homero e Ovídio (SERRA, *Semanário Maranhense*, 1868); e Gonçalves Dias, que era considerado pela “maioria dos poetas e mesmo jornalistas [...], desde meados do século [XIX], como o verdadeiro criador da Literatura Nacional” (CANDIDO, 2012, p. 401, grifo do autor). Este fato pode ter motivado a produção de poesias originais, bem como muitas de muitas traduções desse gênero que excessivamente preenchiam as páginas dos jornais maranhenses.

A prosa de ficção pode ter sido esquecida pela historiografia local, em vista de ser predominantemente formada por traduções. Aspecto que se justifica no Oitocentos pela falta de domínio desse gênero por muitos escritores, em vista de tratar-se de uma arte não amparada pela tradição literária, como já era a poesia. Mas este período trouxe o marco inicial da prosa de ficção maranhense: o romance *Jacy*, de Francisco Gaudêncio Sabbas da Costa,

⁴ “O Grupo Maranhense atuou entre 1832 e 1868 e dele fizeram parte escritores que se tornaram conhecidos nacional e internacionalmente. São seus integrantes: Manoel Odorico Mendes, Francisco Sotero dos Reis, Francisco Lisboa, Trajano Galvão de Carvalho, Antonio Gonçalves Dias, Antônio Henriques Leal, Joaquim Gomes de Sousa Andrade (Sousândrade) e César Augusto Marques. Menos repercussões tiveram: Frederico José Correia, Lisboa Serra, Cândido Mendes de Almeida, Pedro Nunes Leal, Belarmino de Matos, Gentil Homem de Almeida Braga, Antônio Joaquim Franco de Sá, Francisco Dias Carneiro, Joaquim Serra, entre outros”. (MORAES, 1977, p. 85).

que circulou no jornal *O Semanário Maranhense*, em 1867. Será que não existiriam, nos jornais maranhenses, outras tentativas anteriores que passaram despercebidas?

Diante dessas constatações e interrogações, justificou-se a mudança do foco da pesquisa que passou a ser denominada *A prosa de ficção nos jornais do Maranhão Oitocentista*. Prosa de ficção, nesta tese, refere-se aos discursos narrativos literários “em linha reta”, integrados pelo romance, o conto e a crônica (MOISÉS, 2004); bem como outros gêneros que não foram nomeados pelos periódicos, mas também narram ficção. Os critérios para a seleção dos escritos foram que eles fossem estrangeiros ou maranhenses e tivessem sido publicados no corpo do jornal ou nas sessões *Folhetim*, *Literatura* e *Variedades*.

A partir dessas considerações, apresentamos como objetivo geral desta tese: investigar a circulação e a divulgação da prosa de ficção, nos jornais de São Luís e de Caxias, no Primeiro Ciclo da Literatura no Maranhão (1832-1868), considerando o contexto político-social maranhense e a possibilidade da formação de um Sistema Literário do Maranhão, nessa forma textual, a fim de que se conheça melhor a História de Leitura e da Literatura, nesse estado, no século XIX. Para atingirmos o objetivo geral, elaboramos os seguintes objetivos específicos: a) Levantar dados referentes à prosa de ficção em jornais de São Luís e de Caxias, no século XIX, entre os anos de 1832 a 1868, com a finalidade de precisar as formas de circulação, divulgação, os gêneros mais frequentes, seus autores e leitores; b) Lançar luz sobre escritos em forma de prosa de ficção, veiculados nos jornais das referidas cidades, no Primeiro Ciclo da Literatura no Maranhão; c) Identificar os modos de circulação colocados em prática pelos jornais para veicular a prosa de ficção no Maranhão Oitocentista. d) Verificar a possibilidade de construir um esquema sobre a formação de um Sistema Literário do Maranhão, em prosa de ficção, entre 1832 e 1868, considerando autores e obras publicadas nos jornais. e) Analisar a representação da prosa de ficção para o cenário político-social maranhense, no período mencionado.

A questão central desta pesquisa é: quais obras em prosa de ficção circularam ou foram divulgadas, nos jornais de São Luís e de Caxias, no Primeiro Ciclo da Literatura no Maranhão (1832-1868), considerando o contexto político-social maranhense e a possibilidade da formação de um Sistema Literário do Maranhão? As questões norteadoras são as seguintes: a) Como ocorreram a circulação e a divulgação da prosa de ficção, nos jornais de São Luís e de Caxias, no Primeiro Ciclo da Literatura no Maranhão (1832-1868)?; b) De quais modos o jornal se apropriou da prosa de ficção para veiculá-la no Maranhão Oitocentista?; c) Quais os gêneros mais frequentes que circulavam, em forma de prosa de ficção, nos jornais maranhenses do século XIX?; d) É possível verificar a formação de um Sistema Literário do

Maranhão, em prosa de ficção, entre 1832 e 1868, considerando autores e obras publicadas nos jornais, uma vez que esse período é marcado pela efervescência poética nesse estado.

Para responder a essas questões, optamos por uma pesquisa em fonte primária, visto que serão utilizados jornais; bem como bibliográfica, uma vez que pesquisaremos também em livros, revistas, teses, dissertações e artigos; envolvendo os procedimentos qualitativos e crítico-analítico.

A fundamentação teórica é pautada na História Cultural, História da Literatura Brasileira, História da Literatura Maranhense, História da Leitura e História dos Jornais. Quanto à História Cultural, seguiremos como orientação às noções de prática, apropriação e representação, estudadas por Roger Chartier (2001; 2002; 2004, 2005; 2011), baseado nos estudos de D. F. McKenzie (1999) e Robert Darnton (2010), segundo a qual os objetos literários são estudados como resultado das práticas culturais de uma época; incluindo, além do escrito em si, a história de circulação e divulgação, os suportes que os veicularam, os profissionais envolvidos no processo, a forma como os escritos foram apropriados pelos profissionais da imprensa e pelos leitores; ampliando dessa forma o campo dos estudos literários para outros suportes, como os jornais; e não mais apenas os livros, todavia, a história destes também ganhou mais relevância, uma vez que a História Cultural valoriza os suportes, como uma condição fundamental para a existência dos escritos.

Para a História da Literatura Brasileira, empregaremos como referencial Antonio Candido (2012), a respeito do contexto literário brasileiro, no século XIX. Em relação à História da Literatura Maranhense, nossa principal base será o ensaio de Antônio dos Reis Carvalho (1912), que apresenta essa literatura pelo viés canônico; seguido pelo estudo de Ricardo André Ferreira Martins (2009), a respeito dos jornais como fontes dessa literatura, mas também valorizando do cânone.

Sobre a História da Leitura e dos Jornais servirão de apoio as ideias de Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (2005, 2007, 2013), Márcia Abreu (2007), Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1996) e Marlyse Meyer (2005). Além disso, especificamente, sobre os jornais maranhenses teremos como principais referenciais os estudos de Joaquim Serra (2001) e de Quincas Vilaneto (2008). Outros teóricos e pesquisadores surgirão no decorrer da pesquisa.

A análise das traduções, bem como das obras originais encontradas nesses jornais, versará sobre a história de circulação e de divulgação desses escritos, associada à história dos periódicos em que se encontram, em vista de, conforme D. F. McKenzie (1999), não existir obra fora do suporte que viabiliza a chegada dos escritos ao leitor, além disso, o suporte

também auxilia na compreensão, através das práticas de apropriação, bem como da forma de apropriação da realidade.

A verificação da possibilidade da existência de um Sistema Literário do Maranhão será baseada nas ideias de Antonio Candido (2012), segundo as quais, a Literatura é considerada um sistema de obras com aspectos em comum, relacionando-as a uma fase, com produtores literários, receptores e meios de transmissão dos escritos. No caso desta pesquisa, os aspectos em comum que serão buscados são os referentes ao Romantismo e aspectos político-sociais do Maranhão nos escritos publicados nos jornais, no período mencionado. O teórico refere-se ao sistema literário desta forma:

[A] literatura propriamente dita [é] considerada aqui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase. Estes denominadores são, além das características internas (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros. O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece sob este ângulo como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contatos entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade (CANDIDO, 2012, p. 25).

No século XIX, o Maranhão parecia acomodado à periodização da Literatura Brasileira, apesar disso, em 1912, foi estabelecida a divisão da Literatura Maranhense em três ciclos, por Antônio dos Reis Carvalho, no ensaio “Literatura Maranhense”, publicado na coleção *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*. No referido estudo, os períodos dessa literatura foram caracterizados da maneira a seguir. O Primeiro Ciclo teve início em 1832, com a poesia “Hino à tarde”, de Odorico Mendes e estendeu-se até 1868, com a circulação do jornal *Semanário Maranhense*; a obra de destaque foi *Primeiros Cantos* (1846), de Gonçalves Dias. O Segundo Ciclo começou em 1868 e terminou em 1894, com destaque para *O Mulato* (1881), de Aluísio Azevedo. Já o Terceiro Ciclo ocorre de 1894 em diante, sobressaindo-se as obras *Os Mosaicos* (1908), de Domingos Barbosa; *Canaã* (1902), de Graça Aranha.

Os critérios utilizados pelo historiador, além dos períodos de produção das obras, já mencionados, foram as datas de nascimento dos escritores. Dessa forma, quem nasceu entre o final do século XVIII e início do século XIX, pertenceria ao Primeiro Ciclo; o Segundo Ciclo

abrange a geração nascida entre 1850 e 1870; e o Terceiro Ciclo compreende os escritores nascidos entre 1870 e 1890, além de todos que nascessem depois desse período, em vista de este Ciclo estender-se até os dias atuais. Depreendemos que o critério mais abrangente, entretanto, foi o do período de publicação das obras, ao analisar a questão envolvendo o romance *Canaã*, que, embora seu autor pertencesse à geração do Segundo Ciclo, seu romance, publicado em 1902, foi inserido no Terceiro Ciclo.

Nesta pesquisa, constatamos que de muitos jornais maranhenses, do período mencionado, não existem mais cópias. De Caxias, encontramos 15 jornais que ainda possuem reproduções. No entanto, conforme, Vilaneto (2008), circularam 33 jornais nesse município, no período mencionado.

De São Luís, ainda existem, desse período, cópias de 120 jornais, de acordo com o levantamento que fizemos para esta tese, no Catálogo de Jornais Maranhenses do Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, bem como em seus arquivos digital e físico; na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; e no Projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19*. Encontramos prosa de ficção em 39 desses periódicos. Vilaneto (2008) mencionou um total de 191 jornais existentes, em São Luís, no período mencionado. É praticamente impossível precisar o total desses jornais, em vista da efemeridade de diversos periódicos que deixavam de circular logo nas primeiras edições, às vezes, em consequência do surgimento de outros reconhecidos como melhores, formando o que Joaquim Serra (2001) denominou de:

[...] enxame de pequenos jornais que então circulavam, mais ou menos pelo padrão do jornal *O Legalista* ou do jornal *O Amigo do País*, *O Sete de Setembro*, como essas folhas de pequena nomeada, eram todas eclipsadas pela *Revista* [...] que as combatia com decidida vantagem” (SERRA, 2001, p. 28)⁵.

Embora tenha existido uma quantidade muito grande de jornais e de boa qualidade, no Maranhão Oitocentista, alguns críticos da época concluíram que esse suporte deixou a desejar em relação à Literatura, em vista de não terem existido suportes com dedicação exclusiva para essa arte, mesmo com o grande empenho dos maranhenses para a escrita, conforme observamos nesse depoimento:

⁵ O livro *Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão 1820-1880* foi publicado em 1883. Nessa edição, o autor identificava-se apenas com o pseudônimo Ignotus. Na edição de 2001, utilizada nesta pesquisa, constam na capa o nome do autor Joaquim Serra e o pseudônimo. Nas referências a essa obra optamos pelo nome verdadeiro.

Sendo certo que a literatura tem sido cultivada com amor e aproveitamento pelos filhos do Maranhão, é notável que, na imprensa jornalística, onde, aliás, disputam primazia grande número de periódicos bem escritos, não haja uma revista inteiramente consagrada às letras, que assinale de modo cabal e satisfatório particular tendência dos escritores maranhenses (SERRA, 2001, p. 61).

Ainda, de acordo com esse crítico, os melhores trabalhos literários do Maranhão poderiam se encontrar nos jornais políticos, neutros ou comerciais: “Esparsos pelos periódicos políticos, neutros, e comerciais é que se encontram os melhores trabalhos, os mais recomendáveis títulos dos literatos que militaram na imprensa jornalística” (SERRA, 2001, p. 90). Em vista disso, todos os jornais encontrados nesta pesquisa, independente de se declararem literários ou não, serão consultados, a fim de nos certificarmos de que circularam ou divulgaram a prosa de ficção (romance, crônica, conto e outros gêneros não identificados pelos periódicos).

Para a construção desta tese que busca investigar a circulação e a divulgação da prosa de ficção, nos jornais de São Luís e de Caxias, no Primeiro Ciclo da Literatura no Maranhão (1832-1868), optamos por dividi-la em quatro capítulos: O primeiro é “A circulação da prosa de ficção estrangeira nos jornais de São Luís”, que versará a respeito das traduções que circularam nos jornais da capital maranhense, em diversos gêneros e modos de apropriação variados. No segundo capítulo, “A presença da prosa de ficção nos jornais de Caxias”, estudaremos a circulação da prosa de ficção nos jornais dessa cidade e as condições de produção desses periódicos. No terceiro capítulo, “Os modos de divulgação da prosa de ficção nos jornais do Maranhão Oitocentista”, discutiremos a respeito dos reclames de livros nos jornais de São Luís e de Caxias, além de outras práticas que os periódicos utilizavam para incentivar o consumo de leitura, como Projetos de Leitura e assinaturas, notícias, biografias e artigos. No quarto capítulo, “O nascimento do Sistema Literário Maranhense pela ótica dos jornais”, analisaremos a representação das questões políticas, sociais e culturais, nos romances, contos, crônicas e escritos sem indicação de gêneros, que iniciaram a prosa de ficção na Literatura Maranhense, além dos modos como esses escritos circularam nos jornais. À medida que os resultados forem aparecendo, inseriremos algumas imagens dos jornais e elaboraremos quadros explicativos, recursos previstos na ABNT, para facilitar a leitura e a compreensão de trabalhos acadêmicos.

1 A CIRCULAÇÃO DA PROSA DE FIÇÃO ESTRANGEIRA NOS JORNAIS DE SÃO LUÍS

Eu creio que uma boa tradução vale tanto ou mais do que uma excelente composição original (CASTELLAMARE (Joaquim Serra), *Semanário Maranhense*, 1868, n. 20, p. 2).

1.1 São Luís entre escritos estrangeiros

1.1.1 A chegada da prosa de ficção estrangeira aos jornais de São Luís

No século XIX, os jornais do Brasil veicularam uma grande quantidade de prosa de ficção estrangeira. Essa prática foi observada no Rio de Janeiro e nas províncias, como a Paraíba, conforme verificamos, por exemplo, no livro *Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX* (2007), de Socorro de Fátima Pacífico Barbosa. Há também pesquisas nessa área, no Rio Grande do Sul, como o livro *Deus escreve direito por linhas tortas: o romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900* (2003), de Antonio Hohlfeldt; no Pará, encontramos a tese *Dumas, Montépin e Du Terrail: a circulação dos romances-folhetins franceses no Pará nos anos de 1871 a 1880*, de Edimara Ferreira Santos, defendida na UFPA, em 2011; e no Mato Grosso, o livro *Rodapé das miscelâneas: o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*, de Yasmin Jamil Nadaf (2002).

A imprensa maranhense teve início, em 15 de abril de 1821, em São Luís, com o jornal *O Conciliador do Maranhão*, que circulou inicialmente manuscrito, mas, a partir de 10 de novembro do mesmo ano, passou a ser impresso. A segunda cidade maranhense onde a imprensa desenvolveu-se foi Caxias, em 1833, começando com a impressão do jornal *A Crônica – Jornal Político, Noticioso* (SERRA, 2001; VILANETO, 2008), conforme mencionamos nesta tese.

A circulação de jornais foi intensa na província, e assim como nos periódicos da Corte, nos jornais do Maranhão veicularam grande quantidade de prosa de ficção estrangeira. Neste capítulo, abordaremos a história de circulação e as formas de apropriação da prosa de ficção de outros países, nos jornais de São Luís, entre 1832 e 1868.

O estudo é apoiado na teoria História Cultural, uma vez que, de acordo com Chartier (2002, p. 135), essa teoria dedica-se à “escrita, a sua produção e a sua circulação”. O conceito de Literatura, no século XIX, de acordo com Barbosa (2007, p. 30), “são textos que mantêm a perspectiva *horaciana* de instruir e deleitar. Nesta concepção, o termo englobava a eloquência, a poesia, a história, a crítica e também as ciências”. Ainda conforme Barbosa

(2007), o jornal é inerente à circulação e divulgação da Literatura do século XIX; e como não é somente um arquivo de escritos, todos os periódicos interessam ao pesquisador, não apenas os que se destacaram com a veiculação de autores famosos, em vista disso, pesquisaremos todos os jornais maranhenses que circularam no marco temporal desta tese. Vejamos a reflexão de Barbosa:

[O jornal] é parte da divulgação e da circulação do literário no século XIX. Nesse sentido, se não os tomamos mais só como arquivos, acervo de textos, interessam todos os jornais, ou os mais variados jornais, e não apenas aqueles consagrados pela participação de autores célebres (BARBOSA, 2007, 38).

Com base em alguns conceitos da História Cultural, consideramos a “circulação”, em nossa tese, como os caminhos percorridos pelos escritos, envolvendo os periódicos que os veicularam no Maranhão; e, às vezes, em outros lugares onde os recuperamos, em jornais ou no suporte livro, já que a circulação é uma prática que viabiliza a “constituição de um público sem que as pessoas estejam necessariamente no mesmo lugar, em mútua proximidade” (CHARTIER, 2001, p. 64). A recuperação dos autores e o reconhecimento das obras publicadas nos jornais do século XIX, segundo Germana Sales (2012), é importante porque preenche um vácuo existente “entre as publicações que se celebrizaram como literárias”; além disso, auxilia as reflexões sobre o conceito de Literatura e a formação do cânone.

Começamos este estudo com um levantamento dos jornais que circularam na capital maranhense, entre 1832 e 1868, dos quais ainda existem cópias. Contatamos que são 120. Em seguida, iniciamos a leitura, a fim de descobrir em quais deles circulou prosa de ficção estrangeira, chegando a um total de 39. Procedemos da mesma forma com os jornais de Caxias e verificamos que existem reproduções de 15 jornais desse período e em três encontramos prosa de ficção estrangeira. O que esta pesquisa traz de novo é o fato de os jornais maranhenses ainda não terem sido estudados nesta perspectiva. Pesquisas como as de Vilaneto (2008) e Serra (2001), ativeram-se às histórias dos periódicos, não se aproximaram da literatura ali veiculada.

A história de circulação das traduções que abordaremos neste capítulo, bem como dos escritos originais que serão estudados no capítulo quatro, virá associada à história dos periódicos em que veicularam. Dessa forma, especificaremos em quais jornais circularam os escritos, o período, os tradutores (caso tenham sido identificados) e as fontes. Além disso, informaremos dados sobre os jornais como o período de circulação, proprietários, redatores e

impressores (se identificados), tipografias inclinação política (quando possível, pois a maioria não transparecia essa informação), tipos de notícias veiculadas, como se mantinham e condições de circulação. Para facilitar a compreensão desta pesquisa, tanto neste capítulo como nos demais, colocaremos algumas imagens dos periódicos, bem como elaboraremos quadros sempre que os trechos da tese apresentarem muitas informações.

Discorrer sobre os profissionais que possibilitavam a chegada dos escritos até o leitor, de acordo com Robert Darnton (2010, p. 150), também é uma tarefa do historiador de hoje que “precisa trabalhar com uma concepção mais ampla de literatura, que leve em conta os homens e as mulheres em todas as atividades que tenham contato com as palavras”. Assim, nesta tese, algumas histórias desses profissionais: proprietários de jornais, redatores, impressores e tradutores, surgirão juntamente com as histórias dos periódicos e com a prosa de ficção veiculada ou divulgada nos jornais.

Analisaremos também a forma como a prosa de ficção estrangeira foi apropriada pelos jornais: publicada completa, em tradução livre, apenas uma parte da obra; colocada no corpo do jornal ou no *Folhetim*; com estilo tradicional ou jornal-livro. Jornal-livro foi o termo que criamos para publicações semelhantes a cópias de livros abertos; com letras em fontes geralmente iguais às que compunham o corpo do suporte; apresentando orientação de leitura da direita para a esquerda do jornal e páginas alternadas e numeradas, uma estratégia a fim de que a obra pudesse ser encadernada no formato brochura, semelhante a um livro.

No Maranhão, a grande presença de traduções de romances franceses publicados nos jornais, ou que foram anunciados nesses periódicos e circularam no suporte livro, somados aos aspectos históricos de São Luís ter sido fundada por franceses e a França ser o modelo cultural para o mundo, no século XIX, influenciavam os costumes da sociedade dessa província, conforme observamos nos constantes anúncios de produtos franceses como roupas, perfumes, chapéus, utensílios domésticos, e até livros no idioma original. Mesmo que alguns desses produtos destoassem do contexto maranhense, o importante era sentir-se na moda.

Veremos agora as considerações de Pietro de Castellamare (Joaquim Serra) a respeito de tradutores e de tradução, nesse contexto, expressas no artigo “‘Eloá’, tradução parafrástica de Flávio Reimar”, apregoado na sessão *Revista Bibliográfica*, do jornal *Semanário Maranhense*, de São Luís, em 12 de janeiro de 1868, n. 20. Em seguida, apresentaremos algumas definições de tradução, tradutor e traduzir veiculadas em dicionários, a fim de compreendermos melhor como a tradução era percebida por esses autores, ademais, ressaltaremos as semelhanças e as diferenças entre os conceitos expressos por estes e os mencionados por Castellamare.

Castellamare (Joaquim Serra) (1868) equipara o trabalho do tradutor com o do escritor; define-o como um artista que acompanha o raciocínio do autor, ao mesmo tempo em que se deleita com os escritos; além disso, precisa dominar os dois idiomas envolvidos no trabalho, assim a versão equivalerá à obra original. Nesta citação, o tradutor é denominado poeta porque o conceito foi elaborado tendo em vista a tradução do livro de poesias *Eloá*, de Vigny, por Flávio Reimar (Gentil Braga).

O bom tradutor é poeta com o poeta, com o poeta que ele verte; por isso que o acompanha em seus voos; também é artista como ele, porque esmera-se no valor da palavra e no colorido do dizer; é finalmente conhecedor dos segredos de duas línguas, por quanto não há particularidade do original; que na versão não tenha equivalente apropriado” (CASTELLAMARE (Joaquim Serra), *Semanário Maranhense*, 12, jan. 1868, n. 20, p. 2)⁶.

No mesmo artigo de Castellamare (Joaquim Serra) (1868), verificamos que a tradução era compreendida como uma prática que viabilizava a posse e a imortalidade das obras, tanto no país de origem quanto no que a recebeu. Chegamos a essa conclusão, quando observamos a forma como o autor referiu-se à tradução de Reimar (Gentil Braga) da seguinte forma:

Esse nosso distinto comprovinciano merece os mais bem cabidos emboras, porque dotou a literatura brasileira com uma obra prima, que será imorredoura, como na literatura francesa há de ser o poema, que é hoje nosso [...]” (CASTELLAMARE (Joaquim Serra), *Semanário Maranhense*, 12 jan. 1868, n. 20, p. 3).

Castellamare (Joaquim Serra) (1868) expressou um conceito e uma classificação relevantes para tradução, visto que até então não tínhamos observado escritos a respeito dessa temática nos jornais maranhenses, pois estes se limitavam a deixar os tradutores anônimos ou com as iniciais e asteriscos, raramente os identificavam. O referido artigo, pode resumir a atmosfera que permeava os autores, tradutores e jornais no final do Primeiro Ciclo da Literatura no Maranhão. O ato de traduzir foi definido de duas formas: a literal e a parafrástica.

A tradução literal é um trabalho dos mais importantes na Literatura. Consiste em uma forma de transplante de um escrito para outro idioma, observando a flexibilidade, melodia, as

⁶ O tradutor maranhense mais comentado nos livros e nos jornais é o jornalista e poeta Manoel Odorico Mendes (que não traduziu prosa de ficção para os periódicos), em vista de ter, “traduzindo Virgílio e Homero” (CASTELLAMARE (Joaquim Serra), *Semanário Maranhense*, 12 jan. 1868, n. 20, p. 2). O poeta nasceu em São Luís, em 24 de janeiro de 1799 e faleceu em Londres, em 17 de agosto de 1864.

particularidades e a energia do escrito: “[tradução é] transplantar para outra língua a flexibilidade do verso, o pitoresco o da imagem a energia da frase e a melodia da rima, é um trabalho de elevado quilate entre os mais importantes labores literários” (CASTELLAMARE (Joaquim Serra), *Semanário Maranhense*, 12 jan. 1868, n. 20, p. 2).

Quanto à tradução parafrástica, ocorre quando ideias esboçadas ou pouco desenvolvidas pelo autor são ampliadas pelo tradutor. É considerada boa, se permanecerem as características da obra original, consoante observamos neste trecho:

A tradução parafrástica ocorre quando [o tradutor] dando desenvolvimento a algumas ideias, apenas esboçadas pelo escritor francês, pôs em alto relevo muitas belezas, que apenas eram expressadas por meias tintas, como temas, que pediam desenvolvimento maior [...]. Esse modo de traduzir, a meu ver o melhor, quando é conservado tudo quanto caracteriza a obra que se traduz [...] (CASTELLAMARE (Joaquim Serra), *Semanário Maranhense*, 12 jan. 1868, n. 20, p. 2).

Castellamare (Joaquim Serra) (1868) não informou as fontes em que se baseou para escrever a respeito de tradução, mas, seu conceito de tradutor é semelhante ao propalado no dicionário de Raphael Bluteau, denominado *Vocabulário Português e Latino*, de 1721. Com a diferença de que este refere-se aos tradutores de gêneros diversos, a depreender-se dos exemplos de obras traduzidas que cita. Nesse verbete, Bluteau (1721) exalta o tradutor, como um ser de imaginação fértil que domina os dois idiomas para dar nova vida ao autor. Ressalta ainda que o bom tradutor é fiel ao idioma que traduz e desse trabalho esmerado vem a credibilidade das traduções, como podemos verificar nesta citação:

TRADUTOR. O que traduz qualquer coisa de uma língua em outra. Não têm razão os que desprezam o trabalho de um bom tradutor. Parece estéril a pena, que na exposição de obras alheias se ocupa; mas não deixa de ser fecunda porque com ela o engenho do tradutor dá muito do seu na combinação de uma língua com outra, e é preciso que saiba igualmente bem dois idiomas, para em um deles dar ao autor uma nova vida. O Italiano chama o tradutor, traidor, *Traduttore*, *Traditore*, mas o tradutor fiel não é traidor, a muitas nações dá em cada palavra provas autênticas de sua fidelidade. Se as traduções não dessem crédito, pouco se teria acreditado no Doutor Máximo, o intérprete das *Bíblías*, e Oráculos das Escrituras Sagradas, São Jerônimo. Por ventura correu perigo a fama do Príncipe da Eloquência romana Cícero, quando se aplicou a traduzir as orações de Eschines e Demóstenes, ou perdeu o seu lustre o engenho de Terêncio que, em seis das suas comédias, foi tradutor de Apollodoro e Menandro [...] (BLUTEAU, 1721, p. 234, grifo nosso).

Bluteau (1721, p. 233-234) referiu-se ao termo tradução, como “versão ou declaração de um livro, discurso, papel etc. de um idioma em outro. As boas traduções não se fazem palavra por palavra, mas por equivalências, interpretações”; e traduzir, seria “verter ou converter”. O que este considera como boa tradução, assemelha-se à tradução parafrástica, expressa por Castellamare (Joaquim Serra) (1868).

Os dicionários do século XIX⁷ que também apresentaram os verbetes tradução, tradutor, traduzir, expressaram sucintamente esses termos, entre eles encontramos o *Dicionário da língua portuguesa*, de Antônio Moraes Silva, que praticamente as resume em versão, trasladador e transferir, conforme esta citação:

TRADUÇÃO, s. f. Versão de uma linguagem em outra, transladação. Obra traduzida.

TRADUTOR, s. m. O que traduz. Traslador.

TRADUZIR, v. at. Verter as palavras de uma língua, exprimindo em outra o seu sentido. Transferir, transformar (SILVA, 1813, p. 792)

O outro dicionário oitocentista que definiu os referidos termos foi o *Dicionário da língua brasileira*, de Luís Maria da Silva Pinto, consoante podemos observar a seguir:

Tradução, s. f. Traduções no plural. Versão de uma para outra língua. A obra que se traduz.

Tradutor, s. m. Que traduz.

Traduzir, v. a. Verter de uma língua em outra. Fig. Transformar, mover (SILVA PINTO, 1832, p. 1057, grifo nosso)

As traduções veiculadas nos jornais maranhenses, em sua maioria são anônimas. O motivo para esse comportamento, de acordo com Brito Broca (1979), seria porque, no século XIX, muitos dos tradutores eram considerados escritores de menor categoria literária, que não dominavam ainda a produção de romances, apenas iniciada no Brasil, por isso se contentavam em traduzi-los:

Como aqui as condições da nossa novelística, ainda incipiente, não permitissem uma grande floração de escritores a explorar o gênero — embora a influência a mesma se fizesse sentir nas figuras mais representativas do nosso romance romântico — era natural que muitos escritores de menos categoria literária se aplicassem em traduzir as

⁷ Tanto os dicionários do século XIX, que nos referimos nesta tese, quanto o de Bluteau, encontram-se disponíveis no site da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: <http://dicionarios.bbm.usp.br/>.

produções estrangeiras para atender ao interesse público (BROCA, 1979, p. 175).

Os jornais de São Luís em que circularam traduções de prosa de ficção foram: *Crônica Maranhense* (1838-1841); *Jornal Maranhense* (1841-1843); *Publicador Maranhense: Folha Oficial, Política, Literária, e Comercial* (1842-1885); *Museu Maranhense: Periódico de Instrução e Recreio* (1842); *A Revista: Folha Política e Literária* (1840-1850); *Jornal de Instrução e Recreio* (1845-1846); *O Arquivo: Jornal Científico e Literário* (1846); *O Correio de Anúncios: Folha Comercial da Província do Maranhão* (1851); *O Constitucional: Folha Política Literária e Comercial* (1851-1864); *O Progresso: Jornal Político, Literário e Comercial* (1847-1862); *O Porto-Franco* (1849); *A Revista Universal Maranhense: Ciências - Agricultura - Indústria - Literatura - Belas Artes - Notícias e Comércio* (1848-1850); *A Imprensa* (1857-1862); *O Globo: Jornal Comercial Literário e Político* (1852-1859); *A Sentinela: Jornal Semanário* (1855-1856); *Diário do Maranhão* (1855-1911); *O Apreciável: Órgão Sustentador das Instituições Constitucionais* (1867-1876); *Jornal do Comércio: Instrutivo, Agrícola e Recreativo* (1858-1860); *O Jardim das Maranhenses: Periódico, Semanário, Literário, Moral, Crítico e Recreativo* (1860-1861); *Porto Livre: Jornal Político, Comercial e Noticioso* (1861 e 1865); *A Situação: Jornal Político* (1863-1870); *O País: Jornal Católico, Literário, Comercial e Noticioso* (1863-1889); e *O Semanário Maranhense* (1867-1868). A seguir veremos como esses periódicos apropriaram-se desses escritos para serem veiculados. Como em um mesmo jornal, às vezes, circulavam gêneros diversos, optamos por desenvolver este item de acordo com as épocas em que surgiram os periódicos, assim todas as informações sobre os suportes e os modos como veiculavam a prosa de ficção estrangeira ficarão próximas, facilitando a compreensão deste capítulo.

A circulação da prosa de ficção nos jornais maranhenses começou com a tradução de escritos estrangeiros, no jornal *Crônica Maranhense*, de São Luís, que circulou de 1º de janeiro de 1838 a 24 de março de 1841. Antes de discorrer sobre esses escritos, comentaremos mais a respeito do periódico. Era composto de oito páginas, impressas em papel importado da França e de Portugal, com periodicidade de duas vezes por semana. O redator e diretor era João Francisco Lisboa e o impressor Antônio José da Cruz. Foi impresso nas quatro tipografias seguintes: Tipografia Constitucional, de J. S. Portugal; Tipografia de Ricardo Antônio Rodrigues de Araújo; Tipografia Imparcial Maranhense; Tipografia da Temperança. A impressão em lugares diversos era em vista de os colaboradores trabalharem em tipografias variadas ou serem proprietários dessas. Os colaboradores desse periódico eram: Ignácio José

Ferreira, Antônio José da Cruz , João Francisco Lisboa e Ricardo Antônio Rodrigues de Araújo.

O periódico mantinha-se com anúncios e assinaturas, nada obstante, apesar de em cada exemplar esclarecer, no cabeçalho, que o pagamento era adiantado, tornaram-se comuns as cobranças aos assinantes em débito por trimestres anteriores ou atuais, em avisos como este: “Rogamos aos Srs. assinantes que ainda nos devem o 4º, e os anteriores trimestres, se sirvam de pagá-los quanto antes, pois convém ajustar contas, que estamos em fins de ano, e necessitamos ter com que pagar a imprensa” (*Crônica Maranhense*, 23 de dezembro de 1838, n. 94, p. 380).

A *Crônica Maranhense* publicava legislação, notícias, poesias, prosa de ficção e principalmente política. Destacou-se com as notícias sobre a Guerra da Balaia. De acordo com Joaquim Serra (2001, p. 28), esse jornal “era órgão do Partido Liberal”, mas o partido que estava no governo era o Conservador, conforme o historiador Mário Meireles (2008). Esse periódico era muito atento com os leitores, já que seu redator tinha o cuidado de informá-los sobre as causas de atrasos na circulação. Entre esses motivos foram mencionados, por exemplo, que a culpa era do impressor, não do redator; o redator ficou doente; os operários da tipografia estavam no serviço militar.

Em fevereiro de 1838, mudanças significativas foram propostas pelos colaboradores, que estavam incomodados com o excesso de notícias políticas, por isso, no próprio jornal, informaram que o periódico necessitava ser ampliado, a fim de contemplar outras publicações, conforme haviam garantido no *Prospecto*. Alegaram que faltava espaço para as demais matérias, já que era todo ocupado por política. É bom lembrar que o jornal apresentava um total de páginas considerado grande para a época, pois circulava com oito, enquanto que os demais saíam com apenas quatro. Este é o comunicado dos redatores:

A escassez de espaço não nos tem permitido dar cumprimento ao que prometemos em nosso *Prospecto*; de todas as matérias anunciadas, só nos temos ocupado com a política. Cremos, contudo que ao começar o segundo trimestre já poderemos dar os nossos números, em formato maior, e então desempenharemos a nossa palavra (*Crônica Maranhense*, 10 fev. 1838, n. 12, p. 52).

A *Crônica Maranhense*, em dezembro de 1838, divulgou um novo *Prospecto* do qual depreendemos que os maranhenses tinham consciência sobre dois gêneros de prosa de ficção: o romance e o conto, em vista de esses terem sido nomeados pelos redatores. Ainda assim, não os identificavam nas publicações. Nesse jornal foi veiculado também o gênero crônica,

único identificado no subtítulo de um escrito que o jornal difundiu: “Um feiticeiro” (crônica da inquisição), que circulou em 1840, extraída do *Pindorama*⁸, de São Paulo. Constatamos ainda que a visão deles sobre esses gêneros era de uma escrita agradável e útil para todos os paladares, isto é, para os redatores, todos os leitores gostavam desses escritos, por isso eles não poderiam faltar nos jornais bem escritos.

A prosa de ficção ocuparia a sessão *Variedades*, dividindo o espaço com gêneros como artes e principalmente a agricultura. Seria possível publicá-la porque o jornal circularia com o dobro do tamanho, conforme foi mencionado no mesmo *Prospecto*, cujo trecho consta a seguir:

Prospecto

A Crônica Maranhense em formato grande, duplo do atual

A *Crônica Maranhense* publicará [...] sob o título — *Variedades* — todo quanto puder concorrer para apurar a moral pública, e vulgarizar os conhecimentos sobre a literatura e as artes, e com especialidade sobre agricultura, extraíndo para esse fim o que mais interessante for dos periódicos nacionais e estrangeiros, e escrevendo o que for compatível com as nossas acanhadas forças.

E atendendo a que para agradar a todos os paladares convém misturar o útil com o agradável, daremos sempre que seja possível, **pequenos romances e contos divertidos** que presentemente nenhum jornal bem redigido deixa de publicar [...]. (*Crônica Maranhense*, 15 dez. 1838, nº 19, p. 368, grifo nosso).

Contudo, a prosa de ficção ainda demorou a ser publicada na *Crônica Maranhense*, que se limitou a transcrevê-la de outros jornais do Brasil, de Portugal e dos Estados Unidos, sem esclarecer como obtinha as traduções dos jornais de outros países. Isso pode indicar que existiam tradutores entre seus colaboradores. A ficção vinha no corpo do jornal, na sessão *Variedades*, onde também se publicavam Religião, História e diversão (bailes). Só em 30 de maio de 1839, veiculou o primeiro escrito “Um voto”, extraído do *Nacional*, de Lisboa. Ou seja, a *Crônica Maranhense* começou a publicar ficção, mas ainda priorizava temáticas políticas, dado que nessa história existiam dois candidatos empatados numa eleição e um voto perdido, que motivou uma nova disputa entre ambos, a fim de resolverem o impasse. Do mesmo periódico lisbonense, o jornal extraiu também “Psicologia da embriaguez”, que circulou em 3 de março de 1840, ocupando três páginas do periódico; “Um pobre”, em 22 e

⁸ Nesta pesquisa, quando informarmos que uma obra foi copiada, extraída ou transcrita de outro jornal, significa que a fonte foi declarada no periódico veiculador desse escrito no Maranhão.

26 de março também de 1840. A sessão *Variedades* começava em qualquer parte da página do jornal e nas seguintes, muitas vezes, ocupava-as por inteiro.

As outras publicações, nesse periódico, foram as seguintes: com início em 7 de fevereiro de 1840, “Um pelo outro”, anônimo e sem indicação de onde foi extraído; do *Naval and Military Magazine*, dos Estados Unidos, a *Crônica Maranhense* apregouo “O Maelstrom”, em 13 e 16 de abril de 1840. Circulou ainda a tradução “A noiva perdida no jogo”, de Marie Aycard, nos dias 7 e 20 de junho, copiada do *Despertado*.

Figura 2 - “Um voto” (*Crônica Maranhense*, 30 maio 1839, n. 163, p. 256)

do, porque assim o escrevem para cá o bravo e acatellado Severino! Este procedimento é horrível; a occasião que o contemporaneo achou propria para os insultos e aquella em que o senhor Valério se achou nas mais criticas circumstancias. Grande multidão de cidadãos se deixaram ficar no Brejo, e entre elles, não poucos adoptivos; no entanto o Investigador só se lembrou de um, que sem ser intimamente ligado á opposição, commetteu ainda menos o grande crime de se oppor ás violencias que ella soffreu nos ultimas eleições! Narra as perseguições e os insultos que soffrem os opposicionistas da parte dos rebeldes e ao mesmo tempo tem a incrível audacia de mencionar a opposição connivente com os rebeldes! Mas que adianta? Já depois da chegada do sr. Manoel Falcão, o Investigador fallando do estado de Caxias em 1837, não teve palavras para criticar o infeliz Teóphilo Mendes por se *lance deitado sobre com tamanha imprudencia, em uma cidade como Caxias*, e reflectindo a ausencia de varios cidadãos do mesmo partido da assassinado, ou-a como prova da restauração do espirito de ordem, e como uma grande prova da sua, esquecido de que esses cidadãos só se apresentaram para que o Investigador não se accusasse de alguma *facinorancia* em occasião ja lles não podendo responder, isto é, por se acharem no outro mundo! Estas ingenuidades

VARIEDADE.

UM VOTO.

—Acabava de se ultimar a reunião preparatoria eleitoral na Cidade de L.... e o Sr. de Vergieux, ex-deputado entrava em casa com rosto pensativo, e entregava a terríveis duvidas. Madama de Vergieux, mulher do grande caracter, trabalhava por animar o espirito abattido do seu marido. O Sr. Carlos Burley, sub-prefeito do districto ornava esta scena enternecedora com a sua presença.

— Mas, dizia Madama de Vergieux, o negocio não está perdido.

— Estava longe de esperar este resultado, replicou o ex-deputado depois de alguns momentos de silencio, custa-me a acreditar, apesar de se haver passado toda a minha vista; de tudo servio a profecia de lo que se publicou no nosso jornal.

Não ha duvida; não ha nada mais certo! Aqui está esse desastroso balhetim:

Numero dos votantes...	111
Mancin abodita....	56
O Sr. de Vergieux, candidato ministerial.....	55
O Sr. de Rildener, candidato da opposição.....	55
Voto perdido.....	1

— Pois bem, meu querido, é preciso procurar esse voto perdido, e trabalhar para que seja seu.

á opposição, mais de dez votos contra um!.... Dois annos depois de tao triste queda, apresenta-se de novo o primo, e sendo cento e trinta e trez os electores, apañou de *chorrillo* — 70 — votos! Se o governo me houvera feito justiça, teria sido nomeado Prefeito, logo depois daquelle memoravel triumpho. E diga-me porque motivo se não pronuncia hoje com tanta franqueza a maioria ministerial? Talvez o não queira acreditar; é porque não sou Prefeito... Que quer meu querido primo, a gente desanima vendo-se tao mal recompensado.

— Sou por ventura culpado disso? Eu pedi essa Prefeitura: prometteram-na, e por certo a hei de alcançar depois das eleições, se sahir deputado.

— E a quem destina dá-la?

— O primo Carlos, conhece-me maravilhosamente, para se estar inquietando com a insignificante ameaça que lho fez ha pouco na força do meu genio!

— E o meu querido primo tambem me conhece assim para julgar, que me quiz vingar da ingratitude ministerial transformando a sua eleição, Graças a Deus! Depois que chegar aqui, bem tem visto quanto tenho trabalhado. Dirigi o melhor que pude as promessas que acompanhavam a sua eleição; os crachas, o dinheiro, e os empregos remanieram os timoratos avidos, e ganharam as consciencias elucticas. Se ficou alguma coisa no sacco é porque temos encontrado no marido

Fonte: <http://memoria.bn.br/>

O espaço *Folhetim* em que se publicava prosa de ficção, no Maranhão, surgiu primeiro no *Jornal Maranhense*, em 1841. A respeito desse periódico falaremos mais adiante, neste capítulo. Agora veremos algumas considerações a respeito dessa forma de apregoar a ficção nos periódicos.

Segundo Hohlfdeldt (2003), o romance-folhetim pertencia ao romance romântico, no segmento Literatura Popular, contribuiu para a divulgação tanto do próprio romance-folhetim, quanto para a popularização do romance convencional. O pesquisador ainda considerou que não havia diferença entre esses dois gêneros:

O romance-folhetim originalmente não se distinguia, nem pelo circuito de produção e circulação, nem pelo juízo da crítica, do chamado romance literário. Neste sentido, ele não apenas se inseriu na série geral do romance romântico, como foi aquele tipo de produção que, por suas características, mais contribuiu para a popularização do gênero como um todo, junto ao gosto do público (HOHLFHELDT, 2003, p. 33).

Jesús-Martín Barbero (2013, p. 177) define o folhetim como “romance popular publicado em episódios ao longo de certo período”, de forma fragmentada, com dispositivos de sedução, causados pela duração e pelo suspense. Uma espécie de gênero indefinido entre o conto, o romance e o jornalismo. Ou ainda a mistura do conto e do romance, em vista de contar uma história de forma progressiva e regressiva, a fim de inteirar o leitor sobre a narrativa:

Como nos *contos*, o desenrolar da narrativa acompanha basicamente o percurso das aventuras do herói, mas, como no *romance*, a ação se dispersa, complexifica e enreda na malha das relações que sustentam e atravessam a ação. Uma dupla narrativa opera no folhetim: uma progressiva, que nos conta o avanço da obra justiceira do herói, e outra regressiva, que vai reconstituindo a história dos personagens (BARBERO, 2013, p. 190).

O *Folhetim*, no início do século XIX, a partir de 1836, segundo Marlyse Meyer (2005), era “[o rodapé], um espaço [...] destinado ao entretenimento” (MEYER, 2005, p. 57), no entanto, muitos romances, ali, foram publicados em forma de “picadinho”, criando uma “nova conceituação que passa então a designar também o que se torna o novo modo de publicação do romance. Praticamente toda a ficção em prosa da época passa a ser publicada em folhetim, para então depois, conforme o sucesso obtido, sair em volume” (MEYER, 2005, p. 63). Broca (1979, p. 174) conceituou esse modo de publicação da seguinte forma: “Os romances publicados dia-a-dia em rodapé passaram a ser designados folhetins porque não ocupavam a folha toda do jornal, e, além disso, não estavam ligados ao resto da matéria jornalística”. Acrescentamos que a prosa curta, que hoje é denominada conto e crônica, também preenchia o *Folhetim*, seguindo a mesma padronização das obras longas.

Essa forma de circulação do conto e da crônica contribuiu para a consolidação da Literatura Brasileira, consoante Barbosa (2007, p. 47): “Entre os vários papéis desempenhados pelos periódicos brasileiros, no século XIX, temos o da consolidação da literatura brasileira, através da criação e disseminação de determinados gêneros, entre os quais a crônica e o conto”.

Publicar prosa de ficção no rodapé de jornais, de acordo com Meyer (2005), teve início na França, quando Émile de Girardin e Armand Dutacq idealizaram o *La Presse*, primeiro jornal a ser vendido por assinaturas. Com o desentendimento dos sócios, Dutacq lançou o *Le Siècle*, que, em 05 de agosto de 1836, veiculou a primeira prosa de ficção no espaço físico *Folhetim: Lazarille de Tormès* (anônimo); e em 1838, *Capitão Paulo*, de Alexandre Dumas, pai. Girardin continuou com o *La Presse* e publicou *A solteirona*, de Honoré de Balzac, ainda em 1836.

No Brasil, a publicação da prosa de ficção nos rodapés dos jornais teve início com o romance *Capitão Paulo*, de Alexandre Dumas (pai), em 31 de outubro de 1838, no *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, simultaneamente com o jornal francês *Le Siècle*. Nesta pesquisa constatamos que, no Maranhão, a primeira obra veiculada dessa forma foi “A noiva brasileira”, de Madame Northon, no período de 09 a 20 de julho de 1841, em São Luís, no *Jornal Maranhense*. Em Caxias, essa forma de publicação teve início com o folhetim “Dois amores a um tempo”, de Marie Aycard, presente no rodapé do jornal *Brado de Caxias*, de 22 a 29 de novembro de 1845, obra que será estudada no capítulo dois de nossa tese.

No século XIX, o jornal, segundo Socorro Barbosa (2007, p. 47), tinha a incumbência de disseminar o gosto pela leitura de romances-folhetins, que mantinham estratégias, como: “a adaptação, a tradução, a cópia e a imitação de textos estrangeiros”. Felipe Pena (1996, p. 29) acrescentou que essas publicações aumentavam as vendas dos jornais e consequentemente baixavam os preços e aumentava a quantidade de leitores: “publicar narrativas literárias em jornais proporcionava um significativo aumento de vendas e possibilitava uma diminuição nos preços, o que aumentava o número de leitores e assim por diante”. Podem ser esses os motivos que levaram os jornais do século XIX, mesmo os que não se autodenominavam literários, a propalarem romances-folhetins. Dessa forma, garantiam leitores, divulgavam a Literatura, aumentavam as vendas e os lucros. Ilana Heineberg (2008, p. 499) mencionou que o romance-folhetim foi um caminho para a compreensão do romance brasileiro, bem como para a formação de leitores: “o romance-folhetim se impõe como uma passagem obrigatória para a compreensão da gênese do próprio gênero romanesco no Brasil, sobretudo no que diz respeito à constituição de um público leitor”.

Retornando ao *Jornal Maranhense*, verificamos que circulou no período de 9 de julho de 1841 a 1º de julho de 1842. Era impresso na Tipografia de Ignácio José Ferreira & Cia, na Rua do Sol, 51. Publicava notícias, leis, decretos do governo, normas de conduta, poesias e prosa de ficção. Foi o primeiro jornal do Maranhão a criar o espaço *Folhetim*, onde juntamente com a prosa de ficção, circulavam também poesias, assim como em muitos

periódicos de outros estados ou países. No primeiro exemplar, veiculou no *Folhetim A noiva brasileira*, que continuou, nas edições 2, de 13 de julho de 1841; 3, de 16 de julho; e 4, de 20 de julho. Terminou com o nome da autora Madame Northon, provavelmente um pseudônimo que não ajudou na recuperação da obra, nem de seu autor ou autora.

Esse escrito narra a história de um personagem que veio para o Brasil junto com a família real. Se foi extraído de outro periódico, o *Jornal Maranhense* não indicou a fonte. É provavelmente uma prosa de ficção que circulou nos jornais do Rio de Janeiro, uma vez que a efervescência em torno da realeza era maior naquela sociedade. O autor poderia ser brasileiro ou português, já que a temática envolve elementos das duas nações. Depois dessa publicação, o jornal limitou-se a circular extratos de outros periódicos, identificando ou não as fontes. São obras espanholas, portuguesas e francesas. Na prosa de ficção desse jornal, houve a classificação dos gêneros em alguns escritos como romance e novela. O hábito de muitos jornais não identificarem suas fontes alonga a busca do pesquisador e muitas vezes impossibilita a recuperação das obras.

De 30 de julho de 1841, n. 7 a 6 de agosto, n. 9, o *Folhetim do Jornal Maranhense* apresentou *O Conde de Benavente* – romance andaluz (1774), em três capítulos. No final do primeiro dia de circulação, constava o nome que, por algum tempo, pensamos que fosse do autor ou autora, M. da C.; contudo, no jornal *O Arquivo*, que propalou em 1845, descobrimos M. da C. como um de seus colaboradores, portanto ele era o tradutor, não o autor do romance, veiculado no *Jornal Maranhense*. *O Conde de Benavente* pertence à Literatura Espanhola, mas a fonte não foi declarada. De Clémence Larire, escritora francesa, os leitores acompanharam, nos dias 13 e 20 de agosto, n. 11 e 13 *Sofrer ou morrer*, obra de cenário suíço, em oito capítulos. *Um semblante rosado e um semblante enrugado*, de Medemosele Anais Sigalás, com tradução do Dr. M. E. de C. Menezes, composto de dois capítulos, foi publicado de 26 de outubro, n. 31 a 12 de novembro, n. 36. Do *Magasia Religiae*, foi extraído *O velho mendigo* – novela, que circulou no dia 21 de dezembro de 1841, n. 46, também um escrito anônimo.

Em 1842, o *Jornal Maranhense* continuou as publicações de prosa de ficção, da mesma forma que no ano anterior. Assim, do *Farol dos Pirineus* extraiu *Elisa e Alfredo*, que circulou de 14 de janeiro de 1842, n. 53 a 28 de janeiro, n. 58, em três capítulos; obra veiculada também nos jornais *Porto Livre* e *O Ramalhete*, em 1863. O exemplar 66, de 1º de março de 1842 trouxe, copiada do *Arquivo Popular*, *A ponte dos noivos*, que continuou no exemplar 67, de 4 de março e foi concluída no 68, em 8 de março. O folhetim *Um segundo matrimônio*, com cenário parisiense, circulou no exemplar 92, de 3 de junho de 1842;

continuou no 93, de 7 de junho, no qual dizia que continuaria, mas não voltou às páginas do periódico.

A prosa de ficção retornou ao *Jornal Maranhense*, no exemplar 98, de 24 de junho de 1842, com *O rei de ouros*, de autoria do escritor francês Eugène Scribe (1791-1861). Continuou nas edições 99, de 25 de junho e 100, de 1º de julho, que terminou com a expressão “continuar-se-á”. No entanto, o jornal deixou de circular, ficando a obra incompleta. Constatamos, porém, algo inusitado, pois *O rei de ouros* continuou em outro jornal que começou a circular: *Publicador Maranhense*, cuja primeira edição informava no começo do *Folhetim*, após os nomes da obra e do autor, o seguinte aviso: “Continuado do n. 98, 99 e 100 do *Jornal Maranhense*”.

A continuidade do romance em outro jornal demonstra, antes de tudo, respeito pelos leitores; mas pode ter sido motivada também pela boa aceitação da história por estes; e porque era dispendioso adquirir uma obra para publicar; além disso, Ignácio José Ferreira, que era um dos proprietários do *Jornal Maranhense*, junto com Cândido Mendes de Almeida, era também o dono da tipografia que imprimia o *Publicador*, bem como deste jornal. Essas informações podem ser observadas no frontispício do periódico, e também num anúncio veiculado no segundo exemplar do *Publicador Maranhense*, em que foi noticiado o fim da sociedade de Ignácio José e Cândido Mendes. Na segunda edição do *Publicador* terminou a circulação de *O rei de ouros*, que ocupou três páginas do rodapé do jornal, nesse dia.

Esse foi o único caso que encontramos em que um jornal deixou de circular, quando estava publicando um folhetim e este continuou em outro periódico; os demais ficaram mesmo incompletos, para o incômodo do leitor, como aconteceu com algumas publicações do *Jornal de Instrução e Recreio*, da Associação Literária Maranhense, que, embora a mesma instituição tenha criado *O Arquivo*, não se preocupou em concluir as obras iniciadas no jornal anterior. Vejamos as imagens da obra *O rei de ouros* nos dois periódicos:

Figura 3 - O rei de ouros no Jornal Maranhense (24 jun. 1842, n. 98)



Figura 4 - O rei de ouros no *Publicador Maranhense* (14 jul. 1842, n. 2)



O *Publicador Maranhense* declarava-se como apartidário, apesar disso, Joaquim Serra (2001, p. 29) mencionou que esse jornal era um “órgão oficial”. Começou a circular no dia 9 de julho de 1842 e continuou até 1885. Nesta tese, será mantida a proposta temporal da pesquisa, portanto serão analisados apenas os exemplares de 1842 a 1868 (Primeiro Ciclo da Literatura Maranhense). Inicialmente o periódico era dividido em quatro colunas, com um aspecto rarefeito, mas chegou a ter cinco e seis, tornando-se denso, de escrita compacta, dificultando o acesso às informações, sobretudo no corpo do periódico. Quanto ao rodapé, continuava separado, mas com a fonte menor do que quando tinha menos colunas, o que dificulta a leitura desses escritos. Circulava duas vezes por semana, quando foi lançado, em seguida três vezes, e, a partir de 2 de janeiro de 1856, passou a ser o segundo jornal diário, no Maranhão; o primeiro foi *O Progresso*, em 1847. No início, conforme mencionamos neste capítulo, o *Publicador* era de Ignácio José Ferreira e Cândido Mendes, mas na segunda edição, a sociedade já havia se desfeito, ficando apenas Ignácio José como proprietário. Cândido Mendes deixou também a função de redator, então Ignácio José contratou João Lisboa como um dos redatores, cargo que ocupou de 1842 até 1855. A partir de 1856, o jornal possuiu diversos redatores, como: Frederico José Correia (em 1856), Sotero dos Reis (de 1856 a 1861), Temístocles Aranha (de 1861 a 1863), Ovídio da Gama Lobo (de 1863 a 1864), Antônio Henriques Leal (em 1864), Felipe Franco de Sá (1865), finalmente, em 1866 passou a ser redigido pela Secretaria do Governo.

No artigo de Francisco Sotero dos Reis, veiculado dia 2 de janeiro de 1856, n. 1, consta que, em vista de o jornal tornar-se diário, precisava fazer alguns sacrifícios, como aumentar o preço das linhas dos anúncios e correspondências, em vista de “o proprietário do jornal [ser] obrigado a dar 179 folhas ao governo, em virtude do contrato que com o mesmo celebrou” (*Publicador Maranhense*, 2 jan. 1856, n. 1, p.1); porém deveria manter o preço das assinaturas.

O jornal informava aos leitores sobre as mudanças no aspecto físico do suporte, bem como a respeito das trocas de funcionários, problemas dos tipógrafos e dos redatores que de alguma forma interferiam na circulação do periódico. No entanto, a relação entre o suporte e os leitores-assinantes não era tão amistosa, por causa da grande inadimplência de que o jornal era vítima, assim como os demais periódicos da província; com o agravante de que era grande também a quantidade de não assinantes, mas publicadores que propalavam anúncios, correspondências, avisos e não pagavam, obrigando o periódico a cobrá-los, em suas residências, ou publicamente, na maioria das vezes, na primeira página do jornal; além disso, precisava mudar a estratégia de veiculação, conforme observamos neste anúncio:

Ignácio José Ferreira, editor e proprietário deste jornal, pede aos Srs. Subscritores que ainda devem a importância de suas assinaturas correspondente a dezoito, doze, nove, seis ou três meses, o favor a mandar satisfazer até o dia 15 do corrente; pois, bem a seu pesar, terá de suspender dali em diante a remessa do mesmo jornal aos Srs. em atraso, visto que as grandes despesas com que se acha sobrecarregado, e que de pronto têm de ser satisfeitas, não lhe permite suportar semelhante morosidade no pagamento das mesmas assinaturas.

Da mesma forma roga às pessoas que devem a importância de correspondências, artigos, declarações, anúncios e avisos, insertos no mesmo jornal, que tenham a bondade de mandá-la satisfazer.

Previne, outrossim, o público desta cidade e província que de agora em diante as assinaturas, correspondências, e quaisquer outras publicações dirigidas ao *Publicador Maranhense* serão, como se pratica na corte e principais províncias do império, pagas adiantadas no escritório da respectiva tipografia, estabelecida no edifício térreo do edifício da casa da Câmara Municipal, no Largo do Palácio (*Publicador Maranhense*, 9 jul. 1860, n. 154, p. 1).

As inadimplências continuavam, visto que seis anos depois, o jornal divulgou este aviso, orientando a quem fosse publicar algo que pagasse antecipadamente porque mais tarde ficaria difícil fazer as cobranças:

O proprietário e editor do *Publicador Maranhense* roga a todas as pessoas que se dignarem mandar inserir neste jornal as suas correspondências, comunicados ou anúncios se sirvam de fazer pagar logo a respectiva importância no escritório da tipografia do mesmo jornal, visto que torna-se difícil tratar depois da cobrança. Esta rogativa não se entende com as linhas que são concedidas aos Senhores assinantes (*Publicador Maranhense* 17 fev. 1866, n. 9, p. 1).

Os jornais maranhenses recebiam exemplares de periódicos de Portugal, dos Estados Unidos, da França; do Rio de Janeiro, Paraíba, Pernambuco, Pará e Bahia. Para alguns desses os maranhenses faziam assinaturas e colaboravam com escritos, mas não deixaram transparecer como acontecia a troca entre eles. No *Publicador Maranhense*, sem embargo, observamos que havia um acordo entre os jornais do Maranhão, que consistia em trocarem entre si dois exemplares de cada edição; a redação de *O Progresso*, no entanto, alegou que o *Publicador Maranhense* não cumpria o acordo com esse jornal porque achava essa prática onerosa. O *Publicador* defendeu-se e esclareceu que *O Progresso* sugeriu que permutassem apenas um exemplar; mesmo assim este não o fazia, além disso, acusou o *Publicador* de suspender essa cordialidade, como podemos observar nesta declaração de Ignácio José Ferreira, proprietário e editor do *Publicador Maranhense*:

Declaração

O proprietário e editor deste jornal declara que é menos exato dizer a redação do *Progresso* que ele não troca com ela por despender em tal publicação despesas avultadas, pelo contrário foi a redação do *Progresso* que suspendeu primeiro a remessa de duas folhas à do *Publicador*, a pretexto de não querer o anunciante trocar dois exemplares, mas um só. Remeta a redação do *Progresso* um exemplar de sua folha, como se lhe propôs e receberá em câmbio outra do *Publicador* (*Publicador Maranhense*, 21 fev. 1856, n. 42, p.1).

Nos primeiros anos de circulação, o *Publicador Maranhense* não apresentava subtítulo, e apesar de circular prosa de ficção, desde o primeiro exemplar, não direcionava suas publicações nesse sentido. A partir de 12 de janeiro de 1847, adotou o subtítulo: *Folha Oficial, Política, Literária e Comercial*, garantindo oficialmente a presença da Literatura em suas páginas, como observamos no início do periódico neste dia:

Figura 5 - O *Publicador Maranhense* ganhou um subtítulo (12 jan. 1847, n. 451, p. 1)

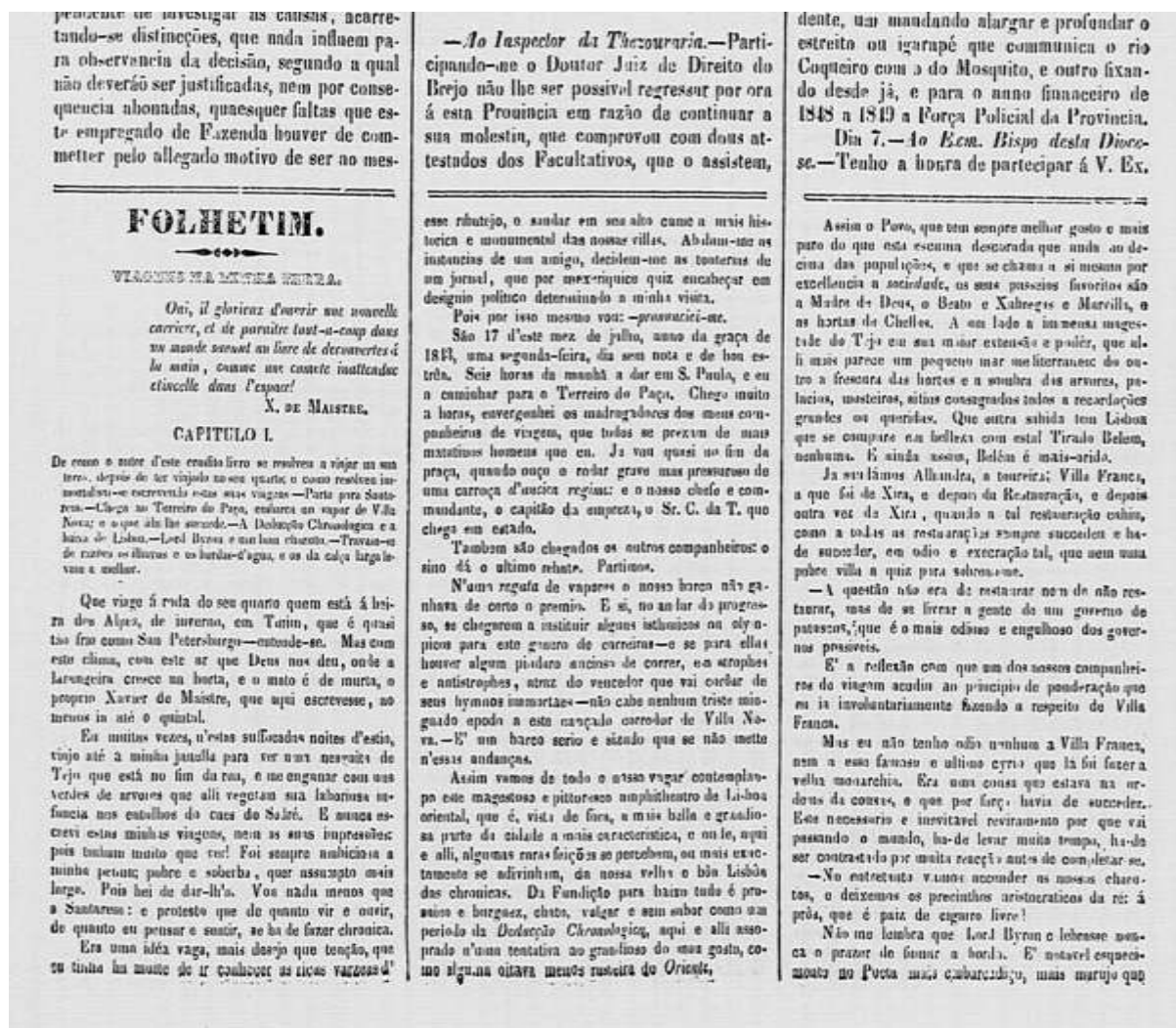


Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>

O jornal espalhou prosa de ficção, em sua maioria, traduzida, extraída de outros jornais brasileiros, portugueses, franceses e norte-americanos, mas também apresentou obras originais no *Folhetim*, sobre as quais falaremos no capítulo quatro, desta tese. Após a circulação de *O rei de ouros*, a prosa de ficção só voltou em dezembro de 1842, com *A pena de Talião*, anônimo, que permaneceu até 11 de janeiro de 1843. Este escrito também circulou no periódico *O Constitucional*, em 1856. O *Publicador Maranhense* veiculou diversas traduções curtas, anônimas ou de autores franceses e portugueses, principalmente, retiradas de jornais como *Carapuceiro* (de Pernambuco), do qual extraiu, por exemplo, “O Alfaiate e a

mulher ou o que prova muito não prova nada” (*Publicador Maranhense*, 29 jun.1843, n. 97); do *Periódico dos pobres* (de Portugal), “O casamento improvisado” (*Publicador Maranhense*, 6 set. 1843, n. 117). Nada obstante, a publicação de romances longos teve início com a obra portuguesa *Viagens na minha terra*, de Almeida Garrett, que preencheu o *Folhetim* do *Publicador Maranhense* (um ano após a publicação em Portugal), no período de 10 de julho de 1847, n. 527 a 29 de janeiro de 1848, n. 612, com muitas interrupções, na circulação de seus 47 capítulos, escritos em fonte menor do que a do corpo do periódico, como acontecia com as demais publicações nesse espaço do *Publicador*. O nome do autor aparecia sempre ao final de cada dia de circulação⁹.

Figura 6 - O romance *Viagens na minha terra* no *Publicador Maranhense* (10 jul. 1847, n. 527)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>

⁹ De acordo com Fernando Marcílio (2015), esse romance foi publicado no suporte livro, em 1846, mas antes circulou em folhetim, na *Revista Universal Lisbonense*, entre 1845 e 1846.

Entre os romances franceses que preencheram o *Folhetim do Publicador Maranhense* encontram-se: *Tereza, história de ontem*, de Ernesto Daudet (1837-1921), formado por 32 capítulos, que circularam de 6 de abril, n. 77 a 18 de maio de 1864, n. 112 (há muitos exemplares mutilados), com interrupções de até onze dias, nos quais publicavam a série de cartas denominada “Carta humorístico-crítico-noticiosa de um galhofeiro a um matuto”, de Abondio, ou não aparecia essa coluna; *Pimpona e Mimosa*, do escritor francês Ed. Coppin, pôde ser lido a partir de 11 de março de 1857, n. 57 até no n. 84, de 15 de abril de 1857 (há exemplares mutilados); *Os ovos da Páscoa*, do romancista e dramaturgo Roger de Beauvoir (Eugène Auguste Roger de Bully) (1806-1866), romance formado por 12 capítulos, extraído do *Correio Mercantil*, da Bahia, começou a circular, em 20 de abril de 1857, n. 88 e foi concluído, em 22 de maio de 1857, n. 115. No primeiro dia de publicação, o redator referiu-se a este romance como uma obra interessante e curiosa, assim como *Pimpona e Mimosa*:

Principiamos hoje a publicar um novo e interessante folhetim, intitulado — *Os ovos da Páscoa*.

Chamamos a atenção dos leitores para este curioso romance, que não é inferior em interesse a — *Pimpona e Mimosa* —, cuja publicação terminamos no nº 84, desta folha; e esperamos que não lhes agradará menos (*Publicador Maranhense*, 20 abr. 1857, nº 88, p. 2).

Desses romances, recuperamos apenas *Os ovos da Páscoa*, uma obra de 94 páginas, lançada em 1856, em Paris. Existe atualmente uma edição online, de 1862, no Google Books. Não encontramos traduções para o português no suporte livro. No Brasil, esse escrito teve circulação aparentemente restrita aos jornais da Bahia e do Maranhão. A pesquisa de recuperação de obras, para esta tese, foi realizada em bibliotecas digitais, como Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Gallica: Biblioteca Nacional da França, Biblioteca Digital Trapalanda (da Argentina), Brasileira, Biblioteca Nacional da Espanha, Biblioteca Nacional Digital de Portugal; sites de venda de livros; Google; *Jornal do Comércio* (do Rio de Janeiro) e *Diário do Rio de Janeiro*. A imagem a seguir mostra *Os ovos da Páscoa* no suporte jornal:

Figura 7 - Romance Os ovos da Páscoa no *Publicador Maranhense* (20 abr. 1857, n. 88)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>

O *Corcunda*, romance de Paul Féval, circulou no *Folhetim* do *Publicador Maranhense*, por um longo período, com início em 9 de agosto de 1858, n. 157 e chegou até o início de 1859, com a última veiculação, no dia 28 de fevereiro de 1859, n. 47, já na sexta e última parte, exibindo e expressão “Continua”, no entanto, as cópias do jornal só existem a partir da edição n. 98, já sem o romance, que provavelmente fora concluído nos exemplares faltosos. Não encontramos edições do século XIX, dessa obra, mas em um levantamento feito no site de venda de livros Estante Virtual, constatamos que ele foi editado, no Brasil, até a década de 1990. A tradução exibida no *Publicador Maranhense* foi transcrita do *Mercantil*. Fonte revelada pelo editor numa nota que acompanhou o primeiro capítulo: “Chamamos atenção do leitor para este interessante e variado folhetim, que começamos a transcrever do *Mercantil*, por ser um dos melhores que tem saído da elegante pena de Paul Féval (Da Redação)” (*Publicador Maranhense*, 9 ago. 1858, n. 177). Em 1864, esse romance foi lançado em São Luís, no suporte livro, conforme anúncios publicados também no *Publicador Maranhense*, que estarão no capítulo três desta tese.

No exemplar 2, de 1861, encontramos a continuação do folhetim *Leonor de Montefeltro*, que teria iniciado no 1, uma vez que existe esta informação na segunda edição. O escrito circulou até o dia 18 de janeiro de 1861, n. 15; nesse dia constava a expressão “Continua”, mas o romance não voltou mais, parou de circular no capítulo 11. O jornal passou

alguns dias sem o *Folhetim* e, em 26 de janeiro n. 22, começou uma nova obra denominada *A pulseira de coral*. Nem o nome do autor, nem a fonte de *Leonor de Montefeltro* encontramos no *Publicador*, percebemos apenas que o escrito tratava de fatos históricos da Itália e da França; conquanto, em uma busca nos jornais do Rio de Janeiro, descobrimos que *Leonor de Montefeltro* foi publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1840. Neste periódico, que denominava *Folhetim de Apêndice*¹⁰, constava como autor do romance o escritor francês Alph Royer (1803-1875). No periódico carioca, a obra circulou completa, em onze capítulos (com interrupções), que foram veiculados de 9 de março de 1840, n. 56 a 18 de abril de 1840, n. 88. Porém, a obra não foi recuperada no suporte livro, nem há informações de que ela tenha circulado desta forma.

No dia 13 de agosto de 1863, n. 182, no *Publicador Maranhense* começou a circular *A velhice de Camões, novela histórica*, do escritor francês Gabriel de La Landelle (1812-1886). A obra foi extraída do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro. Nesse dia, os editores informaram a novidade no jornal, e classificaram o escrito como romance, ao contrário do que faziam todos os dias de circulação deste, que no *Folhetim* foi classificado como *novela histórica*. Esse aspecto reforça a indefinição dos gêneros nesse período, pois até as pessoas mais envolvidas com a Literatura demonstravam insegurança ao nomear seus gêneros: “Folhetim – Principiamos hoje a publicação de um interessante romance – *A velhice de Camões* – extraído do *Jornal do Comércio*, do Rio” (*Publicador Maranhense*, 13 ago. 1863, p. 2). A história continuou até o dia 6 de outubro de 1864, n. 225. Existe uma tradução e edição portuguesa dessa obra, de 1860, feita por João Luís Rodrigues Trigueiros.

Circularam ainda no *Publicador Maranhense* os romances franceses *Cláudio Gueux*, de Victor Hugo, na versão de Emílio Barbosa, em 1863; *As primas de Satanaz*, de Jules de Saint-Félix (1805-1874), em 1866 e 1867; e *Um amor maldito*, de Xavier de Montépin (1823-1902), que circulou entre novembro de 1863 e fevereiro de 1864. Esta obra foi lançada em 1861, em Paris, no suporte livro, em dois volumes, conforme os exemplares existentes na Gallica.

As obras francesas, veiculadas no *Publicador Maranhense*, chegaram ao Maranhão também através do *Jornal Comércio do Porto*, de Portugal, do qual foi transcrito, por

¹⁰ O *Diário do Rio de Janeiro* mudou o nome de seu rodapé de *Apêndice* para *Folhetim*, a fim de não contrariar o *Jornal do Comércio* que defendia esta nomenclatura para aquele espaço, como observamos nesta informação veiculada no início do primeiro dia em que o *Diário* empregou o novo termo: “**Folhetim**. A palavra folhetim, adaptada pelo *Jornal do Comércio* para dar ideia dos artigos de recreio que os franceses chamam *feuilleton*, está geralmente recebida, nós para não contrariar o uso, substituímos o nosso *Apêndice* pelo *Folhetim* (*Diário do Rio de Janeiro*, 12, fev. 1841, n. 55, p. 1).

exemplo, com início em 8 de outubro de 1860, n. 228 e término em 17 de outubro do mesmo ano, n. 236, o folhetim *Os dramas do mar: Bontekoe*, cujo anonimato do autor, bem como da fonte, permaneceu até o último capítulo, após o qual se informou que a obra foi escrita por Alexandre Dumas, não obstante sem a informação pai ou filho. Como ambos escreviam nesse período, não precisamos o autor, apenas com essa informação. Consoante pesquisa que realizamos na Gallica, descobrimos que a tradução veiculada no jornal do Maranhão foi a apropriação de uma das histórias que formavam a obra “*Les drames de la mer*” escrita por Alexandre Dumas, pai (1802-1870), da qual existe uma edição de 1881.

Como a veiculação de obras francesas foi intensa, no *Publicador Maranhense*, elaboramos um quadro com os títulos, os anos de circulação e as fontes (quando possível) de algumas que circularam no *Folhetim* desse periódico, incluindo as publicações que anteriormente tiveram suas histórias de circulação e apropriação contadas neste capítulo. Encontramos obras de escritores famosos como Alexandre Dumas, pai (1802-1870), Alexandre Dumas, filho (1824-1895), Paul Féval (1816-1887), Victor Hugo (1802-1885) e Xavier de Montépin (1823-1902); bem como de outros que, aparentemente, não tiveram tanta notoriedade, mas, escrevendo muito ou pouco, estes autores compartilhavam, nos jornais oitocentistas, o mesmo espaço com os escritores renomados, incluindo-se, portanto na história de leitura da França, de Portugal e do Brasil, semelhante aos autores canônicos; dessa forma, chegaram ao Rio de Janeiro e também às províncias como o Maranhão e Bahia, por exemplo. Segue o quadro mencionado:

Quadro 1 - Algumas traduções de obras francesas em prosa de ficção que circularam no Folhetim do *Publicador Maranhense*

Título/fonte	Autor	Circulação no Publicador Maranhense (ano)
O rei de ouros	Eugène Scribe	1842
História das revoluções de Pirmasentz, cidade de 78 casas	Alph Karr	1844
Branca de Beaulieu	Alexandre Dumas, pai	1853
A Moeda furada	Philibert Audebrand	1856
Romances para senhoras: Como é que se ama	Estevão Enault	1856
O último dia de um carrasco (<i>Jornal dos Tipógrafos</i>)	Alfredo de Bougy	1856
Leitura para Senhoras: as legendas da roca e do espelho	Pitre Chevalier	1856
Pimpona e Mimosa	Ed. Coppin	1857
Os ovos da páscoa (<i>Correio Mercantil</i> - BA)	Roger de Beauvoir	1857

O Corcunda (<i>Mercantil</i>)	Paul Féval	1858-1859
O assassinato de Fualdés (<i>Correio da Tarde</i>)	Horácio Raison	1858
Os dramas do mar: Bontekoe (<i>Comércio do Porto</i>)	Alexandre Dumas, pai	1860
Leonor de Montefeltro	Alph Royer	1861
A pulseira de Coral (<i>Política Liberal</i> , de Lisboa)	(Louis) Amedée Achard	1861
Tereza, história de ontem	Ernest Daudet	1861
A Velhice de Camões - novela histórica (<i>Jornal do Comércio</i> - RJ)	Gabriel de La Landelle	1863
Cláudio Gueux – versão de Emílio Barbosa	Victor Hugo	1863
Um amor maldito	Xavier de Montépin	1863 - 1864
Tereza, história de ontem	Ernesto Daudet	1864
As primas de Satanás	Jules de Saint-Félix	1866
Uma noite de Young	(Philibert) Audebrand	1867

Fonte: Arquivo pessoal.

Consoante observamos no quadro anterior, as obras francesas foram bem acolhidas no *Folhetim do Publicador Maranhense*. Da mesma forma, ocorreu em muitos jornais do Maranhão, da Corte e de outras províncias do Brasil. Segundo Nadaf (2002), a grande aceitação do folhetim, no Brasil, foi em consequência da reestruturação da imprensa nacional, que pretendia fugir de questões políticas e doutrinárias, após a maioridade de D. Pedro II; e como o Brasil passou a acusar Portugal pelo atraso em que vivia, consumia os produtos franceses, em vista de considerar a França como um símbolo de “progresso e modernidade”:

Do *Jornal do Comércio*, o folhetim se espalhou para os demais jornais do Rio de Janeiro, estendendo-se para a imprensa de outras províncias do país. A facilidade de sua acolhida deveu-se pelo menos a dois fatores. De um lado, a reestruturação da própria imprensa nacional que após a Maioridade de D. Pedro II se expandia, buscando mais qualidade e diversidade de temas para fugir das enfadonhas e até mesmo degradadas questões político-doutrinárias. De outro lado, a excepcional receptividade no Brasil, e na Corte, em especial, da cultura francesa. Com a intensificação do fervor nacionalista e patriótico pós-Revolução de 7 de abril de 1831, o Brasil passou a acusar Portugal pelo seu atraso e paralelamente passou a absorver tudo o que vinha da França por representar progresso e modernidade (NADAF, 2002, p. 42).

Mesmo diante dessa polêmica, a prosa de ficção portuguesa foi bastante apreciada pelos maranhenses, porquanto ocupou o segundo lugar, em número de publicação, no *Folhetim do Publicador Maranhense*. Era extraída de jornais cariocas, portugueses ou de fontes não identificadas. Entre os autores portugueses que tiveram seus escritos nesse espaço,

encontram-se: Almeida Garrett (1789-1854), Camillo Castelo Branco (1825-1890), Faustino Xavier de Novaes (1820-1869), Manoel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895), José Antônio Nogueira de Barros (?-?), Arnaldo Gama (1828-1869), entre outros. Neste quadro encontram-se algumas obras portuguesas que circularam nesse periódico, com seus respectivos autores, fontes (caso tenham sido declaradas) e período de circulação.

Quadro 2 - Algumas obras portuguesas em prosa de ficção que circularam no *Folhetim do Publicador Maranhense*

Título/fonte	Escritor	Circulação no <i>Publicador Maranhense</i> (ano)
Viagens na minha terra	Almeida Garrett	1848
O Sebastianista (<i>Correio da Tarde</i>)	José Antônio Nogueira de Barros	1857
O prato de arroz doce (<i>Correio Mercantil</i>)	A. A. Teixeira de Vasconcelos	1863
A filha do Dr. Negro	Camillo Castelo Branco	1865
A última dona de São Nicolau (episódio do Porto no século XV)	Arnaldo Gama	1867
Um dote em papel	Faustino Xavier de Novaes	1868
Paços	Faustino Xavier de Novaes	1868
Uma aventura	Faustino Xavier de Novaes	1868
As flores da praia (Revolução de Setembro)	C. Jardim	1868
Epístola e Reinado Carlos Montoro	Faustino Xavier de Novaes	1868
Folhetim científico	Camilo Castelo Branco	1868
A Flor seca (romance extraído...)	Manoel Joaquim Pinheiro Chagas	1868
O pajem anão	Alfredo Sarmiento	1868

Fonte: Arquivo pessoal.

Quanto ao histórico de algumas dessas obras na passagem pelo *Publicador Maranhense*, observamos o que se segue. *O Sebastianista*, do escritor português José Antônio Nogueira de Barros (?-?), veiculou nos exemplares de 31 a 48, entre os dias 9 e 28 de fevereiro de 1857. No início de 1865, circulou o romance *A filha do Dr. Negro*, de Camillo Castelo Branco (1825-1890); nesse dia o jornal informou que a obra começou no exemplar 206, de 1864, mas deste ano só existem cópias até o 146; esse escrito terminou em 9 de janeiro de 1865. Neste ano, ainda foi publicado o romance *A última dona de São Nicolau* (episódio do Porto no século XV), de Arnaldo Gama (1828-1869). *A flor seca*, de Manoel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895), esteve no jornal de 9 de março de 1868, n. 57 a 5 de

maio do mesmo ano, n. 103, quando terminou com a explicação de que foi “extraído”, mas não revela a fonte. Este romance é vendido até hoje no Brasil, mas não encontramos exemplares do século XIX. Conforme o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 13 de agosto de 1841, p. 19, *A flor seca* era vendido naquela cidade, em um leilão da Biblioteca – Coleção Louize Bland. A imagem a seguir mostra o romance *A filha do Dr. Negro* no *Publicador Maranhense*:

Figura 8 - Romance *A filha do Dr. Negro*, de Camillo Castello Branco (*Publicador Maranhense*, 9 jan. 1865, n. 6)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>

O *Folhetim* do *Publicador Maranhense* era bem eclético, não se prendia às obras francesas e portuguesas, apesar de essas serem a maioria. Foram veiculados ainda escritos da Argentina, Inglaterra, Estados Unidos e Espanha, como veremos a seguir.

Em 1860, depois de várias edições mutiladas, no dia 29 de fevereiro, n. 49, deparamo-nos com a continuação do romance *Amália*, do escritor argentino José Mármol (1817-187), sobre a ditadura de Rosas, em Buenos Aires. Já estava na quarta parte, capítulo VIII. O jornal informou que o escrito continuaria, contudo na sequência existem muitos exemplares mutilados, principalmente no *Folhetim*. *Amália* reapareceu, em 15 de março de 1860, edição 62, no capítulo XII, ainda na quarta parte. Seguiram-se mais exemplares mutilados,

impossibilitando que observássemos a continuação do romance argentino. Na Trapalanda Biblioteca Digital, de Buenos Aires, existe uma edição desse romance no suporte livro, de 1868, ali catalogado como novela. Aqui está a imagem de *Amália* no *Publicador Maranhense*:

Figura 9 - *Amália*, de J. Mármol, no *Publicador Maranhense* (29 fev. 1860)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Da Literatura norte-americana, encontramos primeiro o conto (anedota) “Um roubo”, anônimo com seis capítulos, que circularam de 25 de abril de 1856, n. 94 a 7 de maio do mesmo ano, n. 103. Pela anotação dos editores, trata-se de uma obra estadunidense, mas que circulou na Inglaterra, antes de chegar ao Maranhão porque, no primeiro dia de circulação, os redatores esclareceram que o escrito passou do *New York Magazine* para a *Revista Britânica*, de 1848, e foi desta que o extraíram. Essas informações podem confirmar a presença de tradutores na redação do *Publicador Maranhense*, uma vez que a narrativa circulou em português, entretanto, o periódico não informou quem o traduziu. Somente em 1868, veiculou neste jornal a informação de que o colaborador Reimar (Gentil Braga) era tradutor.



A Literatura norte-americana também veio para o *Publicador Maranhense* via Portugal, através do jornal *Política Liberal*, de Lisboa, com o folhetim “A filha do médico”, classificado como conto fantástico, de Nathaniel Hawthorne (1804-1864), publicado no período de 6 a 22 de março de 1861, exemplares de 54 a 68. A fonte e o autor só foram divulgados no último dia de circulação. Vejamos o início da obra que parece esquecida pela história de leitura, uma vez que não encontramos outros registros de sua circulação:

Figura 11 - “A filha do médico” (conto fantástico) (*Publicador Maranhense*, 6 mar. 1861, n. 54, p. 1)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

As páginas mutiladas do *Publicador Maranhense*, às vezes, impossibilitam a identificação do autor e da fonte dos escritos, mas constatamos que as maiores fontes desse periódico foram jornais no idioma português, como *O Cronista*, *Periódico dos Pobres*, *Brasil*, *Extra*, *Revista Popular*, *Comércio do Porto*. Esse aspecto sugere que o *Publicador* não investia em traduções, mantinha-se fiel ao item de sua *Prospecto* em que afirmava a pretensão de extrair matérias de outros jornais, como podemos observar neste trecho:

A exemplo de todos os jornais da Europa extrairemos das colunas dos nossos colegas os artigos que mais interessantes nos parecerem sobre as questões que forem ocorrendo, guardando nisso como em tudo o mais uma rigorosa neutralidade entre os diversos partidos” (*Publicador Maranhense*, 9 jul. 1842, n. 1)¹¹.

Dessa forma, também procedeu com quase toda a literatura que ali circulou. Muitas obras copiadas apareciam apenas com o nome “extraído”, sem nomear o periódico-fonte. Dessa forma, constatamos que os anonimatos de fonte e de autores, no *Publicador*

¹¹ Não foi possível inserir a imagem do *Prospecto* do *Publicador Maranhense*, como sugeriu a Banca de Defesa desta Tese, em vista dessa edição encontrar-se muito danificada.

Maranhense, ocorrem pela ação do tempo, que deteriorou suas páginas; bem como de forma propositada. Entre os anônimos de autores (identificados, mas não recuperados) ou de fonte encontram-se os que preenchem o seguinte quadro:

Quadro 3 - Folhetins do *Publicador Maranhense* não recuperados

Título/fonte	Autor	Circulação no <i>Publicador Maranhense</i> (ano)
A pena de Talião	-	1843
O deão de Santiago (<i>O Cronista</i>)	-	1843
O Alfaiate e a mulher ou o que prova muito não prova nada (<i>Periódico dos Pobres</i>)	-	1843
O casamento improvisado (<i>Periódico dos pobres</i>)	-	1843
Uma visita à tia Micaela (<i>Periódico dos Pobres</i>)	-	1848
O copo d'água (<i>Brasil</i>)	T. (carioca?)	1850
Angélica ou a namorada paraense	-	1850
Episódio da Guerra da Catalunha	L. de B. Braurepaire	1856
Sofia, a louca	-	1856
Um e outro (tradução)	-	1856
Romances para senhoras: Como é que se ama (tradução)	Estevão Enault	1856
Fastos da Marinha Brasileira: O brigue Rio da Prata	S. E.	1856
Um roubo	-	1856
Germana	-	1858 (mutilado)
A Terra da Promissão	-	1861
A filha do mercador	-	1862 (incompleto)
Saudades!, Saudades! — está morto (<i>Extra</i> - São Paulo)	Vicente	1867
Deus remunera a virtude	J. Arima	1867
Possível e impossível	Marco Aurélio	1867
Francisca	Máximo	1867
Uma paisagem do século	G.	1867
Onda	Máximo	1867
Deus proverá	-	1867
Jacques Serafim, o músico (<i>Revista Popular</i>)	J. F. de Menezes	1867
Florisbela	Pedro Gonzalez	1867
Roque e Rita	Júlio de Albergaria	1867
O Capitão Ludovisi (Trad. de **)	Alphonse Bot	1867
Efeitos da pintura	G. Pistarini	1867
O borrão de tinta	A. Carrê – (de São Paulo)	1867
Uma comédia de salão	Ernesto Deletré	1867
Um romance íntimo (fragmentos)	-	1868
Um provinciano ladino	-	1868
Duelo de morte	Gustavo de Naquet	1868 (interrompido)
O estudante de Cambridge (<i>Comércio do</i>	-	1868

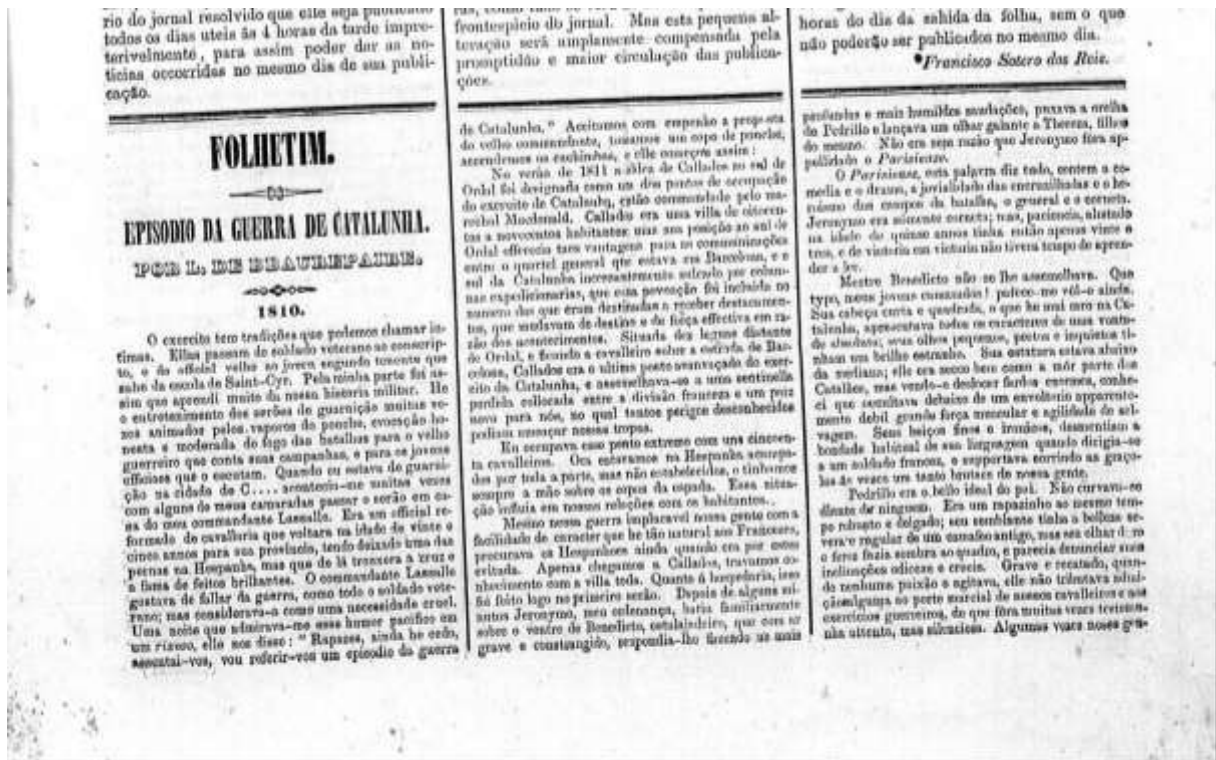
Porto)		
A sombra e a luz	Hopes	1868
O botão de rosa, seco (<i>O Ipiranga</i>)	Dr. Roberto (de São Paulo)	1868
O profeta misterioso (Tradução)	-	1868
O valor de uma pedra falsa (Ext.)	-	1868

Fonte: Arquivo pessoal.

O fato de essas obras não terem sido recuperadas e algumas anônimas ou de origem ambígua, não diminui seu valor como objeto cultural, uma vez que de acordo com Chartier (1991, p. 11), “o estudo crítico dos textos, literários ou não, canônicos ou esquecidos, decifrados nos seus agenciamentos e estratégias”, é um polo de reflexão metodológica. Assim, mesmo não tendo continuidade histórica fora do suporte em que pesquisamos, esses escritos também têm suas histórias, depreendidas, pela prosa em si, e pela forma como foram apropriados e veiculados no suporte maranhense. Descobri-los, nesse jornal, e falar sobre eles, nesta tese, é escrever suas histórias dentro das possibilidades apresentadas. Nosso estudo, de alguma forma, representa tirá-los do esquecimento. Vejamos uma dessas histórias de circulação.

O romance *Episódio da Guerra da Catalunha*, provavelmente espanhol, de L. de B. Braurepaire, marcou o início da circulação diária do *Publicador Maranhense*, pois surgiu no *Folhetim* desse periódico, no primeiro dia da nova fase, 2 de janeiro de 1856, n.1, e continuou, diariamente, até 26 de janeiro de 1856, n. 22, como uma tática para que os leitores se habituassem à presença constante do jornal, que só não circularia aos domingos.

Figura 12 - Episódio da Guerra da Catalunha (Publicador Maranhense, 2 jan. 1856)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Algumas das obras desse quadro poderiam ser identificadas como originais brasileiras, pelas temáticas, assinaturas, bem como pelo lugar de produção declarado no final, assim é possível dizer, por exemplo, que “O botão de rosa, seco”, copiado do jornal *Ipiranga*, conforme consta no final desse escrito, que circulou no *Publicador Maranhense* nos dias 8 (n. 106) e 11 de maio de 1868 (n. 108), seria de um autor paulista: “Dr. Roberto. São Paulo, 26 de janeiro de 1868” (*Publicador Maranhense*, 11 maio 1868, n. 68, p. 1), todavia, apesar das marcas finais sugerirem tratar-se de uma obra brasileira, o cenário é português; portanto, a origem é ambígua e não se desfaz porque a circulação ficou restrita ao século XIX. São obras supostamente brasileiras de outras províncias, e extraídas dos jornais desses lugares, “O copo d’água”, obra de cenário carioca, copiada do jornal *Brasil* (*Publicador Maranhense*, 7 fev. 1844, n. 156), seria do Rio de Janeiro; e “Angélica ou a namorada paraense”, de T., um conto de cenário paraense, que circulou em 19 de fevereiro de 1850 (*Publicador Maranhense*, n. 924), pertenceria a Literatura do Pará.

As interrupções na difusão dos folhetins, no *Publicador Maranhense*, às vezes, eram justificadas pelos redatores, consoante observamos no caso do romance *A filha do mercador*. Essa obra, que começou a circular em 5 de agosto de 1862, n. 176, veiculou até o exemplar 216, com intervalos e voltou a ser apreçoada somente na edição 295, de 29 de dezembro de

1862. Neste dia os redatores alegaram que as pausas ocorreram em vista do excesso de matérias oficiais que o periódico necessitava propalar; não obstante prometeram que o romance seria concluído em poucos exemplares:

Folhetim – Hoje reatamos a publicação do folhetim *A filha do mercador*, interrompida pela afluência de matéria, que trouxe a sessão da Assembleia Provincial.

Em seguida a este folhetim, que em dois ou três números será concluído, publicaremos *O prato de arroz doce*, romance moderno e bem acolhido do Sr. Teixeira de Vasconcelos (*Publicador Maranhense*, 29 dez. 1862, n. 295, p. 2).

No entanto, o 295 foi o último exemplar do ano de 1862, e na primeira edição de 1863, começava o romance *O prato de arroz doce* do escritor português Teixeira de Vasconcelos (1816-1878), que continuou até 8 de abril de 1863, n. 78. O interesse nessa obra foi demonstrado nos jornais de São Luís, desde que foi lançado no suporte livro, como observamos nesta nota publicada no jornal *A Coalizão*, do dia 20 de agosto de 1862, n. 57, p. 2, no espaço *Notícias da Europa*: “O Senhor Teixeira de Vasconcelos publicou um lindo romance intitulado *O prato de arroz doce*”. *A filha do mercador* foi, dessa maneira, esquecida pelo jornal. A hipótese para isso pode ser em vista de os leitores terem perdido o interesse pela obra, em vista do excesso de interrupções que arrastavam o romance há um semestre, com mais ausências do que presenças nas páginas do *Publicador*. Para não correr o mesmo risco, *O prato de arroz doce* circulou inicialmente todos os dias, mas, perto do final, ocorreram algumas interrupções. Foram 34 capítulos, além da conclusão, todos retirados do *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, conforme está especificado no último dia em que o romance foi propalado. Estas são as imagens com a última circulação de *A filha do mercador* e o início do romance *O prato de arroz doce*:

Figura 13 - *A filha do mercador* início da última circulação (*Publicador Maranhense*, 29 dez. 1862, n. 295)

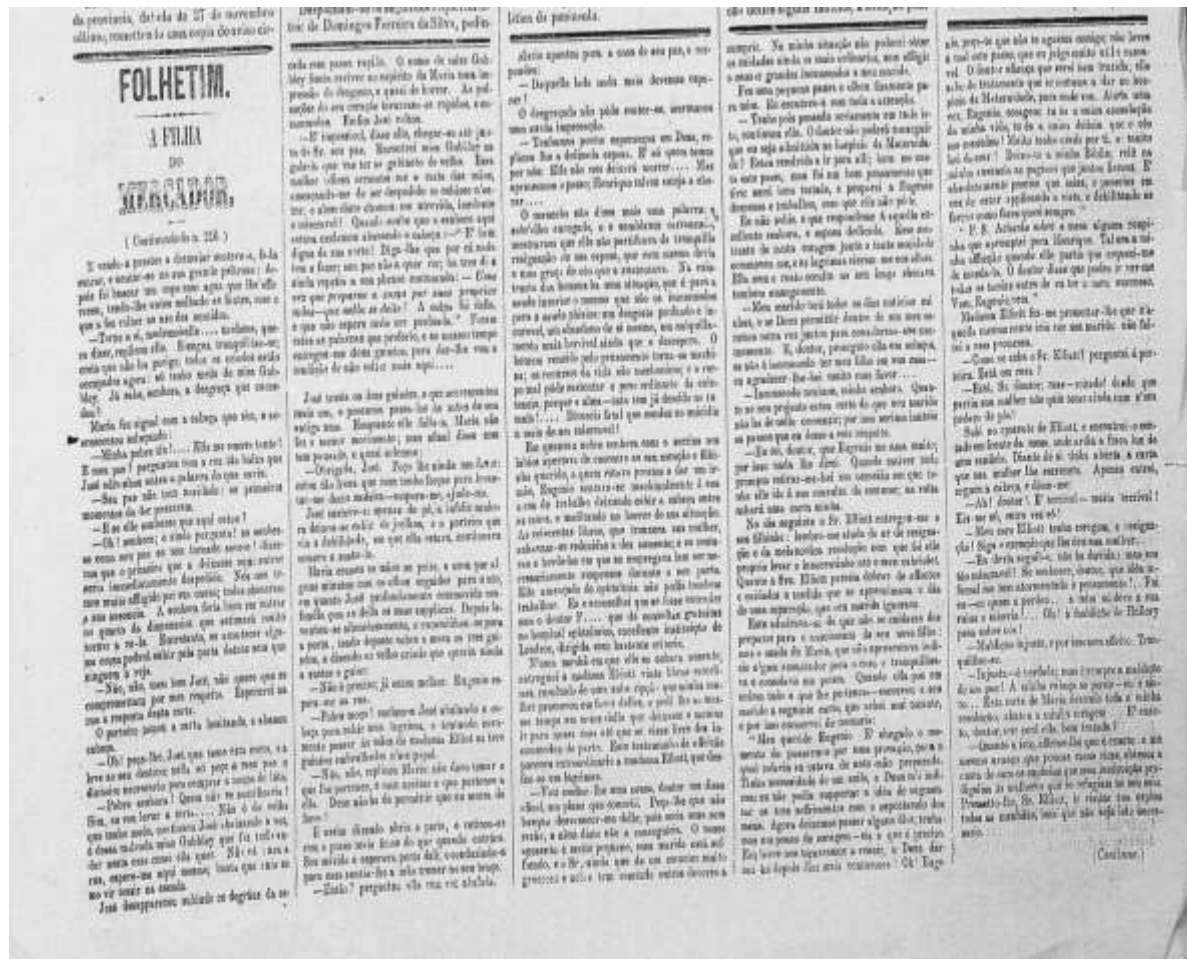
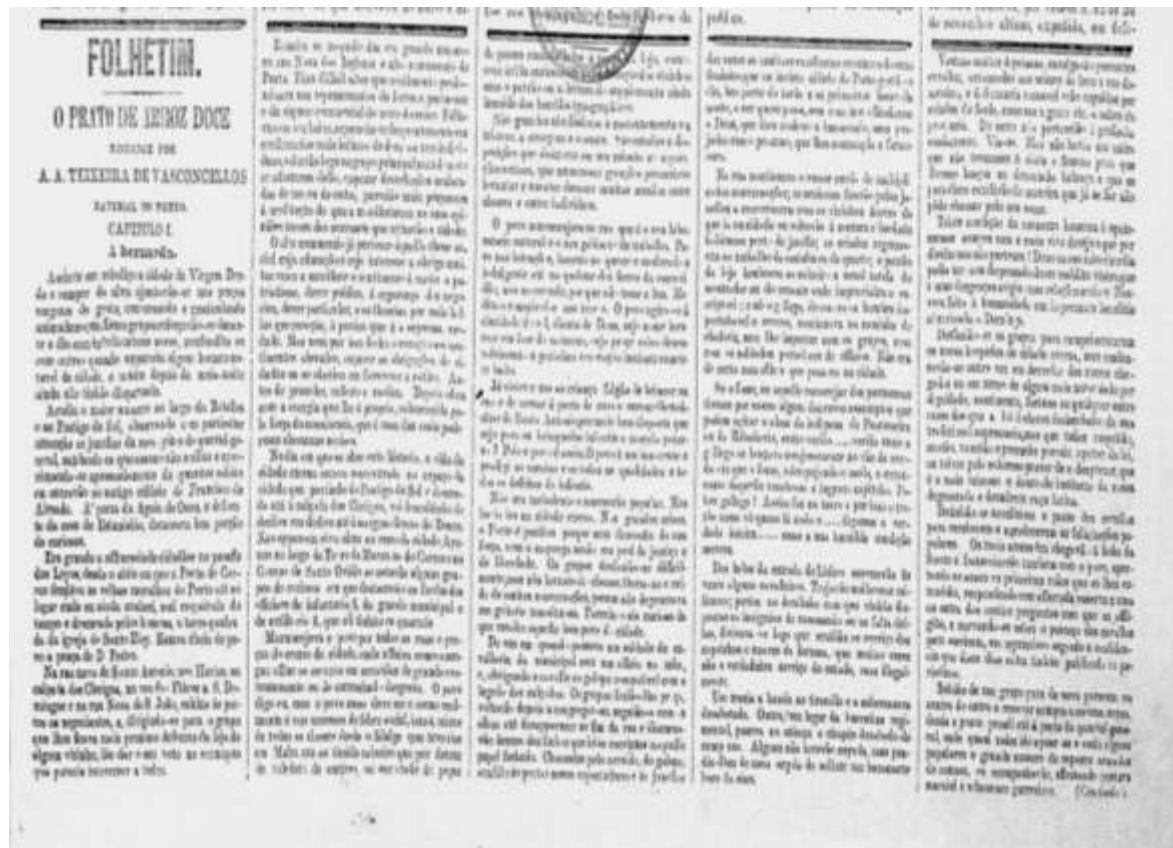


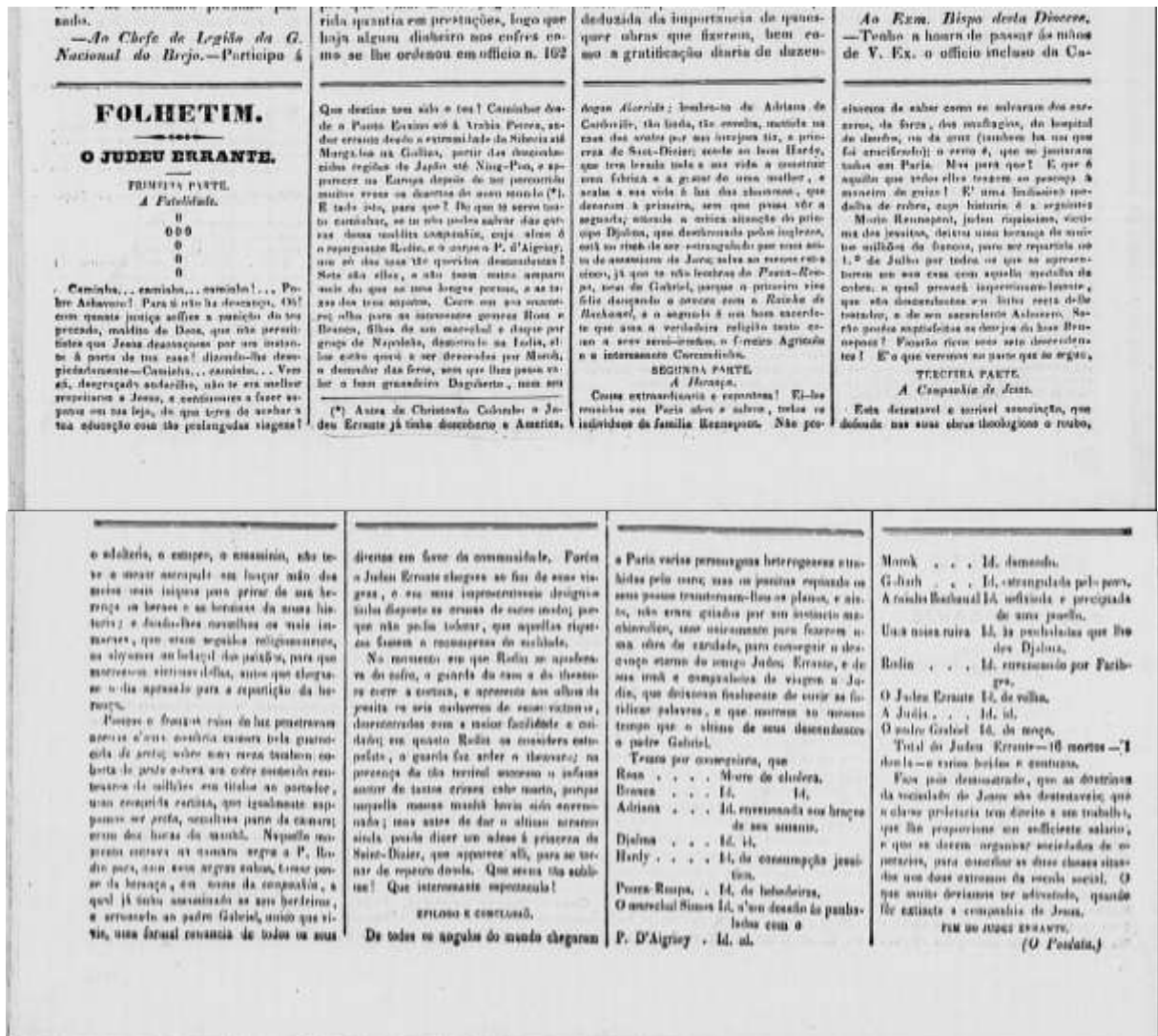
Figura 14 - Início do romance *O prato de arroz doce* (*Publicador Maranhense*, 2 jan. 1863, n. 1)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Outro modo de circulação de romances no *Publicador Maranhense* era apresentando apenas seus resumos, no *Folhetim*, como encontramos *O Judeu Errante*, de Eugène Sue, em 29 de novembro de 1845, n. 339, p. 1-2), extraído do jornal *O Posdata*, informação declarada no final da publicação. Essa estratégia, claramente, era utilizada como uma forma de alavancar as vendas de uma obra, visto que aguçava a curiosidade do leitor para conhecê-la. No caso desse romance que já fazia muito barulho, antes mesmo de ser lançado, como veremos no capítulo três desta tese, era mais uma forma de aumentar o desejo de leitura da obra. O resumo veiculou no rodapé, no formato convencional: quatro colunas, separadas por fios, e fonte menor que a do corpo do jornal, assim como todas traduções que circularam no *Folhetim* do *Publicador Maranhense*. O resumo ocupou 8 colunas, nos dois dias em que veiculou, como podemos observar na seguinte figura:

Figura 15 - Resumo do romance *O Judeu Errante* (*Publicador Maranhense*, 29 nov.1845, n. 339, p. 1-2)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

O *Museu Maranhense: Periódico de Instrução e Recreio* veiculou apenas um mês e meio, entre 1º de julho e 15 de agosto de 1842. Foram quatro edições, em numeração contínua, compostas por nove ou doze páginas cada. Seus redatores eram Gonçalves Dias, M. da G. e João Duarte Lisboa Faria. Apresentava-se com as sessões *Análise da estampa* (na qual geralmente se discorria sobre um desenho que ilustraria a página inicial), *Poesia*, *Variedades*, *Miscelânea* e *Romances*. O jornal era impresso na Tipografia Monárquica Constitucional, de Francisco de Sales Nunes Cascaes.

Joaquim Serra (2001) referiu-se ao curto período de circulação do *Museu Maranhense* da seguinte forma: “Da Tipografia Monárquica Constitucional sai também, em 1842, o

periódico recreativo intitulado *Museu Maranhense*. Sua existência foi efêmera” (SERRA, 2001, p. 30).

Na verdade, o *Museu Maranhense* enfrentava dificuldades financeiras, que foram expostas no segundo exemplar, quando os editores publicaram uma advertência, ressaltando que tinham menos da metade dos assinantes necessários para o jornal circular, por isso o periódico funcionava de forma sacrificada. Mesmo assim, tentavam satisfazer os leitores, com mais investimentos como a contratação de um novo funcionário, a fim de melhorar as estampas, e compraram papel e tinta apropriados. O jornal não publicava anúncios, portanto era mantido pelas assinaturas. A falta de recursos parece ter sido a causa dessa folha ter deixado de circular na quarta edição, sem explicações de seus editores. Esta foi a advertência a que nos referimos neste parágrafo:

Advertência

Não obstante ser-nos mister 300 assinaturas para cobrirmos as despesas infalíveis deste periódico, todavia com 118, que são as que temos, estamos a publicá-lo, e a nossa empresa terá o prometido curso; visto que dispostos estamos a todos os sacrifícios, contanto que o Maranhão colha os resultados de uma publicação como esta. Despedimos de nosso serviço o Sr. J. L. Joubert, nosso primeiro litógrafo, porém nem nós perdemos com isso, nem os Srs. Assinantes; por enquanto foi por nós chamado o Sr. Domingos Tribazi, italiano de nação, um dos melhores retratistas que hoje temos; e tanta facilidade tem o artista que em poucas horas apresentou-nos o Feliz resultado da Estampa que adorna este número: desnecessário é à vista dela tecermos elogios; porém a litografia será melhorada logo que nos cheguem o papel e tinta próprios, que brevemente esperamos de Portugal (*Museu Maranhense*, 15 jul. 1842, n. 2, p. 24).

M. da G. era um dos redatores e tradutores do jornal, como depreendemos de muitas notícias e prosa ali veiculadas, mas, ele não fazia distinção entre tradutor e autor, porque em sua maioria deixava a obra anônima de autor e de tradutor; somando-se a isso, também houve casos em que se apropriava dos escritos, assinando-os e publicando-os, mesmo sendo claramente uma tradução. Essa prática, comum na época, demonstra que ainda faltava consciência do domínio de propriedades dos escritos na província maranhense, apesar de já estar na quarta década do século XIX; e esta questão, de acordo com Michel Foucault (1969), estava resolvida entre o final do século XVIII e início do século XIX, quando os autores podiam ser punidos por suas ideias controversas que se tornaram próprias da literatura:

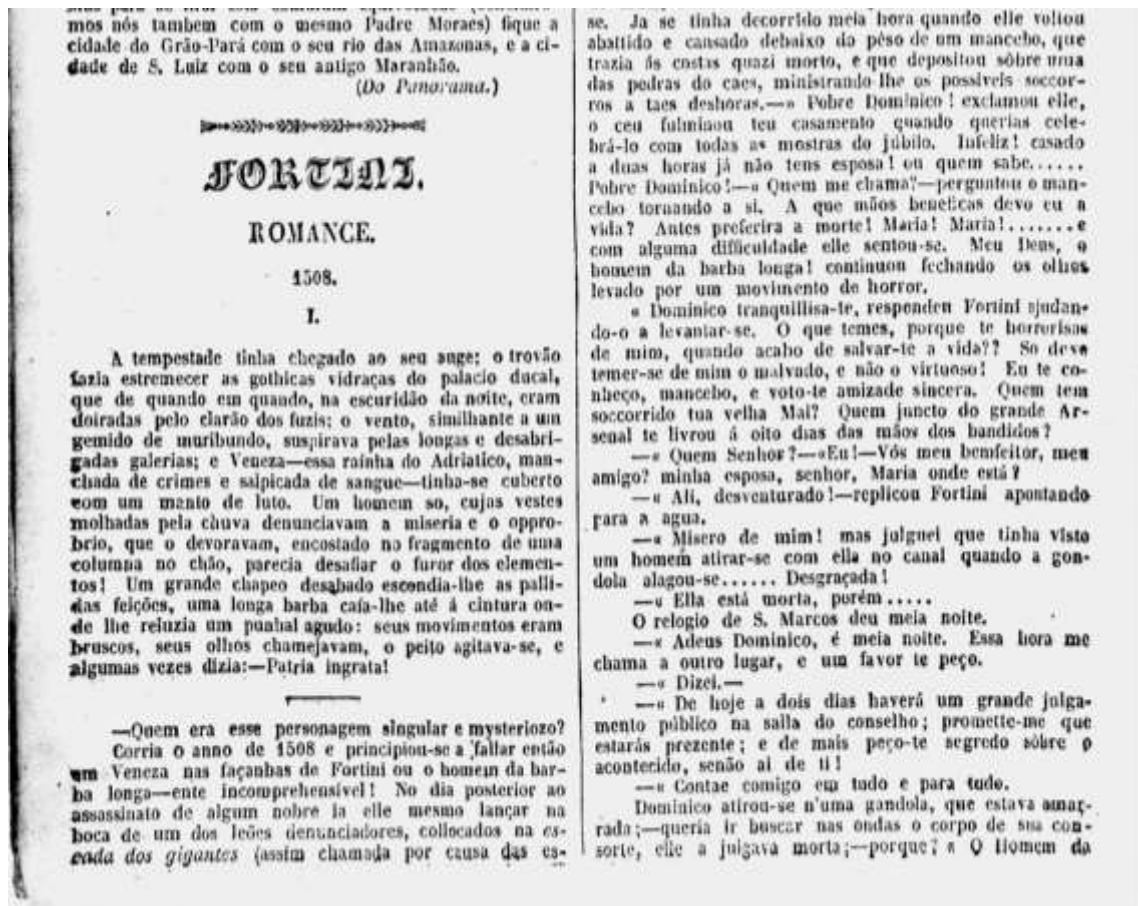
Os textos, os livros, os discursos começaram a ter realmente autores (diferentes dos personagens míticos, diferentes das grandes figuras

sacralizadas e sacralizantes) na medida em que o autor podia ser punido, ou seja, na medida em que os discursos podiam ser transgressores. [...]. E quando se instaurou um regime de propriedade para os textos, quando se editoram regras estritas sobre os direitos do autor, sobre as relações autores-editores, sobre os direitos de reprodução etc. - ou seja, no fim do século XVIII e no início do século XIX -, e nesse momento em que a possibilidade de transgressão que pertencia ao ato de escrever adquiriu cada vez mais o aspecto de um imperativo próprio da literatura. Como se o autor, a partir do momento em que foi colocado no sistema de propriedade que caracteriza nossa sociedade, compensasse o *status* que ele recebia, reencontrando assim o velho campo bipolar do discurso, praticando sistematicamente a transgressão, restaurando o perigo de uma escrita na qual, por outro lado, garantir-se-iam os benefícios da propriedade (FOUCAULT, 1969, p. 14-15).

A falta de importância do nome do autor, conforme Barbosa (2007, p. 34), revela também a prática em que sua identificação poderia afastar ou atrair os leitores, assim os autores “colocavam em teste o gosto dos leitores, sua fidelidade e, mais que isso, o seu empenho em atender as suas exigências”.

A prosa de ficção veiculada no *Museu Maranhense* vinha no corpo do jornal, ocupando entre uma e seis páginas do periódico, com os gêneros predominantemente denominados romances, apesar de circularem apenas um dia. A publicação começou com o romance *Fortini*, história de contexto italiano, com quatro capítulos, que ocupou cinco páginas do periódico, no dia do lançamento deste; foi assinada por M. da G., que provavelmente tenha sido o tradutor. Na mesma edição circulou também *A bolsa azul*, da escritora francesa Eugénie Foa (1796-1852), sem indicação de gênero. As demais publicações são quase todas anônimas, com apenas uma exceção que será vista mais adiante. Na imagem a seguir podemos observar o início do romance *Fortini*.

Figura 16 - Início do romance *Fortini* no *Museu Maranhense* (1º jul. 1842, n. 1, p. 6)



Fonte: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/diversosoutroestados.html>.

Na segunda edição, apareceu a sessão *Romances* com *Um casamento em 1814*, iniciado na página 15, mas o jornal está mutilado, da página 16 passa para a 21, sendo impossível ver a continuação e o fim da história. No terceiro exemplar, a sessão veiculou dois romances em sequência: *O pintor* e *Uma história como há muitas*. A figura a seguir mostra o surgimento da sessão *Romance* no *Museu Maranhense*:

Figura 17 - O nascimento da sessão *Romances* no *Museu Maranhense* (15, jul.1842, n. 2, p. 15)



Fonte: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/diversosoutrosetados.html>.

A quarta edição continuou apresentando dois romances nessa sessão: *Uma infidelidade*, além de parte da tradução do quarto tomo de *Recordações de um filho do povo*, do escritor francês Michel Masson (1800-1883), que estava sendo publicada em Paris, mas no *Museu Maranhense* apareceu com o título de *Um extravagante convertido*. Essa tradução foi assumida pelos redatores, quando justificaram a publicação como uma forma de agradar os leitores, bem como de encorajar os tradutores para verterem esta e outras obras completas para o português, e também a produzirem obras originais. O romance de Masson é formado por 8 volumes, cuja edição de 1844 encontra-se atualmente disponível na Gallica.

Um extravagante convertido

Está se publicando em Paris uma obra do excelente escritor Michel Masson (1800-1883), com o título de *Recordações de um filho do povo*, na qual se pintam com vivacidade os costumes das classes produtoras da sociedade, que alguns costumam chamar baixas e proletárias, confessando as suas faltas, porém também fazendo ver as suas virtudes, tanto mais louváveis quanto mais depreciados são pelos que vivem de seus suores.

Há no último tomo dos publicados uma cena cheia de interesse e verdade, que pode servir de chefe da obra, e que publicamos não só porque a julgamos agradável aos nossos leitores, mas também para ver se se anima à tradução da obra alguma boa pena que enriqueça as bibliotecas com a cópia dos belos quadros de Masson, e que talvez anime a formação de outras obras boas e originais [...] (*Museu Maranhense*, 15 ago. 1842, n. 4, p. 42).

Figura 18 - Recordações de um filho do povo (Um extravagante convertido) no Museu Maranhense (15 ago. 1842, n. 4, p. 42)



Neste quadro constam as obras que circularam no *Museu Maranhense*, com os respectivos gêneros, quando identificados no periódico, bem como o período de circulação.

Quadro 4 - Prosa de ficção que circulou no *Museu Maranhense* (1842)

Prosa de ficção	Autor/País	Período de circulação
Fortini (romance)	M. da G. (tradutor)	1º jul. 1842
A bolsa azul	Eugénie Foa (França)	1º jul. 1842
Um casamento em 1814 (romance)	-	15 jul. 1842
O pintor (romance)	-	1º ago. 1842
Uma história como há muitas	-	1º ago. 1842
Uma infidelidade (romance)	-	15 ago. 1842
Um extravagante convertido (Recordações de um filho do povo) - romance	Michel Masson (França)	15 ago. 1842

Fonte: Arquivo pessoal.

Conforme podemos observar no quadro, o *Museu Maranhense* propagou prosa de ficção estrangeira em todas as edições, com até duas obras por exemplar. A história de circulação desses escritos expôs um problema que afetava esse jornal, bem como outros periódicos dessa província: a falta de tradutores ou a falta de coragem ou de tempo para exercerem esse trabalho, pois “os cabeças das palavras dos jornais” exerciam diversas funções simultâneas: jornalistas, tradutores, correspondentes, estudantes, funcionários públicos, políticos. No jornal em estudo, por exemplo, informava que os redatores Gonçalves Dias e João Duarte Lisboa Faria eram estudante de Direito, o primeiro, e matemático e bacharel em Filosofia, o segundo. Talvez, em vista de muitas ocupações, os redatores do periódico em estudo, mesmo se mostrando capazes de verterem obras para o português, usaram essa competência também para incentivar o aparecimento de mais profissionais na área, como vimos neste capítulo.

Contemporânea do *Museu Maranhense*, *A Revista: Folha Política e Literária*, surgiu como a estrela dos periódicos, que ofuscava os demais jornais, dado que, segundo Joaquim Serra (2001, p.28), circulava “um enxame de pequenos jornais [que foram todos] eclipsados pela *Revista*”. O destaque desse periódico pode ser em vista do *design* moderno que exibia: o título ornado; formada por quatro páginas; corpo com três colunas; títulos destacados e rarefeitos; e *Folhetim* no modo jornal-livro. Veiculava principalmente notícias locais e da Corte (estas copiadas do *Sentinela* e do *Diário do Rio de Janeiro*); de Minas Gerais, Pernambuco, e de outros países como Estados Unidos, França, México, Portugal e Inglaterra.

Conforme Joaquim Serra (2001), este periódico circulou entre 1840 e 1850, mas nesta pesquisa verificamos que atualmente existem cópias só de 1842 a 1850, mesmo assim, faltando muitos exemplares. Era redigida por Francisco Sotero dos Reis, impressa na Tipografia Imparcial Maranhense, por Manoel Pereira Ramos, na Rua Formosa, n. 4.

A *Revista* recebia jornais de vários lugares, consoante esta notícia: “O vapor São Sebastião, chegado hoje dos portos do Sul, trouxe-nos jornais do Rio de Janeiro, até 23 do passado, da Bahia, até 4 do corrente, e das Alagoas, até 3” (*A Revista*, 17 out. 1850 p. 2).

Era predominantemente política e favorável ao Imperador, inclinação que deixava transparecer até nos comentários sobre as notícias veiculadas nos jornais que recebia: “Na corte, nada ocorrera que nos incline a reear mudança de política: o ministério no gozo de plena confiança da coroa, e perfeitamente solidário, ia realizando o seu pensamento” (*A Revista*, 17 out. 1850 p. 2-3). Raramente publicava prosa de ficção, encontramos apenas o romance *Mulheres célebres*, no *Folhetim*; e na sessão *Variedades*, “A sede d’ouro - crônica da Idade média”, de M. Not. Cath, que circulou no dia 17 de outubro de 1850, n. 568, com 4 capítulos, copiados do *Diário do Rio de Janeiro*.

O folhetim *As mulheres célebres*, do escritor português João Antônio de Carvalho e Oliveira (1806-1872), começou a circular no dia 29 de janeiro de 1850, edição 531 e foi concluído em 14 de agosto de 1850, n. 559. A obra veiculou com 58 páginas, no rodapé das duas páginas iniciais do periódico, sem fio divisório de colunas, semelhante à cópia de um livro aberto, exibindo a paginação alternada na parte superior, e com orientação de leitura da coluna direita para a esquerda; além disso, não repetia o nome do escrito, nem a palavra *Folhetim*, informações que constaram apenas no primeiro dia de circulação do romance. Como não existia uma classificação para esse tipo de publicação, nós o denominamos jornal-livro, como já mencionamos nesta pesquisa. A veiculação da referida obra foi concluída em 14 de agosto de 1850, n. 559. Neste dia, ao final do capítulo, consta o nome completo do autor. O romance não foi recuperado.

Observamos o modo de circulação jornal-livro da prosa de ficção também em outros jornais de São Luís, como *O Porto Livre*, *A Revista Universal* e *Publicador Maranhense*, mas essa forma de veiculação começou no jornal *O Progresso*, em 1847, como veremos mais adiante nesta tese. Após nos questionarmos muito sobre os motivos que levariam os periódicos a se apropriarem dos escritos dessa forma, compreendemos que pode ser uma estratégia, a fim de aproximar a prosa de ficção veiculada nos jornais da que circulava no suporte livro; tanto na aparência quanto na durabilidade, uma vez que, apresentados dessa forma nos periódicos, os escritos poderiam ser encadernados em forma de brochuras,

semelhantes a livros. Essa organização, conquanto, não era tão simples, porque a paginação alternada das obras, às vezes, era confusa, requerendo a montagem de um verdadeiro quebra-cabeça para ter acesso à história e ao jornal-livro.

Figura 19 - Início do romance *As mulheres célebres*, no estilo jornal-livro (A Revista, 29 jan. 1850, n. 531)

N. 531. **A REVISTA.** **1850.**

FOLHA POLITICA E LITTERARIA.

—SUBSCREVE-SE A 2\$500 RS. POR TRIMESTRE (13 NÚMEROS) E VENDE-SE CADA FOLHA AVULSA A 200 RS. RESTA TÍT.

Terça Feira 29 de Janeiro.

MARANHÃO TYPOGRAPHIA DA TEMPERANÇA, IMPRESSO POR MANOEL PEREIRA RAMOS, NA RUA FORMOSA CAXA N. 2.

EXTERIOR.

A ICARIA, EXPEDIÇÃO CABET.

LONDRES, 30 DE OUTUBRO DE 1848.

—Se os países christãos se compadecessem uns dos outros, e se podessemos livrar nos da tradição da infancia da que a França é o nosso inimigo natural, a historia do Sr. Cabet e das suas victimas, revelada há dias perante o tribunal de policia correcional, excitaria por certo a nossa mais profunda commiserção. Não é que a humanidade se entendesse a muita gente. Se alguns centenares de individuos perdessem as vidas, ou o dinheiro, ou os amigos, ou as bagagens por terem chadado ovidos ás promessas de um cava lleiro de industria, pouco é isso neste se culo de loucuras e de desastres gigantes cos. O que excita a nossa compaixão é a pintura que aqui se apresenta da emi gração franceza, e a reflexão de que é

isto mais do que um specimen, por ser quasi a unica tentativa de emigração feita pela França ha annos 2 esta parte.

Com trinta e seis milhões de habi tantes que se devoraram uns aos outros man dou ha tempos alguns milhares de homens para o Rio da Prata; o anno passado qui nhentos ou seiscentos para a Argelia, don de já voltaram muitos, e agora quinhentas victimas de um pretante arregimenta das por um imposto politico. Por certo que algum encanto liga a França ao cir culo das suas revoluções, as multidões apenas expellidas voltam como mariposas ás chaminas, ou como desertores repelli dos para a cidade sitiada e fuminta. E comtudo a França não deixa de ter dis posição para as emigrações. O Canada prova o poder que tem para crear uma colonia á sua imitação em terra deser ta. Até hoje porém tem lido sido a sor te adversa.

O Sr. Cabet é desses homens de quem é difficil dizer se tem mais de enthusias tas do que de velhacos. Se o condem

namos por ter mentido, ou por ter leva do uma multidão de basbaques através de meio mundo, devemos condemnar tam bem sir Walter Raleigh, Napoleão, e outros grandes homens. O Sr. Cabet ti nha um ajudante, um tal Krolkewski, de quem ha-tará dizer que é Polaco. Estes dous homens engenhosos idearam uma com muniidade, á qual por um presentimento feiz da sua fragil construcção, e prompta desappareição, deram o nome de Icaria, al lusão que melhor entenderão os classicos do que os campones.

A Icaria collocou-se a elles no Rio Escarlato, que tinha seguramente attrac tivos mui peculiares para certos politicos extremos, e que, de feito, é um dos tri butarios do Mississippi, e dizide Arkansas do Texas. Ali tinham elles comprado, se gundo diziam, um milhao de geiras de terra. Nada podia ser mais plausivel. O Tex as, muito antes de ser incorporado, ti nha sido retalhado em districtos, que tor maram os nomes de trinta ou quarenta especuladores americanos, e que foram ven didos mais de cem vezes no par, e pro

— 4 —

FOLHETIM.

AS MULHERES CELEBRES.

PELO SR. DR.

JOÃO ANTONIO DE CARVALHO.

do os seus conselhos para sempre reputará no mesmo me nido.

Esta alma tão severa, tão combatida pelo tufão das poi xões, e ao mesmo tempo tão amante, retraxiu-se no me nos um pouco ao peitos do seu succesor D. Fernando. Não herdára este nenhuma das virtudes do pai, mas assim ilhava-o no excesso com que amava.

Imitando a Pafis, depois de consumidos encontros ri quozos para a condução da princeza augustinca com quem ajuntára consorcio, infatigado pelos seductores attrahcos de D. Leonor Telles de Monção, tira-a a seu marido, ena mo com ella, e vê perpassar os tão obscuros, quão uni tos dous do seu reinado, menos como insubordia, do que como o humilde capivo d'aquele gentil senhora tão fi nemo á patria de Affonso Henriques, como o de Helena á de Prismo.

Qual fosse a meta da mulher entre os ditos e pouco que desde a sua origem habilitou a mundo, e as variadas phasas por onde as procellas natureas e politicas o tem fci ta passar, seria talvez curiosa averiguação, nos similitudo averiguação na parte poética d'umaria seria difficuldade, seria superior da a uma força, e equivaleria a um tracta do historico em d'omias bouja para ter cabela a sua colom na da Revista Universal Maranhense. Sempre com toda reflexionarmos um nota sobre este assumpto.

O Velho Tostameo, ou antes, o Livro da historia da creação, entregou-se a mulher não como terra, senão como companheira, e ajudou nos trabalhos da vida, salva sempre aquella insubordinada que não desceio o principio da igualdade. — Tu... estás sob o poder da tua marido, e elle te dominará. (a) Se a mulher he a

“ *Pa stupor, fu vaghezza, e fu diletto*
“ Namor non fu, che nono il cor vilano
“ Narro, si la dice, al tanto con lo cometto
“ Che non d'offenda il p'pal dei cristiano
“ El ella: Il van si trova al tuo capetto
“ Opera s'è fatto, rigate, de queta mano
“ In l'imagine de tota: lo me salvi
“ Che tu ricordi, e me parir te dei
 GENTILI. Lit. Car. 2.º Est. 31.

— Nem sempre a mulher he sido devidamente apreciada, e com todo deveramos todos olha-la como um d's mais ba lles preziosos que Deo fez ao homem. Ella he um com plexo de maravilhas, mas o seu mais formidavel con dicio consiste na influencia que exerce sobre o homem, que a busca como as plantas busco o sol, como a agulha de ma rear procura o polo magnetico.

Com um simples olhar, com um sorriso, com magi ficas crestaes conquista corações de homens, e o sigre trans fuma em cordeiro. Com quanto subdordia pois não se ex pressou o Guezo quando, retirado-se á companhia do ho mem, diz—Por isso deixará o homem seu par e sua mãe, unir-se-lhe a sua mulher, e serão dois em uma só carne! E o amor he que se predomina firmame non

(b). GENTILI, Cap. 2.º v. 3.º

1.1.2 A prosa de ficção estrangeira nos jornais da Associação Literária Maranhense

Antes de *A Revista*, destacar-se pela forma como se apropriou da prosa de ficção, em 1850, como vimos neste capítulo; mas com publicação simultânea, surgiram, no Maranhão, os primeiros jornais de instrução e recreio. Estes foram produzidos pela Associação Literária Maranhense e denominados *Jornal de Instrução e Recreio* (1845-1846) e *O Arquivo: Jornal Científico e Literário* (1846). Esse tipo de jornal já existia no Rio de Janeiro, e depois do Maranhão, foi também criado em outras províncias, como Pernambuco, Bahia e Pará (COLIN, Augusto Frederico, *O Arquivo*, 1846).

A Associação Literária Maranhense foi criada em 1º de janeiro 1845 e permaneceu até 1846. Seus jornais eram impressos na Tipografia Maranhense, por Antônio José da Cruz, à Praça do Palácio n. 10, em São Luís. No ano da fundação, o presidente da instituição era Luís Antônio Vieira da Silva; o vice, Augusto Frederico Colin; e o secretário, Roberto Augusto Colin.

Havia uma extensa lista de sócios e muitos deles eram também colaboradores, conforme observamos na segunda página do *Jornal de Instrução e Recreio*. Os colaboradores eram: André Curcino Benjamin, Antônio Carneiro Homem de Souto Maior, Antônio Gonçalves Dias, Antônio Henriques Leal, Antônio Rangel de Torres Bandeira, Antônio Rego, Augusto César dos Reis Raiol, Augusto Frederico Colin, Frederico José Correia, Gregório de Tavares Osório Maciel da Costa, José Joaquim Ferreira do Valle, José Ricardo Jauffret, Luís Antônio Vieira da Silva, Manuel Benício Fontenelle, Pedro de Sousa Guimarães e Roberto Augusto Colin (*Jornal de Instrução e Recreio*, 15 fev. 1845). A instituição possuía também diversos correspondentes, mas, neste ano, não indicava de onde enviavam seus escritos.

Existem evidências de que esse informativo foi redigido após quase um ano de circulação do periódico porque, em quase todas as edições, entravam novos sócios, até o exemplar 22, de 11 de dezembro de 1845, quando foram aprovados Antônio Borges Leal de Castelo Branco e Pedro Nunes Leal, porém, estes já constavam no referido informativo, bem como os demais que se associaram no decorrer do ano.

O presidente da Associação, em 1846, era Alexandre Théophile de Carvalho Leal, e Augusto Frederico Colin, o secretário. Quanto aos colaboradores, deixaram a função José Ricardo Jauffret e Pedro de Sousa Guimarães. Entraram F. A. de Carvalho Reis, Raimundo José Faria de Mattos (Colaboradores, *O Arquivo*, 1º mar. 1846, v. 1, n. 2, p. 1).

Os nomes dos sócios e dos colaboradores foram grafados completos, em 1845, nas informações sobre a Associação, veiculadas com a primeira edição do *Jornal de Instrução e*

Recreio, entretanto, no corpo deste periódico, era frequente o emprego de iniciais destes e de outros autores, sobretudo, quando se tratava de escritos literários, pois os originais apresentavam, em sua maioria, apenas as iniciais do autor; nas traduções, o nome do autor vinha por extenso e do tradutor, quase sempre, somente as iniciais, com, no máximo, dois sobrenomes por extenso.

Em 1846, nas páginas do jornal *O Arquivo*, até nas informações a respeito da Associação, constavam todos os sócios e colaboradores grafados com uma ou duas letras iniciais e um ou dois sobrenomes por extenso, continuando este procedimento na indicação de autoria no periódico. Essa atitude dificultava ou impedia que precisássemos alguns autores que publicaram nos periódicos da Associação. Não foi possível identificar, por exemplo, F. A. de Carvalho Reis, mesmo sendo um dos colaboradores da instituição, assim como outros autores que apresentavam somente as iniciais seguidas de pontos ou asteriscos, por exemplo: V. S., M. **, A. G. R. R., V. S.

Essa frequente forma de identificar os autores, seguida pelos dois periódicos da Associação Literária Maranhense, confundia os leitores, por isso os editores do *Jornal de Instrução e Recreio* necessitaram prestar esclarecimentos, quando um dos colaboradores foi mencionado pelo público como se fosse o poeta português Antônio Feliciano de Castilho. Diante do mal entendido, os editores elucidaram o assunto numa declaração veiculada no periódico, na qual também informaram aos leitores sobre o procedimento da empresa, nas edições posteriores, em relação à escrita dos nomes dos autores:

DECLARAÇÃO

Constando-nos que algumas pessoas ao verem as Letras A. F. C., que vem no fim da Ode inserida no 1º n. deste Jornal, as interpretassem por *Antônio Feliciano de Castilho*, declaramos que são elas as iniciais do nome de um dos colaboradores¹² deste jornal; e que, se por ventura, transcrevermos alguma obra desse insigne Poeta, ou de outro qualquer, poremos seu último nome por extenso. O Editor¹³ (*Jornal de Instrução e Recreio*, 1 mar. 1845, n. 2, p. 16, grifo do autor).

Apresentar somente as iniciais em periódicos traz diversos problemas na restauração de autores. Um caso de destaque, por exemplo, trata-se da autoria de “Epístola a Critilo”, estudada por Barbosa (2013). A pesquisadora constatou que, em vista do escrito ter sido publicado no *Jornal Científico, Econômico, e Literário, ou Coleção de Várias Peças, Memórias, Relações, Viagens, Poesias, e Anedotas*, em 1826, apenas com as iniciais C. M. C.,

¹² O colaborador era Augusto Frederico Colin.

¹³ Os editores, neste período, eram José Tell Ferrão e Antônio Henriques Leal.

a obra foi atribuída a Cláudio Manuel da Costa, por Varnhagen (1850), que em seguida declarou que o autor seria Alvarenga Peixoto e abandonou a questão. No entanto, o caso não estava resolvido porque “atualmente a autoria da ‘Epístola a Critilo’ é atribuída a Tomás Antônio Gonzaga, desde que foi incorporada às *Cartas chilenas* (1957; 1958), um conjunto de epístolas, primeiramente publicado no periódico *Minerva Brasiliense*, em 1845” (BARBOSA, 2013, p. 202).

Ainda conforme Barbosa, no livro *Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX*, de 2007, o anonimato na imprensa brasileira existia “desde os primórdios”, na Corte e nas províncias, mas essa prática não seria nem uma fraqueza, nem um defeito, mas era “uma marca da linguagem jornalística do século XIX” (BARBOSA, 2007, p. 32).

Os correspondentes da Associação continuaram existindo, em 1846, no jornal *O Arquivo* desta vez, foram informadas as respectivas cidades do Maranhão e de outros estados brasileiros das quais enviavam informações. No Maranhão, exerciam essa função: João Pedro dos Santos, em Caxias; Tomaz Ferreira Guterres, em Alcântara; Padre Manoel Altino Barbosa e Antônio José de Carvalho Pires Lima, de Cururupu; Tenente-Coronel Manoel Lourenço Bogéa, do Mearim; Raymundo José de Sousa Gayaso, de Codó; Camillo de Léllis Henriques Pacova, de Itapecuru-mirim.

Em outros estados, os correspondentes eram: José Joaquim Ferreira do Valle, de Pernambuco (Olinda); Pedro José de Abreu, da Bahia; Joaquim Correia de Magalhães e André Cursino Benjamin, do Pará (Belém); Padre Manuel José da Matta, de Bragança, também no Pará; e do Poty, no Piauí, Capitão Alexandre de Araújo Costa. A população também podia publicar obras que seriam entregues na casa do editor, à Travessa do Sineiro n. 1, ou para os correspondentes, desde que versassem sobre “instrução, moral e recreio, sendo aprovada pela Comissão Revisora, formada por Augusto César dos Reis Raiol e Antônio Henriques Leal” (Aviso, Anexo, *O Arquivo*, n. 1, v. 2).

A instituição, a julgar pelo final do discurso de posse do primeiro presidente Luís Antônio Vieira da Silva, em 1º de janeiro de 1845, demonstrava muita vontade de colaborar para o desenvolvimento literário no Maranhão, no entanto, faltava apoio político, o que pode ter colaborado para que a instituição deixasse de existir no final de 1846:

É esta a única Associação Literária, que aqui existe, e apesar de ser o estado da nossa Província desanimador, não devemos deixar de continuar em nossa empresa, e oxalá chegue ela ao grau de perfeição de que é merecedora. Deus coroe nossos desejos (VIEIRA DA SILVA, *Jornal de Instrução e Recreio*, 15 fev. 1845, n. 1, p. 2).

Em seu discurso, Vieira da Silva descreveu a Literatura como uma arte que provocava melhoramentos sociais; instigava o pensamento e a expressão, considerando estes como os principais objetos das letras; inspirava a independência; provocava reconhecimento de seus autores, bem como eternizava as pessoas, os lugares e as outras artes. Por fim, declarou a Literatura imortal, em vista da consagração de seus personagens, diante de um tempo que não pode ofuscá-los:

[...] descrever o quadro dos melhoramentos sociais de todas as épocas. Ver-se-ia a arte de pensar, e de se exprimir, principal objeto da cultura das letras, desenvolvendo os novos germes encerrados no homem, apurar os costumes, inspirar a independência, renovar a face do mundo por instituições liberais. Ver-se-ia os grandes escritores conquistarem pouco a pouco o lugar devido a seu gênio, e forçar os aristocratas a reconhecerem a sua nobreza. Quem hoje haverá que não faça justiça à Literatura? Já não temos os quadros de Apelles, nem as estátuas de Phidias. Apelles e Phidias seriam desconhecidos se a Literatura não tivesse celebrado seus gênios. Desmoronam-se palácios, desaparecem cidades, porém os divinos poemas de Homero são imortais, o tempo nada pode sobre as personagens a cuja memória são consagrados (VIEIRA DA SILVA, *Jornal de Instrução e Recreio*, 15 fev. 1845, n. 1, p. 1-2).

Augusto Frederico Colin, no artigo “Desenvolvimento literário”, divulgado no jornal *O Arquivo*, mencionou que o Maranhão foi a segunda província a produzir jornais científicos e literários, depois apenas do Rio de Janeiro, graças a Associação Literária Maranhense, que propagou os periódicos *Jornal de Instrução e Recreio* (1846-1846) e *O Arquivo: Jornal Científico e Literário* (1846), estudados nesta pesquisa. Após terem sido veiculadas as primeiras edições do *Jornal de Instrução e Recreio*, apareceu o *Armazém: Jornal de Instrução e Recreio*¹⁴, em 18 de abril de 1845, todavia este deixou a mágoa de “perecer à nascença, à minguia talvez de constância e paciência” (COLIN, *O Arquivo*, dez. 1846, n. 9, p. 177). Em 3 de maio de 1845, começou a Sociedade Filomática Maranhense, que além de criar o próprio jornal, oferecia cursos de Física, Química, Aritmética, Geometria — bem frequentados no início, posteriormente fechados pela ausência de espectadores. Publicava artigos a respeito de saúde.

Em seguida, foi criado, na Bahia, o Instituto Literário, que, de 2 de agosto de 1845 a fevereiro de 1847, apregou o jornal *O Crepúsculo: Instrutivo e Moral*. Em Pernambuco (Olinda), foi criada a Sociedade Fileidêmica Olindense, mentora do *Fileidemon: Periódico*

¹⁴ Deste periódico, existe reprodução somente da primeira edição, na Biblioteca Benedito Leite, em São Luís. Circulava em oito páginas, divididas em duas colunas. Não consta literatura. Era impresso na Tipografia Temperança, por Manuel Pereira Ramos, na Rua Formosa n. 2. Disponível em: <<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

Científico e Literário (1846-1847). No Pará, a Sociedade Filomática também publicaria seu jornal. No artigo não consta o nome dele; a tentativa de resgatá-lo foi infrutífera, mas os periódicos desse tipo de sociedade tinham os mesmos nomes destas, como observamos em São Luís. No Maranhão, alguns componentes da Associação Literária Maranhense publicariam *O Progresso: Jornal Político e Literário* (1852-1862).

O *Arquivo* mantinha contato com alguns desses periódicos a ponto de aceitar assinaturas para eles, por exemplo, *O Crepúsculo*, da Bahia; e o *Fileidemon*, de Olinda, bem como para uma revista de Portugal, consoante este anúncio:

Revista Acadêmica

Subscreve-se para a *Revista Acadêmica: Jornal Literário e Científico*, publicado em Coimbra, no escritório do Dr. Alexandre de Carvalho Leal, Rua Santana. Consta de 24 números por ano, contendo cada número dezesseis páginas em 4º — preço da assinatura 3\$000 réis anuais (*O Arquivo*, 31 jul. 1846, v. 1, n. 5).

Segundo Colin, as publicações de instrução e recreio tentavam espalhar “a civilização moral, oferecendo ao espírito público um novo gênero de distração, em que o cidadão dado à leitura pode repousar das diurnas tarefas, e entreter a imaginação com a instrução e o recreio” (*O Arquivo*, 1846, p. 178).

Para Gonçalves Dias, a Associação Literária Maranhense tinha como objetivos tentar aguçar nos maranhenses a vontade de instruir-se, bem como o desejo de que se aflorasse nesses, o amor pela ciência:

A Associação Literária Maranhense, — essa empresa de alguns mancebos corajosos, que afrontando obstáculos e dificuldades tentaram espalhar pela massa de seus comprovincianos — não a instrução, porém o desejo de instruir-se; não a ciência, porém o amor dela (DIAS, *O Arquivo*, 1846, n. 1, v. 1, p. 1).

A preocupação do poeta era bem relevante, uma vez que a Literatura e as Ciências, no Maranhão, encontravam-se com um atraso de trinta anos em relação aos outros países, mesmo assim, predominava um estado de desânimo e inércia na Literatura da província, consoante o editorial de José Joaquim Ferreira do Valle, que iniciava o primeiro exemplar do *Jornal de Instrução e Recreio*, no qual justificou a necessidade da circulação desse periódico:

Não foi certamente incessante desejo de vanglória, que nos obrigou a publicar um jornal: o estado de inércia a que tem chegado a nossa Literatura,

o desânimo geral nas artes e ciências, nos incitaram esta publicação, quando em uma reunião de amigos rolava a conversa sobre diferentes assuntos de literatura, e o rápido desenvolvimento, que de trinta anos a esta parte tem tido as artes e ciências nos países civilizados (FERREIRA DO VALLE, *Jornal de Instrução e Recreio*, 15 fev. 1845, n. 1, p. 1).

A Associação parecia neutra politicamente, uma vez que não se referia a partidos, nem aos políticos da província. Existe, no entanto, uma referência explícita de apoio à Monarquia, quando o *Jornal de Instrução e Recreio* (1º maio 1845, n. 6, p. 44) publicou uma ode, de A. C. R. R. em homenagem a D. Pedro II, no aniversário do Imperador, com a dedicatória “A S. M. Imperial, o Senhor Dom Pedro Segundo, por ocasião do feliz natalício de S. A. o Príncipe Imperial”. O editor informou que o poema foi recitado por A. C. R. R. no Teatro União, em São Luís, nos festejos que, no dia 21 de abril, fizeram os oficiais da Guarda Nacional. Além disso, o jornal divulgou prosa de ficção com temáticas que envolviam a realeza de outros países, como a França, a Inglaterra e Portugal.

Apesar de ser, aparentemente monarquista, a Associação demonstrava ser contra a escravidão, posto que não publicava anúncios sobre escravos, reclames abundantes em muitos jornais brasileiros daquele período, no entanto apresentou poesia sobre a escravidão e prosa de ficção que também trouxe essa temática, como estudaremos no capítulo quatro.

Nesses jornais, transparecia a falta de interesse pela política local, isso poderia ser uma forma de se protegerem, uma vez que em consequência da luta pela liberdade de expressão, muitos jornalistas, do Brasil e de outros países, sofreram violências físicas, psicológicas e censura, nos séculos XIX e XX. No Maranhão, de acordo com Sebastião Jorge (2006, p. 75), “Houve espancamentos, perseguições e assassinatos de jornalistas. A censura se constituiu num ato perverso. Reinventava-se de acordo com a criatividade e o autoritarismo de quem estivesse à frente do governo”.

César Marques (1870, p. 324) também escreveu sobre o assunto e evidenciou o caso do redator do jornal *O Farol*, José Cândido de Moraes e Silva (1807-1832) que, em vista de posicionar-se contra o governo da província e ter sugerido em um artigo que não se desse publicidade ao “expediente do governo”, foi recrutado para o corpo de artilharia, no governo do Marechal Costa Pinto; sofreu muitas agressões, deixou de publicar o jornal, até que foragido e perseguido, após a Setembrada (13 de setembro de 1831), um movimento do qual foi um dos líderes contra o governo de Cândido José Araújo Viana, faleceu aos 25 anos:

O *Brasileiro*¹⁵ alistou-se sobre as bandeiras do *Farol*, cuja publicação estava interrompida por se achar foragido e perseguido seu redator, e nesse triste estado faleceu, às 11 e meia horas da manhã, de 18 de novembro de 1832, contando apenas 25 anos de idade (MARQUES, 1870, p. 324).

Mesmo precavidos, os membros da Associação sentiam-se ameaçados, como depreendemos deste trecho do artigo “Importância das Associações literárias III”, de M. da C., um dos sócios honorários, veiculado no *Jornal de Instrução e Recreio*, dia 1º de setembro de 1845. O autor demonstrou, com orgulho, que encararam os perigos surgidos no início, ao mesmo tempo em que reafirmou a certeza de sucesso dos periódicos, em vista não só de proporcionar instrução, mas também porque os leitores já estavam saturados de discussões políticas nos jornais:

A Associação Literária Maranhense, que se dignou honrar-nos com o título de — sócio honorário — tem felizmente afrontado os perigos, que infalivelmente haviam de aparecer no começo de sua marcha, com o que bastante prazer experimentamos, pois temos a certeza de que ela se tornará um foco de distrações para as inteligências enjoadas das discussões políticas, ou com elas fatigadas, e bem uma causa poderosa do derramamento de instrução por entre o povo (M. DA C., *Jornal de Instrução e Recreio*, 1 set.1845, n. 14, p. 107-108).

O público leitor de Literatura, em potencial, para a Associação Literária Maranhense, era formado por mulheres, consoante observamos neste anúncio, divulgado no *Jornal de Instrução e Recreio*, sobre o livro *Poesias Seletas*, com as melhores poesias de autores “modernos”, como Magalhães, Freire da Serpa, A. Garrett, Norberto de S. S., Gonçalves Dias e outros, adaptada para o belo sexo e dedicado às maranhenses:

¹⁵ Este jornal era de João Francisco Lisboa, amigo e cunhado de José Cândido. Após a morte do amigo, João Lisboa encerrou as publicações do *Brasileiro*, apenas com 12 exemplares “para continuar a publicação do *Farol Maranhense*, a fim de trazer sempre viva a lembrança de José Cândido, o que cumpriu até 29 de outubro de 1833, em que foi descansar de tão árduas fadigas na fazenda de seus pais” (MARQUES, 1870, p. 324).

Figura 20 - Anúncio do livro *Poesias Seletas*, oferecido às mulheres (*Jornal de Instrução e Recreio*, n. 10, de 1º jul. 1845, p. 80)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Os periódicos da Associação Literária Maranhense, em meio a uma infinidade de poesias, publicaram muita prosa de ficção traduzida, adaptada e também originais, como a tentativa de Gonçalves Dias de escrever um romance, que veremos no capítulo quatro. As obras vinham no corpo dos jornais, disputando espaço com os outros gêneros e, às vezes, cheias de justificativas de seus autores, em vista, provavelmente, de não terem utilizado enredos tradicionais da época: “mitologia, história e lendas” (WATT, 2010, p. 14), sim, expressarem as preocupações com a realidade em que viviam, bem como suas experiências individuais. Esses jornais constituem uma rica fonte de pesquisa em prosa de ficção, seja romance, crônica, ou escritos em prosa cujos gêneros não foram nomeados pelos jornais, mas contam histórias curtas ou longas, fazem reflexões, semelhantes a contos e crônicas. Todos seriam inclusos na Literatura, ou Belas Letras, termo mais adequado para a Literatura do século XIX, em vista da indefinição dessa arte, no período mencionado (ABREU, 2003).

O *Jornal de Instrução e Recreio* circulou entre 15 de fevereiro de 1845 e 20 de janeiro de 1846. Era de periodicidade quinzenal, possuía oito páginas, divididas em duas colunas. De

numeração contínua, foram 192 páginas, em 24 edições. O periódico publicava anedotas, poesias, prosa de ficção inédita ou traduzida; artigos sobre Literatura, poesias, pintura. Eram veiculadas também notícias, principalmente do exterior, biografias de escritores estrangeiros; matérias de história, religião, arqueologia, artes e economia locais e de outras cidades brasileiras ou estrangeiras. As descrições de cidades estrangeiras eram constantes, a exemplo de Constantinopla, Milão, Cartago.

Como o título do jornal era muito genérico, parece que não agradava, visto que M. da C., um dos sócios da Associação, no artigo “Importância das Associações Literárias III”, sugeriu, educadamente, pedindo licença aos redatores para refletir, que se mudasse o título, quando terminasse o primeiro volume, bem como a divulgação do sistema que os redatores pretendiam seguir:

É credora de elogios a perseverança com que vão sustentando o seu jornal, a respeito do qual (pedimos licença aos seus principais redatores) faremos duas reflexões:

1º Logo que se acabar o 1º volume, parece melhor uma mudança do título;
2º Com essa mudança é necessário um *Prospecto*, no qual se declare o sistema, que pretendem os redatores seguir à vista de algumas imperfeições do atual (M. DA C., *Jornal de Instrução e Recreio*, 1º set. 1845, n. 14, v. 1, p. 108).

A Associação não propalou o volume 2 do *Jornal de Instrução e Recreio*, todas as 24 edições pertenceram ao volume 1. Ainda assim, criou um novo periódico, *O Arquivo: Jornal Científico e Literário*, já mencionado nesta pesquisa.

O *Jornal de Instrução e Recreio* subscrevia assinantes, em São Luís, com o editor José Tell Ferrão e outros membros da diretoria, na Rua do Egito n. 10; em Alcântara, com Tomaz M. F. Guterres, na Rua Grande; em Cururupu, o responsável era Manuel Altino Barbosa; José Pedro dos Santos fazia assinaturas, em Caxias, na Rua dos Três Corações; no Grão-Pará, Joaquim Correia de Magalhães as subscrevia, na Rua da Praia. Os valores das assinaturas, veiculados dia 15 de maio de 1845, n. 7, p. 5, constam no quadro a seguir, elaborado para esta pesquisa.

Quadro 5 - Preços das assinaturas do *Jornal de Instrução e Recreio*

Preço	São	Interior e fora da Província
Trimestral	1500	
Semestral	2400	
Anual	4000	5000

Fonte: Arquivo pessoal.

O periódico mantinha-se, financeiramente, com o pagamento das assinaturas ou vendas avulsas, uma vez que não cobrava pelas publicações, consoante verificamos neste informe: “A Associação oferece as colunas de seu Jornal para nelas inserira, gratuitamente, qualquer artigo que para isso lhe seja mandado, respeitando a instrução, moral e recreio; e sendo aprovado pela junta revisora¹⁶” (*Jornal de Instrução e Recreio*¹⁷, 15 maio 1845, n. 7, p. 56).

O primeiro número possuía algumas particularidades, além da página 2, sobre os sócios e colaboradores da Associação Literária Maranhense, estudada nesta pesquisa; trata-se da primeira página, com dados catalográficos; o índice geral do periódico; e a quinta página, que serviu de modelo para as páginas iniciais das edições seguintes.

Na primeira página, constava o título *Jornal de Instrução e Recreio*, seguido da informação “Publicado pela Associação Literária Maranhense”, na parte superior; os anos que o periódico circulou (1845-1846), no centro da página; o estado, a tipografia, o endereço, o impressor, além do ano 1846, na parte inferior. Esta última informação leva a crer na elaboração desta página, depois que o periódico deixou de circular, uma vez que este exemplar veio à luz em 15 de fevereiro de 1845. O índice, em duas páginas, veiculado apenas neste número do periódico, mas contemplava todas as edições, com as matérias em ordem alfabética, também leva a crer que foi elaborado nas mesmas circunstâncias. Isto é, o jornal foi compilado e encadernado como um livro.

Na quinta página, constava o título ampliado *Jornal de Instrução e Recreio da Associação Literária Maranhense*; a epígrafe: “Desta arte, se esclarece o entendimento”, de

¹⁶ Os revisores eram: Luís Antônio Vieira da Silva, augusto Frederico Colin e Augusto César dos Reis Raiol.

¹⁷ Atualmente, a pesquisa neste periódico é possível em vista de existirem cinco exemplares no Arquivo Digital da Biblioteca Benedito Leite e todas as 24 edições estarem disponíveis na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Advertimos, porém, que este *corpus* não está cadastrado como periódico do Maranhão e, a princípio nem existiria nesta instituição. Duvidando do resultado da busca por títulos, iniciamos uma consulta no catálogo geral, então encontramos o periódico catalogado na Biblioteca Nacional como se fosse do Rio de Janeiro. De formato contínuo e em DocReader, o arquivo não é prático, por isso fez-se necessário que elaborássemos um sumário com os links de cada exemplar, caso contrário, sempre que precisasse revisita-los, tinha que percorrer todas as páginas anteriores. Isso parecia suficiente para o acesso, até que as páginas não abriam mais completamente na Hemeroteca Digital, foi preciso copiar/colar todos os exemplares, a fim de que pudessem ser lidos na íntegra.

Camões; data; trimestre e volume. As demais edições iniciaram com a primeira página semelhante a esta, contudo, eram mais desprovidas de informações: traziam somente o título reduzido para *Jornal de Instrução e Recreio*, às vezes, seguido pela contração *da* (e na página seguinte continuava *Associação Literária Maranhense*)¹⁸, o que pode sugerir dúvidas ou divergências quanto ao nome do periódico, apesar de no primeiro editorial, José Joaquim Ferreira do Valle, ter considerado a forma reduzida como o título¹⁹; o número e a página vinham na parte superior; a data, o trimestre e o volume, na parte inferior; o restante da lauda era preenchido pelas matérias, no caso da primeira edição, trazia o *Preâmbulo* do jornal. Seguem imagens das páginas 1 e 5 da primeira edição.

Figura 21 - Páginas 1 e 5 do *Jornal de Instrução e Recreio* (15 fev. 1845, n. 1)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

¹⁸ Essa forma de apresentar o nome do periódico, bem como o *leuat* geral do periódico possuía muitas semelhanças com *O Recreio*, *Jornal das Famílias*, que circulou em Lisboa, em 1838, mas era vendido, em Caxias, por Delfim da Silva Cardoso Senabro. Sendo que o jornal maranhense primava pela Literatura (poesias e prosas de ficção curtas) e no jornal lisbonense, apesar de também apresentar Literatura (poesias e prosas de ficção curtas), destacavam-se outros assuntos, como a moda parisiense com desenhos grandes de roupas masculinas e femininas, bem feitos e explicados, além de desenhos de lugares de Portugal. Informação disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=sVkoAQAAMAAJ&pg=PA239&lpg=PA239&dq=Eug%C3%AAnio+Guinot&source=bl&ots=0BTYgVYnHj&sig=jC0EuAlnQPClZAiB7r4nEXmH4TI&hl=pt-BR&sa=X&ei=nqrTVOTdJYLsASQ5YHgAw&ved=0CCIQ6AEwAQ#v=onepage&q=Eug%C3%AAnio%20Guinot&f=false>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

¹⁹ “Desculpai, maranhenses, o arrojo de nossa empresa, relevai mesmo as faltas que involuntários cometermos, e aceitai como um brado em favor das letras, a aparição de nosso — *JORNAL DE INSTRUÇÃO E RECREIO* — procuraremos fazer o possível, para que, não se desenvolva entre vós o desgosto de ter concorrido para este jornal” (FERREIRA DO VALLE, *Jornal de Instrução e Recreio*, 15 fev. 1845, p. 1).

No artigo “Influência das Associações Literárias II”, veiculado no *Jornal de Instrução e Recreio*, circulou uma concepção de Literatura segundo a qual essa arte conquistava o leitor pouco a pouco, gerando bons resultados, como o gosto pelo belo e o senso de justiça, no entanto precisava também do apoio político para se desenvolver, não dependia só dos escritores, nem das associações literárias; portanto estas, o leitor e o poder público precisariam trabalhar juntos, dessa forma as nações se desenvolveriam mais:

A literatura inocula na população o gérmen do sublime, do belo, do justo; o qual, pouco a pouco, vai medrando, até que se torna árvore frondosa, com sombra agradável, e frutos excelentes. A fim de provarmos esta asserção, apelamos para as nações, em que a dedicação à literatura é bem pronunciada, porque no seio delas tudo é risonho, tudo é florescente (M. DA C., *Jornal de Instrução e Recreio* 1 ago. 1845, p. 90).

Circularam no *Jornal de Instrução e Recreio* dezessete narrativas: quatro inéditas e treze traduções, pertencentes aos gêneros romance, crônicas e escritos não denominados pelo periódico. Ainda no primeiro capítulo deste trabalho, serão apresentados os títulos desses escritos, com seus autores, tradutores, período de circulação, localização e, quando possível, mais informações sobre as narrativas de partida, no caso das traduções. Em relação aos inéditos, que serão estudados no capítulo quatro, alguns virão com análises e minibiografias de seus autores. Os nomes dos escritores das obras inéditas, assim como dos tradutores, em sua maioria, vinham escritos apenas com as iniciais seguidas de ponto. Há casos em que autores e tradutores eram completamente ignorados pelo suporte.

Os gêneros determinados no periódico foram o romance e a crônica, todavia essa classificação parecia aleatória, porque encontramos, por exemplo, romances com duas páginas, o que transparece uma dificuldade naquele período de teóricos e escritores lidarem com este gênero, que de acordo com Ian Watt (2010, p. 14) ainda era pobre de convenções formais e “comparado à tragédia ou à ode — o romance parec[ia] amorfo”.

Além disso, se o romance não tratasse dos temas considerados tradicionais (mitologia, história, lendas ou fontes literárias do passado), como os apresentados no jornal em estudo, corria o risco de ser ridicularizado, em vista dos temas da realidade contemporânea serem considerados “efêmeros”. Ao mesmo tempo havia uma tendência de manifestarem realidades individuais nos romances em detrimento das consideradas universais. Esse aspecto pode ter encorajado os escritores a aproximarem-se do gênero, mas cautelosos, dado que existem casos em que o escrito trata de temas da época no Maranhão, mas faz intertextualidade com a

Bíblia, por exemplo. Como verificamos no escrito “A Amizade”, de Vieira da Silva, que será estudo no capítulo quatro.

No *Jornal de Instrução e Recreio*, o mistério em torno dos tradutores de prosa de ficção era instigado com a identificação destes, nos escritos, apenas com as iniciais. Naquele contexto, essa prática alimentava a curiosidade dos leitores, que só puderam identificá-los, depois da circulação do jornal e com acréscimo dos informativos sobre a Associação Literária Maranhense, como uma segunda página do primeiro exemplar do periódico (aspecto comentado nesta pesquisa), contendo os nomes dos colaboradores por extenso, assim, atualmente, também podemos nomeá-los como: A. F. C. (Augusto Frederico Colin), R. A. C. (Roberto Augusto Colin), A. R. (Antônio Rego), L.A.V.S. (Luís Antônio Vieira da Silva) e A. H. L. (Antônio Henriques Leal). As narrativas que traduziram surgirão no decorrer deste capítulo. Vejamos alguns dados biográficos desses tradutores:

Augusto Frederico Colin (1823-1865?) era um poeta jornalista e tradutor maranhense que espalhou diversos poemas no *Jornal de Instrução e Recreio*. Foi Vice-Presidente da Associação Literária Maranhense, de acordo com o *Jornal de Instrução e Recreio*, de 11 de dezembro de 1845, p. 153, n. 20. Exerceu a função de redator também da *Revista Universal Maranhense*. Escreveu o primeiro romance maranhense *Eponina (romance original)*, publicado no *Jornal de Instrução e Recreio*, obra que será estudada no capítulo quatro desta tese, quando também surgem mais informações a respeito desse escritor.

Conforme Sacramento Blake (1883, p. 357), Augusto Frederico nasceu em São Luís, em 11 de junho de 1823. Transmitiu seus escritos literários de forma avulsa em jornais do Maranhão e do Rio de Janeiro (na *Crônica Literária*): “Cultor mavioso da poesia desde seus verdes anos, publicou grande número de suas composições em avulso”; exerceu cargos públicos no Rio de Janeiro e foi Secretário de Governo no Paraná. Sobre as traduções de prosa de ficção que Augusto Frederico e demais tradutores publicaram, no *Jornal de Instrução e Recreio*, escreveremos alguns parágrafos adiante, depois de apresentá-los.

Roberto Augusto Colin foi colaborador do *Jornal de Instrução e Recreio*, como tradutor, mas ocupou também o cargo de editor da Associação Literária Maranhense, conforme o aviso veiculado nesse periódico, dia 31 de dezembro de 1845, n. 23. Traduziu também para *O Arquivo*. Além dessas informações, pouco se sabe a respeito desse tradutor. De acordo com César Augusto Castro (2010), no artigo “A educação da infância desvalida no Maranhão Oitocentista: a Casa de Educandos Artífices”²⁰, Roberto Augusto

²⁰ Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo02/Cesar%20Augusto%20Castro%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

Colin foi professor de primeiras letras, em Caxias, na Casa dos Educandos Artífices do Maranhão (CEA), de 1857 até 1889, quando se aposentou (CASTRO, 2010).

Quanto a Antônio Rego (1820-1883), nesta pesquisa, constatamos que ele foi colaborador ou redator dos periódicos *Jornal de Instrução e Recreio*, *O Arquivo*, *O Progresso*, *Publicador Maranhense*, *Diário do Maranhão*, *Revista da Sociedade Filomática Maranhense* e *O Globo* (às vezes, com o pseudônimo de Victus, como assinou, por exemplo, a crônica *Revista Geral*, publicada em 1º de junho de 1852, n. 43). Vimos também que escreveu “Uma carta de uma amante” (fragmento), prosa de ficção publicada no jornal *O Arquivo*, em 1846, que será analisada no capítulo quatro desta tese. Além de tradutor, jornalista e principiante no exercício literário da prosa de ficção, foi político, médico, ajudou a fundar o Instituto Literário Maranhense e era sócio honorário de Gabinete Português de Leitura. Segundo Sacramento Blake (1883, v. 2, p. 318), Antônio Rêgo era filho de portugueses e nasceu em São Luís em 14 de agosto de 1820 e faleceu no Rio de Janeiro em 1883.

Antônio Rego foi um médico inovador, que primeiro adotou tratamentos homeopáticos no Maranhão; além de político e tradutor de obras como a peça teatral *O cavaleiro da casa vermelha*, de Alexandre Dumas e Augusto Maquet, o romance *Os Mistérios da Inquisição*, de M. V. de Féreal (Victorine Germillan), autora francesa. O escritor foi ainda o iniciador dos almanaques no Maranhão e autor do livro didático: “*O livro dos meninos: curso elementar de instrução primária*, Maranhão 1862, 2 v. [...]. Em 1865, publicou-se uma edição nova de toda a obra num só volume de 367 páginas, sendo esta edição de seis mil exemplares e a primeira de mil” (SACRAMENTO BLAKE, 1883, p. 299-301).

Luís Antônio Vieira da Silva (1828-1889) nasceu no Ceará, mas era filho de maranhenses. Foi advogado, político e banqueiro. No Maranhão, exerceu o cargo de Secretário da Província. Nesta pesquisa, verificamos que Vieira da Silva foi o primeiro presidente da Associação Literária Maranhense, durante o ano de 1845, quando também colaborava com o *Jornal de Instrução e Recreio*, como tradutor e nesse periódico propagou também a prosa de ficção “Lembranças de uma tarde”, que será estudada no capítulo quatro desta tese. No ano seguinte, ele prosseguiu colaborando com a instituição, desta vez para *O Arquivo: Jornal Científico e Literário*.

Conforme Sacramento Blake (1899), Vieira da Silva ocupou também os cargos de Senador pelo Ceará e pelo Maranhão e Presidente do Piauí. Possuiu diversos títulos, como Visconde, Cavaleiro da Ordem da Rosa, entre outros. Era “doutor em leis e em cânones pela Universidade de Heidelberg, no Grão-Ducado de Baden, [na Alemanha]” (SACRAMENTO

BLAKE, 1899, p. 363-364). Escreveu os livros *História interna do direito romano privado até Justiniano*, em 1854; *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)*, de 1862. Traduziu do alemão as poesias “Ciganinha do norte” e “Maria”, para o jornal *Correio das Modas*, do Rio de Janeiro, em 1854. “Há ainda várias composições poéticas deste autor nesta revista e no *Jornal das Senhoras* e muitas que ele deixou inéditas” (SACRAMENTO BLAKE, 1899, p. 364). Marques (1870, p. 324) acrescentou que Vieira da Silva também foi “redator da *Nova Época*”.

Não existe referência à prosa de ficção de Vieira da Silva, apesar de ter escrito narrativas para o *Jornal de Instrução e Recreio*. Ficou esquecida, à margem da história, do jornalismo, da política e da poesia (que preenchiam mais a vida do autor), bem como da Literatura Maranhense.

A respeito de Antônio Henriques Leal, encontramos, nesta pesquisa, que ele colaborou como redator para diversos jornais maranhenses, como: *Jornal de Instrução e Recreio*, *O Arquivo*, *Publicador Maranhense*, *Revista Universal Maranhense* e *O Progresso*. Descobrimos ainda que ele trasladava prosa de ficção para o *Jornal de Instrução e Recreio*, como veremos mais adiante; era médico, escritor, jornalista e político. De acordo com Sacramento Blake (1883, p. 187), Leal nasceu em Itapicuru-Mirim, Maranhão, a 24 de julho de 1828. Formou-se em Medicina, no Rio de Janeiro e voltou para São Luís, lugar em que foi vereador e deputado. Morou também em Lisboa e no Rio de Janeiro, onde faleceu a 29 de setembro de 1885. Escreveu *Pantheon Maranhense: ensaios biográficos de maranhenses ilustres Já falecidos*, em 4 volumes (1873 a 18750; *A província do Maranhão* (1862). Apresentados os tradutores de prosa de ficção deste periódico, seguem as histórias de circulação e as formas como se apropriaram dos escritos para veicularem no jornal.

No *Jornal de Instrução e Recreio* constam apenas duas identificações de gêneros na prosa de ficção: romance e crônica, classificação mantida, nesta tese, em vista de o conceito desses gêneros apresentarem diferenças em relação à atualidade. Os escritos que não tiverem classificação de gênero, dessa forma permanecerão em nossa pesquisa.

A prosa de ficção não se apresentava em colunas nomeadas no *Jornal de Instrução e Recreio*, começava apenas com os títulos das obras. O periódico veiculou duas traduções de romances: *Vaidade e candura*, de Clémence Lalire ²¹, obra de cenário francês, nos dias 15 de fevereiro, de 1845, p. 6-8 e 1º de março, p. 14-16, do mesmo ano; trasladada por Augusto

²¹ Não foi possível encontrar a obra original desse escrito, nem os dados biográficos da autora. Descobrimos apenas que era uma “escritora conhecida” francesa, conforme informações constantes no jornal *O Liberal Pernambucano: Jornal Político e Social* (11 jul. 1857, n. 1425p. 3), bem como na Gallica.

Frederico Colin. O outro romance foi *Jacopo Marini*, da autoria de Adolpho Carle e tradução de Roberto Augusto Colin. Esta história, que apresenta cenário siciliano, veiculou nos dias 15 de maio, n. 7, p. 54-55 e 1º de junho de 1845, n. 8, p. 63-64.

Figura 22 - Início do romance *Jacopo Marini* (*Jornal de Instrução e Recreio*, n. 7 e 8)



Com tradução de Augusto Frederico Colin, “O Anjo da guarda” (crônica da ópera - 1767), de P. L. Jacob ou Paul Lacroix (1806-1884), escritor e jornalista francês, circulou nos dias 1º de julho de 1845, n. 10, p. 77-79; 15 de julho, n. 11, p. 85-88; 1º de agosto, n. 12, p. 92-95; e 15 agosto, n. 13, p. 101-103. Foi a única prosa de ficção veiculada no *Jornal de Instrução e Recreio* que teve o gênero identificado como crônica.

As traduções de prosa de ficção sem identificação de gênero veiculadas no *Jornal de Instrução e Recreio* foram onze, que, geralmente envolviam a realeza, em tempos remotos. Dessas, cinco foram vertidas por Augusto Frederico Colin: “John Poker”, do romancista e dramaturgo francês Marie Aycard (Jean-Pierre, Marc Perrin) (1794-1859), que surgiu com o nome do autor desenhado e circulou nos dias 1º de abril, n. 4, p. 30-32 e 15 de abril, n. 5, p. 36-39; “A sentinela perdida”, de Frederico de Sésanne, circulou dia 1º outubro de 1845, n. 16, p. 123-124; “A doida de Salins”, por Moleri, nos dias 15 de outubro, n. 17, p. 129-130 e 1º de novembro, n. 18, p. 139-142; e “Ulrico”, do jornalista, dramaturgo e ensaísta francês Eugène Guinot (Pedro Duran) (1812-1861), que os maranhenses conheceram nos dias 10 de novembro, n. 19, p. 149-151 e 17 do mesmo mês, n. 20, p. 157-159. Eugène Guinot (1812-1861) tinha escritos publicados também no jornal *O Recreio, Jornal das Famílias*, de Lisboa, a exemplo de “Domingo em Londres”, dia 29 de novembro de 1838, n. 11, p. 236-239.

Antônio Rego traduziu duas obras: “Os quatro Henriques”, de Frédéric Soulié, que circulou no periódico maranhense, dia 1º de maio, n. 6, p. 45-47. Esse escrito também foi publicado no jornal português *O Recreio, Jornal das Famílias*²², em março de 1838, n. 3, p. 55 a 57 com tradução diferente, de forma anônima tanto do autor, quanto do tradutor. A outra prosa traduzida por Antônio Rego foi “A última conversação”, do escritor e jornalista francês Henri Berthoud (1804-1891), veiculada dia 1º de junho de 1845, n. 8, p. 57-58.

“O Dâmocles provençal sem espada²³”, da autoria de Mr. Z....., teve a tradução assinada por Luís Antônio Vieira da Silva e circulou dia 15 de junho, n. 9, p. 68 -72. Dia 1º de julho, n. 12, p. 95-96 foi a vez de “Quatro cabeças por uma” Alphonse Karr (1808-1890),

²² Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=sVkoAQAAMAAJ&pg=PA239&lpg=PA239&dq=Eu%C3%AAAnio+Guinot&source=bl&ots=0BTYgVYnHj&sig=jC0EuAlnQPClZAiB7r4nEXmH4TI&hl=ptBR&sa=X&ei=nqrTVOTdJYLlASQ5YHgAw&ved=0CCIQ6AEwAQ#v=onepage&q=Os%20quatro%20Henriques&f=false>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

²³ “Segundo uma lenda da Grécia Antiga, Dâmocles, favorito da corte do tirano de Siracusa Dionísio (século IV a.C.), foi convidado por este para um banquete durante o qual Dionísio, querendo convencer Dâmocles (que o invejava), da fragilidade do bem-estar humano, o fez sentar no seu trono, suspendendo com uma crina de cavalo uma afiada espada sobre a sua cabeça. A expressão “espada de Dâmocles” é sinônimo de um perigo terrível, próximo e permanente. No escrito de Mr. Z... Dâmocles estava “sem espada”, significa, portanto que ele não corria perigo, embora estivesse dormindo, ao ar livre, deitado em um banco de praça, uma vez que o Marquês Gallifet, armado com uma espada, vigiava o sono desse. O significado de Dâmocles está disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/d/damocles.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

crítico, jornalista e novelista francês, com tradução de Roberto Augusto Colin. Antônio Henriques Leal traduziu duas obras: “Encontro debaixo de um carvalho”, do jornalista e folhetinista francês Clemente Caraguel²⁴ (?-1882), que circulou no dia 1º de setembro de 1845, n. 14, p. 108-111); e “Visão de Carlos XI” (1829), do dramaturgo francês Prosper Mérimée²⁵ (1803-1870), iniciou a propalação em 4 de novembro, n. 21, p. 155-157, e continuou no dia 17 de novembro, n. 20, p. 167-168. Estes dois exemplares circularam com a numeração invertida. A imagem seguinte mostra o final de “John Poker”, com as iniciais do trasladador Augusto Frederico Colin. Em seguida, encontra-se um quadro englobando as traduções que veicularam no *Jornal de Instrução e Recreio*, com os respectivos autores e tradutores; os gêneros, que foram declarados; e o período de circulação.

²⁴ As informações encontradas sobre Clemente Caraguel constam na revista espanhola (Madri) *Cronica de la Musica*, ano V, de 29 de novembro de 1882, n. 219, p. 8 que noticia a morte do escritor, na sessão *Necrologia*: “Ha fallecido en París el distinguido folhetinista Clemente Caraguel, sucesor del célebre Julio Janin en el *Diario de los Debates*”. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=9&ved=0CFUQFjAI&url=http%3A%2F%2Fhemerotecadigital.bne.es%2Fpdf.raw%3Fquery%3Dparent%253A0003866900%2Btype%253Apress%252Fpage%26name%3DCr%25C3%25B3nica%2Bde%2Bla%2Bm%25C3%25BA%2B29-11-1882%252C%2Bno.%2B219&ei=vPTpVITnOMnIsATa3oHADQ&usg=AFQjCNGRS67LWyn3jyvVOiWZsbrHs3HBtA&sig2=pA5AiJSq-0hZxTX3yjWlog>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

²⁵ Prosper Mérimée, autor de *Carmen*, além de historiador, arqueólogo e tradutor de Pushkin, era admirador de Walter Scott e de Stendhal, é um dos mestres do fantástico onde domina o misticismo, a exploração do inexplicável ou a intrusão do sobrenatural. *Histórias do Fantástico* constituem uma seleção de algumas dessas suas obras, onde o romantismo da época se alia às formas destrutivas do amor e do irracional. Inclui os seguintes contos: - Visão de Carlos XI - Federigo - As bruxas espanholas - A Vénus de Ille - Il viccolo di madama Lucrezia - Lokis - Djoûmane. Informações disponíveis na divulgação do livro *Histórias do Fantástico*. Disponível em: <<http://www.fnac.pt/Historias-do-Fantastico-Prosper-Merimee/a129246>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

Figura 23 - "John Poker" - final (com as iniciais do tradutor) (*Jornal de Instrução e Recreio* n. 4 e 5)



Quadro 6 - A prosa de ficção traduzida publicada no *Jornal de Instrução e Recreio*

Prosa de ficção	Autor/Tradutor ²⁶	Gênero	País de origem	Período de circulação
Vaidade e candura	Clémence Lalire (Trad.: A. F. C.)	Romance	França	15 fev. - 1º mar. 1845
John Poker	Marie Aycard (Jean-Pierre Marc Perrin) (Trad.: A. F. C.)	-	França	1º - 15 abr. 1845
Os quatro Henriques	Frédéric Soulié (Trad.: A. R.)	-	França	1º maio 1845
<i>Jacopo Marini</i>	Adolpho Carli (Trad.: R. A. C.)	Romance	-	15 maio - 1º jun. 1845
A última conversação	Henri Berthoud (Trad.: A. R.)	-	França	1º jun. 1845
O dâmocles provençal sem espada	Mr. Z..... (Trad.: L. A. V. S)	-	-	15 jun. 1845
O Anjo da guarda	P. L. Jacob (Paul Lacroix) (Trad.: A. F. C.)	Crônica da ópera - 1767	França	1º jul. - 15 ago. 1845
Quatro cabeças por uma	Alphonse Karr (Trad.: R. A. C.)	-	França	
Encontro debaixo de um carvalho	Clemente Caraguel (Trad. A. H. L.)	-	França	1º set. 1845
A sentinela perdida	Frederico de Sézanne (Trad.: A. F. C.)	-	-	1º out. 1845
A doida de Salins	Moleri (Trad.: A. F. C.)	-	-	15 out. - 1º nov. 1845
Ulrico	Eugênio Guinot (Pedro Duran) (Trad.: A. F. C.)	-	França	10 nov. 1845
Visão de Carlos XI	Prosper Mérimée (Trad.: A. H. L.)	-	França	4-17 nov. 1845
O cofre da esposada (Extraído do Gazzete des Femmes)	Legenda de Valois (Trad.: A. F. C.)	-	-	11-31 dez. 1845

Fonte: Arquivo pessoal.

O Arquivo: Jornal Científico e Literário foi o segundo jornal da Associação Literária Maranhense. Nasceu em substituição ao *Jornal de Instrução e Recreio*. De periodicidade mensal (no último dia de cada mês), circularam nove edições, consideradas todas como volume 1, números de 1 a 9, de numeração contínua, chegou a 189 páginas, entre 28 de fevereiro a dezembro de 1846. Possuía duas colunas, separadas por um fio. O número 1 apresentava as sessões: Literatura e Ciências (dentro desta, aparecia a subseção *Variedades*),

²⁶ Nesse quadro, foram respeitadas as formas como os autores e os tradutores foram identificados no jornal.

cujos títulos eram grafados em letras maiúsculas negritadas. A partir do número 2, *Variedades* tornou-se sessão fixa e dessa forma permaneceu até o último volume do jornal; enquanto que as outras sessões não eram mais nomeadas e as publicações veiculavam apenas com seus títulos. Estes são os índices dos exemplares 1 e 2 desse jornal:

Figura 24 - Índice do jornal *O Arquivo*, n. 1 que consta as sessões *Literatura* e *Ciências* (v. 1, 28 fev. 1846)

INDICE.	
LITTERATURA.	
Introducção.	Pag. 4
Uma Carta d'Uma amante.. . . .	2
Agapito. (Fragmentos d'um romance inedito).	3
Um Trecho da Historia do Consulado e do Imperio.. . . .	6
M. de Lamarine.	7
Canção de Bug-Jargal (Poesia)	8
A Doida.	9
Revista Dramatica,—A Torre de Neale.	11
A Empada d'Arenques.	13
Bulletim Bibliographico.. . . .	15
SCIENCIAS.	
Novos Trabalhos de M. Milne-Edwards.	17
Theoria da visão por M. Sturm.. . . .	19
Revista Therapentica.. . . .	19 20
Telegraphio-Electrico.. . . .	21
Variedades.	23

Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Figura 25 - Índice do jornal *O Arquivo* n. 2 com a supressão das sessões *Literatura* e *Ciências* e a permanência de *Variedades* (v. 1, 1º mar. 1846)

INDICE.	
Os seus olhos — (Poesia)	Pag. 25
A Filha da Rainha.....	• 26
M. de Lamartine.....	• 36
Agapito.....	• 38
Influencia da Lua	• 40
A Minha Vida — (Poesia).....	• 42
Revista Dramatica — (D. João de Marana)	• 42
Variedades.....	• 48

Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Apesar de se intitular *jornal*, *O Arquivo* era bem diferente da maioria dos jornais que circulavam em sua época, pela quantidade de páginas, visto que era formado por cadernos que continham de vinte a vinte e quatro laudas, assemelhava-se mais a uma revista²⁷, enquanto que a maioria dos jornais pesquisados para esta tese era formada por quatro. Além disso, a primeira página era ornada com uma espécie de moldura e desenhos discretos; o índice vinha com as temáticas destacadas. *O Jornal de Instrução e Recreio*, da mesma associação, era composto, em média, por oito laudas.

A ideia inicial dos membros da Associação era que o periódico permanecesse com a divisão apresentada no n. 1, consoante este aviso que circulou anexo aos números 1 e 2, apesar de o índice do jornal já estar totalmente modificado neste número: “A publicação de *O Arquivo* [...] compreenderá duas sessões, uma de *Literatura* e outra de *Ciências*, ficando uma pequena parte, com o título de *Variedades*, reservada para publicação de notícias, que possam interessar a todas as classes da sociedade”.

²⁷ Neste período, a diferença entre jornal e revista não era bem definida. No Maranhão, por exemplo, muitos periódicos, apesar de longos, e diversificados, autodenominavam-se jornais. Em Portugal, a *Revista Acadêmica* possuía o subtítulo *Jornal Científico e Literário*.

Carlos Costa (2012, p. 89-90) menciona que seria anacrônico utilizar os termos revista e jornal antes de 1870. O termo adequado para essas publicações seria periódicos, porque a delimitação de competências não era clara “deixando ‘revista’ e ‘jornal’ para designar impressos surgidos no último quartil do século XIX. Foi a partir de 1870, quando o telégrafo, o telefone, a fotografia e a prensa a vapor haviam sido implantados, que se delimitou muito bem os campos das publicações. A partir desse período, com a rapidez da chegada das notícias, coube ao jornal e à imprensa diária dedicar-se ao que se convencionou chamar de *hard news*: a tragédia, a catástrofe, o fato ocorrido na véspera; e às revistas, sobretudo as ilustradas, estariam reservadas a informação em profundidade, a análise, a crítica, o entretenimento”. Nesta pesquisa, serão utilizadas as terminologias jornal e periódico, já que os próprios suportes se declaravam como tal.

O jornal era mantido por assinaturas anuais (12 exemplares) e semestrais (06 edições), mas completou apenas 09 tiragens. Aceitava assinantes da capital, do interior e de fora da província. O pagamento deveria ser efetuado quando o assinante recebesse o primeiro exemplar do semestre. No quadro a seguir, baseado no aviso veiculado junto com o primeiro exemplar do periódico (Aviso, Anexo, *O Arquivo*, n. 1, v. 2), encontram-se os valores cobrados:

Quadro 7 - Valores das assinaturas do jornal *O Arquivo*

Período	Em são	Demais cidades
Ano (12 números)	4\$000	5\$000
Semestre (06 números)	2\$400	-

Fonte: Arquivo pessoal.

O impresso publicava uma diversidade de escritos: romances (muitas vezes com os títulos seguidos da palavra fragmentos) inéditos ou traduções; poesias também inéditas ou traduzidas; lenda; epopeia em prosa; biografias; artigos de ciências, críticas teatrais e literárias; histórias de cidades; notícias locais, de outros estados e de outros países, como Itália, Espanha, Egito, Inglaterra (geralmente curtas e na sessão *Variedades*); além de anúncios.

Os exemplares que possibilitaram esta pesquisa são de procedência da Biblioteca Nacional, disponibilizados na Hemeroteca Digital Brasileira²⁸; no Projeto *Jornais e Folhetins Paraibanos do Século XIX*²⁹, na Universidade Federal da Paraíba, além da Biblioteca Virtual do Amazonas³⁰. A coletânea está assinada pelo leitor Antônio Henriques Leal, colaborador deste periódico; além de seu nome, ele registrou também marcas de leitura, como estas anotações, que constam na primeira página do exemplar 1, sobre o que apenas se iniciou e não terminou de publicar: “Parou realmente no n. 9. (Não concluíram *Nísida*, novela e as biografias de Mr. Agostinho Thierry e Chateaubriand)” (*O Arquivo*, 28 fev. 1846, p. 1). O leitor reforçou essas informações, dentro do índice da última edição, escrevendo entre os títulos das publicações e os números das páginas as expressões “Não concluiu” e “Falta concluir”, respectivamente para *Nísida* e a biografia de Agostinho Thierry. Aqui se encontram

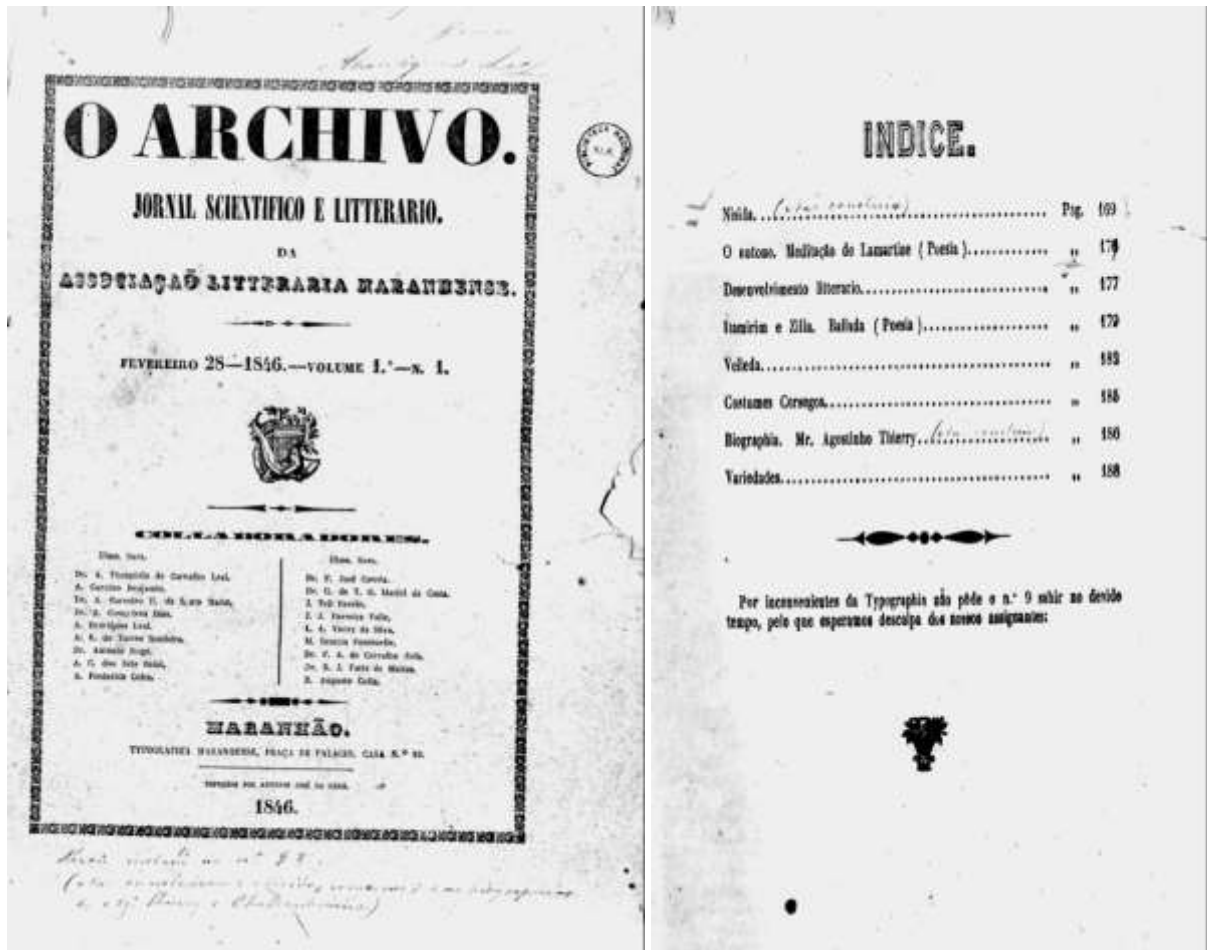
28 Cf. <<http://memoria.bn.br/>>.

29 Cf. <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisevolhetins/diversosoutrosestados.html>>.

30 Cf. <<http://bv.cultura.am.gov.br/portal/conteudo/periodicos/jornais/index.php?Letra=A&p=43>>.

a primeira página da edição 1 e o índice da última, com as referidas marcas ou alertas para os leitores.

Figura 26 - Primeira página da 1ª edição do jornal *O Arquivo* e índice da 9ª (*O Arquivo*, 28 fev. e dez. 1846)



Fonte: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/diversosoutroestados.html>.

No corpo do jornal *O Arquivo*, apesar de circular em todos os exemplares uma página com os nomes dos colaboradores por extenso, os tradutores ainda colocavam apenas suas iniciais ou um misto de iniciais e por extenso, nos finais das publicações, mas como já identificamos alguns deles na análise do *Jornal de Instrução e Recreio*, aqui escreveremos os nomes completos com exceção daqueles cujas iniciais tornaram a identificação ambígua ou impossibilitaram-na.

Constatamos, nesse periódico, a presença de treze escritos em prosa de ficção. Desses, apenas dois eram inéditos: “Uma carta de uma amante” (fragmento), por Antônio Rego, e *Agapito* (fragmentos de um romance inédito), de Antônio Gonçalves Dias. As referidas obras serão estudadas no capítulo quatro, desta tese.

Circularam onze traduções nesse periódico, sendo oito sem denominações de gênero, uma lenda, uma epopeia em prosa e um romance. A. R. (Antônio Rego) traduziu o escrito anônimo “A empada de arenques, fantasia holandesa”, que circulou dia 28 de fevereiro de 1846, preenchendo as páginas de 13 a 15; “O lago da fada” é a versão de uma lenda irlandesa feita por R. C., que podem ser as iniciais de Roberto Augusto Colin, publicada dia 31 de julho de 1846, v. 1, n. 5, p. 105-108; “A salvação de uma mãe ou a última hora de Fort-Royal”, em três capítulos, da romancista e poetisa francesa Hermance Lesguillon (1812-1882)³¹, com tradução de R. A. C. (Roberto Augusto Colin), foi veiculada dia 30 de setembro, n. 7, nas páginas de 131 a 136; este trasladou ainda *O irmão e a irmã*, de Alexandre Dumas, apregoado entre 31 de maio e 30 de junho de 1846; “Velleda” (episódio dos mártires), epopeia em prosa, de 1809, do escritor francês François-René de Chateaubriand (1768-1848) circulou em dezembro de 1846, com tradução assinada por A. F. C. (Augusto Frederico Colin). Todos esses escritos veicularam no corpo do jornal, visto que os periódicos da Associação não apresentavam a sessão *Folhetim*.

Os modos de circulação das demais traduções de prosa de ficção ocorreram das seguintes formas: *A Torre de Verdum*, de Frédéric Soulié (1800-1847), vertida para o português por Gonçalves Dias³², circulou nos dias 31 de maio de 1846 e 30 de junho de 1846, edições 3 e 4. É uma tradução não linear, pois, embora preencha o espaço do periódico, apenas dois dias, apresenta diálogos, às vezes, extensos, não obstante, finaliza com uma espécie de resumo que inteira o leitor sobre o destino das personagens. “A Breschelle³³” circulou anônima, com tradução de A. C.³⁴, dia 31 de julho de 1846, n. 5, da página 98 a 101; é um resumo da novela *La Breschelle. Três vítimas de uma imprudência* (romance original), apesar de ser denominado romance, assemelha-se a uma notícia sobre um acidente com vítimas fatais, em Portugal; está sem identificação de autor, assim como de tradutor, foi publicado em três capítulos, no dia 31 de agosto de 1846, n. 6, páginas 115 a 117. Nas imagens seguintes, encontram-se o início e o final de *A Torre de Verdum*:

³¹ As informações sobre esta autora encontram-se na Gallica, todavia não foi possível recuperar esta obra. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/Search?ArianeWireIndex=index&q=Hermance+Lesguillon+&lang=PT&n=15&p=15&pageNumber=16>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

³² Gonçalves Dias traduziu para este jornal também o romance de Victor Hugo *Canção de Bug-Jargal*, mas o transformou em uma poesia. Está, portanto, fora de nosso *corpus* de pesquisa.

³³ “La Breschelle” é do escritor francês Marie Aycard. Disponível em: <http://books.google.com.br/books/about/La_Breschelle.html?id=RhkXtwAACAAJ&redir_esc=y>. Acesso em: 22 set. 2014.

³⁴ A. C. poderia ser Antônio Carneiro Homem de Souto Maior ou Augusto César dos Reis Raiol, não foi possível precisar.

Figura 27 - A Torre de Verdum – início e final (O Arquivo, 31 maio 1846, n. 3, p. 61 e 30 jun. 1846, n. 4, p. 85)



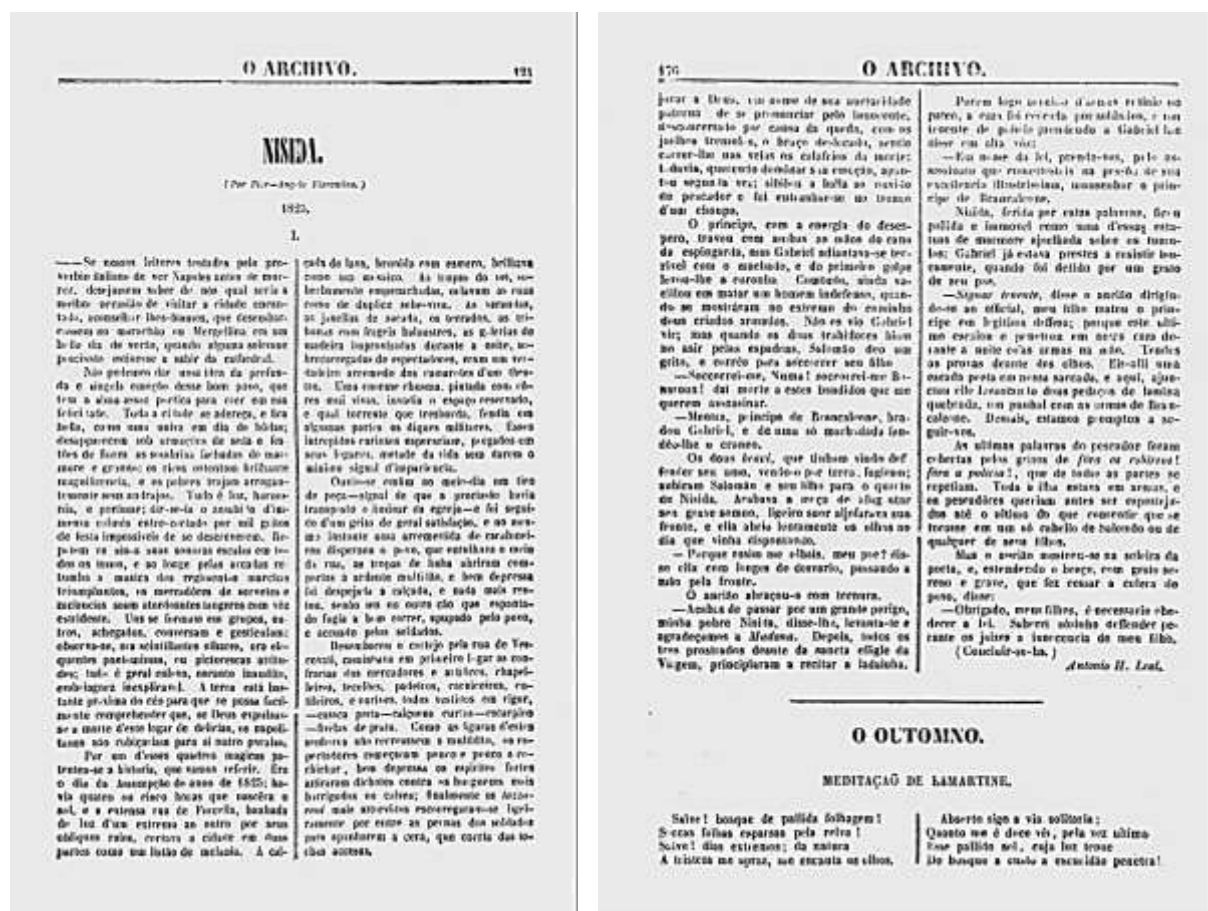
Fonte: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/diversosoutroestados.html>.

Antônio Henriques Leal traduziu *Nísida* (1825), do escritor italiano Pier-Angelo Fiorentino (1811-1864), porém, quando encontramos o livro *Nísida*, com 46 páginas, no qual constava apenas Alexandre Dumas como autor, inferimos que o tradutor do jornal *O Arquivo* teria se equivocado, em relação à autoria da obra. Todavia, cometer o mesmo erro durante seis meses, período em que a obra veiculou, era suspeito. Continuamos a busca pelo escrito até que encontramos *Os crimes célebres* (*Les crimes célèbres* Alexandre Dumas *Nísida*, por Pier-Angelo Fiorentino), uma obra organizada por Dumas, com 297 páginas, mas que tem um longo capítulo intitulado *Nísida*, escrito por Fiorentino, preenchendo da p. 297 a 304. Essa publicação de um escrito dentro da obra de outro autor dificultou muito a construção da história de circulação de *Nísida*.

Na Gallica, existe uma edição de *Les crimes célèbres*, de 1871, no suporte livro. Essa obra é formada por 12 histórias, de Dumas, pai, e *Nísida*, de Fiorentino. Todas elas são ilustradas. Os escritos de Dumas que pertencem a esse livro são os seguintes: “La Marquise de Brinvilliers”, “La Comtesse de Saint-Géran”, “Karl Ludwig Sand, Murat”, “Les Cenci”

(1598), “Marie Stuart” (1537), “Les Borgia” (1492-1507), “La Marquise de Ganges” (1667), “Massacres du Midi” (1551-1815), “Urban Grandier” (1634), “Jeane de Napoles” (1343-1382), e “Vanika” (1800-1801). Comparando o escrito de Fiorentino com o veiculado no Jornal *O Arquivo*, constatamos que este é uma tradução livre. Já mencionamos, nesta pesquisa, que *Nísida* não foi concluída no periódico porque ele supostamente encerrou a circulação antes do planejado, deixando algumas matérias incompletas. Seguem as imagens do início e do final da referida obra no jornal:

Figura 28 - *Nísida* no jornal *O Arquivo* – início e final (31 ago. 1846, n. 6, p. 121 e dez. 1846, n. 9, p. 176)



Fonte: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/diversosoutrostados.html>.

As traduções assinadas veiculavam no jornal da seguinte forma: abaixo do título, entre parênteses, encontrava-se o nome do ator, antecedido pelas preposições *por* ou *de*, e no final da publicação, o nome do tradutor, sem a indicação dessa função. No caso da prosa *O irmão e a irmã*, houve muita dificuldade para confirmar se era tradução ou escrito inédito, porque da forma como circulou, entre 31 de maio e 30 de junho de 1846, sugeria que Roberto Augusto Colin seria o autor, uma vez que ele não indicou quem o escreveu, abaixo do título, como era

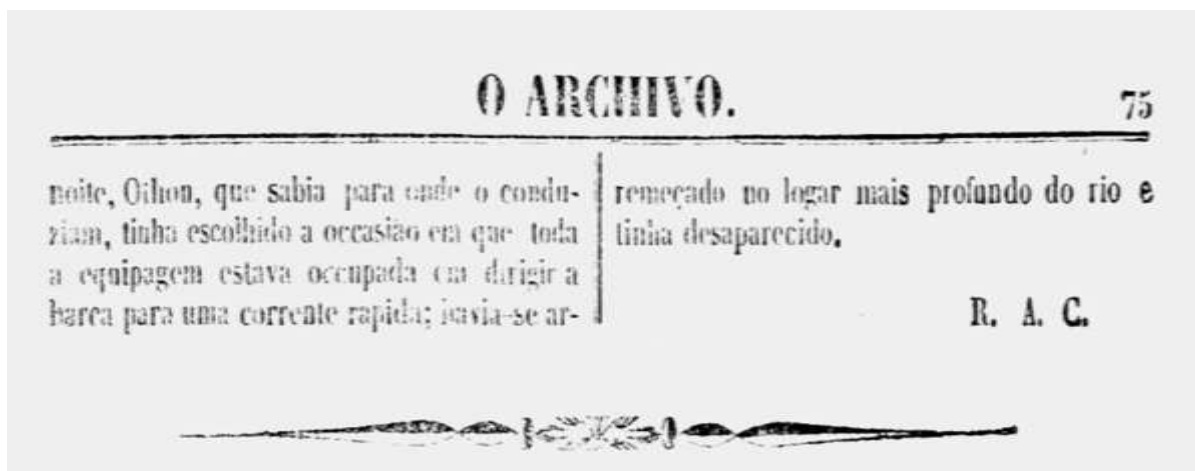
de costume no periódico. Roberto Colin apenas mencionou que se tratava de uma obra completa e colocou suas iniciais no final da publicação, sem indicações de que seria o tradutor ou o autor. Esse procedimento sugeria que ele fosse o autor, conforme observamos nestas imagens:

Figura 29 - Início de *O irmão e a irmã* (*O Arquivo*, 31 maio 1846, v. 1, n. 3, p. 50)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Figura 30 - Final do segundo capítulo de *O irmão e a irmã* com as iniciais de R. A. C. (*O Arquivo*, 30 jun. 1846, v. 1, n. 4, p. 75)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Desconfiando dessa primeira impressão, sobretudo pelo envolvimento de aspectos históricos e geográficos da Alemanha e da França na história, tentamos restaurar essa obra. A busca foi longa demais, uma vez que o título remetia para livros atuais. Surgiu, então, a ideia de fazer uma busca pelos nomes das personagens, até que surgiu o romance *Othon l'archer*, de Alexandre Dumas, pai, edição de 1853, ilustrada por J.A. Beaucé, junto com as obras *Les frères corses* e *Murat*³⁵. Em 1880, o romance foi reeditado apenas com *Les frères corses*³⁶.

Comparamos a história publicada no jornal *O Arquivo* com a do livro e concluímos que Roberto Augusto Colin apropriou-se dos dois capítulos iniciais do romance *Othon l'archer*, em forma de tradução linear e semelhante aos originais. A busca pela história desse romance continuou, assim descobrimos que, no suporte livro, ele foi publicado, no Brasil, em 1956, com tradução de Augusto Souza, pela Saraiva, em São Paulo e continuou a ser editado até 1961³⁷. Encontramos também a primeira edição francesa, de 1840³⁸, da editora Dumont.

Quando a questão parecia concluída, vimos, no livro *Rodapé das miscelâneas*, de Yasmin Jamil Nadaf (2002, p. 377), que *Othon, o arqueiro* circulou como folhetim no *Jornal do Comércio*, em 1839, no Rio de Janeiro. Em vista desse fato, houve a necessidade de esclarecermos de que forma o romance lançado, em 1840, estaria no *Jornal do Comércio*, em 1839. Continuando a pesquisa, encontramos a obra como um dos onze folhetins publicados no *Le Siècle*, entre 25 de dezembro de 1838 e 24 de janeiro de 1839, atualmente veiculados em forma de *ebooks*, divulgados pela Édition du groupe “Ebooks libres et gratuits”, como observamos na capa: “*Othon l'archer Chronique des bords du Rhin. Le Siècle*, onze feuillets, du 25 décembre 1838 au 24 janvier 1839³⁹”. Portanto, o romance veiculou primeiro no *Folhetim* do *Le Siècle*, em dezembro de 1838, e em 1839, no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, posteriormente, em 1840, ganhou o suporte livro, e em 1846, teve a apropriação de dois capítulos veiculada no jornal *O Arquivo*, de São Luís.

Dessa forma, compreendemos e concluímos a história do escrito que circulou nos jornais, em livros e no formato digital. Conforme Chartier (1991, p. 11), é essencial para a história da leitura entender as formas como um mesmo escrito é apresentado em suportes variados: “compreender como os mesmos textos — sob formas impressas possivelmente diferentes — podem ser diversamente apreendidos, manipulados, compreendidos”.

³⁵ Cf. <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k61196314.r=Othon+l%27archer.langPT>>.

³⁶ Cf. <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k202902g.r=Othon+l%27archer.langPT>>.

³⁷ Levantamento feito no site Estante virtual. Disponível em: <<http://www.estantevirtual.com.br/b/alexandre-dumas/othon-o-arqueiro/1683059856?q=Othon+o+arquivo&offset=2>>. Acesso em: 14 set. 2014.

³⁸ Cf. <https://play.google.com/books/reader?id=uIcGAAAAQAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&p_g=GBS.PP7>.

³⁹ Cf. <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k719217r.r=Journal%20Le%20Si%C3%A8cle%201838.langPTLeSiècle>>.

Apesar da predominância de escritos de origem francesa, foram difundidas também no jornal *O Arquivo*, uma obra irlandesa “O lago da fada” e outra inglesa “A empada de arenques, fantasia holandesa”, e uma italiana, apreçada numa publicação francesa *Nísida*; dessa maneira, os jornais maranhenses, mais uma vez, ficaram além do eixo cultural França/Brasil. O quadro seguinte ajuda a compreender melhor a dinâmica das traduções veiculadas no periódico *O Arquivo*. Para tanto indicaremos os gêneros e seus autores e tradutores, quando possível, além do período de circulação e do país de origem.

Quadro 8 - Prosa de ficção traduzida publicada no jornal *O Arquivo*

Prosa de ficção	Autor/tradutor	País de origem ⁴⁰	Gênero ⁴¹	Coluna	Período de circulação
A empada de arenques, fantasia holandesa	Anônimo (Trad.: Antônio Rego)	Inglaterra	-	Literatura ⁴²	28 fev. 1846
A Torre de Verдум ⁴³	Frédéric Soulié (Trad.: Antônio Gonçalves Dias)	França	-	-	31 maio 1846 – 30 jun. 1846
O irmão e a irmã	Alexandre Dumas, pai (Trad.: R. A. C.) ⁴⁴	França	-	-	31 maio – 30 jun. 1846
A Breschelle	Marie Aycard (Trad.: A. C. ⁴⁵)	França	-	-	31 jul. 1846
O lago da fada	Versão de R. C.	Irlanda	Lenda (irlandesa)	-	31 jul. 1846
Três vítimas de uma imprudência (romance) original ⁴⁶	Anônimo	Portugal	Romance	-	31 ago. 1846
<i>Nísida</i> (1825)	Pier-Angelo Fiorentino (Trad.: Antônio Henriques Leal)	Itália/França	-	-	31 ago. – dez. 1846

⁴⁰ Apesar de já constarem, neste capítulo, os países de origem das traduções veiculadas no jornal *O Arquivo*, a pedido da Banca de Defesa, acrescentamos esta coluna, como procedeu Camyle de Araújo Silva em sua dissertação *Transferências culturais via tradução nas revistas O Arquivo (1846) e Revista Americana (1847-1848)*, defendida em 2016, na UFPB. A ideia de colorir o início dos quadros também foi inspirada na mesma dissertação. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2016/05/DISSERTA%C3%87%C3%83O-CAMYLE-DE-ARA%C3%9AJ%C3%9AJO-SILVA.pdf>.

⁴¹ Manteremos a denominação de gênero apresentada no jornal *O Arquivo*.

⁴² A partir do segundo número do jornal *O Arquivo*, a sessão *Literatura* desapareceu e cada publicação literária surgia com seu próprio nome, sempre em destaque num espaço livre sem a divisão de colunas.

⁴³ Embora seja um romance tradicionalmente conhecido, o jornal não denominou o gênero.

⁴⁴ Roberto Augusto Colin.

⁴⁵ A. C. poderia ser Antônio Carneiro Homem de Souto Maior, Augusto César dos Reis Raiol ou Augusto Frederico Colin, não foi possível precisar. O tradutor não informou quem é o autor.

⁴⁶ Apesar de ser denominado romance, esse escrito assemelha-se a uma notícia sobre um acidente com vítimas fatais em Portugal.

A salvação de uma mãe ou a última hora de Fort-Royal	Hermance Lesguilon	França	-	-	30 set. 1846
Um episódio da História da Inquisição - Fragmento ⁴⁷	M. V. de Féreal (Victorine Germillan) (Trad.: Antônio Rego)	França	-	-	30 set. 1846
Velleda (episódio dos mártires)	François-René de Chateaubriand (Trad.: A. F. C. ⁴⁸)	França	Epopeia em prosa	-	dez. 1846

Fonte: Arquivo pessoal.

Anônimas, com autoria identificada, “tomadas para si”, apropriadas “aos pedaços”, com o gênero modificado, de publicação incompleta ou por inteiro, as traduções de prosa de ficção estiveram presentes em todas as edições do jornal *O Arquivo*, mostrando, de certa forma, a criatividade e a competência dos redatores-tradutores do periódico.

1.1.3 Do jornal *O Progresso* ao *Semanário Maranhense*: tempos diferentes, permanência do interesse pela ficção estrangeira

Também na década de 1840, começou a circular, em São Luís, *O Progresso: Jornal Político, Literário e Comercial*. O jornal veiculou entre 1847 e 1862, mas só existem disponíveis para pesquisa cópias de exemplares até 1853. Era impresso na Tipografia Maranhense, à Praça do Palácio, casa n. 10; seguidamente na Rua do Egito, n. 20, por A. J. da Cruz. Este foi o primeiro jornal diário da província, a partir de 1847, antes disso, circulava duas ou três vezes por semana. De acordo com Joaquim Serra (2001, p. 32), em 1857, *O Progresso* “foi substituído pela *Imprensa*, que saía três vezes por semana. Reapareceu em março de 1861, redigido por Antônio Henriques Leal, e cessou de toda sua publicação em 1862”. Ainda segundo Joaquim Serra (2001, p. 32), em relação aos aspectos políticos, *O Progresso* “pregava ideias liberais e defendia a administração Franco de Sá”. Os redatores deste jornal foram: Fábio Reis, Teófilo de Carvalho, Pedro Nunes Leal, Carlos Fernando Ribeiro, José Joaquim Ferreira Vale e Antônio Rego. Neste jornal circulavam notícias oficiais, romances-folhetins, poesias, anúncios, notícias locais, do Brasil e do exterior, contos, biografias, economia, religião, transportes.

⁴⁷ Descobrimos nesta pesquisa que este fragmento é do romance *Os Mistérios da Inquisição*, que circulou no jornal *O Progresso*, em 1847, como veremos nesta tese.

⁴⁸ Augusto Frederico Colin.

Possuía três colunas, ainda assim, no *Folhetim* existiam apenas duas, sem fio separador, onde as obras eram publicadas como se fossem reproduções de livros abertos, sem capa, nem folha de rosto. Dessa forma, o jornal criou o modo de publicação que denominamos de jornal-livro, mencionado antes neste capítulo. A palavra *Folhetim* também não aparecia, mas os redatores se referiam a ele como um modo de publicação da prosa de ficção, em avisos como o seguinte, em que os romances publicados no *Folhetim* do jornal *O Progresso* eram anunciados como prêmios, em 1847, para os assinantes do periódico que pagassem um ano adiantado. Seriam entregues no suporte livro, impressos cuidadosamente em bom papel. Era mais uma forma que o jornal encontrou para atrair assinantes e cobrir os gastos com a produção do periódico. Lançar no suporte livro uma obra que terminou de circular no jornal, de acordo com Barbosa (2007), significa também uma demonstração do reconhecimento da “soberania absoluta desse gênero [romance]” (BARBOSA, 2007, p. 82). O aviso a que nos referimos, neste parágrafo, é o seguinte:

Aos Senhores Subscritores,

Aquelas pessoas que assinarem para este jornal, por espaço de um ano, e pagarem adiantada a importância da assinatura, terão direito a receber um exemplar das reimpressões de cada romance que nesse ano se tiver publicado como *Folhetim* do jornal, sendo estas reimpressões feitas com todo o esmero e no melhor papel (*O Progresso*, 16 abr. 1847, n. 73, p. 1, grifo nosso).

Esse jornal continuava se reinventando, porque neste mesmo ano, começou a circular diariamente, mas como era o primeiro com essa periodicidade, em São Luís, seus redatores demonstravam-se ressabiados, visto que, embora o periódico já circulasse dessa forma, perto do fim do ano de 1847, publicaram diversas vezes um aviso em que o anunciavam como diário somente no próximo ano. Com a circulação diária do jornal, objetivavam pagar o excesso de despesas e facilitar a cobrança das assinaturas. Informaram os valores das subscrições e reafirmaram a distribuição gratuita dos romances que circulariam no *Folhetim*, impressos no suporte livro, para quem assinasse o periódico por um ano. Até agora, nesta pesquisa, este foi o jornal que mais se comunicava com seu público, a quem se dirigia, frequentemente, na primeira página, informando as novidades e decisões da instituição.

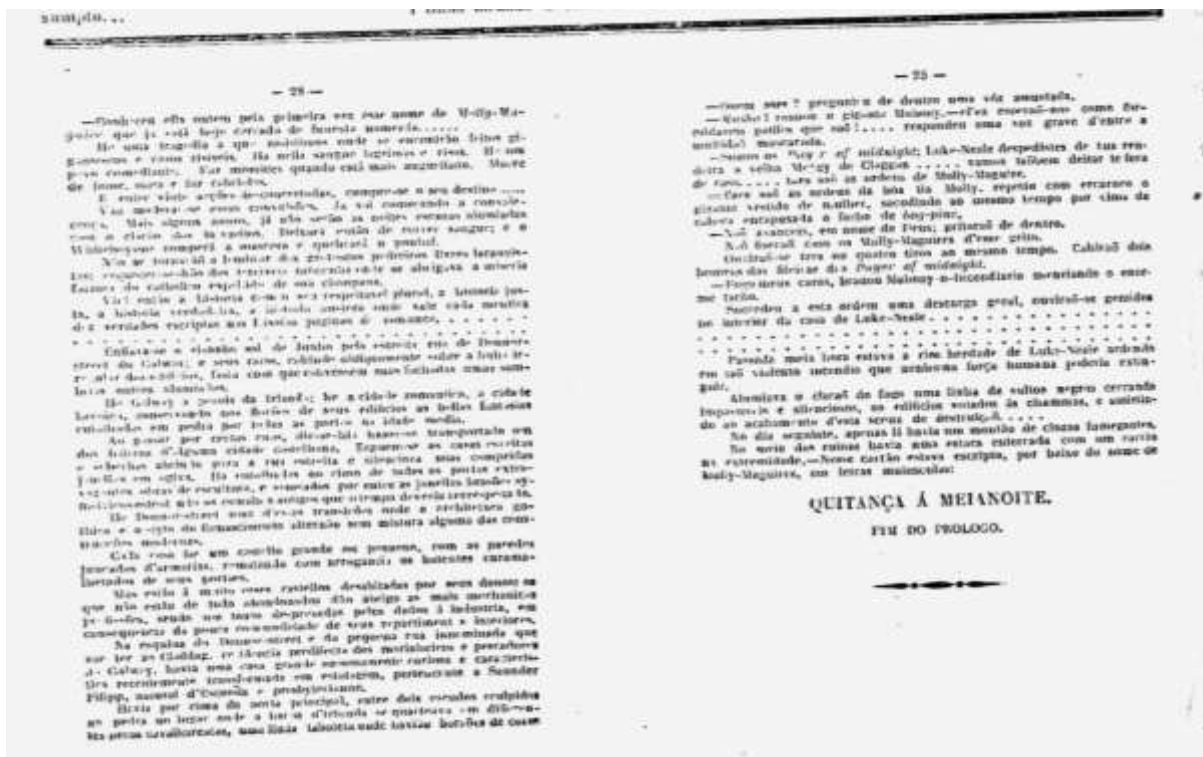
Nesse jornal, encontramos três traduções de romances: *Quitanga à meia noite*, de Paul Féval (1816-1887), *Os Mistérios da Inquisição*, de M. V. de Féreal (Victorine Germillan) e *Os infortúnios de um inglês*, de Paul de Kock (1793-1871). O primeiro circulou de 5 de janeiro de 1847, n. 3 a 23 de julho de 1847, n. 143. Foram quatro partes, divididas em vinte e

três capítulos e um epílogo, intercalados com poesias e um Relatório da Assembleia Legislativa do Maranhão.

Como a estratégia de publicação do periódico era o jornal-livro e não existem cópias das edições que começariam o romance, conseguimos identificá-lo somente no sexto exemplar, em que terminou o prólogo, visto que escreveram o título do romance ali: “*Quitança à meia noite. Fim do prólogo*” (*O Progresso*, 13 jan. 1847, n. 9, p.1).

O anonimato de autor foi resolvido, quando descobrimos que esse romance circulou também no *Diário do Rio de Janeiro: Folha Política Literária e Comercial*, com o título de *Quitança de meia noite*, em 1860. Neste periódico, descobrimos que o autor era Paul Féval, porque o jornal trazia essa informação. Quanto ao tradutor continuou anônimo, uma vez que no jornal carioca mencionou-se apenas que a trasladação foi confiada a “uma hábil pena” (*Diário do Rio de Janeiro*, 1860, n. 2, p. 2). Como veremos mais adiante, Antônio Rego foi o tradutor desse romance publicado no periódico maranhense, além disso, no próprio jornal *O Progresso* existe a informação de que seus redatores detinham os direitos da tradução dessa obra no Brasil. Será que o *Diário* apropriou-se da versão de Antônio Rego e trocou apenas o título? Aparentemente não, porque, embora existam inúmeros trechos em que os termos foram apenas trocados por sinônimos, encontramos algumas divergências em outros. Dessa forma, seriam duas traduções diferentes, no entanto muito semelhantes. A imagem seguinte é da página do jornal *O Progresso* em que identificamos o romance:

Figura 31 - Rodapé em que se identifica o romance *Quitança à meia noite* (*O Progresso*, 13 jan. 1847, n. 9, p. 1)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>

O segundo romance veiculado no jornal *O Progresso* foi *Os Mistérios da Inquisição*. Deste soubemos logo o título, em vista de um comunicado que os redatores divulgaram para os subscritores, informando o fim de *Quitança à meia noite* e que em breve publicariam *Os Mistérios da Inquisição*. Nesse comunicado, afirmaram ainda que traduziam os romances publicados nesse periódico e eram os detentores dos direitos dessas traduções no Império. Embora se declarassem tradutores, não informavam os nomes de fato exercia essa função.

Aos subscritores,

Hoje termina a publicação do romance *Quitança à meia noite*; e brevemente principiaremos a publicar no *Folhetim Os Mistérios da Inquisição*, de M. Féreal.

Declaramos que não consentiremos na reprodução destas traduções — que são propriedade nossa — dentro do Império (*O Progresso*, 23 jul. 1847, n. 143, p. 1, grifo nosso).

Segundo Sacramento Blake (1883, p. 318), quem traduziu *Quitança à meia noite* e *Os Mistérios da Inquisição*, bem como o *Mendigo Negro*, de Paul Féval, também publicado nesse jornal, mas indisponível atualmente, foi Antônio Rego. Ainda no verbete de Sacramento

Blake (1883) sobre *O Progresso*, consta que este foi o primeiro jornal do Maranhão a criar o espaço *Folhetim*. Quanto a esta informação, discordamos, pois, nesta pesquisa, constatamos que o primeiro periódico a apregoar prosa de ficção dessa forma foi o *Jornal Maranhense*, em 1841, conforme mencionamos, neste capítulo da tese. A seguir consta um trecho do verbete de Sacramento Blake (1883):

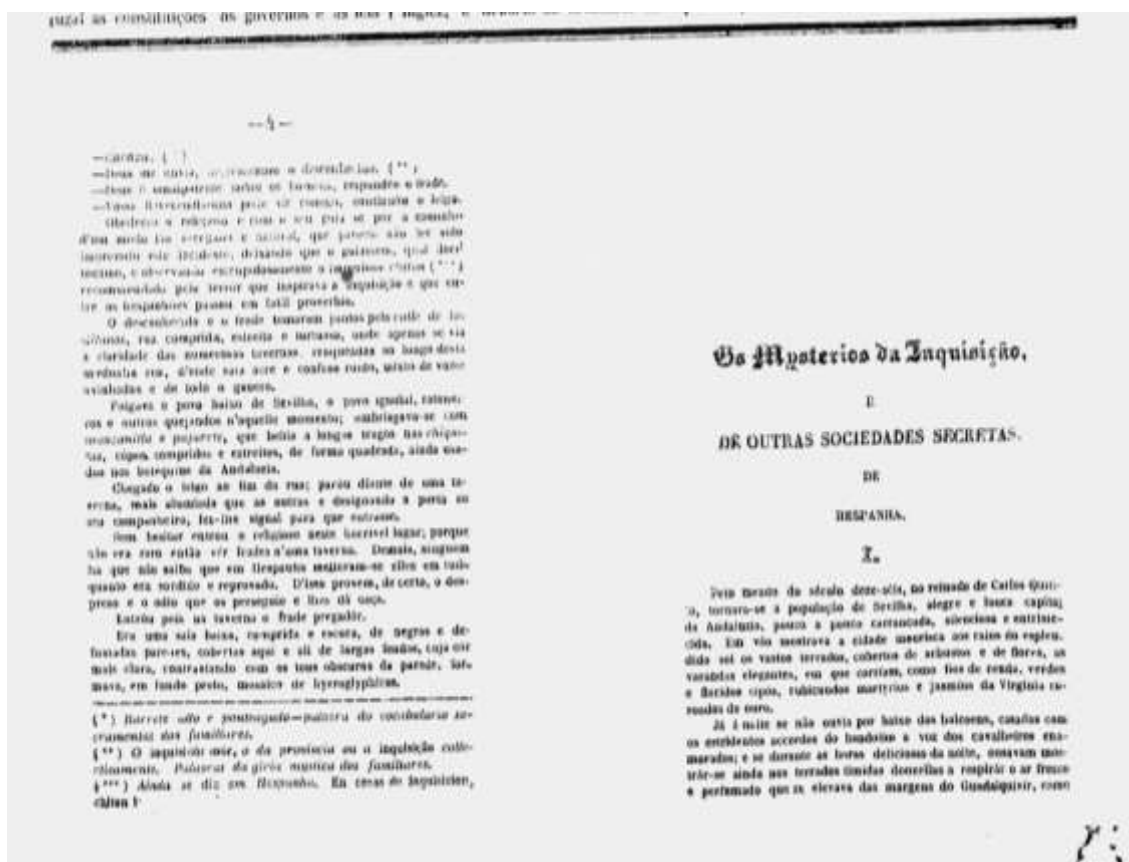
— *O Progresso*. Maranhão, 1847 a 1857, in-fol. — com A. do Rego e A. T. de Carvalho Leal. Foi a primeira publicação que a província do Maranhão teve, em que começaram a publicar-se folhetins em *rodapé*, sendo aí impressos os romances traduzidos por A. do Rego: *Os Mistérios da Inquisição*, de Féreal; *Quitanga à meia-noite*, e *O Mendigo Negro*, de Paul Féval (SACRAMENTO BLAKE, 1883, p. 318).

A publicação de *Os Mistérios da Inquisição e de outras Sociedades Secretas de Espanha* teve que esperar, porque o jornal necessitou veicular a Lei Regulamentar das Eleições. Ato explicado pelos redatores, com este aviso: “Antes de principiarmos a publicar *Os Mistérios da Inquisição*, julgamos acertado dar a Lei Regulamentar das Eleições, em folhetim, para comodidade dos leitores, notados os atos do governo que a ela se refere” (*O Progresso*, 24 jul. 1847, n. 144, p. 1). Em nove de agosto de 1847, n. 155, começou a propagação do romance de Féreal, no mesmo estilo de *Quitanga à meia noite*. Como existe cópia do exemplar que começou a veiculação do romance, observamos que o título da obra vinha do lado direito do Folhetim, sugerindo que a leitura das colunas deveria começar por esse lado, assim como em *Quitanga à meia noite* em que também percebemos isso pela numeração das páginas. No dia seguinte, começou um novo romance *Os infortúnios de um inglês*, de Paul de Kock, portanto *O Progresso* estava publicando dois romances, ao mesmo tempo.

Com circulação simultânea de duas obras no modo jornal-livro, o rodapé virou um imbróglio, uma vez que só era possível distinguir os romances pela numeração das páginas e pelas histórias. Nessa mistura ainda acrescentou a biografia de Paul de Kock. *Os infortúnios de um inglês* terminou dia 24 de agosto, n. 166; e *Os Mistérios da Inquisição* continuaram sozinhos até 20 de setembro de 1847, n. 185, quando começaram a dividir o espaço com várias poesias, anônimas e, às vezes, sem títulos. Ora reinando sozinho, ora se revezando com poesias, biografia e outro romance, observamos *Os Mistérios da Inquisição* até 31 de dezembro de 1847, n. 257, sem conclusão. Provavelmente tenha continuado no ano seguinte, contudo não existem mais cópias desses jornais. O romance propalava no rodapé do periódico, em duas colunas, separadas por muito espaço; com numeração alternada ou

continua das páginas, na parte superior de cada uma, tornando possível encaderná-lo no formato brochura; o título apareceu somente no primeiro dia de veiculação, seguido pelo início do primeiro capítulo, na mesma página; além disso, o jornal omitia as palavras “Folhetim” e “Continua”; ou seja, o romance circulou no modo jornal-livro. Na imagem seguinte consta o início do romance *Os Mistérios da Inquisição e de outras Sociedades Secretas de Espanha*.

Figura 32 - Os Mistérios da Inquisição no jornal O Progresso (9 ago. 1847, n. 155, p.1)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

O jornal *O Porto-Franco* propagou de 25 junho a 31 de dezembro de 1849. Foram 87 edições, impressas na Tipografia de J. A. G. de Magalhães. Seus redatores eram João Bernardino Jorge Júnior e Henrique Roberto Rodrigues. Publicava-se quinze vezes no mês. Durante a existência desse jornal, circulou em seu rodapé, o romance *Saturnino Fichet ou A Conspiração de la Rouaire*, de Frédéric Soulié. Com o fim da circulação do periódico, a obra ficou incompleta.

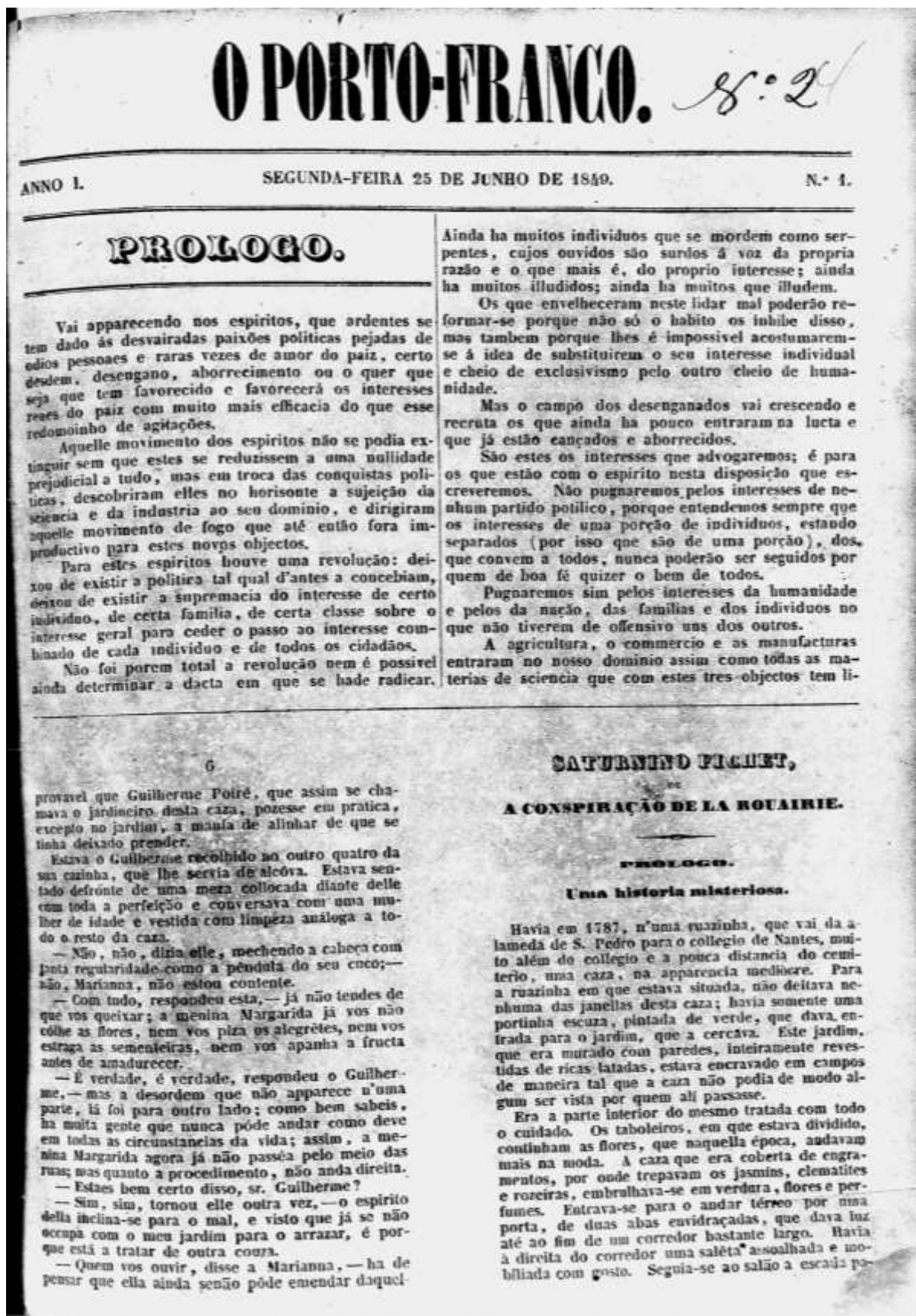
O modo de circular prosa de ficção, nessa folha, era o jornal-livro semelhante ao que ocorria no jornal *O Progresso*: vinha no rodapé, sem a denominação de *Folhetim*; parecendo a uma cópia de livro, que ora seria lido da coluna direita para a esquerda, ora da coluna

esquerda para a direita, e ainda com as páginas salteadas, aspecto constatado pela numeração das páginas que apareciam na parte superior de cada lado do rodapé; com o diferencial de que no jornal *O Porto-Franco* os rodapés ocupavam a metade das páginas e eram impressos em fonte igual à do corpo do jornal, dessa forma, o escrito ganhava mais destaque no periódico, circulava por maior período e tornava-se mais apelativo. O prólogo desse romance inicia-se logo após o título da obra.

Essa forma de propagação dialoga perfeitamente com D. F. McKenzie (1999), a respeito dos recursos tipográficos, que de acordo com o teórico, formam um sistema interpretativo, capaz de suscitar, juntamente com os sinais verbais, leituras informativas relentes para decisões editoriais, bem como para o julgamento do leitor a respeito do trabalho de um autor. No caso das publicações dos jornais-livros, inferimos que a intenção era tornar a prosa de ficção veiculada nos jornais maranhenses semelhante ao suporte livro, tanto no formato quanto na durabilidade, quebrando a efemeridade dos jornais, visto que as obras circulavam prontas para serem encadernadas como livros, assim durariam mais que os periódicos.

Do romance *Saturnino Fichet ou A Conspiração de la Rouaire* encontramos no Google Books uma tradução do francês para o espanhol, de 1847, em Madrid, com o título alterado para *Aventuras de Saturnino Fichet*, formada por quatro volumes. A imagem seguinte apresenta a obra no suporte jornal.

Figura 33 - Início de *Saturnino Fichet ou A Conspiração de la Rouaire* (O Porto-Franco, 25 jun. 1849, n. 1, p. 1)



A Revista Universal Maranhense: Ciências - Agricultura - Indústria - Literatura - Belas artes - Notícias e Comércio circulou entre maio de 1849 e abril de 1850, em doze edições, entre dezesseis e vinte e seis páginas cada, com numeração contínua, chegando ao total de 196 laudas. Apresentava duas colunas, com um espaço considerável entre as linhas, e um fio grosso separando-as. Essa forma dá um aspecto rarefeito ao periódico, tornando a leitura mais rápida. Todas as matérias já constavam no índice da primeira edição, a exemplo do *Jornal de Instrução e Recreio*, confirmando que ela também foi compilada e encadernada como um livro, assim como ocorria com diversos jornais do Brasil e de outros países.

Muitos de seus redatores eram os que formavam a Associação Literária Maranhense, como Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, Antônio Rego, Augusto Frederico Colin, Carlos Chidloi, D. J. Monteiro, Fábio Alexandrino Carvalho Reis, Gregório T. O. Maciel da Costa, João Antônio de Carvalho Oliveira, Frederico José Correia, João Nunes de Campos, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, J. C. de Menezes e Souza Júnior, José Jauffret, Antônio Gonçalves Dias, José Joaquim Ferreira do Valle, Manoel de Araújo Porto-Alegre, Manoel Pereira da Silva, Raimundo José Ferreira Vale, Antônio Henriques Leal, entre outros (*A Revista Universal Maranhense*, 1850).

A Revista Universal Maranhense apresentava as sessões: *Conhecimentos Úteis, Parte Literária, Belas-Artes, Notícias e Comércio*. Essa forma eclética segundo a introdução desse periódico era para alcançar o maior número possível de leitores e de escritores, objetivando circular por um longo período, ao contrário de outros periódicos, que pereceram por falta de matérias, em vista de tratarem unicamente das literárias, como aconteceu com *O Arquivo*, “que morreu quando se achava mais rico de assinantes, só por lhe falecerem recursos propriamente literários, único de que se ocupava” (*Revista Universal Maranhense*, 1º maio, 1849, n. 1, p. 1). Os redatores da *Revista Universal*, eram praticamente os mesmos do jornal *O Arquivo*, por isso citaram-no sem ressalvas, todavia, constatamos que este era predominantemente literário, não totalmente, uma vez que difundiu mais escritos literários, porém veiculou grande quantidade de obras científicas, como podemos observar, por exemplo, no primeiro exemplar, que trouxe nove escritos na sessão *Literatura* e cinco na sessão *Ciências*.

A escassez de matérias pode ter sido uma das causas do fim do jornal *O Arquivo*, mas não a única, em vista de no comportamento desses redatores transparecer uma inquietação, que os encorajava a fechar um jornal com, em média, um ano de circulação e lançar outro. Foi assim com o *Jornal de Instrução e Recreio* (1845), encerrado inexplicavelmente com um ano de apregoação. Em seguida, criaram *O Arquivo* (1846), encerrado da mesma forma. Com o

fim deste jornal, a Associação Literária Maranhense se desfez, mas seus redatores permaneceram colaborando em alguns periódicos. Em 1849, muitos desses jornalistas uniram-se e criaram a *Revista Universal Maranhense*. Para que esta revista não deixasse de circular precocemente, também em sua introdução constava que sua abrangência atingiria diversos grupos sociais, como poetas, romancistas, comerciantes, lavradores, matemáticos, moralistas, críticos, autores. Esse tipo de periódico já existia em outros lugares, mas poucos maranhenses tinham acesso, então a *Revista* supriria essa necessidade. A citação seguinte mostra as intenções da abrangência de público da *Revista Universal Maranhense* e o espaço que pretendia ocupar:

Esta [*Revista Universal Maranhense*] pelo contrário dá lugar a variedade de gostos e estudos — ao poeta como ao romancista, ao comerciante como ao lavrador, ao matemático como ao moralista, ao crítico como ao autor. Todos os escritores acharão um lugar para as matérias do seu gosto e do seu estudo; todos os leitores acharão matérias de utilidade ou recreio.

Assim esperamos não franquear no meio da carreira, com tais recursos e meios.

Muitos jornais existem no mundo, que se ocupam de tais matérias; porém poucos são os que os podem alcançar entre nós, e a *Revista Universal Maranhense* substituirá essa falta em grande parte (*Revista Universal Maranhense*, maio, 1849, n. 1, p. 1).

A estratégia, porém, não evitou que esse periódico também deixasse de funcionar com um ano de circulação, e sem justificativas, pois na última edição, mencionaram apenas o término do ano, não da *Revista*: “Com este número finaliza o primeiro ano desta publicação” (*Revista Universal Maranhense*, 15 abr. 1850, n. 12, p.1), criando uma expectativa de que continuaria a circular, mas isso não aconteceu.

Comentamos que alguns jornais maranhenses deixavam de circular por escassez de matérias, falta de dinheiro, mas também por causa da inquietação e da vaidade dos colaboradores que os incentivavam a criarem e fecharem periódicos, a procura de novas aventuras jornalísticas, literárias; ou na busca incessante de atingir cada vez mais leitores. Comparando com o século XXI, essa “matança” dos jornais do século XIX assemelha-se aos programas de televisão que desaparecem e ressurgem, com algumas mudanças, na tentativa de sobreviverem na mídia.

Outros motivos para a extinção dos periódicos surgiram no reclame veiculado no jornal *Ordem e Progresso*, de 16 de fevereiro de 1861, n. 9, p. 4, que tinha como objetivo comunicar o reaparecimento do jornal *A Verdadeira Marmota*. Seriam “a indolência e lassidão que geralmente ataca[m] os jornais recreativos nessa província” (*Ordem e Progresso*,

16 fev. 1861, n. 9, p. 4). Na verdade, existiam jornais efêmeros em todo o país. A figura seguinte é o anúncio a que nos referimos neste parágrafo.

Figura 34 - *A Verdadeira Marmota* – anúncio (*Ordem e Progresso*, 16 fev. 1861, n. 9, p. 4)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Na *Revista Universal Maranhense* circularam três traduções de prosa de ficção: *As Mulheres Célebres*, do escritor português João Antônio de Carvalho e Oliveira (1806-1872), em três edições, na sessão *Parte Literária*, essa obra também circulou no periódico *A Revista*, em 1850, conforme vimos, nesta tese, o que significa que era um escrito preferido pelos leitores; *José Juan, o pescador de pérolas*, anônimo, foi propalada em cinco edições, mas na sessão *Notícias*, o que mostra ainda a falta de clareza entre Literatura e realidade, porém, essa insegurança já era pequena, dado que esta foi a única prosa de ficção que estava fora da sessão adequada. O romance *O Bravo* foi a outra obra publicada na *Revista Universal*.

O Bravo, do norte-americano Feenemore Cooper (1789-1851), com tradução de Antônio Rego, identificada no início da obra, foi o destaque da prosa de ficção nesse periódico. Circulava na sessão *Parte Literária*, com o gênero romance em destaque, antes do título. Aparecia no corpo do jornal, em letras semelhantes às que compunham as demais matérias; ocupava em média cinco páginas por dia, de seis edições do jornal. Dividia a sessão com outros escritos e, quando estes eram poesias, *O Bravo* ficava em seguida. O gênero

romance, o título da obra, assim como o nome do tradutor, eram repetidos no início de cada dia de circulação. O nome do tradutor também se repetia todos os dias. Antônio Rego identificar-se na tradução, pode ter sido um fato encorajado pelo grande sucesso das traduções que ele fez antes para o jornal *O Progresso*, sobretudo do romance *Os Mistérios da Inquisição*, de Féreal, sendo que agora a disposição da tradução apresentava linearidade, ou seja, não recorria ao jornal-livro. Na *Revista Universal Maranhense*, Antônio Rego publicou também a tradução de *Preleções de Medicina Homeopática*, de Leon Simon. Nesta imagem encontra-se o início de *O Bravo* no periódico em estudo:

Figura 35 - *O Bravo* na *Revista Universal Maranhense* (1º maio, 1849, n. 1, p. 10)

progressos sociais, paralisação nossa organização? Quem não observa ainda sob os climas mais prosperos essas alternativas funestas de cansaço depois do florescimento dos povos, essas idades climatericas dos estados, essas velhices dos Baixos-Imperios; aparições, descritos de religiões, de linguas, de litteraturas; ao depois ressurreições de instituições, devidas não ás eventualidades do acaso, porém inevitaveis como entre todas as raças de seres, segundo os proporcionados periodos da vida. Ellas fazem que jámais a civilisação desapareça inteiramente, porém em sua perigrinação vagabunda orna diversas regiões com os monumentos de seu esplendor; ella pode reverdecer n'outras estações sobre seus tumulos. Collocados em uma época de asensão possivel ainda nós esperamos, porém debalde seu progresso infinito, como na época de degradação da idade media, debalde se esperava o fim do Mundo. Com maior numero de documentos que os que tinham Herder, Vico, pode-se por tanto traçar na historia do genero humano essas orbitas immensas de elevação e de queda correspondente como sobre a roda de Ixion. Assim como nas orbitas dos planetas ha retornos de trevas e d'um somno reparador depois de brilhantes clarões de prosperidades, que esgotão as forças, o barbarismo parece entrar como repouso na nossa especie tão indispensavel como as maravilhas d'uma tal civilisação. Nós não nos elevamos sobre as ruinas anteriores, testemunhos de antigas catastrophes, senão para nos precipitar sujeitando-nos neste círculo fatal ás ordens da harmonia eterna, que nos lançou	ROMANCE. O BRAVO POR FEENEMORE COOPER. TRADUÇÃO DE A. REGO. <i>Giustizia in palazzo E pane in piazza</i> CAPITULO PRIMEIRO. Estou em Veneza na ponte dos Suspiros, entre um palacio e uma prisão: vejo a cidade surgir de subito do meio das vagas como por meio d'uma varinha de condão. Dez seculos estendem as suas azas sombrias em de redor de mim, e uma gloria moribunda se sorri a esses remotos tempos em que muitos paizes subjugados, admiravão os monumentos de marmore do leão alado de Veneza, cujo trono pousava no meio das suas cem lhas. LORD BYRON. 7 Tinha-se o sol escondido por detraz dos pincaros dos Alpes tyrolianos, e já despontava a luz por cima da barreira Lido, sahiaõ aos

Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

O jornal *O Estandarte: Folha Política e Industrial* circulou entre 1849 e 1855, impresso na Tipografia Bem-te-vi, de José da Silva Maia, por Manoel Pereira Ramos, na Rua da Estrela, n. 53, em São Luís. Não veiculou prosa de ficção, mas apregeou o artigo “Prática

sobre a história e o romance”, um relevante escrito sobre a percepção do romance e da História no século XIX, no Maranhão, que circulou na sessão *Variedades*, subseção *Mascarada*, em 29 de janeiro de 1855, n. 7. Os artigos da *Mascarada* apresentavam títulos longos, formados por expressões separadas por pontos. No mesmo escrito eram tratados assuntos diversos, referentes a cada “título” anunciado⁴⁹. Nesse escrito consta que os romances, antes de 1855, eram vistos como algo sem importância, ou como muito perigosos. Não obstante, o autor advertiu que não havia motivos para isso, porque a visão drástica do romance era retratada por idosos que não o liam, mesmo assim, condenavam-no de antemão, por ignorância, expressando-se desta forma: “[O romance] é uma novela, isto é, um novelo de mentiras, de namoricos, de poucas vergonhas, de exaltações, o que tudo corrompe o espírito, faz andar à roda a cabeça dos moços, desvaira-os muitas vezes, e outras tantas perdem as moças” (*O Estandarte*, 29 jan. 1855, n. 7, p. 2).

No contexto de 1855, ainda conforme o referido artigo, o romance permeava as esferas artísticas e científicas, mostrava a antiguidade e a atualidade, sugeria reformas, suscitava debates, apresentava personagens reais e seus atos, o que era característico da História. O autor acrescentou também que o romance se diferenciava em poucas coisas da História, por exemplo, aquele premiava a virtude e castigava o vício e o crime; enquanto que a História poderia elevar o mau e abater o bom. Existia, portanto, um conflito de ideias entre os pensadores sobre o romance, uma vez que pareciam inconformados com o real apresentado pela História e tentavam mostrar uma nova possibilidade de os fatos acontecerem, através dos romances:

O romance atual não é como imaginam o que por ignorância o modelam pelas antigas novelas. Hoje o romance invade todas as esferas artísticas e científicas, discute sobre arquitetura, pintura, legislação, filosofia, economia, política etc.; pinta as antiguidades, os costumes nacionais, muitos personagens reais, e alguns dos mais característicos de seus atos, o que é de domínio da história; aponta meios de reformas, principalmente para a legislação ainda bem bárbara para o século, suscitando assim a discussão, donde emana a verdade mais ou menos aproximada, enfim moralista

⁴⁹ O título da *Mascarada* em que se encontra o artigo “Prática sobre a história e o romance” é o seguinte: *Justiça e gente de consideração. Um senhor pantafaçado. Doutrina de interesse. Consequências dela. Filosofia é bicho sem cabeça. Precaução suscitada pela Constituição do Império. Os olímpicos roubam até o tempo. Anjo consolador e conciliador. Ouro, falta dele, efeitos da falta, compensação dos efeitos. O termo nervoso. Dois casos. O jogo. PRÁTICA SOBRE A HISTÓRIA E O ROMANCE. Não é o hábito que faz o monge. Fim de presidentes maus. Dificuldade em assinar a idade da paixão amorosa. Mais dois casos. Projetos de suicídio e considerações a respeito. O plágio é justificável. Continuam as indiretas. Receios do leitor. O pantafaçado apelidado de Pantalão, seu préstimo, seu juízo, sobre um amigo. Enganos e duração delca. Soneto. Descoberta que fez o juiz Farçola no soneto. Pecari e Pacoria. Compadre de Sábio. Não há homem completamente estúpido. O desenvolvimento humano depende do tempo e das circunstâncias. Exemplos.*

vastamente. [...] consequentemente, o romance de hoje difere da história em poucas coisas, como vemos no romance sempre premiada a virtude e castigados o vício e o crime, e na história muita vez elevado o mau e abatido o bom; no romance folgar aquele por pouco tempo, e na história tyrannizar e tripudiar por longos dias; na história individualizar-se o homem ou a nação, e no romance servir-se ordinariamente o autor deste e daquele nome só por servir-se, sendo assim uma espécie de carapuceiro [...] (*O Estandarte*, 29 jan. 1855, n. 7, p. 3).

Não foi possível identificar o autor dessas considerações, porque os artigos da *Mascarada* circularam anônimos por aproximadamente um semestre, a respeito de assuntos diversos. O início dessa coluna foi em 28 de dezembro de 1854, n. 109 e circulou até 1º de agosto de 1855, n. 47, p. 4, quando foram declarados os nomes de quem escreveu para aquele espaço. A revelação veio em uma lista que os declarava de maior ou menor importância, na qual constam os seguintes nomes: Eduardo Olímpio Machado, Domingos da Silva Porto, José Joaquim Teixeira Vieira Berfort, João Pedro Dias Vieira, Sebastião José da Silva Braga, Francisco Baltasar da Silveira, José Maria Barreto Júnior, José Sérgio Ferreira Jacob, José Nunes de Sousa Berford, Francisco Sotero dos Reis e José Tomás dos Santos e Almeida.

Em 1851, saiu à luz, no cenário maranhense, *O Correio de Anúncios: Folha Comercial da Província do Maranhão*. Era de propriedade de Manoel Pereira Ramos, impresso na Tipografia da Temperança, na Rua Formosa, n. 9. Circulava duas vezes por semana. O redator era Sotero dos Reis. Este jornal não aceitava bem a presença da prosa de ficção, porque ainda com o subtítulo *Folha Comercial da Província do Maranhão*, veiculou uma manifestação explícita contra o romance, quando o editor avisou que publicaria, no *Folhetim* o livro *A Entrada do Souto no Porto*, sobre a História de Portugal, da autoria de João Antônio de Carvalho (1806-1872), em vista de o romance ser mais divertido do que a História, contudo, a História instruiria mais que a ficção:

Começamos hoje a publicar no *Folhetim* uma pequena composição do Sr. Doutor João Antônio de Carvalho e Oliveira, a qual preferimos aos romances, porque, suposto estes em geral sejam mais divertidos de que a história, contudo instruem muito menos. *A Entrada do Souto no Porto* é um sucesso tão recente, que mesmo nesta cidade ainda existem testemunhas dele, o que é mais um motivo para nossa escolha. Folgaríamos ter adivinhado o gosto de nossos leitores (*Correio de Anúncios*, 3 fev. 1851, n. 3, p. 4).

O *Correio de Anúncios* aparentemente mudou de ponto de vista porque, a partir de 23 de junho de 1851, n. 44, mudou o subtítulo para *Folha Política Literária e Comercial*. Nesse

dia começou a publicação de seu primeiro romance, no *Folhetim*, *Piquillo Alliaga ou os Mouros no Reinado de Filipe III*, do escritor francês Eugène Scribe (1791-1861), com tradução do jornalista, tradutor e escritor brasileiro Justiniano José da Rocha (1812-1862)⁵⁰. A obra era disposta em três colunas, com orientação de leitura da esquerda para a direita, isto é, *Folhetim* convencional. Essa publicação, todavia, só continuou até o dia 1º de setembro, n. 63, ainda na primeira parte do escrito. Apesar da expressão “Continua” colocada no final do capítulo, o jornal não retomou a esse romance, nem apregoou outra prosa de ficção, eliminou o *Folhetim* de suas páginas.

No último exemplar disponível (15 de setembro de 1851, n. 67) veiculou um anúncio da Livraria Frutuoso, no qual, entre as primeiras obras anunciadas para subscrição, encontrava-se *Piquillo Alliaga*, o romance que foi interrompido nas páginas do *Correio de Anúncios*. Será que a aproximação desse jornal da prosa de ficção foi com o interesse maior de aguçar os leitores para comprarem o livro? Afinal apresentou uma parte do romance, ocultou o restante, portanto quem quisesse conhecer toda a história deveria adquirir o livro. Ou o proprietário já sabendo que o periódico deixaria de circular não publicou mais o romance? Todas essas hipóteses podem estar corretas, ainda assim, cogitamos uma terceira, que seria resguardar a história, a fim de alavancar as vendas de um novo jornal *O Constitucional: Folha Política Literária e Comercial* que também pertencia a Manoel Pereira Ramos, além disso, era escrito pelos mesmos redatores do *Correio de Anúncios*. Esses fatores viabilizaram a migração da obra para o novo periódico, como veremos a seguir.

Em outubro de 1851, a mesma tradução de *Piquillo Alliaga*, cuja parte circulou no *Correio de Anúncios*, começou a ser publicada no *Folhetim* do jornal *O Constitucional*. O romance continuou nos anos de 1852 e 1853 inteiros e permaneceu até 22 de janeiro de 1854, quando, ainda na segunda parte da obra, capítulo dez, foi interrompida a publicação, deixando ao final, nesse dia uma linha pontilhada, não a costumeira expressão “Continua”. Circulavam entre uma e quatro páginas de rodapé por dia, preenchidas pelo romance, com raras interrupções. A publicação ocorria no modo convencional do *Folhetim*: dividido em quatro colunas, com orientação de leitura da esquerda para a direita, fonte menor que a do corpo do jornal, e repetições diárias dos títulos da sessão e da obra, além do nome do autor. Essas reiteraões proporcionaram a identificação imediata da obra, mesmo não existindo mais

⁵⁰ De acordo com Ubiratan Machado (2010, p. 57), Justiniano foi o campeão de tradução das obras de ficção para o português. Entre 1839 e 1862, traduziu “dezenas de romances, novelas e contos do francês, destinados a abastecer os *Folhetins* dos jornais cariocas”. É admirável a rapidez com que trabalhava, pois “em um mês concluiu a tradução dos três volumes de *Mistérios de Paris*, de Eugène Sue, e em dois meses e meio colocou em português as 2 mil páginas de *O Conde de Monte Cristo*.”

cópias dos primeiros exemplares da publicação. Na seguinte figura consta o início de *Piquillo Alliaga* no *Correio de Anúncios*:

Figura 36 - Piquillo Alliaga no Correio de Anúncios (28 jun. 1851, n. 44, p. 1)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

O Constitucional: Folha Política, Literária e Comercial circulou entre 1851 e 1864, duas vezes por semana, em quatro colunas. Era impresso na Tipografia da Temperança, na Rua Formosa, n. 7. O proprietário era Manuel Pereira Ramos e o redator, Ricardo Alves de Carvalho. Mantinha-se com anúncios, assinaturas e vendas avulsas, como a maioria dos jornais. De acordo com Joaquim Serra (2001, p. 40), esse jornal “sustenta[va] a política conservadora, analisando a marcha administrativa da Província”.

Manoel Pereira Ramos faleceu em 13 de setembro de 1855. A notícia foi divulgada, junto com seus aspectos biográficos, no próprio jornal, em 21 de setembro de 1855, n. 61. O fundador do periódico *O Constitucional* nasceu em Porto, Portugal; chegou ao Maranhão em 1805 e escolheu Caxias para morar, onde foi comerciante e político; depois viveu em São

Luís, trabalhando também no comércio e ocupou diversos cargos públicos. Esteve à frente de diversos jornais na capital maranhense.

Após a morte de Pereira Ramos, *O Constitucional* continuou a circular, sob o comando de sua viúva, embora Manuel tivesse dez filhos, supostamente adultos, uma vez que já contava dezessete netos. O jornal, a partir de 1856, apresentava um visual mais rarefeito, com apenas três colunas, com espaços entre os fios divisórios, inclusive nas páginas de anúncios; ganhou novo subtítulo: *Folha Liberal Literária e Comercial*; e no frontispício, que antes destacava todos os dias a advertência iniciada desta forma: “*O Constitucional* — Propriedade de Manoel Pereira Ramos, [...]”, agora destacava, inicialmente, os preços das assinaturas em letras maiúsculas e grandes, e logo abaixo a informação: “*O Constitucional* — Propriedade da Viúva de Manoel Pereira Ramos” (*O Constitucional*, 24 maio, 1856, n. 1, p. 1). O nome da empresária não aparecia, em vista de nesse período, para os mais retrógrados, conforme Machado (2010, p. 312), “o simples fato de nomear uma mulher em alguma publicação era considerado [...] uma espécie de atentado à honra”.

Em relação à publicação da prosa de ficção, *O Constitucional* veiculou traduções na forma convencional do *Folhetim*, e inovou o modo jornal-livro, tornando-o mais semelhante com o suporte livro. O jornal alternava os dois modos de circulação, constantemente, e às vezes, mesclava-os em seu rodapé, diferenciando as obras pelo modo de circular. Em casos em que não existem os exemplares que iniciariam os escritos veiculados no formato jornal-livro, essas hoje são anônimas de autor e de título, em vista de nesse modo de publicação, autor e título constarem apenas no começo da propalação. Encontramos um romance anônimo (por causa desses fatores) de 153 páginas, que dividiu espaço, sobretudo com *O Comendador de Malta*, obra de Eugène Sue. As duas obras se diferenciavam no rodapé pelo modo de veiculação, pois esta vinha no formato convencional e aquela no estilo jornal-livro.

No modo de circulação tradicional do *Folhetim*, o jornal veiculou a tradução de *Piquillo Alliaga*, como informamos neste capítulo; o romance *O Comendador de Malta*, de Eugène Sue (1804-1855), iniciado no dia 8 de julho de 1854, n. 48. A circulação desta obra foi longa, aproximadamente um ano, visto que durou até 16 de junho de 1855, exemplar 39, com intervalos de até cinco dias, nos quais publicavam outras obras ou suprimiam o *Folhetim*. Além disso, o jornal veiculou, nesse formato, as traduções de: *Os gêmeos de foix*, e *O leão de ouro*, por Paul Féval (1816-1887), em 1855; e “Murat”, de Alexandre Dumas, pai (1808-1870), também em 1855. Na imagem seguinte, encontra-se início do romance *O Comendador de Malta*:

Figura 37 - O Comendador de Malta (O Constitucional, 8 jul. 1854, n. 48)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

No jornal *O Constitucional*, o estilo jornal-livro, surgiu com a publicação do romance *Maria de Kebouare*, do escritor francês Júlio Sandeau (1811-1883), traduzido pelo maranhense César Augusto Marques (1826-1900). Foi a melhor apresentação de tradutor que encontramos nesta tese, visto que, além de constar o nome completo, informava também a origem, o curso que frequentava, o ano que cursava e a instituição onde ele estudava: “Tradução de César Augusto Marques, natural do Maranhão, e estudante do 5º ano da Academia de Medicina da Bahia” (*O Constitucional*, 26, abr. 1854). Vimos, nesta pesquisa, que os tradutores geralmente ficavam anônimos ou eram representados por asteriscos ou pelas iniciais; raros foram os identificados pelos nomes completos ou com um nome ou sobrenome por extenso, acompanhado de iniciais.

A obra de Júlio Sandeau começou a veicular, em 26 de abril de 1854, n. 27. A publicação apresentava, do lado direito, uma folha de rosto pura, semelhante às presentes em livros, na qual constavam o título do romance, o nome do autor, informações referentes ao tradutor (mencionadas no parágrafo anterior), a tipografia e o ano da publicação; do lado esquerdo, estava a página 4, sugerindo que este rodapé do jornal seria dobrado ao meio; e a próxima página seria encaixada dentro dessa; dessa forma, o jornal-livro seria organizado. *Maria de Kebouare* circulou até 27 de junho de 1854, n. 45. Compunha-se por 48 laudas e seis partes. No mesmo estilo foi também veiculado o conto fantástico “O lago do diabo”, por

[illegible]

De tradução feita por César Augusto Marques (1826-1900) encontramos apenas *Maria de Kebouare*. Seu trabalho como tradutor não é comentado nos compêndios. Até agora estava “calado” nas páginas do jornal *O Constitucional*. Nem os dados biográficos que acompanham sua obra mais famosa *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, reportam-se a essa faceta do maranhense. O esquecimento desse aspecto da vida de César Marques pode ser em vista de ter traduzido para o jornal apenas o referido romance. Em seu dicionário, César Marques apresentou-se como Doutor em Medicina pela Faculdade da Bahia, Professor de Matemática, membro do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil e Sócio de muitas outras sociedades literárias e científicas nacionais e estrangeiras. Segundo Jomar Moraes (1976, p. 81-82), César Marques nasceu em Caxias-Maranhão, em 12 de dezembro de 1828 e faleceu no Rio de Janeiro, no dia 5 de outubro de 1900. Foi médico militar e trabalhou nas guarnições do Maranhão, Pará, Piauí e Amazonas.

Outros romances também circularam em formato semelhante a *Maria de Kebouare*, nesse jornal, conquanto, sem o capricho da folha de rosto adotada para a tradução de César Marques, pois as obras eram apresentadas e iniciadas nas mesmas páginas. No modo jornal-livro, encontramos ainda: *O abuso da autoridade paternal ou as paixões violentas* (romance histórico do ano de 1850, acontecido no Ceará), do escritor espanhol José Lopes de La Veja (1830-1888), traduzido por F. P. Brito. Foi extraído, mas o jornal não diz de onde. Circulou de 10 de abril de 1856, n. 95 a 3 de maio de 1856, n. 99. Em seguida, começou *Luiza ou os padecimentos de uma mulher mundana*, por M. R. L’abré Tiberge, traduzido por J. M. Pratt, presente no *Constitucional* de 3 de maio de 1856 n. 99 a 17 de maio de 1856, n. 103.

Outro periódico que veiculou prosa de ficção foi *A Imprensa*, um órgão do Partido Liberal, impresso na Tipografia Progresso, que circulou entre 1857 a 1862, em quatro colunas e quatro páginas. Circulava duas vezes por semana. Seus redatores eram: Carlos Ribeiro, Ferreira Vale, Antônio Henriques Leal, Temístocles Aranha e Joaquim Serra.

A veiculação da prosa de ficção nesse periódico era no rodapé, em quatro colunas separadas por fios, e letras iguais às que compunham o corpo do jornal. O título era escrito apenas no primeiro dia de circulação, e a palavra *Folhetim* também foi suprimida algumas vezes, mas o motivo era diferente dos periódicos que publicavam no modo jornal-livro. Tratava-se de uma prática, a fim de economizar em média 20 linhas por dia (*A Imprensa*, 11 ago. 1858, n. 54, p. 2), mas não prejudicaria o entendimento do leitor, uma vez que “a linha chanfrada” separava bem a prosa de ficção das outras matérias. Alertamos para o fato de que os leitores não poderiam deixar de adquirir o primeiro exemplar da circulação dessas obras; caso contrário, acompanhariam histórias anônimas, como ficamos, nesta pesquisa, diante da

falta da edição do *Progresso* que começaria o romance *Quitanga da meia noite*, fato mencionado nesta pesquisa. A novidade na circulação na *Imprensa* foi exposta na seguinte advertência:

Advertência

No nosso folhetim suprimimos o título, que ocuparia umas vinte linhas, poupando com essa inovação em todos os números um claro inútil, sem que com tudo isso haja confusão para o leitor, pois a linha chanfrada divide completamente o folhetim das outras matérias do jornal (*A Imprensa*, 11 ago. 1858, n. 54, p. 2).

A contribuição do jornal *A Imprensa* para este estudo foi a publicação da conclusão do romance *Napoleão, o pequeno*, de Victor Hugo (1802-1885), cuja tradução foi atribuída a um amigo do editor que comprou e traduziu a obra, ou seja, é mais uma tradução anônima nos periódicos maranhenses. A obra circulou em seis edições, no período de 16 de junho de 1858, n. 48 a 31 de julho de 1858, n. 61. As demais publicações no espaço *Folhetim* foram relatórios, como *Relatório do Comissário Brasileiro*, de Gonçalves Dias; biografias; e o livro de química *Cartas sobre a Química*, de Justo Leibig. A circulação de *Napoleão, O Pequeno* era no rodapé do jornal, dividido em quatro colunas, assim como o corpo do jornal. A fonte do *Folhetim* era semelhante a utilizada nas demais colunas do periódico.

Ainda na década de 1850, começou a circular *O Globo: Jornal Comercial Literário e Político* que permaneceu entre 1852 e 1859, com interrupção de aproximadamente três anos. Veiculava três vezes por semana. Seu redator era José da Cunha Torres. No início era impresso na Tipografia de J. C. M. da Cunha Torres, na Rua de Nazaré n. 20; em seguida passou a ser impresso na Tipografia de Frias, na Rua dos Barbeiros, n. 8.

Nesse jornal, circulou prosa de ficção estrangeira no modo *Folhetim* convencional, isto é, em colunas separadas por linhas. Os escritos eram portugueses e franceses. De Portugal, vieram três obras, extraídas de jornais deste país: “Esboços literários”, do escritor português José D’Almada (1828-1861), que circulou entre 5 de agosto de 1854, n. 273 e 10 de agosto de 1854, n. 275, copiada do *Nação*, para o qual se faziam assinaturas na redação do periódico *O Globo*. Outro jornal português que serviu de fonte para *O Globo* foi *Braz Tizana*, do qual foi reproduzido o folhetim *O Cavalheiro do cruzado novo e o cavalheiro do botão de rosa*, da escritora portuguesa Maria P. de S. (Maria Peregrina de Sousa) (1809-1894), cujo nome estava escrito no final de cada dia de veiculação, aspecto raro nos jornais maranhenses; a obra esteve presente no jornal *O Globo* de 12 de agosto de 1854, n. 276 a 16 de setembro de 1854, n. 286. Ainda do *Braz Tizana*, o periódico de São Luís copiou o romance *Como se*

esposa, do escritor francês Albéric Second (1817-1887), com tradução de G. L. A obra circulou entre 30 de setembro de 1854, edição 290 até o dia 27 de outubro de 1854, n. 298. O jornal propalou ainda traduções francesas, das quais não revelou as fontes como: *A Marquessa de Brinvilliers*, por Eugenio Bareste (1814-1861); e *O preço da vida* por E. Scrib (1791-1861), ambos veiculados em 1853. Nesta imagem, encontra-se o início do romance de Maria Peregrina:

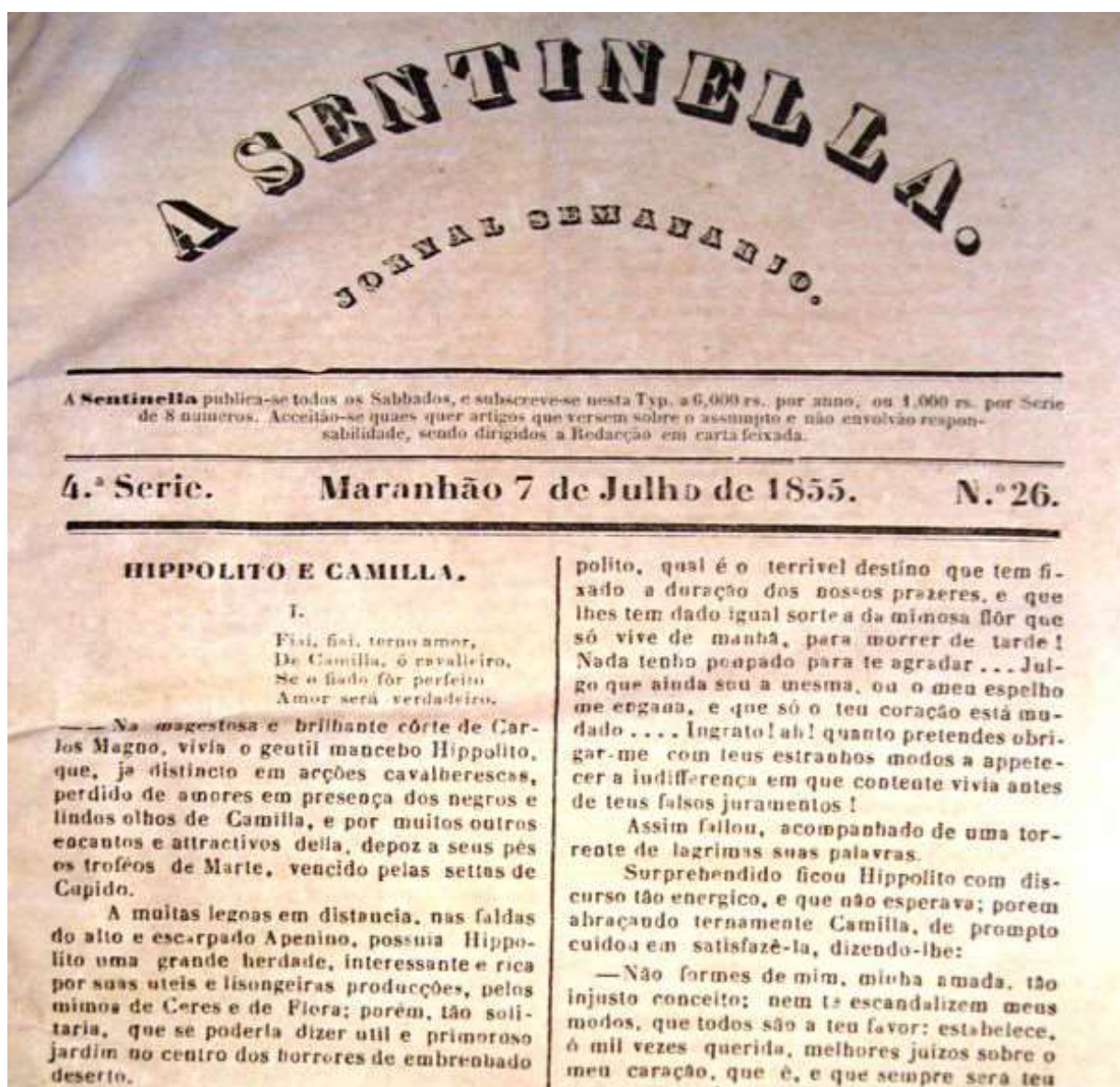
Figura 39 - Início do romance *O Cavalleiro do cruzado novo e o cavalleiro do botão de rosa* (*O globo*, 12 ago. 1854, n. 276, p. 1)



Fonte: <http://memoria.bn.br/>.

A Sentinela: Jornal Semanário circulou em 1855 e 1856. Era impresso na Tipografia Maranhense de A. J. da Cruz, na Rua de Santana, 52. No início de 1856, mudou o subtítulo para *Periódico Social e Recreativo*. Atualmente está disponível na Biblioteca Pública Benedito Leite. Era apresentado em duas colunas e a prosa de ficção vinha no corpo do jornal, primeiro sem indicação de sessão, apenas com o título da obra; posteriormente criou a sessão *Romance*. No dia 7 de julho de 1855, edição 26, sem denominação nem da sessão, nem de romance, começou a tradução da história *Hipólito e Camilla*, obra anônima, com cenário romano, que permaneceu até 13 de outubro de 1855, n. 40.

Figura 40 - “Hipólito e Camilla” (*A Sentinela*, 7 jul. 1855, n. 26, p. 1)



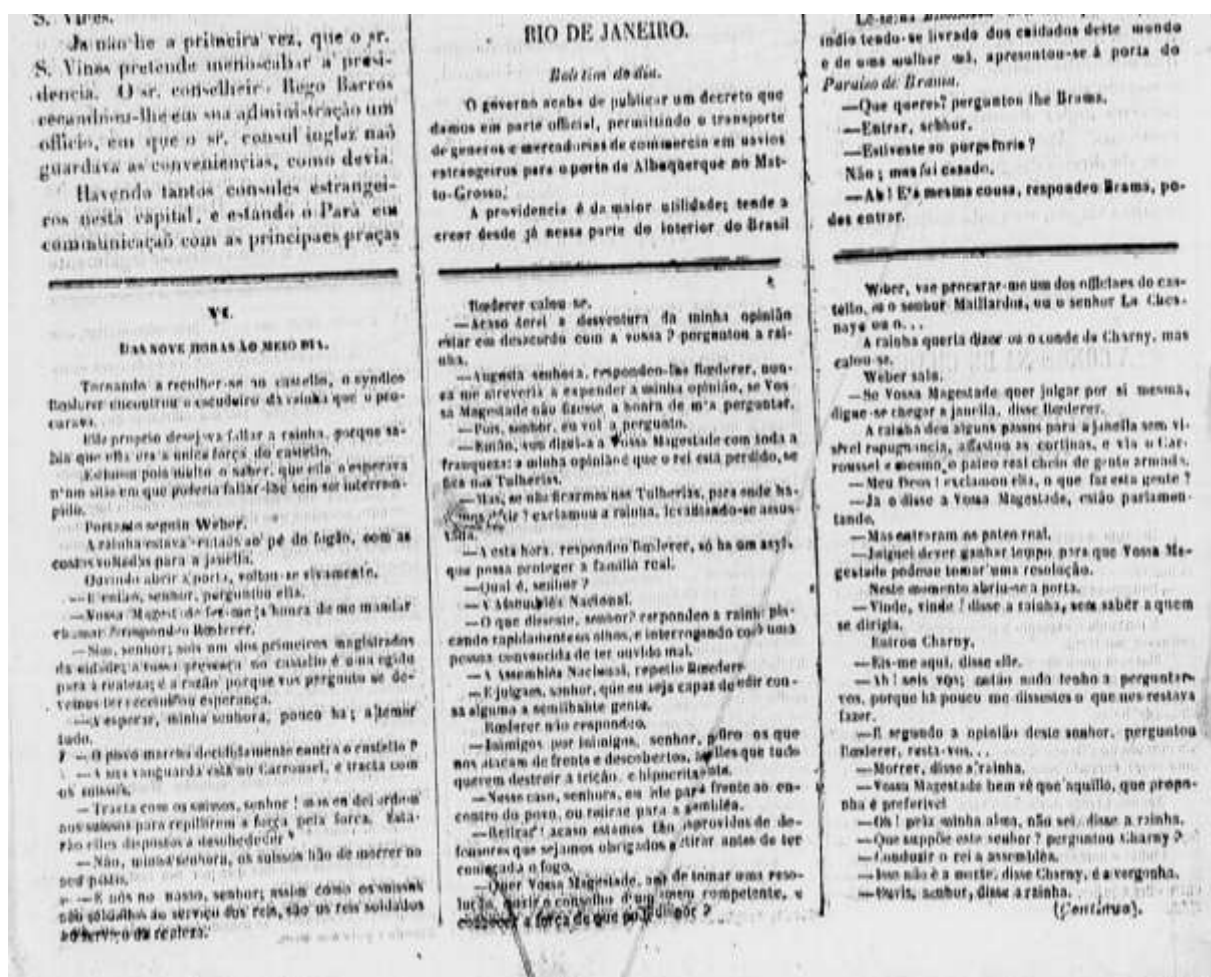
Fonte: www.cultura.ma.gov.br/.

No mesmo ano em que começou a circular *A Sentinela*, foi lançado também o *Diário do Maranhão* que funcionou entre 1855 a 1911. Para esta tese pesquisamos entre 1855 e 1868, em vista de estes anos contemplarem o marco temporal de nossa pesquisa. Foi o terceiro jornal a circular, diariamente, em São Luís. Seu redator era Antônio Rego. O periódico era impresso na Tipografia de J. C. M. da Cunha Torres, na Rua dos Barbeiros, n. 8. A partir de 1858, passou a ser veiculado pela Tipografia de Frias.

A prosa de ficção localizava-se no *Folhetim*, tendo início com *A condessa de Charny*, de Alexandre Dumas, pai, romance publicado em 1852, que começou na primeira edição desse periódico, em 20 de setembro de 1855, e permaneceu até o dia 11 de dezembro de 1856, exemplar 368, o último deste ano. Neste dia, o jornal informou que a obra continuaria, não

obstante o romance não voltou em 1857. A história pertence a uma série de quatro romances denominados *Memórias de um médico*. Na Gallica, existem exemplares da *Condessa de Charny*, de 1858, composto por dois volumes, sendo o primeiro iniciado pela introdução da obra. No jornal de São Luís, a história não veiculou com a introdução, começou direto com o primeiro tomo; circulava no *Folhetim*, dividido em três colunas, separadas por fios, assim como o corpo do jornal, conforme podemos observar na imagem seguinte:

Figura 41 - Última veiculação do romance *A Condessa de Charny* no *Diário do Maranhão* (11 dez. 1856, n. 368)



Fonte: <http://memoria.bn.br/>.

O *Diário do Maranhão* tinha preferência por romances longos, porque depois da obra de Dumas, transmitiu, em 1857, o romance *Kenilwort*, do britânico Walter Scott (1771-1832), no período de 7 de abril, n. 31 a 5 de novembro do mesmo ano, n. 205. Este veiculou completo, embora seja formado por quatro tomos. Observamos que, quanto mais volumoso o romance, mais risco ele correria de ter a publicação interrompida. Dificilmente a veiculação dessas obras resistiam à inquietação dos jornalistas que aparentemente se enfasiavam das

publicações no *Folhetim*, por isso as interrompiam, e perdiam o interesse até mesmo pelos jornais que sucumbiam, a fim de que outros nascessem, consoante já mencionamos nesta tese. Outra possibilidade para a interrupção das publicações de obras longas nos jornais era a rejeição dessas pelos leitores.

Como esse jornal era diário, os romances longos, presentes todos os dias em seu rodapé, ajudavam a aumentar as vendas do periódico e garantiam leitores para a ficção, bem como para as demais matérias, em um período em que esse tipo de jornal era raro no Maranhão. Na The British Library não houve retorno para a busca do romance de Walter Scott (1771-1832); sem embargo, existe na Gallica uma versão francesa, no suporte livro, de 1888, por Auguste-Jean-Baptiste Defauconpret (1767-1843), que se inicia diretamente com o primeiro tomo, descartando o próêmio. A tradução veiculada no *Diário do Maranhão* é anônima e começa com a introdução do romance. A imagem seguinte mostra o início da obra no jornal.

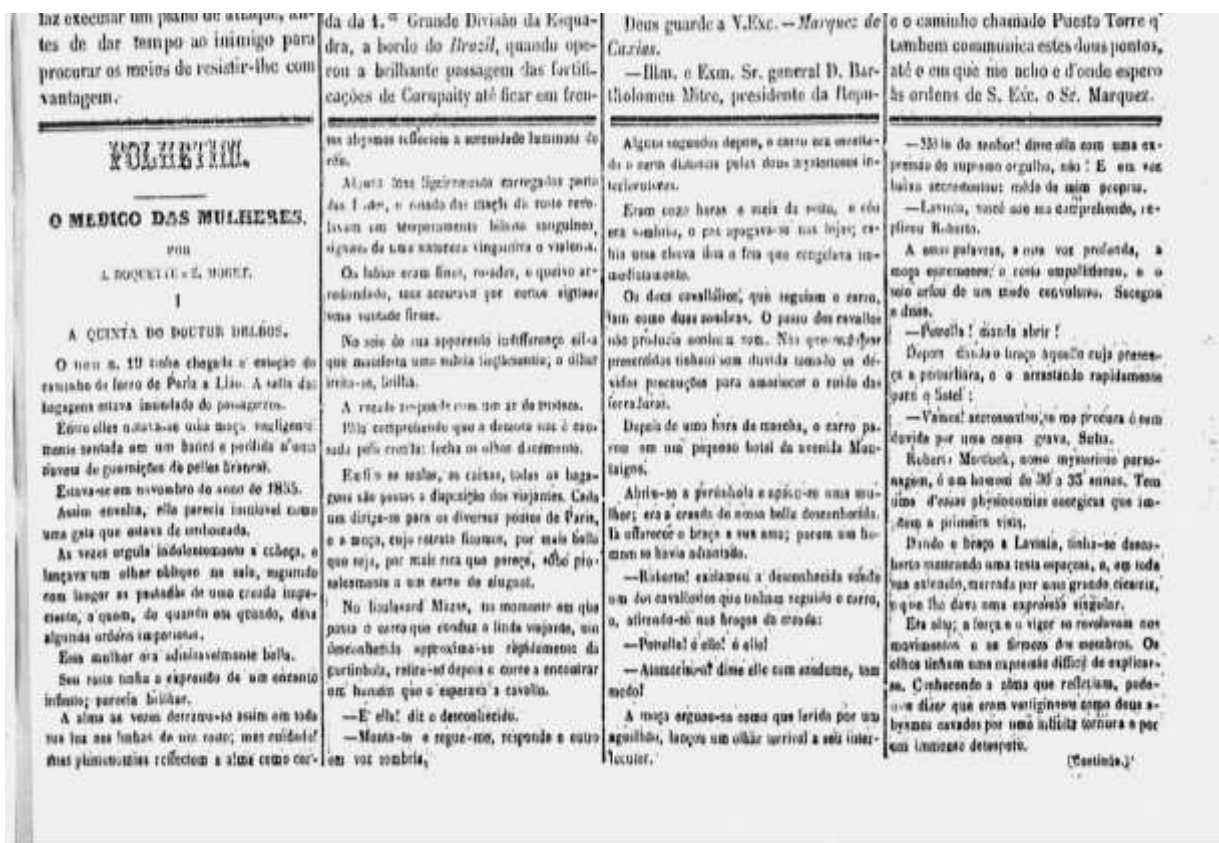
Figura 42 - O romance *Kenilworth* no *Diário do Maranhão* (7 abr. 1857, n. 31, p.1)



Após estes longos romances, publicaram no *Folhetim* obras mais curtas como: “O tanoeiro de Nuremberg”, conto fantástico do escritor alemão Hofman (1776-1822); “Gonzales Coques” (anônimo), ambos em 1857; *O segredo do Capitão*, do escritor francês Emílio Souvestre (1806-1854), que circulou de 15 de dezembro de 1857, n. 238 a 30 de janeiro de 1858, n. 24. Da *Revista dos Espetáculos*, um periódico de Portugal, o *Diário do Maranhão* extraiu “O Coral” (História veneziana), assinado por O. Ainda em 1858, circulou mais um conto de Hoffman: “Feliz ao jogo”, de 15 de fevereiro de 1858, n. 36 a 25 de fevereiro de 1858, n. 45. Depois disso, o *Folhetim* foi suprimido do jornal; e a última edição da década de 1850 propalou em 30 de junho de 1858, n. 145, voltando a circular somente em 1873.

Apregoava tradução de prosa de ficção também *O Apreciável*, que tinha como proprietário-redator Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá. Sua veiculação começou em 21 de junho de 1866, e parou em 13 de junho de 1878. Era impresso na Tipografia Independente, na Rua da Paz, 25, por Francisco Izidoro da Costa, entre outros. Circulou duas traduções de escritos curtos: “A carteira”, entre 24 de agosto de 1867 e 14 de setembro de 1867; é um extrato, mas o jornal não indicou a fonte. A outra tradução é do romance francês *O médico das mulheres*, com a dupla autoria de J. Roquette e E. Morett, que começou a ser publicado em 24 de setembro de 1867, n. 64 e pode de ser lido até a última edição do mesmo ano, de 21 de dezembro, n. 77, quando o jornal avisou que a obra continuaria; nada obstante, não existem mais cópias dos exemplares seguintes, o que torna o romance atualmente incompleto nesse suporte. A veiculação ocorreu no *Folhetim* convencional. Eis o início do romance *O médico das mulheres* no referido jornal:

Figura 43 - O médico das mulheres (O Apreciável, 21 set. 1867, n. 64, p. 1)



Fonte: <http://memoria.bn.br/>.

De propriedade de Antônio Pereira Ramos de Almeida, o *Jornal do Comercio: Instrutivo, Agrícola e Recreativo* circulou de 1858 a 1860. Publicava-se duas vezes por semana, impresso na Tipografia Comercial de Antônio Pereira Ramos de Almeida. As páginas desse jornal, em sua maioria estão apagadas ou mutiladas, mesmo assim encontramos prosa de ficção estrangeira em seu *Folhetim*.

Ateve-se a publicação de traduções de romances longos como *A mocidade de João V*, do escritor português Augusto Rebelo da Silva (1822-1871), que circulou entre janeiro de 1858 e dezembro do mesmo ano; além do romance francês *O pacto de sangue*, de Ponson du Terrail (1829-1871), no período de julho de 1859 a outubro de 1860. O jornal veiculou ainda prosa curta como: “O Estevão ou os amores de um jovem oficial”, anônima; “O castelo”, de I. R.; e “A vila amorosa”, de Neri. O formato dessas publicações era em três colunas e fonte menor do que a do corpo do jornal.

Dedicado às mulheres, *O Jardim das Maranhenses: Periódico, Semanário, Literário, Moral, Crítico e Recreativo* circulou em 1860 e 1861, mas existem páginas apagadas, mutiladas, além de faltarem muitas edições. Apresentava-se em duas colunas e quatro páginas, impressas na Tipografia do Comércio. Da prosa de ficção estrangeira, encontramos,

no *Folhetim*, o romance *Julieta e Claudina ou as duas amigas rivais*, com início em 6 de junho de 1860, n. 13, Como as edições disponíveis atualmente saltam da 13 para 21, o romance está incompleto. Este é o começo da obra:

Figura 44 - Romance *Julieta e Claudina* (*O Jardim das Maranhenses*, 6 jun. 1860, n. 13, p. 50)



Fonte: <http://memoria.bn.br/>.

Porto Livre: Jornal Político, Comercial e Noticioso circulou entre 1861 e 1865, mas faltam muitos exemplares. A partir de 1862 mudou o subtítulo para *Político e Literário*. Era impresso na Tipografia do Comércio, de Augusto Vespúcio Nunes Cascaes, na Rua da Madre Deus 1867, por J. J. Gomes. Augusto Vespúcio era editor e proprietário desse jornal, além de dono da tipografia que o imprimia.

Francisco de Sales Nunes Cascaes era o principal redator do *Porto Livre*. Com o falecimento de Francisco, em 3 de setembro de 1865, mas noticiado no Suplemento ao n. 144 do periódico, de 20 de setembro de 1865, chegou ao fim também esse jornal, conforme observamos na nota assinada por Augusto Vespúcio, que antecedeu o discurso de Joaquim Ferreira de Sousa Jacarandá, no enterro de Francisco; bem como os depoimentos de José Teodoro da Silva e Sousa, da Associação Tipográfica do Maranhão; além das homenagens prestadas por outros jornais da capital, que foram compiladas no referido Suplemento:

Já não existe o Principal redator deste jornal, nosso sempre chorado Pai, o Capitão Francisco de Sales Nunes Cascaes, e por esse infausto

acontecimento desaparece também da arena jornalística, com o número acima mencionado, o *Porto Livre*..., [...] Augusto Vespúcio Nunes Cascaes (Suplemento ao n. 144 do *Porto Livre*, 20 set. 1865⁵¹).

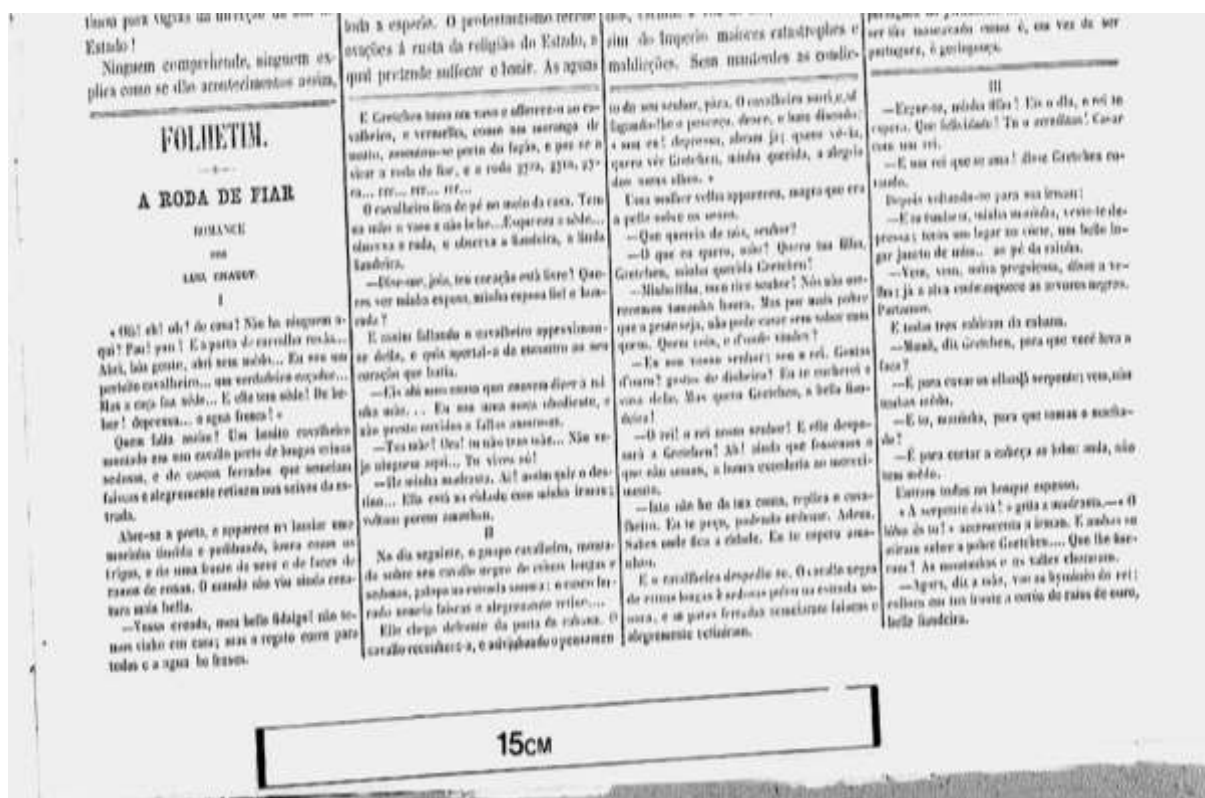
A vida dos redatores dos jornais maranhenses era bem discreta, muitas vezes, só transpareciam detalhes após a morte desses, ou se ocupassem cargos públicos. Essas notícias ficavam diluídas ou esquecidas nos periódicos. Dos discursos e homenagens que preencheram o Suplemento ao n. 144 do *Porto Livre*, depreendemos alguns aspectos biográficos de Francisco Cascaes. O jornalista nasceu em São Luís, em 29 de janeiro de 1814. Era pai de Augusto Cascaes. Propagava ideias conservadoras. Ocupou diversos cargos públicos, entre eles, Secretário do Governo do Maranhão, na Presidência de Cândido José de Araújo Viana e de Joaquim Vieira da Silva e Sousa; foi vereador, em São Luís; e Capitão da Guarda Nacional.

A prosa de ficção estrangeira veiculada neste jornal surgia no *Folhetim*, que ocupava metade da página, ou na coluna *Transcrições*. Entre as obras veiculadas no *Folhetim*, encontramos a obra portuguesa *Carlos de Sá*, de B. Werneck R. A. e Vasconcelos, formada por seis capítulos, que apesar de preencher apenas três páginas do rodapé do jornal, nos dias 7 de junho de 1862, n. 4 e 22 de junho, n. 45, foi classificada como romance contemporâneo; no final do escrito, copiado do *Diário do Recife*, consta um nome que pode ser do tradutor J. E. Soares Romeu Júnior. Na sessão *Transcrições* circulou *O monge vingativo*, obra italiana, anônima de autor e de fonte, entre 18 de outubro de 1863, n. 91 e 11 de março de 1864, n. 105. Esta obra foi publicada também no periódico *O Ramallete*, de São Luís, de outubro de 1863 a fevereiro de 1864. Ainda em *Transcrições*, circulou o romance *O marinheiro* (fragmentos de viagem), do escritor português Francisco G. de Amorim (1827-1891), presente no jornal de 22 de março de 1864, n. 106 a 19 de maio do mesmo ano, extraído, mas sem declarar a procedência. Esta obra foi veiculada também no jornal *O Ramallete*, em abril de 1864.

⁵¹ A data que consta na primeira página do *Porto Livre* 144 é 22 de setembro de 1865.

Mesmo com a predominância de assuntos políticos, *A Situação* veiculou prosa de ficção estrangeira no *Folhetim* convencional. Ali encontramos *A roda de fiar*, romance de Luís Enault, em seis capítulos, apresentados nos dias 5 e 12 de janeiro de 1865, exemplares 78 e 80; a peça teatral *A Escola dos maridos*, de Molière, e a novela maranhense *O Cãozinho*, de Sabbas da Costa, sobre a qual falaremos no capítulo quatro desta tese; além da “Carta a um amigo” e da poesia “Um sonho maravilhoso”, entre outros escritos.

Figura 46 - Início do romance *A roda de fiar* (*A Situação*, 5 jan. 186, n. 79, p. 1)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

O País: Jornal Católico, Literário, Comercial e Noticioso veio a lume em 1863 e permaneceu até 1889. Sua impressão ocorria na Tipografia de Belarmino de Mattos, na Rua da Paz, n. 4. O redator e proprietário era Temístocles Aranha. Em 6 de outubro de 1863, mudou o subtítulo para *Órgão Especial do Comércio*. Circulava uma vez por semana, depois três vezes, até tornar-se diário, em 1886. Nos arquivos disponíveis atualmente faltam muitos exemplares desse jornal, além de apresentarem mutilações em diversas edições.

Em suas páginas, a prosa de ficção circulava no rodapé, em quatro colunas, separadas, mas que as deixavam muito próximas. Ali estão os romances estrangeiros *Casamento e mortalha no céu se talham* (mutilado), do escritor português Brito Aranha (1833-1914), entre 20 de outubro de 1863, n. 38 e 12 de novembro de 1863, n. 48; e espanhol *A mão de uma*

espanhola, por Hip Etiennez, traduzido, em 1864, no Maranhão, por José Monteiro da Silva, conforme consta no próprio escrito. Esta obra propalou no período de 24 de março de 1864, n. 36 a 5 de abril de 1864, n. 40.

O *Semanário Maranhense* circulou de 1º de setembro de 1867 a 8 de setembro de 1868. Foi criado por Joaquim Serra (1838-1888) e tinha entre seus colaboradores: Sabbas da Costa, Sousândrade, César Marques, Sotero dos Reis, Celso Magalhães e Gentil Braga. O editor era Belarmino de Mattos. Veicularam 54 edições, todas impressas na Tipografia de Belarmino de Mattos, na Rua da Paz, 7, por Manoel F. Pires. O jornal era composto de 8 páginas, divididas em três colunas. Publicava prosa de ficção, história, poesias, artigos sobre literatura, notícias, biografias.

De prosa de ficção estrangeira, circularam no *Semanário Maranhense*, sete contos do escritor francês E. de Laboulay (Édouard de Laboulaye) (1811-1883), pertencentes às séries “Contos boêmios” e “Contos azuis”, entre abril e agosto; bem como o conto anônimo Rozetta, obra indiana, com a tradução assinada por José Ivo, o redivivo, veiculado em 26 de abril de 1868. Esses escritos foram todos denominados como contos no periódico. A seguir encontra-se um quadro referente a esses escritos:

Quadro 9 - Contos estrangeiros no *Semanário Maranhense* (1868)

Obra/gênero	Autor	Período de circulação
Contos boêmios I: Estás satisfeito? Ou a história dos narizes	E. de Laboulay	19 abr. 1868
Contos boêmios II: O pão de ouro	E. de Laboulay	26 abr. 1868
Contos boêmios IV: Sswanda, o cornemuse	E. de Laboulaye	3 maio 1868
Contos boêmios V: Os gansos do bom Deus	E. de Laboulaye	10 maio 1868
Contos boêmios VI: Os doze meses	E. de Laboulaye	17 maio 1868
Contos Azuis: Yvon e Finette (Conto Bretão)	E. de Laboulaye (do Instituto)	26 jul. 1868 - 16 ago. 1868
Contos boêmios: A canção do soldado	E. de Laboulaye	23 ago. 1868
Rozetta (conto)	José Ivo, o redivivo (tradutor)	26 abr. 1868

Fonte: Arquivo pessoal.

Observamos que, no *Semanário Maranhense*, a prosa de ficção estrangeira foi apresentada apenas no gênero conto, com as traduções predominantemente anônimas. Não esperávamos mesmo grande quantidade de Literatura estrangeira nesse jornal, em vista de este

ter como objetivo tornar-se um arquivo de escritos originais de autores maranhenses. Se este propósito foi alcançado, saberemos no capítulo quatro desta tese.

De acordo com o quadro a seguir, entre 1832 e 1868, 21 jornais de São Luís se apropriaram da prosa de ficção estrangeira de países diversos: França, Portugal, Itália, Espanha, Argentina e Estados Unidos, por exemplo. A apropriação dessa diversidade de leituras, proporciona aos leitores, dizendo com Michel de Certeau (2012, p. 245), uma viagem em que “circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram”, ainda assim, permitem que usufruam de novas culturas, enriquecidas com a cultura local através das traduções.

Circularam, nos jornais maranhenses, romances, crônicas, contos e escritos que não tiveram seus gêneros nomeados. As formas de apropriação foram diversas, uma vez que encontramos obras completas; escritos com as publicações interrompidas; capítulos de livros como se fossem escritos inteiros, ou declarados como fragmentos; traduções livres e lineares; além de resumos. Veiculavam nas sessões *Folhetim*, em formato convencional ou como jornal-livro; *Literatura*; *Variedades*; e *Transcrições*. Passeavam também pelos corpos de alguns jornais dividindo espaço com poesias, notícias...; ou seria iluminando as demais publicações, em vista do fascínio que a prosa de ficção exercia sobre os leitores dos jornais no século XIX? No seguinte quadro encontram-se ainda os nomes dos periódicos, seus proprietários e tradutores, quando possível, porque muitos deles não foram identificados.

Quadro 10 - Jornais que apresentaram prosa de ficção estrangeira em São Luís entre 1832 e 1868

Jornal	Proprietário	Período de circulação	País de origem da prosa de ficção	Tradutores de prosa de ficção dos jornais
1 Crônica Maranhense	Partido Liberal	1838-1841	Portugal Estados Unidos França	-
2 Jornal Maranhense	Ignácio José Ferreira	1841-1843	Portugal Espanha Suíça França	M. da C.? M. E. de C. Menezes?
3 Publicador Maranhense: Folha Oficial, Política, Literária, e Comercial	Ignácio José Ferreira	1842-1885	França, Portugal, Itália Estados Unidos Argentina Espanha Inglaterra	-
4 Museu Maranhense: Periódico de Instrução e Recreio	-	1842	Itália, França	M. da G. Gonçalves Dias, João Duarte Lisboa Faria
5 A Revista: Folha Política e Literária	-	1840-1850	Portugal	-

6 Jornal de Instrução e Recreio	Associação Literária Maranhense	1845-1846	França	A. F. C. = Augusto Frederico Colin, R. A. C. = Roberto Augusto Colin, A. R. = Antônio Rego, L.A.V.S. = Luís Antônio Vieira da Silva e A. H. L. = Antônio Henriques Leal.
7 O Arquivo: Jornal Científico e Literário	Associação Literária Maranhense	1846	França Holanda Irlanda	A. R. Antônio Rego R. C. R. A. C. A. F. C. Gonçalves Dias Antônio Henriques Leal
8 O Correio de Anúncios: Folha Comercial da Província do Maranhão	Manoel Pereira Ramos	1851	França	-
9 O Constitucional: Folha Política Literária e Comercial	Manoel Pereira Ramos	1851-1864	França Espanha	César Augusto Marques
10 O Progresso: Jornal Político, Literário e Comercial		1847-1862	França	Antônio Rego
11 O Porto-Franco	-	1849	França	-
12 A Revista Universal Maranhense: Ciências - Agricultura - Indústria - Literatura - Belas artes - Notícias e Comércio	-	1848-1850	França Estados Unidos	Antônio Rego
13 A Imprensa	-	1857-1862	França	-
14 O Globo: Jornal Comercial, Literário e Político	-	1852-1859	Portugal França	-
15 A Sentinela: Jornal Semanário	-	1855-1856	Itália	-
16 Diário do Maranhão	-	1855-1911	França Inglaterra Alemanha	-

17 O Apreciável	Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá	1867-1876	França	-
18 Jornal do Comercio: Instrutivo, Agrícola e Recreativo	Antônio Pereira Ramos de Almeida	1858-1860	Portugal França	-
19 O Jardim das Maranhenses: Periódico, Semanário, Literário, Moral, Crítico e Recreativo	-	1860-1861	Escócia	-
20 Porto Livre: Jornal Político, Comercial e Noticioso	Augusto Vespúcio Nunes Cascaes	1861 e 1865	Portugal Itália	-
21 A Situação: Jornal Político	-	1863-1870	França	-
22 O País: Jornal Católico, literário, Comercial e Noticioso	Temístocles Aranha	1863-1889	Portugal Espanha	-
23 O Semanário Maranhense	Joaquim Serra	1867-1868	França Índia	-

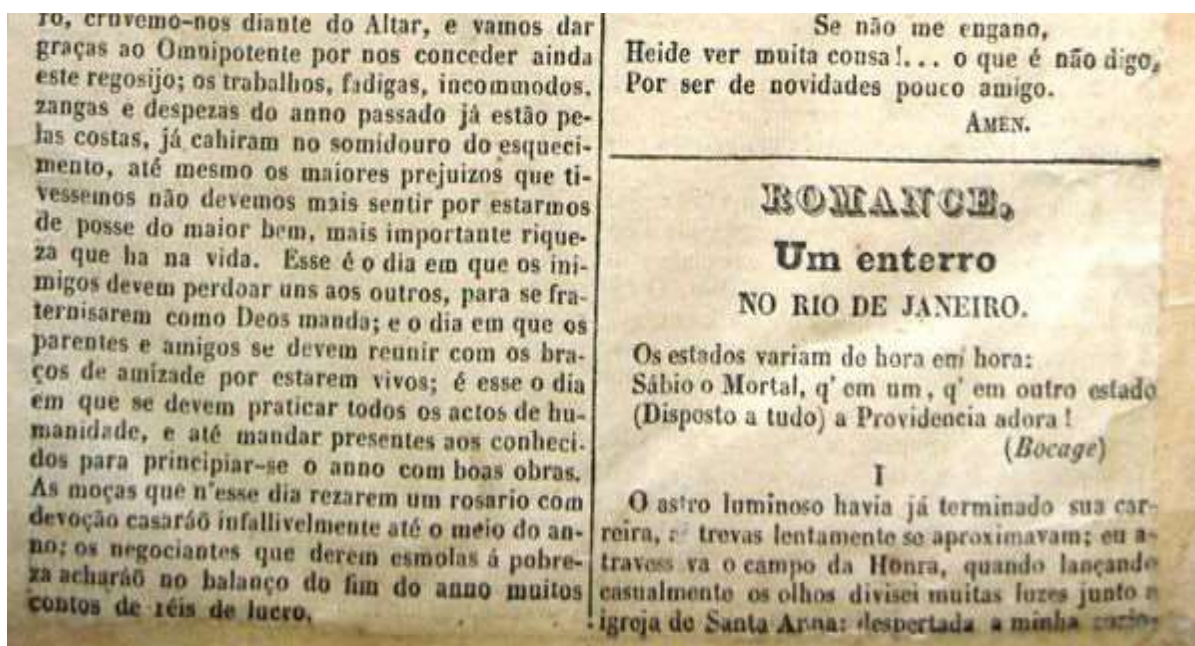
Fonte: Arquivo pessoal.

No período pesquisado para esta tese, predominou a circulação de prosa de ficção estrangeira, não obstante, surgiram escritos de outros estados e do Maranhão. Sobre estes falaremos no capítulo quatro. Quanto à Literatura brasileira de outros estados, que visitaram os periódicos maranhenses, surgiram nas sessões *Literatura*, *Variedades* e *Folhetim*⁵². Em sua maioria vinham com pseudônimos, que não foram recuperados, como Léo Június, autor de *Luíza ressuscitada*, romance original brasileiro, que circulou no *Publicador Maranhense* de 21 de abril de 1866, n. 91 a 26 de abril de 1866, n. 95, em nove capítulos, transcritos do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro; e R. J. de S. N., cujo romance *Um enterro no Rio de Janeiro*, circulou dia 11 de janeiro de 1851, no jornal *A Marmota Maranhense: Folha Literária e Recreativa*, também extraído, mas os redatores não informaram de onde.

⁵² Autores brasileiros consagrados pelo cânone também tiveram seus escritos publicados nos periódicos maranhenses, como o poeta e romancista brasileiro Fagundes Varela (1841-1875) de quem encontramos o folhetim “Inah”, no jornal *Porto Livre*, em 1862, exemplares 36 e 37, extraído do *Diário do Recife*. Além Álvares Azevedo (1831-1852) que teve parte de seus contos de *Noite na taverna* publicados nesse mesmo jornal.

Um enterro no Rio de Janeiro parece uma obra carioca, não uma tradução. Dividido em quatro capítulos, circulou no corpo do jornal, ocupando três páginas e apresentava uma carta dentro da narrativa. A denominação de romance, nesta folha, significava “história de amor”, uma vez que nessa mesma coluna, publicaram também poesias sobre o amor. O romance em questão trata de uma história de amor, entretanto, trágica porque os primos Carlos e a eram noivos, mas de repente a jovem faleceu. Carlos não se conformou, então cometeu suicídio e deixou uma carta de despedida para o pai, explicando-se, agradecendo-o pela amizade e cuidados, além de pedir para ser enterrado junto com a amada. De R. J. de S. N., também circulou o romance *As catacumbas de São Francisco de Paula no Rio de Janeiro*, no dia 18 de junho de 1851, n. 26, preenchendo duas páginas. A figura seguinte mostra o começo do romance *Um enterro no Rio de Janeiro*, no periódico maranhense:

Figura 47 - Começo do romance *Um enterro no Rio de Janeiro* (*A Marmota Maranhense*, 11 jan. 1851, n. 36, p.1)



Fonte: <http://www.cultura.ma.gov.br/>.

Constatamos que a prosa de ficção estrangeira, nos jornais maranhenses, circulou de forma completa, resumos, trechos; no corpo do jornal, no rodapé; nas sessões *Literatura*, *Transcrições* e *Variedades*. Com gêneros indefinidos, ou declarados como romances, novelas, contos e crônicas. Eram de origens diversas: francesa, portuguesa, norte-americana, argentina, espanhola, suíça. Esses periódicos, apesar disso, não se ativeram a copiar as traduções ou publicarem as próprias em formato convencional, inovaram no modo de circulação desses escritos, bem como dos originais, com a criação do jornal-livro.

O jornal-livro pode ter surgido porque os jornalistas tinham consciência da efemeridade dos jornais, por isso criaram o novo produto, dentro dos periódicos, de forma que pudesse ser encadernado no formato brochura. Seria uma forma de eternizar o jornal na casa do leitor e torná-lo semelhante ao livro, suporte que neste período era mais valorizado financeiramente e materialmente que o jornal.

2 A PRESENÇA DA PROSA DE FICÇÃO NOS JORNAIS CAXIENSES OITOCENTISTAS

Contemplei [Eliana], a princípio com uma religiosa emoção; este sono tão calmo de uma mulher que eu adorava e que estava em minha casa, longe de toda a vigilância, entregue ao meu poder, era a coisa mais poética que eu podia imaginar. Contudo, meus sentidos estavam em demasia excitados para que violentos desejos não se apoderassem de mim. Não pude deixar de imprimir em sua fronte um ósculo de amor (STERN, *Jornal Caxiense*, 22 out. 1849, p. 1).

Neste capítulo, abordaremos a circulação da prosa de ficção veiculada nos jornais de Caxias, no estado do Maranhão, entre 1833 e 1868. Período em que, conforme, Vilaneto (2008), circularam 33 jornais, nesse município. No levantamento feito para esta tese, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís, Instituto Histórico e Geográfico de Caxias e Projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19*, constatamos que atualmente (2017) existem cópias de apenas 15 desses jornais.

Na primeira parte, listaremos os periódicos e apresentaremos as condições em que eram produzidos e circulavam, bem como alguns problemas enfrentados pelos profissionais da imprensa caxiense. Na segunda, discorreremos a respeito da chegada do *Folhetim* como espaço de circulação da prosa de ficção, mas que os jornais identificavam como um gênero literário, nos jornais *Brado de Caxias* e *Jornal Caxiense*. Na terceira parte, analisaremos a circulação da prosa de ficção, nos jornais *O Farol* e o *Telégrafo*, que mesmo predominantemente políticos, renderam-se a essa arte.

2.1 Os jornais de Caxias e suas condições de produção e circulação

Segundo Quincas Vilaneto (2008, p. 38), Caxias foi a segunda cidade do estado onde a imprensa desenvolveu-se, com início em 1833, conforme observamos neste trecho: “A *Crônica – Jornal Político, Noticioso*, o primeiro a circular em Caxias Impresso [na] Tipografia Independente”. Em seguida, foram lançados *O Justiceiro*, em 1835; *O Telégrafo*, em 1839; *Brado de Caxias*, em 1845; e o quinto periódico da cidade foi o *Jornal Caxiense*, lançado em 1846.

No Maranhão, conforme Joaquim Serra (2001), os jornais não tinham um programa bem definido⁵³, isso tornava impossível, classificá-los seguramente como políticos, literários,

⁵³ Esse fato ocorria em outras províncias como a Paraíba, por exemplo, conforme relata Barbosa (2005) no artigo “O conceito de literatura nos periódicos e jornais do século XIX: um estudo dos jornais paraibanos”.

neutros, pois as temáticas imbricavam-se, mesmo nos que não admitiam tal posicionamento. O jornalista chegou a essa conclusão, quando tentava organizar seu livro *Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão*, em vista disso resolveu ordená-lo por datas de lançamento dos periódicos:

Também fora impraticável a divisão por classes, incluindo numa só as folhas políticas, noutras as literárias, e em outra as neutras. A impraticabilidade desse sistema deriva da indecisão de certos programas, não sabendo-se ao certo classificar algumas publicações com intuitos literários, mas em substância folhas políticas; como outras, que, dizendo-se neutras, tomaram parte ativa no movimento partidário da província (SERRA, 2001, p. 17).

Nesta pesquisa, constatamos que, mesmo com essa imprecisão de seus programas, o aspecto político de muitos jornais sobressaía-se e, às vezes, tornava a profissão de redator numa condição de risco. Em consequência disso, os redatores raramente eram percebidos com clareza nos jornais, uma vez que as matérias eram anônimas, em sua maioria, ou assinadas simplesmente com as expressões “O Redator” ou “Os Redatores”. Os profissionais que deixavam o ofício publicavam notas nos jornais comunicando o fato e eximindo-se de qualquer responsabilidade nesse aspecto. Quando alguém era mencionado como redator, apressava-se para negar, divulgando uma nota no jornal, como procedeu Satyro Antônio de Farias, que publicou nas páginas do jornal *A Aurora*, de Caxias, o seguinte anúncio, demonstrando seu orgulho de ser impressor, ou pelo menos tentando convencer aos leitores dessa condição. Como ser redator precisava ser uma espécie de profissão secreta, pode ter sido uma forma que Satyro encontrou para se proteger, ou ele exercia mesmo só a função de impressor? Fica a incógnita. Segue o aviso de Satyro:

O abaixo assinado declara que não é Redator, Editor, e nem Responsável, papéis estes que nunca fez, e sim o de Impressor, que com honra e dignidade tem exercido, e como tal dirige os trabalhos da Tipografia Independente, para o que foi contratado no Maranhão, dirige este estabelecimento unicamente na qualidade de Impressor, e não como julgam; não redige, e nem se responsabiliza por escrito algum que se publique, e nem os dá ao prelo sem que venham precedidos das respectivas responsabilidades. Assim, declara em alto e bom som, ser Impressor, com o que muito se honra, pois persuade-se exercer uma profissão distinta entre as demais, e como tal pede a todos que o encarem, e não como Redator, Editor ou Responsável, glória que por certo cabe a outras pessoas.

Caxias, 25 de março de 1849.

Satyro Antônio de Farias (*A Aurora*, 25 maio 1849, n. 9, p. 4).

O redator do jornal *A Aurora* permaneceu anônimo, mas a epígrafe do jornal “Liberdade ou morte. / DEUS e o Imperador. / A resistência enfraquece. / A resignação fortalece” (*A Aurora*, 28 abr. 1849, n. 4, p. 1), que era anônima, no primeiro exemplar, foi assinada a partir da quarta edição, por M. de M.

O motivo do medo de assumirem-se como redatores, principalmente de jornais políticos, era em vista das retaliações que sofriam, a ponto de serem espancados e consequentemente ficarem doentes por longo tempo, antes de virem a óbito, consoante aconteceu com Francisco Raimundo de Barros Tatayra, redator do jornal *O Telégrafo*, de Caxias.

De acordo com Sebastião Jorge (2006), os jornais maranhenses de oposição, no século XIX, que se dividiam em fases, estavam utilizando um artifício para escaparem das perseguições. Encerravam a circulação e quando mudava de governo, voltavam com novos títulos, redatores principais e programas. Quando retornavam às origens, eram novamente censurados e fechados. Mesmo assim, os jornalistas não se intimidavam e enfrentavam o governo com criatividade:

Os jornais de oposição encerravam, por exemplo, a circulação, hoje, para retornar algum tempo depois. Registrando-se uma primeira fase. Esquecido os incidentes e com a presença de um novo governo, voltavam a circular, anunciando uma segunda fase, e, assim, sucessivamente. Em cada uma dessas fases, para despistar, mudavam o título, o redator principal e o programa. Quando a censura endurecia, fechavam o jornal, para em seguida, fundar outro. Aí, os redatores, espertamente, traçavam uma linha editorial prometendo ordem e respeito. Não demoravam em mostrar a verdadeira face. O castigo era iminente. Esta queda de braço tinha pouca duração. Ganhava quem tinha mais força. O jornal fechava definitivamente (JORGE, 2006, p. 83).

Com *O Telégrafo* aconteceu algo parecido com a opinião de Sebastião Jorge (2016), porque o jornal, que Vilaneto (2008) afirmou ser político em sua primeira fase, no *Prospecto* da segunda fase apressou-se para declarar que não era um “instrumento para a batalha eleitoral” (era 24 de outubro de 1847 e as eleições ocorreriam em 7 de novembro próximo); e se veiculasse alguma notícia política, seria com imparcialidade, consoante este trecho do mesmo *Prospecto*: “[...] de maneira alguma rebaixaremos a nobre missão da imprensa às contendas dos ódios, desregradas ambições individuais encapadas com o título de interesse público”. Outro argumento utilizado na tentativa de convencer às autoridades sobre seu caráter quase apolítico foi declarar-se “mais comercial e literário que político” (*O Telégrafo*, 24 out. 1847, p. 1).

Apesar disso, em 23 de setembro de 1849, os exemplares 194 e 195, que circularam juntos, trouxeram duas epígrafes (a primeira do lado esquerdo e a segunda do lado direito do título do jornal), nas quais convidavam a população a agir diante dos problemas enfrentados pelo país, como a escravidão e a falta de liberdade de expressão causada pelos políticos que censuravam os jornais, perseguiam os jornalistas, espancavam e até mataram muitos desses profissionais, no Maranhão⁵⁴. O periódico continuou com as duas epígrafes até a edição 250, de 9 de maio de 1850, a última antes da morte de Tatayra, editor do jornal *O Telégrafo*. Estas são as duas epígrafes:

.....Pois quê?!..... serenos
Veremos desabar no abismo a Pátria?...
E indiferentes, no meio, a seus desastres,
tranquilos a veremos afundar-se
no mar da escravidão?!.....
(Garrett Tragédia “Catão”).
[...]
Seja a doutrina dos livres
Não provocar, convencer;
Mas levados ao apuro,
Ou triunfar ou morrer.
(*O Telégrafo*, 23 set. 1849, n. 194-195, p. 1).

Além disso, na convocatória “Atendam”, que circulou nos exemplares de 193 a 198, os redatores incentivavam as pessoas a se expressarem por intermédio da imprensa; caso houvesse abusos nos escritos, que seus autores respondessem de acordo com a lei; e não sofrendo ameaças de quebraimento de tipografias, prisões, cacetadas, facadas, tiros. Esta convocatória mostrava o estado de tensão, perseguições e violência em que viviam os profissionais da imprensa, em Caxias:

⁵⁴ Conforme Sebastião Jorge (2006), a violência contra os jornalistas, em São Luís também era grande. Além do caso de José Cândido de Moraes e Silva, já mencionado nesta tese, o pesquisador citou mais dois: “Vicente Lavor Papagaio, redator do jornal *[A] Sentinela Maranhense [na Guarita do Pará]*, órgão liberal, que foi assassinado com 32 facadas, numa das ruas principais de São Luís” (JORGE, 2006, p. 80). Estevão Rafael, redator do jornal *O Bem-te-vi*, foi ameaçado de morte diversas vezes, além disso, “o presidente da província Vicente Camargo, mandou o Juiz de Paz baixar uma portaria, com estas ameaças: *Faça o que lhe digo e não se importe com a lei que se alguém recalcitrar, eu tenho três recursos: 1º - É o campo do Ourique* (ou seja, o Quartel onde se senta praça); *2º - A corveta Regeneração* (ou seja, navio de guerra surto no porto e que prendia cidadãos para servir na Marinha); *3º - Pará* (ou seja, onde se acha o famoso governador do Pará, Soares Andréa, conhecido como ‘Minotauro Andréa’, que reprimiu ferozmente a Cabanagem). No final reforçava o recado: *E disto ninguém está livre, nem solteiro nem casado*” (JORGE, 2006, p. 80). Houve também o caso de Cândido Mendes que foi desafiado para um duelo pelo filho de Ana Jansen, mas este, no horário marcado, confirmou que era para debochar ou amedrontá-lo, enviando-lhe a seguinte correspondência: - “Diga a ele que o duelo será a cacete, numa outra oportunidade” (JORGE, 2006, p. 81).

ATENDAM

Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de CENSURA; contanto que hajam de responder pelos abusos QUE COMETEREM NO EXERCÍCIO DESTE DIREITO, nos casos e pela forma, que a lei determina (art. 179 § 4º da Constituição do Império). Se estamos em um país constitucional, como se afirma, os abusos da liberdade de imprensa devem ser punidos com a lei, e somente com a lei, e não com ameaças de quebramento de Tipografia, prisões arbitrárias, cacetadas, facadas, tiros de bacamarte &. &. & (O *Telégrafo*, 08 out. 1849, n. 193, ano II, p. 1, grifo do autor).

A verdade sobre as retaliações que sofreu o redator do jornal *O Telégrafo* só ficou evidente, depois que ele faleceu, e o editor desse jornal transmitiu na primeira página um editorial informando, além da morte de Tatayra, que o jornalista foi preso e deportado, apesar de ser negociante; e em 1840, foi recrutado, mesmo sendo pai de família. Contudo, manteve-se fiel ao Partido Liberal. Em vista das perseguições sofridas, morreu pobre, aos 36 anos. Leiamos uma parte do editorial que transcrevemos a seguir:

Faleceu ontem o Sr. Francisco Raimundo de Barros Tatayra, depois de dolorosos sofrimentos de uma prolongada enfermidade, e seu cadáver jaz sepultado na Matriz de São Benedito! No vigor dos anos contando 36 anos de idade, a morte roubou-o a sua mulher e quatro filhinhos, que deixou na pobreza!

Como homem político que foi o Sr. Tatayra de uma constância inabalável aos princípios liberais. Vítima de ódios políticos, e da vingança de um inimigo (então onipotente) foi injusta, e brutalmente lançado a uma prisão, deportado, e recrutado em 1840, apesar de ser casado, e negociante; porém conservou-se fiel a suas crenças! Reduzido à pobreza, carregado de família, não recuou ante os riscos e perigos de consagrar este jornal a defesa do seu partido em época bem crítica.

O partido liberal de Caxias lembrar-se-á com dor e saudade desse leal, e corajoso defensor. O foro perdeu um procurador inteligente, e honrado, e sua infeliz consorte e filhos, um bom esposo, um extremoso pai!.....

A terra lhe seja leve.

O editor (*O Telégrafo*, 21 maio 1850, n. 251-252, p. 1).

Os proprietários dos jornais também eram ignorados. Existiam caxienses, como, Tatayra, do *Telégrafo*; portugueses, a exemplo de João da Silva Leite, do *Jornal Caxiense*; e o piauiense Lívio Lopes Castelo Branco, do *Liberal Piauiense*. Outros não se declaravam como tal, diziam-se impressores ou editores.

De acordo com Sodré (1999, p. 135), Lívio Lopes Castelo Branco foi o “elemento intelectual mais próximo dos amotinados [da Guerra da Balaiada], com papel indiscutível nos acontecimentos”. Integrou-se ao movimento, quando a coluna de Raimundo Gomes entrou no Piauí, participou do cerco de Caxias, do assalto a Piracuruca. Quando o movimento terminou,

Lívio Lopes “desapareceu no sertão do Ceará e ocultou-se em Pernambuco. Anistiado, voltou ao Maranhão e foi então que começou a sua infatigável atividade de imprensa. Redigiu, em 1844, *A Malagueta Maranhense*, em São Luís. Passando por Caxias, lançou *O Liberal Piauiense* [...]”. Seguidamente voltou para o Piauí, onde criou sete jornais em Oeiras e Teresina, em pouco mais de vinte anos, mas não escreveu sobre a Balaiada, por temer aos latifundiários, ainda conforme Sodré (1999).

Segundo Lúcia Helena Storto e Sidney Aguilar Filho (2015), no Brasil Império, os partidos políticos passavam por transformações frequentemente. O Maranhão, pelos levantamentos que fizemos, até agora, baseava-se nessa divisão partidária, mas criava outros, como foi mencionado por Frias (2001, p. 20), quando afirmou que a Tipografia Temperança foi criada, em 1852, pelos “chefes do partido denominado Estrela”. Havia também facções políticas como os Bem-te-vis, pertencentes ao Partido Liberal, que eram perseguidos pela facção Cabanos, do Partido Conservador, conforme Maria de Lourdes Mênaco Janotti (1991). Alguns jornais caxienses, mesmo que disfarçadamente, identificavam-se como integrantes ou militantes desses partidos, como *O Telégrafo*, que tinha membros do Partido Liberal; enquanto no jornal *O Farol*, existiam indícios de que pertencia ao Partido Conservador. Outros partidos também eram criados. Observemos as mudanças partidárias, no quadro a seguir, que abrange o período de 1822 a 1868:

Quadro 11 - Partidos políticos do Império, entre 1822 a 1868

Primeiro Reinado (1822 a 1831)	Segundo Reinado (1831 a 1889)				
	Período Regencial		Governo Pessoal de D. Pedro II		
	1831 - 1834	1836	1840	1868	1870
“Partido” Português	Restauradores (ou “caramurus”) Sociedade Militar	Partido Regressista	Partido Conservador		
	Liberais Moderados (ou “chimangos”)				
“Partido” Brasileiro	Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional		- Gabinete da Conciliação (1853/1858) - Liga Progressista (1862-1868)		
	Liberais Exaltados (ou “farroupilhas”) Sociedade Federal	Partido Progressista	Partido Liberal	Partido Liberal Radical	Partido Republicano

Fonte: http://www.libertaria.pro.br/brasil/capitulo9_index.htm. (Adaptado).

Todo esse espaço de manifestação proporcionado pelo jornal não existiria se não fossem as tipografias, pois em Caxias não existiram jornais manuscritos. No período de 1833 a 1868 funcionaram duas tipografias no município: Tipografia Imparcial Caxiense (Tipografia Imparcial) e Tipografia Independente. As duas denominações da primeira foram em vista da mudança de dono, em 1846, quando João da Silva Leite comprou-a de José Cândido Leão e comunicou a compra, assim como a mudança de nome da empresa, nas páginas do jornal *Brado de Caxias*, de 03 de janeiro de 1846, n. 22.

As tipografias de Caxias possuíam diversos proprietários, geralmente, um por vez, mas estes nem sempre eram declarados nos jornais; em alguns deles, após o nome da tipografia, encontrava-se a expressão “impresso por”, seguido do nome de alguém que, dessa forma, era associado ao cargo de impressor, mas que, às vezes, se tratava do dono da empresa. Além de impressores, os donos das tipografias exerciam também as funções de editores e redatores, a exemplo de João da Silva Leite, Francisco Raimundo de Barros Tatayra e José João da Silva Rosa. As tipografias caxienses mudavam de endereço constantemente, no período pesquisado, a Imparcial funcionou em seis lugares, enquanto que a Independente estabeleceu-se em sete endereços. Segue um quadro com as tipografias caxienses, os respectivos proprietários e os endereços onde funcionaram:

Quadro 12 - Tipografias Caxienses

Tipografia	Proprietário/Impressor⁵⁵	Endereço
Tipografia Imparcial Caxiense Tipografia Imparcial	José Cândido Leão (prop.); João da Silva Leite ⁵⁶ (prop.); Francisco Raimundo de Barros Tatayra (prop.); José João da Silva Rosa ⁵⁷ (prop.).	Rua augusta n. 11; Rua Santa Luzia n. 8; Largo da Matriz da Conceição, casa n. 2; Rua das Flores, n. 9; Rua da Paz, casa n. 2; Rua da Boa-Esperança n. 4.
Tipografia Independente	S. A. de Farias (imp.); E. B. L. dos Reis (prop.); Colattino Cidrônio de Tavares da Silva (Prop.); Filinto Elysio da Costa (prop.); Antônio da Costa Júnior ⁵⁸ (imp.); Antônio da C. Neves (imp.).	Rua da Boa-Vista n. 1; Rua da Taboca n. 1; Rua do Sol s/n; Rua do Sol n. 16; Largo dos Quartéis, n. 3; Largo da Independência n. 3; Rua da Estrela n. 1.

Fonte: Arquivo pessoal.

⁵⁵ Como muitos donos das tipografias não se declaravam como tal, escreveremos ao lado de cada nome a forma como se identificavam em relação à empresa; informações depreendidas a partir da forma como seus nomes eram colocados no final dos jornais, por exemplo: Tipografia Imparcial, de João da Silva Leite, dessa forma estava confirmada a propriedade; quando após o nome da tipografia encontrava-se a expressão “impresso por” o nome seguinte será colocado aqui como impressor, embora haja indícios de que isso era uma forma de manter anônimo o proprietário.

⁵⁶ João da Silva Leite comprou a Tipografia e reduziu o nome para Tipografia Imparcial.

⁵⁷ José João da Silva Rosa assumiu a tipografia, após o falecimento de Tatayra.

⁵⁸ Não eram sócios. Cada um deles foi dono da Tipografia Independente por um ano ou mais.

Dos quinze jornais, impressos nessas tipografias, do período mencionado que ainda existem cópias, circularam prosa de ficção em três: *Brado de Caxias: Trono e Liberdade*, *Jornal Caxiense* e *O Farol*. Quanto às divulgações, foram veiculadas nesses e no jornal *O Telégrafo*. A fim de que conheçamos todos esses jornais, segue um quadro, com seus títulos, denominações, editores, quando possível, periodicidade, período de circulação e as tipografias onde foram impressos.

Quadro 13 - Jornais de Caxias, entre 1833 e 1868, dos quais ainda existem cópias

Jornal	Editor/Redator	Periodicidade	Período de circulação	Temáticas	Tipografia ⁵⁹
1 Brado de Caxias: Trono e Liberdade	Antônio Gonçalves Dias; Cândido Mendes de Almeida; Frederico José Correia; Fernando de Vilhena.	Semanal (quinta-feira)	1845-1846	Parte Oficial ⁶⁰ ; Poesia; Política; Notícias locais, de outras cidades maranhenses, brasileiras e do exterior; Anúncios; Religião; Teatro; Folhetins.	1845 - Tipografia Imparcial Caxiense, de José Cândido Leão; 1846 – Tipografia Imparcial, de João da Silva Leite.
2 Jornal Caxiense	João da Silva Leite	Semanal (Sábado)	1846-1852	Parte Oficial; Notícias; Anedotas; Anúncios; Religião; Teatro; Folhetins.	Tipografia Imparcial, de João da Silva Leite.
3 O Tigre de Caxias ⁶¹	-	Indefinida (terça-feira)	1846	Política.	Tipografia Imparcial, de João da Silva Leite.
4 Liberal Piauiense	Lívio Lopes Castelo Branco ⁶²	Semanal	1846	Notícias de Caxias, do Piauí (principal), São	Tipografia Imparcial, de João da Silva Leite.

⁵⁹ Os nomes que estão com interrogação não se declaravam donos das tipografias, mas seus impressores.

⁶⁰ A *Parte Oficial* era obrigatória, não obstante, alguns jornais não possuíam essa sessão, ou publicavam as informações do governo com outros títulos, como *Relatórios*, *Maranhão*. É bom lembrar que o levante contra a publicação dessa sessão, custou a vida de José Cândido de Moraes e Silva, redator do *Farol*, de São Luís, conforme já mencionamos nesta tese.

⁶¹ Do jornal *O Tigre de Caxias* existe apenas a edição seis, de 13 de outubro de 1846. A publicação era indeterminada, porque o jornal só circulava quando os “outros trabalhos da Tipografia permitissem”, mas o exemplar que encontramos circulou na terça-feira. Está disponível no site do Projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/diversosoutroestados.html>>.

⁶² O *Liberal Piauiense* colhia assinaturas em diversas cidades do Maranhão e do Piauí. Circularam 14 edições entre 13 de maio a 12 de novembro 1846. No início, veiculava duas vezes por semana ou mais, partir da edição onze, de 21 de outubro, tornou-se semanal.

				Paulo, Rio de Janeiro, Estados Unidos; Política; Contendas; Poesia; Anedotas.	
5 O Telégrafo	Francisco Raimundo de Barros Tatayra, José João da Silva Rosa	Semanal ⁶³	1847 – 1851	Política; Notícias; Anúncios; Economia; Ciências.	Tipografia Imparcial, de F. R. de B. Tatayra, José João da Silva Rosa ⁶⁴ .
6 A Água Benta ⁶⁵		Indeterminada	1849	Notícias; Política; Poesia.	Tipografia Independente, de S. A. de Farias?
7 O Bem-te-vi Caxiense	-	Indeterminada	1849	Política; Poesia; Notícias.	Tipografia Independente de S. A. de Farias?
8 A Aurora: Folha Política e Comercial ⁶⁶	-	Indeterminada	1849	Política; Parte oficial; Comércio.	Tipografia Independente, de E. B. L. dos Reis e S. A. de Farias?
9 O Farol: Folha Política e Comercial	-	Semanal	1850-1854	Política; Economia; Poesia; Anúncios do comércio local; Notícias locais, nacionais e internacionais; Prosa de ficção.	Tipografia Independente, de Colattino Cidrônio de Tavares da Silva, Filinto Elysio da Costa, Antonio da Costa Júnior? ⁶⁷
10 O Echo Caxiense ⁶⁸	-	Indeterminada (três vezes por mês)	1852	Contendas; Política; Notícias.	Tipografia Imparcial, de J. J. da Silva Rosa.
11 A Época: Periódico	-	Semanal	1852 – 1853	Política; Notícias.	Tipografia Imparcial, de J.

⁶³ *O Telégrafo*, a partir de 23 de novembro de 1847, começou a circular duas vezes por semana (quartas-feiras e sábados).

⁶⁴ Proprietários em tempos diferentes.

⁶⁵ *A Água Benta* era um jornal gratuito. Está disponível, em pdf, no Projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*.

⁶⁶ *A Aurora* propalou entre 12 de abril de 1849 e 1º de dezembro do mesmo ano. Apresentava-se em quatro páginas. Foram 62 edições.

⁶⁷ Não eram sócios. Cada um deles foi dono da Tipografia Independente por um ano ou mais.

⁶⁸ Do jornal *O Eco Caxiense* existem reproduções apenas das edições 06 e 07 de 04 de jan. de 1852.

Constitucional e Político					J. da Silva Rosa ⁶⁹
12 A Crônica: Jornal Político ⁷⁰	-	Indeterminada	1853	Política; Poesia; Notícias.	Tipografia Independente
13 O Correio Caxiense ⁷¹	-	Semanal (sábado)	1854	Parte Oficial; Política; Notícias locais, nacionais e internacionais; Comércio.	Tipografia Imparcial, de José João da Silva Rosa.
14 Pugnador: Periódico Dedicado à Defesa da Política Conservadora	-	Semanal	1859	Notícias; Política.	Tipografia independente, impresso por Antônio da C. Neves?
15 O Álbum Caxiense: Periódico Literário, Comercial e Recreativo	-	Semanal	1862	Comércio; Anedotas; Anúncios; Notícias.	Tipografia do Farol (Independente), impresso por Antônio da Costa Neves?

Fonte: Arquivo pessoal.

A existência de poucos impressores prejudicava a circulação dos jornais e levantava especulações em torno de seus redatores, consoante aconteceu com o *Brado*. Satyro Antônio de Farias, que agora parecia mesmo ser impressor, ficou doente e foi tratar-se em São Luís. Esse fato alterou o dia da circulação do jornal de quarta-feira para sábado. Os redatores publicaram o seguinte aviso: “Em consequência da retirada para o Maranhão do Senhor Satyro Antônio de Farias, o *Brado* sairá nos sábados; e rogamos aos senhores assinantes toda a indulgência enquanto se demora o senhor Satyro. Os R. R.” (*Brado de Caxias*, 16 out.1845, n. 9, p. 4).

A depreender-se das publicações de Satyro, os leitores não acreditaram na história, pois acharam que o jornal estava com circulação irregular porque não pagou o impressor. A conversa parece que incomodou os redatores e o próprio Satyro, que difundiu um

⁶⁹ Essa tipografia funcionava na Rua da Paz, n. 2, mas *A Época* era vendida no Largo da Matriz, na loja do Sr. Domingos Desidério Marinho (*A Época*, 1º jan. 1853, p. 4).

⁷⁰ Circularam apenas 04 edições do jornal *A Crônica*, entre 1º de janeiro e 5 de fevereiro de 1853. Existem evidências de que era mantida pelo periódico *O Farol*, uma vez que era gratuita e os assinantes deste jornal tinham direitos estendidos para *A Crônica*, como observamos nesta mensagem veiculada nas capas de todas as edições: “[...] distribui-se grátis. Os assinantes do *Farol* têm na *Crônica* as mesmas garantias acerca dos anúncios, comunicados e correspondências” (*A Crônica*, 1º de jan. de 1853, p. 1).

⁷¹ Do jornal *O Correio Caxiense* existem cópias, a partir do segundo exemplar. O periódico veiculou de 22 de agosto a 04 de dezembro de 1854. Circularam 15 exemplares, dos quais existem apenas seis.

agradecimento ao médico que cuidava da saúde dele em São Luís e outro em que dizia ser pago em dia pelos redatores. Este encontra-se transcrito a seguir:

O abaixo assinado, sabendo que alguns mal intencionados em propalado que a viagem para o Maranhão é motivada por não terem pago os Senhores redatores do *Brado*; declara ser isto inteiramente falso e calunioso, que tem sido pago em dia. E que nada lhe devem: retira-se por causa de negócios particulares, e dentro de um mês estará de volta o mais tardar (*Brado de Caxias*, 16 out.1845, n. 9, p. 4).

Ficou estranho porque tudo isso foi publicado no mesmo exemplar, transparecendo uma grande preocupação da empresa em explicar ou esclarecer o caso; e de Satyro que mais uma vez parecia ter algo a esconder ou só queria mesmo satisfazer à curiosidade e maledicência dos leitores.

2.2 *Brado de Caxias* e *Jornal Caxiense*: pioneiros na circulação de folhetins em Caxias

O *Brado de Caxias: Trono e Liberdade* e o *Jornal Caxiense* foram os primeiros jornais de Caxias a criarem o espaço *Folhetim* e nele divulgarem exclusivamente prosa de ficção, classificada apenas como folhetim. No *Brado*, além de veicular prosa no *Folhetim*, transcrevia-a também na sessão *Variedades*, por exemplo, o escrito “Voracidade feminina”, em 17 de dezembro de 1845, n. 19, p. 2-3, obra anônima, ambientado na Grécia, extraída do *Jornal do Comércio* (conforme o periódico informou), sem identificação de gênero.

Antes disso, o *Jornal Caxiense* também apregoava histórias copiadas de outros jornais, na sessão *Variedades*, como “O homem franco”, publicado dia 18 de abril de 1846, n.7, p. 3 e 4, copiado do *Diário do Rio*; “O homem sem dinheiro”, veiculado dia 04 de agosto de 1849, n. 61, p. 3, foi o único escrito dessa sessão que trouxe a nomeação de gênero, tratava-se de uma “crônica literária” (informação constante no final da publicação), da autoria de João de Mendonça, transcrito da *União*. O escrito “A mãe modelo”, de W. M. M., circulou no corpo do jornal, sem identificação de sessão, nem de gênero, no dia 20 de setembro de 1848, n. 43, p. 1, foi reproduzido do *Diário de Pernambuco*, que por sua vez o extraía do *The Liverpool Courier*.

Inferimos que crônica literária, de acordo com o escrito dessa forma nomeado, no *Jornal Caxiense*, consistia em reflexões em torno de um aspecto da vida, mostrando comportamentos desencadeados em consequência desse fato, bem como as reações da sociedade circundante, em vista destes. Por exemplo, na crônica “O homem sem dinheiro”,

consta que as pessoas fugiam do homem pobre, como se ele portasse uma doença contagiosa; as mulheres o achavam insuportável, em razão de suas virtudes não se sobressaírem à pobreza; se recebesse ajuda, seria confundido com um escravo; se não a aceitasse, era um ingrato; se a origem fosse nobre, os parentes não o reconheciam mais.

Esta análise versará a respeito das obras veiculadas no *Folhetim* dos jornais *Brado de Caxias* e *Jornal Caxiense*, em vista de serem os primeiros a veicularem a prosa de ficção dessa forma em Caxias. Folhetim aqui será analisado como gênero literário, assim como Barbero (2013) considerou, uma vez que os redatores dos periódicos utilizaram apenas essa terminologia para nomear os gêneros dos escritos que publicaram nesse espaço. Ainda assim, quando for possível recuperar o folhetim no suporte livro, com o gênero nomeado de outra forma, este fato será mencionado nesta tese, uma vez que é inerente à história dessas leituras.

O *Brado de Caxias* circulou entre 20 de agosto de 1845 a 02 de março de 1846. Foram 30 edições, impressas na Tipografia Imparcial Caxiense, de José Cândido Leão, em 1845; e de João da Silva Leite, em 1846, que a comprou e reduziu o nome para Tipografia Imparcial. No período em que produzia o *Brado*, a tipografia funcionava na Rua Augusta n. 11. O jornal tinha periodicidade semanal, circulava aos sábados e, esporadicamente, às quintas-feiras. Seus redatores transpareciam ser de orientação religiosa católica, posto que divulgavam festas religiosas, campanhas para angariar fundos para a construção da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, Catedral da cidade; além disso, encontramos um aviso de que o jornal não circularia no dia de Santa Luzia: “N. B. — Em consequência de ser sábado, 13 do corrente, dia da Festa de Santa Luzia não sai o *Brado*” (*Brado de Caxias*, 10 dez. 1845, n. 18, p. 4).

O *Brado de Caxias* apresentava-se em três colunas, nas quais publicava poesia, política, parte oficial, notícias locais, de outras cidades maranhenses, brasileiras e do exterior; prosa de ficção curta no *Folhetim*; anúncios, religião e teatro. Recebia folhas do Rio de Janeiro, Pernambuco e São Luís, das quais extraía algumas matérias.

Seus redatores eram os maranhenses: Antônio Gonçalves Dias, poeta, professor, crítico de história, etnólogo e advogado, de Caxias; Cândido Mendes de Almeida, advogado, jornalista e político, de Anapurus; Frederico José Correia, poeta, advogado e político, de Caxias; e Fernando de Vilhena, advogado e jornalista, também caxiense. Desses, literariamente, no *Brado*, destacou-se Frederico José, que espalhou muitas poesias, envolvendo temas como: a natureza, a mulher, as crianças, os animais e personalidades históricas.

Foi o primeiro jornal de Caxias a criar o espaço *Folhetim* e publicar prosa de ficção ali. Esse modo de veiculação começou a partir do dia 22 de novembro de 1845, com a

tradução do folhetim “Dois amores a um tempo”, do dramaturgo e romancista francês Marie Aycard (1794-1859), pseudônimo de Jean-Pierre Marc Perrin. Em dezembro, circulou “O general e o tambor republicanos”, de Tony Isae.

“Dois amores a um tempo”, preencheu o *Folhetim do Brado*, nos dias 22 e 29 de novembro de 1845, exemplares 15 e 16, ocupando duas páginas do rodapé, em cada dia, e no último trouxe o nome do autor. Em vista do tom moralizante apresentado nesse folhetim, notamos que ele estaria de acordo conceito de Literatura como meio “formador” e “educativo”, que objetivava ensinar “a moral e os bons costumes” para as famílias, mostrando os defeitos e os castigos sofridos em consequência desses. Isto é, apresentava aspectos da Literatura prescritiva, “que diz respeito à primazia pela condução dos valores e padrões de conduta do leitor” (AUGUSTI, 1998, p. 11). Esse tipo de Literatura já existia no Brasil, desde o século XVIII, principalmente no Rio de Janeiro, no suporte livro, ainda conforme Augusti (1998).

No folhetim “Dois amores a um tempo”, Juliano Dubrenil sofreu um grande castigo, porque tentou atrapalhar o “bom andamento” da família namorando Julieta e Adéle, simultaneamente. Julieta era esposa do General N**, mas a adúltera tentou se redimir, mantendo a família unida e desinformada a esse respeito; portanto, não foi castigada e ainda se passou por vítima de sedução para Alfredo (sobrinho do esposo), que atirou no joelho de Juliano, ocasionando a perda desse membro. Os planos da família para os filhos, também, se forem contrariados podem trazer dissabores, como a presença de um jovem interesseiro⁷² e mulherengo, figurada pelo mesmo Juliano na vida de Adéle, quando a jovem se negava a casar-se com o noivo que o pai escolheu. Ao mesmo tempo, a obra poderia ser mal vista, uma vez que mostrou as artimanhas da mulher para escapar de seus compromissos familiares. No entanto, a lição parecia se destinar mesmo aos rapazes ambiciosos pelas finanças alheias e sedutores, conforme observamos no final da história, que mostrou Juliano pobre e sozinho:

M. Dubrenil largou o aposento do 2º andar, nem tinha meios para poder ocupar o 4º que ficara vazio com a partida de Adéle Duprè; viu-se, pois obrigado a refugiar-se nas águas furtadas da mesma casa, e por ter tido dois amores a um tempo, nem um foi mais capaz de inspirar (AYCARD, *Brado de Caxias*, 29 nov. 1845, p. 2).

⁷² Juliano parecia milionário, mas vivia com o dinheiro que conseguia dos amigos e, quando descobriu que Adéle iria receber uma herança que o pai dela deixou, empenhou-se para conquistar a jovem e unir amor e dinheiro numa só relação.

“O General e o Tambor Republicanos” circulou nos dias 06 e 10 de dezembro de 1845, n. 17 e 18. O autor era Tony Isae, possivelmente um pseudônimo, visto que não foi recuperado. A utilização de pseudônimos nesse período, conforme Barbosa (2007, p. 33), tornou-se um problema “de ordem bibliográfica, haja vista que, mesmo com a decifração de muitos deles, muito autor ficou esquecido pelo anonimato”.

O jornal *Brado de Caxias* era monarquista, declarando essa preferência no próprio subtítulo: *Trono e Liberdade*; além disso, publicava matérias sobre a realeza brasileira e a inglesa. Esse posicionamento político pode ter influenciado na escolha do referido escrito para circular no *Folhetim*, em vista de mostrar que os lutadores pela República venceram algumas batalhas, mas perderam a vida. A obra parece desencorajar os movimentos republicanos no Brasil. Além disso, Gonçalves Dias, um de seus redatores, trabalhava para o Império Brasileiro.

O folhetim “O General e o Tambor Republicanos” envolve guerras, lutas e uma história de amor, que aconteceu em Bergzabera, uma grande vila do Baixo Reno, rodeada de povoações francesas, pertencente ao principado de Duas Pontes, em 1793. Os agentes do Príncipe Maximiliano cometiam desmandos, sem que ele soubesse. Depois da morte de XVI, a população requereu juntar-se a França e conseguiu. Começou então uma guerra pela implantação do Sistema Republicano, na França. Numa das batalhas, o General Alexandre Mayer e Judite Hermann, noiva de Alexandre, disfarçada de soldado tambor, foram feridos e mortos.

A veiculação desse escrito, que apresentou a luta pela República como causadora de guerras e de mortes, pode ter sido uma tentativa de desencorajar os discursos em prol da República que se intensificavam na região, pois nos jornais notamos que não só nesta província, como nas demais existiam levantes contra a Monarquia, mesmo sendo os envolvidos na questão denominados de revolucionários, conspiradores contra o trono e que desejavam provocar guerras civis no Brasil; além disso, eram acusados de estarem lutando porque perderam posições e privilégios no governo, conforme observamos no artigo anônimo “Ainda a propaganda revolucionária”, publicado no jornal *A Aurora*, extraído do jornal *Capibaribe*:

Ainda a propaganda revolucionária

Constituinte, Federação, República, eis o brado que hoje soltam os homens que ainda há pouco endeusavam a Monarquia, e por se verem apeados do poder, em que se julgavam colocados, conspiram contra o governo, contra o trono, contra a ordem pública, contra a sociedade mesma, sem outro fim mais do que entregar o país aos horrores da guerra civil e reduzi-lo ao mísero

estado em que se acha, por exemplo, a Itália (*A Aurora*, 1 dez. de 1849, p. 5).

As manifestações contra a República, no Brasil, segundo Emilia Viotti da Costa (1999), começaram nos jornais bem antes da abdicação de D. Pedro I. A historiadora cita como exemplo o jornal *A Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, que, depois da abdicação, mudou seu posicionamento, em vista da reação popular:

Antes da abdicação do imperador, Evaristo da Veiga se aliara à oposição liberal e se dedicara a atacar republicanos e absolutistas nas páginas de seu jornal, mas depois da abdicação, diante das crescentes demandas populares, tornou-se cada vez mais conservador (COSTA, 1999, 146).

Não localizamos cartas dos leitores sobre as obras veiculadas nos jornais caxienses, talvez porque fosse caro publicar e os assinantes tivessem direito a poucas linhas gratuitas. No *Brado de Caxias*, por exemplo, eram apenas seis linhas. Sem embargo, encontramos uma carta em que um assinante estava furioso, visto que algumas pessoas estavam lendo seus exemplares antes dele; então, apelou ao jornal que reforçasse o aviso de venda; e aos leitores, que comprassem o jornal, se o quisessem ler:

Senhores Redatores,

Por que razão vocês não mandam publicar em letras bem gordas que na Tipografia Imparcial se vendem *Brados*?

Vejo-me aflito todos os sábados: *Se já saiu o Brado, empreste-o por favor!*

Ora esta! Pois estes Senhores não sabem que o *Brado* se vende? Que custa 160 réis em prata? Eu, se não o quis comprar por esse preço, assinei.

Já se viu uma *desfrutadeira* igual? Nunca posso ler o *Brado* com satisfação; e se fosse um só, bem; porém quando mando buscar a folha, (*se a quero em casa*), já tem corrido meia Caxias; e tão *encerrada* que volta! Se não houvesse a fruta na terra, tolerava-se a *gauderice*, porém havendo *Brados* à venda! Nada; não quero passar por tolo; comprem, se quiserem ler.

Sou de você constante leitor

Caxias, 15 de novembro de 1845.

O Desfrutado (Brado de Caxias, 22 nov. 1845, n. 14, p. 2).

O *Jornal Caxiense* apregoeou de 07 de março de 1846 a 1º de novembro de 1852, aos sábados. O periódico era composto por quatro laudas, com três colunas cada. Seu proprietário era João da Silva Leite, dono também da Tipografia Imparcial, que imprimia o jornal, primeiramente na Rua Augusta n. 11, e depois, na Rua Santa Luzia n. 8.

Pela advertência a seguir, veiculada nesse periódico, concluímos que, além de proprietário, João era também o editor e provável redator do jornal, em vista de essa

mensagem colocar o editor como o responsável por compras que enriqueceriam o jornal; além disso, demonstrava suas pretensões de ser mais rigoroso na escolha dos artigos a serem publicados, para tanto contaria, a partir desse momento, com a ajuda de alguém menos atarefado do que ele, a fim de selecioná-los. Assim, João dedicar-se-ia às notícias sobre política local, regional e nacional, além das matérias referentes ao comércio e à agricultura:

O Editor do *Jornal Caxiense*, tendo enriquecido esta Tipografia com uma porção de novos e excelentes tipos, tenciona melhorar a impressão do *Jornal*, tanto no que toca à nitidez de impressão, como no que concerne à redação e escolha dos artigos, encarregando uma pessoa menos onerada de afazeres, do que ele, que há mais de um ano dela se havia generosa e gratuitamente incumbido, e por essa razão mais desembaraçada para poder tratar dos interesses materiais e morais dessa localidade, apreciar, quando julgar justo, os atos das autoridades locais e dos governos provincial e geral, e mais particularmente orientar aos leitores de tudo, quanto possa interessar ao Comércio e à Agricultura, os dois ramos mais poderosos e importantes da riqueza e prosperidade da bela e florescente cidade de Caxias [...] (*Jornal Caxiense*, 28 dez. 1850, ano 5, n. 129, p. 1).

O jornal publicava notícias de outros países, como França, Alemanha, Inglaterra e Portugal, muitas delas reproduzidas de folhas do Rio de Janeiro. Além da Corte, os contatos mais frequentes eram Pernambuco e São Luís (chamado pelo redator de Maranhão), segundo consta neste comunicado em que o jornalista noticiou de onde recebeu cartas e jornais; além disso, afirmou que publicava algumas das informações veiculadas por esses meios: “Recebemos cartas e jornais da Corte até 16 de fevereiro, de Pernambuco até 28, e do Maranhão até 17” (*Jornal Caxiense*, 6 abr. 1850, ano 4, n. 96, p. 3). Nessa mesma edição, o jornal espalhou uma notícia da Bahia, retirada do *Médico do Povo*. Chegavam também exemplares de jornais da Região Sul do Brasil à redação do *Caxiense*.

Apesar de não se declarar literário, desde o primeiro exemplar, o *Jornal Caxiense* publicava escritos como: poesias, anedotas, prosa de ficção, em sessões denominadas: *Publicação a Pedido*, *Variedades*, *Anedotas*. Além desses e das notícias nacionais e internacionais, seu conteúdo ainda era composto por anúncios diversos, como venda e aluguel de escravos, venda de roupas, utensílios domésticos, alimentos; anunciava também outros jornais, a exemplo do *Tigre*, produto da mesma tipografia: “Breve sairá à luz o 2º n. do *Tigre* — e será anunciado com um foguete, vende-se nesta Tipografia a 80 réis.” (*Jornal Caxiense*, 15 ago. 1846, n. 24, p. 4); e jornais literários de outros estados como *A Aurora* e *Brinco das Damas*, de Olinda: “*A Aurora*, jornal literário dos acadêmicos olindenses, *Brinco das Damas*, pequeno jornal literário, interessante e agradável vendem-se em casa de Moura e Sobrinho”

(*Jornal Caxiense*, dez. 1850, ano 5, p. 4). O *Jornal Caxiense* seguia os padrões dos jornais dos grandes centros, como o Rio de Janeiro, por exemplo. Em vista disso, também publicava prosa de ficção no *Folhetim* convencional.

Segundo Chartier (1998, p. 26), as “formas dadas aos objetos tipográficos” são vestígios das estratégias da redação e da edição para satisfazerem as supostas expectativas e habilidades do público visado. A estratégia de publicação de folhetins do *Jornal Caxiense* criou uma espécie de “aura” para o espaço *Folhetim*, uma vez que esta palavra era escrita maiúscula e em negrito; além do mais, as obras eram publicadas em letras do mesmo tamanho que as empregadas nas notícias, porém, com seus títulos maiores. Procedimento raro entre os jornais daquela época, pois se habituaram a divulgar os romances em letras em tamanho muito inferior ao das matérias comuns, dificultando a leitura.

O *Jornal Caxiense* repetia, todos os dias, o nome da obra veiculada, antes do início do capítulo, em letras grandes e negritadas, uma forma de popularizar a tipologia textual, assim como atualizar e orientar o leitor sobre o romance, pois, como a apropriação do conteúdo do jornal é “associada à ação ligeira e descartável” (BARBOSA, 2007, p. 41), se faltassem esses dados, o leitor talvez não recorresse a exemplares anteriores, a fim de inteirar-se a respeito do escrito; dessa forma, poderia se desinteressar pela leitura. Esse procedimento também facilita a pesquisa da prosa de ficção, uma vez que é possível identificá-la independente de faltarem exemplares do jornal ou não. Essa prática de escrita era comum a muitos jornais da época, como o *Jornal Maranhense*, de São Luís, que veiculou entre os anos de 1842 e 1843.

No *Jornal Caxiense*, bem como no *Jornal Maranhense* verificamos que o espaço *Folhetim* era exclusivo para a prosa de ficção, mas isso não era regra geral no Oitocentos, visto que encontramos nesse espaço, por exemplo, leis, poesias, peças teatrais e biografias, tanto em jornais de São Luís quanto do Rio de Janeiro. O jornal carioca *A Imprensa*, por exemplo, iniciou a circulação em 12 de setembro de 1852 e já possuía o espaço *Folhetim*, entretanto, divulgou ali o artigo “Estado dos nossos Teatros” pedindo melhorias para os teatros da cidade.

Era comum o emprego de letras em fontes pequenas no *Folhetim*, mas no *Jornal Caxiense*, assim como em muitos outros, do Brasil e do exterior, os *Folhetins* eram escritos em fontes do mesmo tamanho das utilizadas no corpo do jornal e existia bastante espaço entre as palavras. Para Barbero (2013, 185), essa forma de composição tipográfica, remete ao “universo cultural popular”, previa um tipo de leitor que ainda não era familiarizado com os escritos, por isso necessitava parar a leitura com frequência, ou lia em ambientes pouco

iluminados; contudo, essa prática poderia ser vista como um artifício para o escrito ocupar mais páginas e o jornal ganhar mais dinheiro.

O *Jornal Caxiense* colaborou para o aprimoramento do gosto dos caxienses pela leitura da prosa de ficção, proporcionando a circulação de folhetins traduzidos completos e adaptados, pertencentes a países diversos. Encontramos no jornal quatro traduções: *Hervé*, de Daniel Stern (França); *A Condessa Lavallette*, de M. Mercier (Espanha), *Teatros* (Itália); além do romance brasileiro *Rosa*, de Joaquim Manoel de Macedo. Os tradutores não se identificavam ou assinavam com letras e símbolos, como procedeu o tradutor de *Hervé*.

Algumas dessas obras estão incompletas, em vista de não existirem mais reproduções dos exemplares que as continuariam, contudo, isso não atrapalha a pesquisa em jornais, já que esse tipo de estudo evita que se tome o livro como única fonte de investigação, possibilitando novas significações aos escritos, a partir da leitura destes no jornal, conforme Barbosa (2007):

Uma pesquisa em jornais, evita, portanto, tomar a “obra” final – impressa no livro – como definitiva e única passível de investigação. Assim, ao considerar as modalidades “originais” de apresentação de um texto, conhecemos as relações de (re)significação que podem ser estabelecidas a partir da sua leitura em um periódico, por leitores contemporâneos (BARBOSA, 2007, p. 28).

Quanto às adaptações, Chartier (2004, p. 9), considera que servem para tornar as obras mais acessíveis a leitores que ainda não se acostumaram com os livros. Poderiam modificá-los de várias formas: “Reduzindo, recortando, censurando, remanejando, os impressos impõem formas inéditas ‘populares’”. Essas modificações foram observadas nas traduções das obras veiculadas pelos jornais de Caxias, uma vez que circularam nesses suportes adaptações de capítulos de livros, bem como resumos destes. Analisaremos a seguir os modos de circulação das obras veiculadas no *Jornal Caxiense*.

A partir de 04 de agosto de 1849⁷³, n. 61, veiculou, no *Jornal Caxiense*, a sessão *Folhetim*, inaugurada com obra francesa *Hervé*, de Daniel Stern, com tradução de A*****. O romance foi publicado durante nove semanas, de 04 de agosto de 1849, n. 61 e estendeu-se até 27 de outubro de 1849, n. 73. Neste dia a palavra “Continua” (forma que os jornais da

⁷³ O *Jornal Caxiense* publicou romances-folhetins entre 1849 e 1851, período em que, de acordo com Meyer (2005), essa tipologia textual encontrava-se na primeira e na segunda fases (nascimento e elaboração): “Um historiador do movimento operário, Edouard Dolléans, situa entre 1830 e 1871 o duro caminho da luta para a organização operária. São esses também os marcos que, grosso modo, assinalam diferentes aspectos do romance-folhetim. Seu nascimento, elaboração, apogeu, morte e ressurreição coincidem — e não será por acaso — com as três séries de datas 1836 – 1850, 1851 – 1871 e 1871 – 1914. São três grandes momentos da História em que se inscreve o tempo histórico do romance-folhetim” (MEYER, 2005, p. 64).

Hervé, na verdade, é um romance de Marie Catherine Sophie de Flavigny (Marie d'Agoult)⁷⁴, escritora nascida na Alemanha e criada na França, que usava o pseudônimo de Daniel Stern. A obra foi publicada em 1841 ou 1845, não precisamos a data. O romance está no mesmo livro com as obras *Valentia* e *Julien*, da mesma autora. O livro possui 275 páginas, das quais 98 são ocupadas por *Hervé*⁷⁵.

A história do romance *Hervé* inicia em setembro de 1832, com a chegada da norte-americana Theresa ao Hotel Meurice, em Paris. A jovem recebeu uma carta de Georgina, convidando-a para passar um período em Vermont, onde morava com o esposo Hervé, em estâncias, que uniram depois de casados. Nesse período, a hóspede interessou-se por Hervé, mas quando achava que um romance iria começar entre ambos, Hervé contou-lhe sobre um relacionamento que teve com Eliana, uma mulher casada. Junto com essas histórias de amor, o folhetim descreveu as paisagens urbana e rural francesas, assim como alguns costumes daquela sociedade: festas, moda, moradias.

A França no século XIX, como já é de conhecimento de todos, era o modelo cultural para o mundo. Então publicar uma obra longa francesa significava aproximar-se mais deste celeiro cultural, agora no campo literário, satisfazendo um pouco da curiosidade dos caxienses a respeito do país que era o preferido no campo comercial, a julgar pela grande quantidade de anúncios nos quais constavam produtos franceses, como perfumes, lenços, gravatas, tecidos, doces e até livros em francês. Com a publicação de prosa de ficção longa, a cidade aproximava-se também da moda literária da Corte Brasileira e estava à frente de algumas províncias, onde esse tipo de publicação só chegou mais tarde, como o Rio Grande do Sul, em 1869, segundo Hohlheldt (2003); e Mato Grosso, em 1859, conforme Nadaf (2002).

No exemplar de 9 de fevereiro de 1850, n. 88, veiculou, no *Jornal Caxiense*, o folhetim *A Condessa de Lavallatte*, uma apropriação, em forma de resumo, do romance francês denominado *Madame Lavallette, nièce de Josephine*, de 1839. O romance possui 342 páginas e, no jornal, está apenas com seis páginas, todavia, o enredo está completo. O autor do livro é M. Mercier, pseudônimo de Théophile Mercier, segundo levantamentos feitos na Biblioteca Nacional da França (Gallica).

⁷⁴ Marie casou-se com Conde Charles Louis Constant d'Agoult, com quem viveu de 16 de maio 1827 a 19 de agosto 1835, quando o deixou, após ter duas filhas: Louise e Claire. De 1835 a 1839, ela viveu com Franz Liszt, com quem teve mais três filhos: Blandine, Cosima e Daniel, falecido muito jovem, em homenagem a quem ela escreveu o romance *Nelida*, anagrama do nome do filho. Informações acessíveis em: <<http://www.paperblog.fr/4237574/portrait-de-femme-marie-d-agoult/>>.

⁷⁵ De acordo com informações da Biblioteca Nacional da França (Gallica). Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5679640r.r=Valentia%2C+Herv%C3%A9%2C+Julien.langPT>>.

Houve, no caso desse romance, uma transformação significativa, ao mudar de suporte, isto é, passar de “um nível de circulação a outro, mais popular” (CHARTIER, 2011c, p. 236), provavelmente para facilitar a leitura e economizar espaço no jornal, uma vez que a obra é bem volumosa, ou ainda “manifestar as intenções de público, ou mais ainda, intenções de leitura” (CHARTIER, 2011c, p. 236). Outra possibilidade para a publicação do romance, em forma de resumo, pode ser porque a história era bastante conhecida, principalmente em vista de envolver pessoas próximas da realeza francesa.

Há indícios de que as personagens centrais do romance existiram. Seriam Antoine-Marie Lavallette, chefe do esquadrão de Napoleão Bonaparte, e Émilie-Louise de Beauharnais, sobrinha de Joséphine de Beauharnais, primeira esposa de Napoleão, conforme está escrito na capa do livro *Madame Lavallette*, cujo subtítulo é *Nièce de Joséphine*, bem como nas informações contidas no site France.rf⁷⁶.

A *Condessa Lavallette* narra a história de Émilie-Louise e do Conde de Lavallette, em um período em que Napoleão Bonaparte havia descido do trono francês e XVIII ascendia e esse trono pela segunda vez. Antes de entrar em Paris, este monarca prometeu cumprir a Convenção de 03 de Julho, segundo a qual nenhum cidadão seria perseguido por suas opiniões e procedimentos anteriores em negócios políticos, qualquer que tivesse sido o cargo ou emprego. Apesar disso, o Conde de Lavallette foi preso, julgado e condenado à morte porque teria sido cúmplice de Bonaparte em um atentado contra a família real francesa, no restabelecimento do poder deste, após sua fuga da Ilha de Elba. Todavia, o Conde foi salvo por Émilie, que ficou presa no lugar dele. Os motivos que levaram a publicação dessa obra pelo jornal podem ser diversos, como: divulgar a História da França, ou servir de advertência para que não se lute contra os monarcas, pois há riscos de represálias, uma vez que neste período existia, em alguns jornais do Maranhão, uma campanha a favor da Monarquia, veiculada em artigos e epígrafes.

O folhetim *O Hadjeb de Cordova* começou a circular no dia 23 de março de 1850, n. 94 e permaneceu até o exemplar n. 104, terminando o capítulo com a palavra “Continua”, mas, só existem cópias de exemplares a partir do n. 118, já sem o romance. Dessa obra faltam, portanto, os capítulos finais, bem como alguns anteriores, posto que não existem também reproduções dos exemplares de 97 a 101. A obra tem os capítulos separados por números e subtítulos, por exemplo: “Os jardins d’Azahrat”, “Call al nosor”, “Gelohira”, “O mostarabe”.

⁷⁶ Cf. <<http://www.comte-lavallette.com/emilie-beauharnais.php>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

O nome do autor não se encontra na obra. Não foi possível restaurar esse escrito, que parece existir apenas no *Jornal Caxiense*.

Ambientado em Córdoba, Espanha, quando dominada pelos árabes, a obra tem início com as informações sobre a morte do califa El-Hakem, após ter levado o império Cordovês ao apogeu da prosperidade. A El-Hakem sucedera seu filho Hecham, de dez anos, e no comando ficou Mohamed-bem-Abdallah, nomeado Hadjeb e tutor do jovem príncipe. Mohamed era um guerreiro feliz, casado com Shobeia, até que chegou a seu reino a bela prisioneira Gelohira, jovem de Amaya, doada como escrava para Hecham. O guerreiro passou a concentrar seus esforços para conquistá-la, enquanto que o país envolvia-se em guerras. Não existem cópias dos jornais com a continuidade da história.

O motivo da circulação dessa história no *Jornal Caxiense* pode ser a presença de um governante criança⁷⁷, representado por tutores, assim como vivia o Brasil, naquela época, sob a regência de um adolescente; uma vez que o jornal posicionava-se contra D. Pedro II no governo, desde a primeira edição, conforme verificamos nesta poesia, de Filinto Elysio, em forma de anedota, “Quem põe o governo / Nas mãos da criança, / Não canta, nem dança, / Mas faz geringonça / No papo da onça” (*Jornal Caxiense*. 07 mar. 1846, n. I, p. 4). Embora esse jornal tenha se declarado apolítico em seu programa, conforme este trecho:

Um periódico que tenha por objeto as precisões e exigências da época, referindo-se aos fatos com singeleza e verdade, oferecendo ao conhecimento do público as notícias mais importantes sem interpor juízo algum que traga ressaibo de política, e que, por esta maneira arrede os espíritos do campo das discussões, do orgulho e obstinação, companheiros do espírito de partido e aflore o amor próprio na sua nascente, fazendo volver-se a atenção para as verdadeiras necessidades do país, é sem dúvida o periódico mais adaptado às nossas circunstâncias, e a torrente de calamidades com que lutamos (*Jornal Caxiense*, 07 mar. 1846, n. 1, p. 1).

A publicação do folhetim *Rosa*, de Joaquim Manuel de Macedo, era quinzenal. Iniciou-se no dia 28 de novembro de 1850, ano 5, n. 129, p. 1, trazendo entre o subtítulo do

⁷⁷ Em 1831, quando D. Pedro I abdicou ao trono brasileiro, D. Pedro II tinha apenas 5 anos. Este ficou no Brasil aos cuidados dos tutores: José Bonifácio de Andrade e Silva e, depois, Manuel Inácio de Andrade Souto Maior. Enquanto D. Pedro era menor de idade, o país foi governado por uma Regência, de 1831 a 1840. Esse período foi conturbado com muitas dificuldades econômicas, revolta de escravos, oposição ao governo, que originaram muitas revoltas pelo Brasil. Na tentativa de contornar a situação, em 1840, foi declarada a maioridade de D. Pedro II, aos 15 anos de idade, ainda assim, conforme Emilia Viotti da Costa (1999, p. 155-156): “Contrariamente às expectativas das elites, apesar disso, a ascensão de Pedro II ao trono, em 1840, não pacificou o país. Por mais de dez anos, a nação foi abalada por levantes em diferentes regiões. Uma onda revolucionária varreu o Norte e o Nordeste entre 1837 e 1848 (Sabinada, Balaiada, Cabanagem, Praieira), e entre 1835 e 1845 a província do Rio Grande do Sul enfrentou uma devastadora guerra civil (Farrapos). Em 1842, irromperam revoluções em Minas Gerais e em São Paulo. Todos esses movimentos revolucionários eram indicadores das resistências que o governo imperial tinha de superar”.

capítulo e as linhas iniciais, uma advertência do editor, prevenindo o leitor sobre a falta de um trecho do folhetim e mencionando também que parte da obra foi publicada de forma errada, por isso republicava o capítulo inicial⁷⁸: “Tendo havido um engano, e falta de um trecho deste folhetim, aqui aparecem algumas linhas já publicadas para corrigir a inexatidão com que saiu”.

O romance estendeu-se até 1º de fevereiro de 1851, ano 5, n. 139. Entretanto, não foi divulgado até o final, pois neste dia a palavra “Continua”, estava presente, todavia as reproduções dos exemplares que continuariam a história não existem mais, uma vez que os arquivos passam da edição 140 para a 262.

Esse folhetim também era dividido em capítulos numerados e com subtítulos, como estes: “Sessão preparatória”, “Discussão calorosa”, “O Bello Ministro”, “O crédito suplementar”, “O Juca”.

O folhetim *Rosa* pertence ao Romantismo brasileiro (BOSI, 2006, p. 130). Possui como cenário o Rio de Janeiro e seu enredo é organizado em torno de um baile para Rosa, filha de Maurício. De acordo com Broca (1979, p. 135), o baile era um evento muito importante para a sociedade brasileira, desse período, sobretudo para a carioca, por isso ele era um “elemento essencial” nos “enredos sentimentais da novelística, ou motivo frequente de inspiração poética”. Ressaltou ainda que, em romances e contos urbanos, a intriga estava sempre relacionada a um baile. Era nele que se uniam ou separavam os corações, construía-se sonhos ou surgiam as decepções. O baile estava presente em outras obras de Macedo, Machado de Assis e José de Alencar, por exemplo. As circunstâncias em que se começou a falar sobre o baile na obra *Rosa*, referiam-se à aprovação da verba que seria utilizada no evento.

A história, apesar de iniciar-se de forma anônima⁷⁹, parecia ser da autoria de um brasileiro que se posicionava contra a Monarquia, pois discretamente sugeriu que o regime era velho e ultrapassado. Transpareceu um reflexo da situação em que se encontrava o Brasil, porque nesse período em toda a América, só ele vivia no Sistema de Monarquia, em todo o Continente Americano. Os governantes, porém, tentavam justificar a situação, alegando que os países latino-americanos que viviam no Sistema Republicano eram instáveis, conforme Costa (1999, p. 132): “Atribuindo a instabilidade dos demais países latino-americanos à forma

⁷⁸ No final da primeira coluna, o editor colocou uma nota de rodapé, explicando que a publicação incorreta estava no exemplar n. 126: “Alue o n. 126”. Este exemplar ainda não foi encontrado.

⁷⁹ Em vista de não existirem os exemplares com o final da história não se pode afirmar se o autor foi identificado no jornal. Todavia trata-se de um romance de Joaquim Manuel de Macedo, conforme se verá ainda neste capítulo.

republicana de governo, as classes dominantes brasileiras adotaram, em 1822, uma Monarquia Constitucional com a qual esperavam conseguir unidade e estabilidade política”. Na verdade, o Brasil não vivia no Sistema Republicano porque Portugal não consentia.

A obra apresentava ainda ideias antiescravistas, posicionamento que, neste período, era raro na Literatura⁸⁰. Essas manifestações apareceram no folhetim através das implicações existentes entre as personagens Comendador Sancho e Anastácio, numa conversa sobre a vaidade da jovem Rosa. A escravidão foi citada como um empecilho para o aprendizado dos jovens, para as famílias e um elemento desmoralizador do Brasil:

Se a missão da mãe de família é árdua em toda parte do mundo, no Brasil é particularmente muito mais espinhosa, porque no Brasil cada homem guarda dentro de sua própria casa um inimigo do coração de seus filhos, um poderoso elemento de desmoralização; em uma palavra, porque no Brasil existe a escravatura (*Jornal Caxiense*, 28 nov. 1850, ano 5, n. 129, p. 2).

Os posicionamentos antiescravistas existiam no Brasil, desde 1822, estavam sempre em pauta nas discussões de projetos, mas os governantes optavam pela continuação da escravidão por medo de os negros revoltarem-se contra os brancos e também porque o preço dos escravos estava cada vez mais alto, em vista da proibição do tráfico africano, imposto pela Inglaterra, como condição para aceitar a Independência do Brasil (COSTA, 1999; JANOTTI, 1991).

Na Literatura romântica, as manifestações pela liberdade dos escravos, são uma forma de culto da nacionalidade, “sob o apanágio dos direitos do homem livre, [...], dando matéria para o romance, o teatro e a poesia social” (CANDIDO & CASTELLO, 1997, p. 161). Esses teóricos citaram como exemplos de romances com a referida temática *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães; e *Mãe*, de José de Alencar, histórias já abolicionistas, não mencionaram o romance *Rosa*.

Márcia Abreu (2008, p. 17), no entanto, afirma que antes de o romance ser utilizado como apoio para defesas nacionalistas, os escritores já sabiam como agir diante do gênero e recorriam a ele para “difundir ideias filosóficas e convenções políticas”. Então, Macedo tratar de assuntos que a Literatura Brasileira ainda não apresentava, significa que o escritor de

⁸⁰ O escrito *A Amizade*, de Luís Antônio Vieira da Silva, que circulou em 1846, no *Jornal de Instrução e Recreio*, que será estudado no quarto capítulo desta tese, também apresenta elementos antiescravistas.

antemão dominava as convenções do romance e conhecia as formas de proceder diante delas, sem prejudicar-se⁸¹.

Quando *Rosa* parecia mesmo uma obra anônima, em Tinhorão (1994, p. 54), lemos um comentário sobre um romance denominado *Rosa*, de Joaquim Manuel de Macedo, apregoadado na *Revista Guanabara* “de 1º dezembro de 1849 a meados de 1850”. A obra teria sido publicada no suporte livro ainda em 1849, “pela mesma *Revista Guanabara* como volume de abertura da coleção ‘Biblioteca Guanabarenses’, Rio de Janeiro, Tipografia do Arquivo Médico Brasileiro”.

Começamos uma busca para constatar se a *Rosa*, de Macedo era a mesma *Rosa* do *Jornal Caxiense*. Observando a *Guanabara: Revista Artística e Literária*, averiguamos que esta revista era redigida por uma Associação de Literatos e dirigida por Antônio Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo e Manoel Araújo Porto-Alegre. O escritor maranhense poderia ter intermediado a publicação de *Rosa* no *Jornal Caxiense*? Como o jornal não declarou a fonte do romance, não foi possível comprovar essa hipótese. Na revista *Guanabara*, existem indícios de que o romance circulou neste periódico, pois encontramos uma errata sobre a obra e o comunicado de que havia terminado de circular, no volume 2 deste suporte, mas, nem os exemplares de 1849, nem o volume 2 estão disponíveis. O aviso é este:

No 6º número, segundo volume findou a *Rosa*, e nos que se seguirão depois de algumas outras produções, sairá à luz um novo romance *Continuação das Memórias do Coronel Bonifácio de Amarante*, comentadas por seu sobrinho; e em breve aparecerá o *Caleidoscópio*, comédia eterna em prosa e verso (*Revista Guanabara*, p. 212, 1850).

Continuamos a busca pelo romance, até que encontramos no site da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, uma edição de 1910, impressa em Paris, pela Garnier, em dois volumes, sendo o primeiro composto por 279 páginas e o segundo, por 294. Com essa descoberta, comparamos o escrito nos dois suportes e concluímos que era o mesmo romance que circulou no *Jornal Caxiense*.

O folhetim *Teatros* circulou, anonimamente, apenas em dois exemplares do *Jornal Caxiense*, 16 de agosto de 1851, ano 6º, n. 285 e 23 de agosto de 1851, n. 286. A obra é muito curta, assemelha-se a um conto, mesmo assim, possui um subtítulo: “Duprez e Lanari”. A

⁸¹ Embora fosse considerado “sub-romancista pela pobreza da fantasia, sub-romântico pela míngua de sentimento” (BOSI, 2006, p. 131).

fonte desse escrito foi o jornal *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, comprovando que algumas publicações que circulavam na Corte, veiculavam também em Caxias.

A história mostrou os bastidores do teatro italiano. Iniciou-se com Duprez mostrando a Lanari uma espécie de certificado de um curso que teria feito. Este se empolgou e imaginou o rapaz interpretando óperas de italianos como: Rossini, Bellini e Donizetti. Entretanto, alertou que para isso o cantor deveria permanecer com o mesmo espírito de abnegação que demonstrava naquele momento. A conversa foi interrompida por Carlota, esposa de Lanari, chamando Duprez para um ensaio.

Duprez uniu-se à orquestra e começou a cantar. Carlota, surpresa, comparou a voz de Duprez à voz de um Deus. O marido a repreendeu e disse que ainda não estava tudo em ordem. Isso era uma estratégia do empresário avarento para conseguir bons artistas, oferecendo pouco dinheiro. Fingia até crises financeiras para engambelar bons artistas que ainda se preocupavam mais com os aplausos do que com a remuneração. Mesmo assim, não existia teatro sem Lanari. Ele era “o homem necessário”, uma vez que dirigia a companhia, as cenas e os espetáculos, diferente dos outros empresários que necessitavam contratar tais serviços.

Com a veiculação de *Teatros*, o *Jornal Caxiense* poderia querer conquistar o público de gosto musical e artístico mais refinado, haja vista que a obra tem como cenário um famoso teatro italiano, além disso, seus personagens apresentavam óperas de autores conhecidos mundialmente. Outro motivo pode ter sido incentivar os caxienses a frequentarem o Teatro Sociedade de Harmonia, que anunciava suas peças nos jornais locais, já que a história do folhetim passava-se em um teatro.

O folhetim também mostrou o profissional do teatro como uma pessoa que tinha funções diversificadas naquele contexto, assim como acontecia no Maranhão, do século XIX, uma vez que os atores maranhenses eram quase sempre os mesmos, e como o teatro não tinha muito dinheiro, além de interpretarem inúmeros papéis nas peças, esses profissionais prestavam serviços diversos no teatro. Eram raros os atores que vinham de fora do estado.

2.3 Rastros da prosa de ficção nos jornais *O Farol* e *O Telégrafo*

Existe uma coincidência de dois anos no período de circulação dos jornais *O Farol* (1850-1854) e *O Telégrafo* (1847-1852), por isso, muitas de suas matérias eram semelhantes. Apesar da predominância de conteúdos políticos, existiram, nos dois periódicos, divulgações

da prosa de ficção, inclusive com os mesmos anúncios; e no jornal *O Farol* foi veiculada ainda prosa de ficção, como veremos neste capítulo.

O Farol: Folha Política e Comercial circulou de 11 de maio de 1850 a 02 de dezembro de 1854. Possuía como epígrafe, durante os dois primeiros anos, estes versos: “Monarquia, Constituição e Liberdade / Ordem, Justiça e Tolerância”. A maior parte de seus exemplares apregoeou com duas colunas, mas em 1851, algumas edições apresentaram três colunas. Era composto de 4 ou de 6 páginas. Faltam cópias de várias edições e do ano de 1852 não existem mais exemplares.

Em seu *Prospecto*, *O Farol* declarava-se como “todo político” e pertencente a um partido, mas não informava qual. Pelo conteúdo veiculado, assim como pela epígrafe, concluímos que seria o Partido Conservador. Defendia as ideias monárquico-constitucionais por acreditar que essas eram capazes de melhorar o serviço público, além de solidificar a ordem e a liberdade. Esporadicamente, o jornal seria comercial:

[...] apressamo-nos em dizer que o fim de nossa publicação é todo político (e também comercial, quando para isso houver lugar) e neste empenho defenderemos pontual e eficazmente as ideias monárquico-constitucional, atualmente dominantes, por estarmos persuadidos serem as ideias capazes de promover o melhoramento dos negócios públicos e de dar solidez aos negócios de ordem e liberdade (*O Farol, Prospecto*, 11 maio 1850, n. 1).

Era impresso, em Caxias, na Tipografia Independente, que, no período em que o jornal circulou⁸², mudou de dono três vezes e de endereço seis, tornando-se o jornal mais nômade encontrado nesta pesquisa. No início da circulação, a Tipografia era de Colattino Cidrônio de Tavares da Silva e funcionava na Rua da Boa-Vista n. 1; no dia 10 de maio de 1851, mudou-se para a Rua da Taboca n. 1; em 22 de setembro do mesmo ano, funcionava na Rua do Sol, s/n. Em 1853, a Tipografia Independente tinha como proprietário Filinto Elysio da Costa, e continuou na Rua do Sol, agora no n. 16. Em 1854, a tipografia mudou-se para o Largo dos Quartéis, n. 3, e o proprietário era Antônio da Costa Júnior; em 10 de novembro de 1854, *O Farol* estampava seu mais novo endereço: Largo da Independência n. 3, mas o jornal ainda pertencia a Costa Júnior.

As assinaturas custavam entre 9\$000 a 8\$000 réis por ano e 5\$000 a 4\$500 réis por semestre, pagos adiantados; pelas folhas avulsas, os leitores pagavam de 160 a 200 réis. Os assinantes tinham direito a 30 ou 20 linhas grátis; e as excedentes custariam 20 ou 40 réis

⁸² No ano anterior (1849), quando circulou *A Aurora*, os donos eram E. B. L. dos Reis e S. A. de Farias.

cada. Os preços variavam com os anos; os primeiros são os do início da circulação; os demais do último exemplar que encontramos.

O periódico veiculava matérias sobre política, economia, poesia, anúncios do comércio local, prosa de ficção, notícias de Caxias, São Luís, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Lisboa, Londres, Itália, França. Muitas dessas notícias internacionais eram extraídas do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, enquanto que as de outras cidades brasileiras eram copiadas dos periódicos destes lugares.

A prosa de ficção, no jornal *O farol*, apresentava-se na sessão *Variedades*, dentro do corpo do jornal. Circularam os escritos: “Os sapatos encarnados”, anônimo, extraído de um jornal não identificado; e “Consequências de um casamento por cálculo”, obra aparentemente brasileira, copiada do *Correio da Tarde*; além de “Pensamentos de um rapaz sobre o casamento”, do novelista e dramaturgo francês Paul de Kock. Serão analisados aqui os dois primeiros escritos.

Figura 49 - Página do jornal *O Farol* com o início de “Os sapatos encarnados” (26 abr. 1851, n. 52, p. 2)

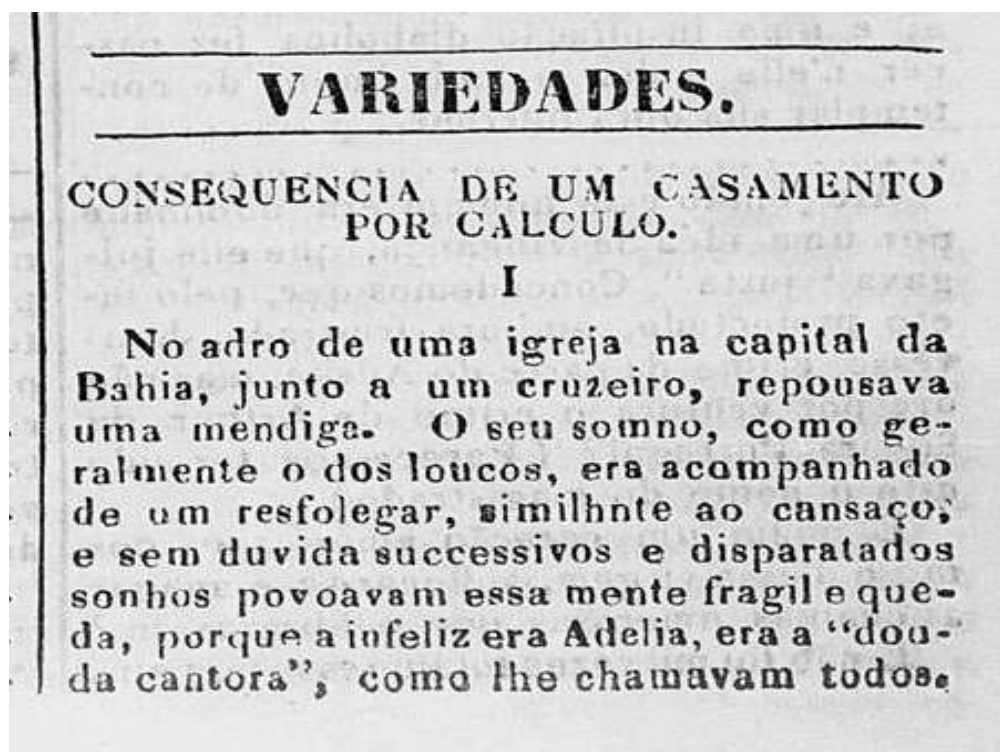


O escrito “Os sapatos encarnados”, que circulou no jornal, dia 26 de abril de 1851, n. 52, narra a história de M. de..., um jovem francês que reuniu, em sua casa de campo, parte da sociedade aristocrática de Paris. A caça era a ocupação das mulheres no evento, por isso, todas as manhãs, ao sinal dos cavaleiros, elas montavam a cavalo, armadas de faca de mato à cintura e espingarda, em seguida perseguiam veados e javalis no bosque. Na volta eram acolhidas pelos cavaleiros; tornavam-se simples mulheres da sociedade, desejosas de conversas agradáveis e aventuras. Posteriormente se reuniam em festas cheias de confusões causadas por alguns homens apaixonados pela anfitriã, que externavam seus sentimentos, mesmo na presença do esposo da jovem.

Essa prosa de ficção revelou alguns costumes dos franceses, como os bailes, a caça e a equitação; além da grande importância que davam às roupas e aos calçados. As vestimentas das personagens eram muito luxuosas e os sapatos da protagonista causaram brigas e disputas na festa. De acordo Broca (1979, p. 129), no período do Romantismo, no Brasil, eram conhecidos apenas dois esportes: “caça e equitação”; mas ao contrário do que demonstrou o escrito francês, no qual as mulheres conduziam os cavalos, aqui eram os moços elegantes que precisavam saber cavalgar com desenvoltura, porque esse animal, além de servir-lhe como “meio de locomoção, [...] tornava-se excelente veículo para o passeio e o namoro”. Dessa forma, a equitação entrou para muitos romances brasileiros do Romantismo, às vezes, praticada por homens e mulheres, como em *Sonhos d'ouro*, de José de Alencar, que apresentou os protagonistas Ricardo e Guida, passeando na Floresta da Tijuca, a cavalo (ALENCAR, 1998).

“Consequência de um casamento por cálculo”, aparentemente uma obra da Bahia, os caxienses leram nas páginas do jornal *O Farol* em 28 de junho de 1851, n. 61. Possui cenário baiano e parece incompleta, visto que há muitas linhas pontilhadas. Narra a história de Adélia e Artur, casal com um passado e um presente bem conturbados, por motivos não esclarecidos.

Figura 50 - Início de “Consequências de um casamento por cálculo” (*O Farol*, 28 jun.1851, p. 3)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Adélia era uma cantora louca que morava no adro de uma igreja, em Salvador. Sua rotina resumia-se a dormir, conturbadamente, e cantar músicas de casamento, que sugeriam que ela foi abandonada no altar. Sobrevivia do dinheiro que ganhava entoando cantiga de esmolar. Artur da Silveira Portugal viajou para Portugal e não sentia remorsos pela situação da ex-amada.

Quando retornou ao Brasil, planejou insultá-la. Sem reconhecê-lo, Adélia aproximou-se, cantou a trova de esmolar, mas, ao ser tocada no ombro por ele, dizendo “Toma a esmola, mulher”, ela recuperou a razão, começou a chorar de ira e disse: “Maldito sejas tu!” (*O Farol*, 28 jun. 1851, p. 4). No dia seguinte, a cantora foi sepultada em um humilde cemitério, ao mesmo tempo em que Artur foi enterrado em um grandioso mausoléu.

O que aconteceu com as personagens Adélia e Artur era frequente no Romantismo, como observamos nas ideias de Candido & Castello (1997), quando mencionaram que as personagens românticas adoeciam, ou morriam em consequência de amores não correspondidos ou malsucedidos, em vista de fatalidades, ou porque foram vítimas da sociedade. Como exemplo dessa temática, existe, *O Seminarista*, de Bernardo Guimarães, entre outros.

Conforme Quincas Vilaneto (2008), *O Telégrafo* teve duas fases: a primeira com início em 1839; a segunda, em 1847. Verificamos que, atualmente (2017), só existem reproduções das edições da segunda fase, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca Benedito Leite e no site do Projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19*. Este período do jornal iniciou-se em 24 de outubro de 1847, com edições semanais, de quatro páginas, em dias indeterminados. A partir de 23 de novembro do mesmo ano, exemplar n. 4, passou a circular duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados. O periódico propalou até 17 de julho de 1851, n. 357.

Era impresso na Tipografia Imparcial de F. R. de B. de Tatayra, no Largo da Matiz da Conceição, casa n. 2. Em 21 de maio de 1850, edições 251 e 252, veiculadas juntas, saiu uma declaração informando que a tipografia do jornal seria a mesma, no mesmo endereço, mas o editor seria José João da Silva Rosa. A partir de 13 de junho de 1850, n. 258, a Tipografia Imparcial mudou-se para a Rua das Flores, n. 9; agora J. J. da Silva Rosa era o proprietário, porque Tatayra faleceu, em 10 de maio de 1850, aos 36 anos. Notícia divulgada na primeira página do jornal *O Telégrafo*, em 21 de maio 1850, n. 251, 252, como vimos nesta tese. Em seguida a tipografia mudou-se para a Rua da Paz, casa n. 2, conforme consta na edição 323, de 3 de fevereiro de 1851.

O espírito político sobressaía-se nas páginas do jornal *O Telégrafo*, envolvendo questões locais, de outras regiões do Brasil e do exterior. Publicava também notícias, artigos sobre economia, ciências e anúncios diversos, com destaque para os relativos a escravos e ao comércio local.

Como ficou a Literatura, que foi colocada como uma das prioridades, quando o jornal mostrou seus objetivos, nesta fase? Quanto à prosa de ficção, restringiu-se a anúncios de venda através de subscrições (a mesma do jornal *O Farol*, sobre o romance *O Conde de Monte Cristo*), ou cobrança de livros que foram emprestados e não retornaram; bem como à criação da sessão *Literatura e Ciências* ou apenas *Literatura*, que esporadicamente veiculava, oscilando os artigos entre pouca Literatura e mais Ciências. Discorreu-se, por exemplo, a respeito das origens da História e da Literatura Brasileira; sobre os dramas de Goethe, a invenção de um novo aparelho de destilação, na França, este publicado, quando a sessão era denominada apenas *Literatura*.

Uma das visões oitocentistas sobre Literatura apareceu no jornal *O Telégrafo* no ensaio de 11 de dezembro de 1847, n. 9, p.1-3, na sessão *Literatura e Ciências*, denominado “Revista Científica e Literária — as Letras e as Ciências no Brasil; progresso da geração atual

— Revista das publicações literárias e científicas; algumas considerações a este respeito”, extraído da *Gazeta Oficial*, do Rio de Janeiro, fonte declarada no suporte caxiense.

Conforme o autor, anônimo, (mas como apelava para receber as notícias dos outros lugares a respeito da Literatura, poderia ser redator da *Gazeta*), no início do ano de 1847, o movimento industrial era mais sensível que o literário, “que passava somente na intimidade dos espíritos e que pouco se manifestava nos livros” (*O Telégrafo*, 11 dez. 1847, n. 9, p.1). No final do ano, ele percebeu um progresso na Literatura, impulsionado pela existência de uma nova geração que se entregava:

[...] aos estudos com ardor tão sabido, que parece disposta a conquistar em pouco tempo uma justa nomeada para si, e que tenha resultado de valor e utilidade para o Império. Muitos desses jovens se reuniam em Associações Literárias nas Províncias, criavam jornais e publicavam suas “inspirações generosas da poesia” (*O Telégrafo*, 11 dez. 1847, n. 9, p. 3).

O autor do ensaio “Revista Científica” destacou especialmente as Associações do Nordeste, em Pernambuco, Maranhão⁸³ e Bahia, onde “a mocidade estudiosa reúne-se em associações literárias e trabalha em comum com proveito para si e para o país [...] e os escritos concorrem para o aperfeiçoamento e a glória das letras” (*O Telégrafo*, 1º dez. 1847, n. 9, p. 3). É relevante mencionar que nesse escrito, Literatura resumia-se a poesia e existia um tom que a direcionava para o ufanismo. Poderia ser uma manifestação do Romantismo que, de acordo com Antonio Candido (2012, p. 328) “[tinha] por mola o patriotismo, que se aponta[va] ao escritor como estímulo e dever” de contribuir para o progresso de sua pátria, com suas obras, na construção de uma Literatura nacional:

[...] a literatura foi considerada parcela de um esforço construtivo mais amplo, denotando o intuito de contribuir para a grandeza da nação. Manteve-se durante todo o Romantismo este senso de dever patriótico, que levava os escritores não apenas a cantar a sua terra, mas a considerar as suas obras como contribuição ao progresso. Constituir a “literatura nacional” é afã, quase divisa, proclamada nos documentos do tempo até se tornar enfadonha (CANDIDO, 2012, p. 328).

O ensaísta da “Revista Científica” ressalta que não recebemos um legado cultural em poesia, história, filosofia, estudo das ciências e o gosto pelas artes. “Tudo está para se criar no Brasil, e tudo há mister de grandes esforços, de muita harmonia e de muito bons desejos” (O

⁸³ No Maranhão, a Associação Literária existiu entre 1845 e 1846 e apregoeou o *Jornal de Instrução e Recreio* e *O Arquivo*, estudados nesta pesquisa.

Telégrafo, 1º dez. 1847, n. 9, p. 2). Nossa história foi escrita por padres, que apenas nos deixaram “crônicas de fundações de mosteiros, biografias dos mais célebres abades e priores, descrições de festas religiosas, [...] uma narração seca e cronológica das lutas entre os descobridores de nossas terras e seus ambiciosos conquistadores” (*O Telégrafo*, 1º dez. 1847, n. 9, p. 2). Agora não só a Literatura estava mudando, uma vez que junto com ela, apesar “das lutas malferidas da política”, apareciam também “elaborações do espírito, os trabalhos científicos, os estudos históricos” (*O Telégrafo*, 1º dez. 1847, n. 9, p. 3).

O que parecia estranho de ser encontrado numa sessão denominada *Literatura* (o caso do aparelho de destilação, por exemplo) era normal para a época, uma vez que essa arte ainda sofria os reflexos do século XVIII, quando Literatura era entendida como “conhecimento e não como conjunto de obras” (ABREU, 2003, p. 29). Além disso, no século XIX, os campos do saber ainda estavam se tornando autônomos, com os trabalhos de bibliógrafos ou de instituições culturais:

A crer em dois séculos de produção lexicográfica portuguesa o termo literatura — e seus correlatos como história literária — remetiam a um conceito bastante distinto daquele que recobre a noção moderna. Entretanto, a autonomização dos campos do saber estava em curso e se processava em diferentes instâncias, com ou por meio do trabalho de bibliógrafos ou no interior de instituições culturais [...] (ABREU, 2003, p. 31).

O lento processo de formação do conceito de Literatura trouxe para os jornais inúmeras tendências e variados leitores, conforme Barbosa (2005, p. 6): “[...] o literário une um variado número de tendências, assuntos, ideologias, agregando, como se deduz a um grupo variado de leitores”.

Neste capítulo, verificamos que a prosa de ficção veiculada nos jornais de Caxias foi predominantemente formada por traduções de obras francesas, espanhola e italiana. Contudo, a Literatura Nacional também foi representada nesse contexto, através de Joaquim Manoel de Macedo, com o romance *Rosa*, propalado no *Jornal Caxiense*. Existe ainda a presença de um escrito, aparentemente baiano, “Consequências de um casamento por cálculo”, anônimo, que circulou no periódico *O Farol*.

3 OS MODOS DE DIVULGAÇÃO DA PROSA DE FICÇÃO NOS JORNAIS DO MARANHÃO OITOCENTISTA

Pode-se dizer que a crítica literária nasceu nos periódicos brasileiros, primeiramente, a partir das notícias bibliográficas, do lançamento de livros, muitas vezes retirada de outros jornais, alguns estrangeiros (BARBOSA, 2007, p. 71).

3.1 Reclames de livros

3.1.1 Os reclames nos jornais de São Luís

Os reclames de livros não são apenas uma forma de divulgá-los, mas também de fazer o leitor sentir necessidade de adquiri-los, bem como de acreditar que os escritos têm valor cultural. Conforme Pierre Bourdieu (2011, p. 240), a leitura obedece às mesmas leis que as outras práticas culturais, é, portanto, um produto; em vista disso, para que o mercado sinta necessidade de consumir leitura, é necessário produzir a “crença no valor do produto”, com a participação de todos os envolvidos no processo, a favor ou contra determinada leitura, uma vez que todas as polêmicas colaboram para que se acredite no produto:

O que caracteriza o bem cultural é que ele é um produto como os outros, mas com uma crença, que ela própria deve ser produzida. É isso que faz com que um dos únicos pontos sobre os quais a política cultural pode agir seja sobre a crença: ela pode contribuir, de uma maneira ou de outra, para reforçar a crença (BOURDIEU, 2011, p. 240).

Nos jornais de São Luís, assim como nos da Corte e de outras províncias, existem anúncios ou reclames de venda de livros. Essa prática, de acordo com Barbosa (2007, p. 77) “tem o mérito de poder testemunhar as leituras e os livros de sucesso naquele tempo”, isto é, servem para contar a história de leitura e consequentemente dos leitores, uma vez que provam os caminhos trilhados pelos escritos, bem como a existência de um público interessado nessas obras; caso contrário, não seriam anunciadas, em sua maioria, em periódicos diferentes, reclames diversos e em tempos distintos, como aconteceu com muitos romances estrangeiros e brasileiros que chegaram ao Maranhão ou se planejava que chegassem.

Nesta pesquisa, encontramos anúncios de prosa de ficção em vários jornais de São Luís, entre eles encontram-se: *Eco do Norte*, *Crônica Maranhense*, *Publicador Maranhense*, *O Progresso*, *A Imprensa*, *O Constitucional*, *O Globo*, *Diário do Maranhão*, *Porto Livre*, *A Coalizão*, *O País*. Como os reclames também não existem fora do suporte que os permitem

chegar até os leitores, se o jornal em que se encontram não teve ainda sua história escrita nesta tese, isso será feito neste capítulo. É o caso apenas do *Eco do Norte*. Os demais já foram apresentados no primeiro capítulo.

Um aspecto comum às publicações dos reclames de livros nesses jornais era apresentá-los nas últimas páginas, em meio aos demais anúncios, com poucos destaques, como o início do reclame em negrito e em letras caixa-alta. Geralmente não informavam os preços das obras, então inferimos que essa prática representava economia de tempo e de dinheiro para o anunciante, uma vez que os anúncios não ficavam desatualizados, podendo ser repetidos em diversos jornais, até mesmo em anos diferentes.

A grande presença de romances nos anúncios dos jornais maranhenses pode ser em vista de proporcionarem uma leitura agradável, atraindo muitos leitores, mas também porque, conforme Bourdieu (1996), do ponto de vista econômico, era a segunda arte que assegurava “lucros importantes a um número relativamente grande de autores, mas com a condição de estender seu público bem além do próprio mundo literário (ao qual está limitada a poesia) e do mundo burguês (como é o caso do teatro)”. O romance perdia só para o teatro, que com pouco investimento cultural, assegurava “lucros importantes e imediatos para um pequeno número de autores” (BOURDIEU, 1996, p. 134). Quanto à poesia, raramente dava lucros, exceto, quando fossem peças teatrais escritas em versos. A hierarquia dessas artes, conforme os lucros, era, portanto: “teatro, romance, poesia”. Contudo, em relação ao prestígio, era inversa: “poesia, romance, teatro” (BOURDIEU, 1996, p. 135).

No recorte temporal desta pesquisa, o primeiro jornal em que encontramos referências à divulgação da prosa de ficção foi *Eco do Norte*, em 28 de outubro de 1834, n. 33, p. 4. Tratava-se do aviso sobre vendas de livros na Loja de Felisberto José Correia, no qual entre dicionários, gramáticas, livros de História e outros gêneros, encontravam-se exemplares de *Telêmaco* em francês. Essa prática de divulgar uma obra conhecida junto com outras desconhecidas, conforme Barbosa (2007), era recorrente no século XIX. O mesmo aviso repetiu-se no jornal *O Publicador Oficial*, de 1º de novembro de 1834, n. 310, p. 1274. Assim, tentava-se criar, em São Luís, a necessidade de leitura de uma obra das mais lidas no século XIX, mantendo-se “no topo da lista dos livros preferidos por mais de 100 anos”, na França, mas também em terras longínquas “como o Brasil” (ABREU, 2012, p. 108). Por conseguinte, com um valor a mais agregado, pois estava em francês, assim atingiria os leitores mais “refinados”. No referido anúncio constavam também dicionários de português e francês, livros em latim, gramáticas, livros de direito e *Volnei ou a ruína dos impérios* e *Décadas*, do escritor português João de Barros (1496-1570).

Figura 51 - Aviso sobre a venda de *Telêmaco* no jornal *Eco do Norte* (28 out. 1834, nº 33, p. 4)

A V I S O S.

—Achaõ-se a venda na Loja d'Felisberto Joze Correa & C.^{ca} alem d'outras muitas que constaõ dos Catalagos as obras seguintes.
Dicionarios—d'Moraes e outros Autores—
Dittos Francez & Portuguez—
Dittos Clacicos—
Ditos Latinos—e mais livros Latinos perci-
sos para as Aulas—
'Talemacos em Francez—Grammaticas d'Lo-
bato.
Volnei—ou Ruina dos Imperios—
Decadas—d'Joaõ d'Barros—
Pardessus, Direito Commercial—
Joze Ferreira Borges—Codigo Comercial—
Ditto Direito Cambial—
Ditto Cambio Maritimo
Ditto Sobre Avarias—
Ditto Contrato d'Sociedades—
Ditto Medecina Forense—
Hum bom Sortimento d'Livros d'Direito—
Conhecimentos em bom papel—
Letras—em Ditto—
Maranhão 26 d'Outubro d'1834.

Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Apesar disso, nesse jornal também surgiam livros anunciados apenas como portugueses e latinos ou simplesmente livros, que eram vendidos junto com outros produtos chamados de “trastes” e até casas. Divulgar livros dessa forma era uma prática recorrente nos jornais de outros estados como Rio de Janeiro e Paraíba, por exemplo. No seguinte anúncio, os livros eram vendidos do jeito mencionado:

Avisos

Vendem-se umas casas nº 21, sitas na Rua das Violas, assim como trastes e alguns livros; quem isto pretender, dirija-se a Caetano de Souza Pereira morador na Rua do Sol, casa nº 14 (*Eco do Norte*, 27 maio 1835, nº 72, p. 292).

Quanto ao jornal *O Eco do norte*, acrescentamos que, circulou de 03 de julho de 1834 a 20 novembro de 1836, com exemplares de quatro, dezesseis e até vinte páginas, de numeração contínua, reiniciada a cada começo de ano, assim como acontecia com a numeração dos exemplares. Nos dois primeiros anos (1834, 1835), apresentava duas colunas, mas em 1836, existia apenas uma. O jornal era de conteúdo predominantemente político, no entanto, exibia também poesias e anúncios de prosa de ficção, entre os de outros produtos.

Era produzido na Tipografia de Abranches e Lisboa, situada na Rua das Violas n. 37; posteriormente, na Rua dos Afogados n. 43. Seu autor/colaborador era João Antônio Garcia Abranches e o redator, João Francisco Lisboa. Era impresso por Galdino Marques de Carvalho. A partir de 16 de dezembro de 1834, passou a ser publicado pela Tipografia Constitucional, em vista de a Tipografia de Abranches estar ocupada com a “impressão de cédulas provinciais” (*Eco do Norte*, 7 dez. 1834, n. 42, p. 4), e depois, porque Abranches e Lisboa alugaram a própria tipografia para Galdino Marques de Carvalho. Em seguida, voltaram a imprimi-lo na própria tipografia e, no final de 1836, o jornal era impresso na Tipografia de Inácio José Ferreira.

A mudança constante das tipografias que imprimiam o *Eco do Norte* ocorria em vista das condições precárias em que funcionava a Tipografia de Abranches e Lisboa, pois certa vez para justificar a falta de circulação do jornal os editores publicaram uma nota avisando que o motivo foi porque só contavam com um funcionário e este havia ficado doente. Mesmo quando possuíam mais funcionários, não representava garantia de boa circulação do jornal, porque havia dias em que todos faltavam, conforme observamos no aviso seguinte:

Avisos

Tem havido demora na publicação do *Eco*, motivado pela falta dos operários na tipografia; os autógrafos do nº publicado a 14 do corrente, lá se achavam desde 9. Queiram, pois os nossos assinantes desculpar essa falta (*Eco do Norte*, 18 jun. 1835, n. 81, p. 328).

Enfim, para melhorar a situação financeira da empresa, esta era alugada ou recebia grandes encomendas de impressos e o penalizado era o jornal *Eco do Norte* que circularia menos vezes e seria impresso em outra tipografia, como vimos neste capítulo. Penalizado e, ao mesmo tempo privilegiado, dado que, mesmo diante de muitos problemas, o jornal teve sua circulação garantida.

Depreendemos que os responsáveis pelo *Eco do Norte* zelavam pela qualidade do periódico, visto que, eram constantes as referências às características do papel que utilizavam

na impressão dessa folha, como no exemplar 85, de 5 de julho de 1835, no qual avisaram que iriam comprar papel igual ao que se imprimia, em Londres, *O Correio Brasiliense* e o *Português* (da Bahia). Os exemplares, hoje disponíveis, pertenciam ao historiador José Ribeiro do Amaral, cujo nome está escrito na primeira página, da primeira edição.

Segundo Frias (2001), a situação das tipografias maranhenses era precária. Faltavam funcionários, por isso os proprietários ensinavam o serviço para crianças. Como não tinham papel, tinta e fundição, obrigavam-se a “mandar vir tudo, e não só o necessário como o sobressalente, e a ter mais tipos do que as oficinas da Corte, que os podem comprar no dia em que precisem deles” (FRIAS, 2001, p. 62). Estavam também em desvantagem em relação às tipografias de Pernambuco, pois nesta província existiam “depósitos de papel e tinta e [estava] em relação direta e acelerada com a Corte e com a França” (FRIAS, 2001, p. 62). Mesmo “no meio de tantos embaraços”, as tipografias do Maranhão sobressaíram-se, com impressões de boa qualidade e livros mais baratos do que os produzidos em Pernambuco e na Corte. Por exemplo, “um livro de 160 páginas” custava 345 réis em São Luís; em Pernambuco, 450; e na Corte 600 réis (FRIAS, 2001, p. 62).

Na *Crônica Maranhense*, veicularam poucos anúncios de livros. Na edição 34, propalada no dia 13 de maio de 1838, p. 36, encontramos um reclame de obras usadas, em francês, cujo responsável era João Antônio da Costa Rodrigues. Entre elas constam duas em prosa de ficção: *O Diabo Coxo* e *As mil e uma noites*. Além de anunciarem, os jornais também acompanhavam as histórias de circulação dos escritos, como observamos, em alguns exemplares de 1839, da *Crônica Maranhense* que informavam sobre a veiculação, em folhetos, do escrito *O Diabo Coxo*, em Portugal. Este romance, também usado, era anunciado no Rio de Janeiro, em 1835, juntamente com os livros *As mulheres célebres* e *Carolina de Lecthfeld*, segundo verificamos no *Diário do Rio de Janeiro*, de 9 de dezembro de 1835, n. 7 p. 2. Ser publicado em diversas formas, prova o sucesso que a obra fazia entre os leitores. De acordo com Abreu (2012, p. 186), uma forma de economizar na compra de livros era “comprá-los em segunda mão, por exemplo, de pessoas que o tivessem recebido como herança”. Os anúncios dos jornais maranhenses não especificavam a origem das obras usadas. No site Caminhos do Romance existe uma tradução anônima do romance *O Diabo Coxo*, de 1810. Na imagem a seguir consta o anúncio da obra, no periódico maranhense:

Figura 52 - Anúncio do romance *O Diabo Coxo* (*Crônica Maranhense*, 13 maio 1838, nº 34, p. 36)

A V I S O S.		
João Antonio de Costa Rodrigues, Rua da Estrella N.º 38, tem para vender por preços muito commodos as Obras seguintes: à Saber		
<i>Obras com uso em Francez.</i>		
1 Curso da Literatura por Lahaye	14 Vol.	
1 Dictionario da industria	6 v.	
1 Ditto portatil das artes e officios	3 v.	
1 Diabo Coxo com estampas	2 v.	
1 Dictionario da Lingua Franceza	2 v.	
1 Ditto de Quimica	2 v.	
1 Escolla dos meninos	2 v.	
1 Felice Lições de Direito	4 v.	
1 Geografia moderna, e universal com mapas	2 v.	
1 Historia do Philozofismo Inglez	2 v.	
1 Hobbes-Obras Philozoficas e Politica	2 v.	
1 Historia critica de Philozofia	3 v.	
1 Ditto da Igreja	4 v.	
1 Ditto da Revolução da Polonia	2 v.	
1 Lolotte e Taufau com estampas	2 v.	
1 Mil e huma noites com estampas	7 v.	
1 Mecilarias Historicas e criticas	4 v.	
1 Medecina pratica	2 v.	
1 Instruções de hum Pay a seu filho	1 v.	
1 Dittas a sua filha	1 v.	
1 Obras completas de mad Cottin com estampas	12 v.	
1 Origem da lingua Franceza	1 v.	
1 Os admiraveis segredos do grande Alberto	1 v.	
1 Philozofia christã por Ben Nathau	4 v.	
1 Ditta Devina	3 v.	
1 Ditta da Natureza	10 v.	
1 Rectorica Franceza	2 v.	
1 Sistema de Philozofia moral	2 v.	
1 Theatro de P. Corneille com estampas	10 v.	
1 Tratado de Estudos	4 v.	
1 Theologia Christã	3 v.	
1 Viagem a S. Domingos	2 v.	
1 Curso completo da agricultura Theorico e Practico com estampas	10 v.	
1 Dictionario dos Jardineiros	9 v.	
1 Ditto de Plantas Elementares	2 v.	
1 O Grande Dictionario Geografico e Critico	10 v.	
<i>Latin.</i>		
1 Calmet Dictionario da Biblia	3 v.	
1 Historia Ecclesiastica	3 v.	
<i>Libros Noveos em Francez</i>		
1 Pardessus Direito comercial	5 v.	
1 Manual da medicina	1 v.	
1 Ditto das Damas	1 v.	
1 Discripção de todas as artes e officios ornados de muitas estampas	20 v.	

Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

No periódico *O Globo: Jornal Comercial, Literário e Político* também encontramos anúncios de livros usados, como este de José Francisco Arteiro, em que para suavizar a condição dos escritos anunciados, empregou o eufemismo “obras com algum uso”. Eram romances, novelas, e, sobretudo, peças teatrais. De acordo com Luiz Carlos Villalta (2007, p. 183), é possível inferir a utilidade do livro pela “distribuição da posse”, dessa forma, se o provável leitor tinha muitos livros do gênero dramático, seria um ator, ou um simpatizante de teatro, uma vez que na capital maranhense encenavam-se peças teatrais constantemente no Teatro Nacional de São Luís, que também anunciava seus eventos nos jornais. Poderia ser ainda comerciante, pois encontramos outro anúncio em que ele vendia rapé, lenço, canivete, arame, suspensórios e espoletas, mas não vendia livros, portanto aqueles que anunciaram poderiam ser de uso particular. Não afirmamos que essas obras foram lidas porque, segundo Villalta (2007, p. 204), o livro tinha também a função de “ornamento”. O anúncio de José Francisco, em que vendia os livros usados é o seguinte:

Figura 53 - Anúncio dos livros de José Francisco Arteiro (*O Globo*, 16 mar. 1823, n. 126, p. 4)

—EM caza de Joze Francisco Arteiro
vende-se as seguintes obras com algum
uzo:—
Arte de navegar—por M. Pimentel
Aventuras maravilhozas do Cavalheiro.

Hnól—1 vol. com estampas coloridas.
Roza è Branca Romance de Jorge Sand.
Hum homem sizudo—novella.
Aventuras do Salteador Vidocq.
A Camara ardente—Drama.
O Malfeito de Iyadraque, Dito.
Frei Luiz de Souza, Dito.
Pedro—Sem, Dito.
A Estalagem da porta—Drama jocoço em
1 acto.
Manoel Mendes, Farça.
Fabia Tragedia Heroi-comica em 3 actos
com coros.
Maranhão 14 de Março 1853.

Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Alguns romances usados demoravam para ser vendidos, inferimos essa informação, observando a repetição de alguns anúncios, por exemplo, no jornal *Porto Livre*, em que acompanhamos o reclame do livro *A Bruxa de Madri*, do escritor espanhol Wenceslau Ayguals de Izco (1801-1873). O anúncio surgiu em 10 de julho de 1862, edição 47, de uma forma que chamava atenção, visto que a obra vinha sozinha, com o título maiúsculo e negrito. Na edição 66, de 16 de janeiro de 1863, o escrito ainda estava à venda, mas o reclame perdeu o destaque que apresentava antes, vinha apertado entre os demais. Essas informações sugerem que o romance não agradava muito aos leitores maranhenses naquele período. *A Bruxa de Madrid* circulou também na Corte, conforme observamos em anúncios da Livraria Garnier, publicados no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1854, com a obra também anônima, assim como surgiu na folha maranhense. Estas imagens mostram os anúncios do romance no *Porto Livre* nas duas datas mencionadas

Figura 54 - Anúncios do romance *A Bruxa de Madrid* no jornal *Porto Livre* (10 jul. 1862, n. 47 e 16 jan. 1863, n. 66)

mos dias designados.

ANNUNCIOS.

A BRUXA DE MADRID.

Nesta Typographia se diz quem tem para vender o bello Romance intitulado—A BRUXA DE MADRID em muito bom estado;—e por pouco dinheiro.

ESTEIRAS

Na loja de Branco & Irmão na Rua Grande, vende-se esteiras de carnabuba com toque de avaria a 320.

ESCRAVAS.

Nesta Typographia se diz quem compra 3 escravas de 18 a 25 annos, que sejam perfeitas lavadeiras e engomadeiras.

(1) Estando este sujeito na cadeia publica o Sr. José Silvestre dos Reis Gomes substituido da 1.^a vara municipal o fez transferir (*não sabemos porque ar-tes*) para a prisão do Corpo de Policia [... porem disto inteirado o Exm. Sr. Chelo do policia, o fez baldear para o logar competente.

Convento de Nossa Senhora das Mercês, se diz quem aluga 2 grandes armazens, ritos á beira mar e com bom caes.

NESTA Typographia se diz quem vende uma colleção de Leis, Decretos, Ordens e Portarias do Governo Imperial, do anno de 1854. Assim tambem inculca-se pessoa mui habilitada para qualquer escripta, quer do Commercio, quer do Foro.

Nesta Typographia se diz quem tem para vender o bello Romance intitulado—A BRUXA DE MADRID, em muito bom estado;—e por pouco dinheiro.

O Tabelião do Judicial, José Candido Vieira Martins, mudou sua residencia para o predio n. 57, sito á rua do sol, onde pode ser procurado das sete horas da manhã em diante. Maranhão, 24 de Novembro de 1862.

Nesta Typographia do COMMERCIO admittem-se—aprendizes—Nesta mesma Typographia acaba de faltar uma Chapa com as Armas Imperiaes, aquella que sahiam na cabeça do Periodico—Clarim—; roga-se, a quem a tiver, de a restituir, e desde já se protesta por tal falta.

Maranhão 25 Julho de 1862—O Proprietario.
A. V. N. Cascaes.

Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

No Rio de Janeiro, também era frequente a presença de anúncios de venda de livros usados, como este veiculado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 9 de dezembro de 1835, n. 7 p. 2, vendendo novelas em português “com pouco uso”, sem informar os autores, nem o preço, apenas os títulos, de quantos volumes era formada a obra e se tinha estampas. Entre esses livros estão: *Heloísa e Abelardo*, *Camponesa exaltada*, *As mulheres célebres*, *O Diabo Coxo* e *Carolina de Lecthfeld*, por exemplo. Algumas dessas, como vimos nesta tese, circularam também em São Luís. Leiamos o anúncio transcrito a seguir:

LIVROS À VENDA

Vende-se na Rua dos Pescadores n. 43, as novelas seguintes em português, com pouco uso: *Camponesa exaltada*, 4 v.; *Carolina de Lecthfeld*, 2 v.; *Eugênio e Virgínia* 2 v.; *a, ou A Cabana do Deserto* 1 v.; *Manuela e Andressa* 2 v.; *O Diabo Coxo* 1 v., com estampas; *Heloísa e Abelardo* 2 v. 1; *Mulheres Célebres* 1 v. (*Diário do Rio de Janeiro*, 9 dez. 1835, n. 7 p. 2).

Através da análise de vários anúncios de uma mesma obra, constatamos que, às vezes, um romance veiculava no jornal e, simultaneamente, em folhetos e livros, sob a

responsabilidade do mesmo periódico, como aconteceu com a tradução do escrito *Os Mistérios da Inquisição* que, em 1847, circulava no *Folhetim* do jornal *O Progresso*. A fim de obter mais retorno financeiro com o longo romance, a partir de outubro do mesmo ano, o jornal anunciou que o venderia em folhetos semanais, com poucas laudas, semelhante ao modo que outros jornais do Maranhão e diferentes províncias veiculavam obras diversas. Em novembro de 1847, *O Progresso* apregoou o reclame do lançamento do mesmo romance no suporte livro, dividido em volumes, que custavam 2\$000 cada; já estava vendendo o primeiro exemplar, mas não informou o total que compunha a coleção. Nesse dia, o anúncio tomou muito espaço no rodapé, ocupando a parte inferior por completo. Posteriormente, circulou no início das páginas, também ocupando-as de um lado a outro. Observemos os anúncios do romance *Os Mistérios da Inquisição* em folhetos e em livros, no jornal *O Progresso*:

Os Mistérios da Inquisição

Vende-se nesta tipografia o excelente romance que atualmente se publica no *Folhetim* desse jornal, intitulado *Os Mistérios da Inquisição*, por folhetos semanais de 16 páginas cada um.

Preço de cada folheto ... 320

A impressão está isenta de erros e feita com toda a nitidez (*O Progresso*, 29 out. 1847 n. 213, p. 4).

Figura 55 - Anúncio do primeiro volume do romance *Os Mistérios da Inquisição* no suporte livro (*O Progresso*, 10 nov. 1847, n. 221, p. 4)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

A circulação dos escritos, ao mesmo tempo, em suportes variados, fortalece a construção do valor do produto, uma vez que os torna mais conhecidos e desejados como um objeto cultural. Em folhetos, os romances ficavam também mais acessíveis, financeiramente, visto que esse suporte era mais barato e o pagamento parcelado. No caso desse anúncio, cada folheto continha 16 páginas e custava 320, enquanto que um volume de livro era vendido, em média por 2\$000. O romance deve ter agradado muito aos leitores, pois, simultaneamente,

veiculou de três modos: no *Folhetim*, em folhetos e em livro. Conforme Barbosa (2007, p.82), os anúncios de livros, nos jornais, do século XIX, representam mais do que informar os títulos e os preços das obras, revelam “outras práticas, como aquela que tinha os jornais, de transformar em livros os romances que acabavam de publicar”. No caso do jornal de São Luís, nem concluiu a publicação no *Folhetim* e o livro começava a circular, em “pequenas doses”.

No *Publicador Maranhense*, em 2 de novembro de 1847, apareceu o anúncio adaptado dos folhetos do romance *Os Mistérios da Inquisição*, de responsabilidade do jornal *O Progresso*, nesse, além de oferecer a obra, também ressaltava a veiculação do escrito no jornal. Foi acrescido o endereço e o nome da Tipografia Maranhense, onde se imprimia e vendia *O Progresso*, os folhetos e os livros que compunham a coleção *Os Mistérios da Inquisição*. Observemos o referido anúncio:

Figura 56 - Anúncio dos folhetos do romance *Os Mistérios da Inquisição* (*Publicador Maranhense*, 2 nov. 1847, nº 576, p. 4)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

O *Publicador Maranhense* foi o jornal em que mais encontramos anúncios de prosa de ficção, isso em vista do grande período de circulação desse periódico. Alguns desses reclames apareciam, simultaneamente, em diversos jornais. No quadro a seguir, podemos observar muitas obras que foram anunciadas, às vezes, em conjunto com outras, do mesmo modo como surgiram na divulgação; além disso, informaremos seus autores e os países em que nasceram, os tradutores (quando possível), os anunciantes e o ano de veiculação. Colocaremos ainda

referências às edições e volumes dos livros; e, raramente, como a obra chegou a São Luís, pois existem casos em que o anúncio indicava o navio que a trouxe, por exemplo, o da Livraria do Largo do Palácio que pretendia vender alguns romances de Macedo recém-chegados no Vapor Paraná. São livros de escritores franceses, como Paul de Kock, J. de La Fontaine, Eugène Sue, Alexandre Dumas, Frédéric Soulié, Eugène Scribe, Victor du Hamel, Condessa Dash, Victor Hugo, Clemence Robert e Ponson du Terrail. Entre os autores portugueses, encontram-se Camillo Castello Branco, Rebello da Silva, A. M. da Cunha Belém, Augusto Rebello da Silva, Alfredo Hogan, Júlio Diniz, M. Pinheiro Chagas e Alexandre Herculano. A norte-americana Harriet Beecher Stowe (1811-1896) também teve uma obra anunciada nesse jornal. Entre os brasileiros de outros estados encontram-se Joaquim Manoel de Macedo e José de Alencar. Quanto aos autores maranhenses que tiveram suas obras anunciadas foram Maria Firmina dos Reis, João Clímaco Lobato, Joaquim Serra e Francisco Gaudêncio Sabbas da Costa.

Existem também obras anônimas; e autores que por se identificarem apenas com as iniciais ou que seus escritos ficaram restritos ao século XIX, não foram recuperados atualmente, por exemplo: C E. da C. G.; Lopes de Mendonça, J. Hermenegildo Correa, E. Tavares, T. da Rocha. Isso ocorria, provavelmente, em vista de, no século XIX, os autores não serem relevantes, assim como os gêneros das obras, consoante Barbosa (2007). Por conseguinte, essas obras apresentam o mesmo valor que as demais, o importante era que suas histórias se parecessem com as famosas: “A pesquisa nos jornais demonstra que nem o gênero, nem o autor eram instâncias relevantes na época, quando o que importavam eram as narrativas que lembrassem e se aproximassem daquelas notáveis” (BARBOSA, 2007, p. 51).

Os anunciantes no *Publicador Maranhense* eram pessoas físicas, livrarias e tipografias como: Livraria Monteiro & Irmão, Tipografia e Livraria de Antônio Pereira Ramos de Almeida, Bento José Antunes, R. de Matias (editor), Livraria do Largo do Palácio, Livraria Universal, Livraria Econômica, Livraria de Magalhães.

Quadro 14 - Algumas obras de prosa de ficção anunciadas no *Publicador Maranhense* (1842 a 1868)

Prosa de ficção	Autor/País	Anunciante	Ano do anúncio no <i>Publicador Maranhense</i>
Este Senhor – romance (4 v.)	Paul de Kock (França)	J. A. Gonçalves de Magalhães	1843
Fábulas (8 v. Trad.: F. Elysio)	J. de La Fontaine (França)	J. A. Gonçalves de Magalhães	1843

Formidoro e Belinda, ou o cavalheiro da morte – romance heroico (2 v.)	-	J. A. Gonçalves de Magalhães	1843
Georgeta, ou a sobrinha do Talião – romance (4 v.)	Paul de Kock (França)	J. A. Gonçalves de Magalhães	1843
O Corsário Português – romance (tradução)	-	O Armazém Romântico ⁸⁴	1847
Os Mistérios da Inquisição	M. V. de Féreal (Victorine Germillan) (França)	Tipografia Maranhense	1847
A Roseira – romance (trad. do francês por uma Senhora Portuguesa)	-	Paulo da Silva Alves e irmão	1848
Martim, o enfeitado ou memórias de um escudeiro	Eugène Sue (França)	Joaquim Marques Rodrigues	1848
Um Calucho	Paul de Kock (França)	Nova Livraria Francesa e Portuguesa	1849
Os sete pecados mortais – A Soberba e A inveja	Eugène Sue (França)	Joaquim José Alves	1850
Os vinte anos depois (6 v.)	Alexandre Dumas, pai (França)	Livraria Frutuoso	1850
Os amores de Paris (3 v.)	Paul Féval (França)	Livraria Frutuoso	1850
Os Ferreiros (3 v.)	Frédéric Soulié (França)	Livraria Frutuoso	1850
Cristina de Stinville ou os efeitos da boa ou má educação (romance original) (2 v)	C E. da C. G.	Livraria Frutuoso	1850
O filho do Diabo – romance (4v)	Paul Féval (França)	Livraria Frutuoso	1851
O rapazinho Piquillo Alliaga ou os mouros no reinado de Felipe III - romance (5 v.) (Trad.: José Liberato Freire de Carvalho)	Eugène Scribe (França)	Livraria Frutuoso	1851
A dama de Monsoreau (4 v.)	Alexandre Dumas (França)	Livraria Frutuoso	1851
Os mil e um fantasmas (4 v.)	Alexandre Dumas (França)	Livraria Frutuoso	1851
As mil e uma noites – contos árabes (4 v.)	-	Livraria Frutuoso	1851
O castelo de Rochecourle (4 v.)	Victor du Hamel (França)	Livraria Frutuoso	1851
Os últimos dias de Pompeia – romance (2 v.)	-	Livraria Frutuoso	1851
O Conde de Sombreiul – romance (2 v.)	Condessa Dash (França)	Livraria Frutuoso	1851
O capitão La Rose – romance marítimo (2 v.)	-	Livraria Frutuoso	1851
Memórias de um doido (1 v.)	Lopes de Mendonça	Livraria Frutuoso	1851
Jorge ou o capitão dos piratas – romance histórico (2 v.)	Alexandre Dumas (França)	Livraria Frutuoso	1851

⁸⁴ Anúncio veiculado também no periódico A Revista, em 21 de agosto de 1847, n. 404.

A Cabana do Pai Tomaz, romance moral	Harriet Beecher Stowe (Estados Unidos)	Depósito de livros (Colégio Nossa Senhora dos Remédios)	1853
Branca de Beaulieu	Alexandre Dumas, pai (França)	Depósito de livros (Colégio Nossa Senhora dos Remédios)	1853
A mão do finado – continuação do Conde de Monte Cristo.	Alexandre Dumas, pai (França)	Satyro Antônio de Farias	1853
Rosa – romance	Joaquim Manoel de Macedo (Brasil)	Livraria Frutuoso	1854
A mão do finado – continuação do Conde de Monte Cristo.	Alexandre Dumas, pai (França)	Livraria Frutuoso	1854
O Diabo em Lisboa ou os mistérios da capital – romance	J. Hermenegildo Correa	Livraria Frutuoso	1856
Ouro e crime: mistérios de uma fortuna ganha no Brasil (2 v.)	E. Tavares	Livraria Monteiro & Irmão	1857
A psicologia de um homem casado (1 v.)	Paul de Kock (França)	Livraria Monteiro & Irmão	1857
Úrsula	Maria Firmina dos Reis (Brasil-MA)	Tipografia e Livraria de Antônio Pereira Ramos de Almeida	1860
A Virgem da Tapera (Oferecido a Maria Firmina dos Reis)	João Clímaco Lobato (Brasil-MA)	Tipografia de Ramos de Almeida	1861(estava no prelo)
Carolina de Luchthild – romance em português	-	Bento José Antunes	1861
Vicentina	Joaquim Manoel de Macedo (Brasil)	-	1862
Os Miseráveis – romance	Victor Hugo (França)	R. de Matias (editor)	1862
Coisas Espantosas – romance (1 v.)	Camillo Castello Branco (Portugal)	-	1863
Lucíola, um perfil de mulher (1 v.) – romance original	G. M. ⁸⁵	Livraria do Largo do Palácio	1863
Oito dias num castelo, extratos da memória de um mancebo (1 v.) – trad. S. V. L.; ilustrado por Henrique Fleuise	Frédéric Soulié (França)	Livraria do Largo do Palácio	1863
A Bruxa de Madri	Wenceslau Ayguals de Izco (Espanha)	Bento José Antunes	1864
Cinco Minutos ou A Viuvinha – romance	José de Alencar (Brasil)	Livraria de Antônio Pereira Ramos de Almeida	1865

⁸⁵ G. M. era o editor.

Diva ou um perfil de mulher; Lucíola ou um perfil de mulher	José de Alencar (Brasil)	Livraria de Antônio Pereira Ramos de Almeida	1865
Guarani Lucíola Asas de um Anjo – romances	José de Alencar (Brasil)	Livraria do Largo do Palácio (obras chegadas no Vapor Paraná)	1865
Rosa Vicentina A Moreninha Os dois amores Nebulosa O forasteiro – romance	Joaquim Manoel de Macedo (Brasil)	Livraria do Largo do Palácio (obras chegadas no Vapor Paraná)	1865
Lágrimas e tesouros – romance	Rebello da Silva (Portugal)	Livraria de Antônio Pereira Ramos de Almeida	1866
Onde está a infelicidade – romance original	A. M. da Cunha Belém (Portugal)	Livraria de Antônio Pereira Ramos de Almeida	1866
Os mendigos de Paris	Clemence Robert (França)	Livraria de Antônio Pereira Ramos de Almeida	1866
A Casa Branca	T. da Rocha	Livraria de Antônio Pereira Ramos de Almeida	1866
A Mocidade de D. Henrique IV – romance histórico	Ponson du Terrail (França)	Livraria de Antônio Pereira Ramos de Almeida	1866
A Mocidade de D. João V	Augusto Rebello da Silva (Portugal)	Livraria de Antônio Pereira Ramos de Almeida	1866
O Caramujo – romance histórico, original	Antônio A. A. da Silva	Livraria de Antônio Pereira Ramos de Almeida	1866
Contos de minha lavra	F. G. Bastos	Livraria de Antônio Pereira Ramos de Almeida	1866
Casada e virgem – romance histórico (Trad.: Porfírio José Ferreira)	-	Livraria de Antônio Pereira Ramos de Almeida	1866
Contos do Tio Joaquim	R. Peganico	Livraria de Antônio Pereira Ramos de Almeida	1866

Contos espanhóis (Trad.: Brito Aranha)	-	Livraria de Antônio Pereira Ramos de Almeida	1866
A pedinte de Lisboa, memórias de uma mulher – romance (2 v.)	-	-	1866
Duas mulheres da época – romance contemporâneo	Alfredo Hogan (Portugal)	Livraria Magalhães, Pinto & C.	1866
Os companheiros de silêncio – romance (4 v.)	Paul Féval (França)	Livraria Magalhães, Pinto & C.	1866
As Minas de Prata	José de Alencar (Brasil)	Livraria de Antônio Pereira Ramos de Almeida	1866
A Cabana de Pai Tomaz ou os negros na América	Harriet Beecher Stowe (Estados Unidos)	Livraria de Antônio Pereira Ramos de Almeida	1866
O moço loiro A Moreninha – romance	Joaquim Manoel de Macedo (Brasil)	Largo do Palácio	1867
Mistério de Lisboa	Camillo Castello Branco (Portugal)	Largo do Palácio	1867
O Guarani – romance brasileiro, 3ª edição, revista pelo autor – (2 volumes)	José de Alencar (Brasil)	-	1867
Lucíola, um perfil de mulher – 2ª edição, revista pelo autor, publicado por G. M.	G. M. José de Alencar (Brasil)	-	1867
Lucíola, um perfil de mulher – 2ª edição, (1 v.)	José de Alencar (Brasil)	Livraria Universal	1867
Os Rascaes	-	Livraria Econômica	1868
As mil e uma noites (contos)	-	-	1868
O Guarani – romance – 2 v. (3ª edição)	José de Alencar (Brasil)	Livraria de Magalhães	1868
Cinco Minutos e A Viuvinha – 2 pequenos romances em um só volume	José de Alencar (Brasil)	Livraria Popular de Magalhães & C.	1868
Eurico, o presbítero	Alexandre Herculano (Portugal)	Magalhães e C.	1868
Um amor fatal – romance	Francisco Gaudêncio Sabbas da Costa (Brasil - MA)	Livraria Popular	1868
Rosa Dois amores Moço loiro A carteira de meu tio As minas do prata Iracema	Joaquim Manoel de Macedo José de Alencar -	Livraria Popular	1868

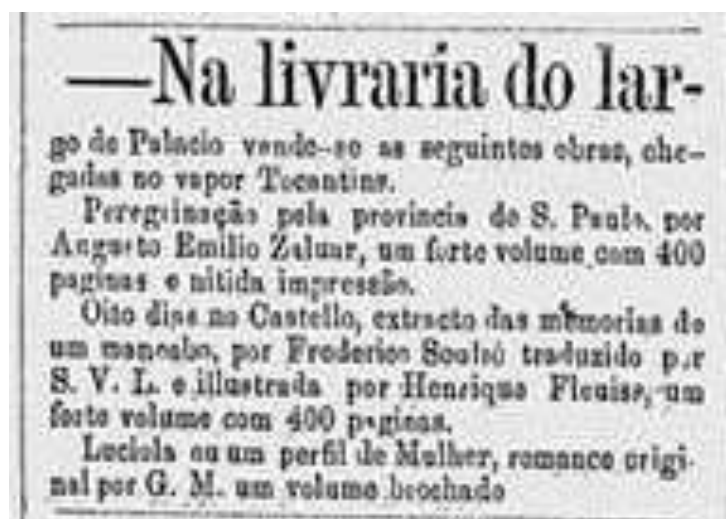
Lucíola Os boncaneiros O leão amoroso O monge – romances			
A Dama das Camélias – romance	Alexandre Dumas, filho (França)	Livraria Popular Magalhães & G.	1868
A loba – Trad.: J. B. Matos Moreira	Paul Féval (França)	Livraria Universal – colhe assinaturas	1868
As pupilas do Senhor Reitor – romance (2ª edição)	Júlio Diniz (Portugal)	Magalhães & G.	1868
A virgem Guaraciaba – romance	M. Pinheiro Chagas (Portugal)	Magalhães & G.	1868

Fonte: Arquivo pessoal.

No *Publicador Maranhense* circularam anúncios de romances de vários autores brasileiros como os de Joaquim Manuel de Macedo – *A Rosa*, *Vicentina*, *A Moreninha*, *Os dois amores*, *Nebulosa*, *O forasteiro*, *Moço loiro*, *A carteira de meu tio*. Esta obra e *Vicentina* também foram anunciadas no jornal *A Coalizão*. Os romances de José de Alencar, que foram os mais vendidos entre os escritos nacionais, também constavam nos reclames do *Publicador Maranhense*, entre eles estavam: *As minas de prata*, *Cinco Minutos ou A Viuvinha*, *Diva ou um perfil de mulher*, *Asas de um Anjo* e *O Guarani*.

Algo inusitado, não obstante, aconteceu na chegada dos reclames dos romances de Alencar nesse jornal, pois, em 1863, *Lucíola ou um perfil de mulher* foi anunciado como sendo de autoria de G. M., e dessa forma o livro apareceu nas divulgações, por um longo período, não só nesse jornal, mas também em outros como *Porto Livre* (1864), por exemplo. Em seguida, era anunciado sem os dados do autor, nem do editor. No início de 1865, era divulgado de forma anônima e com o título encurtado (*Lucíola*); mas perto do fim deste ano, o romance apareceu com o autor correto e continuou com o título reduzido. Conforme Barbosa (2007), o nome do autor não tinha muita importância, “talvez porque a prevalência seja da palavra escrita não daquele que escreve” (BARBOSA, 2007, p. 35). Nas imagens seguintes, encontram-se dois anúncios, nos quais o romance *Lucíola* aparece nas duas situações mencionadas; além de algumas obras de Macedo. Nesses reclames indica que os livros vieram no Vapor Tocantins e no Vapor Paraná, então o Maranhão além de imprimir livros, também vendia os que vinham de diversas partes do Brasil e do mundo.

Figura 57 - Anúncio de *Lucíola* com o autor trocado (*Publicador Maranhense*, 4 dez. 1863, n. 275, p. 4)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Figura 58 - Anúncio de *Lucíola* com o autor correto *Publicador Maranhense* (10 nov. 1865, n. 255, p. 3)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Muitos livros que circularam no Maranhão, segundo verificamos nos anúncios, apregoaram também na Corte, por exemplo, *Iracema*, de José de Alencar, que em 1868, constava no reclame da Livraria Popular, veiculado no *Publicador Maranhense*, e em um anúncio no *Diário do Rio de Janeiro*. O estudo dos anúncios, portanto ajudam a descrever os caminhos que as obras percorriam no século XIX e revelam o interesse dos leitores pelos escritos ali anunciados. De acordo com Barbosa (2007, p. 80), “estabelecer relações entre o que circulou nos jornais da Corte e nos das províncias é outra possibilidade bastante significativa proporcionada pela pesquisa nos jornais e periódicos”.

O anúncio da Livraria Popular, no *Publicador Maranhense*, era dividido em romances e poesias; *Iracema* estava na parte de romances, junto com outras obras de Alencar e algumas de Joaquim Manoel de Macedo, além de escritos estrangeiros e outros desconhecidos e que não entraram para o cânone, mas também pertencem à história dos livros que circularam nessa província. No anúncio não constavam os nomes dos autores dos livros. Essa prática pode significar que, como as obras eram anunciadas há muito tempo, acompanhadas pelos nomes dos escritores, no caso de *Iracema*, desde 1865, já era possível serem apresentadas por si mesmas.

Quanto ao anúncio do *Diário do Rio de Janeiro*, era da Livraria do editor B. L. Garnier. Foi iniciado pelo aviso de que acabava de ser lançada uma nova obra, onde seria vendida e o endereço; em seguida, constava o título *Sistema Representativo*, com o nome do autor José de Alencar, ambos em letras grandes, maiúsculas e em negrito; encontra-se também a descrição dos capítulos do livro. As demais obras, assim como *Iracema*, que estava com o título acrescido de *lenda do Ceará*, surgiram em letras pequenas e com informações sobre o gênero, o total de volumes e os preços, sem destaques, uma vez que eram conhecidas do público. A próxima imagem mostra *Iracema*, no anúncio do *Publicador Maranhense*; logo depois, transcrevemos o reclame do *Diário do Rio de Janeiro*, em que o romance também aparece:

Figura 59 - Anúncio do romance *Iracema* no *Publicador Maranhense* (6 maio 1868, n. 55, p. 4)

**LIVRARIA
POPULAR.**
Vende-se as seguintes obras:

Romances
Rosa. — Dois amores. — Moço Louro. — A Carteira de meu tio. — O Guarany. — As Minas de prata. — Iracema. — Luciola. — Os Boncaneiros. — O Leão amoroso. — O Monge. — Damas das Camélias.

POESIAS
Suspiros poeticos. — Flores e fructes por, B. Senbra. — Paula Brito. — Emilio Zalanr. — Bittencourt Sampaio. — Fagundes Varella. — Alvaranga Peixoto. — Alvares de Azevedo. — Teixeira de Mello, e outras de diferentes autores. — Livro do Palacio n. 21 — Livreria de Magalhães & C.
Maganhão 5 de março de 1868.

Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>

ACABA de sair à luz, e acha-se à venda na Livraria do B. L. Garnier, na Rua do Ouvidor, n. 60

SISTEMA

REPRESENTATIVO

Pelo Exmo. Sr. Conselheiro

J. DE ALENCAR

Esta importante obra é dividida em 3 livros, da seguinte forma:

Livro 1º — Da Representação — Falseamento da representação. Democracia originária. Democracia representativa. Novos sistemas. A genuína representação.

Livro 2º — Do voto — Da natureza do voto. Do exercício do voto. Da competência do voto. Da emissão do voto.

Livro 3º — Da eleição — Da organização eleitoral. Do processo eleitoral. Da elegibilidade. Efeitos da reforma. Projeto de lei eleitoral.

1 v. nitidamente impresso, preço
3\$000

Na mesma casa, encontram-se as seguintes obras do mesmo autor;

O Guarani, romance brasileiro, 2 v. enc. 6\$000

As Minas do Prata, continuação e fim do precedente, 6 v. 12\$000

Cinco Minutos e A viuvinha, lindos romances, 1 v. enc. br.
2\$000

Iracema, lenda do Ceará, 1 v.
2\$000

Mãe, drama em 4 atos, 1 v. 2\$000

As asas de um anjo, comédia em 4 atos
2\$000

O Demônio familiar, comédia em 4 atos
2\$000

Verso e reverso, comédia familiar, em 2 atos 1\$500
 (Diário do Rio de Janeiro, 16 jul. 1868, p. 8).

Os livros novos eram muito anunciados, sobretudo, pelas livrarias e tipografias, como neste da Livraria e Papelaria de Antônio Pereira Ramos, veiculado no *Publicador Maranhense*, no dia 27 de agosto de 1866, n. 195, em que a condição “Romances novos” vinha em letras grandes e negritadas, seguida dos títulos das obras e alguns acompanhados pelos nomes dos autores, além de indicações a respeito de estampas e tradução. A lista de livros continha 29 títulos de autores bem conhecidos, como os franceses Alexandre Dumas, pai, com as obras *Os três mosqueteiros*, *Jorge ou o capitão dos piratas*, *Regência de XV*, e *A dama das pérolas*, entre outras; Alexandre Dumas, filho, com *A vida dos 20 anos* e *A Dama das Camélias*, por exemplo; e Paul Féval integrou a lista com *O companheiro do silêncio*. O romance *A Cabana do Pai Tomaz ou os Negros na América*, de Stowe, embora conhecido dos maranhenses, desde a década de 1850, conforme veremos nesta tese, constava no reclame sem o nome de sua autora. Entre os autores que ainda não tinham seus livros muito conhecidos na província, estão o escritor português José Joaquim Rodrigues Bastos (1777-1862), com suas obras completas, formadas por quatro livros: *Pensamentos e máximas*, *Os 2 artistas ou Albono e Virgínia*, *Meditações ou discursos religiosos*, *A Virgem da Polônia*. Outra obra portuguesa presente neste anúncio foi *A pedinte de Lubor, ou memória de uma mulher*, por Alfredo Hogan (1830-1865).

Sobre os demais escritores que integraram a lista não foi possível descobrir mais informações, em vista da identificação incompleta ou porque ficaram restritos ao século XIX e com obras que podem ter circulado pouco na província maranhense. Dessa forma, encontramos, por exemplo, Conceição, autora do livro *Mistérios do Porto*; Carlos Dorly, com a obra *A noiva do norte*; e L. F. Smith, como romance *Marido e mulher, escrava e Sr.* A presença desses livros no anúncio, independentemente de serem canônicos ou não, comprova que eles interessavam aos leitores e eram vendidos no Maranhão. A lista ser encabeçada pelas obras de Alexandre Dumas, pai, significa que seus romances eram os preferidos na província. Leiamos a transcrição do anúncio na íntegra:

Romances novos

Alexandre Dumas:

Os três mosqueteiros, com estampas

Jorge ou o capitão dos Piratas

Regência de XV

A dama das pérolas

Catarina Blum

História do reinado de XVI
 Dom Martim de Freitas
 O Visconde de Bragelone
Alexandre Dumas, filho.
 Disca de Lys
 A vida dos 20 anos
 A Dama da Camélias
Obras completas do conselheiro José Joaquim Rodrigues de Bastos,
contendo:
 Pensamentos e máximas
 Os 2 artistas ou Albono e Virgínia
 Meditações ou discursos religiosos
 A Virgem da Polônia
 Marido e mulher, escrava e Sr., romance contemporâneo por L. F. Smith
 O escravo branco, companheiro do Pai Tomaz, ou a vida de um fugitivo na
 Virgínia, por Dildeseth
 O companheiro do silêncio, por Paul Féval
 A Cabana do Pai Tomaz ou os Negros na América
 O sermão da costa, por Manoel Gonçalves
 A noiva do norte, por Carlos Dorly
 A rua escura (tradução portuguesa)
 Os tospeíticos, por A. C. Louzada
 Mistérios do Porto, por Conceição
 A pedinte de Lubor, ou memória de uma mulher, por Alfredo Hogan
 Impressões da virgem, por Alexandre Dumas
 Esaú, o leproso, romance histórico
 Inocente e culpado, ou o segundo filho de uma família, por Alexandre
Lavirgne
 História dos salteadores mais célebres e dos bandidos mais notáveis que tem
 existido em diversos países.
 À venda na Livraria e Papelaria de Antônio Pereira Ramos de Almeida,
 Largo do Palácio n. 21.
Maranhão, 18 de agosto de 1866. (*Publicador Maranhense*, 27 ago. 1866,
 n. 195, grifos nossos).

Nos anúncios da Livraria Frutuoso existiam mais informações sobre os livros, além do título, do autor e da indicação de que eram novos, informavam também o total de volumes, o ano da obra, o formato, e se era ilustrada; somando-se a isso, antes dos títulos constavam os nomes de alguns autores, que em seguida se repetiriam ao lado de seus escritos. O chamariz no caso dessa livraria, além dos livros serem novos, ilustrados e em francês ou português, eram os nomes dos autores relacionados, no caso, apenas dos estrangeiros, dos consagrados para os menos conhecidos; o escritor brasileiro Joaquim Manoel de Macedo apareceu somente ao lado de seu romance *Rosa*. Essa forma como o anúncio foi escrito demonstrava a soberania das obras francesas sobre as brasileiras, no contexto maranhense. Observemos o anúncio a seguir:

Figura 60 - Anúncio da Livraria Frutuoso no *Publicador Maranhense* (24 out. 1854, n. 1894)

VENDAS.

**Livros novos à venda na Li-
vraria Fructuzo**

Escolhas das melhores obras illustradas em francez de M. M. Dumas filho, Balzac, Eugén. Sue, Soulié Janin, Girardin, Gozlan, Feval, Mery Karr, C. Souventre, Fournier, Martin, Stael, Bernard, Annet Bourgeois, & & & Vende-se por preço muy baixo qualquer obra moderna dos auctores acima.

Advogado (e) dos orphãos ou guia pratica do processo orphanologico, adaptado ao foro brasileiro: para uso dos Juizes, escrivães, e advogados por Joaquim Hygino da Motta Pereira 1 v. 8.º 1853

Primeiros elementos praticos do foro civil por M. M. S. segunda edição muito augmentada 1 v. 8.º 1853.

Sue: A Predicção 2 vs 8.º 1853

Historia da Bastilha por Lagnodier traduzida por José Liberato Freire de Carvalho 1 v. 8.º

A Mão do Enxada romance em continuação do Conde de Monte Christo 4 vs 8.º 1853.

A Rosa, romance do Dr. Joaquim Manoel Macedo 1 vs. 1853

Ornamentos de Memoria, e exercicios selectos para formar o bom gosto e verdadeiro estylo da lingua portugueza; extrahido das melhores classicas por J. J. Roquete 1 v. 8.º

La Philosophie du droit ou explication des rapports sociaux por Dimetry de Gleuka 1 v. 8.

Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Houve casos em que o reclame usava um romance como chamariz para vender também outros produtos, prática corrente nos jornais brasileiros, como observamos no anúncio do Depósito de Livros, do Colégio Nossa Senhora dos Remédios, veiculado no *Publicador Maranhense*, em 1853, no qual *A Cabana do Pai Tomaz*, de Stowe apareceu com o título em negrito e letras grandes, acrescido de explicações sobre o livro; posteriormente, vinham os outros escritos, sem destaque no reclame, entre eles: *Salamandra*, *Cavalheiro da casa vermelha*, *Comendador de Malta* e *Napoleão*; seguidos por produtos como violões, cordas para violão, rabecas, flautas e clarinetes. No *Diário do Rio de Janeiro* de 3 de maio de 1857, o romance de Stowe foi anunciado, junto com outros livros, com a manchete de “Bonitas obras”. Em 1852, o Depósito de Livros já vendia *A Cabana do Pai Tomaz*, mas anunciava-o de uma forma discreta, com seu título em fonte igual a dos demais livros e produtos, como constatamos no periódico *O Constitucional*. A insistência em vender o

mesmo livro por um longo período, significa que era uma obra bastante solicitada pelos leitores, em vista disso, poderia até ajudar a vender outros livros e produtos diversos, como sugeriu o anúncio seguinte veiculado no *Publicador Maranhense*, em 1853, analisado no início deste parágrafo:

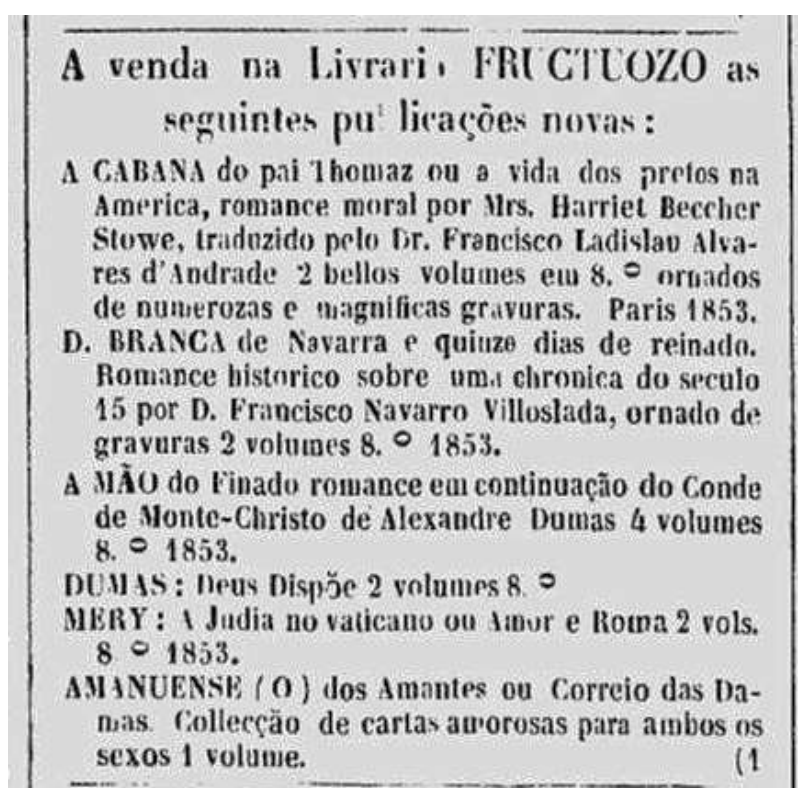
Figura 61 - Anúncio do romance *A Cabana do Pai Thomaz* no (*Publicador Maranhense*, 2 ago.1853, p. 4, n. 1427)

—A Cabana do Pai Thomaz,
romance moral, que tem tido uma voga extraordinária, e que merece ser lido—Salamandra—Cavalheiro da Caza Vermelha—Sylvandira—Commendador de Matto—Luiz Napoleão—Branca de Beaulieu—Memorias de um marido—Kossuth, ou a liberdade dos Hungaros, e outros muitos romances da Bibliotheca Economica, que se vendem por preços muitissimos baixos.—Histoire de la Revolution de 1848 par A. de Lamartine com estampas, 2 volumes—Synopsis, ou Collecção Chronologica dos factos mais notaveis da Historia do Brazil—Manual do Negociante, ou Collecção da Legislação &—Observações sobre varios Artigos do Código do Processo Criminal pelo Dr. Manoel Mendes da Cunha Azevedo—Instituições de Direito Civil Brasileiro, extrahidas &, &, pelo Dr. Lourenço Taigo de Leureiro—Diversos outros Livros de Direito, e Praxe Forense—Uma grande e variada Collecção de Livros de Instrucção em diferentes ramos—Excelentes córdas para Violão, Rabeca e Rabecão—Optimas Rabecas, Violões, Flautas, Clarinetas, Trompas, &—Um variado sortimento de pennas metalicas finissimas, algumas das quaes são as mais delicadas que tem vindo a este mercado, e que até servem para desenhos em miniatura.

Todos estes artigos, e outros muitos, que tem com elles relação se encontram no Deposito de Livros, e mais objectos d'Instrucção, e de Escriptorio, pertencente ao Collegio de N. Senra. dos Remedios—Rua Grande n. 8. (1)

A história de circulação do romance *A Cabana de Pai Tomaz* continuou em São Luís, em 1854. Como percebemos neste anúncio da Livraria Frutuoso, publicado no jornal *O Globo*, onde mesmo o livro dividindo o reclame com obras de Dumas, por exemplo, *A Cabana* encabeçava a publicação. Desta vez, além do subtítulo *ou a vida dos pretos na América*, consta o nome da autora, bem como do tradutor para o português Francisco Ladislau Álvares de Andrade. Era a edição de 1853, impressa em Paris, ornada de gravuras, em 2 volumes, in-8º, consoante podemos observar nesta imagem:

Figura 62 - Anúncio do romance *A Cabana do Pai Tomaz* no jornal *O Globo* (15 mar. 1854, n. 231, p. 4)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Conforme Villalta (2007, p. 203), os livros prestavam-se a usos diversos: “ligados ao sagrado ou, pelo contrário, extremamente mundanos, alguns deles com uma conotação coletiva e, talvez, pública, e outros, pelo contrário, sendo destinados a um uso se não propriamente privado, ao menos íntimo”. O sucesso do romance *A Cabana de Pai Tomaz*, no Maranhão, seria em vista do tom antiescravagista que apresentava, logo pode ter ocorrido uso coletivo e público da obra, também impulsionado porque ela foi considerada “o livro que

levou ao fim a escravidão americana”⁸⁶, de acordo com José Victor Malheiros (2005). No Maranhão, neste período, conforme Serra (2001, p. 103), enquanto o país agitava-se para enfrentar a questão da escravidão, a imprensa maranhense era uma das mais “ardentes e antecipadas na propaganda abolicionista, procurando por todos os modos combater a hedionda instituição que nos envergonha[va]”. O jornalista considerava João Lisboa como “fervoroso abolicionista” que espalhou artigos sobre essa questão no *Publicador Maranhense* e no *Jornal de Tímon*.

A história desse livro também pode ter atraído os leitores para que o conhecessem, uma vez que, ainda segundo Malheiros (2005), o romance teve “uma vida atribulada”, posto que, foi primeiro publicado como folhetim no jornal antiescravagista moderado *National Era*, entre 1851 e 1852, mas recusado pelos primeiros editores indagados para lançá-lo no suporte livro; foi “editado nesse formato em 20 de março de 1852”. O livro teve uma venda extraordinária: 300.000 no primeiro ano, nos Estados Unidos; um milhão no primeiro ano de circulação, na Grã-Bretanha; e “um segundo milhão nas suas várias traduções em diversos países”. Sua autora que “esperava ganhar com a obra o suficiente para comprar um vestido novo”, ganhou 10.000 dólares nos três primeiros meses de venda.

Outro aspecto que pode ter ajudado na grande repercussão do romance no Brasil, é o fato de a alfândega ter proibido a saída dos exemplares da obra *A Cabana do Pai Tomaz*, mas em seguida, os liberou para que fossem vendidos, em “basta pública, graças à mais flagrante contradição” (*A Imprensa*, 27 nov. 1861, n. 27, p.1), consoante o artigo “A religião e alfândega”, extraído do *Correio Mercantil*, veiculado no jornal *A Imprensa*, de São Luís.

O autor estrangeiro que tinha suas obras mais divulgadas nos anúncios dos jornais de São Luís era Alexandre Dumas, pai (1824-1895), prova de que seus romances eram muito apreciados entre os leitores e também de que chegavam em grandes quantidades e variedades, na capital maranhense. Se o reclame não fosse individual, obrigatoriamente, os livros de Dumas estariam presentes. Dessa forma, encontramos, por exemplo, anúncios das livrarias Frutuoso e Monteiro & Irmão, veiculados no *Publicador Maranhense*, em 1850 e 1857, que traziam entre três e oito títulos diferentes desse escritor. No reclame a seguir, da Monteiro & Irmão, encabeçado pelos livros de Dumas, constam oito obras desse autor: *Minhas memórias*, *Recordações da minha vida*, *Memórias da França e Minha*, *Olímpia de Cleves*, *Jorge ou o capitão dos piratas*, *José Bálamo*, *Colar de Rainha*, *Ângelo Pitou*. Enquanto que de Paul

⁸⁶ *A Cabana do Pai Tomaz*, de Harriet Beecher Stowe O livro que levou ao fim da escravidão americana. Disponível em: <<https://www.publico.pt/culturaipsilon/jornal/a-cabana-do-pai-tomaz--de-harriet-beecher-stowe-o-livro-que-levou-ao-fim-da-escravatura-americana-24>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

Féval, Eugène Sue e Rebelo da Silva consta apenas uma obra de cada. Os livros deste anúncio apresentavam-se com denominação de gênero, indicação do total de volumes, do tamanho (geralmente in 8º), além do ano de publicação 1856:

Figura 63 - Os livros de Alexandre Dumas, pai, no anúncio da Livraria Monteiro & Irmão
(*Publicador Maranhense*, 18 abr. 1857)

Publicações novas á venda na Livraria de Monteiro & Irmão.

Alexandre Dumas: *Milhas (as) Memorias*, 4 volumes 8.º 1856.
Dito—*Recordações da minha vida, segunda parte das mesmas memorias*, 2 vls. 8.º 1856.
Dito—*Memorias da França e minha, terceira parte das minhas memorias*, 2 vls. 8.º 1856.
Dito—*Olimpia de Cleves*, 2 vls. 8.º 1856.
Dito—*Jorge ou capitão dos piratas romance historico* 1 vl. 8.º 1856.
Dito—*José Balsamo, 1.ª parte das memorias d'um Medico*, 1 vl. 8.º 1856.
Dito—*Collar da rainha 2.ª parte das Memorias d'um Medico*, 1 vl. 8.º 1856.
Dito—*Angelo Piton 3.ª parte das Memorias d'um Medico*, 1 vl. 8.º 1856.
E Souvestre: *Segredo (o) do Capitão*, 1 vl. 8.º 1856.
F. Soulié: *Bezerro (o) de ouro, novella postuma*, 4 vls. 8.º 1856.
Dito—*Dramas (os) Misteriosos* 6 vls.
Dito—*Cooper: Medidor de terrenos*, 2 vls. 8.º.
Izco: *Pobres e ricos ou a Bruxa de Madrid, romance de costume sociaes. e original*, 2 vls. 8.º.
C. Castello Branco: *Anathema, romance original*, 1 vl. 8.º.
P. Féval: *Filho (o) do diabo*, 1 vl. 8.º.
A. F. de Castilho: *Tratado da metrificacão portugueza para em pouco tempo, e até sem mestre se aprenderem a fazer versos de todas as medidas e composições* 1 vl. 8.º 1856.
A. M. da Victoria: *Conselho (o) dos dez em Veneza, ou historia da machina infernal*, 1 vl. 8.º.
Bazincourt: *Anjo e demonio*, 1 vl. 8.º.
A. E. quiros: *Carlota Corday*, 1 vl. 8.º.
E. Sue: *Mathildes, memorias d'uma joven*, 6 vls. 8.º.
Villoslada: *D. Branca de Navarra, e quinze dias de reinado com nce historico sobre uma chronica do seculo 15*, 2 vls. 8.º 1856.
J. A. Corvo: *Um anno na corte, romance historico e original*, 2 vls. 8.º 1856.
Rebello da Silva: *Mocidade (a) de D. João 5.º*, 2 vls. 8.º 1856.
Mery: *Judia no Vaticano, ou Amor e Roma*, 4 vls. 8.º.
Tymon: *Colloquios de Aldeões*, 1 vl. 8.º.
A. Herculan: *De origem e estabelecimento da inquisição em Portugal, tentativa historica*, 2 vls. 8.º 1856.
Mendes Leal Junior: *Historia da Guerra do Oriente* 1 vl. 8.º.

Conforme observamos nos anúncios de livros, outro escritor que fez muito sucesso entre os leitores maranhenses foi Paul de Kock, mesmo sem ter suas obras muito divulgadas nos reclames, uma vez que seus escritos provocaram o aparecimento da voz dos leitores nos anúncios dos jornais, em busca das obras desse autor. Os leitores do Maranhão raramente se manifestavam sobre Literatura, nos jornais, preferiam expressar-se a respeito de política, cobranças de dívidas, anunciar suas viagens e mudanças de endereços, por exemplo. Nesses anúncios, Paul de Kock, às vezes, tinha seu nome mencionado em vez do título de sua obra, transparecendo que algum livro dele estava sendo tão lido que dispensava o título; ou ainda que o anunciante gostava de todas as obras de Kock que circulavam na capital maranhense, portanto gostaria de adquirir qualquer livro do escritor. Outra hipótese é a de que as obras desse autor, mesmo desejadas pelos leitores tivessem circulação rara, em 1851, porque nesse ano houve pouca divulgação de seus livros nos anúncios das livrarias.

Inferimos pelos anúncios dos jornais que os romances que foram substituídos pelo nome de Kock poderiam ser, por exemplo, *Um Calucho*, posto à venda pela Nova Livraria Francesa e Portuguesa, em 1847, e lançado em São Luís pela Loja de livros da Rua Grande, em 1849; *Este Senhor e Georgeta, ou a sobrinha do Talião*, que eram vendidos por J. A. Gonçalves de Magalhães, em 1843, na Nova Livraria Francesa e Portuguesa; ou ainda *Os infortúnios de um inglês*, que circulou no *Folhetim* do jornal *O Progresso*, em 1847. O leitor responsável pelo anúncio a seguir não se identificou, mas informou o endereço onde compraria a obra e mencionou a possibilidade de ser avisado através de um reclame propalado no jornal:

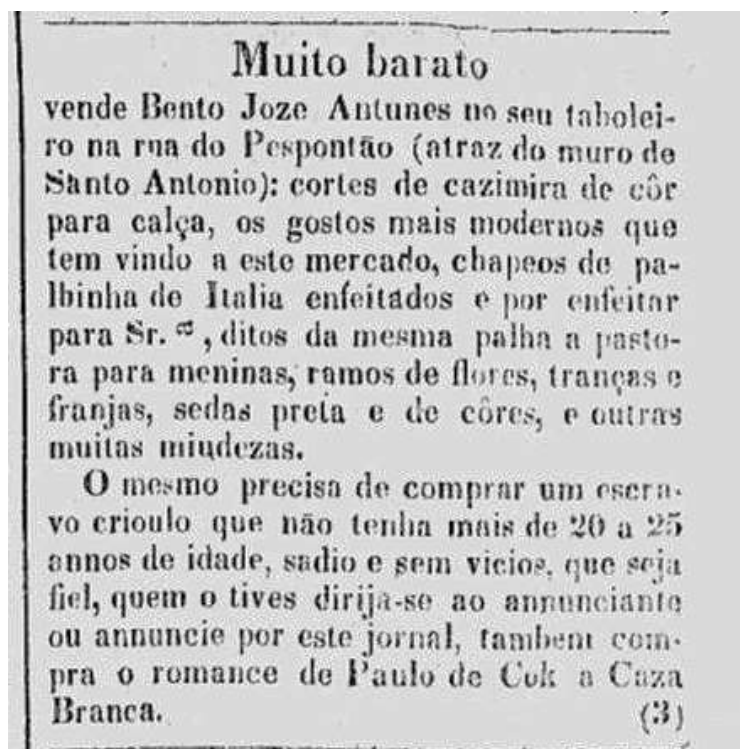
Figura 64 - Anúncio de romance de Paul de Kock (*Publicador Maranhense*, 2 set. 1851, p. 4)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Outro reclame interessante sobre a obra de Paul de Kock veiculou no jornal *Correio de Anúncios*. Nele, Bento José Antunes anunciava a venda de tecidos, enfeites e chapéus, flores, tranças, em um tabuleiro; mas pretendia comprar um escravo e o romance *A casa branca*, de Paulo Kock.

Figura 65 - Anúncio do romance *A casa branca*, de Paul de Kock (*Correio de Anúncios*, 15 set. 1855, n. 67, p. 4)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

O comércio livreiro atendeu às súplicas dos leitores pelas obras de Paul de Kock, pois seus livros que, até 1851, eram discretamente anunciados, em 1852, ganharam mais espaço nos reclames, como neste, sob a responsabilidade de José Pedro dos Santos & Irmão, publicado no jornal *O Globo*, em 26 de outubro, que continha sete romances desse autor. Todas as obras constantes no reclame eram recém-chegadas de Lisboa. Dividindo espaço com os livros de Paul de Kock, no mesmo reclame, existiam obras cujos autores não foram declarados, bem como de escritores famosos como Eugène Sue, Alexandre Dumas, Walter Scott, Frédéric Soulié e Paul Féval. Os nomes dos autores surgiam em letras maiúsculas e negritadas, antes dos títulos das obras. Caso estas fossem anônimas, o início dos títulos eram grafados da forma mencionada. O anúncio analisado neste parágrafo encontra-se transcrito a seguir:

RUA DO GIZ CASA Nº 26

No Escritório de José Pedro dos Santos & Irmão, vendem-se por módicos preços, as seguintes obras encadernadas, chegadas proximamente de Lisboa:

FARIA: — Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 2 volumes grandes.

TOLENTINO: — Poesias, 2 volumes.

PALMEIRIM: — Poesias, 1 volume.

E. SUE: — O Judeu Errante — com estampas, 4 volumes.

E. SUE: — A Torre Velha ou a vigia de Koat-Vem, romance marítimo, com estampas, 4 volumes.

E. SUE: — Tereza Dunoyer, 2 volumes.

A. DUMAS: — Jorge ou o Capitão dos Piratas, com estampas, 2 volumes.

A. DUMAS: — A Rainha Margot — Romance Histórico, 2 volumes.

A. DUMAS: — Os vinte anos depois, 6 volumes.

A. DUMAS: — Os quarenta e cinco, 4 volumes.

A. DUMAS: — Cecília ou o vestido de noivado, 4 volumes.

WALTER SCOTT: — Waverley, ou há sessenta anos, 4 volumes.

FRÉDÉRIC SOULIÉ: — De Dia para Dia, 2 volumes.

FRÉDÉRIC SOULIÉ: — A Bananeira ou Maquinações de um Inglês nas Antilhas Francesas, 2 volumes.

A. DE LAMATINE: — Genoveva, 1 volume.

V. DE ARLINCOURT: — Os Desposados da Morte, 1 volume.

PAUL FÉVAL: — Os amores de Paris, 3 volumes.

AMÉ DE BAST: — a Cortesã de Paris, 3 volumes.

COOPER, O AMERICANO: — Leonel Lincoln, ou O Cerco de Boston, 4 volumes.

JORGE SAND: — Mauprat, 2 volumes.

PAUL DE KOCK: — A Família Gogó, 4 volumes.

PAUL DE KOCK: — O Senhor Dupont, 4 volumes.

PAUL DE KOCK: — Os Três Calções, 4 volumes.

PAUL DE KOCK: — A Leiteira de Montfermeil, 4 volumes.

PAUL DE KOCK: — Este Senhor, 4 volumes.

PAUL DE KOCK: — A Mulher, o Marido e o amante, 4 volumes.

PAUL DE KOCK: — O Bigode, 4 volumes.

Os óculos da velha, 4 volumes.

O GAIATO do Território do Paço, 4 volumes.

O HOMEM da Natureza, e o Homem Civilizado, 4 volumes.

O SEM GRAVATA, ou o Moço de Recados, 4 volumes.

O CASTELO de Rochecourbe, 3 volumes.

O GIL BRAZ Parisiense, 3 volumes.

ITANOCO ou o negro, como poucos Brancos há, 2 volumes.

O ESTUDANTE de Coimbra, 1 volume.

A CASTELÃ SANGUINÁRIA, 2 volumes.

O CONDE de Sombreuil, 2 volumes.

O CATIVEIRO do Trombeta Escoffer, 2 volumes.

CRISTINA de Stainville, 2 volumes.

O CASTELO dos Mortos, crônica Húngara, 2 volumes.

HENRIQUE e Leonor, 1 volume.

EDUARDO e Maria, 1 volume.

ARQUIVO Teatral, ou coleção Seleta dos mais modernos Dramas do Teatro Francês, 7 volumes.

(*O Globo*, 26 out. 1852, n. 85, p. 4).

O tipo de anúncio de livros mais divulgado nos jornais de São Luís eram os que traziam autores e obras diversas; também muito encontrados nos jornais da Corte. Essa prática, de alguma forma, igualava escritores, obras e gêneros, naquele espaço. No reclame a seguir, encontramos obras dos autores portugueses Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Alfredo Hogan e Ribeiro de Sá; dos franceses Eugène Sue, Eugène-François Vidocq, Alexandre Dumas e Alphonse de Lamartine; além do escritor espanhol Wenceslau Ayguals de Izco. Os gêneros romance, conto e teatro, produzidos por eles, também se mesclavam naquele espaço. O título do anúncio foi escrito em itálico e predominantemente com letras minúsculas; entretanto, os nomes dos autores, bem como os títulos das obras e os gêneros que iniciavam as linhas do reclame, foram grafados em caixa alta negritada. Reclames como este, trazem obras que no século XIX, enriqueciam as histórias dos leitores e das leituras dos habitantes da província, independente de pertencerem ao cânone ou não. O anúncio a que nos referimos neste parágrafo foi transcrito a seguir:

Na Livraria Frutuoso, acham-se à venda as seguintes publicações novas:

A. HERCULANO: Lendas e narrativas, 2 v., 8º, 1852.

GARRETT: Romanceiro, romances cavalheirescos antigos, 3 v., 8º, 1852.

E. SUE: Os Mistérios do povo ou a história de uma família de proletários, edição enriquecida com estampas, 6 v., 8º, 1852.

VIDOCQ: Os Verdadeiros Mistérios de Paris, 9 tomos em 5 v., 8º, 1852.

DUMAS: Deus dispõe, lindo romance, 2 v., 8º, 1852.

DITO: Ângelo Pitou, 3ª parte das memórias de um médico, 2 v. 8º, 1852.

SUE: A Torre velha ou a vigia de Koat Vem, romance marítimo, 4 v., 8º, 1852.

LAMARTINE: Genoveva, 1v. 8º, 1852.

DITO: O passado, o presente e o futuro da República. 1 v., 8º.

SUE: Os filhos do amor, 2 v., 8º.

IZCO: Os pobres e ricos ou a Bruxa de Madrid, romance de costumes sociais, original de D. Wenceslau Aygnals de Izco, 3 v. 8º.

VIDA pública e privada de Mr. Talleyrant 4 v.

TEATRO de José da Silva Mendes Leal Júnior; O tributo das cem donzelas, drama em 5 atos; As Três Cidras do amor, comédia em 4 atos; A afilhada do barão, comédia em dois atos, 3 v. 8º.

AFRONTA por afronta, drama em 4 atos; Casar ou mettep freira, provérbio em 1 ato, por A. P. Lopes de Mendonça, 1 v., 8º.

A COMPRADICE, comédia em 5 atos por Scrib; O papa jantares, farça em 1 ato, de M. M. Dartois e Gabriel, 1 v., 8º.

JÁ é tarde, provérbio, em 1 ato, por A. P. Lopes de Mendonça, 1 v.

IVANHOÉ, drama original português, por Alfredo Hogan, 1 v.

CONTOS ao serão, por S. J. Ribeiro de Sá, 1 v. 1852.

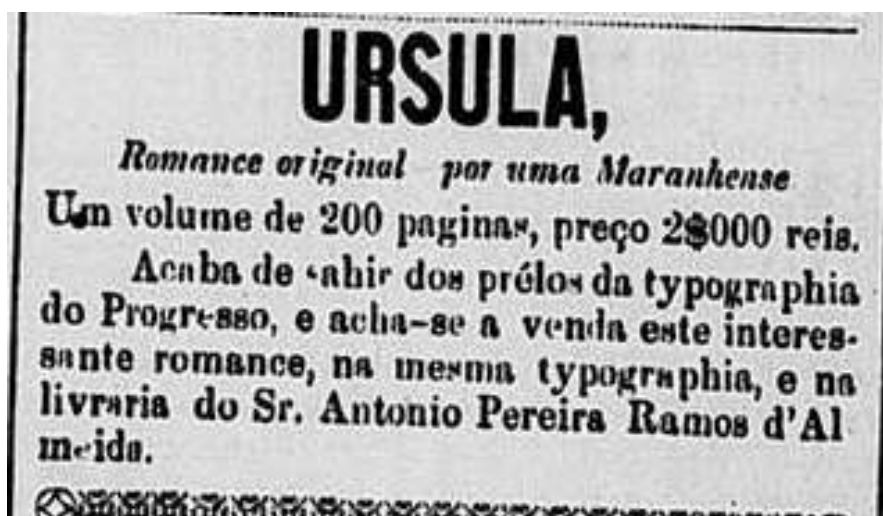
O PRESO, esboço do estado das cadeias em Portugal e de alguns de seus mistérios, por S. J. Ribeiro de Sá, 1 v., 8º.

(*O Constitucional*, 28 ago. 1852, n. 62, p. 4).

Algumas obras ganhavam anúncios independentes. Essa prática dava mais visibilidade para os escritos e provavelmente atraía mais compradores. Constatamos que os livros apareciam nesse tipo de publicidade, geralmente, quando estavam sendo lançados. Assim encontramos, por exemplo, os romances *Úrsula*, *João sem medo*, *Nossa Senhora dos Guararapes* e *Vicentina*.

O anúncio do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, que circulou nos jornais *Publicador Maranhense* e *A imprensa*, não identificava a autora, dizia apenas que era “um romance original por uma maranhense”. Parece que, mesmo sendo considerado “menos escandaloso mulheres publicarem livros com seus nomes”, a partir de 1850 (MACHADO, 2010, p. 313), Maria Firmina preferiu não se expor. O livro continha 200 páginas, ao preço de 2\$000, havia sido impresso recentemente na Tipografia do *Progresso*⁸⁷ e era vendido nesta e na Livraria de Antônio Pereira Ramos de Almeida.

Figura 66 - Anúncio do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis (*Publicador Maranhense*, 9 de agosto de 1860, n. 180)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

O anúncio independente do romance *João sem medo ou a justiça dos maridos*, de Pierre-Chavalier, circulou no jornal *O Progresso*, em 1847. O livro seria vendido na tipografia desse jornal, por 500 rs. No reclame, o título da obra estava escrito em caixa alta negritada grande, em seguida o subtítulo também grafado dessa forma, porém em tamanho menor. Antes disso, encontravam-se o chamariz “Avisos” e a expressão “Publicação Literária”, que ampliavam a visibilidade do romance no jornal. Essa obra apregoava no Rio de

⁸⁷ A Tipografia do *Progresso* chamava-se Tipografia Maranhense. Eram comuns as publicações que substituíam os nomes das empresas pelos periódicos que veiculavam.

Janeiro, em 1842, conforme anúncios de venda que observamos no *Jornal do Comércio*. No periódico de São Luís, o livro de Pierre-Chavalier foi anunciado desta forma:

Figura 67 - Anúncio do romance *João sem medo* (*O Progresso*, 9 jan. 1847, n. 6, p. 4).



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Nossa Senhora dos Guararapes, do escritor português Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro (1809-1871), era um romance recém-publicado, em Pernambuco, ainda assim ganhava perceptibilidade nos anúncios dos periódicos de São Luís, como este veiculado no jornal *O Progresso*, em 1847, constando o local de venda: na tipografia do mesmo periódico; as características do romance: “histórico, moral e crítico”, com uma linguagem “correta e instrutiva”; e a inclusão das mulheres entre os prováveis leitores: “convirá ser lido até pelo belo sexo”. Esse posicionamento reflete a condição da mulher nesse contexto em que era considerada, juntamente com os estudantes, “a grande maioria do público dos escritores românticos”, conforme Ubiratan Machado (2010, p. 51). Eram jovens e sonhadoras, “ainda tiranizadas pela mão de ferro do *pater famílias*, mas já vivendo as primeiras aventuras da libertação — como a grande aventura espiritual de ler” (MACHADO, 2010, p. 51). Eis a transcrição do anúncio de *Nossa Senhora de Guararapes* no jornal *O Progresso*:

Acha-se à venda nesta Tipografia pelo preço de quatro mil réis, o romance *Nossa Senhora dos Guararapes*, que acaba de publicar-se em Pernambuco.

É histórico, descrito, moral e crítico, e muito recomendável pela originalidade. O objeto é puramente brasileiro, e muito interessante; além de que a sua linguagem correta é instrutiva; e a moral que exprime é incisiva, muito profícua. É em suma um romance que muito convirá ser lido até pelo belo sexo (*O Progresso*, 6 dez. 1847, n. 239, p. 4).

O romance *Vicentina* foi anunciado anonimamente, em letras caixa alta; no entanto, apoiava-se em mais duas obras de Macedo que apareciam depois do escrito principal do reclame, na expressão: “pelo hábil autor de *A Moreninha* e *Dois Amores*”. Inferimos que essa forma de divulgar significa que o romance tinha leitores na província, uma vez que estava sendo anunciado, provavelmente por alguém de fora do mercado livreiro; todavia, ainda era pouco conhecido na capital maranhense, por isso, embora fosse um exemplar novo e barato, precisava de mais valor agregado ao produto para tornar-se vendável.

Figura 68 - Anúncio do romance *Vicentina* (*Publicador Maranhense*, 19 abr. 1862, 88)

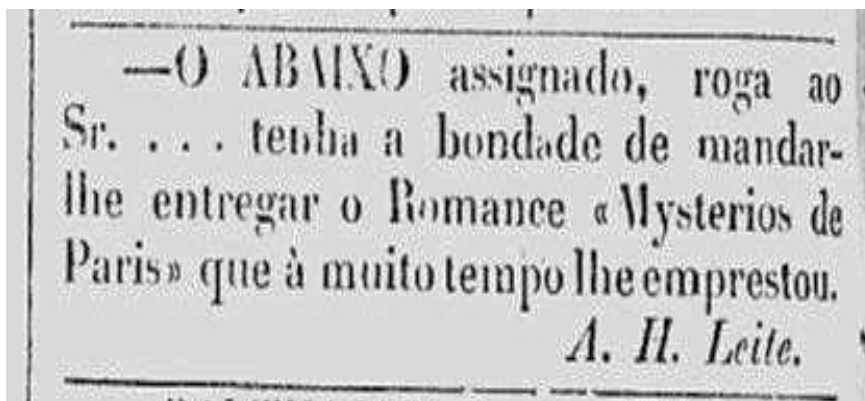


Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

De acordo com Chartier (2004, p. 175-196), o uso do escrito pode ser coletivo, mas a circulação privada do livro é complexa, independente do ambiente em que circule e da circunstância em que foi adquirido, com ênfase para a questão de empréstimos, que é um hábito tão antigo quanto o próprio livro: “[...] é densa a circulação privada do livro, seja emprestado, seja tomado de empréstimo, lido em comum no salão ou na sociedade literária”. No Maranhão, sem embargo, nem sempre as histórias dos empréstimos de livros terminavam bem, visto que encontramos alguns anúncios cobrando livros que foram emprestados e não foram devolvidos, deixando os donos irritados, a ponto de publicarem as iniciais dos “esquecidos”, ameaçarem de informar seus nomes por extenso e em destaque, caso a obra não

retornasse; ou ainda criar um suspense com reticências no lugar do nome de quem está com o livro, como neste veiculado no jornal *O Globo*, em 1852, no qual A. H. Leite pedia ao Sr. ... que lhe devolvesse *Os Mistérios de Paris*:

Figura 69 - Devolva o romance *Os Mistérios de Paris* (*O Globo*, 26 jun. 1852, n. 50, p. 4)

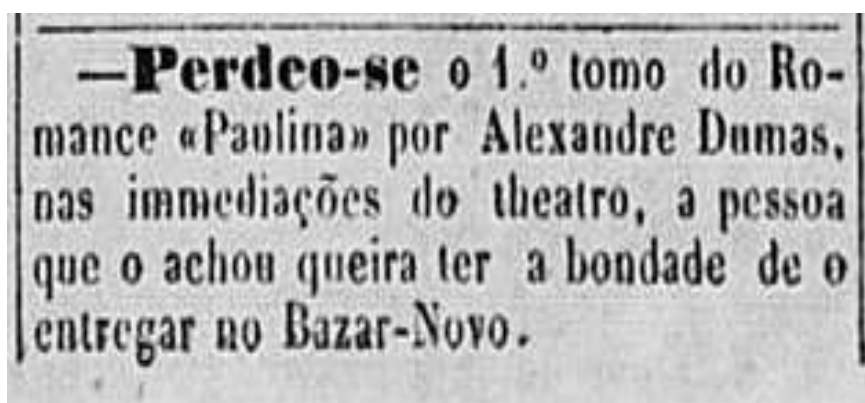


Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Encontramos também os anúncios moderados em que tentavam sutilmente lembrar que o livro emprestado precisava ser devolvido, como este no qual Antônio Joaquim Lopes da Silva procurava reaver o romance *Os Mistérios de Londres*: “Antônio Joaquim Lopes da Silva roga a pessoa a quem ele emprestou *Os Mistérios de Londres* haja de os restituir” (*O Progresso*, 24 dez. 1847, n. 252, p. 4).

Os livros que foram perdidos também ganharam espaço nos reclames dos jornais, como este em que o anunciante, anonimamente, informou que perdeu o 1º tomo do romance *Paulina*, de Alexandre Dumas, perto do teatro; e apela para a bondade de quem o encontrou, a fim de devolvê-lo no Bazar-Novo:

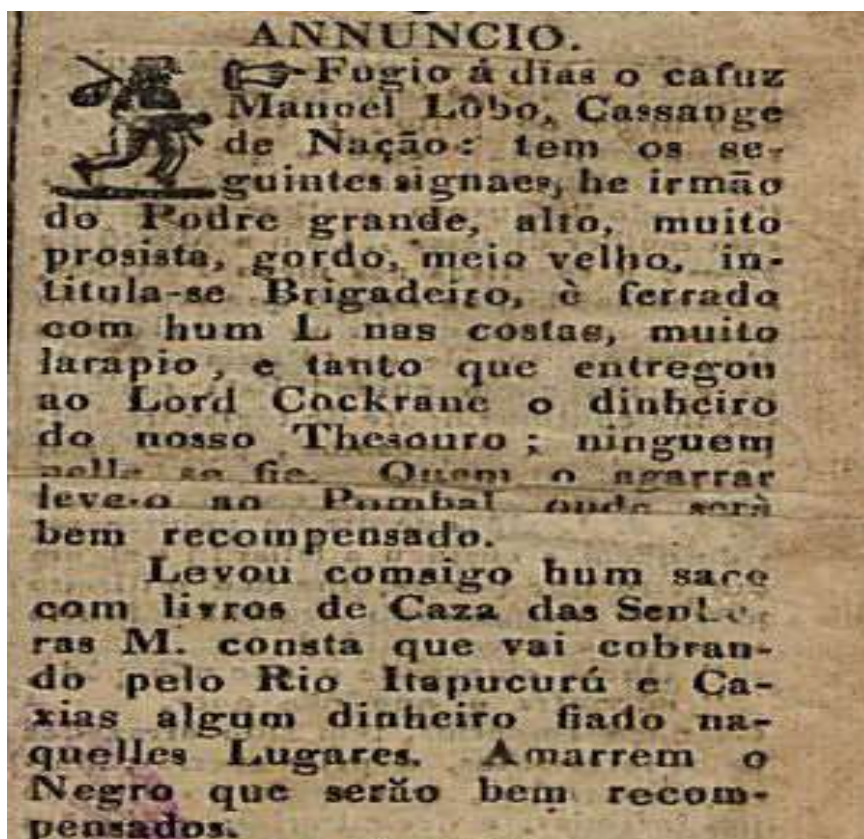
Figura 70 - Perdeu-se o romance *Paulina* (*A Imprensa*, 23 fev. 1850, n. 16, p. 4)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Alguns escravos aprendiam a ler, principalmente, os domésticos. Isso pode ser a causa de, às vezes, quando fugiam, levarem livros pertencentes aos donos das residências para quem trabalhavam. No anúncio que encontramos no jornal *O Pica-Pau*, de 30 de agosto de 1842, n. 7, p. 8, as obras que foram levadas por um escravo fugido, “um saco com livros”, ganharam as páginas dos jornais, no mesmo anúncio que pedia a captura, a entrega do escravo e oferecia recompensa a quem o fizesse. Leiamos o anúncio:

Figura 71 - Anúncio de livros que foram levados por um escravo fugido (*O Pica-Pau*, 3 ago. 1842 n. 7, p. 8)



Fonte: <http://www.cultura.ma.gov.br/>.

Nos reclames de folhinhas de algibeira ou de porta, propalados nos jornais de São Luís, verificamos que, além da contagem do tempo, elas também funcionavam como suporte para a prosa de ficção, nos gêneros romance, contos e novelas. Veiculavam ainda poesias, anedotas e escritos pertencentes a temas como religião, juventude, Constituição e signos; da mesma forma que acontecia na Corte. As folhinhas anunciadas, em São Luís, eram impressas no Rio de Janeiro ou na capital maranhense. Observemos este trecho do anúncio das Folhinhas de Algibeira para o ano de 1844, com a prosa de ficção identificada apenas pelos gêneros mencionados neste parágrafo, sem nomear as histórias, que foram caracterizadas

como engraçadas e românticas. Algumas dessas obras tinham como público-alvo as mulheres:

Folhinhas de Algibeira para o ano de 1844

Impressas no Rio de Janeiro em bom papel e ornadas com finíssimos retratos, as quais além da exatidão de seu calendário, são muito interessantes pela variedade das matérias que contêm. A saber:

Folhinhas de Justiça contendo o Regulamento para a execução da Lei da Reformas do Código do Processo Criminal.

[...]

Folhinhas com um Ramalhete de Novelas e Romances engraçadíssimos oferecidos ao Belo Sexo.

[...]

Folhinhas de lindos contos oferecendo uma grinalda de Novelas e Romances escolhidos entre as melhores composições dos autores românticos modernos.

[...] (*Publicador Maranhense*, 4 out. 1844, p. 4, n. 125).

Além das folhinhas intituladas de algibeira e de porta, outro tipo desse suporte que circulou muito em São Luís, conforme observamos nos anúncios, foram as Folhinhas de Laemmert, um impresso que segundo Laurence Hallewell (2012, p. 255), era famoso no Rio de Janeiro, em vista de trazer “uma miscelânea literária”. De acordo com os anúncios veiculados na província maranhense, essas folhinhas, assim como as de algibeira e de porta, eram classificadas conforme o tipo de escrito que apresentavam, assim existiam, por exemplo: Folhinha de Novas Anedotas e Pilhérias, Critica e Divertida dos nomes das Senhoras, Patriota Brasileira, Da Saúde, Do Fórum, Lusitana, História Natural Biográfica de Napoleão e Nacional Brasileira, chegando a um total de 20 tipos, no anúncio analisado. A prosa de ficção, neste reclame, circulava na Folhinha dos Lindos Contos e na Folhinha das Damas, indicada apenas pelos gêneros, sem os títulos das obras, como podemos observar no seguinte trecho do anúncio, veiculado no jornal *O Constitucional*, em 1850:

Folhinhas de Laemmert para 1850

Ornadas, entre outros, de um finíssimo retrato da primeira imperatriz do Brasil, D. Leopoldina, de saudosa memória, contendo:

[...]

2. Folhinhas de Lindos contos, contendo Contos, Novelas e Romances, escolhidos entre as melhores composições dos autores românticos modernos.

[...]

19. Folhinha das Damas, adornadas com cinco novelas galantíssimas.

(Jornal *O Constitucional*, 11 jan. 1850, n.907, p. 4).

Os jornais também anunciavam as obras que ainda iriam chegar à capital, assim como procedeu a Livraria Frutuoso, em 1852, que propagou um reclame no jornal *O Globo*, enquanto aguardava os livros novos que encomendou. Entre os romances estariam: *O Filho*

do Diabo, de Paul Féval; *O Rapazinho Piquillo Alliaga*, de Eugène Scribe; *Jorge ou o Capitão dos Piratas* e *Os mil e um fantasmas*, de Alexandre Dumas, pai; *Os Amores de Paris*, de Paul Féval; e *O Castelo de Rochecourle*, de Victor du Hamel. Dessa forma, a livraria criava expectativas nos leitores para a chegada dos novos produtos, conforme o anúncio a seguir:

Figura 72 - Anúncio dos livros que chegariam à Livraria Frutuoso (*O Globo*, 15 maio 1852, n. 38)

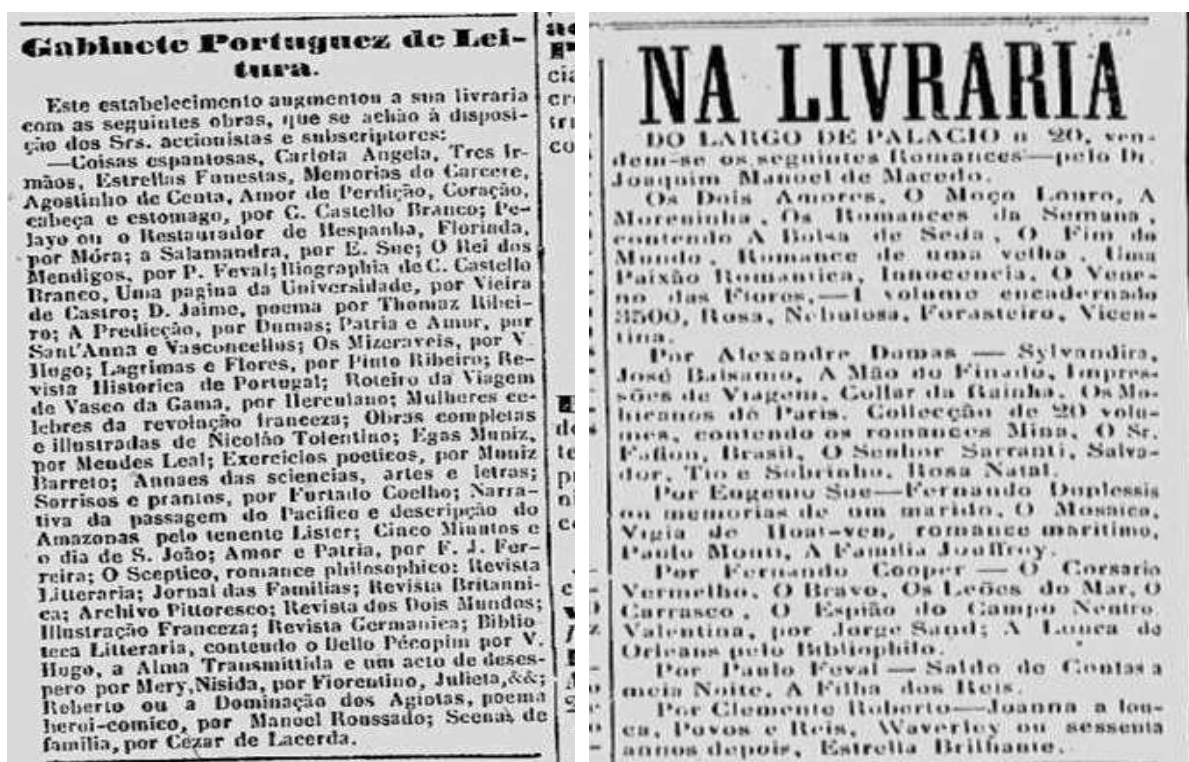


Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Dependendo do objetivo do reclame, o aspecto gráfico mudava consideravelmente. Quando comparamos, por exemplo, um anúncio do Gabinete Português de Leitura, cuja finalidade era apresentar as obras para serem emprestadas aos sócios e subscritores, os títulos dos livros eram dispostos em grandes quantidades e compactados, embora essa atividade fosse lucrativa para a instituição, posto que, de acordo com o Regulamento Interno dos Assinantes e Subscritores, que se encontra no Catálogo da Biblioteca do Gabinete Português de Leitura no Maranhão (1867, p. 1), as subscrições custavam “3\$000 para os habitantes da capital, com residência fixa” e 10\$000 para quem não a tivesse. O dinheiro que sobrasse seria devolvido, quando o leitor “ganha[sse] a confiança do diretor ou tive[sse] residência fixa”.

Na década de 1860, cada volume de um romance custava, em média 2\$000, conforme verificamos nos anúncios. No Gabinete, os leitores podiam levar um livro por vez, que deveria ser lido entre quatro e oito dias. A obra não poderia ser repassada para outro leitor e caso fosse extraviada, o Gabinete seria indenizado no valor do livro; se pudesse ser consertada, o leitor pagaria o serviço. Mesmo com todos esses motivos para cativar os leitores, os anúncios do Gabinete não eram atrativos, tornando-se quase impossível identificar os títulos das obras ali presentes, enquanto que os reclames das livrarias apresentavam um aspecto rarefeito, consoante observamos nestes dois reclames: o primeiro é do Gabinete, veiculado no jornal *A Coalição*, em 30 de maio de 1863, n. 40, p. 4; o segundo é da Livraria do Largo do Palácio, que circulou no mesmo jornal, em 9 de abril de 1861, n. 29, p. 4:

Figura 73 – Anúncios do Gabinete Português de Leitura e da Livraria do Largo do Palácio (*A Coalição* 1863; 1861)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

3.1.2 Os reclames nos jornais de Caxias

Em Caxias, circularam anúncios de prosa de ficção nos jornais *O Farol*, *O Telégrafo*, *Jornal Caxiense* e *O Correio Caxiense*. Veicularam reclames de compra, venda e anúncio-ameaça para quem tomou livros emprestados e esqueceu-se de devolvê-los.

O jornal *O farol*, apesar de ter circulado quatro anos, a divulgação da prosa de ficção

foi escassa em suas laudas, provavelmente, em vista do cunho político e comercial que exibia. Divulgou apenas o *Conde de Monte Cristo*, *Les Venturas de Télèmaque*, além de *Judeu Errante*. Todos na sessão Avisos. O anúncio do *Conde de Monte Cristo* era para subscrições, por isso será analisado no item “Projetos de Leitura e Assinaturas”, desta tese.

Os romances *Les Venturas de Télèmaque*, do teatrólogo, poeta e escritor francês François Fénelon e *Judeu Errante*, do escritor francês Eugène Sue, foram anunciados a partir de 25 de janeiro de 1851, em meio a uma diversidade de gêneros: revistas, jornais, peças teatrais, gramáticas, dicionários e manuais que seriam vendidos na casa de Delfim da Silva Cardoso Senabro. No mesmo anúncio, havia também novelas em francês e em português, mas não foram nomeadas:

Em casa de Delfim da Silva Cardoso Senabro, acham-se à venda as obras seguintes: *Revista Universal Lisbonense*; *Museu Pitoresco*; *O Recreio*, *Jornal das Famílias*; *Administração do Marquês de Pombal*; *Arquivo Teatral*; Dicionários de Fonseca e Roquete de Sinônimos [...]; *Dicionário Francês para Português*, de Constâncio; Gramáticas Francesas, por Monte Verne; *Gramática Portuguesa*, por Lobato; Gramáticas Latinas; *Les Venturas de Télèmaque*; Manuais para ouvir Missa, com capa de veludo e dourados; *Judeu Errante*; além disto, tem várias novelas modernas em português e também em francês, e tudo vende por preço cômodo (*O Farol*, 25 jan. 1851, n. 38, p. 4)⁸⁸.

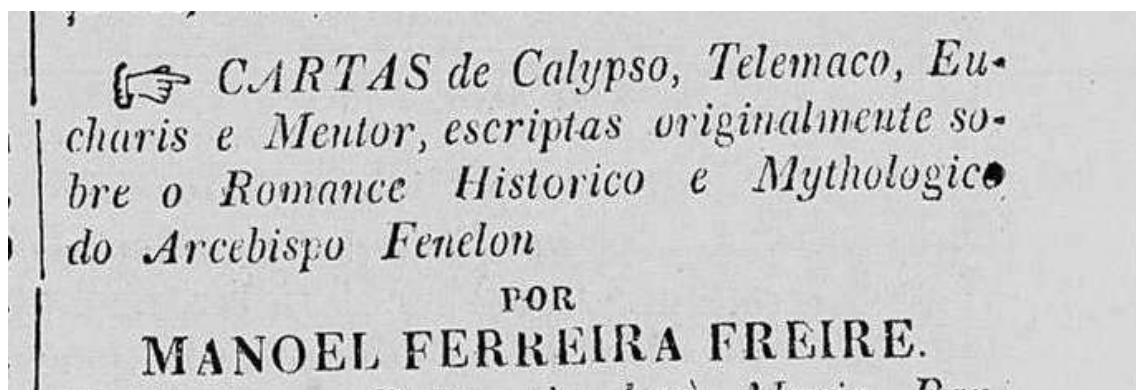
Os anúncios de *Telêmaco* foram encontrados em diversos outros jornais de Caxias, bem como de São Luís, possibilitando a confirmação de que o romance circulou, no Maranhão, nos idiomas francês e português, apesar de ser traduzido para o português, desde 1765, por Manuel Ribeiro Pereira, e depois surgiram outras traduções, segundo João Paulo Martins (2009)⁸⁹. Analisaremos agora como o livro foi divulgado nos jornais *O Telégrafo*, de Caxias e *A Época*, de São Luís.

No jornal *O Telégrafo*, três anos antes, da edição francesa de *Telêmaco* anunciada no jornal *O Farol*, já anunciava uma edição em português, que vinha junto com outras três obras do autor, no mesmo reclame: *Cartas de Calypso*, *Eucharis* e *Mentor*. O responsável pela venda dos livros era Manoel Ferreira Freire. A presença de poucas obras no reclame veiculado no periódico *O Telégrafo* ressaltou mais os escritos do que no jornal *O Farol*. Observemos o anúncio de *Telêmaco* no periódico *O Telégrafo*:

⁸⁸ Esse mesmo anúncio circulou no *Jornal Caxiense*, dia 18 de janeiro de 1851, n. 137, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>.

⁸⁹ No artigo “História e romance: a ideia de história em *As aventuras de Telêmaco* e as relações entre o texto histórico e a prosa ficcional na passagem dos séculos XVII e XVIII”, o autor narra a trajetória desse romance na Europa e no Brasil. Está disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>>.

Figura 74 - Anúncio de *Telêmaco* no jornal *O Telégrafo* (22 mar. 1848, n. 38, p. 4).



Fonte: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/otelegrafo.html>.

Na primeira edição do jornal *A Época*⁹⁰, de 26 de junho de 1849, p. 6, foi anunciado o romance de Fênelon com o título ampliado para *Aventuras de Telêmaco*. No mesmo reclame constam ainda livros de Geografia, História, Gramática, Religião, além do romance *Belisário*⁹¹, do escritor francês Jean-François Marmontel (1723-1799). Todas essas obras foram classificadas, no anúncio, como livros de instrução. Incluir romances nessa categoria significa pensar a Literatura como mais um meio de ensinar, ao mesmo tempo em que os apresenta como uma leitura tão presente na província, quanto os demais segmentos da cultura. Instrução também era, conforme Barbosa (2005, p. 7) “a versão moderna para o século XIX das Belas-letras e da Ilustração”. A seguir consta o anúncio de *Telêmaco* no jornal *A Época*.

⁹⁰ O jornal *A Época*, de São Luís, era produzido na Tipografia de J. A. G. de Magalhães. Circulava com seis páginas, em dias indeterminados. Atualmente só existem cópias de nove exemplares (de 26 de junho a 15 de novembro de 1849), em pdf, no site do Projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*. Não houve circulação de prosa de ficção nesse jornal. Quanto à divulgação, existe apenas a mencionada nesta pesquisa.

⁹¹ O romance *Belisário* era um Best-seller, também anunciado na *Gazeta do Rio de Janeiro*, conforme Márcia Abreu, Sandra Vasconcelos, et alii, no ensaio *Caminhos do romance no Brasil: séculos XVIII e XIX*. Disponível em: <www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/caminhos.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2015.

Figura 75 - Anúncio do romance *Telêmaco* no jornal *A Época*, de São Luís (26 jun. 1849, p. 6)



Fonte: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/diversosoutrosestados.html>.

De acordo com Abreu (2011)⁹², o romance *As Aventuras de Telêmaco* foi Lançado, em Paris, em 1699. Tornou-se o livro preferido no período colonial, sendo muito requisitado para importação, sobretudo, quando no Brasil era proibido imprimir livros:

Como até 1808 era proibido imprimir no Brasil, quem quisesse ter um livro deveria importá-lo de Portugal, obtendo, previamente, uma autorização da censura. E mesmo depois da vinda da família real, com a instalação da Impressão Régia, a importação de livros continuou forte, pois a produção local era bastante reduzida, especialmente no campo da ficção. As importações de livros indicam que a obra preferida durante todo o período colonial foi o romance *As aventuras de Telêmaco*, escrito em 1699 por François de Salignac de La Mothe-Fénelon (1651-1715) (ABREU, 2011, p. 1).

Quanto ao romance *Judeu Errante*, conforme Barbosa (2007, p. 81), foi lançado em 1845, na França, e fez um “estrondoso sucesso”. Circulou também na Paraíba, chegando a

⁹² Artigo “Os primeiros da cabeceira” publicado na Revista de História.com.br. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/os-primeiros-da-cabeceira>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

encabeçar as listas de escritos, nos reclames, mostrando que o romance já era o gênero preferido também naquela província.

De volta ao jornal *O Telégrafo*, constatamos que ele também publicava anúncios na sessão *Avisos*, repetidas vezes, mas foram poucos títulos, como o mesmo anúncio do jornal *O Farol* sobre as subscrições para romance *O Conde de Monte Cristo*; *Telêmaco*, já mostrado neste item da tese; *Saint Clair ou os derrotados na Ilha da Barra* e outros do mesmo autor.

Saint Clair das Ilhas é um romance inglês, que foi lançado em 1803. Esse livro apareceu em um anúncio de livros usados de um vendedor; situação não observada ainda nos jornais de Caxias, nesta pesquisa, pois notamos que os livros usados eram mencionados nos reclames de quem queria comprá-los. No entanto, conforme Barbosa (2007, p. 81-82) esta era uma prática encontrada durante todo o século XIX, desde a venda de um livro até bibliotecas inteiras “com predominância na Paraíba”, mas “não se faz ausente dos jornais cariocas”. *Saint Clair* apresentou-se anônimo para os caxienses, compartilhando o mesmo reclame com outros livros de prosa ou poesia e revistas. Esta prática ajudava a divulgar livros ainda desconhecidos na região:

Nesta Tipografia se diz quem vende por preços cômodos, e em muito bom uso as seguintes obras: *O Remexido*; *O Tributo Português*, por Antônio Feliciano de Castilho; *Escavações poéticas*, pelo mesmo; *Saint Clair ou os derrotados na Ilha da Barra*; 4 volumes da *Revista Universal Lisbonense*; e os *Primeiros Cantos*, por Antônio Gonçalves Dias, *Viagens na minha terra*, romance por João Batista de Almeida Garrett (*O Telégrafo*, 30 set. 1848, n. 93, ano I, p. 4).

Conforme Meyer (1998), *Saint Clair das Ilhas*, em 1925, teve a primeira tradução do francês em língua vulgar para o português, esta foi divulgada nos jornais, mas “não vingou. Sem dúvida por injunções de mercado, as relações entre livreiros daqui e de lá” (MEYER, 1998, p. 83). A tradução que foi mais divulgada e teve maior número de edições no Brasil foi a de A. V. de C. e Sousa, traduzido da versão francesa de Madame Montelieu, em 1827, formada por três tomos, que se encontram disponíveis no projeto *Caminhos do Romance*. Ainda segundo a pesquisadora, esta versão só foi descoberta em 1958, quando R. Magalhães Júnior, impulsionado pela presença do romance nas obras machadianas, mas sempre de forma anônima, descobriu-o num reclame do *Diário do Rio de Janeiro*, de 1854.

Meyer (1996) continuou a pesquisa sobre o romance e aparentemente⁹³ convenceu-se de que a verdadeira autora é Elizabete Helme, romancista e educadora inglesa, em vista dessa autoria ter sido mencionada no Catálogo Pigoreu e em duas resenhas publicadas, em 1808, em dois jornais franceses: *Journal de Paris* e *Journal de l'Empire*. A pesquisadora referiu-se à descoberta desta forma:

[...] chegamos ao fim do inquérito *Saint Clair das Ilhas*. Retomemos as perguntas que o lançaram: O que é *Saint Clair das Ilhas*? Um romance escrito em 1803 por uma romancista e educadora inglesa. Mrs. Elizabeth Helme, que penetrou no Brasil na roupagem francesa ideada por Mm. Montelieu (MEYER, 1996, p. 46).

Quanto ao romance *Viagens na minha terra*, do escritor português Almeida Garrett (1799-1857), pertence à história de leitura dos caxienses, bem como dos leitores de São Luís, uma vez que circulou como romance-folhetim no jornal *Publicador Maranhense* (de Ignácio José Ferreira), de São Luís, no período de 10 de julho de 1847, n. 527 a 29 de janeiro de 1848, n. 612. Assunto estudado no primeiro capítulo.

Em 1º de julho de 1848, *O Telégrafo* começou a anunciar uma publicação, mencionada apenas como “obrinha papa fina”, com cinquenta páginas, mas não a identificou, escreveu apenas o mote, que aguçaria a imaginação do leitor, dado que a história envolveria um padre nada convencional e uma donzela desonesta:

AVISOS

Está para sair à luz uma obrinha papa fina, em 4º, 50 páginas, que só tem por assunto o seguinte.

MOTE

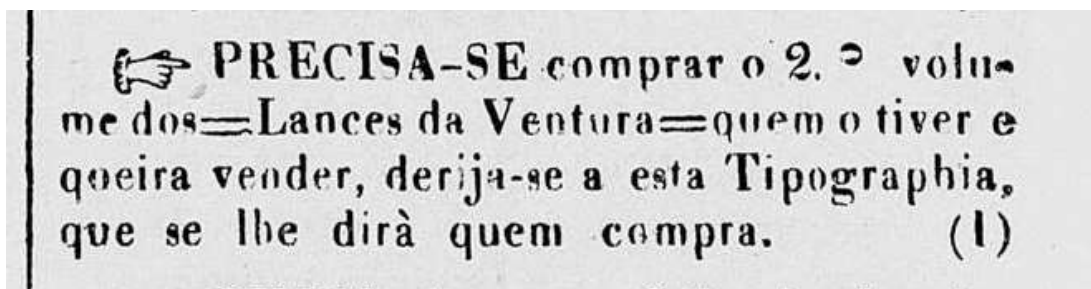
Temos um padre gaiato
Que gosta de namorar;
Uma donzela formosa
Consta já tentou furtar
(*O Telégrafo*, 1º jul. 1848, n. 66-67, p. 4).

No mesmo exemplar, um leitor anunciou que pretendia comprar o 2º volume de *Lances da Ventura*, mas não se identificou. Este aspecto se repetia nos anúncios de quem

⁹³ Aparentemente porque, no final do ensaio ela reconhece que sua pesquisa suscita mais perguntas sobre o livro e por se tratar de uma obra tão complexa, o assunto não estaria encerrado: “resolvido o enigma *Saint Clair*. Se este fosse ‘um nada insignificante’, seria assunto encerrado. Mas o caminho que me permitiu matar a charada foi, na verdade, um desbravamento sucessivo de trilhas que levaram menos a respostas que à colocação de um sem-número de questões. E provavelmente haverá uma que abarque todas as outras: Por que *Saint Clair das Ilhas*?” Continua num próximo número... Genebra, dezembro de 1970” (MEYER, 1996, p. 47).

pretendia comprar prosa de ficção; conseqüentemente, a tipografia acabava falando pelo leitor, bem como se responsabilizando de avisar ao provável vendedor quem era o interessado na obra: “Precisa-se comprar o 2º volume dos *Lances da Ventura*.. Quem o tiver e queira vender, dirija-se a esta Tipografia, que se lhe dirá quem compra” (*O Telégrafo*, 1º jul. 1848, n. 66-67, p. 10).

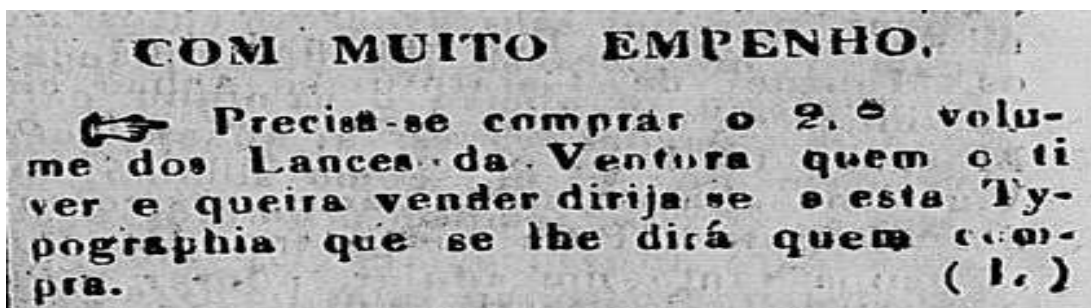
Figura 76 - Anúncio de *Lances da Ventura* (*O Telégrafo*, 1º jul. 1848, n. 66-67, p. 10)



Fonte: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/otelegrafo.html>.

O mesmo anúncio foi publicado também no *Jornal Caxiense*, na mesma data em que veiculou no jornal *O Telégrafo*, mas com um reforço na intensidade do desejo do leitor que buscava a obra, pois a queria “com muito empenho”:

Figura 77 - Anúncio de *Lances da Ventura* no *Jornal Caxiense* (1º jul. 1848, n. 4, p. 4)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Lances da Ventura é um romance D. Félix Moreno de Moroy e Ros, que segundo Inocêncio Francisco da Silva (1858, p. 267) era um escritor “espanhol de nação, mas domiciliado por muitos anos em Lisboa, onde creio que faleceu já no presente século [XIX]”.

No artigo “Censura Lusitana: uma pré-história da crítica literária”, de Márcia Abreu (s/d) consta que, em 1797, D. Félix teve dificuldades para obter a licença para publicar o último volume de *Lances da Ventura*. Não sabemos se foi este episódio que desanimou o autor para escrever prosa de ficção, visto que, apesar do sucesso de seu romance, não

produziu mais esse gênero. Tornou-se tradutor, mesmo assim os embates com os censores continuaram⁹⁴:

D. Felix tinha tido sérios dissabores com a censura devido à dificuldade em obter licença para publicação do último tomo de seu romance *Lances da Ventura*, acasos da desgraça e heroísmos da virtude. A experiência de escrever ficção seja ou não pelas dificuldades em conseguir uma autorização de impressão não parece ter sido do seu agrado, pois, apesar do sucesso do livro, ele nunca mais preparou outra obra dessa natureza. Entretanto, não se manteve inteiramente afastado do universo ficcional, nem tampouco dos tribunais censórios, tendo em vista a elaboração de uma tradução para o famoso romance de Richardson (ABREU, s/d., p. 1).

No Projeto *Caminhos do Romance*, estão disponíveis os quatro tomos de *Lances da Ventura*, pertencentes à nova edição, impressos em 1830. Ali é possível observar que o livro foi dedicado à diversão da Nação Portuguesa, por quem o autor se declarou apaixonado. A obra tinha como título completo: *Lances da Ventura: acasos da desgraça e heroísmo da virtude*. Essas informações podem ser conferidas na folha de rosto do romance.

Outra obra procurada nos anúncios do jornal *O Telégrafo* foi *Evangelho em Triunfo*. Era longa, formada, provavelmente por oito tomos, conforme este reclame: “Quem tiver alguma obra do *Evangelho em Triunfo* e quiser vender os 2º, 4º, 6º e 8º volumes, dirija-se a esta Tipografia que se dirá quem compra” (*O Telégrafo*, 12 fev. 1848, n. 20, p. 4).

No Catálogo da Biblioteca Amorim Pessoa, de Cantanhede, Portugal, consta que essa obra é de 1808 e seu título completo é *O Evangelho em Triunfo, ou a História de um Filósofo Desenganado*, editada na Tipografia Rollandiana, de Lisboa. O Sub Catálogo da Biblioteca da Universidade de Coimbra informa que o livro foi traduzido do castelhano e confirma a existência dos oito volumes, todos publicados em 1802; mas como se tratava de uma tradução, o ano de publicação da obra continua uma incógnita. Não existe também referência a seu autor, nessas bibliotecas, por isso suspeitamos que fosse um livro anônimo. Continuando a tentativa de resgate da obra, no site da Livraria Castro e Silva, de Lisboa, existe a confirmação do anonimato, como observamos na folha de rosto do exemplar ali disponível. Comprovamos, portanto, que *O Evangelho em Triunfo* é anônimo e não se precisa o ano em que foi lançado.

⁹⁴ No mesmo artigo, a pesquisadora menciona os problemas enfrentados por D. Félix com a censura, principalmente, em relação à tradução de *Pâmela ou a virtude recompensada*, de Richardson. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/censura.pdf>>.

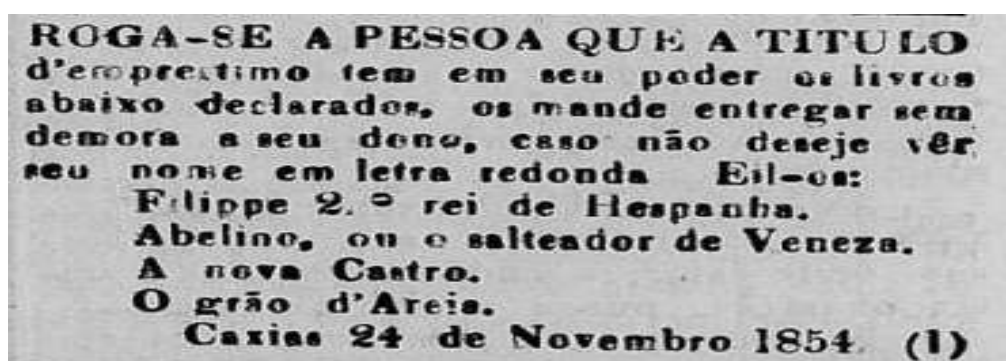
Os empréstimos de livros causaram situações inusitadas divulgadas nos jornais de Caxias, assim como também ocorreu nos de São Luís, aspecto mencionado neste capítulo da tese. Encontramos estas duas situações no jornal de *O Telégrafo*:

O leitor M. J. A., na tentativa recuperar seu livro *Criação do Mundo*, emprestado a F..... que estava demorando muito para devolvê-lo, propagou a letra inicial do nome do desmemoriado leitor, no jornal *O Telégrafo*, e ameaçou divulgar o nome completo, caso o livro não aparecesse. O ultimato parece que foi atendido, visto que o anúncio foi divulgado apenas uma vez desta forma:

O abaixo assinado tendo emprestado ao Sr. F..... um livro intitulado *A Criação do Mundo*, há bastante tempo, e como até hoje o não tenha querido restituir, por isso o adverte por esse meio que, caso o não faça, será seu nome publicado para ser conhecido. Caxias 29 de dezembro de 1849. M. J. A. (*O Telégrafo*, 19 dez. 1849, n. 217, p. 4).

No Jornal *O Correio Caxiense* também veiculou um anúncio-ameaça, no qual o autor afirmou que, se não tivesse seus livros de volta, publicaria em “letras redondas” o nome de quem estava com eles. As obras que geraram essa situação que conseqüentemente as divulgou no periódico foram: *Felipe II, rei da Espanha*; *Abelino ou o salteador de Veneza*; *A Nova Castro*; *O grão de areia*.

Figura 78 - Anúncio-ameaça circulado no jornal *O Correio Caxiense* (24 nov. 1854, n. 14, p. 4).



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Desses livros, foi possível restaurar melhor, apenas *Abelino ou o salteador de Veneza*, que de acordo com informações constantes na Biblioteca da Universidade de Coimbra, seria um romance alemão, de Heinrich Zschokke (1771-1848); traduzido para o inglês por Abällino der Grosse Bandit; do inglês para o português foi J. M. L. o tradutor, em Lisboa, no ano de

1833. Por muitos anos o livro foi atribuído a M. G. Lewis (1775-1818). Conforme Vasconcelos (s/d), o livro circulou no Rio de Janeiro e São Luís, já com o título reduzido para *O Salteador de Veneza*. Acrescentamos que também veiculou em Caxias e parecia ser bem cobiçado, a ponto de criar situação mencionada. Quanto à *Nova Castro*, sabemos apenas que é um romance português de João Batista Gomes Júnior e que teve cinco edições.

Os anúncios de livros são uma prova de que as obras circularam em determinado contexto, bem como um jeito de informar ao leitor sobre esses escritos, além de ajudá-los a acreditar nesses produtos e sentir a necessidade de adquiri-los. Através dos reclames, é possível contarmos a história de circulação de livros e de leitura de um povo. Vimos neste item da tese que, no Maranhão, circularam obras brasileiras, portuguesas, francesas, espanholas, alemã e inglesas; novas e usadas. Os anúncios veiculados nos jornais eram de responsabilidade de livrarias, jornais, pessoas físicas; ou de leitores que as emprestaram, perderam, tiveram-nas roubadas; ou simplesmente as queriam a ponto de demonstrarem esse desejo publicamente, embora muitas vezes de forma anônima.

3.2 Projetos de Leitura e Assinaturas

3.2.1 O Romancista, Museu Literário, Biblioteca Literária e Horas de Leitura: divulgação e incentivo à leitura no Oitocentos maranhense

A prosa de ficção nos jornais maranhenses também era divulgada através de Projetos de Leitura e dos anúncios de coleta de assinaturas ou subscrições. Nessas duas modalidades, os anunciantes tentavam atrair a atenção dos leitores para livros que ainda seriam impressos ou que já circulavam nessa província, mas ganhariam uma nova forma de apropriação, como ser impresso em folhetos. A condição para que a circulação dessas obras ocorresse era que uma quantidade de leitores suficiente para arcarem com as despesas da produção assumissem o compromisso de adquiri-las. O objetivo dessas formas de veiculação era publicar romances e contos, entre outros gêneros, nos suportes livro ou folheto, de uma forma mais acessível ao conteúdo dos escritos, posto que, muitos tinham os volumes divididos e provavelmente sua linguagem atualizada; bem como financeiramente porque eram pagos à prestação.

O que diferenciava os Projetos de Leitura das Assinaturas comuns é que, nos projetos, os responsáveis criavam uma marca, e através dela, viabilizavam a circulação de obras diversas para seus subscritores, assim os projetos tornavam-se uma espécie de “fábricas de coleções de leitura”, impressas caprichosamente, completas ou em diversos folhetos, para

torná-las menos onerosas. As assinaturas comuns pretendiam lançar uma obra ou várias, mas sem tanta pompa, da mesma forma que procediam também com as assinaturas para os jornais no Maranhão, no Rio de Janeiro, em Recife e Lisboa, conforme verificamos em anúncios para subscrições desses suportes, veiculados nos jornais de São Luís. Encontramos, nesta pesquisa, os Projetos de Leitura: *O Romancista*, *Museu Literário*, *Biblioteca Literária* e *Horas de Leitura*.

O Primeiro Projeto de Leitura anunciado nos jornais pesquisados para esta tese foi *O Romancista*, em 1857, idealizado pelos jornais *Publicador Maranhense* e *A Revista*. O objetivo era publicar, aos domingos, folhetos de 32 páginas, em 4º francês, romances nacionais ou estrangeiros. A assinatura custava 640 réis mensais. Os livretes saíam regularmente, com início após conseguirem o total de assinantes suficiente para cobrir as despesas com o lançamento do produto, conforme observamos na transcrição deste anúncio, veiculado no *Publicador Maranhense*:

O ROMANCISTA

Com este título será publicado, todos os domingos, um folheto com 32 páginas, em 4º francês, contendo os mais belos e interessantes romances de distintos autores, quer nacionais, quer estrangeiros. O preço da assinatura é de 640 reis mensais, ou por 4 folhetos, e subscreve-se na Tipografia do *Publicador* e na Rua Grande, na Tipografia Maranhense n. 39.

Logo que haja um número de assinatura que faça face às indispensáveis despesas, sairá 1º livrete; e assim em diante mui regularmente (*Publicador Maranhense*, 4 abr. 1857, n. 83, p. 4).

O Romancista foi bem aceito pelos leitores, posto que em agosto do mesmo ano, seus anúncios continuavam veiculados nos jornais, como o que circulou no periódico *A Imprensa*, comunicando que já estavam no libreto n. 9, concluindo a publicação do romance *O Vagabundo*; o libreto n. 10 traria o romance *Pobres e ricos ou A Bruxa de Madri*, do escritor espanhol Wenceslau Ayguais de Izico. O anúncio transparece indícios de que esse escritor era bem apreciado no Maranhão e que outras obras suas também circularam nessa província, embora apenas *A Bruxa de Madri* tivesse seu título associado escritor espanhol, nos reclames que encontramos: “autor de diferentes obras bem conhecidas entre nós”. Após o livro de Wenceslau, *O Romancista* iria apregoar *Os moicanos de Paris*, de Alexandre Dumas, pai.

Figura 79 - Anúncio do Projeto de Leitura *O Romancista* no jornal *A Imprensa* (19 ago. 1857, n. 23, p. 4)

PRENSA.

O ROMANCISTA.

Finalizando com o libreto n. 9 a publicação do Romance—O VAGABUNDO—que não terá por certo desagradado aos Ilustres Lectores do—ROMANCISTA,—em substituição a elle temos feito adqulsição de um outro excellente Romance, se não superior áquelles, e com o qual já demos começo ao Libreto n. 10—A Obra.—

POBRES E RICOS, OU A BRUXA DE MADRID.

Romance de costumes sociaes, original do distincto Hespanhol, o Sr. Wenceslau Aygnals d'Izico, author de diferentes obras bem conhecidas entre nós. É um episodio da Historia da Inquisição em Hespanha; é uma obra excellente.

Em seguida a este iremos publicando outros Romances, entre os quaes—OS MOHICANOS DE PARIS—do Sr. A. Dumas.

Assigna-se na Typographia Maranhense, rua Grande, n. 610 reis mensaes, ou 4 libretos, de 32 paginas cada um, em 8º Francez.

Fonte: <http://memoria.bn.br/>.

Existiam semelhanças entre o Projeto *O Romancista* e o *Biblioteca Azul*, que de acordo com Chartier (2004, p. 287), foi realizado na França, “de 1630 até meados do século XIX. Os livros da *Biblioteca Azul* passavam por adaptações que visavam “torná-los legíveis a leitores que não est[avam] nada familiarizados com os livros” (CHARTIER, 2004, p. 9); eram reduzidos, recortados, impondo formas “inéditas” que atravessavam as fronteiras sociais “ganhando aqueles, a quem originariamente não eram destinados”. Algumas das semelhanças entre os dois projetos era a pretensão de publicarem muitas obras, além de recortarem os escritos tornando-os mais acessíveis aos leitores. Se reduzia as histórias, *O Romancista* não deixou transparecer em seus anúncios. A diferença era que os livros da *Biblioteca Azul* eram vendidos de casa em casa, prática conhecida como *colportage*, enquanto que *O Romancista* comercializava-os em pontos fixos e por assinaturas. Outra semelhança foi que o livro *O Vagabundo*, que veiculou pelo *Romancista*, conforme vimos na figura anterior, provavelmente, também propagou na *Biblioteca Azul*; posto que, de acordo com Chartier (2004), uma obra com o mesmo título circulou no projeto francês, no último quartel do século

XVII e fez muito sucesso no século XVIII, editado em italiano, mas que, na verdade, era uma tradução adaptada de um “manuscrito latino do século XV:

No último quartel do século XVII, a associação entre o livreiro parisiense Antoine Raffle e os impressores troyenses Oudot e Febvre, acrescenta dois títulos ao nosso pequeno *corpus*. Por um lado, é dada uma edição barata de um texto já traduzido e publicado em Paris em meados do século: *O vagabundo ou a história e o caráter da malícia e da trapaça daqueles que correm o mundo às expensas dos outros*. Os editores troyenses fazem eco assim ao sucesso de um livro constantemente reeditado em italiano entre 1621 e o início do século XVIII sob o título de *Il vagabundo* e que é de fato a tradução adaptada de um manuscrito latino do século XV, [...] (CHARTIER, 2004, p. 288).

O Projeto *Museu Literário*⁹⁵ existiu em 1863. Era de responsabilidade da Livraria Carlos Seidl, que funcionava na Rua de Nazareth, n. 36. Objetivava publicar romances e contos, entre outros gêneros, nacionais ou estrangeiros, no suporte livro. Conquanto, não logrou êxito porque, através dele, só comprovamos foi vendido o romance *Por causa de um alfinete*, de Saint- Germain (1696-1784), anunciado na edição 7, página 4, de 10 de janeiro de 1863, do *Publicador Maranhense*; reclame também veiculado no jornal *A Coalizão*, na mesma data. Na década de 1860, *Por causa de um alfinete* circulava na Corte e tinha um exemplar disponibilizado no Gabinete Português de Leitura, segundo consta no Catálogo Suplementar do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (1868, p. 265), em que o romance foi descrito como “uma lenda vertida do francês”, impressa no Rio de Janeiro, em 1862.

Que a Literatura atraía os leitores para outras leituras nos jornais, quando circulava nesse suporte, já mencionamos no primeiro capítulo desta pesquisa; mas na análise dos reclames, vimos que, quando era apenas anunciada, também despertava os leitores para livros de outras áreas, até mais caros que os romances; como observamos no reclame do *Museu Literário*, em estudo, que era encabeçado pela prosa de ficção (*Por causa de um alfinete*), vendida por 1\$500 réis, mas trazia o livro de direito *Coleção de apontamentos jurídicos sobre as procurações extrajudiciais*, que custava 6\$000. Isto é, vender Literatura era uma forma igualmente de adquirir compradores para livros de áreas divergentes do conhecimento, que, em vista de serem mais onerosos poderiam representar mais lucros para as livrarias. O referido anúncio encontra-se na imagem a seguir:

⁹⁵ Conforme Tinhorão (1994, p. 54), no Rio de Janeiro, em 1849, a *Revista Guanabara* iniciou a publicação de uma coleção de livros completos denominada *Biblioteca Guanabarensis*, cuja primeira obra foi o romance *Rosa*, de Joaquim Manoel de Macedo, como já vimos nesta tese.

Figura 80 - Anúncio do Projeto de Leitura *Museu Literário* (*Publicador Maranhense*, 10 jan. 1863, n. 7, p. 3).

POR CAUSA DE UM ALFINETE.

LENDAS—ROMANCE POR SAINT-GERMAIN,
Um nitido volume por 1\$500 reis.

Esta publicação é o 1.^o numero do *Museu litterario*, collecção acurada de romances, cantos, historias, biographias, poesias &c, tanto de autores nacionaes como estrangeiros, é um romance mui bem escolhido, e escripto em estylo elegante:

Vende-se na livraria de Carlos Seidl, rua de Nazareth, n. 36.

Onde recebe-se assignatura para o *Museu litterario*, sendo por trimestre, ou trez volumes 3\$
 Por semestre..... 6\$
 " anno..... 12\$

Na mesma loja ha á venda a excellente obra:

Collecção d'apontamentos juridicos
 sobre
As procurações extrajudiciaes.
 por
JOSE MARIA TRINDADE.
 Preço..... 6\$000

Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Em 1863, começou a circular também o Projeto *Biblioteca Literária*, que de acordo com os anúncios encontrados nos jornais *O País* e *A Coalizão*, em julho de 1863, já estava no quarto número. Neste reclame, sobretudo, o veiculado na folha *O País*, a fonte utilizada nos títulos das obras ia diminuindo conforme a localização destas; assim, o romance *Ariolina*, de Leão Gozlan, que surgiu primeiro, foi escrito em letras maiúsculas grandes e negritadas; seguido de *Os infortúnios de um inglês*, crítica chistosa de Paul de Kock; “A vingança dos mortos”, conto de Vignon; *O bárbaro Abd-el-Kader*, por Mery; *A biografia do célebre Lord Derby*. O escrito com a menor fonte é um volume de poesias em que se sobressaíam traduções inéditas de Gonçalves Dias. Neste, o realce foi para o nome do autor.

O aspecto decrescente no tamanho das letras nos títulos dos livros desse projeto, que vendia também obras não literárias, pode representar a hierarquia dos gêneros na preferência dos leitores, nesse período, dessa forma, teríamos: em primeiro lugar o romance; segundo, o

conto; terceiro, a biografia; e quarto, a poesia. Um exemplar deste anúncio custava 1\$000 réis, enquanto que no *Museu Literário*, era vendido por 1\$500. O preço dos livros mais acessível e a boa qualidade da impressão, ressaltada nos reclames, colaboraram para que a *Biblioteca Literária* fosse o mais duradouro dos Projetos de Leitura e servisse de modelo para publicações, mesmo anos depois de deixar de circular, como veremos adiante. Na imagem seguinte, encontra-se o reclame analisado neste parágrafo e no anterior:

Figura 81 - Anúncio do Projeto de Leitura *Biblioteca Literária* (*O País*, 21 jul. 1863, n. 20, p. 4).

Publicação Litteraria.
Sahio á luz
O QUARTO NUMERO
 DA
BIBLIOTHECA LITTERARIA
 contendo:
ARIOLINA,
 interessante romance por LEÃO GOZLAN.
OS INFORTUNIOS D'UN INGLEZ.
 critica chistosa por PAULO DE KOCK.
A VINGANÇA DOS MORTOS,
 conto por VIGNON.
O Barbaro Abd-el-Kader,
 por MERY.
A biographia do celebre Lord Derby,
 AMIGO DOS BRASILEIROS,
 E varias poesias, sobresahindo algumas tra-
 duções inedictas do Dr.
Gonçalves Dias.
 Um bello volume, bem impresso, pelo modico
 preço de 1:000, acha-se á venda nesta Typo-
 graphia.

Em agosto de 1863, veiculou no jornal *A Coalizão* o anúncio do quinto número da *Biblioteca Literária*, também composto por diversas obras: *O leproso da cidade do oeste*, de Xavier de Maistre; *Cynabre* (conto fantástico), de Hofman; *A condessa negra* (odisseias argelinas), de Benjamin Gasteneau; e *Os três presentes do Diabo*, de Paulo Parfait. Observando essas publicações, inferimos que veiculavam obras pouco conhecidas no cenário da província, com o intuito de popularizá-las; como também de criar uma atmosfera de novidade para o projeto.

A *Biblioteca Literária* continuou em 1864, mas agora os livros eram anunciados individualmente, consoante encontramos, no *Publicador Maranhense*, na notícia de publicação do sétimo caderno do projeto, que trazia o primeiro volume do romance *O Corcunda*, de Paul Féval, livro que, em 1858 e 1859, veiculou no *Folhetim* do *Publicador Maranhense*, conforme nos reportamos nesta pesquisa. A obra seria apregoada em seis volumes. Desta vez, como o romance e o autor eram muito conhecidos, esse aspecto, juntamente com o preço, considerado “sumariamente barato”, foram utilizados para convencer os leitores a adquirirem o produto. Os seis volumes custariam 4\$000 réis, enquanto que, anteriormente, no mesmo projeto, um exemplar custava 1\$000, e no *Museu Literário*, por exemplo, um livro era vendido por 1\$500, como já vimos neste capítulo. Esta é a transcrição da notícia da venda do romance *O Corcunda* pela *Biblioteca Literária*:

Noticiário

Publicação literária – saiu à luz o 7º caderno da *Biblioteca Literária*, contendo o 1º volume do romance — *O Corcunda* — por Paul Féval. O nome do autor e o tão conhecido e aplaudido romance bastariam para recomendar essa publicação, porém acresce que é sumariamente barata. Na verdade 6 volumes por 4\$000 réis, é tão módica quantia, que ninguém deixará por certo de enriquecer sua livreria com uma das melhores produções neste gênero (*Publicador Maranhense*, 25 abr. 1864, n. 93, p. 2).

O zelo com a publicação não ficava restrito à propaganda desse projeto. As obras, de fato, apresentavam um diferencial, porque encontramos um reclame de livro no qual se tentava convencer os leitores a comprá-lo, argumentando que o escrito era semelhante aos publicados pela *Biblioteca Literária*. Isso aconteceu, quando os editores Belarmino de Matos e Germano Martins de Assunção pretendiam lançar o romance *O Corcunda* e anunciaram que o livro seria publicado em seis volumes “no formato dos da *Biblioteca*, e com nitidez e em bom papel” (*A Coalizão*, 2 abr. 1864). No entanto, compará-lo aos livros desse projeto parece que não foi suficiente para vender a obra; então, o romance foi publicado pela *Biblioteca*

Literária, como mencionamos nos dois parágrafos anteriores, mas com um preço menor que o cogitado inicialmente. A estratégia surtiu efeito e a publicação teve continuidade, porque encontramos, o aviso de que estava “no prelo” o segundo volume do livro (*A Coalção*, 17 maio 1864, p. 4).

A *Biblioteca Literária* agradou muito aos leitores, a ponto de tornar-se sinônimo de livros, na província, como encontramos em alguns anúncios de obras usadas, veiculados no *Publicador Maranhense*, em 1867. Comercialmente, esses escritos também eram bastante valorizados, uma vez que permaneciam, pelo menos nos reclames, vendidos pelo mesmo valor das novas, de três anos antes: “Nesta tipografia diz-se quem vende as seguintes obras com pouco uso [...] *Biblioteca Literária*, 6 volumes, em brochura, 4\$000 [...] (*Publicador Maranhense*, 6 set. 1867, n. 204, p. 3).

O Projeto *Horas de Leitura* foi bastante anunciado no *Publicador Maranhense*, no início de 1868. Sob a responsabilidade do escritor maranhense Francisco Gaudêncio Sabbas da Costa (1829-1874), visava a publicar lendas, romances e contos de sua autoria, no suporte livro; mesmo assim, pelos reclames veiculados nesse jornal, constatamos que lançou apenas o romance *Um amor fatal*, formado por um volume, em 8º francês, que custava 1\$000 réis. As assinaturas para o projeto ocorriam na Livraria Popular de Magalhães & C., no Largo do Palácio, n. 21. Depois de lançado, o livro ganhou divulgações independentes, realizadas por essa livraria.

Conforme uma crítica veiculada no mesmo jornal, em 31 de março de 1868, n. 75, p. 2, depreendemos que o lançamento do romance de Sabbas da Costa ocorreu em março de 1868. O livro foi bem recebido pela crítica, como uma obra agradável e imaginativa; seu autor foi exaltado por colaborar para a Literatura Maranhense, que ainda estava nascendo. O elogio estendeu-se para o tipógrafo José Matias Alves Serrão, colocado entre os primeiros de sua arte.

Os Projetos de Leitura maranhenses, do século XIX foram meios de agregar valor aos livros, sobretudo, prosa de ficção; bem como de torná-los mais acessíveis e populares, uma vez que viabilizavam a circulação de obras conhecidas, como também desconhecidas, que despertavam o “sabor” da novidade literária.

3.2.2 Assinaturas ou subscrições: práticas recorrentes de divulgação e venda de livros no século XIX

Quanto à prática de divulgação através de pedidos de assinaturas ou subscrições comuns, conforme Barbosa (2007, p.79) era uma prática “recorrente no século XIX [...] uma forma de garantir o número suficiente de compradores para determinado livro”. As subscrições também registram “os caminhos que os livros tinham no Brasil” (BARBOSA, 2007, p. 79). Diferente dos Projetos de Leitura, sobre os quais discorreremos neste capítulo, uma vez que estes, geralmente, envolviam diversas obras ou volumes, sob a proteção de uma marca, criada para agregar valor aos escritos e viabilizar a circulação. Agora investigaremos alguns reclames, veiculados nos jornais maranhenses, que divulgavam coleta de assinaturas ou subscrições para prosa de ficção.

O anúncio para assinaturas do romance *A mão do finado*, de responsabilidade de Satyro Antônio de Farias, veiculado no *Publicador Maranhense*, além de apresentar a obra como atual: “impressa no corrente ano de 1853”; descrevê-la como “romance em continuação ao *Conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas”; através da divulgação das cidades onde ocorreriam as subscrições, revela os caminhos que esse romance percorreu no Maranhão: São Luís, Caxias, Codó, Coroatá e Itapecuru-Mirim. Essa mesma trajetória pode ter sido feita pela obra *Maria, a filha do jornaleiro*, promessa de lançamento, anunciada no final do reclame (*Publicador Maranhense*, 17 nov.1853, n. 1468, p. 4).

As livrarias também faziam subscrições, de preferência para uma grande quantidade de livros, ao mesmo tempo, a exemplo de uma de responsabilidade da Livraria Frutuoso, composta por quinze livros, principalmente, prosa de ficção. Os títulos vinham acompanhados pelos nomes dos autores, às vezes, dos tradutores; informava o tamanho do livro, o total de volumes, se tinha ilustrações, e o preço, desta forma: “*O Conde de Sombriul*, romance pela Condessa Dash, 2 volumes, brochura, 1\$920” (*Publicador Maranhense*, 25 set. 1851, p. 4, n. 1165). Todas essas informações, com exceção do preço, que raramente aparecia, constavam também nos anúncios de vendas. Estes, apesar disso, costumavam informar os anos de publicação dos livros, como atrativo. A presença dos preços nas subscrições era uma forma de ajudar o consumidor a se planejar melhor para adquirir os livros; assim como também deixá-lo mais confiante, porque era uma prova de que não pagaria a mais, quando a obra chegasse. O que, no caso do anúncio mencionado neste parágrafo, era em quatro meses. As subscrições resultavam, portanto, em um tipo de venda baseado na confiança que se estabelecia entre o proponente e os leitores, posto que a princípio não envolvia dinheiro, apenas o compromisso

de algumas pessoas que prometiam pagar as obras, quando fossem recebê-las. Observemos a transcrição de um anúncio de subscrições da Livraria Frutuoso e a imagem de um reclame de venda de livros da mesma empresa, respectivamente:

QUEM quiser subscrever para alguma das obras abaixo, dirija-se ou mande à Livraria **FRUTUOSO**, onde se tomará nota, para em 4 meses se entregarem aos Srs. subscritores, aos preços marcados, em brochura, que serão pagos, quando receberem as obras subscritas; querendo encadernadas terão de pagar mais o importe da encadernação; é preciso número de subscritores para poder ser aos preços que vão, mas faltam já poucas para completar.

O FILHO DO DIABO, romance de Paul Féval, 4 v. grandes em 8º, em brochura..... 5\$000

O RAPAZINHO Piquillo Alliaga, ou os Mouros no reino de Felipe III, traduzido pelo Sr. José Liberato Freire de Carvalho (lindo romance) 5 v. br..... 3\$200

OS MISTÉRIOS da Polícia e das Prisões, 2 v. em 8º grande, com belas gravuras, br. 2\$000

OS QUARENTA e cinco romances do célebre Alexandre Dumas (e seguimento A Dama de Monsereau) belo romance em 5 v. peq. br. 5\$500

A DAMA de Monsereau, por Alexandre Dumas 6 v. br. 4\$000

OS MIL e um fantasmas, por A. Dumas 4 v. 8º gr. br. 4\$000

AS MIL e uma noites, contos árabes, nova edição 4 v. 8º gr. br. 3\$000

O CASTELO de Ruchecourbe, pelo conde Victor du Hamel, 3 v. 8º br. 2\$500

OS ÚLTIMOS dias de Pompeia, romance em 2 v. br. 1\$320

O CONDE de Sombreiul, romance pela Condessa Dash, 2 v. br. 1\$920

O CAPITÃO La Rose, romance marítimo, 2 v. br. 1\$600

MEMÓRIAS de um doido, de Lopes de Mendonça, 1v. br. 1\$000

ENSAIOS de crítica e de Literatura, pelo dito, 1 v. br. 1\$000

HISTÓRIA dos crimes do governo inglês desde os primeiros assassinos da Irlanda até o envenenamento dos Chins, por Elias Re [mutilado], 1 v. 8º br. 1\$500

VIDA dos santos, agora escrita por uma congregação de escritores eclesiásticos, dirigida pelo arcebispo de Paris, 1 v. em 4º, com belas estampas, br. 1\$920

(Publicador Maranhense, 25 set. 1851 p. 4, n. 1165).

Figura 82 - Anúncio de venda de livros na Livraria do Frutuoso (*Publicador Maranhense*, 18 dez. 1851, n. 1200, p. 4)

A VENDA NA
Livraria—FRUCTUOZO
 as seguintes publica-
 ções novas:

CURSO de Direito Cambial brasileiro ou Primeiras Linhas sobre as Letras de cambio, e da Terra, Notas promissórias, e créditos mercantis, segundo o novíssimo Código Commercial por José Maria Frederico de Souza Pinto 1 v. 8.º 1851.

PRIMEIRAS Linhas sobre o processo civil brasileiro por José Maria Frederico de Souza Pinto, 4 vol. 8.º Rio. Achão-se a venda os dous primeiros volumes.

ELEMENTOS do processo civil por F. J. Duarte Nazareth 1 v. 1850.

AMOR E MILANCOLIA ou a Novissima helorza seguida da Noute do Castello e dos Cumes do Barde, por Antonio Feliciano de Castilho 1 vl. Rio.

DORES E FLORES poesias de Augusto Emilio Zalazar, 1 vl. 8.º 1851.

O ORACULO ou o Livro dos Destinos, o qual foi propriedade exclusiva do Imperador Napoleão 1 vl. 1851 Rio.

PRATICA Elemental de Hydro-sudo-therapia ou modo de curar as molestias com suadouros, agua fria, regimen e exercicio pelo Dr. Antonio Hedefonso Gomes, 1 v. 1851, Rio.

O RAPAZINHO Piquillo Alliga ou os Mouros no tempo de F. line 3.º por E. Scribe 5 vls, 8.º.

DUMAS Jorge ou o Capitão dos Piratas romance historico 2 vls, 8.º 1851.

DITO Huma filha do Regente 3 vls, 8.º

SOUJIE' Os Dramas Mesteriosos 6 vls, 8.º

OS MYSTERIOS da Policia e das priziões 2 vls 8.º

SUE' A perguiza 1 vl 8.º.

Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Se o romance fosse muito comentado por ocasião de sua chegada ao mercado literário, tornava-se candidato à coleta de assinaturas. Encontramos, por exemplo, o livro *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, que não tinha nem sido lançado, mas foi veiculada a notícia de que entre os primeiros leitores de alguns de seus capítulos encontrava-se uma mulher que desmaiou, ao conhecer parte da história. Esse fato gerou uma curiosidade contagiando também os leitores maranhenses. Em vista disso, Belarmino de Mattos aproveitou a oportunidade e lançou as assinaturas para a obra “que tanto barulho tem feito no mercado literário”, propalando o seguinte aviso, nos jornais *Publicador Maranhense* e *Porto Livre*:

OS MISERÁVEIS
ROMANCE DE VICTOR HUGO

O abaixo assinado avisa aos Srs. Assinantes, que no mês vindouro principia a publicar este excelente romance de Victor Hugo, que tanto barulho tem feito no mercado literário.

Os volumes de 120 páginas em 8º francês serão publicados de 15 em 15 dias a razão de 1.000 réis pagos na ocasião da entrega.

Continua-se a receber assinaturas na Tipografia do *Progresso*, Rua da Paz, n. 4.

O Editor,
B. de Mattos

(*Publicador Maranhense*, 14 jun. 1862, n. 135, p. 4).

Bibliotecas de outros países que abriram filiais em São Luís também empregavam a estratégia de assinaturas para venderem seus livros, foi o caso da portuguesa Biblioteca Econômica Jardim do Povo, que estabeleceu uma agência na capital maranhense, em 1868, na Livraria Universal, e publicou este anúncio (semelhante aos dos Projetos de Leitura sobre os quais falamos neste capítulo), informando a respeito da coleta de assinaturas para dez livros, traduzidos principalmente por portugueses como o editor e livreiro J. B. Mattos Moreira. O destaque maior era para o romance *A Loba*, de Paul Féval, como podemos observar nesta imagem:

Figura 83 - Aviso de assinaturas para os livros da Biblioteca Econômica Jardim do Povo, de Portugal (*Publicador Maranhense*, 185 – 14 ago. 1868, n. 185, p. 4)

Jardim do Povo
Bibliotheca economica
 AGENCIA FILIAL
 12000 reis o volume.

Esta empresa que ao favor publico deve a prospera existencia que disfructa, entrou já no seu segundo anno de publicação. Possuindo os elementos precisos para proseguir no seu louvavel empenho, a empresa pensa que seria conveniente e util dar mais largo desenvolvimento ás suas publicações fazendo-as, conhecer e apreciar tambem n'este vasto imperio onde, á luz da civilisação, vive um povo hospitaleiro e honrado; um povo grande, e nobre, e as idéas civilisadoras que propaga, que defende, e que lhe estão radicadas n'alma.

Com este intuito, que será devilmente avaliado por quantos se comprazem com o engrandecimento das letras, acaba de estabelecer-se nesta cidade a *agencia filial* da bibliotheca do Jardim do Povo que esparsa, do bom senso, e illustra o povo brasileiro e da fraternidade dos seus concidadãos portuguezes, lhe dispensaram, o auxilio de que carece.

Sempre fiel aos deveros que se impoz, a bibliotheca do Jardim do Povo, julga ter correspondido á generosa solicitude com que tem sido auxiliada nos seus esforços; e se lhe não faltar aqui a generosa benevolencia com que em Portugal foi acolhida por todas as classes da sociedade—que a reputaram pela sua indole, e extraordinaria barateza, a mais util e interessante no seu genero—terá conseguido o importante fim a que se destina.

ROMANCES PUBLICADOS

O Laço de Flores, traducção de J. B. Mattos Moreira, 1 vol.
 Rico e Pobre, por Emilio Savestre, traducção de J. M. da Cunha Moniz, 1 vol.
 Os Homens do Mar, por Victor Hugo, 2 vol.
 Memorias da Mocidade, original de Francisco Soares Franco, 1 vol.
 Pedro e Laura, por Luiz Revbau, traducção de A. de Souza e Vasconcellos, 1 vol.
 Os Amores de d'Artagnan, por Albert Blanquet, traducção de J. B. Mattos Moreira, 5 vol.
 Miragens da felicidade, original de Eugenio de Castilho, 1 vol.
 A filha do homemida, por Xavier de Montepin, traducção de J. B. Mattos Moreira, 3 vol.
 Antonietta, por A. de Lamartine; traducção de Luiz Quirino Chaves, 1 vol.
 No prelo:

A LOBA

(DOUS VOLUMES)
POR PAUL FEVAL

Traducção de J. B. Mattos Moreira.
 Agencia no Maranhão na livraria Universal onde se recebem assignaturas para estas obras.
 Esperamos a protecção do illustrado publico Maranhense.
 Maranhão 14 de agosto de 1868.

Encontramos uma subscrição anunciada de forma diferente, na sessão *Publicações Pedidas*, no jornal *A Imprensa*. Era do romance *Úrsula*, que trazia um longo *Prospecto* sobre a obra e sua autora, apesar de mantê-la anônima; apresentada como “jovem maranhense”, “autora brasileira” estreante na carreira literária. O romance *Úrsula* foi descrito como simples para os padrões da época, mas entranhado de patriotismo. O anúncio apresentava ainda um resumo do livro; e no final, expressava o objetivo de tão longa conversa, desta forma: “Subscreve-se para esta obra na Tipografia do *Progresso*, do *Observador*, do *Diário* e do *Publicador* — preço por exemplar brochura — 2\$000 rs”. A seguir transcrevemos uma parte desse *Prospecto*:

PUBLICAÇÕES PEDIDAS

Prospecto

O romance brasileiro que se vai dar ao prelo, sob a denominação de — ÚRSULA — é todo filho da imaginação da autora, jovem maranhense, que soltando as asas a sua imaginação, estreia a sua carreira literária, oferecendo ao Ilustrado Público da sua nação as páginas talvez por demais vazias dum estilo apurado, como o é o do século, mas simples; e os pensamentos não profundos, mas entranhados de patriotismo. Todo ele presente-se de amor nacional, e de uma dedicação extrema à liberdade.

Os personagens de sua obra não os foi buscar num fato original; a existência desses entes criou-a ela no correr da mente.

A autora simpatiza com o que há de belo nas solidões dos campos, na voz dos bosques, e no gemer das selvas; e por isso preferiu tecer os fios do seu romance, melhor que nos salões dourados da corte, nos amenos campos, e nas gratas matas de seu país.

Recolhida a seu gabinete e a sós consigo mesma, a autora brasileira tem procurado estudar os homens e as coisas, e o fruto desses esforços de sua vontade é: — ÚRSULA —. [...].

A donzela, que vai aparecer-vos sob esse nome, vivendo isolada nas solitárias regiões do Norte, não é um desses tipos de esmerada civilização, mas longe de serem selvagens os seus costumes, *Úrsula* tinha o cunho de um caráter ingênuo e puro com o só defeito de ser talvez por demais ardente, e apaixonada a sua alma constante nos seus afetos, essa donzela se não assemelha a tantas outras mulheres volúveis e inconsequentes, que aprendendo desde o berço a iludir, deslustram o seu sexo mal compreendendo a missão de paz, e de amor de que as incumbiu Deus. [...].

Subscreve-se para esta obra na Tipografia do *Progresso*, do *Observador*, do *Diário* e do *Publicador* — preço por exemplar brochura — 2\$000 rs. (*A Imprensa*, 17 out 1857, n. 40, ano I, p. 3).

Três anos depois desse longo anúncio, as subscrições para o romance *Úrsula* ganharam uma versão resumida, contendo apenas o título da obra, seguido da expressão “romance brasileiro por uma maranhense”, o volume, o tamanho e o preço que permaneceu o mesmo do anúncio anterior; além do apelo de que vender o livro “singelo e elegante” representaria ânimo para a autora continuar escrevendo. Neste reclame, a autora foi

caracterizada como “talentosa maranhense”, embora “modesta” (*A imprensa*, 11 abr. 1860, n. 29, p. 4).

A partir de fevereiro de 1861, anúncios veiculados nos jornais de São Luís, informavam que *Úrsula* estava à venda. Nestes constatamos que as impressões sobre o romance estavam mudadas, uma vez que era descrito como “excelente ROMANCE, indicado às pessoas de corações sensíveis e bem formados e por aqueles que souberem proteger as letras pátrias”. Encontramos esse mesmo anúncio até 1862, indício de que a obra manteve-se no mercado, portanto tinha leitores. O reclame era este que no jornal *A Coalizão* veiculou em 1º de maio de 1862:

Figura 84 - Anúncio do romance *Úrsula* no jornal *A Coalizão* (1 maio 1862, n. 25, p. 4)

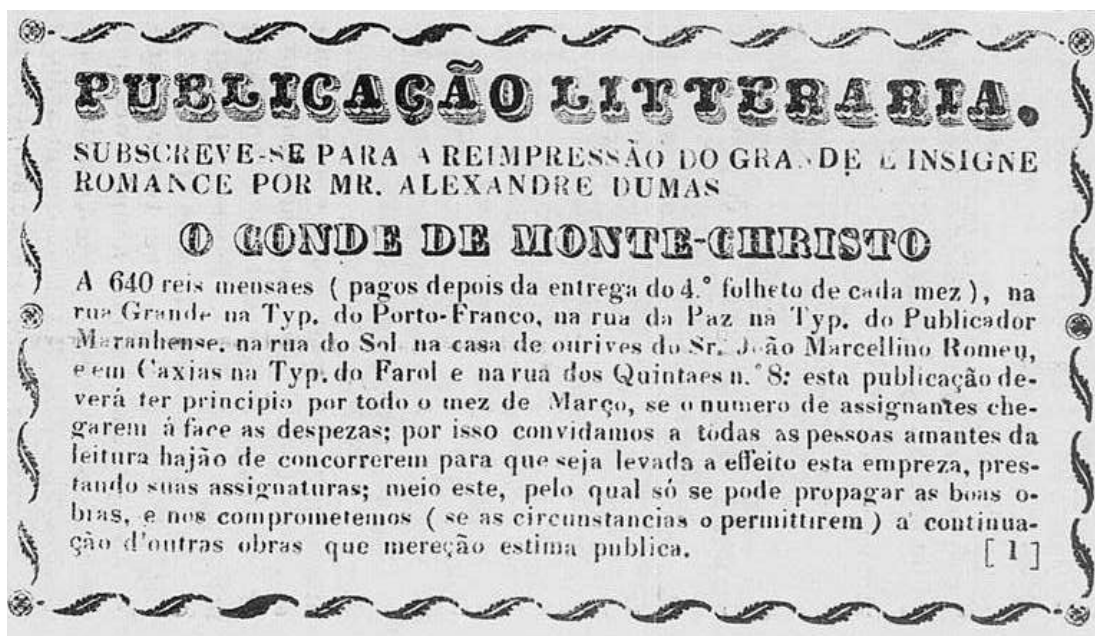


Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Em Caxias, também se realizavam assinaturas para compra de livros. Observamos essa prática nos jornais *O Farol* e *O Telégrafo*, em referência ao romance *Conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas, pai. O anúncio foi veiculado muitas vezes, a partir de 27 de março de 1851. Informava que estavam abertas as subscrições para a reimpressão do livro de Dumas, em São Luís, nas tipografias do *Porto-Franco* e do *Publicador Maranhense*; e em Caxias, na tipografia do jornal *O Farol*, a 640 réis mensais. A obra seria impressa em folhetos, com início em março, se o número de assinantes cobrisse as despesas, por isso existia um apelo às pessoas amantes da boa Literatura que participassem. Além disso, havia a promessa de que poderiam circular outras obras dessa forma. Esse tipo de publicação era frequente, nos jornais do século XIX, na Corte e demais províncias. Tratava-se de uma prática que demonstrava a aceitação, assim como o grande sucesso do romance nesse contexto. A confiança nos prováveis subscritores era grande, uma vez que o pagamento seria efetuado, somente, quando

recebessem o quarto exemplar de cada mês. A seguir encontra-se o anúncio em questão, veiculado pelo jornal *O Farol*:

Figura 85 - Anúncio para subscrições para a reimpressão do romance *O Conde de Monte Cristo* (*O Farol*, 27 mar. 1851, n. 46-47, p. 6)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Os folhetos do romance *O Conde de Monte Cristo* estavam demorando muito a chegar a Caxias, por isso o comerciante José Bonifácio da Cruz, agora identificando-se como o responsável pelas assinaturas, nessa cidade, difundiu repetidas vezes um aviso, no jornal *O Farol*, a fim de impulsioná-las e justificar a morosidade do projeto; para tanto uniu seu aviso a um anúncio que circulou, em São Luís, no *Publicador Maranhense*, no qual esclarecia que a obra não circulou ainda em vista da falta de respostas dos assinantes do interior e para motivá-los, informava que o livro sairia em maio, entretanto, quando a população caxiense lia este aviso/anúncio, estava em junho e a obra não havia chegado:

AVISO

O abaixo assinado, encarregado, nesta cidade, de promover assinaturas, para a reimpressão da obra *O conde de Monte Cristo*, faz público, para conhecimento das pessoas que se dignaram subscrever para a referida obra, o anúncio abaixo transcrito do *Publicador Maranhense* por onde se vê qual o motivo porque ainda não se deu princípio a dita publicação — “Anúncio — *O Conde de Monte Cristo* — por falta de resposta de alguns lugares do interior, acerca de alcance de assinaturas para a dita obra não temos dado princípio a sua publicação; porém podemos asseverar por todo o mês de maio corrente o faremos.

Caxias, 13 de junho de 1851. José Bonifácio da Cruz (*O Farol*, 21 jun. 1851, n. 60, p. 4).

Os anúncios e os avisos aos amantes da leitura deram resultado, mesmo que tardiamente, posto que, somente, em 29 de novembro de 1851, surgiu nas páginas do jornal *O Farol* o convite aos subscritores para receberem doze folhetos do romance, correspondentes a três meses de assinatura; momento em que também deveriam pagá-la. Informava que a assinatura precisava se manter, obrigatoriamente, até a conclusão da obra. Dessa forma, chegou a Caxias o romance de Dumas:

O CONDE DE MONTE CRISTO

O abaixo assinado roga às pessoas que se dignaram subscrever para a reimpressão da interessante obra *O Conde de Monte Cristo*, hajam de mandar receber na Rua dos Quintais n. 8, os folhetos de 1 a 12, compreendendo a três meses da assinatura; assim como mandarem satisfazer sua importância no ato do recebimento.

Outrossim, previne-se aos mesmos Srs. que a assinatura é extensiva e obrigatória até a conclusão da mesma obra.

Caxias, 26 de novembro de 1851. José Bonifácio da Cruz (*O Farol*, 29 nov. 1851, p. 4).

Na tipografia do jornal *O Telégrafo*, imprimiam-se quaisquer livros com asseio, pelos menores preços da cidade, no prazo combinado. Pretendiam apregoar, em folhetos, os melhores romances de qualquer parte do mundo, desde que as assinaturas fossem suficientes para cobrir as despesas de produção. As assinaturas custavam 640 réis mensais, com a garantia de entregar um folheto por semana para cada assinante:

NESTA TIPOGRAFIA se imprime quaisquer obras com todo asseio e certeza, por menos que outro qualquer possa fazer, assim como se promete dar no devido tempo que se tratar sem haver a menor falta.

Pretendemos publicar diversos romances do melhor gosto, os quais serão escolhidos dentre os mais bem escritos que se tem publicado em diferentes partes: será por assinaturas, sendo 640 réis em prata, por cada mês, e nos obrigaremos a dar a cada um assinante um folheto por semana, bem impressos em bom papel, e encadernado em brochura. Esta publicação terá princípio logo que tivermos o número suficiente de assinantes (*O Telégrafo*, 22 jan. 1848, n. 21, p. 4).

A primeira obra escolhida para esse propósito foi *O Talismã, ou Ricardo na Palestina*, de Walter Scott, traduzido do inglês pelo Dr. Caetano Lopes de Miranda, anunciada no exemplar seguinte ao que apregoou o anúncio anterior:

A impressão anunciada por esta tipografia no número antecedente; faz-se público que o romance que o proprietário desta folha tem escolhido para primeiro oferecer às pessoas que tiverem a bondade de assinar, é o mui interessante romance *O Talismã, ou Ricardo na Palestina*; por Sir Walter Scott, traduzido do inglês pelo Dr. Caetano Lopes de Moura (*O Telégrafo*, 26 jan. 1848, n. 22, p. 4).

A edição de 1837, desse romance, de acordo com Sandra Guardini T. Vasconcelos⁹⁶, circulou no Rio de Janeiro. Tratava-se da mesma tradução anunciada no periódico *O Telégrafo*. A pesquisadora acrescentou que o livro foi impresso em Paris, pela J. P. Aillaud. Ainda conforme Vasconcelos, houve uma grande presença de romances ingleses no Brasil, no século XIX, principalmente, das obras de Walter Scott e Charles Dickens.

O romance, que foi lançado em 1825, continuou a ser vendido no Brasil no século XX, editado pela Garnier, com o título reduzido para *O Talismã*. No século XXI, ainda circula, com a mesma tradução de Caetano Lopes (1780-1860), veiculada no século XIX.

Continuando a busca pelo romance, localizamos exemplares no sebo brasileiro O Buquineiro: Livros Raros, em que descobrimos mais informações sobre a história desse livro. Por exemplo, que era formado por três volumes com. 322 p. + 323 p. + 249 p.; o tradutor era baiano; além disso, a edição de 1837, impressa em Paris, é rara e muito valorizada, pois custa R\$ 650,00 atualmente.

Os Projetos de Leitura e as assinaturas anunciados nos jornais eram formas de tornar os livros mais acessíveis aos leitores, em quantidade, variedade e financeiramente, uma vez que poderiam ser pagos em parcelas, ou em sua totalidade, mas em longo prazo. Compreendemos que os Projetos de Leitura eram uma particularidade dos jornais maranhenses, porque não os encontramos nos periódicos de outras províncias, nem da Corte que pesquisamos.

Os Projetos de Leitura consistiam em selecionar obras, principalmente, romances para serem publicados; em seguida, como uma marca, eles encabeçavam os anúncios das obras, que eram veiculados, com destaque nos jornais; incluindo nesses reclames, além de informações sobre os livros e os modos de publicação (inteiro, folhetos), os locais onde poderiam ser feitas as assinaturas e as condições de pagamento. Era o marketing oitocentista incentivando a circulação e a leitura de romances no Maranhão.

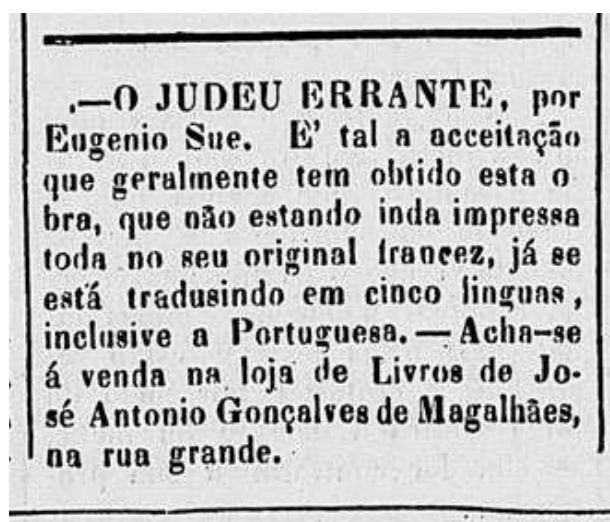
⁹⁶ Informações constantes na pesquisa “Romances ingleses em circulação no Brasil durante o séc. XIX”, de Sandra Guardini T. Vasconcelos. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/cronologias/inglesa.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

3.3 Notícias, biografias e artigos

As informações sobre os livros lançados ou a serem propalados no suporte livro ou nos jornais, veiculadas através de notícias, biografias e artigos, contribuem para a formação do “rumor intelectual”, que conforme Bourdieu (2011, p. 247), é um conhecimento importante, orientador da leitura, porque mostra o que as pessoas sabem a respeito dos “autores, ou sobre os editores, os jornais, os jornalistas, um conjunto de saberes que o historiador não encontrará mais, pois eles circulam de forma oral”. Além disso, sabe-se quais escritores estão publicando e onde; “quem está brigado com aquele, e tudo isso faz parte das condições que é preciso ter em mente para compreender algumas estratégias retóricas, algumas referências silenciosas, algumas contradições”. Essas histórias que circundam os escritos são importantes formas de divulgação dos romances. Vejamos os rumores intelectuais constantes em algumas notícias, biografias e artigos, veiculados nos jornais, sobre alguns romances que circularam no Maranhão Oitocentista.

O romance *O Judeu Errante*, de Eugène Sue, lançado em 1845, fez muito sucesso no século XIX, como já vimos nesta tese. O rumor intelectual em torno dessa obra, conforme verificamos nesta pesquisa, começou com a notícia-reclame publicada pelo livreiro José Antônio Gonçalves de Magalhães, proprietário de uma Loja de Livros, situada na Rua Grande, em São Luís. Nesse informe, foi ressaltada a grande aceitação da obra, a ponto de antes mesmo de ter sido totalmente publicada em francês, já estava sendo traduzida em cinco idiomas, inclusive em português, língua em que José Antônio a vendia.

Figura 86 - Notícia-reclame do lançamento do romance *O Judeu Errante* em São Luís
(*Publicador Maranhense*, 7 maio 1845, n. 281, p. 4)



Fonte: <http://memoria.bn.br/>.

Em outubro de 1845, o *Publicador Maranhense* veiculou, em seu *Folhetim*, um artigo sobre o mesmo romance, copiado do *Periódico dos Pobres*, do Rio de Janeiro. O articulista discorreu sobre a grande reputação com que o romance foi recebido pelos jornais; informou que a publicação já estava no sétimo volume; e propalava também no *Constitucional*. Criticou a longa exposição e apresentação das personagens na primeira parte da obra e ressaltou que o estilo de Eugène Sue “algum tanto desigual, algumas vezes ressentido de grande negligência”. O mais foram elogios para a obra e para o autor, que dotado de “pasmosa fantasia, descreve de uma maneira penetrante qualquer cena, qualquer personagem que apresenta” (*Publicador Maranhense*, 15 out. 1845, n. 326, p. 1). Além disso, mencionou que só em Portugal, já existiam duas traduções diferentes: uma em Lisboa e outra no Porto. Mesmo o articulista apresentando também aspectos negativos do romance *O Judeu Errante*, colaborou para a “produção na crença do valor do produto”, defendida por Bourdieu (2011, p. 240), como a condição que diferencia um produto cultural de uma coisa. Ou seja, o importante era que a obra fosse comentada. Na imagem seguinte consta o início do referido artigo.

Figura 87 - Início do Artigo sobre o romance *O Judeu Errante* (*Publicador Maranhense*, 15 out. 1845, n. 326, p. 1)



Fonte: <http://memoria.bn.br/>.

Em julho de 1850, no *Publicador Maranhense*, foi veiculada uma notícia, em tom de revolta contra Eugène Sue, porque ele havia sido eleito com 8.000 votos para um cargo público. Como vingança pela nomeação do escritor, o redator, que era de Paris, mas não se

identificou, acabou divulgando ainda mais a obra desse escritor, ao falar sobre as profissões que Eugène Sue exercera e os problemas pelos quais passou. Relatou que este trabalhou como cirurgião da armada e era romancista, mas foi interditado pela família porque dilapidou o grande patrimônio que possuía. Ressaltou que o escritor ganhou muito dinheiro com os romances *Os Mistérios de Paris*; *Judeu Errante*; e *Martim, o Enjeitado*, entre outros. Contudo, o redator descreveu esses escritos como “obras monstruosas que mostram ao mesmo tempo profunda imoralidade e a mais perversa imaginação” (*Publicador Maranhense*, 11 jul. 1850, n. 982, p. 3).

O estilo do autor foi apresentado como maléfico à sociedade: “no começo de sua carreira de escritor, defendia até os abusos e vícios da sociedade; depois para conquistar a mais baixa popularidade, bateu a sociedade, prestando-lhe vícios que ela nunca teve”. Os jornais que publicavam suas obras também foram atacados desta forma: “O *Journal des Débats* e o *Constitutionnel* fizeram o grande mal de que hoje se arrependem cruelmente, de abrirem suas colunas à obra de Eugène Sue” (*Publicador Maranhense*, 11 jul. 1850, n. 982, p. 3).

No intuito de continuar as ofensas ao escritor, o imprudente redator acabou promovendo também a mais nova obra de Eugène Sue, neste trecho: “Agora está publicando um romance abominável, intitulado *Os Mistérios de Povo*, no qual a insurreição é pregada a cada linha” (*Publicador Maranhense*, 11 jul. 1850, n. 982, p. 3). A situação financeira do escritor, nesse período, também foi exposta, ganhava 50.000 francos por ano, na época em que colaborava para o *Constitutionnel*. Quando deixou de escrever para os jornais, caiu na mão de especuladores, mas que também o pagavam muito bem. Possuía um palácio de 25 léguas em Paris, onde tinha cavalos e cachorros, com os quais gastava o dinheiro que daria para sustentar dez famílias de lavradores (*Publicador Maranhense*, 11 jul. 1850, n. 982, p. 3).

As notícias transmitidas nos jornais também divulgavam as obras do Maranhão, como esta veiculada no *Publicador Maranhense*, em 20 de dezembro de 1861, informando que o escritor maranhense João Clímaco Lobato publicaria o romance *A Virgem da Tapera*, recomendado pela originalidade e interesse. Quando o livro saiu dos prelos, a informação também circulou na coluna *Noticiário*, acrescentando que a obra era dedicada a Maria Firmina dos Reis, conforme *Publicador Maranhense* de março de 1862. Portanto, as notícias sobre as publicações dos livros também consistiam numa forma de divulgação eficiente dos escritos, bem como dos escritores. É interessante ressaltar que essas notícias tiravam os livros das páginas de reclames, geralmente, as últimas dos periódicos, e levavam-nos para as

anteriores. Encontramos a repercussão da do livro *A Virgem da Tapera* também nos jornais *A imprensa* e *Porto Livre*. A seguir transcrevemos as duas notícias aqui mencionadas:

Noticiário

ROMANCE — Acha-se nos prelos da tipografia do Sr. Ramos de Almeida o romance original — *A Virgem da Tapera* —, produção da hábil pena do Sr. João Clímaco Lobato. Recomendamos aos leitores, pela sua originalidade e interesse (*Publicador Maranhense*, 20 dez. 1861, n. 290, p. 2).

Noticiário

ROMANCE — Acaba de sair dos prelos do Sr. Ramos de Almeida o romance original — *A Virgem da Tapera* —, composição do Sr. João Clímaco Lobato, oferecido a Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis. Felicitamos o autor por esta nova produção, cuja leitura recomendamos ao público (*Publicador Maranhense*, de mar. 1862, 49, p. 2).

Os indícios de que o romance *Os Miseráveis*, de Victor Hugo (1802-1885) chegaria a São Luís movimentaram os jornais da capital. O frisson iniciou-se com uma notícia publicada no jornal *A Coalção*, extraída, provavelmente do *Jornal do Comércio*, afirmando que o mundo literário vivia na expectativa de um grande lançamento, há aproximadamente oito anos. *Os Miseráveis* satisfizeram essa ansiedade como um fenômeno que foi comentado na maioria dos jornais franceses e belgas, mesmo antes do lançamento. Além disso, foi muito disputado pelos editores, que desejavam colocar seus nomes na capa da obra. A disputa foi vencida pelo belga Lauglois, por 500.000 francos (200 contos de réis). Era muito barulho em torno de um romance sobre o qual só se sabiam o título, o nome do autor, o editor e que a história causava grande emoção, já que, em Bruxelas, antes da publicação, numa sessão de leitura, entre alguns amigos do autor, uma senhora desmaiou, conforme mencionamos nesta tese. Quando souberam quem era o editor, os jornais começaram uma corrida para publicarem a obra no *Folhetim*. O *Temps* ofereceu 200.000 francos (80 contos de réis), no entanto quem venceu a disputa foi o *Jornal do Comércio*, como podemos observar no seguinte trecho da notícia:

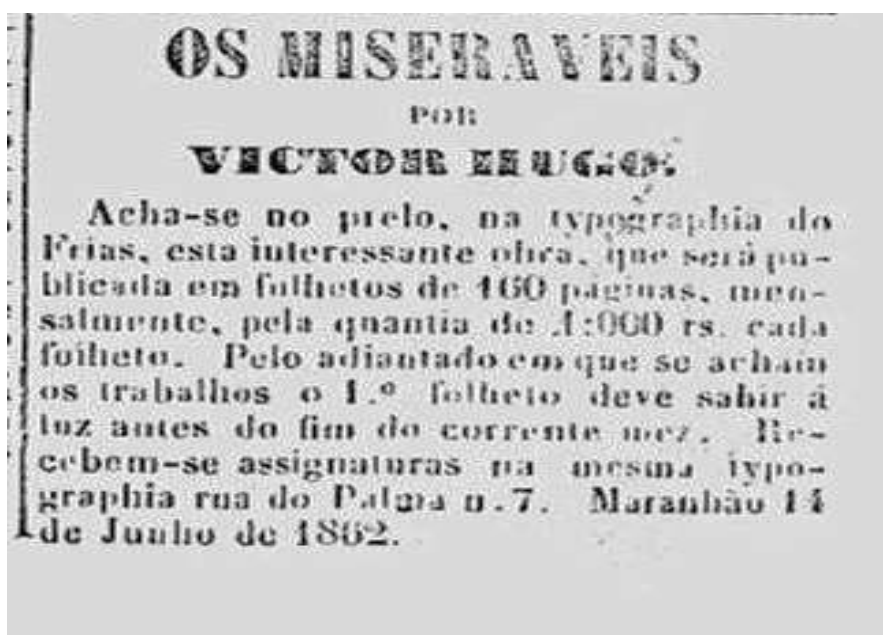
[...] em um contrato especial com o editor, que se obrigou a remeter-nos para aqui, exclusivamente a nós [*Jornal do Comércio*], o que for imprimindo antes de expô-lo à venda em Bruxelas, assegurou-se o prazer de oferecer aos seus assinantes, a leitura desse livro [...], antes mesmo que em Paris alguém o tenha visto (*A Coalção*, 1º maio 1862, n. 25, p. 2).

Um mês depois, em 5 de junho de 1862, no jornal *Publicador Maranhense*, n. 127, veiculou a notícia de que Victor Hugo, que estava exilado em Jersey, desde 1851, e onde

escreveu *Napoleão, o pequeno*, aproveitou a anistia e retornou a Paris com o filho mais velho Carlos Hugo, que estava transformando *Os Miseráveis* “romance [que] começa pela narração da Batalha de Waterloo e acaba no reinado de Felipe no ano de 1846” (*Publicador Maranhense*, 5 jun. 1862, n. 127, p. 2) numa peça teatral (trabalho concluído em 1863). Isto é, a notícia que trazia mudanças importantes na vida particular do escritor, serviu também para reforçar a divulgação do romance *Os Miseráveis*, informar que ele ganharia uma versão teatral; além de apresentar a nova obra *Napoleão, o pequeno*. Como os anúncios desse romance chegaram ao Maranhão circundados de notícias, resolvemos analisá-los, neste item da tese, junto com as notícias.

Em 11 de junho de 1863, o jornal *A Coalizão*, n. 38, p. 3, anunciou que o romance *Os Miseráveis* estava no prelo da Tipografia de Frias. Seria publicado em folhetos de 160 páginas, mensalmente, por 1\$000 réis cada folhetim. A impressão já estava adianta e recebiam assinaturas. No mesmo dia, na p. 4, veiculava ainda o anúncio de que Belarmino de Mattos também publicaria “este excelente romance de Victor Hugo, que tanto barulho tem feito no mercado literário”, em folhetos de 120 páginas, em 8º francês, e da mesma forma recebia assinaturas. O livro teria, portanto, duas edições simultâneas, em São Luís, noticiadas, às vezes, no mesmo dia, no mesmo periódico, em páginas diferentes. Nesta imagem encontra-se o anúncio de Frias:

Figura 88 - Anúncios de *Os Miseráveis*, da Tipografia de Frias (*A Coalizão*, 11 jun. 1863, p. 3)



Fonte: <http://memoria.bn.br/>.

Em 20 de junho, do mesmo ano, *A Coalção*, n. 41, p. 3, divulgou uma notícia afirmando que a tradução impressa por Belarmino era melhor do que a veiculada no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, considerando esta “como um atentado à propriedade literária”, em vista de estar cheia de “erros grosseiros”; mas não informava quem foram os tradutores, nem do Rio, nem do Maranhão. Leiamos parte da notícia publicada por Belarmino de Mattos:

Os Miseráveis — nos primeiros dias de julho será distribuído aos Srs. subscritores a primeira brochura do romance *Os Miseráveis*, impresso por conta do Sr. B. de Matos.

O romance impresso na Tipografia do *Progresso* não está eivado dos erros grosseiros de tradução como se nota na do *Jornal do Comércio* do Rio; independentemente de poder considerar-se como um atentado à propriedade literária a reprodução da tradução do *Jornal do Comércio*. O Sr. Belarmino de Mattos teve o bom senso de procurar uma outra muito melhor e onde os galicismos e erros de linguagem não são reproduzidos tão amiúde. [...]. Recomendamos o trabalho do Sr. Belarmino de Mattos [...] (*A Coalção*, 20 jun. 1862, n. 41, p. 3).

Os jornais maranhenses acompanhavam as notícias referentes ao romance também em outros países, como estas que foram veiculadas no *Publicador Maranhense*: em 20 de maio de 1862, n. 111, informou que o escritor português Camillo Castello Branco estava traduzindo o romance; em 11 de junho de 1862, n. 132, a tradução do primeiro volume do romance tinha sido publicada em Portugal “pelo acreditado editor Francisco Gonçalves Lopes”. Em 10 de agosto de 1863, n. 179, circulou a notícia de que o romance foi proibido na Espanha pelos bispos e o Conselho de Estado exigiu que os religiosos deveriam marcar os trechos perigosos da obra. Com tanta repercussão, não houve nem necessidade de publicar os reclames informando que o romance estava pronto para ser distribuído, indício de que as subscrições foram bem sucedidas.

As notícias veiculadas nos jornais também ajudam a contar a história da prosa de ficção do Maranhão presente em outros estados, como o romance *Mistério de uma chare*, lançado no Rio Grande do Sul, pelo maranhense Vieira Ferreira; e que estava sendo elogiado nos jornais do Rio de Janeiro. A notícia também ressaltou que o autor era um “brilhante talento” que começava a carreira de romancista:

Noticiário

Romance – O Sr. Dr. Vieira Ferreira, nosso distinto comprovinciano, lente da escola militar do Rio Grande do Sul, publicou ultimamente um romance com o título – *Mistério de uma chare*. Em vários jornais do Rio temos lido elogios a essa obra, que é sem dúvida digna do acolhimento que tem tido.

Lemo-la e o juízo que dela formamos, é a homenagem devida ao brilhante talento do seu autor, que tão bem enceta a carreira de romancista. Esta obra pelos seus preceitos de moral, e pelos ricos pensamentos que tem, merece ser lida pelos corações bem formados, e que acima de tudo prezem a virtude (*Publicador Maranhense*, 17 dez. 1862, n. 286, p. 2).

De acordo com Sacramento Blake (1893, p. 340-341), Vieira Ferreira nasceu em 15 de abril de 1835, em São Luís, e faleceu em 6 de Janeiro de 1908, no Rio de Janeiro. Foi redator dos Jornais *A República* e *O Artista*. Era Coronel de Engenheiros do Exército Brasileiro e participou da Guerra do Paraguai.

A preparação para a chegada do romance *Coisas Espantosas*, do escritor português Camillo Castello Branco, ao Maranhão, também começou com notícias veiculadas nos jornais da capital. A primeira foi sobre os leitores terem estranhado o título do livro; em seguida veiculou uma notícia maior, informando que se tratava de um lançamento editado por A. M. Pereira, o editor que mais fazia imprimir obra no período. O livro foi apresentado como um drama intricadíssimo, fotografado da sociedade, capaz de prender a atenção do leitor a até concluir a leitura, largando em poucas ocasiões como para chorar ou sorrir, em vista da emoção que a história lhe causaria:

O interesse da ação é tal, que lidas as primeiras páginas, já se não larga o livro sem o folhear todo e apenas se interrompe a leitura para verter algumas lágrimas, ou soltar alguma estrídula gargalhada, porque o talento de Camillo possui um tal condão, que dobra a alma do leitor, impressionada afigura-se estar assistindo aquelas grandes lutas íntimas (*Publicador Maranhense*, 16 mar. 1863, n. 61, p. 2).

Despertada assim a crença no valor do romance, no mesmo ano, ele chegou à província e foi anunciado num reclame coletivo, em que predominavam os livros de Camillo Castello Branco, com a indicação do total de volumes e os anos de lançamento, consoante observamos neste reclame anônimo:

Figura 89 - Anúncio do romance *Coisas Estranhas* (*Publicador Maranhense*, 17 out. 1863, n. 235, p. 4)

LIVROS NOVOS.

Nesta typographia se diz
quem tem para vender alguns livros recentemente publicados, sendo com especialidade os seguintes:

Revista Contemporanea do Portugal e Brazil, contendo, alem de muitos artigos scientificos e litterarios, uma collecção de biographias das espereidades mais illustres dos dois paizes com os competentes retratos gravados em aço, e numerosos desenhos do El-Rei D. Fernando de Portugal, 3 volumes encadernados contendo 3 annos de sua publicação 1859 á 1861.

O Monge Negro, ou a Fome em Madrid por D. Torquato Tarrago e Mathene, 1 volume encadernado com 14 finas lithographias (1861)

Golfredo ou Jerusalem Libertada, poema em 20 cantos por Torquato Tasso, traduzido por André Rodrigues de Mattos, 1 vol. encadr. (1859)

Verdades e Fecções romances por Arnaldo Gama, 2 vol. encadr. (1860.)

Preludios Poeticos, por José Ramos Coelho, 1 vol. encadr. (1858).

Cantos ao Fegão, por Emilio Serrovestos, 1 vol. encadr. (1860).

Annos de Prova, por Camillo Castello Branco, 1 vol. encadr. (1863).

Coisas Espantosas, por Camillo Castello Branco, 1 vol. encadr. (1863).

Estreilas Propicias, por Camillo Castello Branco, 1 vol. encadr. (1863).

Scenas da Foz (2.^a edição) por Camillo Castello Branco, 1 vol. encadr. (1860).

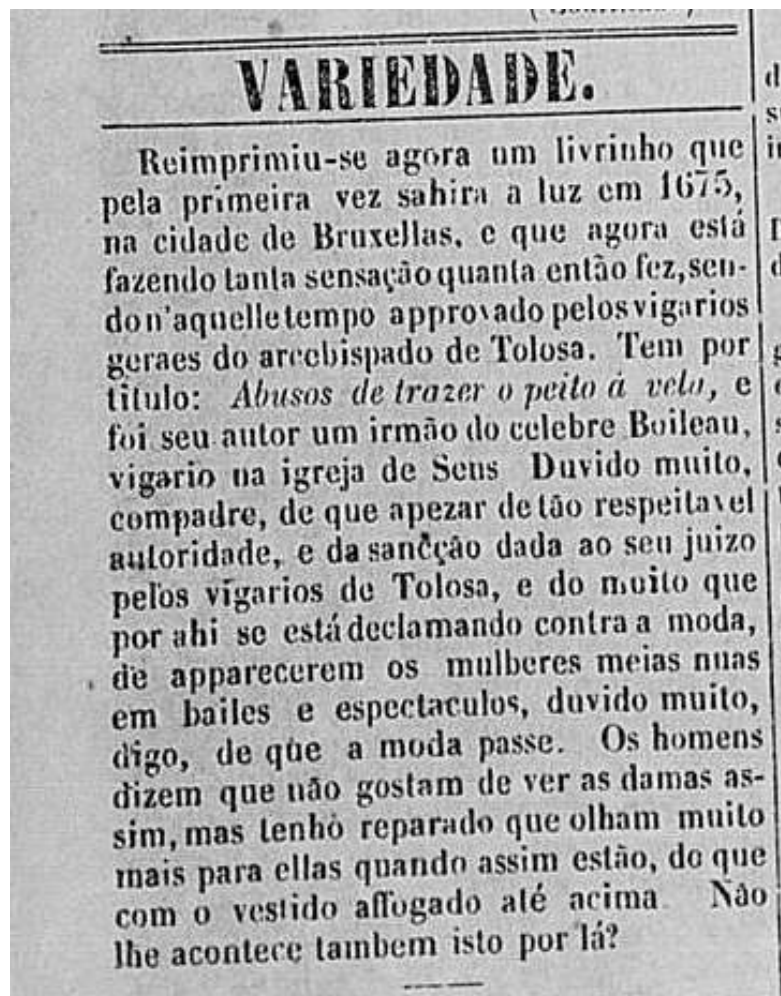
Scenas Innocentes da Comedia Humana, pelo mesmo, 1 vol. encadr. (1863).

E outros muitos livros, românticos e dramaticos de Camillo Castello Branco.

Fonte: <http://memoria.bn.br/>.

A chegada do livro *Abusos de trazer o peito à vela*, que foi escrito por um padre, irmão de Boileau, e mostrava mulheres com seios nus, foi noticiada no jornal *A Imprensa*, justificando que os homens diziam que não gostavam de ver as mulheres naquela situação, mas na verdade, era melhor observá-las assim do que afogadas em vestidos. O livro parece que teve seus exemplares todos vendidos rapidamente porque não se falou mais no assunto. Vejamos a notícia que veio na sessão *Variedades*:

Figura 90 - Notícia de reimpressão do livro *Abusos de trazer o peito à vela* (*A Imprensa*, 28 jul. 1860, p. 2)



Fonte: <http://memoria.bn.br/>.

Biografia e artigo foram as maneiras de divulgação da prosa de ficção que apareceram nos periódicos da Associação Literária Maranhense, como podemos observar nos parágrafos seguintes.

Não houve anúncio, propriamente dito, da prosa de ficção no *Jornal de Instrução e Recreio*. Esses escritos foram divulgados apenas na “Biografia de Eugène Sue”, escrita em 1844, por Eugène de Monglave, que circulou no periódico, nos dias 1º e 15 de maio de 1845, n. 6 e 7, com tradução de L. A. V. S. Os títulos dos romances encontravam-se na biografia, junto com as prováveis inspirações e os esforços do autor para escrevê-los, mostrando que para isso eram necessárias pesquisas, muita dedicação e persistência de seus autores. Havia também alguns históricos da circulação dos romances no suporte livro e nos periódicos, além da opinião da crítica. Parecia um anúncio enriquecido dessas obras, apresentando-as como

algo desejado em vários países, aguçando a imaginação dos leitores maranhenses e contribuindo para desmistificar o gênero na província.

Eugène de Monglave informou como o jovem oficial de saúde da Marinha, a convite de um amigo proprietário do jornal *Nou Veauté*, começou a escrever suas lembranças marítimas e desde então, produziu diversos romances como: *Kenok, o pirata* (1830); *Plik e Plok, cenas marítimas* (1831); *Atar-Gull* (1831); *A Salamandra* (1832, 2 v.); *A Concaratcha* (1832, 1834, 4 v.); *A vigia de Koatven* (1834, 4 v.); (*Jornal de Instrução e Recreio*, 1º maio, 1845, n. 6, p. 45). De Eugène Sue, o biógrafo citou ainda os romances de costumes íntimos, nos quais pintava a sociedade e seus costumes históricos, publicados entre 1837 e 1840: *Latréalmont* (2 v.); *Arthur, jornal de um desconhecido* (4 v.); *Deleitar* (2 v.); *João Cavallier* (4 v.); *Hercules Hardi, e o Coronel Surville ou duas histórias* (2 v.); *O Comendador de Malta* (2 v.); *Paula Monti* (2 v.). Depois destes, o escritor propagou *Matilde* (1841, 6 v.) e *Teresa Dunoyer* (1842, 2 v.).

O romance *Matilde* foi publicado no *Folhetim*. Quando se referiu a este episódio, Monglave deixou transparecer que essa prática trazia fortuna para os jornais e riquezas para os escritores privilegiados, todavia, possuía méritos e vantagens duvidosos. O biógrafo sugeriu que o sucesso de um romance era confirmado apenas no suporte livro:

Matilde, que apareceu então nos folhetins de um jornal, foi um dos romances, que deram fortuna a esse modo de publicação, fonte inesgotável, e de rendimentos para alguns escritores privilegiados, porém cujo mérito e conveniência têm sido e são ainda duvidosos. Reimpresso depois esse livro de deleitosa leitura viu aumentar seu êxito confirmado por muitas edições (MONGLAV, *Jornal de Instrução e Recreio*, 1º maio 1845, n. 6, p. 45).

Na biografia comenta-se ainda que o talento de Eugène Sue sofreu nova transformação, após inúmeras visitas à Cité (contato com os *infelices*), às barreiras (relação com as *grisettes*), e aos chefes da escola socialista, em Saint-Germain, onde assistia às reuniões e lia os escritos da instituição. Essas experiências inspiraram o autor a escrever e tornar-se, juntamente com amigos e conhecidos algumas das personagens de sua mais célebre obra *Os Mistérios de Paris*⁹⁷ (1842-1843), romance formado por oito volumes e dez partes, também veiculado no *Journal des Débats*. Monglave descreveu os *Mistérios de Paris* de

⁹⁷ Conforme Nelson Schapochnik (2010), no artigo “Edição, recepção e mobilidade do romance *Les mystères de Paris* no Brasil Oitocentista”, seis das dez partes deste romance — I e IV (1845), V e VI (1846), IX e X (1847) — circularam no Maranhão. Consta também, no mesmo artigo, que a obra foi editada em 26 países de quatro continentes (Europa, América, Ásia, Oceania) e, em muitos desses países, o romance veiculou também como folhetim nos jornais.

forma acalorada, como uma obra única e inimitável, que seduz, revigora e apresenta um mundo novo, embora desperte a ira dos moralistas:

De todos os de nossa época, é incontestavelmente o que causou mais sensação logo que o *Journal des Débats* lhe prestou sua imensa publicidade; livro contra o qual tem os moralistas fulminados, e do qual não podem, todavia desconhecer as benéficas propensões; que nos patenteia um mundo novo, que seduz, subjuga, e restabelece nossa alma; que não teve modelo, e de modelo não servirá a ninguém: livro único enfim sob cujo disfarce é o autor individualizado em Rodolfo; e Germano, como individualizou a sua Egéria; a sua *grisette*, nobre e franca menina, metade em Risoletta, metade em Flor-de-Maria, deliciosas figuras que a pintura e o escultor têm tantas vezes, porém debalde tentado reproduzir (MONGLAV, *Jornal de Instrução e Recreio*, 15 maio 1845, n. 7, p. 52).

Em 1844, Eugène Sue propalou *O Judeu Errante*, em 10 volumes, também de grande sucesso na França, além de outros países, como a Alemanha, que lançou cinco edições, até julho deste ano, veiculou-o na *Gasetta de Augsbourg*; e ainda existiram falsificações da obra, nesse país.

Quanto ao jornal *O Arquivo*, divulgou alguns romances no artigo “Literatura Contemporânea – Rússia: Ponchkine — Lermontoff — Gogol⁹⁸”, anônimo. O artigo circulou nos dias 31 de julho e 31 de agosto. De Alexandre Ponchkine foi mencionado o romance *A Filha do Capitão*, descrito como uma obra admirável. De outros autores foram mencionados: *Joary Miloslavski*, afamado romance de costumes, de Zagezkine; *Ivan Vyghigne*, famoso romance histórico, de Boulgarme; *Serões de Dikauka, as Almas Mortas*, iniciado na Rússia e concluído no Egito, de Nicolau Gogol (*O Arquivo*, 31 jul. 1846, n. 5, p.89-91; 31 ago. 1846, n. 6, p. 109-111).

Nesse artigo, as descrições das obras, bem como as apresentações de seus autores foram restritas. A respeito dos escritores, constam informações sobre quando nasceram; algumas influências, por exemplo, Lord Byron inspirou Ponchkine; quando morreram; de que faleceram, foi informado apenas, quando a causa foi inusitada, como Ponchkine e Lermontoff, que partiram muito jovens, em duelos. Enfatizou-se também se a obra retratava bem a Rússia de antes, daquele momento ou as duas, mérito alcançado plenamente por Gogol.

No *Diário do Maranhão* veiculou em 19 de maio de 1856, n. 199, p. 3-4, o artigo anônimo “O diabo a quatro na cidade”, extraído do *Folhetim do Eco Pernambucano*. Trata-se de uma propaganda acalorada e ampliada do romance *O Diabo*, do maranhense João Clímaco

⁹⁸ O artigo circulou no jornal *O Arquivo* dia 31 de julho de 1846, v. 1, n. 5, p.89-91 e dia 31 de agosto de 1846, v. 1, n. 6, p. 109-111. Fala-se mais sobre este artigo no tópico “*Agápito*: um romance descartado?”.

Lobato, lançado em São Luís, no jornal *O Constitucional*, em 1856. Comenta sobre a excelente recepção que a obra teve em Pernambuco, onde foi vista como uma grande colaboração para a Literatura Brasileira, arte essa que começava a despontar, no Brasil, “nação infante ainda em trabalhos originais”. Informa que o romance retrata os efeitos “ridículos das superstições que inculcam desde a tenra idade nos nossos meninos, superstição ou medo de que ainda depois de homens ou velhos, senão podem eximir as suas vítimas” (*Diário do Maranhão*, 19 maio 1856, n. 199, p. 3). O artigo ressalta também que o livro de Lobato prendia a atenção dos leitores até concluírem a leitura da obra, como observamos neste trecho: “poucas vezes numa obra desta natureza se ligam e prendem por assim dizer como elos de uma cadeia de harmonias, tantos e tão diferentes, incidentes que atraem e interessam a atenção a ponto de entreterem na sempre e até final leitura” (*Diário do Maranhão*, 19 maio 1856, n. 199, p. 3).

Esse artigo comprova a existência de uma cadeia cultural generosa entre as províncias, uma vez que mostrou uma província tendo sua prosa de ficção acolhida e incentivada em outra. Ao mesmo tempo, apresentou as impressões de leitura, descritas por um leitor, escritos raros nos jornais pesquisados, mas que em relação a Lobato, encontramos também no jornal *Porto Livre*, em 12 de março de 1862, n. 63, por ocasião do lançamento do romance *A Virgem da Tapera*. Isso ocorreu quando o autor presenteou o jornal com um exemplar da obra; então um dos redatores leu o livro e transmitiu suas impressões a respeito; às vezes, aparentemente contraditórias, pois elogiou o romance e seu autor, sem embargo, comentou que ele tinha “um vulgar talento”. Vulgar, no entanto, poderia significar que o estilo do escritor era conhecido, uma vez que, neste período ele era famoso por causa do romance *O Diabo* e pelas diversas peças teatrais que escreveu e foram encenadas na capital maranhense. Leiamos um trecho do depoimento deste leitor: “Pensadamente, fizemos a leitura desse delicado romance original e de momento a momento tivemos ocasiões de apreciar o seu vulgar talento, beleza de estilo, elevação de pensamentos, gênio descritivo, e ilustração do espírito do autor maranhense” (*Porto Livre*, 12 mar. de 1862, n. 63).

Dessa forma, notícias, biografias e artigos colaboraram para divulgar a prosa de ficção do Maranhão em outros estados; bem como de outros países e províncias na capital maranhense, reforçando o rumor cultural em torno dos livros e de seus autores. Assim, despertava o interesse dos livreiros e dos leitores pelas obras, uma vez que, em muitos casos, constatamos a sequência: notícia, seguida de coleta de assinaturas e aviso de publicação.

4 O NASCIMENTO DO SISTEMA LITERÁRIO MARANHENSE PELA ÓTICA DOS JORNAIS

Entre as senhoras que em formosura mais se realçavam na soberba capital do Império americano, era Eponina (assim se chamava a rapariga) uma das que mais direitos tinha aos cultos e homenagens, pois em verdade era de uma beleza pouco vulgar, e sobretudo da mais simpática e agradável presença; seu todo modesto, ao mesmo tempo grave, a expressão dos olhos negros e bem rasgados, e sobretudo as bem desenvolvidas feições davam-lhe certa supremacia, que infundia ao mesmo tempo afeição e respeito (COLIN, *Jornal de Instrução e Recreio*, 4 nov. 1845, n. 21, p. 164).

4.1 Contos, crônicas e escritos sem identificação de gênero

Neste capítulo, analisaremos a representação das questões políticas, sociais e culturais, nos romances, contos, crônicas e escritos sem indicação de gêneros, que iniciaram a prosa de ficção na Literatura Maranhense, além dos modos como essas obras circularam nos jornais.

A prosa de ficção inédita ou original, tomada nesta tese, diz respeito aos escritos encontrados somente nos jornais maranhenses e que, mesmo com rumores de que foram publicados em livros, estes não foram encontrados. Esses escritos são da autoria de maranhenses ou de pessoas de outros lugares, todavia, por longos períodos moraram no Maranhão, exercendo cargos públicos, por exemplo, e de alguma forma colaboraram com os jornais, exercendo as funções de tradutores, redatores e editores; ou ainda publicaram suas obras somente nesses suportes. Dessa forma, encontramos, nos jornais, os escritos mencionados no parágrafo anterior. Neste item discorreremos sobre os contos, as crônicas e os escritos curtos, sem denominação de gêneros. A respeito dos romances trataremos mais adiante.

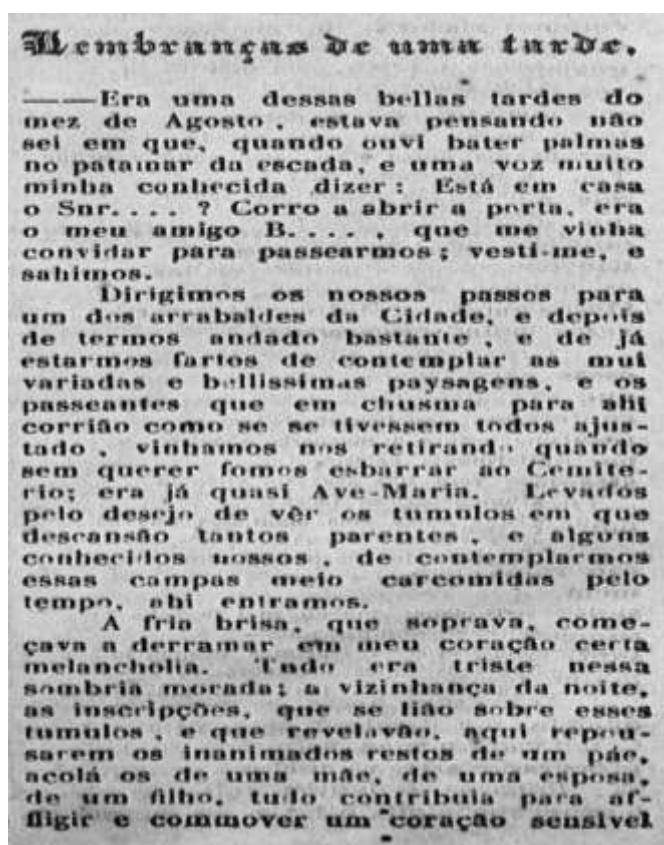
De acordo com Chartier (2002, p. 38), “o homem [...] deve ser inteligível não relativamente a nós, mas a seus contemporâneos”, ou seja, no caso dos escritores, são capazes de se apropriarem dos elementos que compõem a sociedade a qual estão inseridos e representá-los em suas obras. No Maranhão, os autores apropriaram-se de aspectos do Romantismo e das questões sociais como a Guerra da Balaia, a economia, a escravidão, movimento antiescravagista, indígenas, traduzindo essa realidade como pensavam que ela era ou como gostariam que fosse. Aspectos que se incluíam no conceito de apropriação de Chartier (1991):

Apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas

práticas específicas que as produzem. Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as Inteligências nem as ideias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (CHARTIER, 1991, p. 180).

O primeiro exemplo de prosa de ficção inédita, que encontramos nesta pesquisa, foi no *Jornal de Instrução e Recreio*, o escrito, sem denominação de gênero, “Lembranças de uma tarde”, de Luís Antônio Vieira da Silva (1828-1889)⁹⁹, em 15 agosto 1845, n. 13, p. 98-99. Era a primeira vez que um título vinha escrito em letras ornadas, nesse jornal, mesmo que em tamanho discreto. Tanto o autor, quanto duas das personagens foram identificados apenas pelas iniciais e pontos. Desta forma, iniciou-se a veiculação desse escrito:

Figura 91 - Início de “Lembranças de uma tarde” no *Jornal de Instrução e Recreio* (15 ago. 1845, n. 13, p. 98)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

⁹⁹ Já mencionamos, nesta pesquisa, que Vieira da Silva foi o primeiro presidente da Associação Literária Maranhense, durante o ano de 1845, quando também colaborava com o *Jornal de Instrução e Recreio*. No ano seguinte, ele continuou colaborando com a instituição, desta vez para *O Arquivo: Jornal Científico e Literário*. Seus aspectos biográficos constam no primeiro capítulo desta tese.

Em “Lembranças de uma tarde”, o autor apropriou-se de elementos do Romantismo, movimento artístico, político e filosófico, vigente no período, como: gosto pelo noturno, sofrimento amoroso, a expressão de estados de alma, emoções e sentimentalismo, além de gosto pela morte (BOSI, 2006). A morte foi representada como a forma lembrar parentes falecidos, consoante observamos nas personagens SR... e B...; ou de reencontrar um grande amor, como procedeu o amante de Leonor. A prosa de ficção de Vieira da Silva narra a história de dois amigos SR... e B..., que passeavam por uma cidade indeterminada e resolveram entrar no cemitério, à noite, a fim de visitar os túmulos de parentes e amigos. Lá encontraram um jovem chorando sobre um jazigo e chamando por Leonor. SR... perdeu-se do amigo, então convidou o rapaz choroso para acompanhá-lo até em casa; mas percebeu que ele perdera a razão. Resolveu voltar para casa sozinho, porém não dormiu. No dia seguinte, procurou-o novamente, no entanto, ao lado da cova de Leonor, encontrou outra aberta. O rapaz apaixonado uniu-se à amada.

No *Jornal de Instrução e Recreio*, circularam ainda mais dois escritos inéditos, sem identificação de gênero: “Uma página do meu álbum”, de José Joaquim Ferreira do Valle; e “A Amizade”, também de Luís Antônio Vieira da Silva. “Uma página do meu álbum” foi publicada no dia 20 de janeiro, de 1846, preenchendo as páginas de 185 a 186. Sobre o autor, sabemos apenas que era Membro Correspondente da Associação Literária Maranhense, de Olinda, em Pernambuco, no entanto, residiu também em São Luís e no Rio de Janeiro. Segundo César Marques, Ferreira do Vale foi um dos fundadores do jornal *A Moderação* e “para ele redigiu por pouco tempo” (MARQUES, 1870, p. 324, v. 2).

“Uma página do meu álbum” é uma prosa de ficção “invadida” por poesias, prática comum no século XIX. Mesmo sendo um escrito pequeno, de parágrafos curtos e ornados, apresenta duas poesias em seu interior. Este aspecto pode ser justificado em vista de no Romantismo existir oposição à ideia de gênero fixo, o que possibilitava o aparecimento simultâneo de vários gêneros. Assim, o escrito que é em prosa acolheu a poesia e juntos narraram a história de Ferreira do Valle. Afrânio Coutinho (2007) refere-se a essa flexibilidade dos gêneros, como uma possibilidade para o surgimento de novos gêneros no Romantismo, bem como para a morte de outros, da seguinte forma:

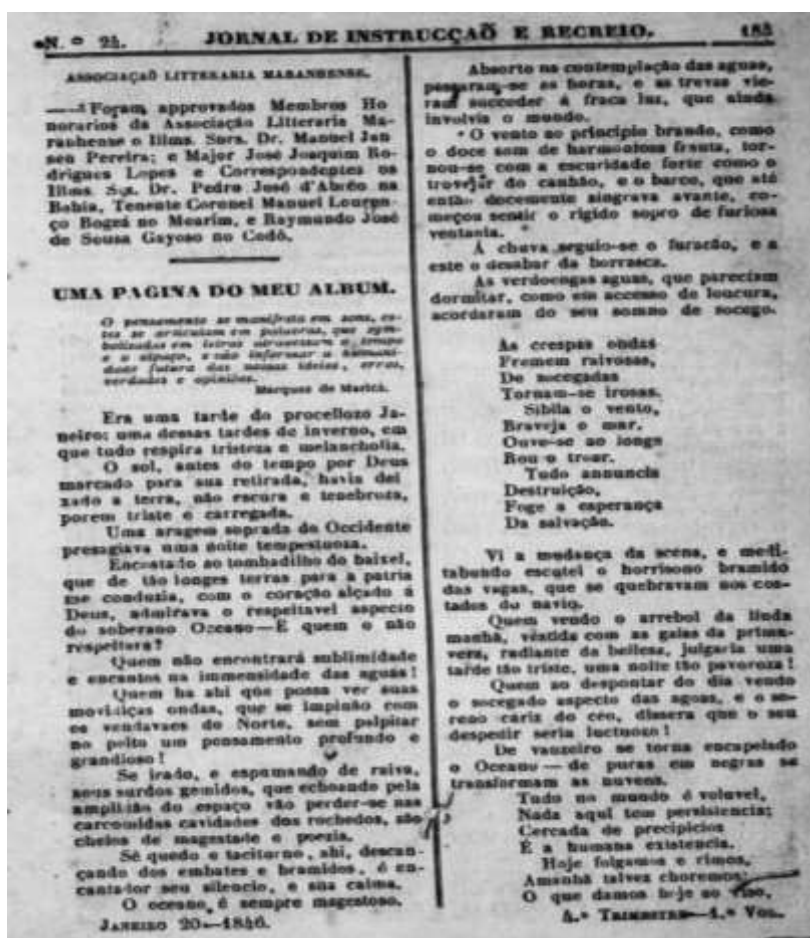
A noção de gênero fixo, imutável, puro, isolado, correspondente a uma hierarquização social, o Romantismo começou a opor as ideias de possibilidade de mistura, evolução, transformação, desaparecimento dos gêneros, seu enriquecimento ou esclerose, o nascimento de novos, *a concomitância de diversos numa só obra*, abolindo, destarte, o espírito sistemático e absolutista que dominava a compreensão do problema,

hodiernamente encarado — diga-se de passagem — através de uma visão antes descritiva e analista sem a tendência a fixação de regras. [...]. O Romantismo insurge-se *contra a distinção dos gêneros*, considerando arbitrária a separação e reivindicando, ao contrário, a sua mistura (COUTINHO, 2007, p. 148-149, grifos nossos).

Inicia-se “Uma página do meu álbum” com a descrição de uma tarde tranquila no mar, que cede lugar a uma noite de agressiva tempestade, atingindo a embarcação em que o narrador encontrava-se. Com medo de morrer, ele chorou, pediu clemência ao Senhor e foi salvo. Este dia ficou em sua memória para ser lembrado com respeito, fazendo-o refletir sobre a efemeridade que acompanha as pessoas e a natureza. Portanto, nesta prosa também houve apropriação de aspectos do Romantismo, com destaque para a religião e a natureza.

O escrito de Ferreira do Valle foi publicado na primeira página do jornal, com o título em caixa-alta e em negrito, na primeira coluna, dividindo o espaço apenas com as informações da Associação Literária Maranhense, como podemos observar nesta imagem:

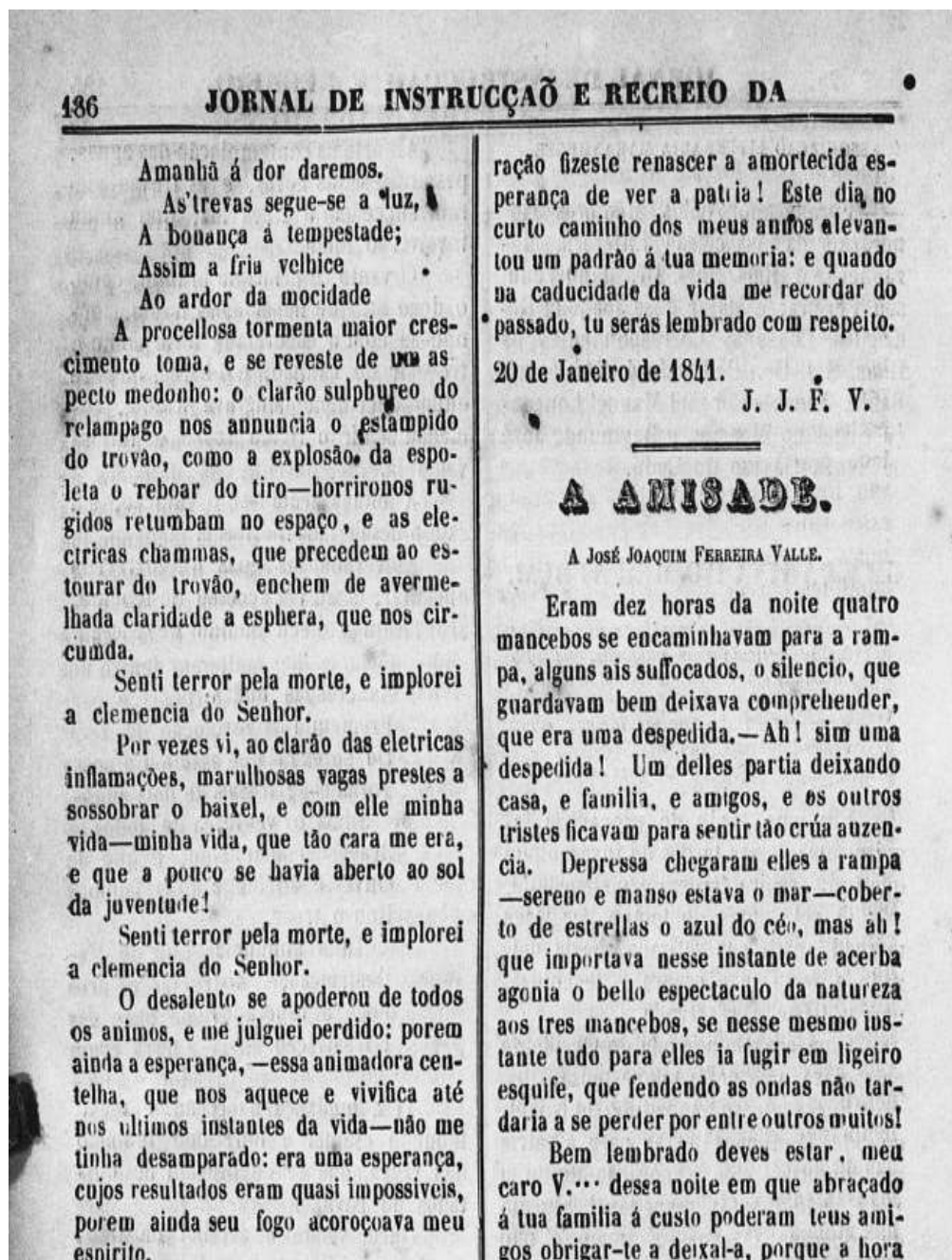
Figura 92 - Início da publicação de “Uma página do meu álbum” (*Jornal de Instrução e Recreio*, 20 jan. 1846, n. 24, p. 185)



“A Amizade” é outro escrito inédito, que também circulou dia 20 de janeiro de 1846, n. 24, mas nas páginas de 186 a 188. Dedicado a José Joaquim Ferreira do Valle, é da autoria de Luís Antônio Vieira da Silva, já apresentado nesta pesquisa. O narrador criado por Vieira da Silva, numa aparente conversa inocente com o amigo V..., a respeito de uma viagem que fez de São Luís para o interior, pelo Rio Itapecuru, de canoa, percorreu sobre a escravidão no Maranhão, as atrocidades cometidas na Guerra da Balaiada¹⁰⁰ (contadas pelo canoeiro), bem como a respeito das condições precárias em que viviam os ribeirinhos nessa província. Depois do contato com essa realidade, o narrador, sentindo falta dos amigos e da família, retornou à capital da província. Esse escrito surgiu na segunda coluna do periódico, dividindo espaço com o final de “Uma página do meu álbum” (iniciada na figura anterior), com o título ornado, mas em tamanho mediano, como se podemos observar na figura a seguir:

¹⁰⁰ Entre 1838 a 1841, no Maranhão, aconteceu a Guerra da Balaiada, motivada pelas dificuldades econômicas em que se encontrava a província, em vista da queda do preço do algodão, ocasionada pela concorrência com os Estados Unidos, “a penetração direta do comércio inglês no Maranhão”, “derrame de notas falsas”, além disso, não recebia recursos do governo central. O descontentamento atingia a todos, no entanto, a guerra começou quando o capataz Raimundo Gomes Vieira, em 13 de dezembro de 1838, invadiu a cadeia de Vila da Manga para soltar alguns vaqueiros, empregados do Padre Inácio Mendes de Moraes e Silva (influyente opositor do governo) que estavam presos ali há dois dias. Raimundo Gomes libertou os companheiros e “conseguiu a adesão do destacamento local da Guarda Nacional, assenhoreou-se do lugarejo”, dando início à Guerra da Balaiada, um movimento que durou dois anos e meio (JANOTTI, 1998, p. 40-43). Esta foi apenas uma das revoltas que aconteceram no Brasil, no Período Regencial. Em outras províncias também aconteceram rebeliões, por exemplo: A Cabanagem, no Pará, de 1835 a 1840; a Sabinada, em 1837 e 1838, na Bahia.

Figura 93 - Início do escrito “A amizade” e final de “Uma página do meu álbum” (*Jornal de Instrução e Recreio*, 20 jan. 1846, n. 24, p. 186-188)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

No período pós-guerra da Balaiada, conforme Janotti (1998) a população que lutou na guerra, ficou em condições precárias e com muita dificuldade de encontrar trabalho, tendo que prestar serviços em troca de pouca remuneração, ou viver como nômade em busca de oportunidades que dificilmente apareciam, sobretudo porque “o açúcar e o algodão haviam mergulhado em longa crise de depreciação de preços”. A maioria dos integrantes dos grupos rebeldes lutou até morrer; quanto aos chefes do movimento foram mortos, presos ou expulsos

do Maranhão (JANOTTI, 1998, p. 68). Esse problema social foi representado no escrito “A Amizade”, quando o narrador observou a população ribeirinha, vivendo em habitações humildes, com a presença de apenas homens idosos, cuidando de muitas crianças órfãs de mães, que provavelmente as teriam perdido na guerra. Conforme depreendemos deste trecho:

[...] em vão intento prestar alguma atenção a esses sítios cortados por inúmeros igarapés, a essas casas à beira do rio, as humildes choças da gente pobre *cobertas de pindoba e tapadas de barro*, choças, asilo da pobreza e muitas vezes da cândida inocência, à porta das quais se veem algumas vezes venerável ancião assentado; e aí deslembado de horas e misteres, rodeado de inocentes filhinhos que sem lembrança de que já tiveram mãe, e que talvez em breve fiquem sem pai, brincam, saltam, correm, até que extenuados de fadiga se veem lançar nos débeis braços do pobre velho, que com o riso nos lábios esquecido dos dissabores de sua vida os recebe satisfeito (VIEIRA DA SILVA, *Jornal de Instrução e Recreio*, 20 jan. 1846, p. 187).

As atrocidades cometidas durante a Guerra da Balaiada foram representadas no escrito de Vieira da Silva, nas histórias contadas pelo canoeiro que transportou o narrador pelo Rio Itapecuru. Foram relatados assassinatos de homens e mulheres, além de agressões a uma grávida. Os relatos foram seguidos das reflexões do narrador sobre a revolta, envolvendo o início, equivocadamente, declarado como em 1839, e na verdade foi em 1838; a duração; e efeitos sobre a população:

Aqui é... e logo acrescenta neste lugar foi assassinado um pai, que não queria consentir na desonra de sua família; acolá é... aí mataram uma pobre mulher pejada metendo-lhe de cada lado do vazio duas facas de ponta, e obrigando assim a sair o feto!! — mais além abriram a barriga de um homem e lhe meteram dentro um leitão! E outras mil torpezas e barbaridades a que a revolução de 1839 deu causa — guerra que assolou a nossa infeliz província por mais de dois anos, que ocasionou a desgraça de todos os seus lavradores deste lado, e que de luto eterno cobriu a muitas famílias honestas” (VIEIRA DA SILVA, *Jornal de Instrução e Recreio*, 20 jan. 1846, p. 187).

“A Amizade” também é permeada de elementos da estética romântica, como a natureza que ajuda a contar a história, mostrando os acontecimentos, envoltos em cantos de pássaros, às margens de rios e igarapés, entre flores. Isto é “a natureza expressiva [...] que significa e revela”, de acordo com Alfredo Bosi (2006, p. 93). Outro elemento importante do Romantismo presente na narrativa em estudo é o “culto da nacionalidade”, aqui manifestado pelas questões sociais e políticas que colaboravam para a liberdade do homem. Esse aspecto

surgiu na prosa em estudo, quando Vieira da Silva representou a escravidão, como uma condição que separava o negro da família e do país de origem, restando-lhe apenas um canto triste, um árduo trabalho, como acontecia com o canoeiro que transportava o narrador pelo Rio Itapecuru. Trazendo para a Literatura a condição em que se encontravam os escravos, o autor colaborava para reflexões sobre o assunto e fomentaria mais debates em torno da liberdade destes, que já era discutida, desde 1822, segundo Costa (1999). Este é o trecho da obra em que aparecem aspectos da escravidão, que teriam acontecido no Maranhão, mas que são inerentes a esse fato histórico, que foi uma realidade em todo o Brasil, por mais de três séculos.

Algumas horas só mais agradáveis passo (bem raras elas são) quando debruçado à borda da canoa. Contemplando as águas do rio, que matizadas de flores, que dos matos caem, vão mansamente correndo — abandono minha alma a doce cismar — é grato sempre a corações sensíveis o murmúrio das águas, parecem estar mesmo convidando-o à meditação. Arrancado, porém sou por vezes do meu pensar — canta o canoeiro — ah! É bárbaro esse canto, porém saudoso, longe do céu da pátria, dos ossos de seus pais — isolados qual flor cortada que vai à capela ornar da virgem, e que só por instantes conserva viço e frescor assim eles sem parentes — sem pátria — e o que mais é escravos definham sobre a terra — e enquanto lhe não vem amiga morte cerrar pra sempre cansados olhos de verter amargo pranto, o pranto da escravidão, resta-lhes esse consolo! — que é o canto muitas vezes antes sinal de tristeza de que alegria (VIEIRA DA SILVA, *Jornal de Instrução e Recreio*, 20 jan. 1846, p. 187).

O indígena e a religião também são elementos românticos presentes em “A amizade”, mas com intertextualidades, que surgiram, quando o narrador fez uma reflexão sobre a amizade. Para contextualizá-la, em relação à religião, utilizou passagens bíblicas de “Jó” e “Gênesis”. Quanto ao índio, foi transcrito um trecho da obra *Natchez*, de Chateaubriand, na qual, o índio Outougamiz, ao saber que o amigo Renato faleceu, resgatou seu corpo da mata, enterrou-o e guardou um pouco do sangue do amigo. Todas as noites, passava horas na frente do lugar onde guardava o líquido, que ficava sempre vivo. Cinco dias depois, o índio faleceu. Descobriram posteriormente que ele juntava o próprio sangue ao do amigo, por isso definhou e morreu. Isto é, apresentou uma imagem positiva do índio, mas de uma forma indireta, descompromissada, diferente de José de Alencar que o trouxe para a Literatura como um dos elementos que juntamente com o branco originaram a “civilização brasileira”, como acontece no romance *Iracema*¹⁰¹.

¹⁰¹ Candido e Castello (1997, p. 195) referem-se ao romance *Iracema* nesse sentido.

A prosa de ficção de Vieira da Silva foi o primeiro escrito, encontrado nos periódicos da Associação Literária Maranhense, que apresentou a “cor local”, isto é falou sobre o Maranhão, envolvendo a natureza, com a descrição de seu mais importante rio, as matas, os pássaros, o mar, sua gente e as marcas da Guerra da Balaiada. A outra prosa em que o Maranhão figura como cenário é “Carta de uma amante”, veiculado no jornal *O Arquivo* que será estudado mais adiante.

Da miscelânea apresentada, no periódico *O Arquivo*, interessam, neste item da tese, as práticas de circulação, apropriação e representação da prosa de ficção inédita. Constatamos a presença de dois escritos dessa forma: “Uma carta de uma amante” (fragmento), de Antônio Rego; *Agápito* (fragmentos de um romance inédito)¹⁰², de Antônio Gonçalves Dias; confirmando que a prosa de ficção maranhense está representada neste periódico por dois autores: Antônio Rego e Antônio Gonçalves Dias. A indeterminação dos gêneros continua, posto que foram nomeados pelo periódico apenas romances, lenda e epopeia em prosa.

“Uma carta de uma amante” circulou em 28 de fevereiro de 1846, na sessão *Literatura*, no início da página dois, do primeiro número do jornal *O Arquivo*. É da autoria de Antônio Rego. O termo “fragmento” que acompanha o título dessa obra sugere ela pertenceria a uma prosa de ficção maior, apesar disso, não encontramos indícios de sua continuação. Mesmo timidamente, a obra envolvia aspectos da província maranhense, visto que o protagonista vinha de Carolina, no sul do Maranhão. É interessante ressaltar que ainda não existiam informações sobre a prosa de ficção desse autor na historiografia maranhense, antes desta pesquisa.

“Uma carta de uma amante” refere-se à violência cometida por inquisidores, tema recorrente no século XIX, na Literatura, por exemplo no romance de Victor Hugo *O Corcunda de Notre-Dame*, lançado em 1831; bem como pelos admiradores da Inquisição, todos envolvidos numa atmosfera de orações e fé, mas incapazes de reconhecer as manifestações do amor. Inicia-se com quatro homens: Pepé, Andrecito, Juan e um não identificado, rezando para que uma tempestade passasse, ao mesmo tempo em que se lembravam de um ritual de tortura, praticado pelos inquisidores, desde a busca das vítimas, os castigos, a morte, acompanhada da alegria sádica dos padres, após o crime, além da participação do grupo de Pepé no ritual:

¹⁰² Em vista de ser romance, *Agápito* será analisado no próximo item deste capítulo, que versa sobre esse gênero, nos jornais do Maranhão.

Noite medonha, repetiu Pepé, os galgos *de La Sierra* começaram muito cedo a caçar, e nada descobriram por hora... Pois pela Virgem não entra em conta esse comunero que degolamos... Por Nossa Senhora del Pilar. Vistes Juan? Como tinha o ar espantado quando Frei Pablo lhe fez beijar o crucifixo em brasa? Parece que inda estou ouvindo o som rouco dos seus membros que rangiam com o movimento de nossas serras, e a gargalhada do frade, pois ainda não o tinha ouvido rir tanto depois do último ato de fé... (REGO, *O Arquivo*, 28 fev. 1846, p. 2).

A conversa dos amigos foi interrompida por um francês, que se perdeu na viagem de Carolina à Pena e pediu abrigo para passar a noite. Como o viajante não se separava de uma mala nem para dormir, em vista de servir- lhe de travesseiro, assim como de inspiração para sonhar com Rosita, os quatro amigos, acreditando que se tratava de uma grande riqueza, ali guardada, assassinaram o hóspede, a facadas. Quando abriram a mala, viram cartas de amor. Então, arrependeram-se de ter estragado uma indulgência, não do crime que cometeram, conforme verificamos nesta fala de Pepé: “Cartas de namoro!!! Que se encarregue o diabo da alma do amante... demos um passo errado... foi uma indulgência perdida!...”. A prosa termina com uma aparente tentativa de redenção dos pecados do grupo, ao entoar uma oração: “E todos quatro ajoelharam-se, repetindo por muitas vezes com grande contrição *mea culpa, mea culpa, mea maxima culpa...*” (REGO, *O Arquivo*, 28 fev. 1846, p. 3). A seguinte imagem mostra como *O Arquivo* apresentou a narrativa de Antônio Rego aos leitores.

Figura 94 - Início do escrito “Uma carta de uma amante” (fragmento), de Antônio Rego (*O Arquivo*, 28 fev. 1846, v. 1, n. 1, p. 2)



Fonte: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>.

Nos dias 19 e 22 de fevereiro de 1848, n. 621, 622, o *Publicador Maranhense* veiculou o escrito “O bilhete de loteria”, anônimo. O cenário era uma vila do interior do Maranhão, a oeste da capital. À tarde, algumas pessoas conversavam, sentadas em um banco, entre eles o negociante Francisco Lopes de Almeida, o forasteiro Carlos e o Tabelião do lugar. A conversa girava em torno de dinheiro e da opinião de Carlos que achava que o dinheiro era para se gastar, não devia ficar parado nas mãos de uma pessoa. Em meio a conversa alguém ofereceu um bilhete de loteria para Carlos, ele comprou, anotou o número em uma folhinha e fez um cigarro com o bilhete; mas Sr. Almeida tomou-o dele, antes que o queimasse, e guardou-o.

Três meses depois, Sr. Almeida e o tabelião conversavam sobre entregar um dinheiro a Carlos. Este chegou a cavalo, deixando os amigos felizes. Sr. Almeida contou que Carlos ganhou dois contos de réis e mostrou o dinheiro para ele. Distraído, perguntou o que faria com o dinheiro. “Estabelecer-se, largar essa vida vagabunda, extravagante, exótica e repreensível, tomar outro caráter”, foi a resposta que ouviu do comerciante, seguida de

orientações de como investir o dinheiro; Carlos informou que esse não seria dele, mas de uma mulher que morava mais acima, mas que foi embora para Caxias e já faleceu. Entretanto, deixou uma filha, Felícia, para quem Carlos doou dinheiro para ela pagar o próprio dote. A outra parte ele distribuiu aos pobres e pagou a carta de alforria de Josefa, uma escrava idosa. Em seguida foi embora da Vila: “Quatro dias depois, a hora em que a menina Felícia, por mão da Sra. D. Roza***, rica viúva que a levava para sua casa, recebia 800\$000 réis para seu dote, lançava-se em notas no cartório municipal a carta de liberdade passada a tia Josefa, e se distribuía por pessoas pobres algumas quantias [...]” (*Publicador Maranhense*, 22 fev. 1848, n. 622, p. 2).

Foi todo um enredo para representar as ideias antiescravagistas que povoavam os pensamentos dos “homens de letras” maranhenses do período, com intuito de chamar a atenção da sociedade para essa questão delicada, porquanto, embora fosse uma violência, a “escravidão, juntamente com a economia agroexportadora [era] responsável pela ascensão econômica da província do Maranhão no século XIX” (BOTELHO, 2010, p. 680).

De acordo com Chartier (2011b, p. 15), “qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa”, assim, no Maranhão onde existiam escravos em todas as fases da vida, foram representados no escrito apenas por uma escrava idosa, evitando a relação transparente entre o texto e a situação dos escravos na província e no Brasil.

Ainda conforme Chartier (2011b, p. 15), “Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação”. No escrito em estudo, a prática mostrou as razões do autor: era contra a escravidão; os destinatários particulares: donos de escravos, autoridades, a sociedade em geral, que o autor achava que precisavam envolver-se na questão.

A partir de 11 de fevereiro de 1861, n. 34, o *Folhetim do Publicador Maranhense*, algumas vezes, circulou com o nome *Folhetim Original do Publicador Maranhense*¹⁰³, criando uma expectativa, principalmente em relação à prosa de ficção inédita, uma vez que naquele espaço predominava prosa de ficção traduzida, extraída de outros jornais; nada obstante, a expectativa ainda não se concretizava, porque nesse espaço, Flávio Reimar, pseudônimo do maranhense Gentil Braga (1834-1876) publicou diversas vezes uma espécie de crônica jornalística, formada por uma miscelânea de notícias, biografias, poesias e análise

¹⁰³ *Folhetim original*, neste caso, eram escritos produzidos especialmente para esta coluna.

de obras literárias; mistura de cotidiano, História, Literatura (escritores, poetas), com pequenas ou longas poesias adornando o escrito; cujo título era “Rez-de-chaussée” e apresentava subtítulos muito longos, referentes a cada assunto tratado naquele dia. Nesse período, sabemos que os gêneros não tinham uma diferenciação clara, mas no *Dicionário da Língua Brasileira*, de Luís Maria da Silva Pinto (1775-1869), de 1832 consta que a crônica é uma “história que refere as coisas pela ordem dos tempos” (p. 27).

No primeiro “Rez-de-chaussée”, observamos que, naquele período, os maranhenses reconheciam que o *Folhetim* e o jornal imbricavam-se e complementavam-se, sendo que o *Folhetim* representava a base desse suporte:

Do risco para baixo estende-se o império do *Folhetim*: já alguém o disse, e os jornais confirmam. Tomado o jornal por um globo, este país lhe pertence; considerado como um edifício, o pavimento inferior é o seu aposento (REIMAR (Gentil Braga), *Publicador Maranhense*, 11 fev. 1861, n. 64, p. 1).

D. Sancho Falstaff (provavelmente um pseudônimo, mas não recuperado) propalou seu escrito intitulado “O Mirante”, nesse espaço, em 4 de março de 1861, n. 52. Começou informando que uma leitora o pediu para escrever folhetins, em vista de ser uma leitura amena e agradável da qual ela gostava muito. O cronista retrucou, comentando que folhetim era um gênero da Literatura fácilimo para muitos, mas para ele era difícilimo. Mesmo assim, iria atender ao pedido, entretanto, só escreveria folhetins esporadicamente. Após essa justificativa, fez reflexões sobre a vida e concluiu com uma poesia. Ainda não foi dessa vez que a prosa de ficção original brotou no jornal. Nessa história percebemos as diferentes formas como era visto o folhetim (história de ficção), pelo leitor e pelo escritor.

Finalmente, no dia 17 de junho de 1861, n. 137, mesmo preso a aspectos reais, como os demais escritores daquele espaço, Alberto Wayouorrichnz, provavelmente também um pseudônimo, não recuperado ainda, apregoou “Uma visita ao primeiro andar”, uma espécie de conto bem desenvolvido, que ocupou quatro colunas do *Folhetim*, não obstante, continuou com a presença da poesia, mas, desta vez, como uma canção que era ouvida na história. Silva Pinto (1832, p. 280) também tentou definir o conto, como “história fabulosa”, já era, portanto mais associado à ficção do que a crônica. No texto em estudo, existiam personagens, lugar, enredo e trilha sonora poética, que ajudava a situar o leitor no mundo imaginário.

Figura 95 - “Uma visita ao primeiro andar” (*Publicador Maranhense*, 17 jun. 1861, n. 137)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

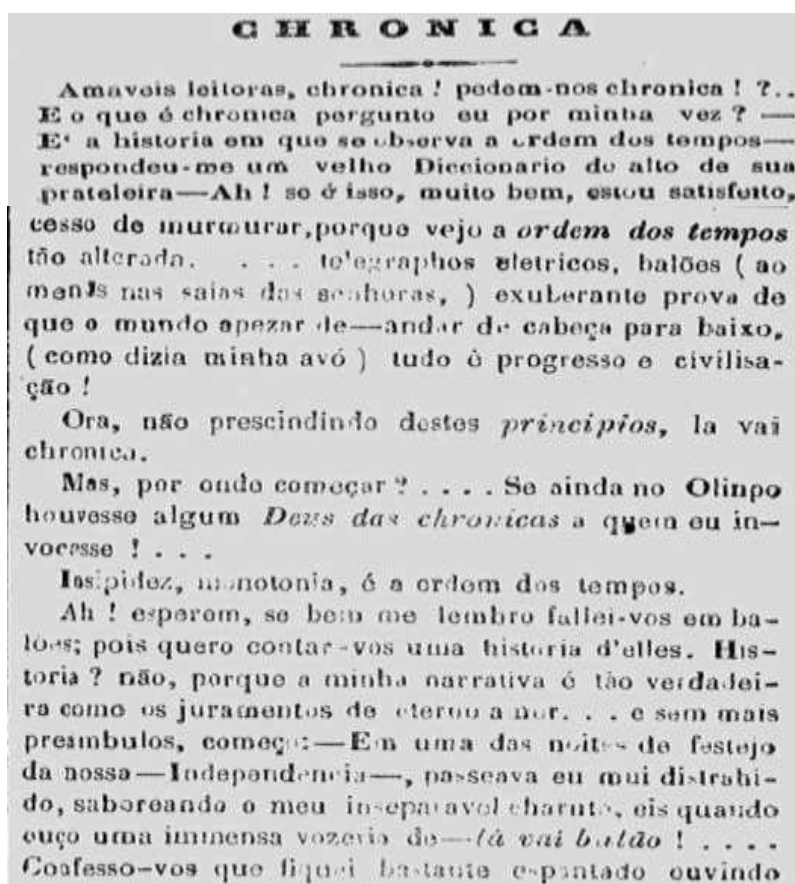
No jornal *O Jardim das Maranhenses*: *Periódico, Semanário, Literário, Moral, Crítico e Recreativo*, que circulou em 1861 e 1862, impresso na Tipografia do Comércio, existe a sessão *Crônica*, na qual o redator dirigia-se às leitoras. No primeiro dia de veiculação da sessão, 6 de agosto de 1861, n. 21, o redator mencionou que uma leitora pediu que ele escrevesse uma crônica, então ele se perguntou o que seria uma crônica. Escreveu a definição de Silva Pinto (1862): “é a história em que se observa a ordem do tempo” (*O Jardim das Maranhenses*, 6 ago. 1861, n. 21, p. 83), anteriormente citada nesta tese. Pareceu satisfeito, no entanto lembrou-se de que a ordem dos tempos estava alterada com o progresso: “telégrafo elétrico, balão (ao menos nas saias das senhoras)” (*O Jardim das Maranhenses*, 6 ago. 1861, n. 21, p. 83). Resolveu, então, contar a história “verdadeira como um juramento” dos balões. Ou seja, na crônica, além da “ordem do tempo”, deve-se contar algo “real”. Narrou uma história, que segundo ele, aconteceu numa noite em que estavam comemorando a Independência e a população soltava balões. Em seguida, comentou sobre a Festa de Santa Severa e continuou conversando com os leitores acerca dos acontecimentos do lugar, mostrando “a ordem do tempo deste nosso São Luís” (*O Jardim das Maranhenses*, 13 out. 1861, n. 25, p. 98).

Enfim, crônica seria uma história inspirada em fatos que o escritor observou ou dos quais participou, envolvendo personagens, lugares e, no caso das veiculadas no *Jardim das Maranhenses*, existia também um interlocutor: as leitoras. Às vezes, referia-se a algo fora de

seu tempo, mas para justificar ou explicar situações que vivenciava. A ordem do tempo seria o tempo atual do escritor, o que acentuaria a efemeridade do escrito. O título da sessão foi trocado para *Crônica Semanária*, entretanto, o estilo da escrita continuou o mesmo.

A partir de outubro de 1861, essa mesma tipologia textual começou a veicular também na sessão *Literatura*, assinada por J. R., todavia não era mais em forma de conversa com as leitoras, eram reflexões sobre acontecimentos como a escolha da “Rainha do baile”, veiculada dia 13 de outubro de 1861, n. 25. Na figura a seguir, encontra-se o início da sessão *Crônica* na folha O *Jardim das Maranhenses*.

Figura 96 - Sessão *Crônica* no periódico *O Jardim das Maranhenses* (6 ago. 1861, n. 21, p. 83)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

No jornal *Semanário Maranhense*, propalou o conto original “A borboleta do lago”, com a indicação de gênero no próprio escrito. Essa prosa foi escrita por Gamaliel, pseudônimo não recuperado, mas que também publicava poesias no mesmo periódico. O conto foi veiculado dia 8 de setembro de 1867, n. 2, p. 4. Apresenta cenário maranhense, inicialmente descrito rebuscadamente desta forma:

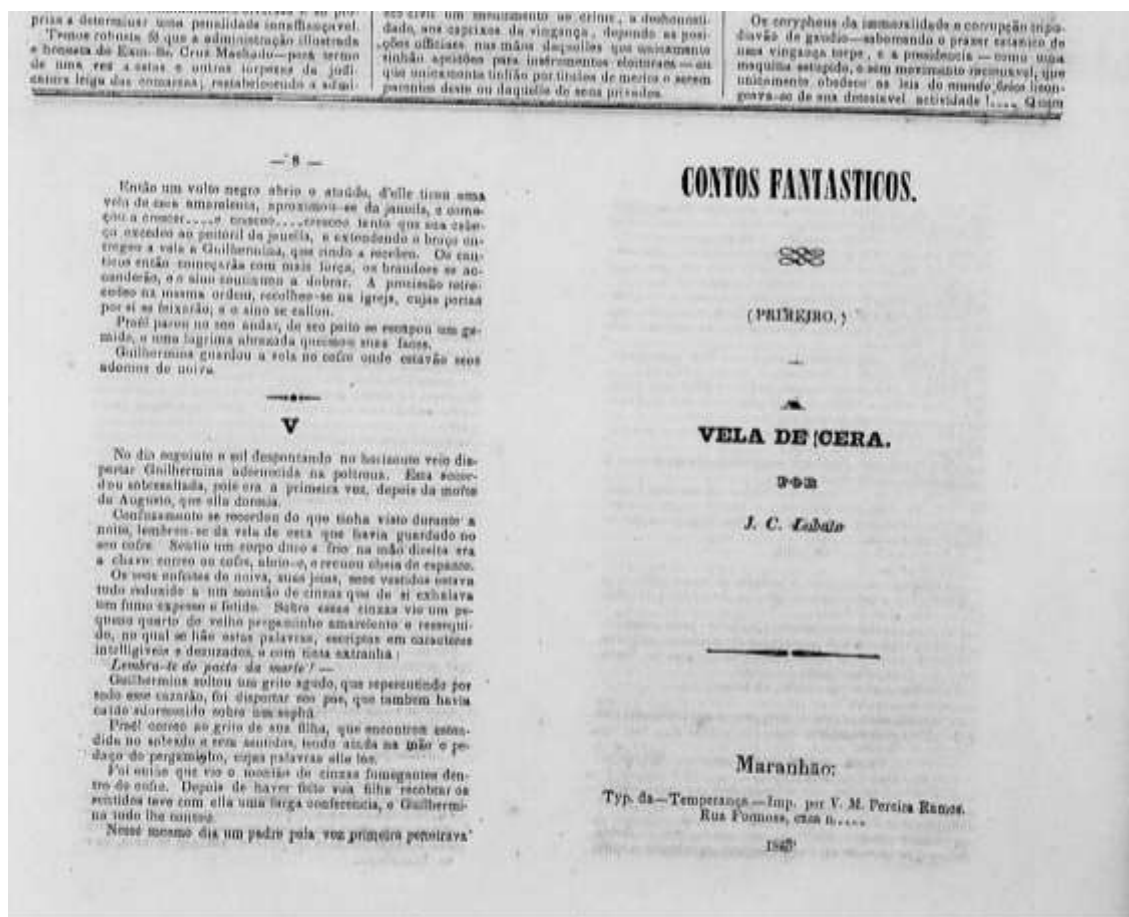
Porto do Cutim, a uma légua da cidade de São Luís do Maranhão, está situado entre esveltas e verdes juçareiras um pequeno lago límpido como cristal, onde se espelha o céu com as nuvens cor de opala, e refletem as estrelas flâmulas trêmulas de ouro (*Semanário Maranhense*, 8 set. 1867, n. 2, p. 4).

O escrito narra a história de amor entre um colibri e uma borboleta que tiveram como filha a flor-borboleta que adorna o lago das juçareiras, em grande quantidade. História contada ao narrador por um silfo, em quem ele acredita mais do que na ciência e na história dos homens. Conto aqui era uma ficção composta por personagens, cenário, narrador e elementos sobrenaturais, a fim de justificar a presença de um componente da natureza que encantava o escritor, para tanto ele se apropriou da natureza circundante para ajudá-lo a contar sua história.

No jornal *O Constitucional*, João Clímaco Lobato propalou um conto denominado “A vela de cera”, no modo jornal-livro, no período de 15 de março de 1856, n. 92 a 2 de abril de 1856, n. 94. A obra pertencia à coletânea “Contos Fantásticos”, cujo segundo conto a veicular foi “O lago do Diabo”, de Pierre Zaccone, em tradução livre. O jornal atrapalhou-se com o modo de publicação, uma vez que misturou as histórias e deixou o escrito de Lobato sem conclusão, além de faltarem páginas no decorrer deste conto. Assim a história de amor, que transcende a vida, entre Augusto e Guilhermina fica em suspense, não só pelos aspectos do fantástico ali presentes, mas também pela falta de prática na publicação simultânea de obras em jornal-livro.

Observamos essa dificuldade na condução das publicações de jornais-livros, sempre que circulavam duas obras simultaneamente. Além disso, essa prática dificulta a leitura, porque os escritos interligam-se de modo que, às vezes, nem o conhecimento das personagens e a numeração das páginas ajudam a compreendê-las por inteiro. Perdemos também muito tempo tentando identificar de qual história é determinada página. Na imagem seguinte, encontra-se o início do conto “A vela de cera”:

Figura 97 - Conto “A vela de cera” (O Constitucional, 15 mar. 1856, n. 92, p. 1)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

No *Semanário Maranhense* eram publicadas crônicas de objetos, como a “Crônica de um Castiçal”, de José Ivo, o redivivo (pseudônimo não recuperado), veiculada em 28 de junho de 1868, p. 7. Nessas crônicas eram descritos os objetos, com detalhes como: onde foram adquiridos, de qual material eram feitos, os donos que já os possuíram, por exemplo; seguidos de uma ficção, na qual geralmente o objeto e seu dono eram as personagens centrais. Os objetivos desses escritos eram informar e divertir; mas com “uma pitada de veneno” chamavam atenção para alguns problemas daquela realidade.

No caso da mencionada crônica foi debatida a questão do plágio na Literatura. O problema apareceu em um sonho do dono do objeto, no qual o Castiçal e ele debatiam a respeito da Literatura. Numa das considerações que o objeto fez, mencionou que Gonçalves Dias, que até então era isento da “plagiatura literária”, plagiou o poeta francês Sainte Beuve, no poema “Seus olhos”. O dono do objeto ficou possesso; agrediu-o; jogou-o pela janela; então o Castiçal ameaçou escrever a crônica das plagiaturas de seu dono. Ou seja, muitos escritores famosos ou não se apropriavam de obras alheias, todavia jamais gostavam de ouvir

comentários sobre o assunto; e quem se propusesse a discuti-lo era mal visto, como podemos observar neste trecho da “Crônica de um Castiçal”: “[Castiçal] — Vou escrever a crônica das tuas plagiaturas. [Dono] — Oh patife! — Murmurei eu, acordando do meu pesadelo” (JOSÉ IVO, *Semanário Maranhense*, 28 jun. 1868, n. 44, p. 8).

Os contos, as crônicas e os escritos originais curtos, sem identificação de gênero que circularam nos jornais maranhenses foram, em sua maioria, representações do Maranhão no século XIX, envolvendo sua natureza, pessoas, economia, escravidão e a Guerra da Balaiada. Nesses escritos depreendemos também a construção dos conceitos desses gêneros, tendo o conto como essência uma história imaginada, mesmo que discuta questões sociais, mas possui um único fio condutor. Enquanto que a crônica literária tem suas raízes na história cotidiana, embora de forma ornada, aproximando-se do conto, às vezes, conquanto, em sua maioria é formada por uma miscelânea de assuntos.

4.2 Romances do Maranhão

4.2.1 Eponina: o primeiro romance maranhense

Analisaremos agora a representação das questões políticas, sociais e culturais, nos romances, que iniciaram a prosa de ficção na Literatura Maranhense, além dos modos como esses escritos circularam nos jornais.

Nossa pesquisa, em jornais, constatou que o romance maranhense nasceu em 1845, portanto 22 anos antes, considerando os estudos de Martins (2009); e 25 anos, em relação a Carvalho (1912). São muitos anos, considerando que, de acordo com Barbosa Lima Sobrinho (1960, p. 15), a História da Literatura Brasileira teria seu tempo ampliado em “pelo menos 10 anos, se se escrevesse tomando para referência os jornais e não os livros”. Observemos nos dois parágrafos seguintes as considerações Carvalho (1912) e Martins (2009) acerca do romance no Maranhão. Posteriormente, encontram-se nossas descobertas.

De acordo com Carvalho (2012), o romance maranhense começou em 1870, no Segundo Ciclo da Literatura Maranhense (1868-1894), com a obra *Um estudo de temperamentos*, de Celso Magalhães (1849-1879), maranhense de Penalva. Nessa obra, o autor descreveu “tipos, usos e costumes do interior [Viana]”; semelhante à forma como Aio Azevedo apresentou São Luís, onze anos depois, em *O Mulato* (1881) (CARVALHO, 1912, p. 9744). No Primeiro Ciclo da Literatura Maranhense (1832-1868), marco temporal desta tese, Carvalho não se referiu à prosa de ficção. Resumiu este período ao poeta Gonçalves Dias e ao

jornalista João Lisboa, mesmo considerando que este não escreveu Literatura, “mas nos seus escritos e discursos revelou todas as aptidões de um artista da palavra”¹⁰⁴ (CARVALHO, 1912, p. 9738).

A pesquisa de Martins (2009, p. 454) retroage um pouco o início do romance maranhense, para 1867-1868, com as publicações de Sabbas da Costa no *Semanário Maranhense*, afirmando que Sabbas seria o primeiro escritor a produzir romances no Maranhão, embora tenha se lembrado de que Gonçalves Dias escrevia um romance em 1842, que será analisado neste capítulo; além de referir-se também ao romance *Úrsula*, publicado por Maria Firmina dos Reis, em 1859, no suporte livro.

O pesquisador comenta a respeito de Sabbas da Costa e sua obra da seguinte forma: “o esboço de romance intitulado *Jacy*, com 14 capítulos, o romance *Os amigos*, com 25 capítulos, e a novela *Jovita*, com apenas 3¹⁰⁵ capítulos, fundando praticamente a novelística da província, uma vez que outros prosadores de ficção virão somente após ele [...]”.

Em nossa pesquisa constatamos que, antes dos escritos de Sabbas da Costa, havia sido publicado também o romance *A Virgem da Tapera*, em 1862, de João Clímaco Lobato (1829-1897), consoante analisamos no capítulo três desta tese.

Os jornais maranhenses que publicaram romances originais, no período que pesquisamos (1832-1868) foram doze: *Jornal de Instrução e Recreio* (1845-1846), *O Arquivo* (1846), *A Marmota Maranhense* (1850-1851), *Publicador Maranhense* (1842-1880), *O Constitucional* (1851-1864), *A estrela da tarde* (1857), *O Eco da verdade* (1860), *Porto Livre* (1862-1865), *O Jardim das Maranhenses* (1861-1862), *Eco da Juventude* (1864-1865), *A Situação* (1863-1868) e *Semanário Maranhense* (1867-1868).

Mikhail Bakhtin (2014) descreveu o romance como um gênero que absorve as variações linguísticas, apresenta vozes individuais ou sociais, com temáticas extraídas do contexto de criação, por isso estas mudam, assim como mudam os contextos que servirem de inspiração. Dessa forma, por exemplo, uma obra baseada na sociedade maranhense do século XIX, pode apresentar os aspectos políticos e sociais dessa província, ou seguir a moda do período, que era a fuga para o estrangeiro, para a Corte ou para outras províncias. Nos romances que encontramos nesta pesquisa, predominaram aspectos políticos e sociais

¹⁰⁴ João Lisboa escreveu os folhetins *A Festa de Nossa Senhora dos Remédios* e *A festa dos mortos ou a procissão dos ossos*, publicadas nos jornais *Publicador Maranhense* e *Jornal de Tímon*. Posteriormente, veiculadas em: LISBOA, João Francisco. **Obras**. Precedidas de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal. São Luís: Tipografia Belarmino de Mattos, 1865. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242775>>.

¹⁰⁵ Nesta pesquisa constatamos que o romance *Jovita* é formado por 6 capítulos, não 3, como afirma Martins (2009).

maranhenses; entretanto, ocorrem algumas fugas, como veremos neste capítulo. O conceito de Mikhail Bakhtin (2014) a que nos referimos é este:

O romance é uma diversidade social de linguagens organizadas artisticamente, às vezes de línguas e de vozes individuais. A estratificação interna de uma língua nacional única em dialetos sociais maneirismos de grupos, jargões profissionais, linguagens de gêneros, fala das gerações, das idades, das tendências, das autoridades, dos círculos e das modas passageiras, das linguagens de certos dias e mesmo de certas horas (cada dia tem sua palavra de ordem, seu vocabulário, seus acentos), enfim, toda estratificação interna de cada língua em cada momento dado de sua existência histórica constitui premissa indispensável do gênero romanesco. E é graças a este plurilinguismo social e ao crescimento em seu solo de vozes diferentes que o romance orchestra todos os seus temas, todo o seu mundo objetual, semântico, figurativo e expressivo. O discurso do autor, os discursos dos narradores, os gêneros intercalados, os discursos das personagens não passam de unidades básicas de composição com a ajuda das quais o plurilinguismo se introduz no romance (BAKHTIN, 2014, p. 74-75).

Os romances do alvorecer da Literatura Maranhense foram incansáveis na tentativa de ampliar as questões sociais, pelas quais passavam o Maranhão e o Brasil. Um romance tratar desses assuntos, no entanto, não é garantia de que o leitor se sensibilizará pelos problemas ali representados e tente ajudar a resolvê-los; embora a apropriação seja prevista, através de estratégias que ajudam a dar sentido ao escrito e envolver o leitor em suas expectativas; contudo, este é rebelde, pode escapar das armadilhas e apreendê-lo de outra forma:

No interior dos territórios assim propostos aos seus percursos, os leitores se apoderam dos livros (ou dos outros objetos impressos), dão-lhes um sentido, envolvem-nos com suas expectativas. Essa apropriação não se faz sem regras nem sem limites. Algumas provêm das estratégias usadas pelo próprio texto, que deseja produzir efeitos, ditar uma postura, obrigar o leitor. As armadilhas que lhe são preparadas e nas quais ele deve cair, sem nem mesmo dar-se conta, estão na proporção da inventividade rebelde que sempre se supõe existir sobre ele (CHARTIER; CAVALLLO, 1998, p. 38).

Constatamos que a publicação de romances no Maranhão começou, em 1845, no *Jornal de Instrução e Recreio*, com *Eponina* (romance original), do maranhense Augusto Frederico Colin, dia 4 de novembro, no corpo do jornal, preenchendo as páginas de 164 a 167, do exemplar 21.

Segundo Inocêncio Francisco da Silva (1867), Augusto Frederico Colin nasceu em São Luís, no dia 11 de junho de 1823, ocupou importantes cargos públicos, no Maranhão, no

Rio de Janeiro e no Paraná; colaborou com muitos jornais de São Luís e do Rio de Janeiro; escreveu o *Manual do Empregado da Fazenda*:

Augusto Frederico Colin, Cavaleiro da Ordem Imperial da Bossa, primeiro Oficial e Chefe de secção na Secretaria de Estado do Ministério da Fazenda, etc. No ano de 1853, por ocasião da criação da nova província de Paraná, foi nomeado Secretário do Governo provincial e encarregado da organização da respectiva Secretaria. Foi ainda Membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro. Nasceu na cidade de São Luís, capital do Maranhão, a 11 de junho de 1823. Colaborou nos anos de 1846 a 1849 em várias folhas literárias do Maranhão, e principalmente no *Jornal de Instrução e Recreio*, no *Arquivo*, e na *Revista Universal Maranhense*. Aí inseriu vários artigos em prosa, e algumas poesias. Também há artigos seus no *Íris*, na *Crônica Literária*; e em outros jornais do Rio de Janeiro. Ultimamente publicou o *Manual do Empregado da Fazenda*, Coleção dos atos legislativos e executivos expedidos pelo Ministério da Fazenda em, 1865. Publicação anual (SILVA, 1867, p. 340-341).

O bibliógrafo Silva (1867) mencionou artigos em prosa e poesias do autor, apesar disso, não se referiu à prosa de ficção de Augusto Frederico Colin, talvez porque seja bem restrita, mas é importante para a história da prosa de ficção do Maranhão, uma vez que seu romance *Eponina* foi o primeiro escrito inédito classificado como romance encontrado, nesta pesquisa, nos periódicos de São Luís.

Mesmo ocupando apenas quatro páginas do periódico, *Eponina* apareceu nomeado como romance, então pertence a esse gênero. O que seria um romance para Augusto Frederico Colin? Com base em sua obra, inferimos que é uma narrativa, com acontecimentos em lugares variados, personagens diversificadas, que versa sobre amor, aspectos do dia-a-dia, como ir à igreja, namorar, trocar cartas, observar a paisagem, no caso, a urbana; discutia também questões mais sérias inerentes à sociedade brasileira da época, porque surgiram no romance, por exemplo, os temas: imigração portuguesa; casamento por obrigação; migração para a Corte Brasileira, representada pelo jovem Bruno Tavares, que veio de São Paulo para Rio de Janeiro, em busca de oportunidades; há referência também à guerra no Rio Grande do Sul.

A imigração portuguesa foi abordada, no romance, com a personagem Pedro Velasques, pai de Eponina, que se mudou de Portugal para o Rio de Janeiro em busca de fortuna, mas como não tinha boa educação, viveu em situação precária, antes de atingir seus objetivos. No século XIX, os imigrantes portugueses, conforme informações constantes no site do Museu do Imigrante, vinham para o Brasil destinados a trabalhar na lavoura, porém acabavam se instalando nas cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador, onde

trabalhavam principalmente no comércio e na indústria¹⁰⁶. A personagem Pedro era comerciante, conseguiu ficar rica e aumentou mais ainda suas posses por meio do casamento, como podemos observar neste trecho do romance:

Pedro Velasques, tal era o nome do pai de Eponina, era um daqueles homens, que como muitos outros, vinham de Portugal procurar fortuna no Brasil, em circunstâncias pouco favoráveis; sua educação não tinha sido das mais esmeradas; com o volver dos anos veio a adquirir uma boa fortuna, casou com uma senhora de uma família respeitável, e uma filha veio fazê-lo completamente ditoso. Ora conquanto Velasques com o costume de tratar com pessoas de uma classe elevada na sociedade, em razão de suas relações comerciais, viesse adquirir maneiras mais polidas, contudo ainda bastante se ressentia do desmazelo que presidira a sua educação (COLIN, *Jornal de Instrução e Recreio*, 4 nov. 1845, n. 21, p. 165).

O casamento por obrigação aconteceu, quando o pai de Eponina, com o objetivo de aumentar as posses da família, combinou o casamento da jovem com o Coronel Peres, sem que ela soubesse. A jovem foi obrigada a se casar com o Coronel, mesmo estando namorando Bruno Tavares. Segundo Mary del Priore (2010)¹⁰⁷, o século XIX trouxe a ideia de amor romântico, inspirada nos casamentos por amor dos heróis e heroínas, com finais felizes que apareciam nos romances. Essa situação era nova. Simultaneamente, nas elites:

O casamento arranjado com parentes ou amigos era uma constante. Isso era arcaico. As fórmulas coexistiam. Daí começarem os raptos de noivas que se recusavam a casar com candidatos impostos pela família, preferindo fugir com os escolhidos do coração (DEL PRIORE, 2010).

No caso do romance em estudo, a jovem conseguiu “fugir” do marido arranjado, ameaçando incendiar o leito nupcial. Se ela voltou para o “escolhido do coração”, Bruno, a obra deixou em aberto, mas o amor que a jovem sentia por Bruno, foi a justificativa para enfrentar e separar-se do marido que lhe foi imposto:

Foram os noivos conduzidos para a câmara nupcial. Chegados ali, e depois de despedidas das pessoas que os acompanharam, Peres, esquecendo o acontecimento do baile, e todo entregue a embriaguez daquele momento, — por ventura um dos mais preciosos da vida do homem! —, despiu-se das galas que o adornavam, e, pondo-se em liberdade, convidou Eponina para que fizesse o mesmo; mas como ela parecesse não querer satisfazê-lo, e

¹⁰⁶ Cf. <http://museudaimigracao.org.br/centro-de-preservacao-pesquisa-e-referencia/historico-das-imigracoes/>.

¹⁰⁷ Estas informações constam na entrevista “História do amor no Brasil”, concedida à *Revista Cult*, em maio de 2010.

pensando o coronel que era aquilo nímia timidez que soe acontecer em tais momentos, quis agarrá-la, mas ela mais ligeira, que uma corça acocada do caçador, lança mão de uma vela, aproxima-se do leito nupcial, cujos finíssimos cortinados flutuavam até o pavimento, e com voz forte e solene pronuncia estas palavras, que ecoaram aos ouvidos do coronel como se fosse o estampido de uma bombarda em dia de batalha:

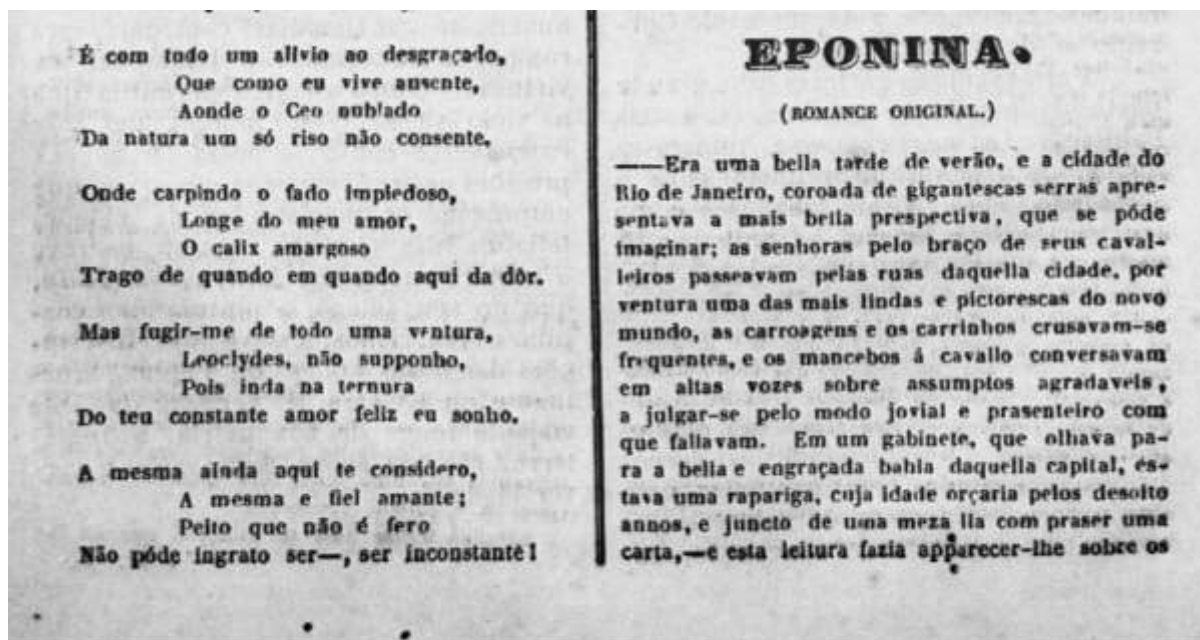
— Peres, jamais serei tua esposa! Meu coração já havia formado seus laços indissolúveis, — quando um despótico poder arrastou-me aos altares, — mas nunca serei tua esposa perante Deus, porque no juramento, que pronunciaram meus lábios, o coração não teve parte alguma, portanto é nulo... Se ousares dar para mim um só passo, este leito ficará reduzido a cinzas, e com ele a casa em que estamos, eu e tu igualmente (COLIN, *Jornal de Instrução e Recreio*, 4 nov. 1845, n. 21, p. 166).

As guerras que assolaram o Brasil, no século XIX, também surgiram no romance com a personagem Peres, esposo de Eponina, que, ao reconhecer que agiu errado casando-se sem o consentimento da noiva, foi para a guerra civil no Rio Grande do Sul. Uma referência a Revolução Farroupilha, que aconteceu nessa província entre (1835-1845), cujo líder foi Bento Gonçalves (ZALLA; MENEGATTI, 2011). O romance terminou com a saída de Peres para a guerra, três dias após o fim do casamento com Eponina:

Três dias depois deste acontecimento um brigue de guerra dava à vela para a província do Rio Grande do Sul, levando a seu bordo o Coronel Rafael Durão Peres, que se ia juntar ao exército em operação naquela província, que nesse tempo ardia no fogo da guerra civil. A. F. C. (COLIN, *Jornal de Instrução e Recreio*, 4 nov. 1845, n. 21, p. 167).

No século XIX, de acordo com Araújo (2006), a mulher que vivia relacionamentos extraconjugais arriscava a própria vida, visto que o marido podia matá-la e sair ileso da situação, uma vez que a justiça era “extremamente tolerante com o marido traído” (ARAÚJO, 2006, p. 60); mas nem sempre essas aventuras acabavam tão mal assim, “com frequência o marido ofendido encerrava a mulher em um *recolhimento* ou apenas se separava ou pedia o divórcio” (ARAÚJO, 2006, p. 60). No caso do romance *Eponina*, o marido, ao saber do amor da esposa por outro homem, antes que a relação extraconjugal se consumasse, escolheu deixar a jovem livre, diante do comportamento transgressor que ela demonstrou, preferindo morrer e matar o esposo, caso fosse obrigada a viver com ele. Na figura a seguir, encontra-se o início do romance *Eponina*:

Figura 98 - Início do romance *Eponina* (*Jornal de Instrução e Recreio*, 4 nov. 1845, n. 21, p. 164)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

4.2.2 *Agápito*: um romance descartado?

Nesta pesquisa, verificamos que os romances, em sua maioria, circulavam com prevenção (comum a muitos autores do século XIX), ou seja, eram acompanhados de explicações que sugeriam uma espécie de insegurança e temor de seus autores, como a obra estar daquela forma porque não estava concluída, precisava de revisão ou foi baseada na vida real. Parecia um pedido de desculpas para o leitor e, ao mesmo tempo, uma forma de o autor eximir-se das responsabilidades sobre o escrito, uma vez que o romance, no Oitocentos, era visto por alguns leitores como inspirador de comportamentos inadequados, como crimes, por exemplo, conforme será visto, neste capítulo, quando discutirmos sobre o artigo “Influxo das novelas românticas na perpetuação dos crimes”.

Nessas circunstâncias, encontramos, por exemplo, Gonçalves Dias, com seu romance *Agápito*, obra que inquietava seu autor e foi envolvida num mistério, que, nesta pesquisa, provocou uma longa busca bibliográfica e de campo na tentativa de resolvê-lo.

Agápito assemelha-se a uma tentativa de escrita de um romance por Gonçalves Dias¹⁰⁸, que circulou em três das nove edições do jornal *O Arquivo*, exemplares 1, 2 e 8, entre

¹⁰⁸ Como o poeta tem a vida bastante conhecida, em vista, principalmente, de sua obra poética, acreditamos que estas informações sejam suficientes: “Nasceu Gonçalves Dias, a 10 de agosto de 1823, na provincia do Maranhão, em um sítio denominado Boa Vista, nas terras do Jatobá, cerca de 14 léguas da cidade de Caxias, a cujo distrito pertencem” (REIS, 1868, p. 310). Hoje, o lugar Jatobá pertence ao município de Aldeias Altas.

fevereiro e outubro de 1846, apenas três capítulos. Caiu no esquecimento provavelmente não só porque seja uma obra inacabada, mas também em vista de seu autor ser lembrado por suas poesias, que ofuscaram a prosa de ficção e o teatro do escritor.

Muitos estudiosos desse período, nem sequer mencionaram o romance gonçalvino, a exemplo de Sacramento Blake (1883), que dedicou à vida e à obra do maranhense cinco páginas de seu *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, entretanto, não citou o romance. Joaquim Serra, em 1883, referiu-se ao poeta desta forma: “Antônio Gonçalves Dias não foi somente um poeta lírico. Chefe de escola: era prosador elegante e do mais sedutor estilo” (SERRA, 2001, p. 96). Da prosa gonçalvina, conquanto, o crítico ateve-se aos prefácios e às cartas¹⁰⁹.

O romance gonçalvino iniciou sua veiculação no jornal *O Arquivo* cheio de justificativas, conforme observamos no rodapé do periódico, dia 28 de fevereiro de 1846. A estratégia sugeriu uma forma de o autor se proteger, caso os leitores não gostassem do romance, afinal seriam publicados apenas alguns capítulos, em vista de um jornal como esse não caber a obra por inteiro, além disso, o escrito ainda precisava de revisão, segundo o autor informou: “Publicaremos apenas alguns capítulos deste romance; — não só por não caber o seu volume nas proporções de um jornal como este — como porque ainda o não corrigimos para ser definitivamente sujeito às provas públicas” (DIAS, *O Arquivo*, 28 fev. 1846, p. 3).

A preocupação intensa com a correção dos escritos demonstrada pelos autores maranhenses, no século XIX, a exemplo de Gonçalves Dias, entre outros, ajudou a divulgar a ideia de que o Maranhão era uma das províncias onde se falava e escrevia melhor o português, como observamos neste comentário de Joaquim Serra (2001, p. 77): “É o Maranhão inquestionavelmente uma das províncias onde melhor se fala e escreve o português. Estuda-se a língua com seriedade ali, e é por isso que os literatos maranhenses¹¹⁰ são, antes de tudo, escritores de castigada e correta linguagem”.

Quanto ao enredo de *Agápito*, caso não agradasse, a culpa também não seria do autor, visto que era baseado em fatos reais, conforme esclareceu no final da publicação do último capítulo veiculado: “O editor destas memórias declara que os versos latinos, a tradução e a Página de um álbum pertencem realmente aos muito verídicos personagens desta história” (DIAS, *O Arquivo*, 31 out. 1846, v. 1, n. 8, p. 155).

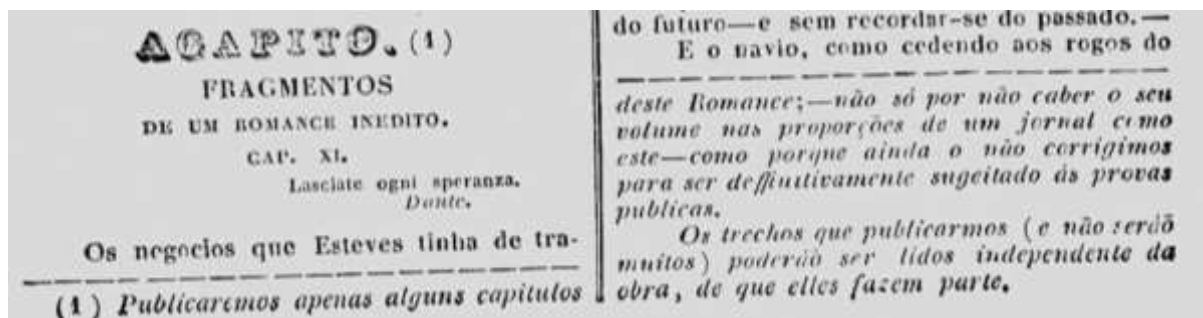
¹⁰⁹ A pesquisa mais recente que mencionou o romance de Gonçalves Dias foi a tese de Ricardo André Ferreira Martins, *Atenienses e fluminenses: a invenção do cânone nacional*, quando se referiu às contribuições do autor para *O Arquivo*, no qual publicou: “os poemas *Os seus olhos*, *A Escrava* e *Te Deum*, os fragmentos do romance inacabado *Memórias de Agápito*, alguns artigos de crítica teatral, intitulados *Revista Dramática*, e algumas traduções da literatura francesa” (MARTINS, 2009, p. 447).

¹¹⁰ Cita como exemplos: “Sotero dos Reis, João Lisboa, Odorico Mendes, Gonçalves Dias, Trajano Galvão, Henriques Leal, Gentil Braga, Marques Rodrigues, Cândido Mendes, Teófilo de Carvalho” (SERRA, 2001, p.77).

A publicação do romance iniciou no dia 28 de fevereiro de 1846, no número 1 do jornal *O Arquivo*, páginas de 3 a 6, a partir do capítulo XI, todavia, conforme o autor, este fato não prejudicaria a leitura, uma vez que os capítulos poderiam ser lidos de forma independente, como observamos nesta justificativa que o autor expôs no rodapé do jornal: “Os trechos que publicarmos (e não serão muitos) poderão ser lidos independente da obra de que eles fazem parte” (DIAS, *O Arquivo*, 28 fev. 1846, p. 3). Uma particularidade em relação aos capítulos é que vinham sempre com numeração romana e epígrafes.

O capítulo XI de *Agápito* começou de forma modesta, no final da primeira coluna do periódico, com o título *Agápito* grafado em letras pequenas e apertadas, com um indicativo de nota de rodapé. Logo abaixo, constava a expressão “Fragmentos e um romance inédito”. Em seguida estava a epígrafe de Dante “Lasciate ogni speranza”. A obra é marcada pelo ciúme que incomoda, separa e une os casais. Esse capítulo mostra o conflito em que vivia o casal Esteves e Josefina, quando teve um filho, mas o esposo desconfiou de que não era o pai e começou uma tortura verbal para que ela confessasse a traição. Cansada das agressões, a mulher desmaiou e Esteves pediu que alguém a socorresse. Na figura a seguir, consta o início de *Agápito* no jornal *O Arquivo*.

Figura 99 - Início do capítulo XI de *Agápito*, com as ressalvas do autor no rodapé do jornal (*O Arquivo*, 28 fev. 1846, v. 1, n. 1, p. 3)

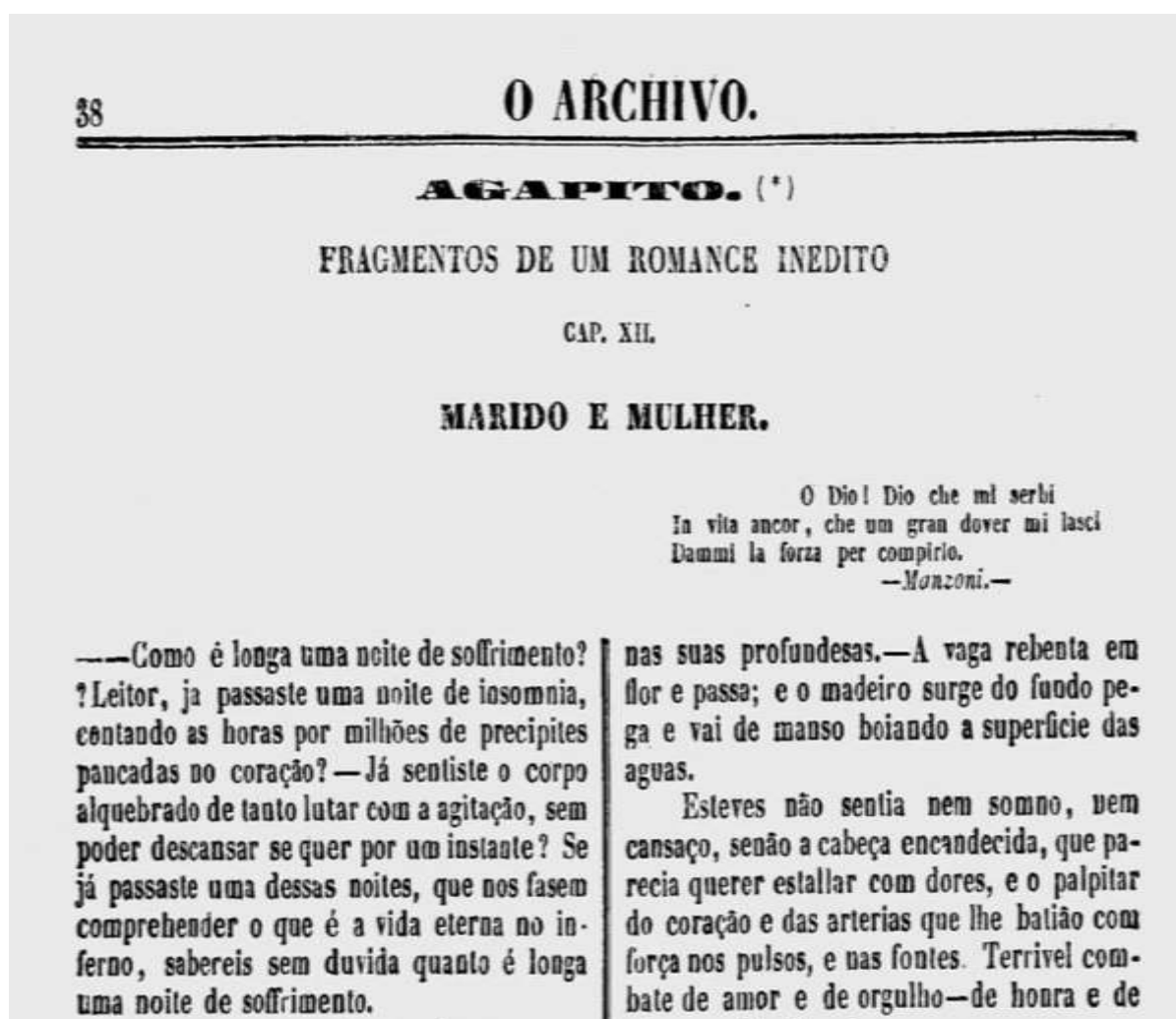


Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

No capítulo XII, veiculado no dia 1º de março de 1846, nas páginas de 38 a 40, o título ganhou mais visibilidade, porque veio abaixo do nome do jornal, antes da linha divisória das duas colunas e em letras maiores do que no exemplar anterior. O esclarecimento de que era fragmento de um romance inédito continuou. Após este, foi acrescido o subtítulo “Marido e mulher”. A epígrafe, desta vez, são os seguintes versos de Manzoni: “O Dio! Dio che mi serbí / In vita ancor, Che um gran dover mi lasci / Dammi la forza per compirio”. Nesse capítulo, Esteves continuou pressionando Josefina para que admitisse a traição. Sem retorno, ele ameaçou matar o pai da criança e esta também. Josefina implorou para deixar a casa com o

filho, mas o esposo não aceitou. Mesmo exausta da insistência do marido e da violência verbal constante, a jovem não se dispôs a revelar quem seria o pai do menino, então, pediu forças para suportar a morte da criança: “— Meu Deus, vós me dareis forças para suportar a morte do meu filho! E caiu sobre a cama sem sentidos” (DIAS, *O Arquivo*, 1 de mar. 1846, p. 40). Nos dois primeiros capítulos veiculados, não precisamos onde acontecia a história. Existe referência apenas que Esteves havia chegado da Espanha, onde tratava de negócios. Esta imagem mostra a forma como o periódico veiculou o início do capítulo XII:

Figura 100 - Início do capítulo XII de *Agápito* (*O Arquivo*, 1º mar. 1846, p. 38)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br>.

O terceiro capítulo publicado foi o XX, dia 31 de outubro de 1846, v. 1, n. 8, p. 151-155, com o subtítulo “Uma página de álbum”. O título estava grafado em letras maiores que nos dias anteriores e modificado para *Memórias de Agápito*, também localizado abaixo do nome do jornal, antes da linha divisória das duas colunas, contudo a obra não era mais

descrita como *Fragmento de um romance inédito*, e sim *Romance inédito*. Romance inédito significa que a obra não havia sido publicada antes; circular no jornal era seu primeiro contato com o leitor. A mudança do título, bem como de sua descrição, sugere que o autor escrevia o livro, à proporção que o publicava no periódico, e supostamente o teria concluído. O capítulo também trouxe uma epígrafe, que, assim como no primeiro divulgado, é de Dante: “Amor al cor gentil ratto s’apprende”.

Parte da inspiração desse capítulo teria vindo das visitas que o poeta fazia aos sítios próximos a Lisboa, em período de férias, inclusive frequentava um culto sobre o amor, em Formozelha, “a uma deidade ornada dos dotes de espírito” (LEAL, 1874, p. 38).

O cenário desse capítulo é a residência de Júlia, em Coimbra, onde se encontraram Agápito e a jovem. Enquanto o rapaz esperava pelo irmão da moça, pediu para ver o álbum do amigo. Ali existia um poema de Agápito, escrito em latim, seguido da tradução. Isso motivou uma conversa entre o casal, sobre famílias e a impossibilidade de serem amigos, porque o jovem a queria como esposa, todavia ele afirmava que não podia se casar. Preferia falar sobre os álbuns. Descreveu o objeto, com grande admiração pelas lembranças que guarda e arrependeu-se de não ter um, a fim de escrever os nomes dos amigos para confirmá-los ou esquecê-los no futuro.

Júlia percebeu o sofrimento do amigo e tentou confortá-lo. Depois de muita conversa, a jovem declarou seu amor pelo rapaz, contudo, ele a assustou, levantando a possibilidade de matá-la por ciúme. Inesperadamente, ela entendeu tratar-se de um impulso do amado e jogou-se nos braços dele que a recebeu desta forma:

— Tu o quiseste, Júlia! — disse Agápito, e algumas lágrimas de contentamento lhe correram dos olhos, e banharam as faces pálidas da donzela, que parecia desmaiada em seus braços. Havia bem de tempo que ele não tinha chorado lágrimas daquelas (DIAS, *O Arquivo*, 31 out. 1846, p. 155).

Figura 101 - Início do capítulo XX de *Agápito* (*O Arquivo*, 31 out. 1846, p. 151)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br>.

Mesmo Gonçalves Dias tendo declarado que seriam veiculados apenas fragmentos de um romance, o jornal mantinha o leitor atualizado sobre a publicação, por exemplo, no final do capítulo XI, informou que a obra continuaria e, no início do capítulo XII, existe a informação de que era a continuação da página 6 do jornal. Notamos o cuidado do periódico para cativar os leitores, gerando expectativas ou atualizando-os acerca de suas publicações, uma vez que procedia assim em relação a todas que eram veiculadas de forma seriada.

Pelos levantamentos feitos para esta tese, constatamos que *Agápito* permaneceu inédito, no jornal *O Arquivo*, até 1868, quando Antônio Henriques Leal, amigo e biógrafo do poeta, apregoou os mesmos trechos que constam no periódico, no tomo III, da coleção *Obras*

*Póstumas de A. Gonçalves Dias*¹¹¹. Nessa publicação, o biógrafo afirmou que o poeta escreveu o romance, quando tinha vinte anos, baseado em cenas que observou, bem como nas que participou. Posteriormente o queimou, em vista de muitas das pessoas que o inspiram ainda estarem vivas. Leal (1868) informou detalhes sobre o terceiro volume que seria em forma de cartas, semelhante a *Nova Heloísa*, de Rousseau. O crítico frisou que se o autor tivesse se dedicado à prosa também lograria êxito:

Eram estas *Memórias* um romance íntimo escrito aos vinte anos, e a cujas cenas ou o autor tomara parte ou tinha assistido a elas. Vivendo ainda a maior parte dos personagens que figuravam nelas, entregou o poeta às chamas os três volumes de que se compunham, roubando assim das letras valores de inestimável preço, principalmente o último volume em cartas e no gênero da *Nova Heloísa*, de Rousseau. Os capítulos, que ora publico, extraídos do *Arquivo*, jornal literário que aqui saíria em 1846, e que dão a medida da glória que poderia o autor colher no gênero, se a ele se dedicasse [...] (LEAL, 1868, p. 131).

Em *Pantheon Maranhense: ensaios biográficos de maranhenses ilustres já falecidos*, de 1874, Leal confirmou que leu o romance gonçalvino manuscrito completo, em 1846. Tratava-se de uma longa obra formada por três volumes e reafirmou que o autor era uma das personagens. No mesmo livro, Leal mencionou que Gonçalves Dias lhe confidenciou ter queimado a obra, em vista de alguns envolvidos na história já terem morrido. Fica a incógnita: a maioria das pessoas, em quem o autor se inspirou para criar as personagens de *Agápito*, estava viva ou morta, no tempo em que o romance foi queimado?

[...]. Neste ano¹¹², escreveu, além de muitas poesias, grande parte de um romance em que figurava e a que pusera como título — *Memórias de Agápito Goiaba*¹¹³. Compunha-se esse manuscrito, que li em 1846, de três grossos volumes que o poeta queimou, quando esteve na Europa em 1854, segundo ele me disse em 1861, por envolver fatos que respeitavam a outros que já não viviam (LEAL, 1874, p. 34).

Um trecho de *Agápito*, contudo não foi divulgado no jornal *O Arquivo*, mesmo assim sobreviveu às chamas e tornou-se conhecido mundialmente, trata-se da poesia “Canção do

¹¹¹ “Coligidos por Antônio Henriques Leal, amigo do poeta, os seis volumes das *Obras póstumas* apresentam ao público todos os textos literários que pôde encontrar em publicações dispersas ou em manuscritos”, publicados entre 1867 e 1869. Informações disponíveis em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/search?filtertype=dc.title_t&filter=Obras+p%C3%B3stumas+de+Gon%C3%A7alves+Dias&submit_search-filter-controls_add=Buscar>. Acesso em: 12 jan. 2015.

¹¹² Segundo ano do Curso de Direito (1842-1843) que Gonçalves Dias estudava, conforme Leal (1868).

¹¹³ Quando Gonçalves Dias propalou os três capítulos do romance no jornal *O Arquivo*, o título ainda não era *Memórias de Agápito Goiaba*, mas apenas *Agápito*, nos dois primeiros e *Memórias de Agápito* no terceiro.

exílio”, pois, segundo Leal (1874, p. 34), o poema “entrava em um dos capítulos” do romance.

Em 1868, Francisco Sotero dos Reis, no *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* também se referiu a *Agápito*, como o romance cujo manuscrito foi queimado por seu autor. Este fato teria ocorrido em 1862, oito anos após a data do descarte que Gonçalves Dias teria afirmado para Leal. Queimado em 1854, como afirmou Leal (1874) ou 1862, consoante mencionou Reis (1868)? A dúvida permanece.

De acordo com Reis (1868, p. 312) restaram do romance apenas os fragmentos publicados no jornal maranhense¹¹⁴: “Foi em Coimbra que escreveu grande parte de suas poesias líricas e seus dramas *Patkull* e *Beatriz Cenci*, e as *Memórias de Agápito Goiaba ou a sua vida íntima*, cujo manuscrito queimou dois anos antes de morrer¹¹⁵, mas de que existe um fragmento no jornal *O Arquivo*”.

Por que, então, Gonçalves Dias escondeu o romance e esperou dez ou dezoito anos para queimá-lo? A justificativa que ele utilizou para descartá-lo não é convincente, a ponto de confundir até seu biógrafo, conforme vimos nesta pesquisa. Na verdade, parece que se tratava de um conflito entre o autor e o gênero romance, em vista da atmosfera negativa e confusa que pairava sobre a prosa de ficção naquele período, além da supervalorização da poesia.

É provável que o autor não se sentisse à vontade diante da prosa de ficção, preferindo não expor a boa reputação construída em vista da bem sucedida carreira de poeta. Naquele período, a poesia era muito valorizada, no Brasil, considerada o gênero por excelência, um dos “grandes valores” do Romantismo (CANDIDO, 2012, p. 345), fazendo com que os poetas se sentissem “portadores de verdades ou sentimentos superiores aos dos outros homens; daí o furor poético, a inspiração divina, o transe, alegados como fonte de poesia” (CANDIDO, 2012, p. 344).

Conforme Abreu (2008), o romance é o gênero preferido, no Brasil, desde o século XVIII, “entre os leitores das belas letras” e no século XIX ocupou cada vez mais espaço em livrarias, prelos e bibliotecas, contudo, desconfiava-se do romance porque ele não era um

¹¹⁴ Buscamos *Agápito* na Biblioteca Pública Benedito Leite, Academia Caxiense de Letras, Arquivo Público do Maranhão e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, mas não existem vestígios da obra. É provável que tenha sido realmente queimada, em vista da insegurança que o gênero causava naquele período.

¹¹⁵ Gonçalves Dias faleceu em 1864, aos 41 anos. Reis (1878) descreveu as circunstâncias da morte do poeta desta forma: “Em 1862 partiu muito doente para a Europa, a ponto de o darem como falecido na viagem, e de ser a sua morte lamentada nos jornais como fato averiguado. Apesar de seu mau estado de saúde, foi ali de novo encarregado de extrair cópias dos arquivos portugueses. Agravando-se, porém de novo os seus padecimentos, regressou da França no brigue *Ville de Boulogne*, que naufragou na costa de Guimarães, na madrugada do dia 3 de novembro de 1864, e vindo quase moribundo pereceu no naufrágio, tendo seu corpo por sepultura o oceano, mas já nas águas da pátria” (REIS, 1878, p. 344). Como no naufrágio apenas o poeta foi vítima fatal, há rumores de que ele já estaria morto na hora do acidente.

gênero existente na tradição clássica, em vista disso, ele levantava debates entre críticos, professores, escritores e leitores; provocava explicações, interdições, defesas, mas conquistava cada vez mais leitores:

Junto com o interesse, veio o controle. O romance ocupou o espírito de inquisidores, censores, críticos e professores que desconfiavam de um gênero não previsto pela tradição clássica, um gênero que atraía tantos e tão diversos leitores e que, com sua linguagem acessível, suscitava interpretações que feriam todo tipo de ortodoxia. Junto com a interdição, vieram as defesas. Escritores, críticos, professores e leitores ocuparam suas penas buscando justificativas para a produção e leitura do novo gênero (ABREU, 2008, p. 11).

No Maranhão, a poesia era o gênero preferido e que conferia mais *status* a seus autores, inclusive Gonçalves Dias pertencia ao Grupo Maranhense, existente durante o Primeiro Ciclo da Literatura Maranhense: 1832-1868, que apesar de ser formado por diversos profissionais, como “poetas, jornalistas, romancistas, teatrólogos, biógrafos, historiadores, tradutores, matemáticos e tantos outros intelectuais” (MORAES, 1977, p. 85), primava pela arte poética, tornando-a abundantemente veiculada nos jornais, geralmente identificada, o que comprova o orgulho de ser poeta nesse contexto.

Além disso, a poesia foi a primeira arte literária valorizada pelo cânone no Maranhão, a ponto de ser atribuído a esse Grupo a incumbência de “nos leg[ar] a responsabilidade de Atenas do Brasil” (MEIRELES, 1955, p. 48). A crítica nacional, também se manifestou sobre o Grupo, como José Veríssimo (2010) que o considerou superior ao grupo fluminense, em vista de escrever melhor que este, sem exageros moralizantes, nem alardes patrióticos:

Este grupo é contemporâneo da primeira geração romântica toda ela de nascimento ou residência fluminense. O que o situa e distingue na nossa literatura e o sobreleva a essa mesma geração, é a sua mais clara inteligência literária, a sua maior riqueza intelectual. Os maranhenses não têm os biocos devotos, a ostentação patriótica, a afetação moralizante do grupo fluminense, e geralmente escrevem melhor que estes (VERÍSSIMO, 2010, p. 272).

Enquanto a poesia vivia uma época de *glamour*, a prosa de ficção era considerada um gênero menor, ainda sem normas dominadas pelos escritores e perigoso a ponto de inspirar crimes, como será visto adiante, nesta pesquisa, um caso que circulou no *Museu Maranhense*, no qual dois crimes reais seriam baseados em leitura de romances e novelas.

A prosa de ficção ser vista como um gênero menor em comparação com a poesia foi um aspecto observado, por exemplo, na crônica “Literatura contemporânea – Rússia: Ponchkin — Lermontoff — Gogol”, que circulou no jornal *O Arquivo* dia 31 de julho de 1846, v. 1, n. 5, p. 89-91 e dia 31 de agosto de 1846, v. 1, n. 6, p. 109-111. Nesse artigo foram estudados alguns poetas e prosadores russos, exaltando os poetas e seus processos de criação, consoante percebemos neste trecho: “Lermontoff não era desses escritores fictícios, que para suprirem a falta de gênio socorrem-se de boas e louváveis intenções meio-fingidas, meio-reais, não, Lermontoff era um verdadeiro, um grande poeta; só ele e Ponchkin souberam falar a mulher russa” (*O Arquivo*, 31 ago. 1846, v. 6, p. 110).

Quanto à prosa de ficção, o cronista sugeriu a leitura de alguns romances desses autores, como *A filha do capitão*, de Ponchkin. Informou ainda que alguns romances de Lermontoff foram traduzidos para o francês por um russo, mas adverte que “é na poesia que é mister buscá-lo, e estudá-lo porque foi na poesia que ele se revelou” (*O Arquivo*, 31 jul. 1846, v. 1, n. 5, p. 91). Enquanto se aclamava a poesia, apesar de considerá-la menos original que a prosa de ficção, esta era mencionada e aconselhada como leitura, mas de forma tímida, e sua criação, vista como um processo irrelevante, consoante observamos nesta referência a Nicolau Gogol:

Gogol não imitou ninguém: — defeitos e belezas tudo lhe pertence. [...] e hoje Gogol é em toda a Rússia o escritor mais popular, mais influente e o mais imitado. *Ainda que simplesmente prosador*, é ele o primeiro escritor da Rússia perfeitamente original; — com o profundo conhecimento do país e do povo que ele pinta, e com singular talento para narrar [...] (*O Arquivo*, 31 ago. 1846, v. 1, n. 6, p. 110, grifo nosso).

Mesmo considerando a poesia uma arte melhor que a prosa de ficção, o cronista, que se manteve anônimo, reconheceu que esta era capaz de revolucionar a Literatura de um país como fez Gogol na Rússia, “diz[endo] o bem sem entusiasmo e o mal sem indignação”, e desejou que as obras do escritor se popularizassem entre os leitores: “A importância sempre crescente, que tem acompanhado este autor desde sua estreia¹¹⁶, e o seu mérito incontestável, nos fazem desejar que as suas obras vulgarizem-se entre nós” (*O Arquivo*, 31 ago. 1846, v. 1, n. 6, p. 11). Ou seja, a prosa de ficção, ao mesmo tempo em que era desvalorizada pelo maranhense, tornava-se desejada e uma fonte de esperança, porém a falta de mais

¹¹⁶ O cronista afirmou equivocadamente que Gogol começou a escrever em 1839, uma vez que sua obra de estreia foi publicada em 1831.

conhecimento referente ao gênero funcionava simultaneamente como uma espécie de ímã e curiosidade, repulsa e medo.

De acordo com Valéria Augusti (2006), o interesse do público leitor pelo romance extrapolou o interesse dos autores até meados do século XIX, em vista de a leitura desse escrito ser considerada “uma atividade amena e relaxante que não demandava qualquer esforço e reflexo por parte do leitor”, enquanto que para a leitura de outros gêneros era necessário “conhecer as artes retóricas e poéticas e livros sobre métodos de estudos, responsáveis por oferecer informações sobre a língua e a cultura daquelas que eram consideradas as principais Literaturas, como por exemplo, a latina, a grega e a francesa” (AUGUSTI, 2006, p. 98). Em relação aos literatos, a pesquisadora afirmou que “pouca preocupação tiveram [...] em precisar-lhe o sentido” (AUGUSTI, 2006, p. 92).

Elaborar um romance aparentemente não seria difícil. A princípio, alguns autores descreviam o gênero como o resultado de um momento sem afazeres, como Joaquim Manuel de Macedo, em 1844, declarou no prefácio de *A Moreninha*:

Este pequeno romance deve sua existência somente aos dias de desenfado e folga que passei no belo Itaboraí, durante as férias do ano passado. Longe do bulício da corte e quase em ócio, a minha imaginação assentou lá consigo que bom ensejo era esse de fazer travessuras, e em resultado delas saiu a *Moreninha* (MACEDO, 1845, p. 6).

Mais tarde, a história da criação de romances foi mudando. José de Alencar, por exemplo, declarou que as ideias para escrevê-los surgiam, com leituras que fazia para a família e para os amigos, de obras como *Amanda e Oscar*, *Saint-Clair das Ilhas*, *Celestina* e outras de que já não se recordava mais: “Foi essa leitura contínua e repetida de novelas e romances que primeiro imprimiu em meu espírito a tendência para essa forma literária que é entre todas as de minha predileção (ALENCAR, 1893, p. 21)¹¹⁷. Além da leitura dos autores preferidos, “a escrita de romances implicava o contato com autores que pudessem servir de exemplo e inspiração, bem como o conhecimento das regras de composição relativas aos gêneros clássicos” (AUGUSTI, 2006, p. 101). Mesmo com tanta polêmica em relação ao gênero, no século XIX, “o romance saiu vitorioso nas páginas da imprensa nessas primeiras décadas, ganhando fôlego suficiente para nas seguintes, estabelecer-se como um veículo privilegiado de expressão da nacionalidade brasileira” (AUGUSTI, 2006, p. 106).

¹¹⁷ Não se sabe ao certo quando Alencar escreveu *Como e porque sou romancista*. Essa obra foi publicada postumamente.

Até a metade do século XIX, portanto não se sabia direito quais regras seguir para criar um bom romance, provavelmente, isso também colaborou para que Gonçalves Dias decidisse não continuar escrevendo prosa de ficção e permanecesse como poeta, afinal já provara seu talento nessa arte.

A prosa de ficção foi considerada perigosa, a ponto de induzir crimes, como verificamos no jornal *Museu Maranhense, Periódico de Instrução e Recreio*, em 1842, que divulgou um comentário anônimo sobre uma notícia que circulou em Londres, segundo a qual a leitura de novelas e outros escritos românticos foi apontada pelo leitor Gourvolsier como a inspiração para ele assassinar W. Russell. A imprensa alardeou a história e escritores como Dickens e Ainsworth foram insistentemente acusados pelo réu de causarem seu infortúnio. Restou aos escritores tentarem amenizar as impressões causadas pelo episódio:

Influxo das novelas românticas na perpetuação dos crimes

As causas criminais dos dois célebres delinquentes Oxford e Gourvolsier que tanto chamou atualmente a atenção do público de Londres suscitaram naquela capital uma questão de grande interesse para a moral pública, e as tendências literárias. Gourvolsier, o assassino de W. Russell declarou antes de morrer que a primeira ideia de seu crime foi sugerida pela leitura de uma novela, que está presentemente muito em voga em Londres, e Oxford também lia sempre novelas românticas. Os periódicos de Londres fizeram sobressair estas circunstâncias, e os autores das obras daquela classe a que não aludido os papéis públicos responderam procurando atenuar a impressão que deviam produzir estes fatos. Nesta polêmica foram citados os nomes dos senhores Balwer, Dickens, e Ainsworth caudilhos da escola romântica de Londres, a quem ataca fortemente o *Gouvier* fazendo ver o perigoso que é para os jovens a leitura de tais obras (*Museu Maranhense*, 1º ago. 1842, p. 33-34).

A julgar pelo que observamos da experiência de Gonçalves Dias com *Agápito*, o processo de produção de um romance nesse período era bastante sofrido, incômodo e angustiante. No caso específico, “perseguir” o autor por vários anos, e mesmo interagindo sobre a obra com amigos, conforme procedeu o poeta com Leal, não sentiu segurança para lançá-lo completamente ao público, ou não se dispunha a investir num gênero que a crítica descrevia como popular e parte dos leitores acreditava que inspirava crimes. Contentou-se com a circulação de apenas alguns capítulos no jornal. O romance parece que gerou um desconforto em seu autor a ponto de “obrigá-lo” a desfazer-se de sua obra.

Constatamos que na prosa de ficção do Maranhão, veiculada no periódico *O Arquivo*, havia fuga, por meio do cenário que, mesmo se apresentasse uma parte dessa província, obrigatoriamente apareciam também elementos de outros países. Além disso, quando um

autor escrevia sua biografia, ocultava os escritos em prosa de ficção, como Antônio Rego ocultou para o *Dicionário Bibliográfico*, de Sacramento Blake¹¹⁸. As biografias que este redigiu também ocultavam a prosa de ficção, como é provável que tenha acontecido com Gonçalves Dias, porquanto o dicionário em que consta o verbete sobre o poeta foi publicado 19 anos, após a morte deste; entretanto, o biógrafo chama a atenção para os detalhes sobre o caxiense, como obras publicadas em forma de livro e também em jornais do Maranhão, Rio de Janeiro e Portugal, mas Sacramento Blake nada mencionou a respeito da tentativa de romance de Gonçalves Dias.

4.2.3 Os mistérios de uma tarde, *Maneca e seus amores e Gupeva*

A *Marmota Maranhense* apresentou o romance maranhense *Os mistérios de uma tarde*, de Ricardo A. C. de F., nos dias 11 e 14 de fevereiro de 1851. Mesmo incompleto, notamos, que em meio a uma prolixa, mitológica e apaixonada descrição de São Luís, o autor narra a história de amor de Júlio e Adelaide, que foi interrompida pelo assassinato do rapaz, no Rio Anil, numa noite conturbada pela natureza e por um fantasma, suposto amante da jovem. Esta, quando soube do acontecido, ficou louca e, dois meses depois, faleceu e foi enterrada ao lado de Júlio. Quanto ao criminoso, não foi identificado, pois somente Adelaide sabia os amantes que tinha e sua incapacidade mental não precisou tal informação. A história apresenta aspectos do Arcadismo, como a mitologia grega; e do Romantismo, como a tragédia amorosa e a presença de poesias dentro da história, constando, portanto a mistura de gêneros; além da natureza que age. O escrito é truncado pelo excesso de descrições, talvez ali presentes para honrar o compromisso do total de páginas encomendadas ou propostas pelo jornal.

Na sessão *Folhetim Original do Publicador Maranhense*, entre os dias 9 de novembro de 1861, n. 257 e 16 de novembro de 1861, n. 263, circulou o romance *Maneca e seus amores*, obra em seis capítulos, cujo autor identificou-se apenas como Raul. Antes de começar a história, logo após o título, o escritor dirigiu-se aos leitores informando-lhes que a escreveu para ocupar o tempo ocioso; entreter o leitor; questiona se o escrito pode ser chamado de romance, mas no capítulo final declara a obra como “pequeno romance”; afirma que é baseado na realidade, aspecto comum entre os escritores da época; se os leitores gostarem, ele escreverá outras obras, caso contrário, *Maneca e seus amores* será seu único romance:

¹¹⁸ Sacramento Blake no volume 1 (1857, p. VI) esclarece que as biografias publicadas em seu dicionário resultavam da colaboração de seus autores e até reclama da demora ou ausência de algumas respostas: “Homens, em suma, que vi pressurosos pedindo apontamentos para o importante dicionário de Inocêncio, — e alguém até a quem me acostumara a olhar quase como parente — nenhum auxilio me prestaram!”

Maneca e seus amores,**Ao leitor,**

Não podendo estar a bater moscas, resolvi escrever o seguinte pequeno romance, se tal nome lhe cabe, para trabalhar algumas horas, e entreter-vos por alguns minutos.

Não há nele enredos, que vos façam palpar ansioso o coração, porque o que narro, pela maior parte real, se passou simplesmente como narro.

E, se publico casos verídicos, afianço que nenhuma suscetibilidade se poderá dar por ofendida, porque sobre serem diversos nos pontos mais melindrosos o lugar, a época e as pessoas, vão os fatos de maneira contados, que mais hão de parecer quadros gerais, do que outra coisa.

Se vos agradar, pouco que seja, não será Maneca meu filho único, como o é de sua mãe; se vos não agradar, nem mais vos roubarei o tempo.

Maranhão, 1861.

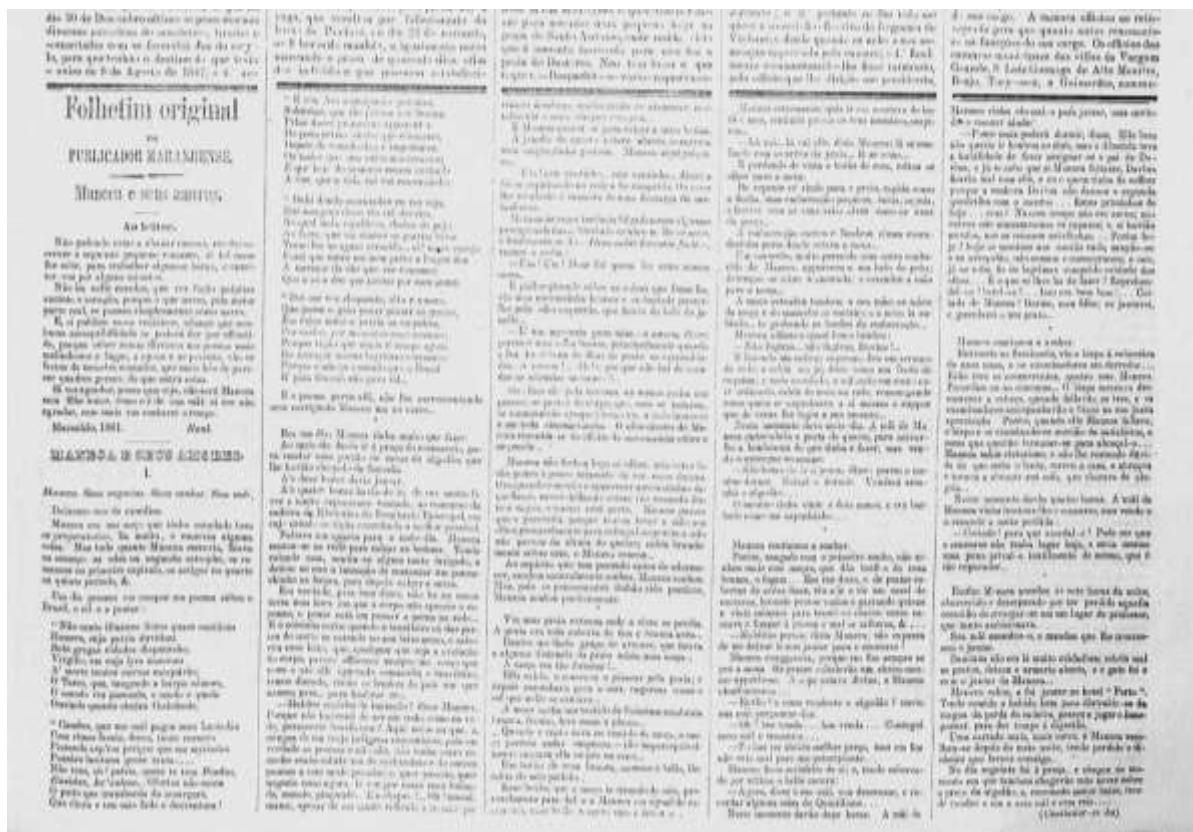
Raul.

(RAUL, *Publicador Maranhense*, 9 nov. 1861, p. 1, n. 257).

Da comunicação de Raul com os leitores é possível depreender a visão desse escritor sobre a produção do romance e o efeito desse gênero sobre os leitores. A escrita desse tipo de obra acontecia quando faltava algo mais interessante para o escritor fazer. Era uma forma de se trabalhar para o entretenimento dos leitores; no entanto, se fosse baseado em fatos reais, não causaria maiores alardes, também não poderia ofender as pessoas que serviam de inspiração para as personagens, porque a Literatura os transforma em quadros gerais. É relevante também a consciência que esse autor tinha da importância dos leitores para uma obra, percebendo aqueles que gostam dessas leituras, como donos dos romances, junto com os autores.

A obra veiculou no rodapé do jornal, dividida em cinco colunas, separadas, por fios grossos, na horizontal e finos, na vertical, assim como era dividido o corpo desse periódico; mas em letras menores que as do corpo da folha, sendo que estas já eram bem pequenas. O título ampliado da sessão “*Folhetim original do Publicador Maranhense*”, significa que o romance seria publicado, pelo menos inicialmente, apenas nesse espaço.

Figura 102 - Início do romance *Maneca e seus amores* no *Publicador Maranhense* (9 nov. 1861, n. 257)



Fonte: <http://www.memoria.bn.br/>.

Maneca e seus amores narra a história de Manoel, um jovem de São Luís, que morava com a mãe viúva e sonhava em ser professor, mas tornou-se político. Amava Davina, todavia, ela preferiu casar-se com o interesseiro Zeco. Manoel casou-se com Sylvia, uma garota que ele salvou, por acaso, da violência doméstica. O casal teve uma filha e viajou para a Europa.

Para a leitura do romance de Raul nos apropriaremos da noção de representação, estudada por Chartier, segundo a qual as imagens veiculadas pela Literatura possuem correspondentes no mundo real: “As representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social. Elas têm uma energia própria que persuade seus leitores ou seus expectadores que o real corresponde efetivamente ao que elas dizem ou mostram” (CHARTIER, 2011a, p. 27). Assim, em *Maneca e seus amores* houve a representação da sociedade maranhense, em relação às famílias; à economia (declínio da cultura do algodão); ao inconformismo com as proporções que a cultura europeia tomou no Maranhão. Raul discutiu também em seu romance a questão da escravidão, representando os escravos em diversas situações cotidianas, mas sem as perseguições e os castigos que geralmente povoavam as obras antiescravagistas comuns no Romantismo. Mesmo assim, seu discurso

contra a escravidão era contundente: assemelhava-se a uma convocatória para que os escravos fossem percebidos como uma classe que precisava de maior envolvimento da sociedade, a fim de que fosse livre no Brasil, a exemplo do que começava a acontecer em outras nações, como o Chile, que por lei, proibia a escravidão desde 1826. Sem embargo, Raul apoiou seus argumentos em países que ainda estavam em processo de libertação dos escravos, como os Estados Unidos e a Rússia, provavelmente para que essa situação fosse observada e encorajada também no Brasil. Analisaremos mais adiante como foi representada a escravidão em *Maneca e seus amores*.

A sociedade maranhense foi representada por famílias pequenas, formadas por duas ou três pessoas; com um filho ou filha, e a presença de escravos, em pequena quantidade; coma a família de Davina, no começo da história, que era formada pela jovem, o pai Eutropio Vieira (viúvo) e a mucama Tifa; e a família inicial de Maneca, composta por ele a mãe (viúva) D. Aurora e uma escrava. Essa forma de família, assemelhava-se às famílias de muitos intelectuais brasileiros do século XIX, que em sua maioria eram pequenas; enquanto que as pessoas “comuns” do sertão do Brasil, formavam, geralmente famílias grandes “há exemplos de 25 filhos” (FALCI, 2006, p. 244).

Ainda em relação às famílias, houve também a representada pela mãe solteira, Francisca, que abandonou a filha Sylvia, com medo do julgamento da sociedade, mas que se redimia, arcando com as despesas da filha, através de contribuições à família de Rodrigo de Sá, que tinha a guarda da criança. Quando percebeu que, após a morte do tutor, a jovem era assediada por Fulgêncio, filho de Rodrigo, além de abandonada por D. Rozaura, viúva de Rodrigo; não se preocupou mais com o julgamento da sociedade e reavio a guarda da filha, transgredindo os padrões sociais:

— Vós sois minha mãe, tornou a linda enfeitada, caindo aos pés de D. Francisca, e escondendo-lhe no regaço a formosa cabeça...
[...].

— Sim, disse depois D. Francisca, sou tua mãe; e, abraçando-a e beijando-a, repetia — sou tua mãe. — Sofri muito por tua causa desde que morreu Rodrigo de Sá... Às vezes ardia-me o coração em desejos de acabar com aquele estado de coisas, mas que torturas ... Oh! Que torturas!... Era preciso, meu amor, que tua mãe se resolvesse a ver murchar o conceito que gozava na boa sociedade... era preciso que arroastasse a censura bem entendida das almas virtuosas... era preciso, em suma, declarar à face de todos que tinha uma filha... Mas a vida que te davam Fulgêncio e sua mãe, e a dor que me acompanhava na resolução de reconhecer-te por testamento, deixando-te somente bens da fortuna, sem o doce conhecimento dos carinhos maternos, ah! tudo isto era demasiado pesado para que eu continuasse a suportar... O meu coração de mãe venceu na luta; e ontem fiz lavar a escritura necessária.

Hoje já toda a cidade deve saber que és minha filha... (RAUL, *Publicador Maranhense*, 15 nov. 1861, n. 262).

No século XIX, havia várias razões que levavam as mães a abandonarem seus filhos, por exemplo “a pobreza, a condenação moral às mães solteiras e o esfacelamento da família” (VENÂNCIO, 2006, p. 196), ou ainda “a vergonha das brancas solteiras pelo nascimento do filho ilegítimo” (VENÂNCIO, 2006, p. 215). No caso do romance, seria o medo da condenação moral e da perda dos privilégios sociais.

Quanto à economia maranhense, foi representada pelo declínio da cultura do algodão, que era o sustentáculo da província no século XVIII e início do século XIX, no entanto, a partir da década de 1820 “até o decênio de 60 do século XIX, [...], sofre uma grande decadência” (BOTELHO, 2010, p. 107), em vista da “retomada da economia norte americana no cenário internacional”, o “crescimento da produção pernambucana no âmbito interno, além das crises políticas que atingiram a província no segundo quartel do século XIX”. O algodão maranhense “vivencia novo esplendor” (BOTELHO, 2010, p. 109), projetando-se novamente no cenário internacional, desde a década de 1860, tornando-se o segundo exportador desse produto no Brasil, em vista da Guerra de Secessão que “paralisou a economia dos Estados Unidos” (BOTELHO, 2010, p. 109).

O romance, apesar de ser escrito em 1861, ateu-se à época de crise do produto, como podemos observar nestes trechos em que Maneca sonhava que estava na praça do comércio vendendo por um bom preço o algodão que veio da fazenda da família, mas quando o vendeu, realmente, o preço era inferior. Parece que o autor ainda não estava acreditando na retomada da cotonicultura, iniciada no começo da década, tanto que seu protagonista não queria viver da agricultura, estava fazendo um concurso para ser professor de Retórica do Seminário Episcopal, todavia, como perdeu uma das avaliações, tornou-se político e obteve êxito. Vejamos como o algodão apareceu no romance:

Era um dia: Maneca tinha muito o que fazer.

Ao meio dia devia ir à praça do comércio, para vender uma porção de sacas de algodão, que lhe haviam chegado da fazenda.

[...]

— São horas de ir à praça, disse [a mãe]; porém o menino dorme. Deixá-lo dormir, Venderá amanhã o algodão...

O menino tinha vinte e dois anos e era barbado como um capuchinho...

[sonho]

—Então! A como vendeste o algodão? Ouviu sua mãe perguntar-lhe.

— Oh! Boa venda... boa venda... Consegui nove mil e trezentos...

— Podias ter obtido melhor preço, mas em fim não vais mal para um principiante...

[realidade]

No dia seguinte foi à praça, e chegou no momento em que também chegavam más novas sobre o preço do algodão; e, receando maior baixa, teve de vender o seu a sete mil e cem reis... (RAUL, *Publicador Maranhense*, 9 nov. 1861, p. 1, n. 257).

Maneca apreciava os costumes indígenas como dormir na rede, não obstante, lamentava que pela falta de um traje indígena adequado, era obrigado a usar roupas e chapéus europeus nessa província tão quente que o fazia suar pelas ruas. A personagem estava, portanto contrária à moda no século XIX, que primava, sobretudo, pela imitação das roupas francesas; por isso externava seu inconformismo com as proporções que a cultura europeia tomou no Maranhão. A rebeldia de Manoel contra a cultura europeia foi apresentada da seguinte forma:

— Maldito espírito de imitação! Disse Maneca. Porque não havemos de ser em tudo, como na rede, puramente brasileiros! Aqui estou eu, que a minguia de um trajo indígena conveniente, pois em verdade as penas o não o são, não tenho outro remédio senão cobrir-me de caxemiras e de outros panos a este modo pesados; e, quer passeio, quer negócio como agora, lá vou por essas ruas bufando, suando, pingando... E o chapéu... Oh! Muçulmanos, apesar de ser muito ridícula trouxa que trazei à cabeça, tendes razão de aborrecer mortalmente o nosso chapéu europeu... (RAUL, *Publicador Maranhense*, 9 nov. 1861, n. 257, p. 1).

Ainda assim, o fascínio pela Europa acabou contagiando a personagem, pois, quando se destacou na política e tinha constituído família, a primeira viagem que realizou foi para a Europa. Assim, manifestar-se contra as influências daquele continente, ficou como algo que incomodava os jovens; precisava ser debatido, mas não representava uma ojeriza, uma vez que se tivessem oportunidade, queriam conhecê-lo. Não precisavam, todavia, comportarem-se como europeus numa terra tão quente como não só o Maranhão, mas o Brasil, visto que essa situação era comum no país inteiro, como mencionou Virna Lúcia Cunha de Farias (2013, p. 174): “No que tange à moda, estava em alta no Brasil tudo que estivesse em moda na Europa, mais especificamente, na França. O país vivia sobre a tutela da França quanto a ideias modernas, à moda e aos costumes considerados elegantes”. A viagem do protagonista, com a esposa e o filho Chiquinho, rumo à Europa, surgiu desta forma no romance:

O vapor “Cruzeiro do Sul” tinha levantado o ferro, e começava a cortar as ondas da baía de São Luís... .

Manoel dirigia-se a Pernambuco, donde havia de seguir para o Havre, a fim de viajar para a Europa...

Talvez que tenhamos de encontrá-lo ainda, bem como outras personagens deste pequeno romance (RAUL, *Publicador Maranhense*, 16 nov. 1861, n. 263).

Brito Broca (1979, p. 45) mencionou que as influências francesas no Romantismo brasileiro foram “superadas pela valorização estética das coisas nativas”. Ou seja, Raul era um escritor atualizado com as tendências literárias da época, pois seu romance, além de mostrar um protagonista rebelando-se contra os costumes franceses, apresenta alimentos e paisagens locais:

Maneca ficou satisfeito de si; e, tendo saboreado por último o belo caruru.... Aqui trinava o sabiá; acolá modulava a patativa seus doces cantos; mais além exclamava a pequapá suas melancólicas endechas; e aos sons melodiosos de tais cantores se ajustava divinamente o brando murmurar do lindo rio...

Davina, recostada no tronco de uma mangueira majestosa... (RAUL, *Publicador Maranhense*, 9 nov. 1861, p. 1, n. 257).

Ainda conforme Broca (1979), os escritores brasileiros começaram a se libertar das influências intelectuais portuguesas, a partir da fundação das Academias de Direito de Olinda e de São Paulo, em 1827; depois disso, “a influência francesa que se exercia, clandestinamente, por intermédio dos enciclopedistas, passa agora a se manifestar largamente em nossa vida cultural. Olinda (em seguida, Recife, em 1854) e São Paulo, portanto libertaram-nos da tutela de Coimbra” (BROCA, 1979, p. 44). Todavia, alguns jovens ricos que não queriam estudar no Brasil, iam estudar em Paris “trazendo no regresso a influência francesa em nossos usos” (BROCA, 1979, p. 45). A França, que seduzia pelos sentimentos de “autonomia e nacionalidade”, levou os intelectuais brasileiros a se “voltarem para as coisas brasileiras: a Paisagem, a Natureza, o Homem [...] o Índio” (BROCA, 1979, p. 45).

Quando representou a escravidão em seu romance, Raul estava suscitando reflexões sobre o assunto, bem como a respeito das formas como era percebida pela sociedade naquela época. Para Chartier (2002), as ponderações sobre a apropriação dos escritos para pensar o real são inevitáveis:

A problemática do mundo como representação, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser

apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real (CHARTIER, 2002, p. 24).

Segundo Botelho (2010, p. 68) “a escravidão, juntamente com a economia agroexportadora, foi responsável pela ascensão econômica da província do Maranhão no século XIX”. Semelhante ao que acontecia nas demais partes do Brasil. No romance a presença dos escravos era constante em todos os ambientes, trabalhando, servindo de companhia, sendo vendidos como mercadoria. A obra expressa também o discurso antiescravagista, que tinha muitos defensores intelectuais nesse período. A presença dos escravos invadia até os sonhos, como no caso de Maneca que sonhou com um casal de escravos domésticos lentos e desleixados, representando a forma como muitos donos os viam:

Porém, zangado com o primeiro sonho, não sonhou mais com moças, que dão botão de rosa branca, e fogem... Em vez disto, e de praias cobertas de areias finas, viu a ir e vir um casal de escravos, levando pratos vazios e gastando quinze e vinte minutos para trazê-los cheios; outro escravo a limpar à pressa e mal os talheres, &... (RAUL, *Publicador Maranhense*, 9 nov. 1861, p. 1, n. 257).

O contraponto desses escravos apareceu no casamento de Zeco e Davina, pois eram zelosos, limpos e resignados; pareciam contentes com a felicidade da família a quem serviam; compartilhavam também a mesma religião; mesmo assim o narrador considerou essa forma de vida como um cativeiro mais leve; ou seja, embora, aparentemente, os escravos estivessem conformados com a execução desses trabalhos, não poderiam esquecer de que essa condição era inaceitável. O discurso antiescravagista, neste capítulo, é transparente, posto que o narrador comenta sobre a movimentação que poderia culminar com “emancipação universal” dos escravos; acreditava que em algum tempo não haveria mais escravidão no mundo. Mencionou o posicionamento de outros países que estavam mais adiantados, nessa questão, como a Rússia e os Estados Unidos. Outro posicionamento antiescravagista ocorreu, no romance, quando Manoel e Sylvia, depois de casados, compraram e alforriaram Salomé (escrava da casa de Fulgêncio) e a filha. O discurso que convocava a sociedade para manifestar-se a favor da liberdade dos escravos é este:

Sobre ser hoje mais suave o cativeiro, tudo se vai combinando, regular e legitimamente, para a vossa emancipação universal, bem como para o reconhecimento dos demais direitos do homem... Sofrei quando não por vós, por vossos descendentes. Não surpreenderá, certo, de si dentro de mui remotos anos, já não existirem em parte nenhuma do mundo vestígios de

escravidão, vendo-se os povos, e, individualmente, os homens que até hoje têm sofrido, semelhantemente, reconhecidos, respeitados e protegidos pelas nações cultas como sociedades humanas, ou como homem digno de inteira independência e liberdade, e dos impulsos civilizadores.

A Rússia, onde o despotismo ainda impera, a Rússia acaba de dar um exemplo inesperado; os Estados Unidos em parte trabalham gigantescamente: a cessação do tráfico e a colonização hão de produzir entre nós os seus efeitos, lentos talvez, mas infalíveis; enfim todos os povos ilustrados hão de dar as mãos para essa obra maior dos tempos modernos... (RAUL, *Publicador Maranhense*, 15 de novembro de 1861, n. 262).

Os escravos rebeldes, que, por exemplo, no Maranhão, tiveram “uma participação decisiva na Balaiada” (BOTELHO, 2010, p. 115), foram representados por Tifa (Estefânia), escrava de 12 anos, dama de companhia de Davina. A garota falava tudo que pensava e não aceitava ser contrariada, além disso, enfrentava debochadamente os brancos, como procedeu com Maneca, quando o jovem foi expulso da casa Davina e esta o chamou de calixto, Caipora; mas como a escrava só sabia o significado de Caipora, fê-lo passar uma grande vergonha diante do pai da moça e do governador da província, que visitava a família:

Tifa era como abreviadamente chamava Davina a sua crioulinha Estefânia. Tifa era mais moça que sua senhora três anos, e estas duas criaturas eram inseparáveis desde crianças.

Enfim, Tifa era daqueles escravos que se têm, como entre muitas famílias nossas acontece, inteira liberdade para fazer e dizer muita coisa ao pé de quem quer que seja...

[...]

— A senhora é uma... e ia a dizer uma inconstante, ou uma volúvel, ou coisa equivalente, quando Davina atalhou-o, dizendo-lhe:

— E o senhor é um Caipora.

E andou mais apressada.

Davina já sabia do que acontecera a seu primo no primeiro capítulo [não concluiu a poesia que estava escrevendo, nem as provas do concurso para professor], e pois queria dizer que ele era um *calixto* [não terminava o que começava], ou que nunca conseguia o que intentava. Mas Tifa, que só conhecia o Caipora das noites de São João e de São Pedro, entrou a dançar ou a saracotear ao redor de Maneca, batendo as palmas, e cantando e repetindo:

Assim, Caipora,

Larga a perna; vai-te embora...

Davina ria-se perdidamente.

Maneca estava fulminado!

Entraram na varanda da frente da casa, onde já havia luzes, e donde Davina foi passando para o seu quarto, sem reparar no Presidente da Província, que ali se achava de visita.

Maneca, reconhecendo o presidente através das névoas de seus olhos, ficou em um estado difícil de se descrever... (RAUL, *Publicador Maranhense*, 12 nov. 1861, n. 259).

Escravos vendidos, como mercadorias também foram representados no romance. Eram parte da fortuna de Sylvia, administrada por Fulgêncio, que os vendia no estabelecimento de lavoura da família, ficava com o dinheiro e dizia que eles haviam morrido, assim conseguiu uma fortuna de trinta contos de réis. Dessa forma, o autor poderia suscitar considerações a respeito do “alto índice mortalidade dos escravos” e o encarecimento desses, “impulsionado pelas pressões inglesas ao fim do tráfico” (BOTELHO, 2010, p. 116). No romance a questão aparece desta forma:

[Francisca] — Não sei como há o Sr. Fulgêncio prestado as contas de sua administração, e nem quero entrar nesse labirinto de escândalos. Sei apenas que ele, que pouco ou nada tinha; apresenta hoje um capital a juros superior a trinta contos de réis, proveniente de vendas de escravos e de rendimentos do seu estabelecimento de lavoura, sendo notável a coincidência que têm encontrado os curiosos na quase perfeita igualdade entre o número de escravos que o Sr. Fulgêncio tem vendido e estabelecido como seus com o número dos que pertenciam a esta menina, cujos óbitos têm sido provados nas tomadas das contas por meio de justificações, atenta a dificuldade, ou, como melhoramento dizem, impossibilidade de assentos regulares pelos respectivos livros das matrizes do interior... (RAUL, *Publicador Maranhense*, 14 nov.1861, n. 261).

Como podemos observar, o autor do romance *Maneca e seus amores* identificou-se de uma forma que não lhe deu visibilidade, parece pseudônimo, tornando-o hoje desconhecido na Literatura, e sua obra permanece apenas no periódico, de uma forma semianônima, pois o nome ali declarado não remete a um escritor real. Outra hipótese é que Raul tenha escrito pouco demais e não se firmou como escritor, por isso não encontramos outras obras de sua autoria. Dessa forma, ele teria escrito apenas o romance em estudo.

A obra de Raul, mesmo restrita, é relevante para o *Publicador Maranhense*, visto que representa uma fuga da crônica jornalística que predominava nas primeiras tentativas de prosa de ficção ali veiculadas; bem como para a Literatura Maranhense, em vista de ser o primeiro romance dessa Literatura, com personagens e ambientação maranhenses, tramas, questões sociais locais e nacionais, com estrutura e temáticas semelhantes aos romances do Romantismo.

É provável que com esta tese o romance de Raul comece ter visibilidade na História da Literatura Maranhense, cuja tendência é valorizar autores canônicos que publicaram em livros, desconhecendo toda a vida cultural e literária que circulou nos periódicos, assim como em grande parte do país; estigma que está sendo quebrado com as pesquisas à luz da História Cultural, que orienta o estudo dos escritos pela importância que tiveram em seu contexto de

produção e circulação, em suportes diversos, não mais apenas os livros.

Não descobrimos mais informações a respeito dos autores dos romances *Os mistérios de uma tarde* e *Maneca e seus amores*, mas conhecemos esses escritos. Existem casos em que não localizamos nem os autores nem as obras, apenas evidências de que elas circularam, como ocorreu no periódico *O Globo: Jornal Comercial, Literário e Político*, em que propalaram duas cartas de leitores, nas quais encontramos indícios de que, em São Luís, um autor publicava prosa de ficção, no jornal *O Progresso*, inspirada na vida da população local. Poderia ser romance, porque esse era o gênero que mais inflamava os ânimos na capital. A primeira carta veiculou, em 21 de maio de 1852. Nessa, o leitor O. pedia que o autor do folhetim não descrevesse muito as mulheres, para que não fossem reconhecidas e apontadas na sociedade:

Pedido

Pede-se ao Senhor do último folhetim do *Progresso* que não seja tão minucioso nas descrições que faz das Senhoras, porque todos ficarão sabendo quem são as pessoas de quem trata; e muito custa um pai ou pelo menos não lhe poderá parecer decente ao passar por uma loja ou botica ouvir tratar-se de suas filhas; ou que estas estejam servindo para risotas... O. (*O Globo*, 21 maio. 1852, n. 40, p. 4).

A segunda carta foi apregoada pelo leitor X., que discordou do leitor O. e também manifestou seu posicionamento em relação a essas publicações na edição seguinte do jornal. Demonstrou-se favorável ao folhetim do jornal *O Progresso*, porque era escrito de forma sutil, não expunha as senhoras ali retratadas; além disso, sugeriu que O. estava revoltado porque nem ele nem a família dele tinham o perfil de personagem do folhetim. As referidas obras teriam sido publicadas em 1852, mas não existem cópias do *Progresso* desse ano, apenas de 1847, 1850 e 1853. Será que o motivo que fez os exemplares do jornal desaparecerem foram os folhetins que causaram a querela entre os leitores? A carta do leitor X. é a seguinte:

A Pedido

Pede-se ao Senhor do último folhetim do *Progresso* que não faça caso do pedantesco pedido que lhe faz o comunicante do n. 40 do *Globo*, que se assina por “O.”. A maneira delicada e atenciosa com que são tratadas as senhoras de que nos fala o senhor folhetinista, sobre fiarem misteriosamente ocultos os seus nomes, nada tem de ofensivo nem a elas nem a seus pais. Nunca ouvimos a este respeito queixa alguma; e até, pelo contrário, o sinal desconsideração e estima com que o folhetinista distingue algumas daquelas senhoras, consta-nos que tem sido mui lisonjeiramente acolhido. As

reclamações e censuras, se acaso houvesse, seriam talvez da parte de pessoas que não coubessem no folhetim. O comunicante do *Globo* parece que fala assim por esse motivo; pois segundo nos disseram, é ele uma espécie de urso septuagenário, feio e torto, casado com uma mulher aleijada, e pai de três horríveis filhas, das quais a mais moça tem para mais de quarenta anos, — inutilizada portanto para o matrimônio, quanto mais para o folhetim!

Aconselhamos, por último, a este ratão que não queira trazer para a discussão da imprensa objeto tão delicado, e que guarde as suas opiniões que ninguém admite, e que todos conhecem serem filhas do despeito e da inveja misturadas com o espírito de uma mesquinha e miserável intriga para indispor alguma pessoa menos bem pensante. X. (*O Globo*, 25 maio 1852, n. 41, p. 4).

O romance *Gupeva* manteve-se inédito nos jornais até 1975, quando José Nascimento Morais Filho propalou-o no livro *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*, desencadeando alguns estudos sobre a obra; em vista disso, nesta pesquisa, averiguaremos somente a história de circulação do romance nos periódicos.

O romance *Gupeva*, de Maria Firmina dos Reis, foi publicado nos jornais *O Jardim das Maranhenses*, entre 25 novembro de 1861 e 13 de janeiro 1862, no rodapé, com as letras iguais as dos outros escritos, mas ficou incompleto, já que de seus cinco capítulos foram publicados apenas dois. No *Porto Livre* a obra veiculou completa, de 9 de fevereiro a 21 de maio 1863, no corpo do jornal; bem como no *Eco da Juventude*, de 12 de março a 2 de abril 1865, em letras com fonte maior que as outras matérias (mesmo no corpo do jornal), fazendo a história sobressair-se em suas páginas. *O Jardim das Maranhenses* apresentou *Gupeva* para os leitores como um “belíssimo e interessante romance”. Ressaltou ainda que a publicação era uma forma de incentivo para que Maria Firmina continuasse escrevendo. No mesmo comunicado, o jornal reafirmou seu propósito de defender as mulheres, caso fossem agredidas. Eis a apresentação de *Gupeva* no periódico *O Jardim das Maranhenses*:

Existe em nosso poder, com destino à ser publicado no nosso jornal um belíssimo e interessante ROMANCE, primoroso trabalho da nossa distinta comprovinciana, a Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública da Vila de Guimarães; cuja publicidade tencionamos dar princípio do n. 25 em diante.

Garantimos ao público a beleza da obra e pedimos-lhes a sua benévola atenção. A pena da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis já é entre nós conhecida; e convém muito aclamá-la, a não desistir da empresa encetada.

Esperamos, pois a vista das razões expedidas, que nossas súplicas sejam atendidas, afiançando que continuaremos no nosso propósito: sempre defendendo o belo e amável sexo — quando injustamente for agredido. Salus et paz (*O Jardim das Maranhenses*, 30 set. 1864, n. 24, p. 1).

No primeiro dia de publicação do romance, o velho problema de ocultar os nomes das mulheres autoras manifestou-se novamente, posto que a obra veiculou apenas com o título e o subtítulo: *Gupeva, romance brasiliense*. Lapso corrigido, a partir do terceiro dia de veiculação (provavelmente do segundo, todavia não existe mais cópia desse exemplar), o que não aconteceu nos periódicos *Eco da Juventude* e *Porto Livre*, que só identificaram a autora no último dia de veiculação, escrevendo seu nome após o final da história, mesmo a escritora já sendo bem popular nesse período. Nas próximas imagens constam os inícios do primeiro e do terceiro dia de veiculação do romance *Gupeva* no periódico *O Jardim das Maranhenses*:

Figura 103 - Início do romance *Gupeva* no *Jardim das Maranhenses* (13 out. 1861, n. 25, p. 1)

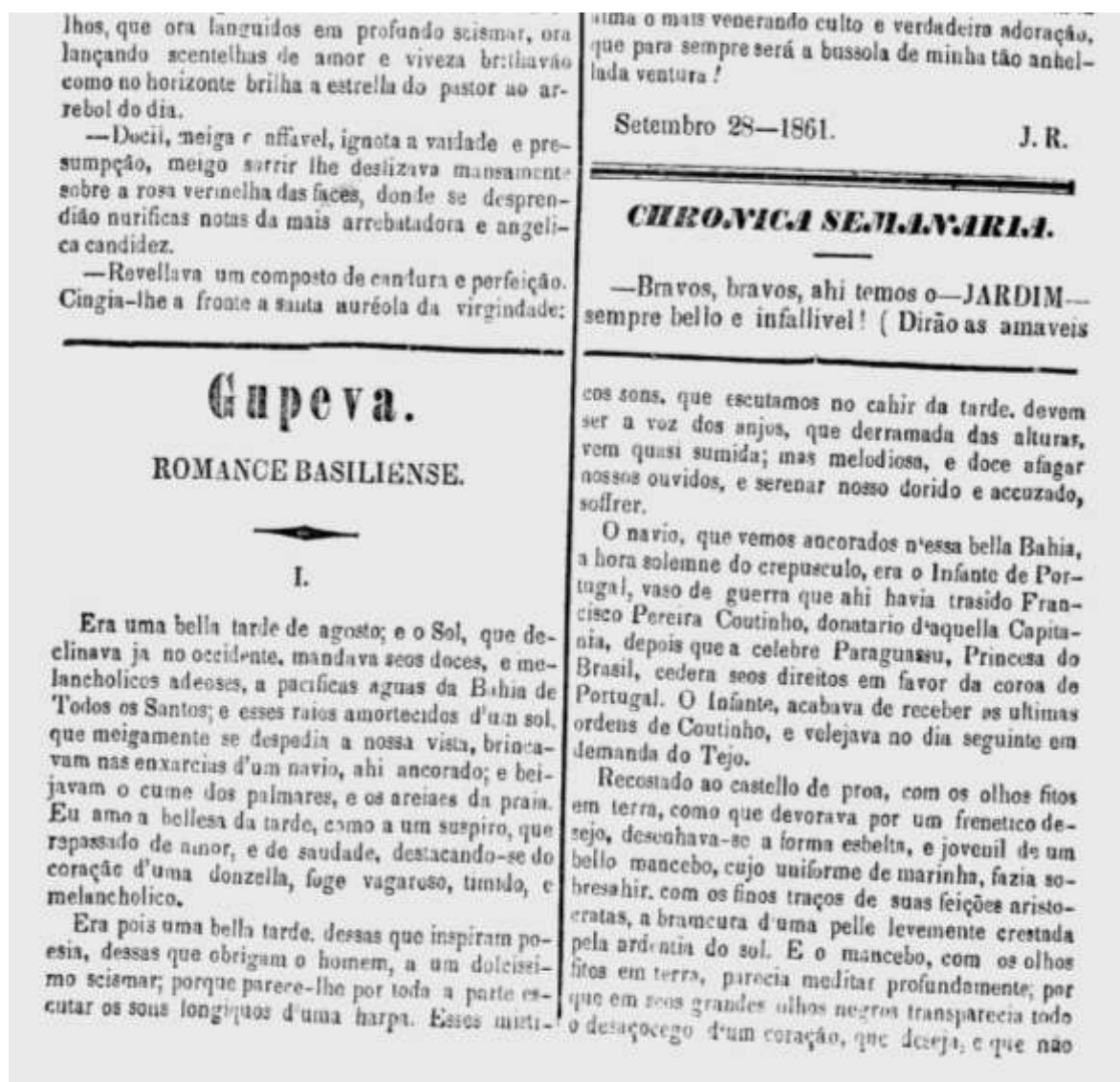
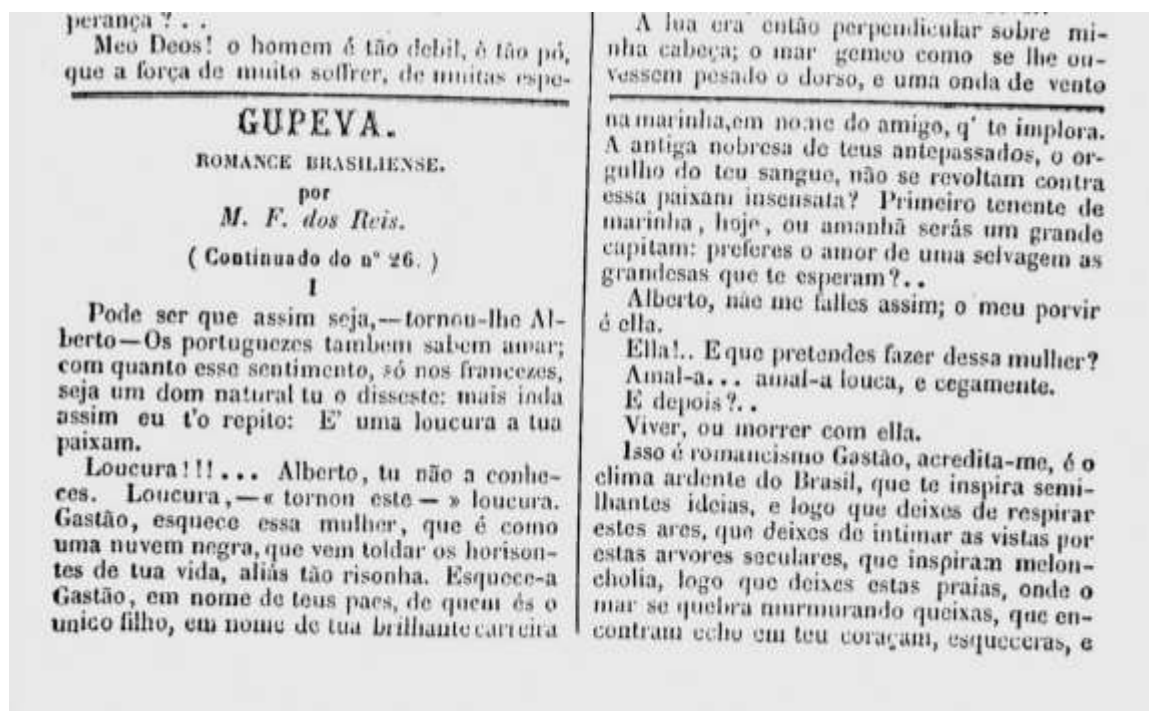


Figura 104 - Terceiro dia de veiculação do romance *Gupeva* no *Jardim das Maranhenses* (25 nov. 1861, n. 27, p. 1)



Fonte: <http://memoria.bn.br/>.

4.2.4 Os romances de João Clímaco Lobato

Nesta pesquisa, constatamos que João Clímaco Lobato colaborou para os seguintes jornais de São Luís: *O Constitucional*, *Porto Livre* e *A estrela da tarde*. Analisaremos agora o modo de circulação e algumas temáticas dos romances que o escritor publicou nesses periódicos. Em seguida, conheceremos um pouco da história desse maranhense de São Bento, que muito contribuiu com a Literatura Maranhense, no século XIX, mas hoje caiu no esquecimento.

O jornal *O Constitucional* publicou o romance *O Diabo*, de João Clímaco Lobato, no formato jornal-livro, contendo folha de rosto, apenas com o título da obra, os nomes do autor, da tipografia e do impressor. A obra é formada dezesseis capítulos, que preenchem oitenta páginas. A veiculação foi ininterrupta, em quatro rodapés diários, ocupando a metade de cada página, de dez edições do periódico, no período de 22 de janeiro de 1856, n. 82 a 10 de março de 1856, n. 91.

No gênero romance, a obra foi publicada apenas nesse jornal, posteriormente, o autor, com a colaboração do também maranhense Leopoldo Ferreira de Souza, transformou-a numa peça teatral musical, que foi encenada em São Luís, em 1862, e publicada no suporte livro,

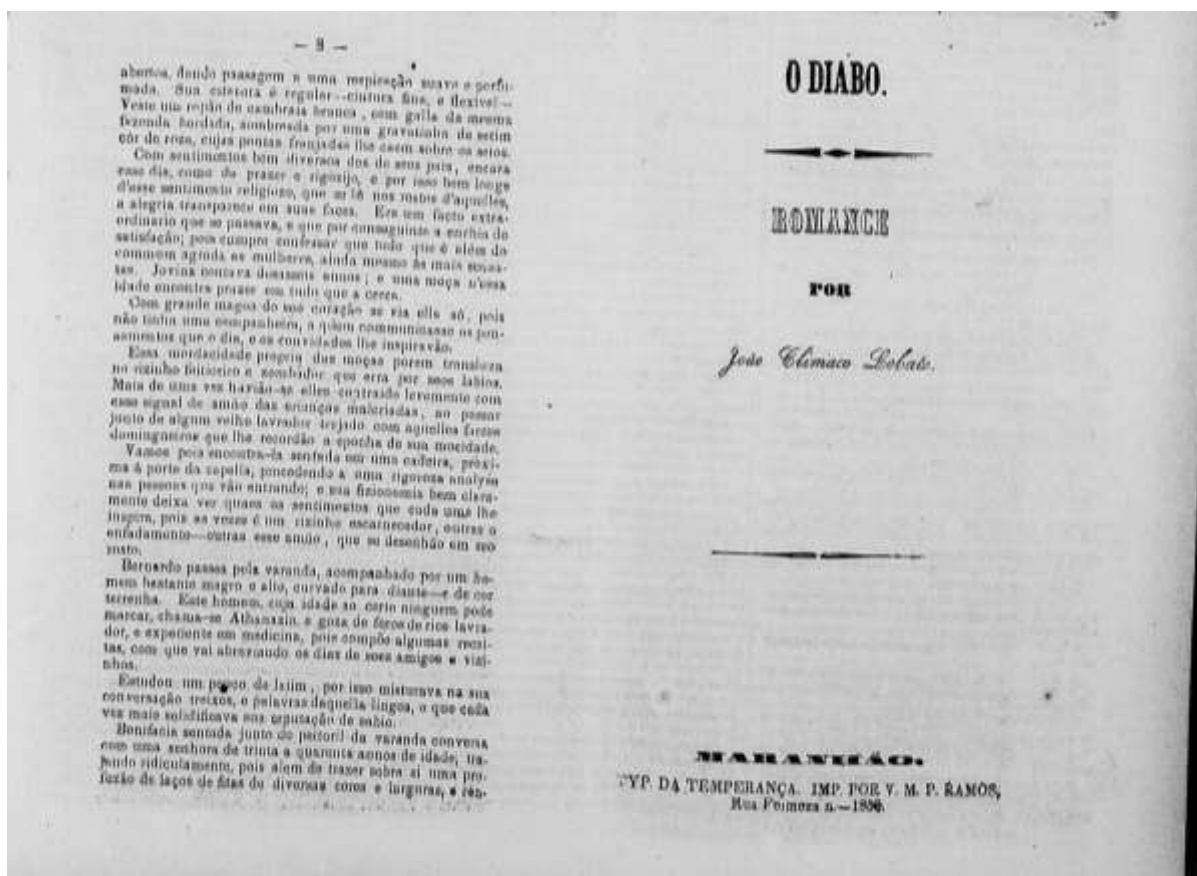
em 1863. A expectativa em torno da peça era grande, posto que encontramos uma carta de um espectador ansioso, publicada no jornal, na qual pedia que o drama fosse logo encenado por atores profissionais, embora já fosse apresentado por amadores no Taliense, pequeno teatro de São Luís. A carta a que nos referimos é a transcrita a seguir; e a próxima imagem é o início do romance *O Diabo* no jornal *O Constitucional*:

Pedido

Constando-nos que o Sr. Dr. João Clímaco Lobato [disponibilizou] ao Sr. Germano Francisco de Oliveira¹¹⁹ o seu belo, interessante e divertidíssimo drama, ornado de música — O DIABO — para que o leve em cena; apressamo-nos a pedir ao mesmo Sr. Germano, que não retarde sua representação com o que muito gosto dará aos expectadores, alguns dos quais já o poderão apreciar e aplaudir no Teatrinho — Taliense — desta cidade, quando desempenhado por ótimos curiosos. O Drama torna-se recomendável não só pela beleza dele como também por haver sido trabalhado por duas penas maranhenses — a do Sr. Dr. Lobato em escrevê-lo, e a do Sr. Leopoldo Ferreira de Souza em bem compreendê-lo, e compor-lhe música mui apropriada (*Porto Livre*, 25 jul. 1862, p. 3).

¹¹⁹ Germano Francisco de Oliveira era um ator brasileiro membro dos Conservatórios Dramáticos do Rio de Janeiro e de Pernambuco, nascido no Rio de Janeiro, em 28 de maio de 1820 e faleceu em 1886 (LEAL JÚNIOR, 1862).

Figura 105 - Começo do romance *O Diabo* (*O Constitucional*, 22 jan. 1856, n. 82)



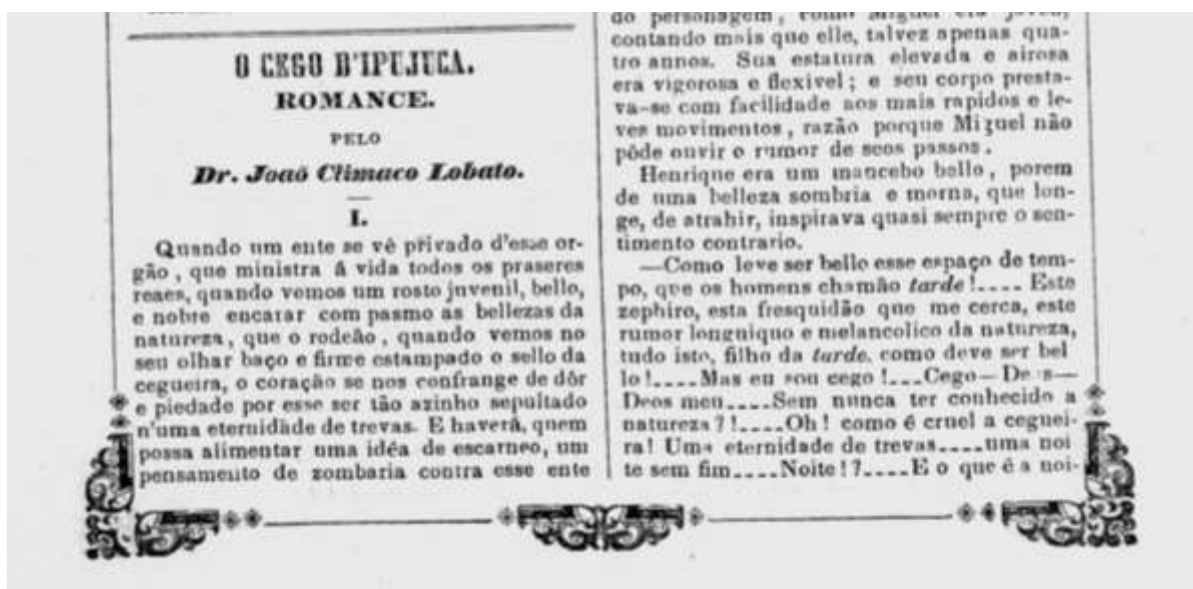
Fonte: <http://memoria.bn.br/>.

O romance *O Diabo* é uma narrativa bem humorada de cunho nacionalista, uma vez que o autor escreveu sobre “coisas locais” (CANDIDO, 2012, p. 431), no caso, lugares, cenas e fatos do Maranhão. Assim, foi representada principalmente a zona rural, à beira do Rio Itapecuru, onde moravam os protagonistas Carlos e Jovina, além de suas famílias; a Vila de Rosário, onde o protagonista trabalhou na Guarda Nacional, na época da Guerra da Balaiada; e a capital da província como cenário da vida de Carlos, quando precisou trabalhar no comércio.

A temática escravidão foi representada em toda a história. Havia escravos na lavoura nas casas, integrados aos ambientes. Apenas o escravo José demonstrou-se desobediente, fingindo ter assassinado Carlos, quando, na verdade, responsabilizou-se pela sobrevivência do protagonista. O cerne da obra é uma vingança de Carlos contra a família de Josina, em vista dessa família ter surrupiado a herança do jovem. Para alcançar seu objetivo, Carlos atormentava-os como se fosse o Diabo. Entretanto, o amor que nasceu entre o jovem e Josina ajudou o rapaz a esquecer a vingança e eles se casaram.

No jornal *A Estrela da tarde*, de 7 de setembro de 1857, n. 14, iniciou a circulação do romance *O cego D'Ipujuga*, de Lobato. Escrito no corpo do jornal, separado por fios. Continuou na edição 16, de 27 de setembro de 1857, quando ainda exibiu a palavra “Continua”, todavia o jornal não circulou mais, deixando a obra incompleta; e hoje com alguns trechos apagados no periódico. A história acontece em Ipujuga, Pernambuco, onde mora o cego Miguel. Revoltado com essa condição, até seu canto é de lamento. A situação piora quando lembra que não pode ver o rosto de Mariana, a jovem que ele amava. Henrique, suposto amigo de Miguel, ao saber de tanto amor, ficou rancoroso e empurrou o jovem contra uma laranjeira. Este se feriu gravemente numa pedra. Mariana socorreu o rapaz e declarou que o amava. Henrique, achando que Miguel estivesse morrendo, pediu perdão.

Figura 107 - Romance *O cego D'Ipujuga* no jornal *A Estrela da tarde* (7 set. 1857, n. 14)



Fonte: <http://memoria.bn.br/>.

Ainda no *Porto Livre*, Lobato propalou *O rancho do Pai Tomé ou a Escravidura no Brasil*, no período de 17 a 25 de julho 1862, n. 48 e 49, mas a obra foi interrompida. Na edição 50 começou um novo romance do mesmo autor *Os Mistérios de São Bento*, mencionado nesta tese. O romance foi inspirado na obra *A Cabana do Pai Tomaz*, o próprio autor assim declarou no prefácio da obra; bem como afirmou que pretendia mostrar o lado perverso do negro. As condições em que se encontram as cópias do jornal, não permitem uma leitura linear da obra. Não obstante, percebemos essa representação do negro, mencionada pelo autor, na personagem Tomé, descrito como “um homem mal e um escravo perigoso”; no entanto, através dessa personagem, a obra demonstrou-se um levante contra a escravidão.

Entendemos que a ideia inicial do autor foi uma astúcia, a fim de garantir que seu discurso fosse propagado. O romance possui um caráter antiescravagista audacioso, pois dá voz ao escravo na veiculação dessas ideias, que até então apareciam em pouca quantidade, através dos narradores; visto que os escravos até então, em sua maioria, eram passivos e pareciam acomodados à situação em que viviam. No entanto, a audácia de Lobato, pode ter sido a causa da interrupção da publicação desse romance que ficou incompleto, com apenas algumas páginas no jornal. Observemos um diálogo entre as personagens Tomé e Antônio, em que se propõe combater a escravidão:

- Que importa! Bradou Tomé com desespero. Não, não nascemos para sermos sempre escravos. Sair dessa escravidão está em nosso poder... Unamo-nos... trabalhem todos para o mesmo fim... que o colosso cairá... e seremos felizes... e livres... livres... e felizes.
- Estou pronto... conte comigo...
- Bravo! Antônio!
- E a mim seguirão muitos. Adão, José, Paulo, Gustavo e Primo andam muito descontentes (LOBATO, *Porto Livre*, 25 jul. 1862, n. 49, p. 2).

João Clímaco Lobato nasceu em São Bento, Maranhão, em 6 de agosto de 1829 e faleceu em 1897. Exerceu várias funções como: poeta, magistrado, teatrólogo, promotor público, juiz municipal, procurador fiscal, jornalista e romancista. Nesta pesquisa, constatamos que ele era muito apreciado pelos leitores de seus romances e expectadores de teatro no século XIX. Apesar disso, sua vida e obra ainda pouco conhecidas pelos maranhenses atualmente.

De acordo com Álvaro Urbatan Melo (2012), o pai de João Clímaco Lobato era Raimundo Felipe Lobato, descendente de portugueses, “nomeado Ouvidor na Província da Paraíba, o décimo quarto mandatário do Maranhão e o primeiro são-bentuense a galgar o posto de Governador do Maranhão”. A mãe do escritor era Maria Custódia Costa Leite. João tinha quatro irmãos: Raimundo Felipe Lobato Júnior, Atauhalpa Franklin, Miguel Huascar e Raimundo.

Pela trajetória que observamos nos jornais, Lobato morou entre São Bento, São Luís e Vila do Rosário. Formou-se em Bacharel em Direito, em Recife, onde parece que começou sua carreira literária, visto que Meyer (1996) registra a presença desse maranhense, naquela província, em 1850, como redator do jornal feminino *O Belo Sexo*, no qual também propalou a novela indianista *As duas amadas*:

[...] jornal feminino de Pernambuco *O Belo Sexo: Periódico Literário e Recreativo*, de 1850, que tinha João Clímaco Lobato como redator. Esse mesmo *O Belo Sexo* pernambucano publica, bastante precocemente, uma novela indianista, *As duas amadas*, do próprio redator. Situada no Maranhão antes da chegada dos franceses, narra os amores da cabocla Itaguyura e do caboclo Tapy (MEYER, 1996, p. 301).

Em São Luís, verificamos que Lobato colaborou para os jornais *O Constitucional*, no qual publicou seu romance *O Diabo*; no *Porto Livre*, apregoeou os romances *Mistérios da Vila de São Bento* e *O rancho de Pai Tomé ou a Escravatura no Brasil*; e no jornal *A estrela da tarde*, o romance *O cego D'Ipujuga*.

Conforme Mário Meireles (1955, p. 93-94), além das obras que citamos neste capítulo, Lobato lançou o romance *A cigarra brasileira* (1853), em São Luís. Propalou ainda diversas peças teatrais, como: *Maria* (1851); *A doida ou a justiça de Deus*, drama; *O Outro*, drama; *A neta do pescador*, drama; *Paranguira*, drama; *A mãe d'água*, comédia; *As duas fadas*, comédia; e *O Diabinho em meu quarto*, comédia.

4.2.5 Alguns romances de Sabbas da Costa

Conforme Sacramento Blake (1893, p. 451-452), Francisco Gaudêncio Sabbas da Costa nasceu no Maranhão (São Luís), em “5 de dezembro de 1829 e faleceu em outubro de 1874”. Filho de João Gualberto da Costa e de Raymunda Lamagner Frazão da Costa. Escreveu muitas peças teatrais, como: *Francisco II*, ou a liberdade da Itália (1861); *Garibaldi ou o seu primeiro amor* (1862); *Pedro V, ou o moço velho*; 1862; *O Barão de Oyapok* (1863); *A buena-dicha* (1862); e o romance *Um amor fatal* (1868). Não se referiu aos romances publicados nos jornais. Analisaremos agora dois desses escritos: *O Cãozinho* e *Jacy*.

O periódico *A Situação: Jornal Político* propalou a novela/romance *O Cãozinho*, de Sabbas da Costa, no formato comum do *Folhetim*, em quatro colunas, em média duas páginas por edição; entre 19 de janeiro, n. 81 e 15 de abril, n. 93 de 1865. Nesta edição, informou-se que a obra continuaria, mas não existe o exemplar 94, no qual a obra provavelmente terminou, portanto esta ficou incompleta.

No último capítulo veiculado, a história encaminhava para o final feliz de Flávio e Matildes, junto com Lindo, o cãozinho mascote do casal. Apesar de Sabbas da Costa prefaciá-la sua obra informando que não tem pretensões de que ela seja um romance, essa obra poderia ser classificada como tal em vista dos diferentes conflitos que apresenta. *O Cãozinho* é uma história de amor, ambientada em São Luís, predominantemente, em 1825. A representação da

capital, centra-se na beleza de sua natureza, através de seus rios e do mar, como podemos observar neste trecho:

Já os raios do sol transformavam as diáfanas nuvens de um branco pérola de avermelhada cor, que a rosa invejaria, apresentando a ilha de São Luís, banhada ao sul pelo Rio Bacanga e ao norte pelo Anil. Era um espetáculo magnífico. Um panorama divino (COSTA, *A Situação*, 19 jan. 1865, n. 81, p.1).

Em torno dessa história de amor, entretanto, Sabbas da Costa discutiu sobre o tráfico de escravos, em um período em que a função de traficante era muito perigosa, porque havia sido proibida pela Inglaterra (1815-1851). O protagonista Flávio era comandante de um navio negreiro e Medeiros, o outro pretendente de Matildes, exercia a função de negociante de escravos do mesmo navio. A obra apresenta um diálogo entre o traficante e um dos escravos traficados, no qual a ideia antiescravagista manifesta-se:

Flávio era comandante de navio mercante, que navegava em mares arriscados da Costa da África comerciando [mutilado], que embora perigoso tinha a recompensa de ser lucrativo.

Viera do Rio de Janeiro empregado em negócio de escravo e ninguém o conhecia em Maranhão, segundo ele pensava, apesar de ter nascido aí e deixado sua terra natal de oito para nove anos” (COSTA, *A Situação* 26 jan. 1865, n. 82).

[...]

— Meu senhor, Flávio, não me conhece?

— Eu? Disse Flávio. Não me recordo de ti.

— É que meu senhor tem trazido tantos de minha terra que já não se lembra de Felipe, aquele que tratava do cãozinho... É verdade. Que fim levou o Lindo? Eu não o vejo desde que meu senhor Monteiro comprou-me a meu senhor Flávio.

Flávio só então fez reparo em Felipe e o reconheceu.

— Estás crescido. És feliz?

— Como pode ser feliz quem é escravo? (COSTA, *A Situação* 16 fev. 1865, n. 85).

O *Semanário Maranhense* começou a circular em 1º de setembro de 1867, veiculando até 8 de setembro de 1868, com 54 edições, formadas por 8 páginas cada. O editor era Belarmino de Mattos. Era impresso por Manoel F. Pires, na Tipografia de Belarmino de Mattos, na Rua da Paz, 7. Em seu *Prospecto* consta que pretendiam deixar “um arquivo, onde se encontrem vestígios dos esforços empregados por alguns filhos desta terra, em bem da literatura e das artes” (*Semanário Maranhense*, 1 set. 1867, n. 1, p.1). Os redatores afirmaram ainda que faltavam jornais que versassem sobre a Literatura no Maranhão e esse jornal

preencheria essa lacuna, tomando por normas os periódicos maranhenses, de São Luís: *Jornal de Instrução e Recreio* (1845-1846), *O Arquivo* (1846), *Revista Universal Maranhense* (1846-1850). Para esses redatores, o jornal equiparava-se ao livro, sendo aquele mais popular que este: “O jornal, que é a forma mais popular do livro, deve ser a arena onde venham ensaiar as forças todos aqueles, que estão dispostos a trabalhar” (*Semanário Maranhense*, 1 set. 1867, n. 1, p.1).

Conforme mencionamos no início desta tese, parte da crítica declara que o romance maranhense teve início com esse jornal; outra parte, considera o nascimento do romance maranhense mais tardiamente, entre 1870 e 1881. Nossa pesquisa, em jornais, retroagiu o começo do romance do Maranhão para 1845, com o romance *Eponina*, de Augusto Frederico Colin, além disso apresentamos muitos outros publicados antes de 1868.

Esse jornal foi mais uma tentativa de imprensa literária em São Luís, no modelo do *Jornal de Instrução e Recreio*, *O Arquivo* e da *Revista Universal Maranhense*, mas o resultado também não foi bom, uma vez que seguiu o mesmo destino de parar de circular em um ano, como aconteceu com seus antecessores. O resultado dessa última tentativa, dentro do Primeiro Ciclo da Literatura Maranhense, não agradou nem a seu idealizador, uma vez que se referiu ao periódico e a seus antecessores, como produtos que não condiziam com a capacidade intelectual dos jornalistas maranhenses, desta forma:

O *Semanário Maranhense* não passou de tentativa malograda, e alguns pequenos jornais de literatura fugitiva, fundados por estudantes do Liceu, de escassa circulação e existência fugaz, por forma alguma representam a grande vitalidade intelectual e a superioridade de estudos literários dos jornalistas maranhenses (SERRA, 2001, p. 62).

Joaquim Serra foi muito rígido, ao falar sobre esse jornal, porque, mesmo circulando por um curto período, foi constante a presença dos romances de Sabbas da Costa, além de poesias de muitos escritores maranhenses, como Sousândrade, que ensaiava seu *Guesa Errante*.

Esse jornal também não foi apenas literário, posto que divulgava notícias de outras províncias e do exterior e comentava-as, na sessão *Crônica Externa*, de Reimar; e na *Crônica Interna*, de Castellamare, veiculava notícias e reflexões a respeito do Maranhão. Isto é, o jornal publicava o mesmo tipo de crônica que os demais, geralmente, veiculavam no *Folhetim*, mas como *O Semanário* não apresentava esse espaço, as crônicas jornalísticas, bem como todos os que foram publicados nesse periódico ocupavam o corpo do jornal.

Na Crônica Interna de 1º de setembro, de Castellamare (Joaquim Serra), o cronista mostrou-se impaciente com a falta de acontecimentos para noticiar, além disso estava incomodado com a escassez de produção literária que pairava sobre a província, questionou sobre o que faziam os escritores que não escreviam, e se o faziam não organizavam seus escritos, viviam perdidos, com exceção de alguns poetas, como Sousândrade, além do escritor Gentil Braga. Apelou para que se escrevesse mais, independente das adversidades da vida, além de ressaltar o valor da Literatura “o belo” que aparentemente utópica em um tempo “amanhã será uma realidade muito reverenciada”. Dessa forma, o cronista instigava os compatriotas para o exercício da Literatura, em vista de não acreditar que eles haviam deserdado. Precisavam realmente se organizar em relação a essas publicações, porque, em sua maioria, ficavam soltas pelos jornais, como escritos independentes, descontínuos:

[...] onde estão tantas obras, que o público espera impaciente; e o que fazem tantos escritores festejados e bem queridos em nosso mundo literário?

Uns dormem o sono da morte, e as suas obras jazem esparsas, mau grado a ansiedade pública; outros descansam mergulhados em um ócio repreensível, quando competia-lhes apresentar os frutos que foram profetizados por lindíssimas flores.

Poucos, bem poucos trabalham, e esses mesmos tomados de um desânimo latente, e como que envergonhados das horas, que dedicam aos estudos literários.

Trajano Galvão e Franco de Sá não têm ainda as suas obras colecionadas; Dias Carneiro, Marques Rodrigues e Nuno Álvares vivem calados e perdidos na multidão.

Entre os poucos que ainda trabalham, conta-se Sousândrade a preparar os últimos cantos do seu imaginoso *Guesa Errante*, e Gentil Braga que completa a tradução de *Eloá* [poesia de Vigny] e a sua delicadíssima *Clara Verbena* (CASTELAMARE (Joaquim Serra), *Semanário Maranhense*, 1º set. 1867, n. 20, p. 8).

A crônica de Castellamare expôs o que acontecia, principalmente, em relação à prosa de ficção, em todo o Primeiro Ciclo da Literatura Maranhense. Situação causada provavelmente em vista da obsessão pela poesia que observamos nos jornais de Caxias e São Luís; além de uma possível falta de domínio dos gêneros em prosa, porque ainda estavam em construção. Dificuldade expressa inclusive pelos autores, como vimos nesta tese. Muitos dos autores que se dispuseram a escrever prosa de ficção produziram escritos curtos, ou publicaram apenas trechos; além disso, alguns se mantiveram anônimos. Houve casos em que os escritores publicaram obras completas, mas elas foram destruídas pelo tempo, uma vez que faltam muitos exemplares de jornais que continham capítulos dessas obras. Todas essas tentativas são relevantes para a História da Literatura Maranhense, visto que trazem à luz os

primórdios do romance do Maranhão; precisam, portanto ser valorizadas juntamente com os romances que ainda reinam completos nas páginas dos periódicos oitocentistas desse estado.

O medo de não ter o que publicar saiu da crônica de Joaquim Serra e continuou numa declaração do editor, na qual sugeria que fossem enviados para aquele jornal artigos a respeito de Literatura, artes e indústria, a fim de serem publicados gratuitamente. Para animar a criatividade ou alertar os prováveis colaboradores, o editor informou ainda que havia pedido escritos para:

Marques Rodrigues, Gentil Braga, Antônio Henriques, Temístocles Aranha, Antônio Rego, Heráclito Graça, Ricardo E. Ferreira de Carvalho, Sousândrade, Sabbas da Costa, Nuno Álvares e Carvalho Filgueiras, tem esperança de obter bons escritos desses Senhores, todos vantajoamente conhecidos nessa província e fora dela. O Editor (*Semanário Maranhense*, 1º set. 1867, p. 8).

O jornal manteve-se ativo por um ano. Deixou de circular, por falta de recursos, não por falta de matérias, uma vez que recebeu muitas colaborações, em atendimento ao apelo inicial do editor. O problema financeiro desse jornal pode ser em vista de manter-se apenas com as assinaturas; não publicava anúncios, além disso, era formado por oito páginas, enquanto que os outros jornais desse período tinham quatro páginas, sendo que em duas regularmente publicavam somente anúncios.

Como o periódico estava publicando o romance *Os Amigos*, de Sabbas da Costa, quando pararia de veicular, o editor permitiu que veiculassem dois exemplares extras, sem custo aos assinantes, a fim de concluir a obra. Essas informações constam na declaração de despedida, agradecimento e promessa do editor, que começa da seguinte forma:

Declaração

Com o número de hoje concluem o *Semanário Maranhense* o seu quarto trimestre e despede-se dos assinantes por não poder o editor sustentar por mais tempo a sua publicação. O editor confessa-se agradecido a todos os Senhores redatores do *Semanário*, que tão pontual e gratuitamente o auxiliaram nesta empresa e promete dar ainda aos Senhores assinantes, sem retribuição alguma, dois números do jornal, contendo a continuação e conclusão do interessante romance do Sr. Sabbas da Costa, denominado *Os amigos* [...] (*Semanário Maranhense*, 23 ago. 1868, n. 52, p. 8).

No *Semanário Maranhense*, circularam os romances de Sabbas da Costa: *Jacy* (lenda/romance maranhense), com 14 capítulos, no período de 1º de setembro a 19 de dezembro de 1867; *Jovita*, composto por 6 capítulos, de 12 de janeiro a 2 de fevereiro de

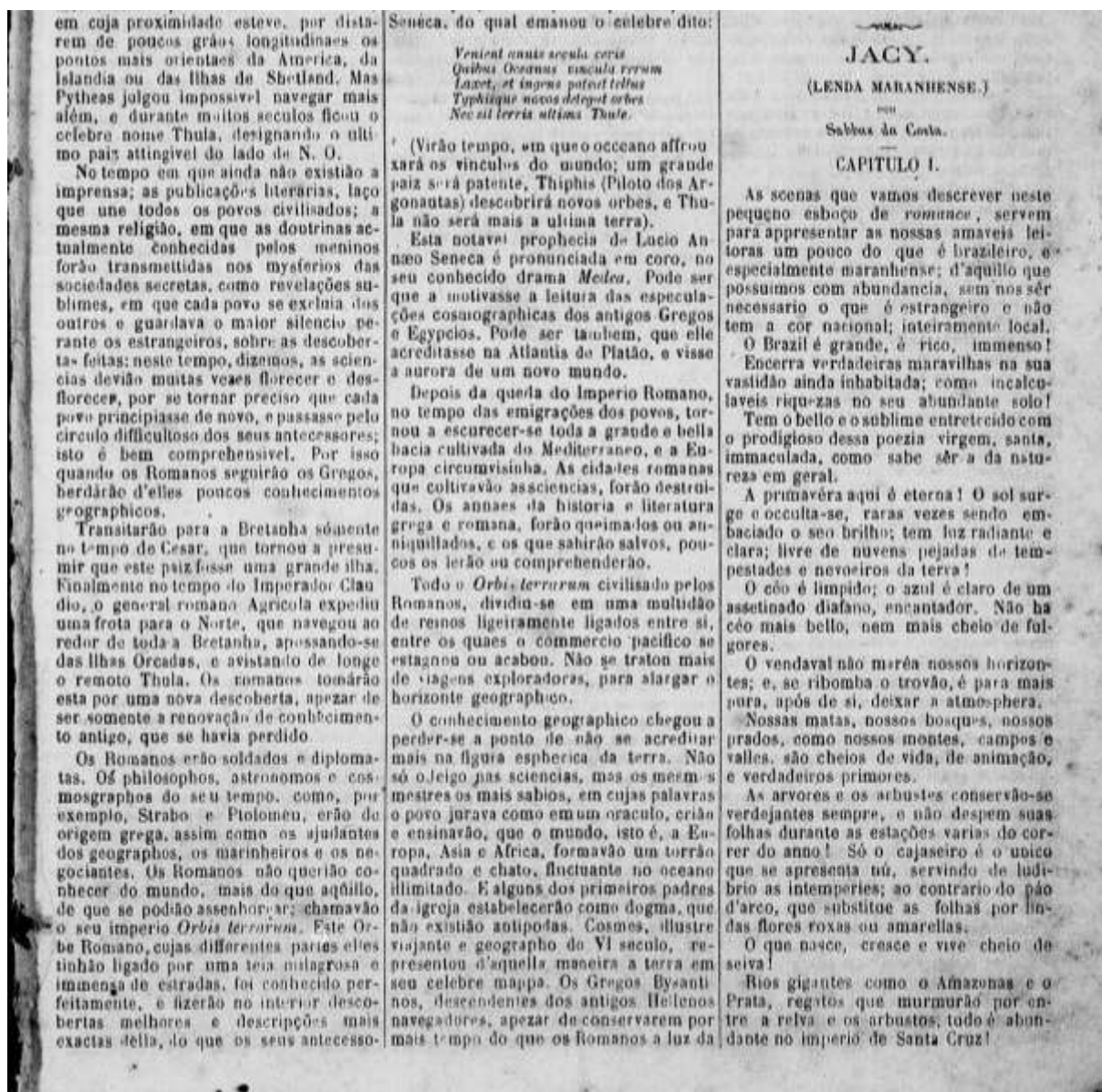
1868; *Os amigos* (romance maranhense), com 25 capítulos, de 8 de março a 8 de setembro de 1868. Parte dessas informações constam no início deste capítulo. Os títulos dessas obras são bastante divulgados, porém não encontramos registros de que tenham sido lidas, por exemplo, artigos, dissertações ou teses, nos quais tenham sido *corpus*. Parece que, como essas obras continuaram somente no jornal, não despertaram muito o desejo de leitura atualmente. Ficaram apenas com a indicação da crítica mais atual, de que representariam o início do cânone literário maranhense, em prosa de ficção; sobretudo *Jacy*, eleito pela crítica como o primeiro romance do Maranhão, porque iniciou a série de obras que Sabbas da Costa difundiu no *Semanário Maranhense*. Em vista disso, escolhemos o romance *Jacy* para verificarmos o que o autor representou nessa obra.

No exórdio dessa obra, o autor comprometeu-se a apresentar um escrito de cor inteiramente maranhense, não envolveria o estrangeiro, nem as outras províncias brasileiras. Dirigiu-se especialmente às leitoras:

As cenas que vamos descrever neste pequeno esboço de romance, servem para apresentar as nossas amáveis leitoras um pouco do que é brasileiro, e especialmente maranhense; daquilo que possuímos com abundância, sem nos ser necessário o que é estrangeiro e não tem a cor nacional; inteiramente local (COSTA, *Semanário Maranhense*, 1º set. 1867, p. 3).

O romance *Jacy* discorre sobre índios, ciganos, negros e brancos, que ocupavam o espaço maranhense, na década de 1840, entre Coroatá, Codó, Caxias, Rosário, São Bento e São Luís; com seus costumes, fragilidades e defeitos, que desencadeavam conflitos; fugindo do estereótipo de heróis, vítimas ou algozes. Cada grupo lutava para resolver as questões que os incomodavam, de acordo com o que parecesse adequado naquele contexto; embora muitas vezes não fossem decisões sensatas.

Figura 108 - Início do romance *Jacy* (*Semanário Maranhense*, 1º set. 1867, n. 1, p. 3)



Fonte: <http://memoria.bn.br/>.

Os índios descritos no romance eram os tapuias, inimigos dos gamelas, timbiras e guajajaras. Foi representado com seus costumes (moradias, crenças, danças, bebidas); mas não era o índio apenas coletor de seu sustento na natureza, como a História o apresenta muitas vezes, pois sobrevivia mais a custas de assaltos que praticavam constantemente às fazendas de produtores de algodão, milho e feijão e criadores de pequenos animais; às vezes, sendo feridos ou mortos em confronto com escravos defensores desses latifúndios, como observamos nesta fala do cacique Ibakeocu:

— Meus filhos, grande desgraça Tupã nos atirou para esmagar nossas glórias ganhas a inimigos. Os bravos que deviam nos trazer o que necessário é a nossa taba, dando correrias nas fazendas vizinhas foram desbaratados, foram mortos! (COSTA, *Semanário Maranhense*, 6 out. 1867, n. 6, p. 4).

Quando Augusto Monteiro, um dos fazendeiros, foi eleito governador da província, Hermenegildo, outro fazendeiro, que era assaltado, em média, duas vezes por semana pelos índios, foi à capital em busca de uma providência. A solução encontrada foi uma tentativa de catequizá-los. Levaram-nos para São Luís, com a ajuda de Bento José, filho de africano com tapuia. Apenas dois indígenas viram essa ação como escravidão e resistiram: Madu, que preferiu morrer; e Seemira, mãe de Abaguaçu, que se recusou a ir com os expedicionários, mas faleceu no incêndio da aldeia, provocado pelos soldados da expedição.

Na capital, muitos índios morreram em pouco tempo, acometidos por doenças ou pela falta de adaptação; além disso, sofreram violência cultural, como serem batizados, com exceção dos protagonistas Jacy e Abaguaçu. O cacique Abaguaçu ao ver a filha Tatyara morta, deu cabo da própria vida. Jacy voltou para a destruída tribo Tupi, levando as cinzas do marido e da filha. Mas ela também faleceu, exausta da viagem e de tristeza. Quando a província trocou de governador, muitos desses índios foram recrutados para a Armada do Estado e enviados para o Rio de Janeiro. A obra é, portanto, também uma crítica às soluções encontradas pelo branco na tentativa de adaptar o índio aos costumes europeus: “Ainda não havia dois meses, que os matreiros estavam na cidade, já tinham falecido mais de cem atacados de epidemia devido a mudança de comidas, de usos e costumes” (COSTA, *Semanário Maranhense*, 1º dez. 1867, p. 3).

Conforme Botelho (2010), tribos inteiras de índios eram levadas para perto de cidades e vilas, como uma forma de escravizá-las com o consentimento do “estado português e da igreja”. A partir de 1757, com a revogação do Alvará do Marquês de Pombal, que libertava os indígenas da escravidão, desde 1857, os índios que atacavam fazendas e povoados podiam ser escravizados, em vista de serem considerados bárbaros e perigosos. Acabaram sendo “exterminados pela guerra, pela escravidão ou pela discriminação” (BOTELHO, 2010, p. 16).

Os ciganos também buscavam seu sustento surrupiando as fazendas, no entanto em vez de travarem brigas, usavam a sedução de Esperanza, que entabulava conversas, supostamente propondo algum negócio a fazendeiros e feitores, enquanto os demais pegavam o que podiam, desarmavam o acampamento e continuavam a viagem: [Os ciganos seguiram viagem] de alforjes recheados de carne de porco, galinhas, patos e de muitas outras aves apanhadas e mortas às ocultas” (COSTA, *Semanário Maranhense*, 15 set. 1867, p. 3). A

sedutora também não teve um final feliz, pois José Gaspar, o feitor da fazenda Santo Ângelo, encantado com a jovem, uniu-se aos ciganos até que ela engravidasse, mas fugiu no dia do casamento, que seria realizado em Caxias. Esperanza ficou louca e faleceu sem ter forças para ter o filho. Calisto, irmão da jovem, ao reencontrar Gaspar, matou-o.

Os escravos foram representados de várias formas, com destaque pela violência como combatiam os índios, uma vez que feriam, mutilavam e matavam os tupis, em nome da proteção dos negros e das fazendas para as quais trabalhavam, como Jacinto, filho do capataz da fazenda Santo Ângelo. Sem embargo, quando os negros eram foragidos e formavam quilombos, estes tornavam-se invasores de fazendas e seriam combatidos pelo governo. Parte do combate entre negros e índios foi apresentada desta forma:

Os índios surpreendidos e vendo caírem mortos e feridos os companheiros valentes, redobravam de ardor e sequiosos de vingança, arremessavam-se contra Jacinto e os seus iguais, impelidos talvez pelo destino. Negros e gentios confundidos, transtornados, tintos de sangue, calçando aos pés mortos e moribundos, davam berros tremendos que repercutiam pelo espaço, como trovões no céu! Eram selvagens batendo-se com selvagens, que melhor diríamos: eram feras exterminando feras. Foi uma carnificina horrenda! Nem as mulheres escaparam a matança! (COSTA, *Semanário Maranhense*, 29 set. 1867, n. 5, p. 3).

Na maioria dos romances originais que lemos nesta tese, apesar do tom antiescravagista presente; o escravo foi representado como um ser que defendia os valores de seus donos. O romance que descreveu o escravo arquitetador de fugas ou revoltas *A Cabana de Pai Tomé*, não se manteve nas páginas dos jornais. Tratar do assunto com cautela, pode ser uma estratégia dos escritores para facilitar a chegada dessas obras aos leitores, bem como para viabilizar a aceitação dessas entre parte do público leitor, que, em grande maioria, era proprietário de escravos. Com esse comportamento prudente, os escritores conseguiam aos poucos “regar a semente da abolição”, através da circulação de seus escritos.

Na verdade, entre os escravos negros e seus donos, conforme Boris Fausto (1995), existiam muitos conflitos, em vista de, assim como os índios, os negros também se oporem à escravidão, por isso agrediam seus senhores, fugiam, e formavam quilombos, onde se organizavam de forma semelhante à que viviam na África:

Seria errôneo pensar que enquanto os índios se opuseram à escravidão, os negros a aceitavam passivamente. Fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores, resistência cotidiana fizeram parte das relações entre senhores e escravos, desde os primeiros tempos. Os quilombos, ou seja,

estabelecimentos de negros que escapavam à escravidão e recompunham no Brasil formas de organização social semelhantes às africanas, existiram às centenas no Brasil colonial (FAUSTO, 1995, p. 52).

Outro romance em que também existem ciganos foi propalado no jornal *O Eco da Verdade*. Desse periódico só existe cópia da edição 10, veiculada em 26 de março de 1860. O exemplar pertencia a Cândido Mendes, pois seu nome está assinado numa das páginas. O periódico era impresso na Tipografia do *Progresso*, por Belarmino de Mattos. Nessa edição, começa, no corpo do jornal, o romance *A floresta, ou o roubo, assassinato e desfloramento dos ciganos* – romance histórico, assinado por *Um Maranhense*. De acordo com o pequeno prefácio do romance, essa seria a primeira obra de “um jovem esperançoso” (*Eco da Verdade*, 26 mar. 1860). A temática desse escrito era diferente das habituais daquele período. Narra que um grupo de ciganos chegou, à noite, numa floresta, perto da vila de Anapurus, Maranhão. Eles acomodaram os animais e as crianças e foram dormir. Quando a donzela sonhava que estava sendo atacada e se defendendo; e o chefe da equipe também sonhava que defendia a jovem, o grupo foi atacado por Barriga-Lisa e seus cangaceiros. Não existem mais cópias dos jornais que continuariam a história.

O quadro seguinte resume a circulação dos romances originais maranhenses encontrados em nossa pesquisa, com seus respectivos autores, quando possível; os períodos de circulação e os jornais em que veicularam.

Quadro 15 - Romances originais maranhenses publicados nos jornais

Romance	Autor	Período	Jornal
Eponina	Augusto Frederico Colin	4 nov. 1845	Jornal de Instrução e Recreio (1845-1846)
Agápito	Gonçalves Dias	28 fev. - out. 1846	O Arquivo (1846)
Os mistérios de uma tarde	Ricardo A. C. de F	11, 14 fev. 1851	A Marmota Maranhense (1850-1851)
Maneca e seus amores	Raul	9 -16 nov. 1861	Publicador Maranhense (1842-1880)
O Diabo	João Clímaco Lobato	22 jan. - 10 mar. 1856	O Constitucional (1851-1864)
O cego D'Ipujuga (incompleto)	João Clímaco Lobato	7 set. 1857 - 27 set. 1857	A Estrela da Tarde (1857)
A floresta, ou o roubo, assassinato e desfloramento dos ciganos – romance histórico (incompleto)	Um Maranhense	26 mar. 1860	O Eco da verdade (1860)
O rancho de Pai	João Clímaco Lobato	17 - 25 jul. 1862	Porto Livre (1862-1865)

Tomé ou a Escravatura no Brasil (interrompido)			
Os Mistérios da Vila de São Bento (incompleto)	João Clímaco Lobato	5 ago. 1862 - 2 jan. 1863	Porto Livre (1862-1865)
Gupeva (incompleto)	Maria Firmina dos Reis	25 nov. 1861 - 13 jan. 1862	O Jardim das Maranhenses (1861-1862)
Gupeva	Maria Firmina dos Reis	9 fev. - 21 maio 1863	Porto Livre (1862-1865)
Gupeva	Maria Firmina dos Reis	12 mar. 2 abr. 1865	Eco da Juventude (1864-1865)
Jacy	Sabbas da Costa	1 set. - 19 dez. 1867	Semanário Maranhense (1867-1868)
Jovita	Sabbas da Costa	12 jan. - 2 fev. 1868	Semanário Maranhense (1867-1868)
Os amigos (romance maranhense)	Sabbas da Costa	8 mar. - 8 set. 1868	Semanário Maranhense (1867-1868)

Fonte: Arquivo pessoal.

Esta pesquisa lançou luz sobre uma parte da Literatura Maranhense ainda desconhecida ou pouco comentada, no entanto, muito importante para a história da cultura desse estado, uma vez que representa os primórdios do romance maranhense, que teve sua origem nos jornais, e nesse suporte ficou esquecido, em vista de a maioria dessas obras não terem veiculado também no suporte livro posteriormente; bem como porque muitos de seus autores não pertencem ao cânone literário, ou se pertencem não figuram como autores de romances.

Comprovamos, neste capítulo que existe um Sistema Literário do Maranhão, em prosa de ficção, entre 1832 e 1868, considerando autores e obras publicadas nos jornais, visto que, encontramos romances, contos, crônicas e escritos sem denominação de gêneros, que versavam a respeito de questões políticas, sociais e culturais maranhenses e brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese, cuja questão central é: Quais obras em prosa de ficção circularam e foram divulgadas, nos jornais de São Luís e de Caxias, no Primeiro Ciclo da Literatura no Maranhão (1832-1868), considerando a representação dessas obras para o contexto político-social maranhense e a possibilidade da formação de um Sistema Literário do Maranhão?, permite-nos chegar a algumas conclusões ora apresentadas.

Verificamos que os jornais maranhenses apropriaram-se e puseram em circulação a prosa de ficção estrangeira, a partir de 1839, por meio das práticas de tradução, adaptação, resumo ou fragmento; nos gêneros romances, contos, crônicas e sem indicação de gênero; originária, principalmente, da França e de Portugal, porém, surgiram também escritos da Espanha, Alemanha, Estados Unidos e Argentina. As obras eram da autoria de escritores consagrados ou não; com temáticas sobretudo históricas e de amor.

Entre essas obras encontramos, nos jornais de São Luís, entre outras, as francesas: *Branca de Beaulieu*, de Alexandre Dumas, pai; *Leonor de Montefeltro*, de Alph Royer; *O Corcunda*, de Paul Féval; portuguesas: *Viagens na minha terra*, de Almeida Garrett, *A filha do Dr. Negro*, de Camillo Castelo Branco; espanhola: *A mão de uma espanhola*, por Hip Etiennez; alemã: “O tanoeiro de Nuremberg” (conto fantástico), de Hofman; norte-americana: *O Bravo*, de Feenemore Cooper; e argentina: *Amália*, de José Mármol. Nos jornais de Caxias, entre as obras veiculadas, destacamos as traduções de *Hervé* (da França), de Daniel Stern; *A Condessa Lavallette* (da Espanha), de M. Mercier; e *Teatros*, anônimo (da Itália).

Os jornais tinham acesso às traduções, através de outros periódicos, como *Diário do Rio de Janeiro*; *Correio Mercantil*, da Bahia; *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro; *Política Liberal*, de Lisboa; *Comércio do Porto*; *Diário de Pernambuco*. Muitas vezes não informavam as fontes das traduções, o que pode ser um indício de que tinham tradutores entre seus redatores. Esses profissionais, ocasionalmente, eram mantidos anônimos, identificados apenas com as iniciais e asteriscos, ou ainda figuravam como autores dos escritos. Encontramos como tradutores: M. da C., e M. E. de C. Menezes, no *Jornal Maranhense*; M. da G., Gonçalves Dias, João Duarte Lisboa Faria, R. A. C. (Roberto Augusto Colin), A. R. (Antônio Rego), L.A.V.S. (Luís Antônio Vieira da Silva) e A. H. L. (Antônio Henriques Leal), nos periódicos *Jornal de Instrução e Recreio* e *O Arquivo*; César Augusto Marques, no jornal *O Constitucional*. O tradutor que mais se destacou foi Antônio Rego, que verteu prosa de ficção longa ou curta para diversos jornais. Além dos mencionados aqui, exerceu essa função também para *O Progresso* e *Revista Universal Maranhense*. Houve também nos

jornais maranhenses, veiculação de escritos brasileiros de outras províncias, por exemplo: o romance *Rosa*, de Joaquim Manoel de Macedo, no *Jornal Caxiense*.

A partir de 1850, os tradutores maranhenses tiveram mais destaque nas obras, posto que seus nomes começaram a aparecer nas primeiras páginas dos jornais-livros, às vezes, acrescidos de mais informações, como suas origens e onde estudavam, assim aconteceu, por exemplo, com Augusto César Marques, quando traduziu *Maria de Kebouare*, do escritor francês Júlio Sandeau (1811-1883), para o jornal *O Constitucional*, em 1854. O tradutor foi apresentado desta forma: “Tradução de Augusto César Marques, natural do Maranhão, e estudante do 5º ano da Academia de Medicina da Bahia” (*O Constitucional*, 26 abr. 1854, n. 27, p.1).

A prosa de ficção estrangeira, assim como a brasileira, surgia nas sessões *Folhetim*, *Literatura* e *Variedades*, ou no corpo do jornal, independente, com seu título, atraindo os leitores para si, bem como para as demais tipologias textuais presentes no suporte. Além desses modos de circulação, que eram comuns na Corte e em outras províncias, alguns jornais maranhenses, como *O Progresso*, *O Porto-Franco*, *Porto Livre* e *O Constitucional*, inovaram, criando a forma que denominamos, nesta tese, de jornal-livro: publicação no rodapé, com a disposição das páginas de forma que a obra poderia ser organizada no formato brochura, aproximando-se do suporte livro, na aparência, bem como na durabilidade, uma vez que dessa forma, não seria descartada, como geralmente acontecia com os periódicos.

Nos jornais aqui analisados, de São Luís e de Caxias, comprovamos que existiu a divulgação da prosa de ficção, através de anúncios, notícias, biografias e Projetos de Leitura. Entre esses modos de divulgação, a novidade foram os Projetos de Leitura, uma espécie de “marca incentivadora de leitura”, que selecionava e divulgava os livros, em sua maioria romances, colhia assinaturas e distribuía os produtos aos leitores.

Nesses modos de divulgação, os livros apareciam em situações diversas, como de compra e venda; novos e usados; completos ou em folhetos; perdidos e procurados. Transpareceu ainda o incômodo dos leitores que emprestavam seus livros e não os recebiam de volta, sujeitando-se a publicarem anúncios-ameaça, na tentativa recuperá-los. As diversas situações envolvendo livros e leitores, como repetidos anúncios em busca de algumas obras, transparecem também a escassez de prosa de ficção no mercado livreiro, apesar de as tipografias se disponibilizarem a imprimir-los. Esse comportamento pode ser em vista de até a metade do século XIX existir pouca produção de livros no Brasil, fato que também inibia a crítica desses nos jornais, conforme Broca (1979, p. 72): “É verdade que até por volta de 1855 a produção livresca muito escassa quase não comportava uma crítica em tais condições”.

Para a Literatura, o jornal não é apenas um suporte, visto que a forma como apresenta os escritos literários é inerente ao periódico, ajudando a contar suas histórias de uma forma peculiar, que fora desse não teriam o mesmo encanto e riqueza. Literatura e jornais caminhavam juntos, um completando e até protegendo o outro, como no caso dos jornais que a utilizavam como “carta de recomendação”, (ocorrido com *O Farol*, de Caxias), diante do poder público, a fim de que funcionassem e depois até circulavam a Literatura também, mas apresentavam os desmandos dos governantes, mesmo correndo riscos de retaliações que se confirmavam. Ou ainda os periódicos que deixavam de circular, quando estavam publicando romances e estes continuavam em outros jornais, a exemplo do *Publicador Maranhense* que continuou *O rei de ouros*, iniciado no *Jornal Maranhense*.

Em vista dessa imbricação suporte x prosa de ficção, bem como pela teoria História Cultural, estudada por Chartier (2002), em que nos baseamos para esta pesquisa, segundo a qual todas as instâncias que colaboram a fim de que o escrito chegue ao leitor precisam ser valorizadas, as histórias desses suportes também foram contadas, juntamente com as histórias da prosa de ficção ali veiculada ou anunciada.

Confirmamos que existe um Sistema Literário do Maranhão, em prosa de ficção veiculada nos jornais, no século XIX, formado por romances, contos, crônicas e escritos sem denominação de gênero; inéditos, publicados completos ou apenas em trechos, nos periódicos de São Luís. Esse Sistema teve início em 1845, com o romance *Eponina*, de Augusto Frederico Colin, publicado em 4 de novembro de 1845, no *Jornal de Instrução e Recreio*.

A prosa de ficção inédita ou original, tomada nesta tese, diz respeito aos escritos encontrados somente nos jornais maranhenses e que, mesmo com rumores de que foram publicados em livros, estes não foram encontrados. Esses escritos são da autoria de maranhenses ou de pessoas de outros lugares, todavia, por longos períodos moraram no Maranhão, exercendo cargos públicos, por exemplo, e de alguma forma se envolveram com os jornais da província, como tradutores, redatores editores; e, sobretudo, publicaram seus escritos nesses suportes.

Há casos em que hoje essas obras estão incompletas em vista da deterioração dos jornais, como *A floresta, ou o roubo, assassinato e desfloramento dos ciganos* (romance histórico), por Um Maranhense, que circulou no *O Eco da Verdade; e O Cãozinho* (romance/novela), de Sabbas da Costa, no jornal *A Situação*. Em outras situações, a publicação foi interrompida, provavelmente, em vista de ampliar demais as questões político-sociais, desagradando parte da sociedade que se beneficiava com a falta de solução do problema; foi o caso do romance *O rancho do Pai Tomé ou a Escravatura no Brasil*

(romance), de João Clímaco Lobato, que veiculou no *Porto Livre*, mas logo depois dos capítulos iniciais, sem justificativa, a publicação foi suspensa.

Entre as obras que foram publicadas completas nos periódicos, encontram-se: no *Jornal de Instrução e Recreio*, “Lembranças de uma tarde” e “A Amizade”, de Luís Antônio Vieira da Silva; *Eponina*, romance do maranhense Augusto Frederico Colin; “Uma página do meu álbum”, de José Joaquim Ferreira do Valle; no *Publicador Maranhense*, *Maneca e seus amores* (romance), de Raul; no periódico *O Constitucional*, *O Diabo* (romance), de João Clímaco Lobato; “A borboleta do lago” (conto), de Gamaliel, e *Jacy, Jovita e Os amigos*, romances de Sabbas da Costa, publicados no *Semanário Maranhense*. Das obras que foram veiculados apenas fragmentos, a que mais gerou “rumor intelectual” (BOURDIEU, 2011), foi *Agápito*, de Gonçalves Dias, em vista da angústia que aparentemente o romance causava no escritor, entre outras possibilidades, porque ele teria se apropriado da vida alheia para compor sua história e as pessoas que o inspiram ainda estarem vivas ou não.

Na prosa de ficção maranhense descoberta nesta tese, geralmente, houve representação da realidade maranhense, bem como brasileira, em sua maioria sem “relação imediata e transparente com as práticas que designa” (CHARTIER, 2011b, p. 15). Assim, foram tratadas questões como escravidão, costumes, economia, guerras e indígenas; ainda assim, quase sempre envoltas em histórias de amor. Dessa forma, conhecemos casais nos romances maranhenses oitocentistas, que poderão tornar-se conhecidos na Literatura Brasileira, através desta pesquisa ou da leitura nos próprios jornais, visto que não circularam no suporte livro; por exemplo: Eponina e Bruno Tavares, de *Eponina*, romance de Augusto Frederico Colin; Manoel e Sylvia, de *Maneca e seus amores*, de Raul; Carlos e Jovina, de *O Diabo*, de João Clímaco Lobato; Jacy e Abaguaçu, de *Jacy*, de Sabbas da Costa; Flávio e Matildes, de *O Cãozinho*, também de Sabbas da Costa. Os escritores maranhenses estavam atualizados com as tendências literárias da época, uma vez que expressavam-se conforme os preceitos do Romantismo.

Com a leitura e análise desses escritos, inferimos que romance para os escritores maranhenses do século XIX, era uma história longa ou curta, dividida em capítulos, numerados ou nomeados, que em torno de uma história de amor com final feliz ou não, representava questões político-sociais, em sua maioria, de uma forma amena e circundada pela natureza. Outra particularidade desse gênero era absorver os demais, assim encontramos músicas, poesias, e cartas, ornando e complementando esses escritos.

O romance foi o gênero preferido pelos escritores maranhenses que publicaram prosa de ficção nos jornais, embora demonstrassem dúvidas, a respeito dos gêneros a que

pertenciam seus escritos, acabavam, declarando, às vezes, após o último capítulo que se tratava de um romance, como fez Raul, em *Maneca e seus amores*; houve quem timidamente o classificou como “esboço de romance”, é o caso de Sabbas da Costa, em *Jacy*. Augusto Frederico Colin e João Clímaco Lobato, não apresentaram indecisão quanto a nomeação dos gêneros em suas obras, declararam-nos pertencentes a esse gênero logo no início das publicações.

Com esta tese, esperamos que a história de circulação e divulgação da Literatura nos jornais maranhenses do século XIX torne-se conhecida, em vista de transparecer a História de Leitura e dos Leitores, desse estado; bem como o início da História da Literatura Maranhense em prosa de ficção, que até então permanecia esquecida nos periódicos. Este estudo pode representar também uma mudança na forma como a História da Literatura Brasileira reporta-se ao Maranhão desse período como um “berço de poesias”; porque, agora sabemos que o romance maranhense nasceu no mesmo contexto, sendo um gênero forte, divertido e bem integrado às tendências políticas, artísticas e filosóficas, que norteavam o Romantismo. Ou seja, o romance maranhense nasceu romântico, e muitos anos antes do que declaram os estudos que não levam em consideração os jornais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. (Org.). **Trajetórias do romance**: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. Campinas: Mercado de Letras, 2008, p. 497-522. (Histórias de Leitura).

_____. Letras, belas-letas, boas letras. In: BOLOGNINI, Carmem Zink (Org.). **História da literatura**: o discurso fundador. Campinas: Mercado de Letras, ALB, Fapesp, 2003.

_____. **Os caminhos dos livros**. São Paulo: FAPESP/Mercado de Letras, 2012.

ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista**. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1893. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/search?filtertype=dc.title_t&filter=A+moreninha&submit_search-filter-controls_add=Buscar>. Acesso em: 24 jan. 2015.

_____. **Sonhos D'ouro**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998 (Série Bom Livro).

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. DEL PRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. Contexto: São Paulo, 2006, p. 45-77.

AUGUSTI, Valéria. **Trajetórias de consagração**: discursos da crítica sobre o romance no Brasil Oitocentista. 2006. 156 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

AYCARD, Marie (Jean-Pierre Marc Perrin). Dois amores a um tempo. **Brado de Caxias**: Trono e Liberdade, 22-29 nov. 1845.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**: A teoria do romance. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e José Pereira Júnior et al. 17. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. (Linguagem e Cultura).

BARBERO, Jesús Martín. **Dos meios às mediações**: Comunicação, cultura e hegemonia. 7. ed. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. A introdução às *Cartas Chilenas* ou *Epístola a Critilo* e a murmuração da corte no primeiro reinado. **Veredas 19**. Santiago de Compostela, 2013, pp. 201-236 Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/en/artigo/introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0s_cartas_chilenas_ou_ep%C3%ADstola_critilo_e_murmura%C3%A7%C3%A3o_da_corte_no_primeiro_reinado>. Acesso em: 20 jul. 2015.

_____. **Jornal e literatura**: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

_____. **O conceito de literatura nos periódicos e jornais do século XIX**: um estudo dos jornais paraibanos. 2005. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/estudos.html>>. Acesso em: 26 out. 2013.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**: áulico, anatômico, arquitetônico [...]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 -1728. 8 v. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Athenas equinocial**: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. 2009. 334 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Impacto, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Leitura: uma prática cultural – diálogo entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. 2. ed. Tradução de: Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BROCA, Brito. **Românticos, pré-românticos, ultrarromânticos**: vida literária e romantismo brasileiro. São Paulo: Estética, 1879.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: Momentos decisivos. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2012.

_____.; CASTELLO, José Aderaldo. **Presença da literatura brasileira**: das origens ao realismo. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CARVALHO, Antônio dos Reis. A Literatura Maranhense. **Biblioteca Internacional de Obras Célebres**. v. XX, p. 9737-9756. Sociedade Internacional: Rio de Janeiro, 1912.

CASTELLAMARE, Pietro de (Joaquim Serra). “Eloá” tradução parafrástica de Flávio Reimar. **Semanário Maranhense**, 12 jan. 1868, n. 20, p. 2-3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=720097>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

CHARTIER, Roger. Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literatura. In: ROCHA, João César de Castro (Org.). **Roger Chartier**: A força das representações: história e ficção. Chapecó: ARGOS, 2011a, p. 21-53.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011b. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturals/nocaoderepresentacao.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. **Práticas da leitura**. 2. ed. Tradução de: Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2011c.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturals/nocaoderepresentacao.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Tradução de: Maria Manuela Guelhardo. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002. (Memória e Sociedade).

_____. **Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit.** Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

_____. Entrevistado por Robert Darton. **Matrizes.** São Paulo, a. 5, n. 2, p. 159-177, jan./jun., 2012. Disponível em: <www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/download/342/pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

_____. **Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura.** Tradução de Luzmara Cursino Ferreira. São Paulo: UNESP, 2005.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime.** Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**, v.11, n. 5, 1991. p. 173-191. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

COLIN, Augusto Frederico. Eponina (Romance original). **Jornal de Instrução e Recreio**, São Luís, p. 164-167, 4 nov. 1845, n. 21. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=703117&PagFis=15&Pesq=>>>. Acesso em: 5 set. 2013.

COSTA, Carlos. **A Revista no Brasil do século XIX: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro.** São Paulo: Alameda, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** 6. ed. São Paulo: UNESP, 1999.

COSTA, Sabbas da. Jacy. **Semanário Maranhense**, São Luís, 1 set./1 dez. 1867. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=720097>>. Acesso em 11 jul. 2016.

_____. O Cãozinho. **A Situação**, São Luís, 19 jan./15 abr. 1865. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=761338>>. Acesso em: 2 out. 2016.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil.** 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução.** Tradução de Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

DEL PRIORE, Mary. Entrevista História do amor. In: **Revista Cult**, São Paulo, maio 2010. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/05/historia-do-amor-no-brasil>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

DIAS, Antonio Gonçalves. Agápito, (Fragmentos de um romance inédito). **O Arquivo**, São Luís, 28 fev./ 31 out. 1846. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/outrosetados/O%20ARQUIVO%20-%201846.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

DUMAS, Alexandre. **Les frères corses; Othon l'archer; Murat**. Paris: Coppin, 1853. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k61196314.r=Othon+l%20archer.langPT>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

_____. **Othon l'archer chronique des bords du Rhin**. Disponível em: <http://www.ebooksgratuits.com/pdf/dumas_othon_archer.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2014.

_____. **Othon l'archer**. Paris: Dumont, 1840. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=uIcGAAAAQAAJ&printsec=frontcover&output=rader&hl=pt_BR&pg=GBS.PP7>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. **Othon, el arquero**. Tradução para o século XIX de: José Maria Flores Berdad. México: Implenta de Ignacio Cumplido, 1850. Disponível em: <<https://archive.org/stream/othonelarquero00verdgoog#page/n9/mode/2up>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. **Othon, o arqueiro**. São Paulo: Saraiva, 1956. Disponível em: <<http://www.estantevirtual.com.br/b/alexandre-dumas/othon-o-arqueiro/1683059856?q=Othon+o+arqueiro&offset=2>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

FALCI, Miridan Kincox. Mulheres do sertão nordestino. DEL PRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. Contexto: São Paulo, 2006, p. 241-277.

FARIAS, Virna Lúcia Cunha de. **Machado de Assis na imprensa do século XIX: práticas, leitores e leituras**. 2013. 238f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1995.

FERREIRA DO VALE, José Joaquim. “Uma página do meu álbum”, **Jornal de Instrução e recreio**, São Luís, p. 185- 186, 20 jan. 1846. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=703117&PagFis=15&Pesq=>>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, 63ºano, no 3, jul.-set.1969, p. 73-104. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/276782/mod_resource/content/1/Foucault%20Michel%20-%20O%20que%20%C3%A9%20um%20autor.pdf>. Acesso em 20 fev. 2015.

FRIAS, José Maria Correia de Frias. **Memórias sobre a tipografia maranhense**. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001. (Maranhão Sempre).

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 3. ed. EDUSP: São Paulo, 2012.

HEINEBERG, Ilana. Miméticos aclimatados e transformadores: trajetórias do romance-folhetim em diários fluminenses. In: ABREU, Márcia (Org.). **Trajetórias do romance:**

circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. Campinas: Mercado de Letras, 2008, p. 497-522. (Histórias de Leitura).

HOHLFHELDT, Antonio. **Deus escreve direito por linhas tortas: o romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. (Memória das Letras).

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **A Balaiada**. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Tudo é História).

JORGE, Sebastião. A censura na imprensa do Maranhão. **Revista Cambiassu**, São Luís, v. XVI, n. 2, jan./dez. de 2006. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CCQQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.cambiassu.ufma.br%2Fambi_2006%2Fsebastiao.pdf&ei=CwnmVLiENoySsQTa_IKICw&usg=AFQjCN EWCj6XXD1oWa2IUssqdmciBuBZ5g&sig2=osMcXPxMi3R9-_po8GHw_A&bvm=bv.85970519,d.cWc>. Acesso em: 19 set. 2014.

LEAL JUNIOR, José da Silva Mendes. **Biografia do ator brasileiro Germano Francisco de Oliveira**. Tipografia do *Progresso*: São Luís, 1862.

LEAL, Antônio Henriques. **Obras póstumas de A. Gonçalves Dias**. Tipografia de Belarmino de Mattos: São Luís, 1868, v. 3. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/search?filtertype=*&filter=Obras+p%C3%B3stumas+de+gon%C3%A7alves+dias&submit_search-filter-controls_add=Buscar>. Acesso em: 12 jan. 2015.

LOBATO, João Clímaco. *O Diabo*. **O Constitucional**, São Luís, 22 jan. – 10 mar. 1856. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=823317>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. O rancho do Pai Tomé ou a Escravatura no Brasil (romance). **Porto Livre**, São Luís, 17 - 25 jul. 1862. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=749516>>. Acesso em: 30 out. 2016.

M. DA C. Importância das Associações literárias III. **Jornal de Instrução e Recreio**. São Luís: 1º set. 1845, n. 14, p. 107-108. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=703117&PagFis=11&Pesq=>>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

MACEDO, Joaquim Manuel. Duas palavras. In: _____. **A Moreninha**. Rio de Janeiro: Tipografia Americana de I. P. da Costa, 2 ed. 1845, p. 6-8. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/search?filtertype=dc.title_t&filter=A+moreninha&submit_search-filter-controls_add=Buscar>. Acesso em: 24 jan. 2015.

MACHADO, Ubiratan. **A vida literária no Brasil durante o Romantismo**. 2. ed. Tinta Negra: Rio de Janeiro, 2010.

MALHEIROS, José Victor. **“A Cabana do Pai Tomaz”, de Harriet Beecher Stowe**: o livro que levou ao fim da escravidão americana. Disponível em: <<https://www.publico.pt/culturaipsilon/jornal/a-cabana-do-pai-tomas--de-harriet-beecher-stowe-o-livro-que-levou-ao-fim-da-escravatura-americana-24>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

MCKENZIE, D. F. Bibliography and the Sociology of Texts. In: **Bibliography and the sociology of texts**. Cambridge University Press: United Kingdom, 1999.

MARCÍLIO, Fernando. **Viagens na Minha Terra (Resumo)**. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/literatura/assunto/resumos-de-livros/viagens-na-minha-terra.html>>. Acesso em: 17 set. 2015.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Tipografia de Frias: São Luís, 1870. Disponível em: <www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221726>. Acesso em: 10 nov. 2015.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. Contexto: São Paulo, 2011.

MARTINS, Ricardo André Ferreira. **Atenienses e fluminenses: a invenção do cânone nacional**. 2009. 801 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Unicamp, Campinas, 2009.

MEIRELES, Mário. **Panorama da Literatura Maranhense**. São Luís: Imprensa Oficial, 1955.

MELO, Álvaro Urubatan. Alcantatrenses depois são-bentuenses II. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**, São Luís, n. 42, p. 82-83, set. 2012. Disponível em: <<http://issuu.com/leovaz/docs/>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

_____. O que é, ou quem foi Saint Clair das Ilhas. In: **As mil faces de um herói-canalha e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998, p. 21-47.

MONGLAVE, Eugène. Biografia de Eugène Sue. Trad.: L.A.V.S. **Jornal de Instrução e Recreio**, São Luís, n. 6-7, 1-15 maio 1845. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=703117&PagFis=11&Pesq=>>>. Acesso em: 5 out. 2013.

MORAES, Jomar. **Antônio Rego, médico e humanista**. Disponível em: <www.academiamaranhense.org.br>. Acesso em: 22 jul. 2014.

NADAF, Iasmin Jamil. **Rodapé das miscelâneas: o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX)**. São Paulo: Viveiros de Castro, 2002.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

RAUL, Maneca e seus amores. **Publicador Maranhense**, São Luís, p. 1, 16 nov. 1861, n. 263. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=720089>>. Acesso em: 4 jan. 2015.

REGO, Antônio. Uma carta de uma amante (fragmento). **O Arquivo**, São Luís, p. 2-3, 28 fev. 1846. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/outroestados/O%20ARCHIVO%20-%201846.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2014.

REIMAR, Flávio (Gentil Braga). Rez-de-chaussée. Razão de ordem. Programa. Ligeira inovação à democracia. Importante descoberta. A Grécia política e literária. Luciano e Deschanel. Versos de Sapho. **Publicador Maranhense**, São Luís, 11 fev. 1861. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=720089>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

REIS, Francisco Sotero. Antônio Gonçalves Dias, poeta: sua biografia, seus Primeiros Cantos, seus Segundos Cantos, seus Últimos Cantos, seu poema épico Os Tymbiras. In: _____. **Curso de literatura portuguesa e brasileira**. São Luís: Tipografia B. de Mattos, 1868. Tomo IV, p. 311-387.

REIS, Maria Firmina. Gupeva: *romance brasiliense*. In: _____.; MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina**: fragmentos de uma vida. São: Luís Imprensa do Governo do Maranhão, 1975, p. 103-134.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino Alves. Antônio (do) Rego. In: _____. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. v. 1. p. 299-301. Disponível em: <<http://www.bbm.usp.br/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. Antônio Gonçalves Dias. In: _____. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1893. v. 1. p. 204-208. Disponível em: <<http://www.bbm.usp.br/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. Antônio Henriques Leal. In: _____. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1893. v. 1. p. 186-188. Disponível em: <<http://www.bbm.usp.br/>>. Acesso em: 20 set. 2013.

_____. Augusto Frederico Colin. In: _____. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1893, v. 1. p. 357-358. Disponível em: <<http://www.bbm.usp.br/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. Francisco Gaudêncio Sabbas da Costa. In: _____. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883, v. 2. p. 451-452. Disponível em: <<http://www.bbm.usp.br/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. Antônio Vieira da Silva. In: _____. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, v. 5. p. 363-364. Disponível em: <<http://www.bbm.usp.br/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. Vieira Ferreira. In: _____. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1893, v. 1. p. 340-341. Disponível em: <<http://www.bbm.usp.br/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

SALES, Germana Maria Araújo. “A Literatura e a cultura de massa: um percurso pelo século XIX”. In: **XIII Encontro da ABRALIC**: A internacionalização do Regional, Campina Grande, 2006 (Anais). Disponível em: <www.abralic.org.br/anais-artigos/?id=42>. Acesso em: 4 maio, 2016.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Edição, recepção e mobilidade do romance *Les mystères de Paris* no Brasil Oitocentista. In: **Varia História**. Belo Horizonte, v. 26, n. 44: p.591-617, jul./dez

2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752010000200013>. Acesso em: 30 jan. 2014.

SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo: A imprensa no Maranhão**. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001 [1883]. (Maranhão Sempre).

SILVA, Antônio Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

SILVA PINTO, Luís Maria da. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/3>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

SILVA, Camyle de Araújo. **Transferências culturais via tradução nas revistas *O Archivo (1846)* e *Revista Americana* (1847-1848)**. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Letras) UFPB: João Pessoa, 2016. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2016/05/DISSERTA%C3%87%C3%83O-CAMYLE-DE-ARA%C3%9AJOSILVA.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

SILVA, Inocêncio Francisco da. **Dicionário bibliográfico português: A-Z**. Imprensa Nacional: Lisboa, 1858. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=GIUPAAAAIAAJ&pg=RA1PA267&lpg=RA1PA267&dq=Felix+Moreno+de+Monroy+y+Ros&source=bl&ots=sLz7mAN9UO&sig=vNFqJ8fc_GSBgtAGeew_0FfvAz0&hl=ptBR&sa=X&ei=8WCNVcL8B8OlgwThz4CoBw&ved=0CCcQ6AEwAw#v=onepage&q=Felix%20Moreno%20de%20Monroy%20y%20Ros&f=false>. Acesso em: 26 jun. de 2015.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Os precursores do conto no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960. (Panorama do Conto Brasileiro, 1).

STERN, Daniel (Marie Catherine Sophie de Flavigny). Hervé. **Jornal Caxiense**, Caxias, 4 out. – 27 out. 1849. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=759830>>. Acesso em: 2 mar. 2013.

STORTO, Lúcia Helena; AGUILAR FILHO, Sidney. **História do Brasil**. Disponível em: <http://www.libertaria.pro.br/brasil/capitulo9_index.htm>. Acesso em: 24 jun. 2015.

VASCONCELOS, Sandra Guardini T. **Romances ingleses e circulação no Brasil durante o sec. XIX**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Sandra/sandrlev.htm>>. Acesso em: 09 maio 2015.

VAZ, Leopoldo. **Primeiro esporte praticado no Maranhão**. Disponível em: <<http://cev.org.br/comunidade/maranhao/debate/primeiro-esporte-praticado-maranhao/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. Contexto: São Paulo, 2006, p. 189-222.

VIEIRA DA SILVA, Luís Antônio. Lembranças de uma tarde. **Jornal de Instrução e Recreio**: São Luís, p. 98-99. 15 ago. 1845, n. 13. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=703117&PagFis=15&Pesq=>>>. Acesso em: 5 dez. 2013.

VILANETO, Quincas. **Catálogo histórico da imprensa caxiense**: Do prelo ao prego: 1833 - 2007/ Caxias. v. III. Caxias: Prefeitura Municipal, 2008.

_____. **Catálogo histórico da imprensa maranhense**: Do prelo ao prego: 1821-2007/ Capital. v. I. São Luís: UEMA, 2008.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa. In: **Leitura, história e história da leitura**. Márcia Abreu (Org.). São Paulo: FAPESP/Mercado de Letras, 2007, p. 183-212.

ZALLA, Jocelito; MENEGAT, Carla. História e Memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 31, n. 62, p. 49-70 – 2011. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=Artigos+sobre+farroupilha+>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

JORNAIS

A Água Benta. Caxias: 1849.

A Aurora: Folha Política e Comercial. Caxias: 1849.

A Coalção. São Luís: 1862 -1866.

A Crônica: Jornal Político. Caxias: 1853.

A Época: Periódico Constitucional e Político. Caxias: 1852-1853.

A estrela da tarde: periódico recreativo. São Luís: 1857.

A Imprensa. Rio de Janeiro: 1852.

A Imprensa. São Luís: 1857-1862.

A Marmota Maranhense: Folha Literária e Recreativa. São Luís: 1850-1851.

A Revista: Folha Política e Literária. São Luís: 1840-1850.

A Sentinela: Jornal Semanário. São Luís: 1855-1856.

A Situação: Jornal Político. São Luís: 1863-1870.

Brado de Caxias: Trono e Liberdade. Caxias: 1845-1846.

Crônica Maranhense. São Luís: 1838-1841.

Diário do Maranhão. São Luís: 1855-1911.

Eco do Norte. São Luís: 1834-1836.

Guanabara: Revista Artística, Científica e Literária. Rio de Janeiro: 1850-1855.

Jornal de Instrução e Recreio. São Luís: 1845-1846.

Jornal do Comércio: Instrutivo, Agrícola e Recreativo. São Luís: 1858-1860.

Jornal Caxiense. Caxias: 1846-1851.

Jornal Maranhense. São Luís: 1841-1843.

Le Siècle. Paris:1838-1839.

- Liberal Piauiense*. Caxias: 1846.
- Museu Maranhense: Periódico de Instrução e Recreio*. São Luís: 1842.
- Niterói Revista Brasiliense: Ciências Letras e Artes*: Paris, 1836.
- O Álbum Caxiense: Periódico Literário, Comercial e Recreativo*. Caxias: 1862.
- O Apreciável: Órgão Sustentador das Instituições Constitucionais*. São Luís: 1867-1876.
- Eco da Juventude: Publicação Dedicada à Literatura*. São Luís: 1864-1865.
- O Arquivo: Jornal Científico e Literário*. São Luís: 1846.
- O Bem-te-vi Caxiense*. Caxias: 1849.
- O Conciliador do Maranhão*. São Luís: 1821.
- O Constitucional: Folha Política Literária e Comercial*. São Luís: 1851-1864.
- O Correio Caxiense*. Caxias: 1854.
- O Correio de Anúncios: Folha Comercial da Província do Maranhão*. São : 1851.
- O Eco Caxiense*. Caxias:1852.
- O Eco da Verdade*. São Luís: 1860.
- O Estandarte: Folha Política e Industrial*. São Luís: 1849-1856
- O Farol: Folha Política e Comercial*. Caxias. 1850-1854.
- O Globo: Jornal Comercial Literário e Político*. São Luís: 1852-1859.
- O Jardim das Maranhenses: Periódico, Semanário, Literário, Moral, Crítico e Recreativo*. São Luís: 1860-861.
- O Liberal Pernambucano: Jornal Político e Social*. Recife: 1852-1858.
- O País: Jornal Católico, Literário, Comercial e Noticioso*. São Luís: 1863-1889.
- O Pica-Pau*. São Luís: 1842.
- O Porto-Franco*. São Luís: 1849.
- O Progresso: Jornal Político, Literário e Comercial*. São Luís: 1847-1862.
- O Publicador Oficial*. São Luís: 1831-1841.
- O Recreio, Jornal das Famílias*: Lisboa: 1838.
- O Semanário Maranhense*. São Luís: 1867-868.
- O Telégrafo*. Caxias: 1846-1847.
- O Tigre de Caxias*. Caxias: 1846.
- Porto Livre: Jornal Político, Comercial e Noticioso*. São Luís :1861-1865.
- Pugnador: periódico dedicado à defesa da política conservadora*. Caxias: 1859.
- Publicador Maranhense: Folha Oficial, Política, Literária, e Comercial*. São Luís: 1842-1885.
- Revista Universal Maranhense: Ciências - Agricultura - Indústria - Literatura - Belas artes - Notícias e Comércio*. São Luís: 1848-1850.

CATÁLOGOS

CATÁLOGO DA BIBLIOTECA Amorim Pessoa (Câmara Municipal de Cantanhede, Portugal) Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1989.

ECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite.** São Luís: Edições SECMA, 2007.

CATÁLOGOS DA BIBLIOTECA Pública Benedito Leite. São Luís, 2015.

CATÁLOGOS DA BIBLIOTECA Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

CATÁLOGO SUPLEMENTAR do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, de 1868. Tipografia Temperança: Rio de Janeiro, 1868.

CATÁLOGO DO GABINETE Português de Leitura (de São Luís): Tipografia de Frias: 1867.